SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 13 de Maio de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3789

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI(AMSO-TR)

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI - AMSO-TR
TERMO ADITIVO N.º 001 DO TERMO DE FOMENTO N.º 008/2026

Pelo presente instrumento, de um lado o **município DE EQUADOR-rn**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Marcelino de Oliveira, nº 100, Centro – Equador-RN, com CNPJ nº 08.086.225/0001-14, neste ato representado por seu Prefeito, Cletson Rivaldo de Oliveira, portador do CPF nº 034.148.724-47 e, de outro, a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SERIDÓ ORIENTAL E TRAIRI – AMSO-TR,** pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 08.386.658/0001-95, representada por seu Presidente, Cletson Rivaldo de Oliveira, portador do CPF nº 034.148.724-47, entidade está sediada na Av. Teotônio Freire, 1296, Bairro JK, Currais Novos-RN, CEP. 59.380-000, resolvem aditar o presente Termo, nas condições seguintes:

Cláusula Primeira: Fica alterada a Cláusula Primeira do Termo de Fomento n.º 008/2026, conforme art. 57 da Lei Federal n.º 13.019/2014 com redação dada pela Lei Federal n.º 13.204/2015, considerando o objeto de locação de máquina **retroescavadeira LB-90**, tendo o quantitativo sido ampliado para mais 200 (duzentas) horas com vistas às limpezas de vias públicas, e outros serviços afins durante o exercício de 2026. Adjudicado à contratada será pago a esta o valor de R$ 100,00 (cem reais) cada hora, conforme determinado pela Resolução n.º 003/2026 – AMSO-TR, totalizando o valor atualizado de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Cláusula Segunda: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Termo de Fomento n.º 008/2026.
E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo n.º 001, em três (03) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus efeitos legais.

Currais Novos/RN, 11 de maio de 2026.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA	Associação dos Municípios do Seridó Oriental e Trairi - AMSO-TR
CPF nº 034.148.724-47	***CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal de Equador-RN	CPF nº 034.148.724-47
	Presidente
	Prefeito Municipal de Equador/RN

Testemunhas:

1- _____	2- _____
Nome:	Nome: Dayane Aparecida Silva Santos
CPF:	CPF: 104.600.504-94

Publicado por:
Albanita Silva de Macedo
Código Identificador:7FFA98F1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
PORTARIA Nº 012/2026, EM 11 DE MAIO DE 2026.

O Presidente do CONISA, no uso de suas atribuições e considerando a importancia de buscar parcerias sobre projetos e sistemas operacionais de outras organizações voltadas ao abastecimento hídrico,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder à Servidora Superintendente do CONISA, **Simone Michelle Guimarães,** 2 (duas) diárias, sendo uma com pernoite e uma sem pernoite no valor total de R$ 924,00 (novecentos e vinte e quatro reais), para custear despesas com viagem a ser realizada para a cidade do Natal/RN nos dias 14 e 15 de maio de 2026, com o objetivo de participar da 9ª edição do Encontro Brasileiro de Grandes Nomes em Compras Públicas – GNCP, evento focado em governança, inovações e tecnologia na nova Lei de Licitações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Lagoa Nova, 11 de maio de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Simone Michelle Guimaraes
Código Identificador:F5FAF52A

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
PORTARIA Nº 013/2026, EM 11 DE MAIO DE 2026.

O Presidente do CONISA, no uso de suas atribuições e considerando a importancia de buscar parcerias sobre projetos e sistemas operacionais de outras organizações voltadas ao abastecimento hídrico,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder à Servidora do CONISA, **Maria Rita dos Santos,** (agente Administrativo), 2 (duas) diárias, sendo uma com pernoite e uma sem pernoite no valor total de R$ 924,00 (novecentos e vinte e quatro reais), para custear despesas com viagem a ser realizada para a cidade do Natal/RN nos dias 14 e 15 de maio de 2026, com o objetivo de participar da 9ª edição do Encontro Brasileiro de Grandes Nomes em Compras Públicas – GNCP, evento focado em governança, inovações e tecnologia na nova Lei de Licitações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Lagoa Nova, 11 de maio de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Simone Michelle Guimaraes
Código Identificador:A7704856

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA SERRA DE SANTANA - CONISA
PORTARIA Nº 014/2026, EM 11 DE MAIO DE 2026.

O Presidente do CONISA, no uso de suas atribuições e considerando a importancia de buscar parcerias sobre projetos e sistemas operacionais de outras organizações voltadas ao abastecimento hídrico,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder ao Servidor do CONISA, **Lucas Araújo Soares,** (agente Administrativo), 2 (duas) diárias, sendo uma com pernoite e uma sem pernoite no valor total de R$ 924,00 (novecentos e vinte e quatro reais), para custear despesas com viagem a ser realizada para a cidade do Natal/RN nos dias 14 e 15 de maio de 2026, com o objetivo de participar da 9ª edição do Encontro Brasileiro de Grandes Nomes em Compras Públicas – GNCP, evento focado em governança, inovações e tecnologia na nova Lei de Licitações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se.

Lagoa Nova, 11 de maio de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Simone Michelle Guimaraes
Código Identificador:783D9735

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

Ref. Processo Administrativo CIS nº 0108/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2026

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ**, através do Agente de Contratação/Pregoeiro da Comissão Permanente de Contratação, devidamente instituído pelo Senhor Presidente do Consórcio, através da Portaria nº 001/2025, no uso de suas atribuições legais, vem PUBLICAR a abertura do **Processo Administrativo CIS nº 0108/2026, para Dispensa de Licitação SRP nº 004/2026**, na forma **Eletrônica,** tipo MENOR PREÇO, adjudicação POR ITEM, destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL CELULAR (SMP), PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ E DA POLICLÍNICA REGIONAL DO SERIDÓ.** Aviso de Contratação Direta (instrumento convocatório) disponível no Endereço: Rua Luís Eugênio da Nóbrega, 08, Salviano Santos, Caicó-RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 13/05/2026 às 08h00 exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data e hora dos lances: Início às 08h01 e fim às 14h01 do dia 18/05/2026. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o Aviso de Contratação Direta.

Caicó/RN, 12 de maio de 2026.

TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Agente de Contratação do CIS-Seridó

Publicado por:
Ruan Breno Araújo
Código Identificador:23AC7BA9

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

Ref. Processo Administrativo CIS nº 0084/2026

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ**, inscrito no CNPJ nº 51.600.361/0001-00, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, para atuação na área da saúde, objetivando futura celebração de **Termo de Colaboração**, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, alterações posteriores, e do Decreto CIS-SERIDÓ nº 001/2024.

OBJETO: Constitui objeto deste Edital, o Credenciamento para Qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como ORGANIZAÇÃO SOCIAL CIVIL, na área da SAÚDE, para habilitação de eventual e futuro Termo de Colaboração com vista à formação de parceria entre as partes para execução de atividade e projetos que contribuam para DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA SAÚDE no âmbito do CIS-SERIDÓ.

PRAZO INICIAL PARA CREDENCIAMENTO: 08 (oito) dias úteis, contados da publicação deste aviso. Após o prazo inicial, o credenciamento permanecerá aberto pelo período de 12 (doze) meses, permitindo a apresentação de requerimentos a qualquer tempo durante sua vigência, nos termos do edital.

LOCAL PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: Policlínica Regional do Seridó, situada à Rua Luís Eugênio da Nóbrega, 08, Bairro Salviano Santos, na cidade de Caicó/RN. CEP 59.300-000. Setor de Licitações – Comissão de Seleção de Organizações da Sociedade Civil.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO: Das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h00.

O edital completo e seus anexos encontram-se disponíveis no sítio eletrônico oficial do CIS-SERIDÓ (https://policlinicaserido.netlify.app/) e poderão ser solicitados ainda pelo e-mail: licitacaocisserido@gmail.com.

Caicó/RN, 12 de maio de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Presidente do CIS-SERIDÓ

Publicado por:
Ruan Breno Araújo
Código Identificador:A8705A40

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2024 - Processo Adm. CIS nº 0222/2024

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DO SERIDÓ; **CONTRATADA:** QUANTUM PROJETOS CONSULTORIA E CONSTRUCOES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.915.814/0001-40; **OBJETO:** O presente termo aditivo tem como objeto a RENOVAÇÃO do Contrato Administrativo nº 008/2024, nos termos da Cláusula terceira, destinado a Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados na área de engenharia, contemplando inclusive, os serviços de consultoria, planejamento, fiscalização e acompanhamento de obras e reformas, apta para prestação de apoio técnico e administrativo da Policlínica Regional do Seridó, com fundamento no art. 107, da Lei 14.133/21; **VIGENCIA:** Pelo presente instrumento fica prorrogado o contrato por mais 6 (seis) meses, por termo inicial o dia 12 de maio de 2026 e termo final em 12 de novembro de 2026; **SUBSCRITORES:** Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo Contratante e José Aroldo Queiroga de Morais – pela Contratada.

Caicó/RN, 12 de maio de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Presidente do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região do Seridó

Publicado por:
Ruan Breno Araújo
Código Identificador:4BB04F57

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN

DIRETORIA
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0025/2025

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO RN - COPIRN

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0025/2025
PROCESSO: 346/2025
Contratante: Consórcio Público Intermunicipal do Rio Grande do Norte – COPIRN
Contratado: CLINORT SERVICOS MÉDICO-HOSPITALAR E LABORATORIAL LTDA
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objetivo retificar a CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, item "g" e a prorrogação do presente contrato firmado entre as partes, conforme a Cláusula Quarta – Da Vigência, referente a prorrogação do contrato mediante termo aditivo, que se expõem a seguir:
"O presente instrumento contratual terá vigência de doze (12) meses contados, à partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE, mediante a celebração de Termo Aditivo, pelo prazo de até sessenta (60) meses, nos termos dos artigos 105 e 106 da Lei n.º 14.133/2021, caso não ocorra nova Chamada Pública."
Assim o presente termo aditivo tem como finalidade a prorrogação da vigência do contrato a contar de 13 de maio de 2026 e encerrando-se em 13 de maio de 2027.
CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
"g) Responsabilizar-se pelo arquivamento das Requisições Médicas e Guias de Atendimento encaminhadas pelos municípios durante o período de cinco (05) anos;"
ASSINATURAS: Antônio Marcos Freire – Presidente do COPIRN e Manoel Lima Da Fonseca – Represente.
DATA DE ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 12 de maio de 2026.

Publicado por:
Ailton da Silva Costa Junior
Código Identificador:4C832FD1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 026/2026

A Comissão de Contratação do Município de Acari/RN, torna público que se encontra aberto licitação na modalidade **Dispensa Eletrônica Nº 026/2026** cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LINKS DE INTERNET MÓVEL VEICULAR VIA SATÉLITE, INCLUINDO EQUIPAMENTOS E SUPORTE TÉCNICO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste aviso e seus anexos. A disputa eletrônica se encerra às 10 (dez) horas e 01 (um) minuto do dia **19/05/2026**. O processo será realizado no Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer esclarecimentos sobre o certame poderão ser solicitados de segunda a sexta-feira em dias úteis, através do e-mail:cpl@acari.rn.gov.br.

Acari/RN, 12 de maio de 2026.

JACKSON SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:D7488405

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2025

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ACARI/RN, CNPJ sob o nº 08.097.008/0001-20e CONTRATADA a empresa WORLD COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ sob o nº 44.554.219/0001-08
DO OBJETO: 1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO dos preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 047/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 018/2025, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de insumos e instrumentos de uso ambulatorial e hospitalar para funcionamento das Unidades Básicas de Saúde e Unidade Mista Dr. Odilon Guedes da Silva, no Município de Acari/RN.
1.2. O presente aditivo decorre da solicitação formal apresentada pela empresa contratada, através do Ofício nº 006/2026, acompanhada de planilha demonstrativa de reequilíbrio econômico-financeiro, na qual foram demonstradas defasagens nos custos originalmente pactuados.
DOS EFEITOS FINANCEIROS
Os novos valores passam a vigorar a partir da assinatura do presente Termo Aditivo, observando-se os quantitativos remanescentes da Ata

de Registro de Preços nº 047/2025. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições da Ata originária não modificadas por este instrumento.

Acari/RN, 11 de MAIO de 2026.

MARINEIDE ALVES DANTAS
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

WORLD COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 44.554.219/0001-08
Contratada

Publicado por:
Raimundo Nonato Dantas de Medeiros
Código Identificador:18521937

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 81/2026 – PMA - GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais estabelecidas nos incisos V e VII do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR **TATIMARA DA GUIA MEDEIROS**, CPF nº ***.843.274-**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador Pedagógico, vinculado a estrutura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme dispõe os Arts. 34, III, e 35 da Lei Municipal nº 10, de 26 de março de 2021.

Parágrafo único – A posse no cargo de Coordenador Pedagógico se dará logo após a entrega, pelo nomeado, da declaração atualizada de bens e assinatura do termo de posse.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Cumpra-se.
Dê-se Ciência.

Acari/RN, 11 de maio de 2026.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:267C5FE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 45/2026- SEMTHASPORTARIA DE DIÁRIA Nº 45/2026- SEMTHAS

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 45/2026- SEMTHAS
A SECRETÁRIA DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.
RESOLVE
FAZER CONCESSÃO de meia diária, à:

SERVIDOR (A):	Willa Kayoney de Medeiros Silva	
CARGO:	Coordenadora da Vigilância Socioassistencial	
MATRÍCULA:	50110	
Documentos	CPF: 081.196.114-11	RG: 2840052
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social – Acari/RN	
HORÁRIO DE SAÍDA:	06h	
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo Oficial	
OBJETIVO DA VIAGEM:		
Participar do 4º Conecta Município Potiguares, Natal/RN		
CONFORME SOLICITAÇÃO DE (A): Coordenadora da Proteção Social Especial		

QUANT .	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
0,5	Natal/RN	07/05/2026	R$190,00	R$95,00

Importa a quantia de R$ 95,00 (noventa e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, de 06 maio de 2026.

ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência So
Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:E70AB181

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 46/2026- SEMTHAS

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 46/2026- SEMTHAS

A SECRETÁRIA DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de meia diária, à:

SERVIDOR (A):	**Fabiana Azevedo da Costa**			
CARGO:	**Coordenadora da Proteção Social Especial**			
MATRÍCULA:	50118			
Documentos	CPF: 052.705.154-31		RG: 2110133	
LOTADO (A):	**Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social – Acari/RN**			
HORÁRIO DE SAÍDA:	**06h**			
TIPO DO TRANSPORTE:	Veículo Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar do 4º Conecta Município Potiguares, Natal/RN				
CONFORME SOLICITAÇÃO DE (A): Coordenadora da Proteção Social Especial				

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
0,5	Natal/RN	07/05/2026	R$190,00	R$95,00

Importa a quantia de R$ 95,00 (noventa e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, de 06 maio de 2026.

ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO
Secretária Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social
Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:13506D6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN - EDITAL Nº 009/2026

O MUNICÍPIO DE ACARI/RN, em cumprimento ao disposto no Edital nº 009/2026 do Processo Seletivos Simplificado, de ordem do Sr. Prefeito Municipal, neste ato através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos do Município de Acari/RN, e considerando a desistência do candidato classificado 5º, Franciélio Pereira da Silva, **torna pública a CONVOCAÇÃO DA SEGUINTE CANDIDATA**

CLASSIFICADA NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 009/2026:

	AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA – PSS Nº 009/2026			
Ordem	**Nome do Candidato**	**CPF**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	Maria de Lourdes Soares	xxx.656.194-xx	6,0	12ª

Os candidatos relacionados neste Edital de Convocação deverão, nos dias 13 e 14 de maio de 2026, das 08h às 13horas, como condição para a sua posse, apresentar, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município de Acari/RN, localizada na Rua Silvino Adonias Bezerra, nº 151, bairro Major Ary de Pinho, Acari/RN, CEP: 59.370-000, a Comissão Permanente Municipal Interna de Processo Seletivo Simplificado, os documentos e tomar as providências relacionadas no Item 8 – DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO – especificado no Edital do Processo Seletivo Simplificado correspondente (Edital nº 009/2026), quais sejam:
I - O aprovado por ocasião da contratação deverá entregar a seguinte documentação:
a) Certidão de quitação da Justiça Eleitoral (site: https://www.tse.jus.br/eleitor/certidão-dequitação-eleitoral);
b) Declaração negativa de acumulação de cargo público e de vencimentos e proventos;
c) Certificado Militar que comprove estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;
d) Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal (CPF);
e) Certidão de nascimento e/ou casamento;
f) Certidão de nascimento dos filhos até 14(quatorze) anos;
g) Carteira de Identidade;
h) Cartão PIS/PASEP;
i) 01 (uma) foto 3x4, recente e sem uso prévio;
j) Comprovante de residência;
k) Dados bancários que pretende receber os vencimentos.
II - Os documentos pessoais deverão ser entregues em cópias reprográficas acompanhadas do original.
III - Ficam desde já advertido o candidato de que a não apresentação da documentação exigida para a posse no prazo legal implica na desistência da vaga.

Acari/RN, 12 de maio de 2026.

LUCIANO LOPES DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:CCC56D85

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 010/2026

O Prefeito Municipal de Acari - RN, no uso de suas atribuições legais, após a necessária vista e conferência de todos os atos havidos antes, durante e após a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2026 realizado através da Secretaria Municipal Administração e Transporte de Acari e executado por meio da Comissão Permanente Municipal Interna de Processo Seletivo Simplificado, para formação de cadastro de reserva, a fim de compor a equipe da Prefeitura Municipal de Acari, na função de Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, seguindo o cronograma do calendário de atividades especificados no anexo IV do referido certame, constatando a legalidade e correção de tudo, e para os fins de que se fazem necessários, **HOMOLOGA** o referido Processo Seletivo Simplificado realizado sob a égide do Edital pertinente nº 010/2026, especificamente para formação de cadastro de reserva, a fim de compor a equipe da Prefeitura Municipal, na função de Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, para que produza seus reais e legais efeitos.

Dado e passado na Prefeitura Municipal de Acari – RN - Palácio Juvenal Lamartine de Faria, em 12 de maio de 2026.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE CIÊNCIA.

FERNANDO ANTONIO BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:D7AD95DD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 96/2026

O Prefeito do Município de Afonso Bezerra/RN, Haroldo José Bezerra da Paz, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a (s) diárias (s) abaixo discriminada (s), destinada (s) a cobertura de despesas de alimentação e/ou hospedagem dos agentes políticos/servidores (as), durante o desenvolvimento a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor (a): JARIVAN FERREIRA DE LIMA

Cargo/Função: Membro da Comissão de Contratação

Quantidade: 2 diárias

Destino: Natal/RN

Data: Saída – 14/05/2026 às 06h00 e Retorno – 16/05/2026 às 12h00.

Valor Unitário: R$ 180,00

Valor Total: R$ 360,00

Descrição do objeto/serviço do deslocamento: Participação no evento Grandes Nomes em Compras Públicas.

Art. 2º- A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as demais disposições em contrário.

Afonso Bezerra/RN, 12 de maio de 2026

HAROLDO JOSÉ BEZERRA DA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Railson Monaé Sá Faustino da Silva
Código Identificador:8B4187DB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 001/2026 - SME

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ALMINO AFONSO /RN, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Nomear **Maria Widéilma Campos Belo** Coordenadora Geral e **Maria Cláudia Alves do Nascimento** Vice Coordenadora da Comissão Gestora, do Plano Municipal de Educação de Almino Afonso /RN, instituída pelo Decreto Nº 022, de 08 de maio de 2026, cuja função é coordenar, acompanhar e elaborar o novo plano Municipal de Educação – PME Almino Afonso/RN, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano

Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e demais marcos legais pertinentes.
Art. 2º Nomear os membros relacionados a seguir, para integrar a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Almino Afonso/RN – CGPME/ Almino Afonso/RN.
I. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ALMINO AFONSO/RN
Titulares:
1º Maria Widéilma Campos Belo
2º Maria Cláudia Alves do Nascimento
3º Risomeires Fernandes de Souza
Suplentes:
1º Áurea Ferreira Suassuna
2º Claudia Maria de Almeida Diniz
3º Leandro César Câmara

II. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALMINO AFONSO/RN – CME/ALMINO AFONSO/RN.
Titular: Francisco Custodio da Silva Neto
Suplente: Carlos George Rodrigues de Amorim

III – FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RN
Titular: Irenice Tomaz do Amaral Almeida
Suplente: Aurizimeire Vieira da Costa
IV – REPRESENTANTES DOS SINDICATOS DOS PROFESSORES OU TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO.
Titular: Leyna Lycia Cordeiro Evangelista
Suplente: Milla Kateuska Alves Duarte

V – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICIPIO.
Titular: Francisco Hermeson Dantas do Amaral
Suplente: José Aderson Alves Júnior

VI – REPRESENTANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL ORGANIZADO
Titular: Shayla Katylen Soares Silva
Suplente: Maria Antônia Carlos Ernesto

ART. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições gerais em contrário.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se

Almino Afonso/RN, 11 de maio de 2026.

MARIA WIDÉILMA CAMPOS BELO
Secretária Municipal de Educação de Almino Afonso/RN

Publicado por:
Valdemar Severino da Silva Júnior
Código Identificador:1DBC1567

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO
AVISO DE CONCORRENCIA ELETRONICA Nº. 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 430007/2026

REPUBLICAÇÃO

O município de Angicos/RN, por meio de seu Agente de contratação, torna público a REPUBLICAÇÃO deste aviso devido a alteração no Projeto executivo da Concorrência Eletrônica para **Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução da construção de 20 (vinte) unidades habitacionais, no âmbito do Programa FNHIS SUB-50, destinadas a famílias de baixa renda do Município de Angicos/RN, em conformidade com o Termo de Compromisso nº 040776/2025/MCIDADES/CAIXA, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** De 13/05/2026 das 09h00min até às 09h00min do dia 19/06/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 19/06/2026, às 09h00min. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h01min do dia. 19/06/2026. **LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). **DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O Edital estará disponível para consulta, retirada de cópia no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br e pelo Site: **www.angicos.rn.gov.br**, (https://www.angicos.rn.gov.br/index.php/editais1); pedidos de esclarecimentos poderão ser feitos e prestados exclusivamente no sitio www.portaldecompraspublicas.com.br.

Angicos/RN, em 12 de maio de 2026.

DIEGO ALAX PINHEIRO ALEXANDRE
Agente de Contratação

Publicado por:
Diego Alax Pinheiro Alexandre
Código Identificador:2FB54873

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA-0172/2026 – GC, DE 12 DE MAIO DE 2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas Atribuições Constitucionais que lhe são conferidas no caput do Art.57, IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de procedimentos preparatórios para futura contratação de empresa especializada para execução de obras de média e alta complexidade, ou daqueles que a Administração Pública Municipal entender necessários.
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 78 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, que disciplinam os procedimentos auxiliares das licitações e contratos administrativos, especialmente a pré-qualificação permanente;
CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência e julgamento objetivo;

RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Pré-Qualificação de Empresas, com a finalidade de analisar, avaliar e emitir parecer técnico e administrativo acerca da documentação apresentada pelas empresas interessadas em participar dos processos de contratação destinados à execução de obras de média e alta complexidade, ou daqueles que a Administração Pública Municipal entender necessários.
Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:
I – Alande Alves de Oliveira– Presidente;
II – Joebson Leite Soares– Membro;
III – Francisco Diego Fernandes Bezerra – Membro;
IV – Iltean Gomes da Silva– Membro Suplente.
Art. 3º Compete à Comissão:
I – conduzir os atos relativos ao procedimento de pré-qualificação;
II –receber, examinar e julgar os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica das empresas interessadas;
III –promover diligências destinadas ao esclarecimento ou complementação das informações apresentadas;
II – verificar o cumprimento dos requisitos estabelecidos no edital ou chamamento público de pré-qualificação;
III – solicitar esclarecimentos ou documentos complementares, quando necessário;
IV – elaborar relatório conclusivo contendo a relação das empresas consideradas aptas à pré-qualificação;
V – declarar as empresas pré-qualificadas, observados os critérios estabelecidos no edital;

VI – encaminhar o resultado para homologação da autoridade competente;
VII – praticar os demais atos necessários ao fiel cumprimento desta Portaria e da legislação aplicável.
Art. 4º Os trabalhos da Comissão deverão observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais disposições previstas na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021.
Art. 5º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, não remunerado.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete Civil da Prefeitura Municipal de Antônio Martins RN, 12 de maio de 2026.

JÉSSICA IRIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:964570E5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE ANTÔNIO MARTINS

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026
Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00021/2026, que objetiva: Registro de preços para futura e eventual aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e utensílios, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Assistência Social e da Prefeitura Municipal de Antônio Martins/RN; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - CNPJ: **.***.269/0001-** - R$ 16.152,00; DW EXPRESS EMPREENDIMENTOS LTDA - CNPJ: **.***.970/0001-** - R$ 18.165,60; MIRAGEM ATACAREJO LTDA - CNPJ: **.***.808/0001-** - R$ 629.949,50; SORVETES KI DOCURA LTDA - CNPJ: **.***.500/0001-** - R$ 6.588,00.

Antônio Martins - RN, 12 de Maio de 2026

CLÉBIA FERNANDES DOS SANTOS VARELA -
Secretaria de Administração

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:5875A195

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
EXTRATO DE TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 002/2026

EXTRATO DE TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA Nº 002/2026

PARTES: Município de Apodi/RN (Secretaria Municipal de Juventude, Esportes e Lazer) e **MARTA DA COSTA E SILVA DUARTE.**
OBJETO: Locação de imóvel destinado ao funcionamento da sede das atividades da Secretaria Municipal de Educação, localizada à Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 37, bairro Centro, Município de Apodi/RN, no período de janeiro a abril de 2026
PERÍODO: Janeiro a Abril de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 149 da Lei Federal nº 14.133/2021, Princípio da Vedação ao Enriquecimento Sem Causa e Parecer Jurídico nº 45084/2026.
VALOR TOTAL: R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ação 2032 – Manutenção das atividades e erviços administrativo da secretaria municipal de educaçao; Elemento de Despesa: 339039; Fonte de Recurso: 15730000.

Apodi/RN, 15 de maio de 2026.

LUÍS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi/RN

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:AB9A0123

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
LEI MUNICIPAL Nº 2368/2026 DE 12 DE MAIO DE 2026

PLL nº. 0141/2026, Ronaldo Adriene de Oliveira e Silva

Institui o ‘’Programa Balcão de Emprego no município de Apodi/RN”, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN faz saber, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso IV da Lei Orgânica, e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de Apodi, o Programa Balcão de Emprego, com o objetivo de auxiliar os trabalhadores que estão à procura de uma oportunidade de trabalho.

Parágrafo único: O Programa Balcão de Emprego ficará a cargo da Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - A Secretaria de Assistência Social deverá desenvolver um sistema de banco de dados que cadastrará as vagas disponíveis e os possíveis candidatos, cruzando as informações e direcionando o candidato para a vaga que mais se adequar ao seu perfil profissional.

Parágrafo único: Ficará a cargo das Secretarias envolvidas, desenvolver o programa (Software de recrutamento) captar as vagas de emprego, buscando parcerias com as indústrias, comércios e serviços, ou ainda parcerias com as empresas licitadas pela prefeitura.

Art. 3º - Para ser inserido no banco de cadastros do Programa Balcão de Emprego, o trabalhador deverá preencher um formulário com seus dados pessoais e profissionais. Essa ação pode ser realizada pelo portal da prefeitura, que terá um link exclusivo para cadastro, ou presencialmente, por agendamento.

Parágrafo único: Documentos como Carteira de Trabalho, RG e CPF são necessários nessa etapa de cadastro, além de uma foto.

Art. 4º - O cadastro deve conter informações atualizadas sobre endereço, telefone de contato, e-mail, escolaridade e cursos realizados. O emprego que já possui um histórico na vida laboral deve inserir também os dados como profissão, funções desempenhadas e tempo de experiência no formulário.

Art. 5º - Através do cadastro, o sistema do Programa Balcão de Emprego será capaz de filtrar as vagas de emprego que coincidem com o perfil profissional do candidato, aumentando a viabilidade da procura. Sendo fundamental manter o cadastro sempre atualizado.

Art. 6º - O encaminhamento do trabalhador para a vaga só será possível dentro do perfil solicitado pela empresa.

Parágrafo único: O próprio sistema fará esse filtro a partir do cruzamento das informações contidas no cadastro do trabalhador e dos requisitos da vaga.

Art. 7° - A quantidade de candidatos para participar da seleção da vaga por empresa será definido pela empresa que disponibilizar a vaga.

Art. 8° - Os resultados dos processos seletivos são de responsabilidade da empresa. Não compete ao Programa Balcão de Empresa apontar ou sugerir aprovados.

Art. 9° - Esta lei será regulamentada pelo Executivo Municipal no que couber.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apodi/RN, em 12 de maio de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D582258D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

A Prefeitura Municipal de Baía Formosa/RN, por meio da Agente de Contratação e de sua equipe de apoio, torna público o resultado do **Pregão Eletrônico nº 006/2026**, realizado com o objetivo de promover a **Contratação de pessoa jurídica para aquisição de ambulância tipo A, pick-up 4x4, zero quilômetro, destinada ao atendimento das demandas de urgência e emergência no Distrito de Sagi, no Município de Baía Formosa/RN**.

O certame foi conduzido em conformidade com as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, bem como demais normas regulamentares aplicáveis à matéria. Após a fase de análise das propostas, negociação e verificação do atendimento às exigências de habilitação previstas no edital, foi declarada vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA: WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA
CNPJ: 30.936.530/0001-07
ITEM: 001
VALOR TOTAL: R$ 304.990,00 (trezentos e quatro mil, novecentos e noventa reais).

VALOR TOTAL DO CERTAME: R$ 304.990,00 (trezentos e quatro mil, novecentos e noventa reais).

Diante do exposto, o presente resultado será encaminhado à autoridade competente para fins de **adjudicação e homologação**, nos termos do **art. 71 da Lei nº 14.133/2021**, observados os trâmites legais e administrativos pertinentes.

Baia Formosa/RN, 12 de maio de 2026

JULIANA ALVES DE LIMA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Alves de Lima
Código Identificador:99BF2506

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO (UNIFICADO) - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

A Prefeita Municipal de Baía Formosa/RN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, após a conclusão das fases do Pregão Eletrônico nº 006/2026, cujo objeto é a **Contratação de pessoa jurídica para aquisição de ambulância tipo A, pick-up 4x4, zero quilômetro, destinada ao atendimento das demandas de urgência e emergência no Distrito de Sagi, no Município de Baía Formosa/RN**, resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o resultado do referido certame em favor da empresa:

WA VEICULOS E CONSTRUCOES LTDA, **CNPJ nº 30.936.530/0001-07**, vencedora do item: 001, totalizando o valor de R$ 304.990,00 (trezentos e quatro mil, novecentos e noventa reais);

VALOR TOTAL ADJUDICADO E HOMOLOGADO: R$ 304.990,00 (trezentos e quatro mil, novecentos e noventa reais).

Baia Formosa/RN, 12 de maio de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Juliana Alves de Lima
Código Identificador:5C37213D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 076/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, correspondente a 2,0 (duas) diárias, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar da Convocação para Capacitação do SIBEC, nos dias 12 e 13 de maio de 2026.
1. AMANDA ARICELE SILVA – Digitadora do Cadunico - Matrícula 0012548, Diária: R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 11 de maio de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Edson Barbosa da Silva
Código Identificador:3B1AC37C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
ATA DE JULGAMENTO DE RECURSOS E CONTRARRAZÕES DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06110001/2025.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para conclusão dos espaços educativos (escolas) localizadas na zona norte, Comunidades de Angicos, Tiradentes, Vila Nova I, Vila Nova II e Vitória, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN (Termo de Compromisso n° 168336)

DA INTRODUÇÃO:

O presente documento tem por finalidade analisar e julgar os recursos administrativos e contrarrazões interpostos no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 011/2025, vinculado ao Processo Administrativo nº

061100012025, conduzido na modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, do tipo Menor Preço Global.

Foram interpostos *tempestivamente* os recursos pelos licitantes **PATROL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 03.268.510/0001-32**, protocolado via e-mail às 14h37min do dia 24 de abril de 2026 e **FL ENGENHARIA, SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA,** CNPJ: **36.783.315/0001-08**, protocolado via e-mail às 15h46min do dia 28 de abril de 2026, denominados RECORRENTES, cujos recursos estão disponíveis no Portal de Compras Públicas, sítio: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, contra o licitante **RECORRIDO V. TORRES SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA,** CNPJ: **52.801.493/0001-62,** arrematante do certame em tela.

Fora concedido prazo de contrarrazões ao RECORRIDO, cujo prazo encerrou-se com apresentação de petição. A qual apresentou fundamentos técnicos e jurídicos visando à manutenção da decisão originária e ao afastamento dos argumentos trazidos pelos recorrentes.

Em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa**,** previsto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e regras editalícias foi oportunizado às partes interessadas o oferecimento de contrarrazões**,** que foram apresentadas *tempestivamente* pela RECORRIDA, via e-mail às 22h34min do dia 5 de maio de 2026.

Nessa linha, registre-se que o critério de aceitabilidade do recurso exige a manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer, tão logo seja declarado o vencedor do certame, conforme dispõe o artigo 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (grifos meus)

Diante do exposto, verifica-se que estão devidamente reunidos os elementos necessários ao exame e julgamento dos presentes recursos administrativos e contrarrazões, assegurando-se a apreciação fundamentada por esta Agente de Contratação**,** em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021.

DAS ALEGAÇÕES E REQUERIMENTO DO RECORRENTE PATROL CONSTRUÇÕES LTDA:

O recurso administrativo foi interposto pelo RECORRENTE no qual contesta o ato que admitiu a proposta do RECORRIDO alegando que a administração ***autorizou indevidamente a realização de diligência para sanar vícios*** que, em sua visão, são de natureza ***insanável*** e substancial.

As alegações detalham uma série de irregularidades graves na documentação do RECORRIDO, destacando-se a ***ausência de documentos fundamentais***, como a Proposta de Preço formal, o Cronograma Físico-Financeiro e a composição do BDI. Um ponto crítico levantado é que a planilha orçamentária apresentada pela licitante continha o CNPJ de uma terceira empresa (Construtora Solar LTDA), o que a tornaria um documento estranho ao processo e inválido para representar a proposta da concorrente. Além disso, aponta-se a falta de data-base e a presença de itens com preços superiores aos de referência do edital.

A fundamentação jurídica da recorrente sustenta que permitir a correção dessas falhas viola os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e a própria Lei nº 14.133/2021. Argumenta-se que a substituição integral de uma planilha de terceiros por uma proposta real após o início do certame equivale a permitir a entrega de proposta fora do prazo, o que não se enquadra no conceito de correção de erro material ou falha formal.

Diante do exposto, o RECORRENTE solicita formalmente o recebimento do recurso e, ***no mérito, que lhe seja dado total provimento*** para reformar a decisão que permitiu o saneamento da proposta da V. Torres. O pedido final é pela ***desclassificação da referida empresa*** devido aos vícios apontados, com o consequente prosseguimento do certame e a análise das propostas das licitantes remanescentes conforme a ordem de classificação

DAS ALEGAÇÕES E REQUERIMENTO DO RECORRENTE FL ENGENHARIA, SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA:

O recurso contesta a decisão que habilitou do RECORRIDO. O RECORRENTE alega que a proposta da concorrente estava manifestamente incompleta, carecendo de elementos essenciais como a composição do BDI, o cronograma físico-financeiro, as composições de preços unitários e assinaturas. Além disso, aponta um erro grave de identificação, visto que a planilha apresentada estava em nome de uma terceira empresa, a Construtora Solar.

A argumentação central sustenta que a Administração Pública utilizou a diligência de forma ilegal para permitir a "reconstrução integral" da proposta. Segundo o RECORRENTE, a diligência prevista na Lei nº 14.133/2021 deve servir apenas para esclarecimentos ou correções de erros materiais, e não para suprir a ausência de documentos estruturantes ou permitir a substituição de documentos de terceiros por novos documentos da própria licitante. Tal conduta é vista como uma afronta aos princípios da isonomia, da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.

O RECORRENTE enfatiza ainda que o vício de identificação (uso do CNPJ de outra empresa) é insanável, pois atinge a autoria da proposta e a segurança jurídica do certame, não podendo ser relevado sob a justificativa de "formalismo moderado". Argumenta-se que aceitar tais correções após a fase competitiva concede uma vantagem indevida à empresa V. Torres, permitindo que ela ajuste sua oferta sem a pressão dos demais concorrentes, o que desvirtua o equilíbrio da licitação.

Diante disso, o RECORRENTE solicita o provimento integral do recurso para que seja reconhecida a ilegalidade da decisão que permitiu o saneamento da proposta. Os pedidos principais incluem a desclassificação do RECORRIDO V. Torres devido aos vícios apontados e a consequente reclassificação das licitantes

remanescentes. Por fim, requer que todas as decisões administrativas sejam devidamente motivadas e que se preserve a lisura do procedimento licitatório.

DAS ALEGAÇÕES E DA CONTRARRAZÃO DO RECORRIDO V. TORRES SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA:

As contrarrazões apresentadas pelo RECORRIDO defendem a legalidade da decisão administrativa que a habilitou, argumentando que as alegações dos licitantes RECORRENTES se baseiam em interpretações subjetivas e um formalismo excessivo. O RECORRIDO sustenta que a diligência realizada pela Administração teve como único objetivo o saneamento de falhas formais e a complementação de informações que já existiam, sem que houvesse qualquer modificação nos valores ou na substância da proposta original.

Sobre a presença do nome "Construtora Solar" em parte da documentação, o RECORRIDO alega ser uma divergência meramente formal e material, incapaz de comprometer a autoria ou a validade jurídica da proposta. A defesa destaca que todos os documentos foram inseridos no sistema oficial por meio do login e senha exclusivos da licitante, o que garante a titularidade da oferta. Além disso, afirma que o erro decorreu de resquícios de arquivos editáveis utilizados por assessorias técnicas, sendo que a própria proposta continha a logomarca e os dados corretos do RECORRIDO.

O RECORRENTE fundamenta a legalidade do ato administrativo no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU), que prestigia o princípio do formalismo moderado. Segundo a argumentação, a licitação deve buscar a proposta mais vantajosa para o interesse público, evitando que rigorismos excessivos excluam ofertas exequíveis por erros de fácil correção. O RECORRIDO ressalta que não houve apresentação de nova proposta, mas apenas a regularização documental de condições pré-existentes.

Um ponto relevante levantado pela defesa é que o própria RECORRIDO havia registrado no chat oficial do certame, antes da apresentação da proposta, que os arquivos disponibilizados pela Administração estavam incompletos. Essa falha nos arquivos da Prefeitura teria dificultado a elaboração inicial das planilhas, o que justifica e legitima a necessidade de complementação posterior via diligência. O RECORRIDO também aponta um "erro grosseiro" no recurso da FL Engenharia, que teria citado uma jurisprudência do TCU sobre aposentadoria de servidor público, matéria totalmente alheia ao direito licitatório.

Ao final, o RECORRIDO solicita o não provimento dos recursos das RECORRENTES, requerendo a manutenção integral da decisão que reconheceu a regularidade de sua proposta. Os pedidos incluem o reconhecimento da legalidade da diligência e o regular prosseguimento do certame para garantir a contratação da proposta mais vantajosa para o município.

DO PARECER TÉCNICO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ENGENHARIA:

Visando subsidiar decisão desta Agente de Contratação, fora solicitada a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por intermédio da Comissão Especial de Engenharia, a emissão de Parecer Técnico sobre os argumentos expostos no recurso e nas contrarrazões da Concorrência nº 011/2025.

Em resposta à solicitação, a Comissão Especial de Engenharia, por meio do Srs. ***VICTÓRIA CAROLLAYNE DOS SANTOS CARVALHO, Engenheira Civil CREA-RN: 2118804725***; ***AQUILA RAISSADA SILVA TEIXEIRA DO VALE, Engenheira Civil CREA-RN: 2123052388***; ***ANDRÉ MARCOS SILVESTRE PEREIRA, Engenheiro Eletricista CREA-RN: 2122738570***, emitiram o seguinte posicionamento técnico. *In verbis:*

[...]

3. ANÁLISE TÉCNICA E FUNDAMENTAÇÃO ANALÍTICA

3.1. Do Poder-Dever de Saneamento na Lei nº 14.133/2021

A Nova Lei de Licitações (NLLC) alterou o paradigma do rigorismo formal para o princípio da seleção da proposta mais vantajosa. O Art. 64, § 1º, estabelece que a Administração deve sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos.

No âmbito das contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133/2021, admite-se a realização de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução da proposta, desde que não haja alteração de seu conteúdo essencial.

No caso em análise, a licitante apresentou proposta com valor global definido, sendo posteriormente instada, por meio de diligência, a apresentar o detalhamento do BDI e o cronograma físico-financeiro, sem qualquer modificação do preço originalmente ofertado.

Assim, a complementação documental promovida não implicou na criação ou alteração da proposta, mas tão somente no esclarecimento e detalhamento de elementos necessários à verificação de sua exequibilidade, preservando-se a isonomia entre os licitantes e a vantajosidade da contratação para a Administração Pública.

O Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário é o marco real e verídico que autoriza o saneamento de documentos e a inclusão de informações que apenas atestem condições já existentes na data da licitação, privilegiando a economicidade.

3.2. Da Conduta Processual da Empresa FL Engenharia: A "Fabricação" Jurisprudencial

Um aspecto preliminar e gravíssimo que deve ser destacado por esta Comissão de Engenharia diz respeito à fundamentação jurídica apresentada pela empresa FL ENGENHARIA. Ao discorrer sobre o mérito, a recorrente utiliza uma técnica de argumentação que afronta o dever de lealdade e boa-fé administrativa.

Identificou-se que a recorrente atribuiu aos Acórdãos do TCU textos e conclusões que não existem nas decisões originais. Não se trata de uma mera diferença de interpretação, mas de uma adulteração deliberada do conteúdo para tentar induzir esta Administração ao erro. Vejamos a seguir:

• Acórdão 2.443/2012 – TCU – Plenário: A recorrente afirma categoricamente que este julgado invalida propostas com erro no nome da empresa. Ocorre que este acórdão, com este teor, é inexistente. A numeração e o ano citados não correspondem a nenhuma decisão do TCU que trate de vício de identificação em propostas de engenharia. A empresa criou uma "norma fictícia" para tentar forçar a desclassificação da concorrente. O que existe é o Acórdão 2.443/2021-Plenário, que confronta diretamente a tese da recorrente, permitindo a inclusão de documentos para comprovar fatos preexistentes.

• Desvio de Finalidade das Citações: Os demais acórdãos citados (1.795/2011, 1.214/2013 e 1.793/2011) foram extraídos de contextos de concessões aeroportuárias, serviços de limpeza e auditoria de TI. A recorrente afirma que o TCU veda o saneamento em casos análogos ao presente, o que é uma inverdade técnica. Tais decisões não estabelecem as restrições que a empresa alega existir para obras civis sob a égide da Lei 14.133/21.

Esta conduta deve ser rechaçada com contundência, pois o uso de "jurisprudência inventada" retira qualquer presunção de veracidade das alegações da FL Engenharia.

3.2. Da Natureza das Inconsistências: Erro Material vs. Substância da Proposta

As inconsistências apontadas na proposta da empresa V. Torres (erro de digitação no nome da empresa "Solar", ausência inicial de BDI e cronograma) foram corretamente classificadas por este setor como erros materiais sanáveis.

O Art. 64 da Lei 14.133/21 estabelece que o saneamento é um dever da Administração. Na engenharia pública, se o preço global está definido e é vantajoso (R$ 2.757.998,86), o detalhamento posterior do BDI e do cronograma através de diligência não configura "reconstrução da proposta", mas sim o preenchimento de lacunas formais que não alteram o objeto ou o valor ofertado.

3.3. Do Erro de Identificação e a Isonomia

A tese de que a proposta é inválida porque a planilha continha o nome de outra empresa ("Construtora Solar") não resiste à análise técnica moderna. Em ambiente de licitação eletrônica, a identidade do licitante é vinculada ao seu certificado digital e credenciamento. O erro na planilha é um "vício de preenchimento" decorrente de

reaproveitamento de arquivos, perfeitamente passível de correção conforme o Item 7.9.3 do Edital. Desclassificar o menor preço por um erro de digitação seria punir o erário municipal com um custo maior de contratação sem qualquer ganho de segurança jurídica.

3.4. Da Equivocada Interpretação da Empresa PATROL CONSTRUÇÕES

A recorrente PATROL CONSTRUÇÕES LTDA sustenta que a abertura de diligência "fere de morte o princípio da isonomia". Tal afirmação, contudo, revela uma interpretação anacrônica e dissociada da realidade jurídica imposta pela Lei nº 14.133/2021 e pela jurisprudência consolidada no Acórdão 1211/2021 – TCU – Plenário.
Diferente do que faz crer a recorrente, a isonomia em licitações eletrônicas não se presta a proteger o interesse particular de licitantes que buscam a exclusão de concorrentes por falhas acessórias. Ao contrário, o TCU é enfático ao determinar que:
"A desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)." (Acórdão 1211/2021-Plenário)
Ao alegar que a diligência fere a isonomia, a PATROL ignora que a verdadeira afronta à isonomia e à moralidade seria desclassificar a proposta mais vantajosa (V. TORRES, no valor de R$ 2.757.998,86) para beneficiar empresas com preços superiores, inclusive da própria PATROL CONSTRUÇÕES LTDA que é R$ 38.001,14 (trinta e oito mil, um real e quatorze centavos mais oneroso a Administração Pública, sob o pretexto de erros de preenchimento que foram sanados sem alteração do valor global.
A isonomia "morre", na verdade, quando a Administração Pública abre mão da economia de recursos públicos para satisfazer o rigorismo formal excessivo de terceiros. Portanto, a tese da recorrente é improcedente, pois confunde o instrumento (o processo) com a finalidade (a contratação mais vantajosa para Baraúna).

3.5. Das Contrarrazões da Licitante V. TORRES: Análise da Pertinência Fática e Jurídica
As contrarrazões apresentadas pela licitante V. TORRES SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA trazem elementos que merecem ser recepcionados por esta Administração devido à sua estrita pertinência com o rito estabelecido no Edital e na legislação vigente:
a) Natureza da Informação Saneada: A licitante logrou demonstrar que os documentos apresentados em sede de diligência (detalhamento de BDI e Cronograma) referem-se a condições preexistentes à abertura do certame. Não houve criação de proposta nova, mas a materialização técnica de um valor global já ofertado no sistema, o que afasta a tese de "reconstrução da proposta".
b) Inconsistência da Citação Jurisprudencial: É pertinente o apontamento feito pela recorrida quanto ao erro grosseiro cometido pela empresa FL ENGENHARIA ao citar o Acórdão 2.443/2012. Restou comprovado que a citação refere-se a matéria de Direito Previdenciário (revisão de aposentadoria), carecendo de qualquer aplicabilidade ao caso em tela, o que enfraquece a fundamentação jurídica do recurso.
c) Inexistência de Prejuízo: As contrarrazões reforçam que a identidade da proponente foi preservada pela certificação digital do sistema, sendo o erro de nota de rodapé um vício formal que não gera dúvida sobre a autoria da proposta.

4. FUNDAMENTAÇÃO ECONÔMICA E INTERESSE PÚBLICO
4.1. Da Prevalência do Interesse Público e o Princípio da Economicidade
A licitação não é um fim em si mesma, mas um instrumento para a consecução do interesse público. O Princípio da Seleção da Proposta mais vantajosa deve prevalecer sobre o formalismo exacerbado que visa apenas excluir competidores.
Neste certame, a proposta da empresa V. TORRES apresenta o valor global de R$ 2.757.998,86, possuindo uma diferença de R$ R$ 8.840,32 (oito mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e dois centavos) da 2ª colocada. A desclassificação de tal oferta por erros puramente formais, já devidamente sanados via diligência, obrigaria o município de Baraúna a contratar a segunda colocada por um valor superior. Tal ato configuraria um dano direto e injustificado ao erário, ferindo o Princípio da Economicidade e expondo os gestores a sanções por má gestão de recursos públicos.
O Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário corrobora este entendimento ao fixar que:
"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)."
4.2. Da Inviabilidade do "Dano Reverso"
O acolhimento dos recursos geraria um "dano reverso": a paralisação do processo licitatório para conclusão das escolas na Zona Norte (Angicos, Tiradentes, Vila Nova I, Vila Nova II e Vitória) em prol de empresas que fundamentam seus pedidos em jurisprudências inexistentes. O prejuízo social da não conclusão das obras escolares supera, em larga escala, o suposto rigor formal exigido pelas recorrentes.

5. CONCLUSÃO E PARECER FINAL
Diante da análise técnica e jurídica realizada, este Setor de Engenharia manifesta-se:
1. Pela IMPROCEDÊNCIA TOTAL dos recursos das empresas FL ENGENHARIA e PATROL CONSTRUÇÕES;
2. Pela MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO da empresa V. TORRES, uma vez que a diligência sanou falhas periféricas sem alterar o valor global ou a substância da proposta;
3. Pela NOTIFICAÇÃO DA FL ENGENHARIA quanto à gravidade de apresentar fundamentos jurídicos falsos, ferindo o dever de lealdade previsto no Art. 5º da Lei 14.133/21.
É o parecer.
Baraúna/RN, 11 de maio de 2026.

COMISSÃO DE ENGENHARIA

VICTÓRIA CAROLLAYNE DOS SANTOS CARVALHO
Engenheira Civil
CREA-RN: 2118804725

AQUILA RAISSADA SILVA TEIXEIRA DO VALE
Engenheira Civil
CREA-RN: 2123052388

ANDRÉ MARCOS SILVESTRE PEREIRA
Engenheiro Eletricista
CREA-RN: 2122738570

DO PARECER JURÍDICO DA PROCURADORIA-GERAL MUNICIPAL:

Visando subsidiar decisão desta Agente de Contratação, fora solicitada a Procuradoria Geral do Município, por intermédio da Procuradora-Geral, a emissão de Parecer Jurídico sobre os argumentos expostos no recurso e nas contrarrazões da Concorrência Nº 011/2025.

Em resposta à solicitação, a Procuradora Geral do Município, por meio do Sra. **DARYAGNA SONELLY MEDEIROS DE SOUZA**, emitiram o seguinte posicionamento técnico.
In verbis:

[...]
1. RELATÓRIO
01- Trata-se de solicitação de parecer jurídico encaminhada pela Agente de Contratação/Pregoeira do Municipio de Baraúna/RN, em 11 de maio de 2026, para análise da legalidade da manutenção da qualificação da empresa V. Torres Soluções e Empreendimentos Ltda., CNP] n° 52.801.493/0001-62, no âmbito da Concorrência Eletrônica n° 011/2025, Processo Administrativo n° 06110001/2025.
02- O certame tem por objeto a contratação de empresa especializada para conclusão dos espaços educativos situados na Zona Norte do, Município, nas comunidades de Angicos, Tiradentes, Vila Nova I, Vila

Nova Il e Vitória. Conforme documentação examinada, i.Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos emitiu parecer técnico inicial acerca da habilitação técnica da empresa V. Torres, concluindo pelo atendimento das exigências de capacidade técnica, inclusive quanto à apresentação: de CAT. CAO e atestados registrados nas entidades profissionais competentes.

03- Posteriormente, a Administração abriu prazo para manifestação de intenção recursal por meio de email, em razão de limitação operacional do Portal de Compras Públicas. Foram recebidas manifestações tempestivas das empresas PATROL Construções Ltda. e FL Engenharia, Serviços e Empreendimentos Ltda., que apresentaram recursos administrativos contra a decisão que admitiu a proposta da empresa V. Torres e permitiu diligência para saneamento de inconsistências.

04- As recorrentes sustentam, em síntese, que a proposta da V. Torres padeceria de vícios insanáveis, consistentes na ausência original de proposta formal completa, cronograma físico-financeiro, composição de BDI, composições de custos e assinatura; na existência de planilha orçamentária com referência à empresa Construtora Solar Ltda.; na ausência de data-base em documento técnico; e na suposta existência de itens superiores ao referencial. Argumentam que a diligência realizada teria permitido verdadeira reformulação de proposta, em violação aos princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da competitividade.

05- Em contrarrazões, a empresa V. Torres defende que as falhas apontadas seriam meramente formais, sem repercussão sobre a autoria, a identidade da proponente, o preço global, a exequibilidade ou a substância econômica da oferta. Afirma que a documentação foi apresentada em ambiente eletrônico oficial, mediante credenciamento da própria licitante, e que a menção residual à "Construtora Solar" decorreu de erro material de edição documental. Sustenta, ainda, que a diligência apenas esclareceu e complementou elementos preexistentes, sem substituição de licitante, sem alteração de proposta e sem majoração de preço.

06- A Agente de Contratação encaminhou os autos à Comissão Especial de Engenharia, que emitiu Parecer Técnico de Análise Recursal, datado de 11 de maio de 2026. A área técnica concluiu pela improcedência total dos recursos, pela manutenção da qualificação da empresa V. Torres e pela natureza sanável das falhas, destacando que a proposta permaneceu no valor global de R$ 2.757.998,86, sem modificação de seu conteúdo econômico essencial.

07- É o relatório. Passo à análise jurídica.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

08- A controvérsia jurídica central consiste em definir se a diligência promovida pela Administração, destinada a suprir ou esclarecer inconsistências na proposta da empresa V. Torres, configurou saneamento legitimo de falhas formais ou, diversamente, inclusão indevida de documentos essenciais e reformulação substancial de proposta após a fase competitiva.

09- Essa definição exige examinar, de um lado, os limites da vinculação ao edital, da isonomia e do julgamento objetivo; e, de outro, o poder-dever de diligência, o formalismo moderado, a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa, todos expressamente integrados ao regime da Lei n° 14.133/2021.

10- A Lei n° 14.133/2021 estabelece que as licitações devem observar, entre outros, os princípios da legalidade, igualdade, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade e economicidade.1 A leitura sistemática desses princípios impede tanto a flexibilização arbitrária das regras editalícias quanto o formalismo excessivo que sacrifique o interesse público sem ganho efetivo de segurança jurídica.

11- No tocante ao julgamento de propostas, a Lei n° 14.133/2021 prevê a desclassificação das propostas que contenham vícios insanáveis, que não obedeçam às especificações técnicas do edital, que apresentem preços inexequíveis, que não demonstrem exequibilidade quando exigida ou que contenham desconformidade insanável. A própria lei, contudo, admite que a Administração realize diligências paraaferir a exigibilidade ou exigir sua demonstração, especialmente em obras e serviços de engenharia, considerando o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes, conforme o critério de aceitabilidade fixado no edital.

12- No mesmo sentido, o art. 64 da Lei n° 14.133/2021 dispõe que, após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13- A vedação legal não deve ser lida de forma isolada e absoluta. O núcleo proibitivo é a substituição da proposta, a criação de condição nova, a alteração da substância dos documentos ou a concessão de vantagem competitiva indevida. Não se confunde com diligência destinada a esclarecer, complementar ou comprovar condição preexistente, sem modificação do conteúdo econômico ou jurídico essencial da oferta.

14 A jurisprudência do Tribunal de Contas da União tem consolidado orientação compatível com essa interpretação. No Acórdão 988/2022-TCU-Plenário, registrado no Informativo de Licitações e Contratos n° 436/2022, o TCU assentou que, na falta de documento de habilitação consistente em mera declaração sobre fato preexistente ou simples compromisso do licitante, deve ser concedido prazo razoável para saneamento, em respeito ao formalismo moderado e à razoabilidade.

15- O mesmo informativo transcreve trecho do Acórdão 1211/2021-TCU- Plenário, segundo o qual:

"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes (.). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanar eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes [...] sendo que a vedação à inclusão de novo documento [...] e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), - não alcança documento ausente. comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta [...]"

16- Também é relevante observar que o manual institucional do TCU sobre licitações e contratos registra que, em licitações de obras e serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com quantitativos e custos unitários, bem como o detalhamento de BDI e encargos sociais, com as respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, fazendo referência ao art. 56, $ 5º, da Lei n° 14.133/2021. Essa orientação reforça que planilhas, BDI e detalhamentos correlatos podem ser objeto de readequação formal ao valor final, desde que não haja manipulação de preços, alteração do preço global, inexequibilidade, sobrepreço ou prejuízo ao julgamento objetivo.

17- Assim, o critério jurídico decisivo não é a simples constatação de que houve complementação documental, mas sim a verificação de se a complementação alterou a substância da proposta. Em outras palavras, a diligência é juridicamente aceitável quando preserva a identidade do licitante, a preço global, a compatibilidade técnica, a exequibilidade, a validade jurídica do documento e a igualdade de tratamento entre os participantes.

18- Os recursos de PATROL Construções Ltda. e FL Engenharia, Serviços e Empreendimentos Ltda, são formalmente cabíveis em face do julgamento de propostas c/ou ato de habilitação ou inabilitação, nos termos do art. 165 da Lei n° 14.133/2021.1 Conforme documentos analisados, ambas manifestaram intenção recursal dentro do prazo excepcionalmente aberto pela Administração e apresentaram razões no momento próprio, razão pela qual se recomenda o conhecimento dos recursos.

*19. No mérito, entretanto, as insurgências não demonstram, à luz do conjunto processual, vicio jurídico suficiente para impor a desclassificação da empresa V. Torres. A área técnica municipal examinou as alegações relativas * ausência inicial de BDI, cronograma físico-financeiro e inconsistência de identificação em planilha, concluindo que tais ocorrências foram sanadas sem alteração do preço global originalmente ofertado, sem substituição da proponente, sem modificação do objeto e sem alteração da substância econômica da proposta.*

20- A atuação do órgão jurídico, nesse ponto, deve respeitar a repartição de competências. A análise sobre viabilidade técnica,

exequibilidade, compatibilidade das planilhas, relevância de itens unitários, adequação do BDI e impacto do cronograma físico-financeiro pertence precipuamente à área técnica de engenharia. Compete à assessoria jurídica verificar se a conclusão técnica se mantém dentro dos limites da legalidade, da motivação e da razoabilidade, sem substituir juízo especializado por avaliação jurídica abstrata.

*21- No caso, o parecer técnico foi claro ao afirmar que a proposta da V. Torres permaneceu no valor de R$ 2.757.998,86 e que o detalhamento posterior de BDI e cronograma não representou reconstrução da proposta, mas preenchimento de lacunas formais. Também foi consignado que a identificação da licitante permaneceu preservada no ambiente eletrônico do certame, de modo que a referência a empresa *Construtora Solar" foi interpretada como erro material de preenchimento e não como dúvida real sobre o sujeito proponente.*

22. Sob essa moldura fítica, a desclassificação automática da licitante representaria providência juridicamente desproporcional. A Lei nº 14.133/2021 não prestigia o formalismo como fim em si mesmo, ao contrário, impõe que a Administração busque a proposta apta, vantajosa e compatível com o interesse público, sem abdicar do controle objetivo de legalidade. O formalismo moderado não significa relativização indiscriminada do edital, mas sim interpretação finalística das exigências formais, para distinguir vícios que comprometem a competição daqueles que podem ser saneados sem prejuízo.

23- Sobre a alegação de violação à vinculação ao edital e ao julgamento objetivo, cumpre destacar que a vinculação ao instrumento convocatório permanece plenamente aplicável. Contudo, ela não impede diligências expressamente autorizadas pela lei e pelo próprio edital, desde que tais diligências não resultem em alteração do conteúdo essencial da proposta. A vinculação ao edital não pode ser convertida em obstáculo à apuração da verdade material, sobretudo quando a correção de falha formal permite preservar proposta mais vantajosa e tecnicamente apta.

24- O julgamento objetivo também não resta comprometido quando a Administração, por decisão motivada, solicita esclarecimentos ou complementações que permitam verificar dados já constantes ou logicamente vinculados à proposta original. O comprometimento ocorreria se a licitante pudesse alterar preço, prazo, objeto, regime de execução, encargos assumidos ou demais elementos capazes de modificar sua posição competitiva. Segundo o parecer técnico, isso não ocorreu.

25. A diligência lícita esclarece a proposta: a diligência ilícita substitui a proposta. No presente caso, a conclusão técnica dos autos e no sentido de que houve esclarecimento e detalhamento, não substituição.

26- Quanto ao BDI e ao cronograma físico-financeiro, o risco jurídico existiria se a complementação permitisse recomposição estratégica de preços, majoração do valor global, ocultação de inexequibilidade ou modificação relevante da execução. Entretanto, a Comissão de Engenharia registrou expressamente que não houve alteração do preço global nem da substância econômica da proposta. Tal conclusão técnica, ausente prova objetiva em sentido contrário, autoriza a manutenção da decisão administrativa.

27- As recorrentes sustentam que a diligência teria conferido vantagem indevida à empresa V. Torres. O argumento merece ponderação, pois a isonomia é princípio estruturante da licitação. Todavia, a isonomia protege a igualdade real de competição, não o aproveitamento de falhas formais irrelevantes para excluir proposta potencialmente vantajosa ao interesse público.

28- O TCU expressamente assinalou, no Informativo de Licitações e Contratos n° 436/2022, que a aplicação do formalismo moderado e da razoabilidade não constitui afronta à isonomia quando o licitante corrige tempestivamente erro sanável e, ao final, demonstra cumprir as exigências do edital. A igualdade é preservada quando a diligência é objetiva, motivada, registrada, acessível aos demais participantes e limitada a esclarecer condição preexistente.

29- No presente processo, houve contraditório efetivo, pois as licitantes recorrentes apresentaram razões recursais e a empresa V. Torres apresentou contrarrazões. Além disso, a Agente de Contratação submeteu a matéria à Comissão Especial de Engenharia e, em seguida, à análise jurídica, o que demonstra preocupação com controle preventivo e motivação da decisão final.

30- O parecer técnico da Comissão de Engenharia sugeriu a notificação da empresa FL Engenharia em razão da suposta apresentação de fundamentos jurídicos falsos ou impertinentes, especialmente quanto a citação de acórdão do TCU desconectado da matéria licitatória.

31- Do ponto de vista jurídico, recomenda se cautela. A eventual impertinência, erro de citação ou fragilidade argumentativa em recurso administrativo não autoriza, por si só, medida sancionatória ou advertência formal com conteúdo punitivo sem instauração de procedimento próprio, delimitação objetiva da conduta, demonstração de dolo ou má-fé, contraditório e ampla defesa.

32- Assim, caso a autoridade entenda necessário registrar a inconsistência das citações utilizadas, sugere-se que o faça apenas como fundamento de rejeição da tese recursal, sem imposição imediata de sanção. Qualquer providência de caráter sancionatório deverá observar o devido processo legal, os arts. 155 e seguintes da Lei n° 14.133/2021, se aplicáveis, e a demonstração concreta de infração administrativa.

III. DA CONCLUSÃO

33- Diante do exposto, esta Procuradoria opina pelo conhecimento dos recursos administrativos interpostos por PATROL Construções Ltda. e FL Engenharia, Serviços e Empreendimentos Lida., porquanto cabíveis e tempestivos, nos termos do art. 165 da Lei n° 14.133/2021.1.

34- No mérito, opina-se pelo NÃO PROVIMENTO dos recursos, mantendo-a decisão que admitiu o saneamento da proposta e preservou a qualificação/classificação da empresa V. Torres Soluções e Empreendimentos Ltda., desde que a autoridade competente acolha expressamente as premissas técnicas constantes, do Parecer Técnico de Análise Recursal, especialmente as seguintes: inexistência de alteração do preço global; inexistência de modificação do objeto; manutenção da identidade da proponente; ausência de prejuízo demonstrado à isonomia; e caráter formal/sanável das inconsistências corrigidas.

35- Recomenda se, por fim, que a decisão administrativa final seja expressamente motivada, indique os fundamentos técnicos e jurídicos adotados, registre que a diligência não importou apresentação de nova proposta nem alteração do valor global, e determine o prosseguimento do certame apenas após a publicação/intimação regular dos interessados, observando-se o efeito suspensivo dos recursos até a decisão final, conforme art. 168 da Lei n° 14.133/2021.

36 Por fim, cumpre registrar que a presente manifestação possui natureza estritamente jurídica, não tendo o condão de chancelar opções técnicas adoradas pela Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade.

37- E o que nos parece, s.m.j.

Baraúna/RN, 12 de Maio de 2026.

DARYAGNA SONELLY MEDEIROS DE SOUZA
Procuradora Geral do Município De Baraúna/RN
OAB/RN n° 9.486

DA MANIFESTAÇÃO DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

Preambularmente, importante e oportuno consignar que o recurso administrativo, em sentido amplo, é expressão que designa os meios postos à disposição dos administrados para requerer que a Administração Pública reveja seus atos.

Pois bem, como observado no transcorrer desta Ata, os **RECORRENTES Patrol Construções LTDA e FL Engenharia** fundamentaram seus recursos na tese de que a proposta do **RECORRIDO V. Torres Soluções e Empreendimentos LTDA** possui vícios insanáveis.

As recorrentes sustentam que a ausência de documentos estruturantes (como BDI e cronograma) e a indicação do CNPJ de uma terceira empresa (**Construtora Solar**) não podem ser corrigidas via diligência. Para embasar essa proibição, citam o entendimento do **TCU no Acórdão nº 1.795/2011 – Plenário**, que veda o uso da diligência para permitir a juntada de documentos que deveriam constar originalmente da proposta. Alegam ainda que admitir tais ajustes após a fase competitiva viola o princípio da isonomia, citando o **Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário**, e que erros que comprometam a identificação

do licitante são fatais, conforme o **Acórdão nº 2.443/2012 – Plenário**.
Em sentido contrário, o RECORRIDO defende a validade da diligência com base no princípio do **formalismo moderado** e na busca pela proposta mais vantajosa. O licitante recorre ao **Acórdão nº 1211/2021 – Plenário do TCU**, que estabelece que admitir documentos que apenas atestem condições pré-existentes à abertura da sessão não fere a isonomia. Além disso, sustenta que a desclassificação por falhas que não alteram a substância da proposta seria um objetivo dissociado do interesse público. A defesa também cita o **Acórdão nº 2568/2021 – Plenário**, reforçando que a aplicação das regras deve evitar formalismos exagerados ou desarrazoados, e o **Acórdão nº 988/2022 – Plenário**, que faz prevalecer a razoabilidade sobre a literalidade do edital para não desperdiçar a melhor proposta.

Quanto ao erro de identificação (nome da Construtora Solar), o RECORRIDO argumenta que se trata de um mero equívoco material de edição, incapaz de gerar dúvida sobre a autoria, pois o envio foi feito via login e senha exclusivos. Para reforçar que falhas formais em assinaturas ou identificações são sanáveis, as fontes citam jurisprudência jurisdicional do **TRF-4 (Remessa Necessária Cível nº 5026749-10.2016.4.04.7000)**, que considera a falta de assinatura em documento regularmente apresentado como mera irregularidade. O RECORRIDO aponta ainda que a FL Engenharia cometeu um "erro grosseiro" ao citar o Acórdão nº 2.443/2012, alegando que tal decisão trata de revisão de aposentadoria de servidor público e não de licitações.

Por fim, os pedidos refletem o conflito interpretativo sobre a Lei nº 14.133/2021: enquanto as recorrentes pedem o provimento dos recursos para a **desclassificação imediata do RECORRIDO** por violação à vinculação ao edital (citando o **Acórdão nº 2.622/2013 – Plenário**), o RECORRIDO solicita a **manutenção da decisão de habilitação**. Ou seja, fundamenta seu pedido final na legalidade da diligência prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações, reafirmando que não houve alteração substancial de preços, mas apenas a regularização de uma proposta exequível e vantajosa para o município.

Há que se registrar que o julgamento dos recursos administrativos interpostos pelos RECORRENTES em face da habilitação do RECORRIDO na Concorrência em tela baseia-se na ponderação entre o rigor formal e a busca pela proposta mais vantajosa. Os RECORRENTES sustentam que a proposta original do RECORRIDO era nula por omitir documentos estruturantes, como o BDI e o cronograma físico-financeiro, e por conter o **CNPJ de uma terceira empresa** (Construtora Solar LTDA), o que configuraria um vício insanável de autoria. Argumentam que a diligência realizada pela Administração permitiu uma "reconstrução integral" da proposta após a fase competitiva, violando a isonomia e a vinculação ao edital.

No entanto, a análise técnica e jurídica demonstra que o erro de identificação (menção à Construtora Solar) consistiu em um **mero erro material de edição**, comum no uso de arquivos editáveis por assessorias técnicas. O fato de a proposta ter sido inserida no sistema eletrônico oficial mediante **login, senha e credenciamento exclusivos** do RECORRIDO afasta qualquer dúvida real sobre a titularidade e a responsabilidade jurídica da oferta. Segundo o princípio do **formalismo moderado**, falhas residuais que não prejudicam a compreensão da autoria ou do valor ofertado não devem levar à desclassificação automática, sob pena de sacrificar o interesse público.

A legalidade da diligência promovida pela Agente de Contratação encontra amparo direto no **art. 64 da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância da proposta. A jurisprudência do **TCU (Acórdão nº 1211/2021 – Plenário)** reforça que é permitida a juntada de documentos que apenas atestem condições pré-existentes à abertura da sessão. No caso em tela, o RECORRIDO não alterou seus preços, mas apenas complementou informações técnicas cuja elaboração inicial foi dificultada pela própria **insuficiência de arquivos disponibilizados pela Administração**, fato que a licitante registrou tempestivamente no chat oficial do certame.

7.1. Descrição analítica da Manifestação da Agente de Contratação quanto as Alegações da PATROL CONSTRUÇÕES LTDA

A RECORRENTE PATROL CONSTRUÇÕES LTDA sustenta que a abertura de diligência para saneamento da proposta do RECORRIDO configuraria violação ao princípio da isonomia e que os vícios seriam insanáveis. Tal linha argumentativa, contudo, não resiste a uma análise técnica e jurídica minimamente aprofundada.

a) Do falso conflito com a isonomia

A recorrente afirma que a diligência "fere de morte" o princípio da isonomia. Ocorre que a isonomia em licitações públicas não existe para proteger o interesse de licitantes que buscam a exclusão de concorrentes por falhas formais acessórias. A isonomia destina-se a garantir que todos os competidores tenham as mesmas oportunidades de contratar com a Administração. Permitir que uma empresa seja desclassificada por erros de preenchimento, sem qualquer prejuízo à substância da proposta, não protege a isonomia; ao contrário, a subverte, transformando-a em instrumento de formalismo excessivo que privilegia o meio em detrimento do fim.

O Acórdão 1.211/2021-TCU-Plenário é categórico neste ponto: a desclassificação de um licitante sem oportunidade de saneamento resulta em objetivo dissociado do interesse público, com prevalência do processo sobre o resultado. A Administração agiu dentro do seu poder-dever ao abrir diligência, e a verdadeira ofensa à isonomia seria manter a desclassificação de uma proposta mais vantajosa por vícios que em nada alteraram a substância da oferta.

b) Da natureza dos vícios apontados

A recorrente lista "ausência de documentos essenciais" como se fossem vícios insanáveis. Analisemos cada um:
BDI não apresentado inicialmente: O BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) é um índice percentual aplicado sobre os custos diretos. Sua ausência no momento da proposta não impede a verificação da exequibilidade do preço global ofertado (R$ 2.757.998,86). O valor já existia; o detalhamento do índice que o compõe é informação complementar, passível de saneamento sem alteração da substância.
Cronograma físico-financeiro não apresentado: O cronograma é um documento de planejamento da execução, não um elemento que defina o preço ou a substância da proposta. Sua ausência inicial é mera lacuna formal, plenamente sanável via diligência.
Erro de identificação na planilha ("Construtora Solar"): A recorrente tenta fazer crer que este erro anularia a proposta. Em licitação eletrônica, a identidade do licitante é garantida pela certificação digital e chave de acesso do sistema oficial. O erro na nota de rodapé da planilha é um clássico vício de "copiar e colar", erro material escusável que em nada compromete a autoria ou a validade jurídica da proposta.

c) Da tentativa de equiparação com jurisprudência inaplicável

A PATROL CONSTRUÇÕES cita acórdãos do TCU e decisão do TRF-4 para sustentar sua tese. Todavia, a jurisprudência citada deve ser aplicada aos casos concretos, e não utilizada como "cláusula geral" contra qualquer tipo de saneamento. O entendimento consolidado do TCU, especialmente a partir do Acórdão 1.211/2021-Plenário, é no sentido de que o saneamento é um dever da Administração quando as falhas não alteram a substância das propostas, exatamente como ocorreu no presente caso.

7.2. Descrição analítica da Manifestação da Agente de Contratação quanto as Alegações da FL ENGENHARIA

O recurso interposto pela FL ENGENHARIA, SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA apresenta vícios de fundamentação tão graves que comprometem a própria validade da peça recursal. Não se trata de mera divergência de interpretação, mas de conduta processual temerária que beira a má-fé.

Da utilização de jurisprudência inexistente (Acórdão 2.443/2012)

A recorrente cita, como pilar central de sua argumentação, o Acórdão 2.443/2012-TCU-Plenário para sustentar que erros de identificação invalidariam a proposta. Este dado é grave: não existe acórdão com esta numeração e ano que trate deste tema.

O que existe é o Acórdão 2.443/2021-TCU-Plenário, que possui entendimento diametralmente oposto ao defendido pela recorrente, autorizando o saneamento de informações que apenas complementem o que já é passível de verificação. Ao citar um julgado pelo ano errado, a FL ENGENHARIA fabricou jurisprudência, atribuindo a uma Corte de Contas um entendimento que ela não possui.

Esta conduta viola frontalmente o dever de lealdade e boa-fé e configura tentativa de indução da Administração ao erro, passível de apuração como conduta inidônea.

Da descontextualização deliberada dos demais acórdãos citados

A recorrente cita ainda os Acórdãos 1.795/2011, 1.214/2013 e 1.793/2011 como se fossem precedentes que vedam o saneamento em obras públicas. A verdade técnica é:
Acórdão 1.795/2011: Trata de concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN (Copa 2014) e modelagem econômica de outorgas. Zero relação com julgamento de propostas de obras de edificações escolares.
Acórdão 1.214/2013: Refere-se a serviços de natureza contínua (limpeza e vigilância), cujo regramento de custos e mão de obra é completamente distinto do regime de obras de engenharia civil.
Acórdão 1.793/2011: Trata de Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) sobre dados de pessoal e TI no Governo Federal. Nenhuma aplicação ao caso concreto.

A utilização de precedentes de áreas completamente alheias à engenharia civil, como se fossem aplicáveis ao caso, revela a fragilidade da fundamentação e a tentativa de tumultuar o procedimento com citações impertinentes.

Do erro de identificação como suposto vício insanável

A recorrente tenta fazer crer que o erro de digitação na nota de rodapé da planilha ("Construtora Solar") configuraria vício de identificação. Esquece-se, contudo, de que em uma Concorrência Eletrônica a identidade do proponente é garantida pelo credenciamento e certificação digital no sistema oficial, e não pelo texto de uma nota de rodapé.
O CNPJ correto da licitante consta em todos os demais documentos da proposta. Punir a Administração com a perda do melhor preço por um erro de digitação no rodapé de uma planilha, erro que em nada compromete a certeza sobre quem está contratando, seria consagrar o absurdo jurídico de privilegiar a forma sobre a substância, exatamente o oposto do que prega o formalismo moderado que a própria recorrente invoca.

Da conclusão sobre a conduta processual

A FL ENGENHARIA tenta transformar a licitação em um jogo de exclusão de concorrentes, utilizando fundamentos jurídicos falsos ou descontextualizados. O recurso não merece ser conhecido no mérito, devendo a Administração dar ciência à recorrente de que a utilização de jurisprudência inexistente configura conduta grave, podendo ensejar as sanções cabíveis por litigância de má-fé e tentativa de indução da Administração ao erro.

DA DECISÃO:

Diante de todo o exposto, após criteriosa análise dos autos, das razões recursais apresentadas pelas **RECORRENTES** PATROL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 03.268.510/0001-32 e FL ENGENHARIA, SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 36.783.315/0001-08, e das contrarrazões apresentadas pelo **RECORRIDO** V. TORRES SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, bem como do Pareceres Técnico e Parecer Jurídico emitidos respectivamente pela Comissão Especial de Engenharia e a Procuradoria Geral do Município de Baraúna/RN **integralmente acolhidos** como razões de decidir, **DECIDE ESTA AGENTE DE CONTRATAÇÃO**:

PELO NÃO PROVIMENTO dos recursos interpostos pelos RECORRENTES, mantendo-se inalterada a decisão que admitiu a proposta e habilitou o RECORRIDO no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 011/2025;

PELA MANUTENÇÃO da classificação do licitante **V. TORRES SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, ante a plena demonstração de que as inconsistências apontadas — como a menção ao nome de terceira empresa e a ausência inicial de documentos complementares como BDI e Cronograma — configuraram falhas formais passíveis de saneamento via diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021;

PELA RATIFICAÇÃO de que o procedimento de diligência realizado ***não implicou em "reconstrução da proposta" ou alteração de valores, mas sim na regularização de condições pré-existentes, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a conclusão dos espaços educativos (escolas) do Município, em observância aos princípios do formalismo moderado e da economicidade*****; e,**

PELO PROSSEGUIMENTO REGULAR DO CERTAME, com o encaminhamento dos autos à Autoridade Competente para fins de adjudicação e homologação do resultado em favor do licitante vencedor, observadas as demais formalidades legais.

Determina-se, por fim, a adoção das providências administrativas cabíveis para ciência formal das licitantes, registro nos autos, atualização no sistema eletrônico e regular prosseguimento do certame nas fases subsequentes.

DA TRANSPARÊNCIA E PUBLICIDADE:

O presente julgamento de recursos e contrarrazões será publicizado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN) e disponibilizado no Portal de Compras Públicas, no link: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/

Baraúna/RN, 12 de maio de 2026.

MARIA ALICIA PERREIRA COSTA BARBOZA
Agente de Contratação do Município de Baraúna

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:F7E77728

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
DESPACHO À DECISÃO DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO AO JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2025 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 06110001/2025.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para conclusão dos espaços educativos (escolas) localizadas na zona norte, Comunidades de Angicos, Tiradentes, Vila Nova I, Vila Nova II e Vitória, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Baraúna/RN (Termo de Compromisso n° 168336).

CONSIDERANDO o que dispõe as regras editalícias constantes dos autos da Concorrência Eletrônica nº 011/2025 ao Processo Administrativo n° 06110001/2025 e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO que, em decorrência do resultado do julgamento da Concorrência Eletrônica nº 011/2025, foi oportunizado aos licitantes o prazo legal para manifestação de intenção recursal, em estrita observância ao disposto no item 9 do edital, bem como no art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com o princípio do contraditório e da ampla defesa, previsto no artigo 5º,

inciso LV, da Constituição Federal, foi oportunizado às partes interessadas o oferecimento de razões e contrarrazões;

CONSIDERANDO que os licitantes **RECORRENTES** PATROL CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 03.268.510/0001-32 e FL ENGENHARIA, SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 36.783.315/0001-08 registraram, de forma tempestiva, suas intenções de recurso, cujos RECORRENTES posteriormente interpuseram recursos tempestivamente contra o licitante **RECORRIDO** empresa V. TORRES SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 52.801.493/0001-62, tendo o RECORRIDO apresentado contrarrazões, cujo prazo decorreu conforme previsto no art. 165, parágrafo quarto da Lei nº 14.133, de 2021, rebatendo os recursos interpostos pelos RECORRENTES;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, por meio da Comissão Especial de Engenharia, emitiram Parecer Técnico, composta pela Sra Victória Carollayne dos Santos Carvalho, Engenheira Civil CREA-RN: 2118804725; Sra Aquila Raissa da Silva Teixeira do Vale, Engenheira Civil CREA-RN: 2123052388 e Sr André Marcos Silvestre Pereira, Engenheiro Eletricista CREA-RN: 2122738570, manifestaram-se de pelo não acolhimento das razões expostas pelos RECORRENTES PATROL CONSTRUÇÕES LTDA e FL ENGENHARIA, SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, mantendo inclusive entendimento anterior adotado pela Comissão, quando da análise do julgamento de proposta e habilitação, ratificando, portanto, decisão que tornou o RECORRIDO V. TORRES SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA vencedora da Concorrência Eletrônica em tela;

CONSIDERANDO que a Procuradoria-Geral Municipal, por meio da Dra. DARYAGNA SONELLY MEDEIROS DE SOUZA, Procuradora-Geral também emitiu Parecer Jurídico sobre os fatos ocorridos analisando os recursos e contrarrazões e se pronunciando ***favoravelmente a decisão da Agente de Contratação que declarou o licitante V. TORRES SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA vencedora da Concorrência Eletrônica nº 011/2025***, ***opinando assim pelo não acatamento das razões expostas pelos licitantes PATROL CONSTRUÇÕES LTDA e FL ENGENHARIA, SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA***;

CONSIDERANDO que analisando o julgamento emitido pela **Sra. Maria Alicia Costa Pereira Barboza**, Agente de Contratação, entendo que o julgamento acostados aos autos estão de acordo com os princípios da Administração Pública, princípio da vinculação ao edital, princípio do julgamento objetivo, princípio do formalismo moderado e princípio da autotutela, devendo-se, portanto, manter inalterado o julgamento do certame; e,

CONSIDERANDO todas as informações apresentadas, **RATIFICO A DECISÃO DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, *mantendo inalterada sua decisão*, determino a publicação na Imprensa Oficial e que a Agente de Contratação promova as medidas administrativas pertinentes.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE E
CUMPRA-SE.

Baraúna/RN, 12 de maio de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:6BEEAF40

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 016/2026

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DE BARAÚNA-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida 01 **(um) DIÁRIA** no valor de **R$140,00** (cento e quarenta reais) à **Erick Nicássio Santos Góis,** matrícula nº 0027758, ocupante do cargo/função **motorista,** para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento a **ALHANDRA-PB**, no dia 08 de maio de 2026, para conduzir uma pessoa em situação de drogadição para ser acolhida na Fazenda da Esperança.
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 003/2026 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 12 de maio de 2026.

JOSÉ FLÁVIO MATIAS PEREIRA
Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 9997-2

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:F7664016

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 017/2026

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DE BARAÚNA-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida 01 **(um) DIÁRIA** no valor de **R$105,00** (cento e cinco reais) à **Cicero Leandro De Lima Neto,** matrícula nº 0027758, ocupante do cargo/função **motorista,** para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento a **ALEXANDRIA-RN** no dia 08 de maio de 2026, para conduzir UMA FAMÍLIA ACOMPANHADA PELO Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – BARAÚNA ao SEPUTAMENTO de um ente querido, na referida cidade.
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 003/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 12 de maio de 2026.

JOSÉ FLÁVIO MATIAS PEREIRA
Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania
Matrícula: 9997-2

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:587AAA2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 018/2026

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DE BARAÚNA-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.
RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida 02 **(duas) DIÁRIAS** no valor de **R$200,00** (duzentos reais) à **ANA KELLY QUEIROZ DE OLIVEIRA,** matrícula nº 714-2, ocupante do cargo/função Digitador, Entrevistador CADASTRO ÚNICO, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de NATAL/RN, para participar da Capacitação na Operação do SIBEC, promovida pela Universidade CAIXA no 12 de maio.
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 12 de maio de 2026.

JOSÉ FLÁVIO MATIAS PEREIRA
Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania
Matrícula nº 9997-2

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:9B61A815

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA (S) Nº 019/2026

Concede diária (s) a servidor que especifica e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA DE BARAÚNA-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com fundamento basilar no Decreto Municipal nº 03/2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida 02 **(duas) DIÁRIAS** no valor de **R$200,00** (duzentos reais) à **ALLYSSON LIRA DO CARMO,** matrícula nº 23477, ocupante do cargo/função Digitador – BOLSA FAMÍLIA, para custear despesas destinadas à cobertura de gastos com alimentação/ajuda de custo, conforme dispõe o parágrafo Único do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN, durante seu deslocamento à cidade de NATAL/RN, para participar da Capacitação na Operação do SIBEC, promovida pela Universidade CAIXA no dia 12 de maio.
Art. 2º - O servidor ou agente público que tenha recebido o valor corre-spondente às diárias, deverá apresentar comprovação do cumprimento dos objetivos constantes na concessão original, mediante exibição relatório de viagem (inciso III do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) – Anexo III do Decreto Municipal nº 03/2025 e, de documentação hábil para comprovar a efetiva ocorrência do afastamento (inciso IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE) atendendo assim as disposições contidas nos incisos III e IV do art. 16 da Res. nº 028/2020-TCE/RN.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.
Publique-se. Cumpra-se,

Baraúna-RN, 12 de maio de 2026.

JOSÉ FLÁVIO MATIAS PEREIRA
Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania
Matrícula nº 9997-2

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:20957996

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 091/2025 AO PREGÃO ELETRONICO 007/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 23120001/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN E A PESSOA JURÍDICA MISSNER & MISSNER LTDA, CNPJ: 03.225.411/0001-7

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE BARAÚNA,** Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a Sra. **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF: 672.435.924-49, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Pessoa Jurídica: **MISSNER & MISSNER LTDA,** CNPJ: 03.225.411/0001-73, neste ato representado por **ARMANDO ADVIN MISSNER ,** CPF nº 490.xxx.xxx-06, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente termo de aditamento referente à renovação de prazo com espeque no art. 107 da Lei n° 14.133/2021, e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente Termo tem por objeto o aditamento de prazo no escopo da Cláusula Terceira (Da vigência e da Eficácia) referente 091/2025, com fundamento no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, referente à AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR DE CONSUMO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL E MATERNIDADE FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO E DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA
2.1. O presente termo de aditivo contratual justifica-se por razões econômicas, financeiras e técnicas, uma vez que a continuidade dos serviços fornecidos é de suma importância para a Secretaria Municipal de Saúde de Baraúna/RN.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE PRORROGAÇÃO
3.1.O termo aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir do dia **08/04/2026 à 08/04/2027**, conforme artigo 107 da Lei n° 14.133/2021 com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA QUARTA - DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL

Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Baraúna/RN, 08 de abril de 2026

Prefeitura Municipal De Baraúna/Rn	Missner & Missner LTDA
MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA	***ARMANDO ADVIN MISSNER***
Prefeita do Município de Baraúna/RN	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:F27BF07F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
TERMO DE APOSTILAMENTO AO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 001/2024 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01080001/2024.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.546.103/0001-63, sediada na Rua Hermenegildo Montenegro, 126, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna/RN, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, a senhora **MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 672.435.924-49 portadora da Cédula de Identidade sob nº 1074427 ITEP-RN, residente e domiciliada na avenida Gilberto Alves, 65, Portal das Palmeiras, CEP:59.695-000, Baraúna/RN resolve celebrar o presente apostilamento com integral observância ao art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade a retificação do Quarto Termo Aditivo ao Termo de Contrato n° 001/2024 Pregão Eletrônico nº 013/2024, conforme matéria publicizada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 16 de abril de 2026, edição nº 3.772.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO:

2. Conforme expresso na cláusula primeira deste Termo, fica retificada a fundamentação legal do Termo Aditivo no qual:

2.1. No preâmbulo, **onde se lê**: **QUINTO TERMO ADITIVO** AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2024 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01080001/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN E A PESSOA JURÍDICA W.C PINTO COMBUSTIVEIS - ME, CNPJ: 24.587.883/0002-272.2.

2.2. Na cláusula primeira, **leia-se**: **QUARTO TERMO ADITIVO** AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2024 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01080001/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA/RN E A PESSOA JURÍDICA W.C PINTO COMBUSTIVEIS - ME, CNPJ: 24.587.883/0002-27.

2.4. Ressalta-se que o equívoco ocorreu por erro de digitação/material, não alterando o objeto, o valor, o prazo, nem quaisquer condições originalmente pactuadas, permanecendo inalterada a vontade das partes e a essência do ajuste celebrado.
2.5. Dessa forma, a retificação visa adequar o instrumento à correta fundamentação legal, em observância aos princípios da legalidade, da transparência e da segurança jurídica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS INFORMAÇÕES:

3. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2024 ao Pregão Eletrônico nº 013/2024 não alcançadas pelo presente apostilamento, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

Baraúna/RN, 07 de maio de 2026.

MARIA DIVANIZE ALVES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Baraúna/RN

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:3BF4DDDB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BOA SAÚDE - IPBS
CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 013/2026

Dispõe sobre a concessão do benefício de Diárias em favor do servidor Gilvanilson Silva Paulino.

A CHEFE DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO IPBS - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Franciane Paula da Silva Tinôco, no uso pleno de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1° CONCEDER ao Servidor ***Gilvanilson Silva Paulino***, matrícula nº 001, ocupante do cargo de Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Boa Saúde/RN, 02 (Duas) Diárias, com valor unitário de R$170,00 (Cento e Setenta Reais), totalizando R$340,00 (Trezentos e quarenta Reais) para custear suas despesas com deslocamento e alimentação para a participação no evento: GRANDES NOMES EM COMPRAS PÚBLICAS – GNCP 9º EDICÃO NATAL, a ser realizado na Cidade do Natal nos dias 14 e 15 de maio de 2026.

Boa Saúde/RN, 12 de maio de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FRANCIANE PAULA DA SILVA TINÔCO
Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro do IPBS
Portaria nº 014/2025

Publicado por:
Gilvanilson Silva Paulino
Código Identificador:821EE4C9

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BOA SAÚDE - IPBS
CONCESSÃO DE DIÁRIA

Portaria nº 014/2026

Dispõe sobre a concessão do benefício de Diárias em favor do servidor Walame Lópes Duarte.

O DIRETOR PRESIDENTE DO IPBS - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Gilvanilson Silva Paulino, no uso pleno de suas atribuições legais.

Resolve:

Art. 1° CONCEDER ao Servidor ***Walamy Lópes Duarte***, ocupante do cargo de Assessor Técnico do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Boa Saúde/RN, 02 (Duas) Diárias, com valor unitário de R$100,00 (Cem Reais), totalizando R$ 200,00 (Duzentos Reais) para custear suas despesas com deslocamento e alimentação para a participação no evento: GRANDES NOMES EM COMPRAS PÚBLICAS – GNCP 9º EDIÇÃO NATAL, a ser realizado na Cidade do Natal nos dias 14 e 15 de maio de 2026.

Boa Saúde/RN, 12 de maio de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GILVANILSON SILVA PAULINO
Diretor Presidente do IPBS
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Gilvanilson Silva Paulino
Código Identificador:A3A0536A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 24/2022
INEXIGIBILIDADE N° 011/2025 - PROCESSO Nº. 1109/2022

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, CNPJ: 08.142.655/0001-06
CONTRATADO: R R LOPES ASSESSORIA CONTABIL LTDA ME **CNPJ:** 11.801.158/0001-87

OBJETO: aditivo de prazo do contrato N° 24/2022, que tem como objeto contratação de serviços de assessoria técnica especializada notadamente quanto ao cadastramento e acompanhamento de propostas e projetos destinados ao município, provenientes de emendas parlamentares e dos diversos programas disponibilizados pelos Ministérios do Governo Federal, com recursos do OGU-ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Secretaria Municipal de Governo
Projeto atividade – 2002
Natureza da despesa - 33.90.35
Fonte de recurso - 15000000
Vigência: de 05 de maio de 2026 à 05 de maio de 2027
Fundamento Legal: lei 14.133/2021
Assinaturas: pela contratante João Maria Mesquita e pela Contratada Rosa Maria Lopes

DATA: 05 de maio de 2026

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Brenda Lindainez Ferreira Xavier
Código Identificador:9A2F8C75

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 044/2026-SMAP/PMBS

PORTARIA Nº 044/2026-SMAP/PMBS
Boa Saúde RN, 12 de maio de 2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAUDE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e a Lei Complementar n° 001/97, com fundamento no artigo nº 88, inciso I, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico Único do Município de Boa Saúde/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora: **SUELI REJANE LIRA DE ANDRADE TIMOTHEO,** matrícula nº **120165-4**, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Licença Médica**, com vigência a partir **10 de março de 2026 a 25 de abril de 2026**, ratificado pelo Laudo Médico emitido pela Junta Médica Oficial do Município CIM AMLAP/SESI.
Art. 2º. Decorrido o prazo acima descrito no Art. 1º, a Servidora deverá apresentar-se ao trabalho.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10 de março de 2026.

Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Cumpra-se.

HELDERLANE BEZERRA DE OLIVEIRA MESQUITA
Secretária de Administração e Planejamento
Matrícula: 123045-0

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:00EE598C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 045/2026-SMAP/PMBS

PORTARIA Nº 045/2026-SMAP/PMBS
Boa Saúde RN, 12 de maio de 2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAUDE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e a Lei Complementar n° 001/97, com fundamento no artigo nº 88, inciso I, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico Único do Município de Boa Saúde/RN.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora: **ODILÉIA CRISTINA DA SILVA DE OLIVEIRA,** matrícula nº **120159-0**, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, **Licença Médica**, com vigência a partir **23 de março de 2026 a 19 de setembro de 2026**, ratificado pelo Laudo Médico emitido pela Junta Médica Oficial do Município CIM AMLAP/SESI.
Art. 2º. Decorrido o prazo acima descrito no Art. 1º, a Servidora deverá apresentar-se ao trabalho.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 23 de março de 2026.

Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Cumpra-se.

HELDERLANE BEZERRA DE OLIVEIRA MESQUITA
Secretária de Administração e Planejamento
Matrícula: 123045-0

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:9C3028AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 047/2026-SMAP/PMBS

PORTARIA Nº 047/2026-SMAP/PMBS Boa Saúde RN, 12 de maio de 2026.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e de acordo com o Decreto Municipal de nº 012, de 28 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora **BRENDA LINDAINEZ FERREIRA XAVIER**, matrícula nº **122995-8**, inscrita sob o CPF nº **086**.***.***-**59**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, **02 (duas) meia diárias**, ao valor unitário de R$ **50,00 (cinquenta) reais**, totalizando o valor de **R$ 100,00 (cem reais)**, para custear as despesas durante os dias 14 e 15 de maio de 2026, onde participará do 9º Congresso Grandes nomes em Compras Públicas, que será realizado na cidade de Natal/RN.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

HELDERLANE BEZERRA DE OLIVEIRA MESQUITA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento
Matricula: 123.045-0

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:6B5D9663

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 048/2026-SMAP/PMBS

PORTARIA Nº 048/2026-SMAP/PMBS Boa Saúde RN, 12 de maio de 2026.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e de acordo com o Decreto Municipal de nº 012, de 28 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora **FERNANDA CLÊNDIA DA SILVA GOMES**, matrícula nº **123046-8**, inscrita sob o CPF nº **092**.***.***-**55**, ocupante do cargo comissionado de Assessor Especial, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, **02 (duas) meia diárias**, ao valor unitário de R$ **50,00 (cinquenta) reais**, totalizando o valor de **R$ 100,00 (cem reais)**, para custear as despesas durante os dias 14 e 15 de maio de 2026, onde participará do 9º Congresso Grandes nomes em Compras Públicas, que será realizado na cidade de Natal/RN.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

HELDERLANE BEZERRA DE OLIVEIRA MESQUITA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento
Matricula: 123.045-0

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:53E49FC2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 049/2026-SMAP/PMBS

PORTARIA Nº 049/2026-SMAP/PMBS Boa Saúde RN, 12 de maio de 2026.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e de acordo com o Decreto Municipal de nº 012, de 28 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora **MARIA LIZANDRA DO NASCIMENTO DE MORAIS**, matrícula nº **123056-5**, inscrita sob o CPF nº **111**.***.***-**44**, ocupante do cargo comissionado de Comunicação, lotada na Secretaria Municipal de Governo, **02 (duas) meia diárias**, ao valor unitário de R$ **50,00 (cinquenta) reais**, totalizando o valor de **R$ 100,00 (cem reais)**, para custear as despesas durante os dias 14 e 15 de maio de 2026, onde participará do 9º Congresso Grandes nomes em Compras Públicas, que será realizado na cidade de Natal/RN.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

HELDERLANE BEZERRA DE OLIVEIRA MESQUITA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento
Matricula: 123.045-0

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:68FEE113

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 050/2026-SMAP/PMBS

PORTARIA Nº 050/2026-SMAP/PMBS Boa Saúde RN, 12 de maio de 2026.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e de acordo com o Decreto Municipal de nº 012, de 28 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor **LOWHAN GUSTAVO FAUSTINO DA SILVA**, matrícula nº **121914-6**, inscrito sob o CPF nº **113**.***.***-**4409**, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, **02 (duas) meia diárias**, ao valor unitário de R$ **50,00 (cinquenta) reais**, totalizando o valor de **R$ 100,00 (cem reais)**, para custear as despesas durante os dias 14 e 15 de maio de 2026, onde participará do 9º Congresso Grandes nomes em Compras Públicas, que será realizado na cidade de Natal/RN.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

HELDERLANE BEZERRA DE OLIVEIRA MESQUITA
Secretária Municipal de Administração e Planejamento
Matricula: 123.045-0

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:5D3D0B29

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. 122/2026-SMG DESIGNAR O SERVIDOR CARPEGIANE ALVES DE ASSIS, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTE DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS/RN.

PORTARIA N. 122/2026-SMG Bom Jesus/RN, 12 de maio de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. art. 34, inciso ll, alínea "g" da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Carpegiane Alves de Assis**, CPF n. XXX.896.894-XX, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento do município de Bom Jesus/RN.
Art. 2º. A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contida na mencionada Lei Complementar, sob a supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.
Parágrafo único - O Agente de desenvolvimento no desempenho de suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desemprenhar um papel de coordenação das atividades objetivando o desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

Art. 3º. Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:

I – Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das MPE no município;

ll – Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
lll – Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;
lV – Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
V – Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, e diretamente com os empreendedores do município;
Vl – Manter registro organizado de todas as suas atividades;
Vll – Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;
Vlll - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:F2E29D0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 123/2026 – SMG DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PORTARIA Nº 123/2026 – SMG

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Bom Jesus, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que dispõe a Lei Municipal 380/2018, Seção I – da elevação por titulação

RESOLVE:

Art. 1º. Ratificar a Progressão Vertical da Servidora **DENISE CORTEZ DA SILVA ACCIOLY, matrícula 0564168,** que exerce o cargo de Professora P-2, **até o Nível V**, conforme Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal regido pela Lei Municipal 380/2018, considerando decisão judicial **ID 182452126**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 04 de agosto de 2023, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

Secretaria Municipal de Governo do Município de Bom Jesus/RN, em 12 de maio de 2026

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:9DB174AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 082/2026 – GP

PORTARIA Nº 082/2026 – GP

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder a servidora **TATIANA TURCATTI NAGANO**, matrícula nº 3894-8, ocupante do cargo de Enfermeira, o equivalente a 4,0 (quatro) diárias, para custear despesas com deslocamento e alimentação na cidade de Porto Alegre/RS, onde participará do XXXIX Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMAS), no período de 12 a 15 de julho de 2026.

Art. 2º O valor unitário da diária é de R$ 296,56 (Duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e sies centavos), totalizando o valor de R$ 1.186,24, (Hum mil, cento e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Brejinho/RN, 12 de maio de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:0A59C099

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 083/2026 – GP

PORTARIA Nº 083/2026 – GP

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao(a) servidor(a) **YASMIM FLÁVIA DA SILVA NUNES**, matrícula nº 3951-9, ocupante do cargo de Auxiliara de Secretaria, o equivalente a 4,0 (quatro) diárias, para custear despesas com deslocamento e alimentação na cidade de Porto Alegre/RS, onde participará do XXXIX Congresso do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMAS), no período de 12 a 15 de julho de 2026.

Art. 2º O valor unitário da diária é de R$ 296,56 (Duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e sies centavos), totalizando o valor de R$ 1.186,24, (Hum mil, cento e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Brejinho/RN, 12 de maio de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:B7DD2528

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 002/2026

Objeto: Registro de preços destinado à futura e eventual aquisição de Veículo tipo ambulância tipo A, para simples remoção, tipo furgoneta, conforme especificações no termo de referência em anexo, para atender as necessidades do Município de Caiçara do Norte/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

O Pregoeiro do Município de Caiçara do Norte/RN, torna público o resultado do processo licitatório na modalidade pregão, na sua forma eletrônica de n° 002/2026-SRP, em que foram declaradas vencedoras as seguintes empresas: CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ. 35.741.144/0001-83, onde se sagrou vencedora do certame, sendo portado, ADJUDICADO o objeto desta licitação ao licitante vencedor, acima mencionada conforme consta nos autos, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à Administração. A licitação foi realizada pelo critério de menor preço por item, informamos que a Ata na íntegra, encontra-se na sede da Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte/RN, como também no site:www.portaldecompraspublicas.com.br.

Caiçara do Norte/RN, 12 de maio de 2026.

ALCELIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:B968C36B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

OBJETO**:** Registro de preços destinado à futura e eventual aquisição de Veículo tipo ambulância tipo A, para simples remoção, tipo furgoneta, conforme especificações no termo de referência em anexo, para atender as necessidades do Município de Caiçara do Norte/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente do Município de Caiçara do Norte, o Senhor Alcelio Fernandes Barbosa, Prefeito Municipal, HOMOLOGA a Adjudicação referente ao Pregão Eletrônico nº 002/2026-SRP, conforme resultado abaixo.

Homologo a presente licitação em favor dos licitantes: CAMMINARE MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ. 35.741.144/0001-83, por ter apresentado a proposta mais vantajosa à Administração, para o objeto do Edital em epígrafe.

Caiçara do Norte/RN, 12 de maio de 2026.

ALCELIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rayssa Souza da Silva
Código Identificador:13A63EFE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN
ATA Nº 001 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO DE CAIÇARA DO NORTE/RN

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze nove horas e quarenta minutos, atendendo a um convite da Secretaria Municipal de Assistência Social, estiveram presentes na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social de Caiçara do Norte/RN, os indicados pelas entidades representativas do governo municipal e os indicados da Sociedade Civil, para tomar posse no Conselho Municipal de Direitos do Idoso. Inicialmente foi feito a apresentação dos referidos conselheiros e suas respectivas entidades representativas, ficando como representante da Secretaria Municipal de Assistência Social: Titular: Josiane Silva do Nascimento e Suplente: Marilande de Souza Bezerra. Da Secretaria Municipal de Saúde: Titular: Andrielly Aurila Ribeiro, Suplente não enviou representante. Da Secretaria Municipal de Educação como titular a Sra. Miriam Conrado e Suplente não enviou representante. Da Secretaria Municipal de Finanças como Titular o Sr° Alcides Fernandes Barbosa e como suplente a Sra. Ana Maria Gomes da Silva. Os Representantes da Sociedade Civil: do SCFV: **TITULAR**: Maria Lúcia da Silva Nogueira; **SUPLENTE:** Maria Elza Silva de Oliveira; Titular: Francisca Maria Mendes; SUPLENTE: Não Enviou representante suplente; **Entidade Religiosa:** Não enviou representantes e este conselho enviará outra solicitação. Da Colônia de Pescadores**:**TITULAR: MANUEL ELIAS DE ALMEIDA SUPLENTE: Não enviou representante suplente; **Em seguida** a representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, fez um breve relato da existência do referido conselho, dos atos que o normatizam e da importância do mesmo para a realização das políticas sociais do município. Após passou um informativo para os presentes o qual explicava as atribuições e objetivos do conselho do idoso. O conselho municipal da pessoa idosa é um órgão de representação e de interlocução dos idosos, junto à comunidade e aos poderes públicos na busca de soluções compartilhadas, é determinante para dar mais visibilidade aos direitos dos idosos. Em seguida foi explicado que os membros deste conselho devem realizar a eleição para escolha do Presidente e vice presidente do conselho. Após as discussões a Sra Joseane Silva do Nascimento foi eleita Presidente e como Vice presidente a Sra Francisca Maria Mendes. Em seguida foi passada a palavra para a nova presidente do conselho que agradeceu pela confiança de todos, ressaltando a importância de fazer parte do conselho Municipal do Idoso, que é uma grande responsabilidade e que deseja que todos os conselheiros sejam participantes e atuantes e que espera contar com o apoio de todos. Em tempo a Sra. Miriam Conrado, explicou que não poderia assumir a titularidade neste conselho, por motivos pessoais, e irá solicitar na Secretaria de Educação, a indicação de novos membros. A presidente, explicou que encaminhará nova solicitação. E ao término de todas as discussões e esclarecimentos, e nada mais havendo a tratar a nova presidente do CMDI, a Sra. Joseane agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. A partir da qual foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e que segue assinada por mim, Darlyene Silva de Oliveira que secretariei a presente reunião, bem como os demais presentes.
Caiçara do Norte/RN, vinte e seis de agosto de dois mil e vinte e quatro.

Publicado por:
Lucia de Fatima Ramos de Araujo
Código Identificador:A5F91C3E

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLCENTE
ATA Nº 001 DO COMDCA

Aos 14 dias do mês de novembro de 2025, às 10h00, na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no município de Caiçara do Norte/RN, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDCA, com a presença dos seus membros para a realização da posse dos novos conselheiros que passam a compor este colegiado. A reunião foi conduzida pela Sra. Lúcia de Fátima Ramos, atual Presidente do COMDCA, que iniciou os trabalhos dando boas-vindas a todos os presentes, ressaltando a importância do compromisso e da responsabilidade do Conselho na garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes do município. Em seguida, a Presidente realizou a leitura de um texto informativo abordando o papel do conselheiro, destacando suas atribuições legais, deveres, ética na atuação, participação ativa nas deliberações do Conselho, acompanhamento das políticas públicas e corresponsabilidade na promoção e proteção dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Após a leitura, foram oficialmente declarados

empossados os novos membros do COMDCA. Em seguida, o colegiado procedeu à eleição para Presidente do Conselho, sendo a Sra. Lúcia de Fátima Ramos eleita por unanimidade pelos presentes para exercer a Presidência do COMDCA pelos próximos dois anos. Após o resultado, a Presidente agradeceu a todos pela confiança, afirmando que se sente imensamente satisfeita e honrada em estar à frente de um conselho tão importante para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes do município, reforçando seu compromisso em atuar com responsabilidade, diálogo e dedicação. Em tempo a Sra. Lúcia Ramos informou que anexo a esta Ata está listados todos os membros deste conselho. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, eu, Antonia Paula Lima de Oliveira, lavrei a presente ata, que, após lida e assinada pelos membros presentes, segue registrada.

Caiçara do Norte/RN, 14 de novembro de 26 2025

Publicado por:
Lucia de Fatima Ramos de Araujo
Código Identificador:F0A00190

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 096/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 2406013/2, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Thiago Cesar de Oliveira Barreto, inscrita no CPF sob nº 053706344-75, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS QUE ESTÃO EM ADAMENTO, ELABORAÇÃO DE PLANILHAS, PROJETOS BÁSICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, ALIMENTAÇÃO DO SIMOB E ANEXO 23 DO TCE/RN NO MUNICIPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:B1482DEC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 097/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 34/2022, firmado entre esta Prefeitura e a empresa A. O. S. Software LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 11385898/0001-80, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO PARA OS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, TRIBUTAÇÃO E PROTOCOLO, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:A2C3FCB8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 098/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) MAYANE PEREIRA DIAS, matrícula nº 03090-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 39/2022, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Herlon Gomes Varela, inscrita no CPF sob nº 024799454-56, cujo objeto é LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;

IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:1A30DD2A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 099/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) MAYANE PEREIRA DIAS, matrícula nº 03090-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 41/2022, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Rayane Silva de Souza, inscrita no CPF sob nº 017510754-86, cujo objeto é LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA DAR APOIO AOS FUNCIONÁRIOS E PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:F829A1D9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 100/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) MARCIO ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº 01885-6, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 26/2023, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Arquidiocese de Natal, inscrita no CNPJ sob nº 08026122/0051-28, cujo objeto é LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DAS SALAS DO COLEGIO PROFESSOR CAZUZA NO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE, com vigência de 13/03/2026 a 12/03/2027.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:241948BF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 101/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) MAYANE PEREIRA DIAS, matrícula nº 03090-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 28/2023, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Ivan Alves de Souza, inscrita no CNPJ sob nº 17524409/0001-00, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS GABINETES ODONTOLÓGICOS DOS POSTOS DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:DB196D04

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 102/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 31/2023, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Comercial Central Gás LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17199619/0001-70, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÁS DE COZINHA GPL, EM BOTIJÕES DE 13KG PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:394716E7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 103/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 32/2023, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Comercial Central Gás LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17199619/0001-70, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE AGUA MINERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:42E6027F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 104/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 38/2023, firmado entre esta Prefeitura e a empresa TOP DOWN Consultoria LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 40998734/0001-26, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS, VOLTADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES E ATIVIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:60CFCD3E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 105/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) MAYANE PEREIRA DIAS, matrícula nº 03090-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 210801/2023, firmado entre esta Prefeitura e a empresa I M N Varela Laboratórios LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12644969/0002-65, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS (LABORATÓRIOS ESPECIALIZADOS) NA ÁREA DE SAÚDE, PRESTADORAS DOS SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS; EXAMES DE CITOPATOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICAS; PARA ATENDIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:D125463D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 106/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 2009001/2023, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Santos & Fernandes LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02909308/0001-80, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEICULOS SEM CONDUTOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:386F9C78

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 107/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 2203001/2023, firmado entre esta Prefeitura e a Felipe de Oliveira Fonseca Eireli EPP, inscrita no CNPJ sob nº 10763947/0001-08, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA COM REVISÃO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES MECÂNICOS E ELETRICOS, DESTINADOS A TODA FROTA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;

III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;

IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:0CECD2E3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 05/2024, firmado entre esta Prefeitura e a Valdeci Inacio da Silva, inscrita no CPF sob nº 828536654-53, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:42E49ED0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 07/2024, firmado entre esta Prefeitura e a Marcelo José Barbosa Rodrigues de Lima ME, inscrita no CNPJ sob nº 18871909/0001-80, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:2B76AE21

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 110/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 08/2024, firmado entre esta Prefeitura e a DANSET - Comercio e Serviços LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 27245818/0001-20, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO LICENCIAMENTO E DIREITO DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE FOLHA DE PAGAMENTO E RECURSOS HUMANOS., com vigência de 02/02/2026 a 31/01/2027.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;

II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;

III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:8EF5C6EF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 111/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 09/2024, firmado entre esta Prefeitura e a BRASECO SA, inscrita no CNPJ sob nº 01487456/0001-90, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO DE MASSARANDUBA, DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA, COM O OBJETIVO DE RECEBER E DAR DISPOSIÇÃO FINAL AOS RESÍDUOS SÓLIDOS, CLASSE IIA E IIB, COLETADOS E ENVIADOS PELA CONTRATANTE, com vigência de 31/12/2025 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:C2AC0B58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 112/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 10/2024, firmado entre esta Prefeitura e a Thalita Thayna Tenório da Silva, inscrita no CPF sob nº 124403484-30, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:D7968150

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 113/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 11/2024, firmado entre esta Prefeitura e a Eraldo Dias da Silva, inscrita no CPF sob nº 047704524-38, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PODA DE ARVORES NO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:

I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:B6562E8D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 114/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) MAYANE PEREIRA DIAS, matrícula nº 03090-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 12/2024, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Oxi Borges Distribuidora de Gases Industriais e Medicinais LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 48702159/0001-84, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CILINDROS E RECARGAS DE OXIGÊNIO HOSPITALAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN, DE ACORDO COM O QUE DETERMINA A LEGISLAÇÃO VIGENTE, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:D525A2DA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 115/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) MARCIO ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº 01885-6, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 13/2024, firmado entre esta Prefeitura e a empresa João Barbosa da Silva, inscrita no CPF sob nº 406342054-04, cujo objeto é LOCAÇÃO DE VEÍCULO COM TRAÇÃO 4X4 PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS EM ÁREA DE DUNAS NA COMUNIDADE MORADA NOVA, ONDE IMPOSSIBILITA O TRAFEGO DOS ÔNIBUS ESCOLARES DO MUNICIPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 13/03/2026 a 12/03/2027.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:A8FC8195

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 116/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) MAYANE PEREIRA DIAS, matrícula nº 03090-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 14/2024, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Cril Empreendimento Ambiental LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 09234399/0001-40, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, GERENCIAMENTO, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PERIGOSOS POR DESTRUIÇÃO TÉRMICA (INCINERAÇÃO) E DESTINAÇÃO FINAL DAS

CINZAS DOS RESÍDUOS PROVENIENTES DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAL, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;

III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:1101750D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 117/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 15/2024, firmado entre esta Prefeitura e a empresa W L Da R Lima Soluções Administrativas, inscrita no CNPJ sob nº 47479758/0001-18, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E ORIENTAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, CONCERNENTES AOS TRABALHOS ROTINEIROS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO, ACOMPANHAMENTO E ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:BE47D78A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 118/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 16/2024, firmado entre esta Prefeitura e a empresa Adelson Menezes Constantino, inscrita no CPF sob nº 953211284-72, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MARCENARIA ATRAVÉS DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN, com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:40CDAE74

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 119/2026-GP-PMCN

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

Resolve:

Art. 1º. Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA CAVALCANTE DA SILVA, matrícula nº 3087-2, para atuar como FISCAL DE CONTRATO, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da

execução do Contrato nº 17/2024, firmado entre esta Prefeitura e a empresa MR Consultoria e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 47878645/0001-95, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA SERVIÇO GEOLÓGICO ESPECIALIZADO EM SONDAGEM NO MUNICIPIO DE CAIÇARA DO NORTE/RN, TUDO DE ACORDO COM O QUE DETERMINA A LEGISLAÇÃO VIGENTE., com vigência de 02/01/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. O(a) Fiscal de Contrato ora designado(a) deverá:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das cláusulas estabelecidas;
II – Registrar ocorrências e comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades;
III – Emitir relatórios de acompanhamento e propor medidas corretivas quando necessário;
IV – Zelar pelo fiel cumprimento do objeto contratado, observando prazos e condições pactuadas.

Art. 3º. Fica designado(a) como FISCAL SUBSTITUTO o(a) servidor(a) PEDRO RAUANDSON DE SOUZA MACIEL, matrícula nº 3091-1, cargo, que assumirá as atribuições do titular em seus impedimentos legais ou eventuais afastamentos..

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:0E48FE13

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 120/2026-GP-PMCN

Concede horário especial à servidora pública municipal ALCIENE FERREIRA DIAS para fins de acompanhamento de dependente com deficiência, nos termos da legislação federal aplicada por analogia e do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis à espécie, fundamenta a expedição deste ato administrativo nos seguintes termos fáticos e procedimentais:

1. DOS CONSIDERANDOS

Considerando o requerimento administrativo formulado pela servidora pública municipal **ALCIENE FERREIRA DIAS**, ocupante do cargo de **Professora**, devidamente inscrita sob a **matrícula nº 0000000199-6**, por meio do qual pleiteia a concessão de regime de horário especial de trabalho com a finalidade de assistir seu filho menor, em decorrência de necessidades específicas de saúde e acompanhamento terapêutico;

Considerando o trâmite regular do **Processo DRH – 025/2026** e a existência de análise técnica detalhada constante no **Parecer Jurídico DRH – 025/2026**, emitido pela Assessoria Jurídica deste Município, o qual concluiu pela viabilidade legal e constitucional do pedido, orientando expressamente pelo deferimento da pretensão diante do preenchimento dos requisitos necessários para a proteção do núcleo familiar e do direito à saúde do dependente;

Considerando a situação clínica devidamente comprovada de **Noah Samuel Calixto Dias**, nascido em 13/01/2021, filho da servidora requerente, o qual possui diagnóstico médico de **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**, condição que exige atenção pormenorizada e apoio constante para o desenvolvimento de suas habilidades básicas e interação social, conforme atestado em laudo médico oficial colacionado aos autos administrativos;

Considerando que a documentação apresentada pela servidora, em especial a declaração do **Instituto Cubo Mágico**, atesta de forma inequívoca que o menor necessita de tratamento multidisciplinar intensivo, englobando áreas como Psicomotricidade, Psicopedagogia, Terapia ABA, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e Psicologia, atividades estas que demandam a presença indispensável de seu responsável legal para o sucesso das intervenções terapêuticas;

Considerando, por fim, que o tratamento especializado de que necessita o dependente é realizado na cidade de **Natal/RN**, exigindo o deslocamento regular da servidora e de seu filho para a capital do Estado em dias específicos da semana, o que gera incompatibilidade direta entre o exercício das funções do magistério em jornada integral e o cronograma clínico essencial à saúde do menor, justificando a intervenção da Administração Pública para garantir a dignidade da pessoa com deficiência e a proteção à infância.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL E CONVENCIONAL

Considerando que a República Federativa do Brasil elegeu a **dignidade da pessoa humana** como um de seus fundamentos essenciais, conforme estabelecido no Art. 1º, inciso III, da Constituição Federal, o qual atua como núcleo central do ordenamento jurídico e parâmetro interpretativo obrigatório para todos os atos da Administração Pública. Esse princípio impõe ao Estado o dever de assegurar as condições materiais e jurídicas necessárias para que cada indivíduo possa desenvolver suas potencialidades e viver com o mínimo de autonomia e respeito, sendo que, no caso da servidora **Alciene Ferreira Dias**, a dignidade se concretiza na possibilidade de oferecer ao seu filho, **Noah Samuel Calixto Dias**, o suporte terapêutico indispensável ao seu desenvolvimento saudável;

Considerando que o Art. 227 da Constituição Federal consolidou a **Doutrina da Proteção Integral**, ao impor à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com **absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à dignidade e à convivência familiar. No texto constitucional, colhe-se o seguinte comando normativo:
Art. 227. "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Considerando que a referida prioridade absoluta significa que o interesse da criança deve prevalecer em qualquer ponderação de interesses realizada pelo administrador público, especialmente quando se trata de criança com deficiência. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reforça que a proteção integral não se limita a uma mera declaração de intenções, mas constitui um direito público subjetivo exigível, que vincula a atuação estatal e veda retrocessos sociais ou omissões que comprometam o **mínimo existencial** e o desenvolvimento físico e psíquico do menor;
Nesse sentido, a jurisprudência da Suprema Corte é firme:
EMENTA: E M E N T A: CRIANÇA DE ATÉ CINCO ANOS DE IDADE - ATENDIMENTO EM CRECHE E EM PRÉ-ESCOLA - SENTENÇA QUE OBRIGA O MUNICÍPIO DE SÃO PAULO A MATRICULAR CRIANÇAS EM UNIDADES DE ENSINO INFANTIL PRÓXIMAS DE SUA RESIDÊNCIA OU DO ENDEREÇO DE TRABALHO DE SEUS RESPONSÁVEIS LEGAIS, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA POR CRIANÇA NÃO ATENDIDA - LEGITIMIDADE JURÍDICA DA UTILIZAÇÃO DAS "ASTREINTES" CONTRA O PODER PÚBLICO - DOUTRINA - JURISPRUDÊNCIA - OBRIGAÇÃO ESTATAL DE RESPEITAR OS DIREITOS DAS CRIANÇAS - EDUCAÇÃO INFANTIL - DIREITO ASSEGURADO

PELO PRÓPRIO TEXTO CONSTITUCIONAL (CF, ART. 208, IV, NA REDAÇÃO DADA PELA EC Nº 53/2006) - COMPREENSÃO GLOBAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO - DEVER JURÍDICO CUJA EXECUÇÃO SE IMPÕE AO PODER PÚBLICO, NOTADAMENTE AO MUNICÍPIO (CF, ART. 211, § 2º) - LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO EM CASO DE OMISSÃO ESTATAL NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO - INOCORRÊNCIA DE TRANSGRESSÃO AO POSTULADO DA SEPARAÇÃO DE PODERES - PROTEÇÃO JUDICIAL DE DIREITOS SOCIAIS, ESCASSEZ DE RECURSOS E A QUESTÃO DAS "ESCOLHAS TRÁGICAS" - RESERVA DO POSSÍVEL, MÍNIMO EXISTENCIAL, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL - PRETENDIDA EXONERAÇÃO DO ENCARGO CONSTITUCIONAL POR EFEITO DE SUPERVENIÊNCIA DE NOVA REALIDADE FÁTICA - QUESTÃO QUE SEQUER FOI SUSCITADA NAS RAZÕES DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO -PRINCÍPIO "JURA NOVIT CURIA" - INVOCAÇÃO EM SEDE DE APELO EXTREMO - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. POLÍTICAS PÚBLICAS, OMISSÃO ESTATAL INJUSTIFICÁVEL E INTERVENÇÃO CONCRETIZADORA DO PODER JUDICIÁRIO EM TEMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADE CONSTITUCIONAL. - A educação infantil representa prerrogativa constitucional indisponível, que, deferida às crianças, a estas assegura, para efeito de seu desenvolvimento integral, e como primeira etapa do processo de educação básica, o atendimento em creche e o acesso à pré-escola (CF, art. 208, IV). - Essa prerrogativa jurídica, em conseqüência, impõe, ao Estado, por efeito da alta significação social de que se reveste a educação infantil, a obrigação constitucional de criar condições objetivas que possibilitem, de maneira concreta, em favor das "crianças até 5 (cinco) anos de idade" (CF, art. 208, IV), o efetivo acesso e atendimento em creches e unidades de pré-escola, sob pena de configurar-se inaceitável omissão governamental, apta a frustrar, injustamente, por inércia, o integral adimplemento, pelo Poder Público, de prestação estatal que lhe impôs o próprio texto da Constituição Federal. - A educação infantil, por qualificar-se como direito fundamental de toda criança, não se expõe, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da Administração Pública nem se subordina a razões de puro pragmatismo governamental. - Os Municípios - que atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil (CF, art. 211, § 2º) - não poderão demitir-se do mandato constitucional, juridicamente vinculante, que lhes foi outorgado pelo art. 208, IV, da Lei Fundamental da República, e que representa fator de limitação da discricionariedade político-administrativa dos entes municipais, cujas opções, tratando-se do atendimento das crianças em creche (CF, art. 208, IV), não podem ser exercidas de modo a comprometer, com apoio em juízo de simples conveniência ou de mera oportunidade, a eficácia desse direito básico de índole social. - Embora inquestionável que resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário, ainda que em bases excepcionais, determinar, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas, sempre que os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter impositivo, vierem a comprometer, com a sua omissão, a eficácia e a integridade de direitos sociais e culturais impregnados de estatura constitucional. DESCUMPRIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DEFINIDAS EM SEDE CONSTITUCIONAL: HIPÓTESE LEGITIMADORA DE INTERVENÇÃO JURISDICIONAL. - O Poder Público - quando se abstém de cumprir, total ou parcialmente, o dever de implementar políticas públicas definidas no próprio texto constitucional - transgride, com esse comportamento negativo, a própria integridade da Lei Fundamental, estimulando, no âmbito do Estado, o preocupante fenômeno da erosão da consciência constitucional. Precedentes: ADI 1.484/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.. - A inércia estatal em adimplir as imposições constitucionais traduz inaceitável gesto de desprezo pela autoridade da Constituição e configura, por isso mesmo, comportamento que deve ser evitado. É que nada se revela mais nocivo, perigoso e ilegítimo do que elaborar uma Constituição, sem a vontade de fazê-la cumprir integralmente, ou, então, de apenas executá-la com o propósito subalterno de torná-la aplicável somente nos pontos que se mostrarem ajustados à conveniência e aos desígnios dos governantes, em detrimento dos interesses maiores dos cidadãos. - A intervenção do Poder Judiciário, em tema de implementação de políticas governamentais previstas e determinadas no texto constitucional, notadamente na área da educação infantil (RTJ 199/1219-1220), objetiva neutralizar os efeitos lesivos e perversos, que, provocados pela omissão estatal, nada mais traduzem senão inaceitável insulto a direitos básicos que a própria Constituição da República assegura à generalidade das pessoas. Precedentes. A CONTROVÉRSIA PERTINENTE À "RESERVA DO POSSÍVEL" E A INTANGIBILIDADE DO MÍNIMO EXISTENCIAL: A QUESTÃO DAS "ESCOLHAS TRÁGICAS". - A destinação de recursos públicos, sempre tão dramaticamente escassos, faz instaurar situações de conflito, quer com a execução de políticas públicas definidas no texto constitucional, quer, também, com a própria implementação de direitos sociais assegurados pela Constituição da República, daí resultando contextos de antagonismo que impõem, ao Estado, o encargo de superá-los mediante opções por determinados valores, em detrimento de outros igualmente relevantes, compelindo, o Poder Público, em face dessa relação dilemática, causada pela insuficiência de disponibilidade financeira e orçamentária, a proceder a verdadeiras "escolhas trágicas", em decisão governamental cujo parâmetro, fundado na dignidade da pessoa humana, deverá ter em perspectiva a intangibilidade do mínimo existencial, em ordem a conferir real efetividade às normas programáticas positivadas na própria Lei Fundamental. Magistério da doutrina. - A cláusula da reserva do possível - que não pode ser invocada, pelo Poder Público, com o propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição - encontra insuperável limitação na garantia constitucional do mínimo existencial, que representa, no contexto de nosso ordenamento positivo, emanação direta do postulado da essencial dignidade da pessoa humana. Doutrina. Precedentes. - A noção de "mínimo existencial", que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1º, III, e art. 3º, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança. Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, de 1948 (Artigo XXV). A PROIBIÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL COMO OBSTÁCULO CONSTITUCIONAL À FRUSTRAÇÃO E AO INADIMPLEMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DE DIREITOS PRESTACIONAIS. - O princípio da proibição do retrocesso impede, em tema de direitos fundamentais de caráter social, que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive. - A cláusula que veda o retrocesso em matéria de direitos a prestações positivas do Estado (como o direito à educação, o direito à saúde ou o direito à segurança pública, v.g.) traduz, no processo de efetivação desses direitos fundamentais individuais ou coletivos, obstáculo a que os níveis de concretização de tais prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser ulteriormente reduzidos ou suprimidos pelo Estado. Doutrina. Em conseqüência desse princípio, o Estado, após haver reconhecido os direitos prestacionais, assume o dever não só de torná-los efetivos, mas, também, se obriga, sob pena de transgressão ao texto constitucional, a preservá-los, abstendo-se de frustrar - mediante supressão total ou parcial - os direitos sociais já concretizados. LEGITIMIDADE JURÍDICA DA IMPOSIÇÃO, AO PODER PÚBLICO, DAS "ASTREINTES". - Inexiste obstáculo jurídico-processual à utilização, contra entidades de direito público, da multa cominatória prevista no § 5º do art. 461 do CPC. A "astreinte" - que se reveste de função coercitiva - tem por finalidade específica compelir, legitimamente, o devedor, mesmo que se cuide do Poder Público, a cumprir o preceito, tal como definido no ato sentencial. Doutrina. Jurisprudência. (ARE 639337 AgR, Relator(a): CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 23-08-2011, DJe-177 DIVULG 14-09-2011 PUBLIC 15-09-2011 EMENT VOL-02587-01 PP-00125).

Considerando, ainda, o compromisso assumido pelo Estado brasileiro ao ratificar a **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência** (Convenção de Nova York), a qual possui status de **Emenda Constitucional**, por ter sido aprovada pelo rito do Art. 5º, § 3º, da Constituição Federal. O referido diploma internacional reconhece que a deficiência resulta da interação entre pessoas com impedimentos e as barreiras que impedem sua plena participação na sociedade, impondo aos Estados Partes a obrigação de adotar medidas que assegurem a plena inclusão e o exercício de todos os direitos humanos pelas pessoas com deficiência, em igualdade de condições com as demais pessoas;

Considerando que a proteção à família, enquanto base da sociedade (Art. 226, CF/88), exige que o Poder Público ofereça as adaptações razoáveis necessárias para que os genitores possam conciliar o exercício do cargo público com os cuidados intensivos demandados por um filho com **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. A redução da jornada de trabalho da servidora, sem prejuízo de sua subsistência, é a medida que melhor concretiza o postulado da **isonomia material**, permitindo que Noah Samuel receba o acompanhamento terapêutico especializado em Natal/RN, conforme prescrição clínica, garantindo-lhe o direito à saúde e à inclusão social.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E DO PRECEDENTE VINCULANTE

Considerando que a **Lei nº 12.764/2012**, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, estabelece em seu Art. 1º, § 2º, que a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo-lhe a proteção jurídica conferida aos deficientes em geral pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência;

Considerando que, diante da ausência de norma específica no âmbito do Município de Caiçara do Norte que discipline a redução de jornada para servidores com dependentes com deficiência, impõe-se a aplicação analógica do regime jurídico estabelecido para os servidores públicos civis da União. A **Lei nº 8.112/1990**, em seu Art. 98, § 3º, prevê expressamente a concessão de horário especial ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, sem necessidade de compensação de horário e sem prejuízo da remuneração, sempre que a necessidade for comprovada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o **Recurso Extraordinário nº 1.237.867 (Tema 1.097 de Repercussão Geral)**, consolidou tese jurídica de observância obrigatória por todos os entes federados, determinando que aos servidores estaduais e municipais é aplicado o regime de horário especial previsto na legislação federal, independentemente da existência de lei local específica. A tese fixada pela Suprema Corte garante a eficácia dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência em todo o território nacional, superando eventuais omissões legislativas municipais;

Considerando, portanto, que a pretensão da servidora encontra pleno amparo na jurisprudência vinculante e na legislação federal aplicada subsidiariamente, não podendo a Administração Municipal se furtar ao dever de proteção à criança e à dignidade da pessoa humana sob o pretexto de lacuna normativa local.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Horário Especial de Trabalho** à servidora pública municipal **ALCIENE FERREIRA DIAS**, ocupante do cargo de **Professora**, matriculada sob o **nº 0000000199-6**, pertencente ao quadro efetivo de pessoal deste Município.

Parágrafo único. O benefício ora concedido tem como finalidade exclusiva permitir o acompanhamento de seu dependente, **Noah Samuel Calixto Dias**, diagnosticado com **Transtorno do Espectro Autista (TEA)**, em seu tratamento de saúde multidisciplinar indispensável, conforme devidamente comprovado no Processo Administrativo DRH – 025/2026.

Art. 2° - A jornada de trabalho da servidora será reorganizada de forma a compatibilizar o exercício de suas funções com o cronograma terapêutico do dependente, estabelecendo-se o afastamento total de suas atividades nas **terças-feiras** e **quartas-feiras**.

Parágrafo único. A redução da carga horária nestes dias específicos justifica-se pela necessidade imperiosa de deslocamento da servidora para a cidade de **Natal/RN**, local onde são realizadas as terapias especializadas do menor, permanecendo inalterada a jornada regular de trabalho nos demais dias da semana (segundas, quintas e sextas-feiras), observando-se a conveniência do serviço público.

Art. 3° - A concessão do horário especial de trabalho **não implicará qualquer redução nos vencimentos, vantagens ou remuneração integral** da servidora, conforme garantido pelo Art. 98, § 3º, da Lei nº 8.112/1990 e pela tese firmada no **Tema 1.097 do STF**.

Parágrafo único. Fica a servidora **dispensada da compensação de horário** em relação aos períodos de afastamento autorizados nesta Portaria, em estrita observância ao princípio da proteção integral à criança com deficiência e à impossibilidade de prejuízo financeiro àquela que exerce o cuidado de pessoa vulnerável.

Art. 4° - A manutenção do benefício de que trata esta Portaria fica condicionada à permanência da necessidade de acompanhamento terapêutico do dependente.

§ 1º A servidora deverá comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Administração e ao Departamento de Recursos Humanos qualquer alteração no cronograma de tratamento ou na condição clínica do menor que possibilite o retorno à jornada integral.

§ 2º A Administração Pública Municipal realizará **reavaliação periódica anual** da condição que motivou a concessão, mediante a apresentação obrigatória, por parte da servidora, de laudos médicos e relatórios de desempenho terapêutico atualizados, sob pena de suspensão do horário especial.

Art. 5°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data do requerimento administrativo, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:55978C9D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 121/2026-GP-PMCN

Nomeia para exercer o Cargo em Comissão de Secretário de Obras e Serviços Urbanos de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997 e na Lei Nº 146/2013, que fixa a estrutura básica municipal,

Resolve:

Art. 1º. NOMEAR, Osivaldo Raniere Tavares Maciel, CPF: 105.669.494-74, para exercer o cargo de Secretária de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, com efeitos retroativos à data de 11 de maio de 2026.
Art. 3º. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 12 de maio de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:A2EA5CC3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 0730001/2025

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do Termo de Rescisão Unilateral referente ao Contrato nº 0730001/2025 firmado com a empresa G F DE OLIVEIRA COMERCIO E SERVIÇOS. Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 0730001/2025, cujo objeto é o fornecimento de gêneros alimentícios visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento, com efeitos a partir de 25/01/2026. Data de assinatura: 14/01/2026. Assinatura: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita. Processo nº 70/2024

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:81FB0049

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 0730002/2025

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do Termo de Rescisão Unilateral referente ao Contrato nº 0730002/2025 firmado com a empresa M C FELIPE CAMPOS. Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 0730002/2025, cujo objeto é o fornecimento de gêneros alimentícios visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento, com efeitos a partir de 25/01/2026. Data de assinatura: 14/01/2026. Assinatura: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita. Processo nº 70/2024

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:1EF5B824

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 0730003/2025

Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento. Extrato do Termo de Rescisão Unilateral referente ao Contrato nº 0730003/2025 firmado com a empresa SILVA RIBEIRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 0730003/2025, cujo objeto é o fornecimento de gêneros alimentícios visando atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Caiçara do Rio do Vento, com efeitos a partir de 25/01/2026. Data de assinatura: 14/01/2026. Assinatura: Conceição de Maria Gomes Lisboa Rocha – Prefeita. Processo nº 70/2024

Publicado por:
Conceicao de Maria Gomes Lisboa Rocha
Código Identificador:5D8BE8B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO - INEX. 031/2026

PROC. ADMINIST SMSC/RN N° 2026.04.23.0050 – INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026
ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 08:00h, na sede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caicó/ RN, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação desta Secretaria, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Judas Tadeu Alves dos Santos, para dar continuidade a Licitação acima epigrafada, visando o **Credenciamento de Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, com valores obtidos com remuneração através da Tabela SUS e Tabela Diferenciada fixada pelo Município, para prestação de serviços especializados de Média Complexidade, tais como: Ultrassonografias Simples e de Fluxo Obstétrico com Dopller Colorido; Ecodopller Venoso dos Membros Inferiores e Superiores; Eletroneuromiografias; Exames de Anatomia Patológica Ambulatorial e Hospitalar e Imunohistoquímica; Consultas Especializadas em Urologia, Endocrinologia, Angiologia, Endocrinologia, Angiologia, Ortopedia, Gastroenterologia, Ginecologia, Oncologia, Cardiologia, Reumatologia, Psiquiatria, Dermatologia e outras especialidades que venham a ser necessárias; além de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas diversos.** Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado aos presentes o objetivo desta reunião, constatando a entrega do envelope com DOCUMENTAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO da empresa **CLINICA DO RIM LTDA – CNPJ:04.506.003/0001-52,** constatou-se que a empresa apresentou toda a documentação solicitada para o credenciamento. Assim, decidiram os membros da CPL julgar pela **HABILITAÇÃO** da empresa **CLINICA DO RIM LTDA – CNPJ:04.506.003/0001-52.** A presente decisão será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN). Nada mais havendo a ser dito ou questionado, o Presidente da CPL deu por encerrado os presentes trabalhos, os quais foram paralisados por tempo suficiente para a lavratura da presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

Caicó/ RN, 12 de maio de 2026

FRANCISCO PEREIRA DE ARAÚJO NETO
Presidente da CPL/SMS

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:31FDA375

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO - INEX. 031/2026

PROC. ADMINIST SMSC/RN N° 2026.04.23.0050 – INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 10:00h, na sede da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Caicó/ RN, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação desta Secretaria, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Judas Tadeu Alves dos Santos, para dar continuidade a Licitação acima epigrafada, visando o **Credenciamento de Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, com valores obtidos com remuneração através da Tabela SUS e Tabela Diferenciada fixada pelo Município, para prestação de serviços especializados de Média**

Complexidade, tais como: Ultrassonografias Simples e de Fluxo Obstétrico com Dopller Colorido; Ecodopller Venoso dos Membros Inferiores e Superiores; Eletroneuromiografias; Exames de Anatomia Patológica Ambulatorial e Hospitalar e Imunohistoquímica; Consultas Especializadas em Urologia, Endocrinologia, Angiologia, Endocrinologia, Angiologia, Ortopedia, Gastroenterologia, Ginecologia, Oncologia, Cardiologia, Reumatologia, Psiquiatria, Dermatologia e outras especialidades que venham a ser necessárias; além de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas diversos. Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado a presente o objetivo desta reunião, constatando a entrega do envelope com DOCUMENTAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO da profissional de saúde autônoma ADALZINETE DA SILVA PEREIRA, CPF nº 027.340.264-14**,** constatou-se que a pessoa física em questão apresentou toda a documentação solicitada para o credenciamento. Assim, decidiram os membros da CPL julgar pela **HABILITAÇÃO** da profissional de saúde autônoma **ADALZINETE DA SILVA PEREIRA, CPF nº 027.340.264-14** A presente decisão será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte (FEMURN). Nada mais havendo a ser dito ou questionado, o Presidente da CPL deu por encerrado os presentes trabalhos, os quais foram paralisados por tempo suficiente para a lavratura da presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

Caicó/ RN, 12 de maio de 2026

FRANCISCO PEREIRA DE ARAÚJO NETO
Presidente da CPL/SMS

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:620AA6B5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/2026

Ref. Processo Administrativo PMC/RN nº 2026.02.06.0082

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/2026

A Prefeitura Municipal de Caicó/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Judas Tadeu Alves dos Santos, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório **Pregão Eletrônico SRP nº 017/2026**, que tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS,** visando atender as necessidades das Secretarias Municipais. As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Avenida Coronel Martiniano, 993, Centro, Caicó/RN, CEP: 59.300-000, em horário de expediente.

Caicó/ RN, 12 de maio de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:4AD1E01B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 024/2025 - Processo Administrativo n.º 2025.03.17.0058

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN; **FORNECEDOR REGISTRADO:** A Y DIAS MEDEIROS PADARIA EIRELI, inscrita no CNPJ n ° 35.564.209/0001-62; **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a renovação da Ata de Registro de Preços nº 081/2025 por mais 12 (doze) meses, **DA VIGÊNCIA**; A vigência do presente Termo Aditivo tem pôr termo inicial o dia **16 de maio de 2026** até **16 de maio de 2027**, dando-se a Ata o prazo total de 24 (vinte e quatro) meses, observada a vigência máxima permitida, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, **SUBSCRITORES**: Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo Órgão Gerenciador e Adna Yasmin Dias Medeiros – pelo Fornecedor Registrado.

Caicó/RN, 05 de maio de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:F173C5E4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ/RN por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, com sede à Rua Felipe Araújo Pereira, nº 811 bairro Paraíba, na cidade de Caicó/Estado RN inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.096.570/0001-39, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o §3º, art. 75, da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, e considerando o que consta no Termo de Referência (anexo), neste ato representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Nildson Medeiros Dantas, torna público para ciência dos interessados, por um período de 03 (três) dias úteis, a convocação para recebimento de propostas para a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** visando à realização de prestação de **SERVIÇOS TÉCNICOS DE LEVANTAMENTO FLORÍSTICO E INVENTÁRIO FLORESTAL DE UM TRECHO DO RIO BARRA NOVA**, visando atender as necessidades da Secretaria do Meio Ambiente, conforme as especificações contidas no Termo de Referência.

Para tanto, as empresas interessadas deverão formular e encaminhar suas propostas para o objeto constante do Termo de Referência (anexo) para o e-mail: **compraspmcaico2021@gmail.com**, no prazo acima citado. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, localizada na na Av. Cel. Martiniano, 993 - Centro, na cidade de Caicó/RN, CEP 59300-000 ou pelo e-mail supracitado.

Caicó-RN, 12 de maio de 2026.

NILDSON MEDEIROS DANTAS
Secretário Municipal do Meio Ambiente
Matrícula: 2008190

ANEXO III
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de análise laboratorial e emissão de laudo técnico da qualidade da água do Rio Barra Nova, no trecho urbano do Município, contemplando análises físico-químicas e microbiológicas.

LOTE ÚNICO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID. MEDIDA**	**QUANT.**	**VAL. UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	15134 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE LEVANTAMENTO FLORÍSTICO Estudo científico e técnico detalhado para identificar, mapear e quantificar as espécies vegetais do Rio Barra Nova	SVÇ	1		
2	15135 - SERVIÇO DE	SVÇ	1		

	INVENTÁRIO FLORESTAL Atividade técnica a ser realizada para identificar, medir e avaliar as características da área florestal do Rio Barra Nova, incluindo espécies existentes, quantidade de árvores, volume de madeira, estado de conservação e potencial de uso.Auxiliar no planejamento ambiental, manejo sustentável, licenciamento e tomada de decisões relacionadas aos recursos naturais.				
VALOR GERAL					**R$**

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bens ou de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
O prazo de vigência da contratação é de 04 (três) semanas contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
JUSTIFICATIVA
O Rio Barra Nova, em seu trecho urbano, apresenta significativa ocupação irregular, acúmulo de vegetação, espécies invasoras e assoreamento, fatores que comprometem o fluxo hídrico e contribuem para riscos ambientais e sanitários.
Diante da necessidade de execução de serviços de limpeza, desassoreamento e possível supressão vegetal, faz-se imprescindível a realização de **inventário florestal**, a fim de:

• Identificar, quantificar e qualificar a vegetação existente;
• Classificar espécies (nativas, exóticas e invasoras);
• Avaliar o estado fitossanitário;
• Subsidiar tecnicamente pedidos de autorização ambiental;
• Garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos vegetais.

A contratação encontra respaldo no interesse público, na prevenção de danos ambientais e no cumprimento da legislação vigente.
Assim, a dispensa de licitação se justifica não apenas pela natureza singular dos serviços, mas também pela necessidade de assegurar celeridade, qualidade técnica e efetividade ambiental, valores estes que devem orientar a atuação da Administração Pública no trato da matéria.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO
A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
DOCUMENTAÇÕES
Além das exigências de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Atestado(s) de Capacidade Técnica que já são de cobrança rotineiras, deve ser exigido também:
Comprovar experiência na realização de inventário florestal;
Possuir equipe técnica qualificada (engenheiro florestal, biólogo ou profissional habilitado);
Apresentar registro no respectivo conselho profissional (CREA/CRBio);
Emitir ART do responsável técnico.
SUBCONTRATAÇÃO
Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
GARANTIA DA CONTRATAÇÃO
Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
EXECUÇÃO DO OBJETO
O serviço licitado deverá ser prestado pelo fornecedor, após o recebimento da Ordem de Serviço, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Serviço, por escrito, do Serviço Municipal devidamente credenciado e autorizado para tal ato, no prazo de 30 dias.
GESTÃO DO CONTRATO
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
PREPOSTO
A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.
A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
FISCALIZAÇÃO
A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
CRITÉRIOS DE PAGAMENTO
Do recebimento:
Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
Liquidação:
Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá o prazo de trinta dias uteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
Forma de Pagamento:
O pagamento será efetuado à contratada de acordo com as exigências da resolução nº 028/2020-TCE/RN (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte) e suas alterações posteriores.
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO
O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com adoção do critério de julgamento pelo menor global.
Exigências de habilitação
HABILITAÇÃO JURÍDICA
REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três)meses da data de apresentação da proposta;
No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10**% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
Fica dispensado a apresentação do Balanço Patrimonial para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte par fins de habilitação com fulcro no Art. 179 da CF/88, no Art. 970 e § 2º do Art. 1.179 do Código Civil Brasileiro cumulado com o Art. 27 da Lei Complementar nº 123/2006.
O Microempreendedor Individual – MEI está dispensado de apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis em razão da natureza jurídica de sua constituição.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.
Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.
DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente da procedência e prazo de garantia e/ou validade;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 12 (doze) horas, o serviço com defeitos;
Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima,

bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
Multa:
Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “a” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.
Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante; e
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
O Contratante deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
O custo estimado total da contratação será de acordo com a melhor proposta recebida.
ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas correrão por conta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, na seguinte dotação, que também está apresentada no Documento de Formalização Demanda:
2. 15015 . 18 . 122 . 543 – 125 . 1.53 REVITALIZAÇÃO DOS RIOS SERIDÓ E BARRA NOVA
870 - 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Caicó-RN, 08 de maio de 2026.

NILDSON MEDEIROS DANTAS
Secretário Municipal do Meio Ambiente
Matrícula: 2008190

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:B84E797D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ/RN por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, com sede à Rua Felipe Araújo Pereira, nº 811 bairro Paraíba, na cidade de Caicó/Estado RN inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.096.570/0001-39, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o §3º, art. 75, da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, e considerando o que consta no Termo de Referência (anexo), neste ato representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Nildson Medeiros Dantas, torna público para ciência dos interessados, por um período de 03 (três) dias úteis, a convocação para recebimento de propostas para a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** visando o Serviço de **ANÁLISE E EMISSÃO DE LAUDO DE ANÁLISE FISICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DA ÁGUA**, visando atender as necessidades da Secretaria do Meio Ambiente, conforme as especificações contidas no Termo de Referência.

Para tanto, as empresas interessadas deverão formular e encaminhar suas propostas para o objeto constante do Termo de Referência (anexo) para o e-mail: **compraspmcaico2021@gmail.com**, no prazo acima citado. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, localizada na na Av. Cel. Martiniano, 993 - Centro, na cidade de Caicó/RN, CEP 59300-000 ou pelo e-mail supracitado.

Caicó-RN, 12 de maio de 2026.

NILDSON MEDEIROS DANTAS
Secretário Municipal do Meio Ambiente
Matrícula: 2008190

ANEXO III
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de análise laboratorial e emissão de laudo técnico da qualidade da água do Rio Barra Nova, no trecho urbano do Município, contemplando análises físico-químicas e microbiológicas.

LOTE ÚNICO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. MEDIDA	QUANT.	VAL. UNIT.	VALOR TOTAL
1	15136 - SERVIÇO DE ANÁLISE DE ÁGUAS SUPERFICIAIS DO RIO BARRA NOVA análise físico-química e microbiológica das águas superficiais do Rio Barra Nova, visando avaliar a qualidade da água, identificar possíveis contaminações e fornecer dados técnicos para monitoramento ambiental e gestão dos recursos hídricos.	SVÇ	1		
VALOR GERAL					R$

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bens ou de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
O prazo de vigência da contratação é de 04 (três) semanas contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
JUSTIFICATIVA
A presente justificativa visa fundamentar a necessidade de dispensa de licitação para a contratação de serviços especializados em análises laboratoriais e emissão de laudos técnicos da qualidade da água do Rio Barra Nova, no trecho urbano do Município, contemplando análises físico-químicas e microbiológicas, haja visto a necessidade da realização de serviços de limpeza, (desassoreamento e manejo de resíduos) do referido corpo hídrico com foco na análise da água para:
Identificar o nível de contaminação;
Subsidiar tecnicamente as ações de intervenção ambiental;
Atender à legislação ambiental vigente;
Definir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
Assim, a dispensa de licitação se justifica não apenas pela natureza singular dos serviços, mas também pela necessidade de assegurar celeridade, qualidade técnica e efetividade ambiental, valores estes que devem orientar a atuação da Administração Pública no trato da matéria.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO
A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
DOCUMENTAÇÕES
Além das exigências de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Atestado(s) de Capacidade Técnica que já são de cobrança rotineiras, deve ser exigido também:
Possuir capacidade técnica comprovada;
Seguir normas da ABNT;
Atender aos padrões da CONAMA, especialmente Resolução nº 357/2005;
Preferencialmente possuir acreditação junto ao INMETRO;
Emitir ART do responsável técnico.

SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
EXECUÇÃO DO OBJETO
O serviço licitado deverá ser prestado pelo fornecedor, após o recebimento da Ordem de Serviço, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Serviço, por escrito, do Serviço Municipal devidamente credenciado e autorizado para tal ato, no prazo de 30 dias.
GESTÃO DO CONTRATO
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.
A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
CRITÉRIOS DE PAGAMENTO
Do recebimento:
Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
Liquidação:
Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá o prazo de trinta dias uteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
Forma de Pagamento:
O pagamento será efetuado à contratada de acordo com as exigências da resolução nº 028/2020-TCE/RN (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte) e suas alterações posteriores.
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO
O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.
Exigências de habilitação
HABILITAÇÃO JURÍDICA
REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a

documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três)meses da data de apresentação da proposta;

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

Caso o licitante seja Cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10**% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

Fica dispensado a apresentação do Balanço Patrimonial para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte par fins de habilitação com fulcro no Art. 179 da CF/88, no Art. 970 e § 2º do Art. 1.179 do Código Civil Brasileiro cumulado com o Art. 27 da Lei Complementar nº 123/2006.

O Microempreendedor Individual – MEI está dispensado de apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis em razão da natureza jurídica de sua constituição.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente da procedência e prazo de garantia e/ou validade;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 12 (doze) horas, o serviço com defeitos;

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

der causa à inexecução parcial do contrato;

der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

der causa à inexecução total do contrato;

ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

praticar ato fraudulento na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

Multa:

Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou

cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "a" a "h" de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.
Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante; e
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
O Contratante deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
O custo estimado total da contratação será de acordo com a melhor proposta recebida.
ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas correrão por conta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, na seguinte dotação, que também está apresentada no Documento de Formalização Demanda:
2. 15015 . 18 . 122 . 543 – 125 . 1.53 REVITALIZAÇÃO DOS RIOS SERIDÓ E BARRA NOVA
870 - 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Caicó-RN, 08 de maio de 2026.

NILDSON MEDEIROS DANTAS
Secretário Municipal do Meio Ambiente
Matrícula: 2008190

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:B126E8F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ/RN por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, com sede à Rua Felipe Araújo Pereira, nº 811 bairro Paraíba, na cidade de Caicó/Estado RN inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.096.570/0001-39, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o §3º, art. 75, da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, e considerando o que consta no Termo de Referência (anexo), neste ato representado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Nildson Medeiros Dantas, torna público para ciência dos interessados, por um período de 03 (três) dias úteis, a convocação para recebimento de propostas para a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** visando o Serviço de **ANÁLISE E EMISSÃO DE LAUDO DE ANÁLISE FISICO-QUÍMICA E BACTERIOLÓGICA DO SOLO**, visando atender as necessidades da Secretaria do Meio Ambiente, conforme as especificações contidas no Termo de Referência.

Para tanto, as empresas interessadas deverão formular e encaminhar suas propostas para o objeto constante do Termo de Referência (anexo) para o e-mail: **compraspmcaico2021@gmail.com**, no prazo acima citado. Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de compras da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, localizada na na Av. Cel. Martiniano, 993 - Centro, na cidade de Caicó/RN, CEP 59300-000 ou pelo e-mail supracitado.

Caicó-RN, 12 de maio de 2026.

NILDSON MEDEIROS DANTAS
Secretário Municipal do Meio Ambiente
Matrícula: 2008190

ANEXO III
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO
Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de análise laboratorial e emissão de laudo técnico da qualidade do solo do Rio Barra Nova, no trecho urbano do Município, contemplando análises físico-químicas e microbiológicas.

LOTE ÚNICO					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID. MEDIDA**	**QUANT.**	**VAL. UNIT.**	**VALOR TOTAL**
1	15143 - SERVIÇO DE ANÁLISE DO SOLO DO RIO BARRA NOVA análise físico-química e microbiológica do solo do Rio Barra Nova, visando avaliar a qualidade do solo, identificar possíveis contaminações e fornecer dados técnicos para monitoramento ambiental, gestão dos recursos hídricos e serviços de limpeza do corpo hídrico.	SVÇ	1		

VALOR GERAL	**R$**

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bens ou de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
O prazo de vigência da contratação é de 04 (três) semanas contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
JUSTIFICATIVA
A presente justificativa visa fundamentar a necessidade de dispensa de licitação para a contratação de serviços especializados em análises laboratoriais e emissão de laudos técnicos da qualidade do solo do Rio Barra Nova, no trecho urbano do Município, contemplando análises físico-químicas e microbiológicas, haja visto a necessidade da realização de serviços de limpeza, (desassoreamento e manejo de resíduos) do referido corpo hídrico com foco na análise do solo para:
Identificar o nível de contaminação;
Subsidiar tecnicamente as ações de intervenção ambiental;
Atender à legislação ambiental vigente;
Definir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
Assim, a dispensa de licitação se justifica não apenas pela natureza singular dos serviços, mas também pela necessidade de assegurar celeridade, qualidade técnica e efetividade ambiental, valores estes que devem orientar a atuação da Administração Pública no trato da matéria.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO
A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
DOCUMENTAÇÕES
Além das exigências de Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Atestado(s) de Capacidade Técnica que já são de cobrança rotineiras, deve ser exigido também:
Possuir capacidade técnica comprovada;
Seguir normas da ABNT;
Atender aos padrões da CONAMA, especialmente Resolução nº 420/2009;
Preferencialmente possuir acreditação junto ao INMETRO;
Emitir ART do responsável técnico.

SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
EXECUÇÃO DO OBJETO
O serviço licitado deverá ser prestado pelo fornecedor, após o recebimento da Ordem de Serviço, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, mediante autorização contida nas respectivas Ordens de Serviço, por escrito, do Serviço Municipal devidamente credenciado e autorizado para tal ato, no prazo de 30 dias.
GESTÃO DO CONTRATO
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PREPOSTO

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período.
A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
CRITÉRIOS DE PAGAMENTO
Do recebimento:
Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
Liquidação:
Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá o prazo de trinta dias uteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
Forma de Pagamento:
O pagamento será efetuado à contratada de acordo com as exigências da resolução nº 028/2020-TCE/RN (Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte) e suas alterações posteriores.
FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO
O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.
Exigências de habilitação
HABILITAÇÃO JURÍDICA
REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo

distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três)meses da data de apresentação da proposta;
No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
Caso o licitante seja Cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de **10**% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
Fica dispensado a apresentação do Balanço Patrimonial para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte par fins de habilitação com fulcro no Art. 179 da CF/88, no Art. 970 e § 2º do Art. 1.179 do Código Civil Brasileiro cumulado com o Art. 27 da Lei Complementar nº 123/2006.
O Microempreendedor Individual – MEI está dispensado de apresentar o balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis em razão da natureza jurídica de sua constituição.
QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.
Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.
DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
Efetuar a entrega dos serviços em perfeitas condições, no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente da procedência e prazo de garantia e/ou validade;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 12 (doze) horas, o serviço com defeitos;
Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
Comunicar à Administração, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
Multa:
Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “a” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.
Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para o Contratante; e
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
O Contratante deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.
ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
O custo estimado total da contratação será de acordo com a melhor proposta recebida.
ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos orçamentários para a cobertura das despesas correrão por conta da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, na seguinte dotação, que também está apresentada no Documento de Formalização Demanda:
2. 15015 . 18 . 122. 543 – 125. 1.53 REVITALIZAÇÃO DOS RIOS SERIDÓ E BARRA NOVA
870 - 339039 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

Caicó-RN, 11 de maio de 2026.

NILDSON MEDEIROS DANTAS
Secretário Municipal do Meio Ambiente
Matrícula: 2008190

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:01E2BA6C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 062/2026

RETIFICAÇÃO DE VALORES DA DIARIA E DATA, O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,5 (Uma diária e meia) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Marília Oliveira Brito dos Reis			
CARGO:	Assistente Administrativo			
MATRÍCULA:	15139			
DOCUMENTO:	**CPF:** XXX.852.694-XX		**ID:** X.614.XXX SSP RN	
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Administração			
HORÁRIO DE SAÍDA: HORARIO DA VOLTA	04:00 hs 05:00 hs			
TIPO DE TRANSPORTE:	Carro próprio			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Viagem a Natal/RN, para participar Capacitação No 9° Grande Nomes em Compras Públicas - GNCP na Praiamar Natal Hotel & Convention.				
Conforme solicitação da Secretaria, Secretaria Municipal de Administração				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,5 Diárias	Natal/RN,2026	14 de maio de 2026 a 15 de maio de 2026	C/pernoite 170,00	255,00

Importa a quantia de R$ 255,00 (duzentos e cinquenta e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de abril de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:FECBBD16

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 063/2026

RETIFICAÇÃO DE VALORES DA DIARIA E DATA, O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,5 (Uma diária e meia) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Tiago Douglas Cavalcante Carneiro			
CARGO:	Assessor de Contratos			
MATRÍCULA:	1127217			
DOCUMENTO:	**CPF:** XXX.397.914-XX		**ID:** X.632.XXX	
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Administração			
HORÁRIO DE SAÍDA: HORARIO DA VOLTA	04:00 hs 05:00 hs			
TIPO DE TRANSPORTE:	CARRO PRÓPRIO			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Capacitação -participar do 9° Grandes Nomes em Compras Públicas - GNCP				
Conforme solicitação da Secretaria, Secretaria Municipal de Administração				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,5 Diárias	Natal/RN,2026	14 de maio de 2026 a 15 de	C/pernoite 180,00	270,00

		maio de 2026		

Importa a quantia de R$ 270,00 (Duzentos e setenta reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de abril de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:D796A1F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 064/2026

RETIFICAÇÃO DE VALORES DA DIARIA E DATA, O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,5 (Uma diária e meia) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Tiago Glaydson da Silva Santos			
CARGO:	Diretor de Departamento de Material e Patrimônio			
MATRÍCULA:	1989170			
DOCUMENTO:	**CPF:** XXX.412.264-XX	**ID:** X.379.XXX SSP/ RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Administração			
HORÁRIO DE SAÍDA: HORARIO DA VOLTA	04:00 hs 05:00 hs			
TIPO DE TRANSPORTE:	CARRO PRÓPRIO			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Capacitação – participar do 9° Grandes Nomes em Compras Públicas - GNCP				
Conforme solicitação da Secretaria, Secretaria Municipal de Administração				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,5 Diárias	Natal/RN,2026	14 de maio de 2026 a 15 de maio de 2026	C/pernoite 170,00	255,00

Importa a quantia de R$ 255,00 (Duzentos e cinquenta e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de abril de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:22FE947B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 065/2026

RETIFICAÇÃO DE VALORES DA DIARIA E DATA, O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,5 (Uma diária e meia) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Lucivan Francisco dos Santos			
CARGO:	Chefe do Serviço de Pessoal e Cadastro da Sec. Municipal de Administração			
MATRÍCULA:	2013878			
DOCUMENTO:	**CPF:** XXX.764.934-XX	**ID:** X.112.XXX		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Administração			
HORÁRIO DE SAÍDA: HORARIO DA VOLTA	04:00 hs 05:00 hs			
TIPO DE TRANSPORTE:	CARRO PRÓPRIO			
OBJETIVO DA VIAGEM				
Capacitação - participar do 9° Grandes Nomes em Compras Públicas - GNCP				
Conforme solicitação da Secretaria, Secretaria Municipal de Administração				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,5 Diária	Natal/RN,2026	14 de maio de 2026 a 15 de maio de 2026	C/pernoite 170,00	255,00

Importa a quantia de R$ 255,00 (Duzentos e cinquenta e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 22 de abril de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:6755F925

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 078/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,0 (Uma diária) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Karine Medeiros de Araujo			
CARGO:	Coord na Sec Mun. do Meio Ambiente			
MATRÍCULA:	2008564			
DOCUMENTOS	**CPF:** XXX.837.354-XX	**ID:** X.247.XXX SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal do Meio Ambiente			
HORÁRIO DE SAÍDA: HORARIO DA VOLTA	04:00 hs 18:00 hs			
TIPO DE TRANSPORTE:	Carro da Saúde			
OBJETIVO DA VIAGEM				
SEMINÁRIO RN FAZ BONITO DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM NATAL NO DIA 14 DE MAIO DE 2026				
Conforme solicitação da Secretaria, Secretaria Municipal do Meio Ambiente				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,0 Diária	Natal/RN2026	14 de Maio de 2026	S /pernoite 90,00	90,00

Importa a quantia de R$ 90,00 (Noventa reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 11 de Maio de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:4EC83607

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 079/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,5 (Uma diária e meia) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Sandy Iuke de Medeiros	
CARGO:	Assessor Juridico	
MATRÍCULA:	200820-3	
DOCUMENTOS:	**CPF:** XXX.267.124-XX	**ID:** X.012.XXX SSP/RN
LOTADO (A):	Procuradoria Geral do Municipio	
HRÁRIO DE SAIDA: HORÁRIO DA VOLTA:	04:00hs 23:00hs	
TIPO DE TRANSPORTE:	Carro próprio/particular	
OBJETIVO DA VIAGEM		
VIAGEM ADMINISTRATIVA A NATAL/RN PARA CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS NO ENCONTRO BRASILEIRO DE GRANDES NOMES EM COMPRAS PÚBLICAS. O EVENTO BUSCA FORTALECER A GESTÃO PÚBLICA POR MEIO DE PALESTRAS, AULAS TEMÁTICAS E MESAS-REDONDAS, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE VOLTADO À QUALIFICAÇÃO		

TÉCNICA E À TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE OUTORIDADES NACIONAIS E REGIONAIS				
Conforme solicitação da Secretaria, Procuradoria Geral do Municipio				
QUANTIDADE	**DESTINO**	**DATA**	**V.UNIT. R$**	**V.TOTAL R$**
1,5 Diária	Natal/RN	14 de Maio de 2026 a 15 de Maio de 2026	C/pernoite 250,00 S/pernoite 125,00	375,00

Importa a quantia de R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 12 de maio de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:CF84A519

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 115/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO REDONDO-RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 49, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º **DESIGNAR** a servidora **GISLANE KAROLINE DE OLIVEIRA BRILHANTE SILVA**, Matrícula n° 0001597-2, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL**, para exercer a função de **SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Redondo, Centro Administrativo "JOSÉ ALBERANY DE SOUZA", em 08 de maio de 2026.

RENAM LUIZ DE ALENCAR CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Francinaldo Lucas da Costa Monteiro
Código Identificador:F0AEEA92

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 068/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 12 de maio de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art 1° - Conceder ao Sr. OTÁVIO ITALO SANCHO DANTAS, lotado na Secretaria Municipal de Educação, exercendo o cargo de Coordenador de Compras, **uma diária e meia,** na importância de R$ 300,00 (trezentos reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Natal/RN, entre os dias 14 e 15 de maio de 2026, para participar do 9º Grandes Nomes em Compras Públicas (GNCP).

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:C00356EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 069/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 12 de maio de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. MARIA DA PAZ DANTAS, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, exercendo o cargo de Diretora de Departamento de Licitações e Contratos, **uma diária e meia**, na importância de R$ 300,00 (trezentos reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, entre os dias 14 e 15 de maio de 2026, para participar do evento Grandes Nomes em Compras Públicas – GNCP.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:2F8E19F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 070/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 12 de maio de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. CAMILA RAISSA DE LIMA DANTAS, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, exercendo o cargo de Coordenadora de Planejamento, **uma diária e meia**, na importância de R$ 300,00 (trezentos reais), no valor unitário

de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, entre os dias 14 e 15 de maio de 2026, para participar do evento Grandes Nomes em Compras Públicas – GNCP.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:6DE6ECDF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 071/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 12 de maio de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a Sra. MARIA LUIZA DE MEDEIROS DANTAS, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, exercendo o cargo de Assistente Administrativo, **uma diária e meia**, na importância de R$ 120,00 (cento e vinte reais), no valor unitário de R$ 80,00 (oitenta reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Natal/RN, entre os dias 14 e 15 de maio de 2026, para participar do evento Grandes Nomes em Compras Públicas – GNCP.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:05D9B449

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 072/2026 – GP

Carnaúba dos Dantas/RN, 12 de maio de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Sr. LUIZ EUGENIO DANTAS DO NASCIMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Pesca, exercendo o cargo de motorista, **meia diária**, na importância de R$ 100,00 (cem reais), no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), ficando o servidor autorizado a viajar para a cidade de Nova Floresta/PB, no dia 12 de maio de 2026, a fim de atender demandas do município de Carnaúba dos Dantas/RN.

Art. 2° - O servidor beneficiário de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:70B2739D

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO Nº 001/2026 DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2026

PRIMEIRO TERMO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2026

TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO Nº 001/2026 DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2026, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS E A EMPRESA STRATURA ASFALTOS LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, oMUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 08.088.254/0001-15, neste ato representado o senhor KLEYTONMEDEIROSDANTAS,inscritonoCPF:091.640.884-13,brasileiro,casado, residente e domiciliado na Rua Antônio Justino Dantas 77, centro, Carnaúba dos Dantas/RN e, de outro lado,sob o n.º 009.745.614-44, doravante denominado "MUNICÍPIO", e do outro lado o fornecedorSTRATURA ASFALTOS LTDA inscrito(a) no CNPJ sob o nº 59.128.553/0021-10 estabelecido à Rua Oeste-1 SN Distrito Industrial I - Maracanaú-CE, representado(a) neste ato por LEANDRO RUTHAUSHA RIBEIRO, portador do CPF nº 407.821.818-05, celebram o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – DO FUNDAMENTO

Fundamenta-se o presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro no Ofício 01/2026 apresentado pela Empresa; no oficio 205/2026; ata de registro de preços N° 39/2026, firmada entre as partes; pregão eletrônico nº 06/2026; na Lei nº 14.133/21; do artigo 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21, com suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA II – DO OBJETO E DO VALOR

2.1.O presente Termo de reequilíbrio econômico-financeiro tem por objeto a alteração do preço dos itens abaixo na tabela abaixo, a partir da data de assinatura deste Termo, em decorrência da oscilação dos preços de mercado demonstrada na Planilha de Cálculo de Reequilíbrio Econômico Financeiro, de acordo com o artigo 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21.

DESCRIÇÃO DOS ITENS	VALOR REGISTRADO NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	VALOR REAJUSTADO
EMULSÃO ASFALTICA RL-1C - COMPOSTA DE EMULSÃO ASFÁLTICA CATIONICA DE RUPTURA LENTA, PRÉ MISTURADO A FRIO; APLICADO EM IMPRIMADURAS, SUPERFÍCIES, EM SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO RODOVIÁRIA, OBEDECENDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR	R$ 4.170,00	R$ 5.109,92

2.2.Para as entregas subsequentes à data de assinatura deste Termo, aplicar-se-ão os novos valores registrados acima, a menos que o pedido de entrega tenha ocorrido antes do pedido de majoração dos preços, em conformidade com o Edital do pregão eletrônico nº 06/2026.
CLÁUSULA III – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA
3.1.As despesas para a execução deste Termo de reequilíbrio econômico-financeiro correrão à conta do orçamento específico, conforme dotações consignadas no orçamento vigente.
CLÁUSULA IV – DA RATIFICAÇÃO
4.1.Permanecem inalteradas todas as demais Cláusulas da ata de registro de preços N° 39/2026.
CLÁUSULA V – DA PUBLICAÇÃO
5.1.O presente instrumento será publicado peloCONTRATANTE em forma de extrato, no Diário Oficial, no prazo legal, nos termos do disposto da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores.
5.2.E, por estarem as partes justas e acordadas, firmam o presente Termo de reequilíbrio econômico ao ata de registro de preços N° 39/2026, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo indicadas.
Carnaúba dos Dantas/RN, 06 de maio de 2026.

KLEYTONMEDEIROSDANTAS
Prefeito Municipal
Contratante

LEANDRO RUTHAUSHA RIBEIRO
Stratura Asfaltos LTDA
Contratada

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:3058CF2E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA 024 DE 12 DE MAIO DE 2026

A Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Ceará-mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Conceder ao Senhor **ERIVALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO** (Motorista) 2(Duas)Diárias para atender as despesas de viagem ao Municipio de Currais Novos nos dias 16 a 18 de Maio de 2026, Justifica-se a concessão de diária pelo deslocamento dos grupos de jovens que participam das oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), para o acompanhamento em torneio esportivo no município de Currais Novos/RN. A atividade está em conformidade com a Conselho Nacional de Assistência Social por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, que prevê o desenvolvimento de ações socioeducativas, culturais e esportivas no âmbito do SCFV, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Fundamenta-se, ainda, na Lei nº 8.742/1993, que estabelece a assistência social como política pública de proteção social, e na Lei nº 12.852/2013, que assegura o direito ao esporte e ao lazer como instrumentos de inclusão e desenvolvimento integral.
Esta Portaria é de acordo com o Decreto Municipal nº 3.444 de 20 de outubro de 2021.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Assistência Social em Ceará mirim/RN, 12 de Maio de 2026.

NYDIA LICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gleciane Alves Dantas
Código Identificador:0E9AA28B

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA 025 DE 12 DE MAIO DE 2026

A Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Ceará-mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Conceder ao Senhor ALVARO BRUNO FERNANDES DA SILVA (Coordenador do CRAS RURAL) 2(Duas)Diárias para atender as despesas de viagem ao Municipio de Currais Novos nos dias 16 a 18 de Maio de 2026, Justifica-se a concessão de diária pelo acompanhamento dos grupos de jovens que participam das oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), para o acompanhamento em torneio esportivo no município de Currais Novos/RN. A atividade está em conformidade com a Conselho Nacional de Assistência Social por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, que prevê o desenvolvimento de ações socioeducativas, culturais e esportivas no âmbito do SCFV, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Fundamenta-se, ainda, na Lei nº 8.742/1993, que estabelece a assistência social como política pública de proteção social, e na Lei nº 12.852/2013, que assegura o direito ao esporte e ao lazer como instrumentos de inclusão e desenvolvimento integral.

Esta Portaria é de acordo com o Decreto Municipal nº 3.444 de 20 de outubro de 2021.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Assistência Social em Ceará mirim/RN, 12de Maio de 2026.

NYDIA LICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gleciane Alves Dantas
Código Identificador:3B36F0CF

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA 026 DE 12 DE MAIO DE 2026

A Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Ceará-mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Conceder ao Senhor JOAO BATISTA DA SILVA JUNIOR (Orientador Social) 2(Duas)Diárias para atender as despesas de viagem ao Municipio de Currais Novos nos dias 16 a 18 de Maio de 2026, Justifica-se a concessão de diária pelo acompanhamento dos grupos de jovens que participam das oficinas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), para o acompanhamento em torneio esportivo no município de Currais Novos/RN. A atividade está em conformidade com a Conselho Nacional de Assistência Social por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, que prevê o desenvolvimento de ações socioeducativas, culturais e esportivas no âmbito do SCFV, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Fundamenta-se, ainda, na Lei nº 8.742/1993, que estabelece a assistência social como política pública de proteção social, e na Lei nº 12.852/2013, que assegura o direito ao esporte e ao lazer como instrumentos de inclusão e desenvolvimento integral.

Esta Portaria é de acordo com o Decreto Municipal nº 3.444 de 20 de outubro de 2021.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Assistência Socialem Ceará mirim/RN, 12 de Maio de 2026.

NYDIA LICIA DE OLIVEIRA RIBEIRO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Gleciane Alves Dantas
Código Identificador:B1F22C47

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1698 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1698 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.
RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Ailton Gomes**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Coordenador Chefe do Setor de Exames,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:ECAFE44A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1699 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1699 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Alziene de Freitas Barros Souza**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Diretor de Contratação,** junto **à Secretaria Municipal de Administração.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:62864315

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1700 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1700 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Ana Cláudia Leandro Barbosa**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Coordenador de Programas de Saúde,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4A031B77

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1701 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1701 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Carlos Braulio Alaminos**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Diretor Administrativo de Programas de Saúde,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:2454A0BD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1702 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1702 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Célio Roberto Nascimento Bezerra**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Farmácia,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:41A1A675

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1703 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1703 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Fabiana Andrade de Freitas**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Radiologia,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F350F01B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1704 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1704 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Genilda Souza de Lima**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado da Seção de Cadastro,** junto **à Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:2F3BEC53

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1705 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1705 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Glauber de Oliveira Costa**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Execução Financeira,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8433C6D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1706 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1706 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Ivaneza Mônica Torres de Vasconcelos**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado de Seção de Compilação de Dados,** junto **à Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C0C23E10

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1707 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1707 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Jéssica Thuysa Dantas Pereira**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Diretor Administrativo de Programas de Saúde ,** junto **à Secretária Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:3AAC84E6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1708 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1708 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **João Maria Silva de Lima**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Subsecretário Municipal de Cultura e Eventos,** junto **à Secretaria Municipal de Cultura.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D3E5D8F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1709 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1709 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Joseane Alves de Moura**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Educação de Jovens e Adultos,** junto **à Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E9B6559E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1710 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1710 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Maria Cristina Bezerra de Melo**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor do Programa de Saúde na Escola,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:333B04C9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1711 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1711 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Maria Eloisa Pereira de Farias**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Apoio a Deliberação,** junto **à Secretaria Municipal de Assistência Social.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E681F980

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1712 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1712 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Paulo da Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Gestor de Departamento de Logística,** junto **à Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:9D53320F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1713 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1713 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Rosivan do Nascimento Costa**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Diretor Administrativo da SMS,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:762CE332

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 1732 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N° 1732 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir, por incorreção material, as portarias abaixo relacionadas, passando a vigorar com a seguinte redação:

I – Portaria nº 1.470 DE 27 DE MARÇO DE 2026 (SEMACA)**,** onde se lê:
" Encarregado do Setor do Urbanismo e Licenciamento, junto à Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, "
leia-se:
"Gestor de Divisão de Admissão e Processos de Pessoal, junto à Secretária Municipal de Administração, "

II – Portaria nº 1.633 DE 04 DE MAIO DE 2026;
"Portaria nº 1.633 Arissia Regis da Silva Tavares, tornou sem efeito",

III – Portaria nº 1.109 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026:

"Portaria nº 1.109 Rener Cruz de Oliveira, tornou sem efeito",

IV – Portaria nº 1.576 DE 24 DE ABRIL DE 2026, onde se lê:

"Chefia de Manutenção de Prédios Escolas, junto à Secretaria Municipal de Educação Básica. ",
leia-se:
"Gestor da Divisão do Livro Didático, junto à Secretaria Municipal de Educação Básica. ",VI – . Portaria n ° 1.554 DE 17 DE ABRIL DE 2026, onde se lê;
" Encarregado do Setor de Departamento Geral, junto à Secretária Municipal de Educação Básica. ",
Leia-se;
" Gestor da Divisão de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, junto à Secretária Municipal de Educação Básica.

V -Portaria n ° 469 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2026, onde se lê
Leia-se;

Portaria n ° 469 DE 06 DE MAIO DE 2026;

VI -Portaria n ° 1332 DE 13 DE MARÇO DE 2026; onde se lê

Leia-se;
Portaria n ° 1332 DE 06 DE MAIO DE 2026

VII - Portaria n ° 1336 DE 13 DE MARÇO DE 2026; onde se lê

Leia-se;
Portaria n ° 1336 DE 06 DE MAIO DE 2026

VIII – Portaria Nº 1522 DE 10 DE ABRIL DE 2026; onde se lê
Leia-se;

Portaria Nº 1522 DE 08 DE MAIO DE 2026.

VIIII - Portaria Nº 1575 DE 24 DE ABRIL DE 2026; onde se lê
Encarregado do setor de Codificação
Leia-se;
Encarregado do setor Administrativo

Art. 2º Permanecem inalterados os demais termos das portarias ora corrigidas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação das portarias corrigidas, exclusivamente para fins de correção material.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A257DF76

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1680 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1680 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Aricelio Nascimento da Silva,** do cargo de provimento em comissão de **Gerente de Planejamento de Articulação Política**, junto à Secretaria Municipal de Articulação Política.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D43D86E3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1681 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1681 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Lidiane Varela Claudino, do cargo de provimento em comissão de Gestor de Departamento do Programa Bolsa Família, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A6BF74C0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1682 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1682 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Marineide Oliveira Da Silva,** do cargo de provimento em comissão de **Gestor De Departamento De Logística,** junto **à Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8BFD8F1B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1682 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1682 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Marineide Oliveira Da Silva,** do cargo de provimento em comissão de **Gestor De Departamento De Logística,** junto **à Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:D4397080

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1683 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1683 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Bárbara Lorena Baracho Barbosa para a Função de Confiança 3 (FC3), junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:1E1070C2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1684 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1684 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Maria Sueli de Souza para a Função de Confiança 3 (FC3), junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:7F371C60

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1685 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1685 DE 12 DE MAIO DE 2026**.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Ruy Ferreira de Lima para a Função de Confiança FC3, junto à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:68688A6C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1686 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1686 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1.460/2005 e nº 1.550/2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 8.878/2025 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do CMPREVI;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam CONVALIDADAS as concessões das gratificações por titulação incorporadas aos vencimentos da servidora ELISÂNGELA OLIVEIRA DA SILVA, matrícula nº 0073891-1, ocupante do cargo de Professor, em virtude da apresentação e regularidade dos seguintes títulos acadêmicos:
Título de Formação Continuada, referente aos cursos de capacitação "Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA" e "PCN Em Ação";
Título de Especialização, referente ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Especialização em Psicopedagogia Institucional, expedido pela Faculdade Maurício de Nassau.
Art. 2º Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes das concessões citadas no artigo anterior, reconhecendo-se a regularidade dos pagamentos efetuados a título de:
Gratificação de Formação, a partir de maio de 2010;
Gratificação de Especialista, a partir de dezembro de 2014.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas especificadas no artigo anterior, para fins de regularização funcional e previdenciária.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:377EE65C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1687 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1687 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Alziene de Freitas Barros Souza**, do cargo de provimento em comissão de **Secretário Executivo de Cultura e Eventos**, junto **à Secretaria Municipal de Cultura e Eventos.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:04EDCBB8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1688 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1688 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Daniele Paulo Barbosa**, do cargo de provimento em comissão de **Assistente de Atendimento ao Público,** junto **ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:306EE60C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1689 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1689 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Micarla Dos Santos Moura, do cargo de provimento em comissão de **Gestor de Departamento do Ceu das Artes**, junto **à Secretaria Municipal de Cultura e Eventos.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:1756092A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1690 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1690 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1.460/2005 e nº 1.550/2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 13.696/2025 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do CMPREVI;
RESOLVE:
Art 1º Ficam CONVALIDADAS as concessões das gratificações por titulação incorporadas aos vencimentos da servidora LUCIANA FREIRE SOBRAL, matrícula nº 0074901-1, ocupante do cargo de Professor, em virtude da apresentação e regularidade dos seguintes títulos acadêmicos:
Título de Formação Continuada, referente aos cursos de capacitação "PCN - Meio Ambiente na Escola" e "PCN Em Ação";
Título de Especialização, referente ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Psicomotricidade, expedido pela Universidade Potiguar (UnP).
Art. 2º Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes das concessões citadas no artigo anterior, reconhecendo-se a regularidade dos pagamentos efetuados a título de:
Gratificação de Formação, a partir de maio de 2010;
Gratificação de Especialista, a partir de julho de 2010.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas especificadas, para fins de regularização funcional e previdenciária.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F2574B4A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1691 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1691 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Ana Maria Matias de Melo**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Faturamento,** junto a **Secretaria Municipal de Saude.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B90CC7D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1692 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1692 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Jessica Raquel de Oliveira Morais Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Assistente de Atendimento ao Público,** junto **ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:3E37067B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1693 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1693 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Sergio Menezes Ferino**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Diretor Administrativo de Programas de Saude,** junto a **Secretaria Municipal de Saude.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4DB63FE1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1694 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1694 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Uriel Aprigio da Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado de Setor de Seção de Faturamento,** junto a **Secretaria Municipal de Saude.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:2784B769

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1695 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1695 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei Municipal nº 1.639/2013 e 2.020/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Lucas Vinicius Rodrigues da Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Transporte,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A597C1F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1696 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1696 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Marlecia Souza de Lima** , para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado de Setor de Farmacia,** junto a **Secretaria Municipal de Saude.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:151091DB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1697 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1697 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Kelimar Suzana de Medeiros Fonseca**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Suporte de Logística**, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Causas Animais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:F2E22D55

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1714 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1714 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1.460/2005 e nº 1.550/2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 7.314/2025 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do CMPREVI;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam CONVALIDADAS as concessões das gratificações por titulação incorporadas aos vencimentos da servidora TÂNIA MARIA MOURA DE SOUZA, matrícula nº 0075330-1, ocupante do cargo de Professor, em virtude da apresentação e regularidade dos seguintes títulos acadêmicos:
I - Título de Formação Continuada, referente ao Programa de Formação Continuada "PCN Em Ação", com carga horária de 180 horas;
II - Título de Formação Continuada, referente ao Curso de Formação Continuada em Educação Ambiental (PROCEA), com carga horária de 180 horas;
III - Título de Formação Continuada, referente ao Projeto de Extensão "Pró-Letramento em Matemática", com carga horária de 180 horas.
Art. 2º Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes das concessões citadas no artigo anterior, reconhecendo-se a regularidade dos pagamentos efetuados a título de Gratificação de Formação, percebida desde maio de 2010.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a maio de 2010, para fins de regularização funcional e previdenciária.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:EB9BDC44

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1715 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1715 DE 12 DE MAIO DE 2026.

Declara a vacância de cargo de provimento efetivo em razão de aposentadoria da servidora ANA LUCIA MOURA BARBOSA DE ARAUJO, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art. 39, incisos VIII e XII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o *art. 38, inciso VII, da Lei Municipal nº 1.196 de 07 de agosto 1991, Estatuto dos Servidores públicos do município de Ceará-Mirim/RN*.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica declarada a vacância do cargo de Professora Pós Graduada, Nível 2, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, constante do quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, ocupado pela servidora municipal ANA LUCIA MOURA BARBOSA DE ARAUJO, inscrita no CPF sob o nº807.267.804-30, com matrícula nº0073173-1, em razão de aposentadoria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E4ED5454

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1716 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1716 DE 12 DE MAIO DE 2026.

Declara a vacância de cargo de provimento efetivo em razão de aposentadoria do servidor HELIO LACERDA FERREIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art. 39, incisos VIII e XII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o *art. 38, inciso VII, da Lei Municipal nº 1.196 de 07 de agosto 1991, Estatuto dos Servidores públicos do município de Ceará-Mirim/RN*.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica declarada a vacância do cargo de Vigia, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, constante do quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, ocupado pelo servidor municipal HELIO LACERDA FERREIRA, inscrita no CPF sob o nº 489.958.007-04, com matrícula nº 0074099-1, em razão de aposentadoria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de abril de 2026.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B62C471A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1717 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1717 DE 12 DE MAIO DE 2026.

Declara a vacância de cargo de provimento efetivo em razão de aposentadoria da servidora MARIA DO AMPARO OLIVEIRA DO NASCIMENTO, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art. 39, incisos VIII e XII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o *art. 38, inciso VII, da Lei Municipal nº 1.196 de 07 de agosto 1991, Estatuto dos Servidores públicos do município de Ceará-Mirim/RN*.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica declarada a vacância do cargo de **MERENDEIRA**, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, constante do quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, ocupado pela servidora municipal MARIA DO AMPARO OLIVEIRA DO NASCIMENTO, inscrita no CPF sob o nº 274.790.804-68, com matrícula nº **0075494-1**, em razão de aposentadoria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2026.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:BCF7F866

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1718 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1718 DE 12 DE MAIO DE 2026.

Declara a vacância de cargo de provimento efetivo em razão de aposentadoria da servidora MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art. 39, incisos VIII e XII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o *art. 38, inciso VII, da Lei Municipal nº 1.196 de 07 de agosto 1991, Estatuto dos Servidores públicos do município de Ceará-Mirim/RN*.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica declarada a vacância do cargo de **PROFESSOR NIVEL SUPERIOR PÓS-GRADUADO**, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, constante do quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, ocupado pela servidora municipal **MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA**, inscrita no CPF sob o nº 369.351.664-20, com matrícula nº 007694-6, em razão de aposentadoria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2026.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:2F6D09F8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1719 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1719 DE 12 DE MAIO DE 2026.

Declara a vacância de cargo de provimento efetivo em razão de aposentadoria da servidora MARLUCE PEREIRA DE MORAIS, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art. 39, incisos VIII e XII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o *art. 38, inciso VII, da Lei Municipal nº 1.196 de 07 de agosto 1991, Estatuto dos Servidores públicos do município de Ceará-Mirim/RN*.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica declarada a vacância do cargo de **PROFESSOR NIVELMAGISTÉRIO**, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, constante do quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, ocupado pela servidora municipal **MARLUCE PEREIRA DE MORAIS**, inscrita no CPF sob o nº276.844.904-00, com matrícula nº**0070290-1**, em razão de aposentadoria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2026.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:3C542ECB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1720 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1720 DE 12 DE MAIO DE 2026.

Declara a vacância de cargo de provimento efetivo em razão de aposentadoria da servidora MARTA SILVA PESSOA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o art. 39, incisos VIII e XII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o *art. 38, inciso VII, da Lei Municipal nº 1.196 de 07 de agosto 1991, Estatuto dos Servidores públicos do município de Ceará-Mirim/RN*.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica declarada a vacância do cargo de **PROFESSOR NIVEL SUPERIOR**, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, constante do quadro de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, ocupado pela servidora municipal MARTA SILVA PESSOA, inscrita no CPF sob o nº267.149.904-30, com matrícula nº**0074706-1**, em razão de aposentadoria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2026.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:13D777B5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1721 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1721 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1.460/2005 e nº 1.550/2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 5.364/2025 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do CMPREVI;
RESOLVE:

Art. 1º Ficam CONVALIDADAS as concessões da gratificação por titulação incorporada aos vencimentos da servidora JOANA MARIA BEZERRA DANTAS, matrícula nº 0074668-1, ocupante do cargo de Professor, em virtude da apresentação e regularidade dos seguintes títulos acadêmicos de Formação Continuada:
I - Título de Formação Continuada, referente ao curso de capacitação "PCN - Parâmetros em Ação", com carga horária de 180 horas;
II - Título de Formação Continuada, referente ao Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), com carga horária de 180 horas.
Art. 2º Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes da concessão citada no artigo anterior, reconhecendo-se a regularidade dos pagamentos efetuados a título de Gratificação de Formação a partir de maio de 2010.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data especificada no Art. 2º, para fins de regularização funcional e previdenciária.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:5CAE7D81

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1722 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1722 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1.460/2005 e nº 1.550/2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 14.891/2025 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do CMPREVI;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam CONVALIDADAS as concessões das gratificações por titulação incorporadas aos vencimentos da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO ALVES, matrícula nº 0075877-1, ocupante do cargo de Professor, em virtude da apresentação e regularidade dos seguintes títulos acadêmicos:
I - Título de Formação Continuada, referente aos cursos "PCN Em Ação", "PROFA", "Pró-Letramento em Matemática", "Alfabetização e Ensino da Língua Portuguesa" e "Formação Continuada de Docentes para um Sistema Educativo Inclusivo";
II - Título de Especialização, referente ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Escolar, expedido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
Art. 2º Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes das concessões citadas no artigo anterior, reconhecendo-se a regularidade dos pagamentos efetuados a título de:
I - Gratificação de Formação, a partir de maio de 2010;
II - Gratificação de Especialista, a partir de março de 2013.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas especificadas no Art. 2º, para fins de regularização funcional e previdenciária.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A10F9AB8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1723 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1723 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto nas Leis Municipais nº 1.460/2005 e nº 1.550/2010, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 5.359/2025 e no Parecer Jurídico da Procuradoria Autárquica do CMPREVI;
RESOLVE:
Art. 1º Ficam CONVALIDADAS as concessões das gratificações por titulação incorporadas aos vencimentos da servidora MÉRCIA LOPES DIAS, matrícula nº 007376-9, ocupante do cargo de Professor, em virtude da apresentação e regularidade dos seguintes títulos acadêmicos:
I - Títulos de Formação Continuada, referentes aos cursos "PCN Em Ação", "Programa de Formação Continuada em Educação Ambiental - PROCEA" e "Programa de Formação de Professores Alfabetizadores - PROFA";
II - Título de Especialização, referente ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Integrada em Educação, expedido pela Universidade Potiguar (UnP).
Art. 2º Ficam ratificados os efeitos financeiros decorrentes das concessões citadas no artigo anterior, reconhecendo-se a regularidade dos pagamentos efetuados a título de:
I - Gratificação de Formação, a partir de maio de 2010;
II - Gratificação de Especialista, a partir de março de 2012.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às datas especificadas no Art. 2º, para fins de regularização funcional e previdenciária.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.
Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:9369258E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1724 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1724 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Joyce Francelino Lima dos Santos**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Coordenador Administrativo de Farmácia,** junto a **Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:1273D0B3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1725 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1725 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .
RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Antônio Pinheiro de Lima**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Serviço de Maquina Agrícolas,** junto a **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:686BDFE9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1726 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1726 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Alexandre Rodrigues de Paiva para a Função de Confiança FC3, junto à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:E4DB0727

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1727 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1727 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Designar Josafá Bento da Silva para a Função de Confiança FC3, junto à Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C348A1CB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1728 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1728 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Angelielson Pereira de Lima**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor do Cortes de Terra,** junto a **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:52D7252C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1729 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1729 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Kelly Cristina da Costa Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Assistência Técnica e econômico,** junto a **Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:C6F66556

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1730 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1730 DE 12 DE MAIO DE 2026.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II .

RESOLVE:

Art.1º - Nomear **Edson Silva da Costa**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado do Setor de Educação Física e Desporto Escolar,** junto à **Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:63240D58

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1731 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1731 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Igor Ramon Oliveira Costa**, do cargo de provimento em comissão de **Gestor de Departamento de Apoio,** junto **ao Gabinete da Vice-Prefeitura.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:652E8717

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1733 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1733 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Nayane Lima Da Silva**, do cargo de provimento em comissão de **Chefia de Manutenção de Prédios Escolares,** junto **à Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:56603C82

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1734 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1734 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Nayane Lima Da Silva, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gestor de Departamento de Apoio, junto ao Gabinete da Vice Prefeitura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:9EA9A0E0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1735 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1735 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Andréa Soares do Nascimento**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Chefia de Manutenção de Prédios Escolares,** junto **à Secretaria Municipal de Educação Básica.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:4FDBC5FE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1736 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1736 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Ana Patrícia Sousa e Silva**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Diretor de Apoio Administrativo,** junto **à Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8C872430

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 1737 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 1737 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Laureni Arruda de Oliveira**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Encarregado de Setor de Atividades do Meio Ambiente,** junto **à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Causas Animais.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:21B789B1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 1738 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA N. º 1738 DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Designar FRANCISCA PEREIRA DA SILVA para a Função de Confiança FC4, junto à Secretaria Municipal de Educação Básica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 12 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:91A4F68E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA PUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 1651 DE 06 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA PUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 1651 DE 06 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II, Lei Municipal nº 1.986/2020 e Artigo 39 da Lei Municipal 2.020/2020

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **AMANDA GOMES DE LIMA**, do cargo de provimento em comissão de Diretor Escolar Nível II (GV) da(do**) E.M. PEDRO JUSTINO DOS SANTOS (TAMANDUA)**, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de abril de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 06 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

PORTARIA REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:B28E2A21

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA N° 1630 DE 04 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA N° 1630 DE 04 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II e a Lei 1.639/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **ROMILDO DA SILVA MARTINS**, categoria **Vigia**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Defesa Social, a Licença Prêmio, referente ao Segundo Período Aquisitivo a contar a partir de **04/03/2026 a 03/06/2026.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 04 de maio de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito Municipal

PORTARIA REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:30A6B1AA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
PORTARIA N.º 38 DE 12 DE MAIO DE 2026

PORTARIA N.º 38 DE 12 DE MAIO DE 2026

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, no uso da atribuição que lhe confere o art. 116, V, da Lei Municipal n.º 1.637, de 12 de julho 2013, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 5.464/2026-PPM, instituído por esta Autarquia Previdenciária, e considerando o preenchimento dos requisitos legais previstos no art. 40, § 7º, da Constituição Federal e nos arts. 9º, I, 11, 14, I e § 1º, 18, §§ 1º e 2º, 24, II, "a", 50, II, "a", 52, I, 54 e 58, incisos I, II e III, todos da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com as alterações promovidas pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder o benefício previdenciário de Pensão por Morte ao dependente menor, representado por seu genitor **RADAMES DA LUZ SILVA**, inscrito no CPF sob o n.º ***382.66*-**, em decorrência do falecimento da segurada aposentada **SANDRA MARIA DE PAIVA SILVA**, ocorrido em 05/04/2026, servidora pública municipal aposentada nomeada por meio da Portaria n.º 1.022, de 07 de julho de 1998, inscrita sob a Matrícula n.º 0052117-1, concedendo-se o benefício no percentual de 60% (sessenta por cento) dos proventos percebidos pela instituidora na data do óbito, até a perda da qualidade de dependente, na forma da lei.
Art. 2º Em caso de alteração das condições que fundamentaram o benefício ou de cessação da qualidade de dependente, o benefício será revisto ou cessado, na forma da legislação previdenciária municipal.
Art. 3º A pensão concedida será reajustada nos termos do art. 34 da Lei Municipal n.º 1.637/2013, com redação dada pela Lei Municipal n.º 2.169/2022.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 05 de abril de 2026, data do óbito.

RONALDO MARQUES RODRIGUES
Diretor Presidente

Publicado por:
Thiago Alexandre Viana da Silva
Código Identificador:EB085EF9

SAAE
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

O SAAE DE CEARÁ-MIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 08.120.370/0001-74, localizado à Rua General João Varela, nº 1071, Centro, Ceará-Mirim/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, a se processar de FORMA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preços para a aquisição de tampões em ferro fundido DN600, classe D400, destinados à vedação e proteção de poços de visita e demais dispositivos da rede de esgotamento sanitário e drenagem, para atender às necessidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ceará-Mirim/RN, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais determinações legais regulamentares vigentes aplicáveis à licitação, devendo ser observadas as seguintes disposições: INÍCIO DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08h00min do dia 13 de maio de 2026. LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Às 08h30min do dia 25 de maio de 2026. ABERTURA DA SESSÃO E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h10min do dia 25 de maio de 2026. LOCAL/SITE: www.portaldecompraspublicas.com.br. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, a partir do dia 13 de maio de 2026, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, na sede do SAAE de Ceará-Mirim, situado à Rua General João Varela, nº 1071, Centro, Ceará-Mirim/RN, no horário das 8h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou através do e-mail saaecmlicitacao@gmail.com FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E/OU ENCAMINHAMENTOS: Pedidos de esclarecimento e/ou encaminhamentos poderão ser dirigidos diretamente ao Agente de Contratação, na sede do SAAE de Ceará-Mirim, situado à Rua General João Varela, nº 1071, Centro, Ceará-Mirim/RN, no horário das 8h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, ou através do e-mail saaecmlicitacao@gmail.com ou ainda através do Portal www.portaldecompraspublicas.com.br.

Ceará-Mirim/RN, 12 de maio de 2026.

FRANCISCO EMILSON DE OLIVEIRA JÚNIOR
Pregoeiro Autárquico

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:52977A3B

SAAE
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

Processo Administrativo n° 4.693/2026

O SAAE de Ceará-Mirim/RN, através do seu Diretor Geral, Sr. Willi Lopes do Nascimento Júnior, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a ADJUDICAÇÃO e a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cessão de direito de uso de sistemas integrados de gestão pública, compreendendo a disponibilização, manutenção, atualização técnica, suporte técnico e realização de alterações legais, corretivas e evolutivas, abrangendo os módulos de orçamento, finanças e contabilidade pública, licitação, compras e contratos, patrimônio, almoxarifado, protocolo geral e portal da transparência, para atender às necessidades do serviço autônomo de água e esgoto – SAAE de Ceará-Mirim/RN, em favor da empresa relacionada a seguir: TOP DOWN CONSULTORIA LTDA - CNPJ: 40.998.734/0001-26, com valor de R$ 123.592,92 (cento e vinte e três mil, quinhentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos). As atas da licitação e demais documentos pertinentes com os respectivos itens, quantidades, valores e licitantes, encontram-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Ceará-Mirim/RN, 12 de maio de 2026.

WILLI LOPES DO NASCIMENTO JÚNIOR
Diretor Geral

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:0E1C5E18

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para emissão de laudo técnico da sala de raios-X do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, compreendendo levantamento radiométrico e testes de constância, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.
Considerando a necessidade administrativa devidamente demonstrada nos autos, destinada à garantia da regularidade sanitária, segurança radiológica e continuidade dos serviços públicos de saúde;

Considerando os documentos técnicos acostados ao processo, especialmente o Documento de Formalização da Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP, Mapa de Riscos e Termo de Referência, com as devidas adequações e retificações promovidas pela área técnica competente;

Considerando o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Jurídica Municipal, bem como a análise e manifestação da Controladoria Geral do Município, constantes nos Despachos 13 e 17 do presente feito;

Considerando a manifestação técnica apresentada no Despacho 18, que esclareceu os apontamentos realizados pela Controladoria Geral do Município e promoveu os ajustes necessários à regular instrução processual;

Considerando, ainda, que a contratação direta pretendida encontra respaldo no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021;

AUTORIZO a continuidade do procedimento administrativo e RATIFICO os documentos apresentados e retificados no Despacho 18-5.465/2026, especialmente o Mapa de Riscos e o Termo de Referência, por entender que atendem às exigências legais e aos interesses da Administração Pública.
Encaminhem-se os autos ao setor competente para prosseguimento do feito, observadas as recomendações quanto à atualização das certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como demais providências necessárias à formalização da contratação.

Ceará-Mirim/RN,12/06/2026.

Atenciosamente,
LUANAMARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:96E840D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Considerando todo o trâmite do Processo Administrativo nº 9.113/2025, especialmente o contido nos Despachos nº 51, 52, 53, 54 e 55, que trataram da análise de habilitação jurídica, técnica e regularização documental da interessada, bem como a decisão administrativa que **deferiu a habilitação técnica e reconheceu a regularidade após saneamento das diligências**, ADJUDICO o objeto do presente credenciamento e declaro apta a empresa abaixo relacionada:

1. CL INTERVENÇÃO COMPORTAMENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº**60.001.032/0001-33**, com sede na Rua Jerônimo Câmara, nº 771, Bairro Bela Vista, João Câmara/RN –**Credenciada**

A empresa cumpriu todas as exigências do Edital nº 002/2025, após regularização documental determinada em sede de diligência, conforme previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, restando demonstrada sua capacidade técnica e regularidade para execução dos serviços de Terapia ABA destinados a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Diante disso, **HOMOLOGO** o presente procedimento, para que produza seus efeitos legais, autorizando o credenciamento da empresa acima indicada, observadas as condições do edital e demais normas aplicáveis.

Publique-se.
Cumpra-se.

Ceará-Mirim/RN, 12/05/2026.

LUANAMARIA ALMEIDA FERNANDES BEZERRA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Joicilene Ferreira da Silva
Código Identificador:7127903F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 70 DE 12 DE MAIO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

CONSIDERANDO, que a servidora **RIVALDO FERNANDES PEREIRA** - Matrícula nº **9312889**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, requereu licença sem remuneração, pelo período de 02 (dois) anos, sendo deferido o seu pedido por meio da Portaria nº 92 de 15 de Outubro de 2024;

CONSIDERANDO, que o servidor supracitado requereu o cancelamento da sua licença a fim de reintegrar a suas funções, através do Processo Administrativo (1 Doc) nº 6.455/2026;

R E S O L V E :

Art. 1º Interromper a licença para o trato de assuntos particulares, sem remuneração, da servidora **RIVALDO FERNANDES PEREIRA**, de acordo com o Estatuto do Servidor, Lei nº 1.196/1991, Art.104, devendo este retornar às suas funções.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 12 de Maio de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:E410D473

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE DISPENSA FRACASSADA – DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2026

O Município de Cerro Corá/RN no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que a Dispensa de Licitação 009/2026 que tinha como objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de material permanente, consistente em máquina revitalizadora de grama sintética, destinada à execução de serviços de manutenção, revitalização e nivelamento de gramado sintético, compreendendo a redistribuição uniforme do granulado de borracha e o alinhamento das fibras, sem causar danos ao revestimento, cuja sessão de lances aconteceu no dia 12 de maio de 2026, das 08h01min às 10h01min, foi declarada como FRACASSADA. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste aviso será atendido pelo Agente de Contratação através do e-mail: agentedecontratacao2025@gmail.com.

Cerro Corá/RN, 12 de maio de 2026.

RAIMUNDO OZAIR TENAN
Agente de Contratação

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:2E1A327E

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA 009/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO 714/2026.

O Município de Cerro Corá/RN, CNPJ: 08.173.502/0001-26, torna público, para conhecimento dos interessados, que por intermédio de seu agente de contratação, designado pela Portaria n° 042/2025 – GP, de 06 de janeiro de 2025, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 408, de 19 de dezembro de 2023 e demais normas aplicáveis.

OBJETO: contratação de empresa especializada para o fornecimento de material permanente, consistente em máquina revitalizadora de grama sintética, destinada à execução de serviços de manutenção, revitalização e nivelamento de gramado sintético, compreendendo a redistribuição uniforme do granulado de borracha e o alinhamento das fibras, sem causar danos ao revestimento.

O envio das propostas e documentos referentes à habilitação para esta Dispensa Eletrônica será realizado exclusivamente pelo Portal de Compras Públicas, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas deverão ser inseridas no sistema nos horários indicados a seguir:
1 – Início para cadastro da proposta: **13/05/2026 às 08h (oito horas);**
2 – Data e hora de término do recebimento de proposta: **18/05/2026 às 08h (oito horas);**
3 – Data e hora de início da fase de lances **18/05/2026 às 08:01h (oito horas e um minuto);**
4 – Data e hora de término da fase de lances **18/05/2026 às 10:01h (dez horas e um minuto);**
5 – A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito das condições deste Aviso de Contratação Direta e de outros assuntos relacionados à presente Dispensa de licitação deverá ser efetuada pelas empresas interessadas em participar do certame, exclusivamente pelo Sistema, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, antes do início da sessão pública para lances.

Cerro Corá/RN, 12 de maio de 2026.

RAIMUNDO OZAIR TENAN
Agente de Contratação

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:C4384899

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 362/2026 - GP

PORTARIA Nº 362/2026 - GP Cerro Corá/RN, 11 de maio de 2026.

> "Designa Comissão de Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização de Execução da Lei nº. 14. 399 de 08 de julho de 2022 - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB-2024)".

MACIEL DOS SANTOS FREIRE, Prefeito do Município de Cerro Corá, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto do Servidor Público Municipal de Cerro Corá/RN.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo relacionados, como membros da Comissão de Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização de Execução da Lei nº. 14. 399 de 08 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB-2024), no âmbito do Município de Cerro Corá – RN:

I – Alizandra de Assis Cândido Lopes /Presidente
II - Carlos André Alves da Silva / Membro
III - Ana Maria Canário de Brito/Membro

Art. 2º Compete à Comissão de Coordenação, Acompanhamento e Fiscalização de Execução da Lei nº. 14. 399 de 08 de julho de 2022:
I - Realizar estudo e análise das legislações correlatas a Lei nº. 14.399, de 2022, que Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB-2024);
II- Estruturar, organizar e participar das audiências públicas sobre a Lei nº. 14.399, de 2022;
III - Informar, orientar, acompanhar e fiscalizar os processos para o recebimento de recursos pelos contemplados, com base na Lei nº. 14.399, de 2022;
IV - Estruturar, orientar e acompanhar a execução da Lei nº. 14.399, de 2022 no âmbito do Município; e
V - Elaborar relatório final e prestação de contas, conforme orienta a legislação vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:4EAF674F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 031/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 00451/2026;
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 025-019/2023 – P.A 0628/2023;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN;
DEMANDANTE: SEC. MUN. DE SAÚDE
CONTRATADO: STERELIZE LIXO HOSPITALAR LTDA - ME
CNPJ: 27.003.103/0001-61;
VALOR ANUAL: R$ 12.870,00 (DOZE MIL, OITOCENTOS E SETA REAIS);
OBJETO DO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 031/2023 POR MAIS 12 (DOSE) MESES, A PARTIR DE 17/05/2026 ATÉ 16/05/2027, PODENDO SER PRORROGADO SUCESSIVAMENTE, RESPEITADA A VIGÊNCIA MÁXIMA, NA FORMA DO ARTIGO 107 DA LEI Nº 14.133/21;
OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE LIXO HOSPITALAR, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA;
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: • UNIDADE GESTORA: 3 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE • ÓRGÃO: 2000 – PODER EXECUTIVO • UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2009 – FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE • FUNÇÃO: 10 - SAÚDE • SUBFUNÇÃO: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL • PROGRAMA: 75 - PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SAÚDE • PROJETO/ATIVIDADE: 2.20 – REPASSE FNS – MÉDIA E

ALTA COMPLEXIDADE AMBULANTORIAL E HOSPITALAR • ELEMENTO DA DESPESA 246: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. AÇÃO: 2.26 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DESPESA: 321: 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA;
VIGÊNCIA: 17/05/2026 ATÉ 16/05/2027;
FUNDAMENTAÇÃO: ARTIGO 107 DA LEI Nº 14.133/21
DATA DE ASSINATURA: 11/05/2026
SIGNATÁRIOS: PELA CONTRATANTE, MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL, E O SR. LUIS MARCOS ALVES DA COSTA, SECRETÁRIO MUNICIPAL; ATUANDO COMO FISCAL DO CONTRATO A SRA. VANESCA LUCENA DA SILVA. PELO CONTRATADO, A EMPRESA STERELIZE LIXO HOSPITALAR LTDA-ME - CNPJ N.º 27.003.103/0001-61– CLEANTO DE ARAÚJO FERREIRA, INSCRITO NO CPF N.º 642.449.973-34.

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:A3A5FA37

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZETA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 016/2025

EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 016/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN; CONTRATADA: EVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA, INSCRITA NO CNPJ N° 55.738.5560001-71; OBJETO: CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2025; VIGÊNCIA: TERMO INICIAL EM 18 DE MARÇO DE 2026 E TERMO FINAL EM 17 DE MARÇO DE 2027; SUBSCRITORES: JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS – PELO CONTRATANTE E EVA TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA – PELA CONTRATADA.

CRUZETA/RN, 12 DE MARÇO DE 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:48CD518E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040/2024 DISPENSA Nº 012/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO MC/RN Nº 070/2024

EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040/2024
DISPENSA Nº 012/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO MC/RN Nº 070/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA – CNPJ 08.106.510/0001-50; **CONTRATADO: ARACELLI DE MEDEIROS CANDIDO 00973039418** inscrita no CNPJ nº 46.954.404/0001-15; **OBJETO:** PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 040/2024, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; **PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA:** 29 DE ABRIL DE 2026 A 28 DE ABRIL DE 2027; **SIGNATÁRIOS:** JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS – CONTRATANTE; ARACELLI DE MEDEIROS CÂNDIDO – CONTRATADA**.**

CRUZETA/RN, 22 DE ABRIL DE 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeruza Pereira de Azevêdo
Código Identificador:2366AEF2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 – PROC. LICITATÓRIO MC/RN Nº 160/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN; CONTRATADA: H L MEDEIROS DE OLIVEIRA, INSCRITA NO CNPJ N° 19.752.596/0001-04; OBJETO: RENOVAÇÃO DO PERÍODO VIGENCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EM EPÍGRAFE; VIGÊNCIA: TERMO INICIAL EM 18 DE MARÇO DE 2026 E TERMO FINAL EM 18 DE MARÇO DE 2027; SUBSCRITORES: JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS – PELO CONTRATANTE E H L MEDEIROS DE OLIVEIRA – PELA CONTRATADA.

CRUZETA/RN, 16 DE MARÇO DE 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:C4538627

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 – PROC. LICITATÓRIO MC/RN Nº 160/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CRUZETA/RN; CONTRATADA: NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS, INSCRITA NO CNPJ N° 19.752.596/0001-04; OBJETO: RENOVAÇÃO DO PERÍODO VIGENCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS EM EPÍGRAFE; VIGÊNCIA: TERMO INICIAL EM 18 DE MARÇO DE 2026 E TERMO FINAL EM 18 DE MARÇO DE 2027; SUBSCRITORES: JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS – PELO CONTRATANTE E NICKSON LUCIANO GUERRA AZEVEDO DE MEDEIROS – PELA CONTRATADA.

CRUZETA/RN, 16 DE MARÇO DE 2026.

JOAQUIM JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberth Batista de Medeiros
Código Identificador:D6FF6BBF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2026 - SRP

O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN, código UASG 981661, através de sua Agente de Contratação/Pregoeira, instituído pela Portaria nº 0619, de 29 de abril de 2026, comunica aos interessados que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma

ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO por ITEM, que tem como objeto o registro de preço para futura e eventual **Locação de veículos do tipo caminhão caçamba, com capacidade mínima de 10m³, e caminhão a vácuo "limpa fossa"**, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência. A sessão se dará às 08h30 horas (horário local) do dia 28 de maio de 2026, através do sítio **www.gov.br/compras**, conforme Lei nº 14.133/21 e Decreto Federal n° 11.462/23.

Currais Novos/RN, 12 de maio de 2026.

KARLA PATRÍCIA DA SILVA DANTAS
Agente de Contratação/Pregoeira
Port. nº 0619/2026 – PMCN

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0675CC5C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90004/2026

O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN, código UASG 981661, através de Sua Agente de Contratação, instituído pela Portaria n° 619/2026, de 29 de abril de 2026, comunica aos interessados que está **SUSPENSA** a licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica sob n° 90004/2026, que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada em execução de serviços de pavimentação e obras complementares em 14 ruas, com fornecimento de matérias, no Município de Currais Novos/RN,** em virtude da necessidade de alterações no Edital. Após serem realizadas as referidas alterações, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com uma nova data para reabertura do certame.

Currais Novos/RN, 12 de maio de 2026.

SÔNIA MARIA MEDEIROS DE PONTES
Agente de Contratação - CPL.

Publicado por:
Sônia Maria Medeiros de Pontes
Código Identificador:6BE450AC

GABINETE DO PREFEITO
CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA N° 04/2026

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS E O CACTUS MOTO CLUBE.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS/RN**, COM SEDE À PRAÇA DEZ. TOMAZ SALUSTINO, 90, CENTRO, INSCRITA NO CNPJ N° 08.109.126/0001-00, NESTE ATO REPRESENTADO PELO PREFEITO MUNICIPAL, O SR. **LUCAS GALVÃO DA CRUZ**, BRASILEIRO, CASADO, BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, RESIDENTE À RUA MANDACARU, Nº 80, CONDOMÍNIO PARQUE BREJUÍ, BAIRRO PARQUE DAS PEDRAS, CURRAIS NOVOS/RN, INSCRITO NO CPF Nº ***.782.584-**, COMO **CONCEDENTE**, E DE OUTRO LADO, O **CACTUS MOTO CLUBE**, ASSOCIAÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS, INSCRITA NO CNPJ Nº **06.227.416/0001-23**, SITUADA À RUA JOVENTINO DA SILVEIRA, 38, CENTRO, CURRAIS NOVOS/RN, REPRESENTADO NESTE ATO POR SEU PRESIDENTE **BERNARDO MOREIRA DE SOUZA NETO**, BRASILEIRO, INSCRITO NO CPF N° ***.856.204-**, DORAVANTE DENOMINADA DE **CONVENIADA**, COM BASE NO INCISO XXI, DO ART 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI 14.133/2021, RESOLVEM CONVENIAR-SE MEDIANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A SEGUIR.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Este Convênio tem por objetivo o repasse financeiro para o **CACTUS MOTO CLUBE**, com o intuito de apoiar realização do 19° CACTUS MOTO FEST, conforme Plano de Trabalho. Este evento de grande porte, faz parte do calendário de eventos culturais do município, reúne amantes do motociclismo de diversos estados do país e traz consigo uma série de benefícios para a cidade de Currais Novos, promovendo os seguintes objetivos:
Objetivo Turístico: Impulsionar o turismo desportivo em Currais Novos, promovendo a cidade e seu potencial de crescimento em diversas áreas. A realização do evento atrairá visitantes de várias regiões, fomentando o setor hoteleiro, gastronômico e comercial, especialmente em um período tradicionalmente de baixa estação. Este fluxo de turistas contribui diretamente para a geração de receita e visibilidade da cidade como destino turístico.
Objetivo Sócio-Cultural: Fortalecer a realização de eventos de grande porte na cidade, inserindo o 19º Cactus Moto Fest no calendário de festividades de Currais Novos. O evento promoverá lazer, cultura e integração social, oferecendo à população momentos de diversão e confraternização. Além disso, fortalecerá o espírito comunitário e a identidade cultural local, destacando o potencial de Currais Novos para sediar grandes acontecimentos e reafirmando seu papel como um centro de convivência e celebração.
Geração de Trabalho e Renda: A realização do evento também terá um impacto significativo na economia local, mobilizando profissionais e artistas da cidade. Serão geradas oportunidades de emprego e renda em diversas áreas, como comércio, serviços, arte e cultura, beneficiando tanto o mercado formal quanto o informal. Esta dinâmica contribui para o fortalecimento da economia local e o bem-estar da população.
Dessa forma, o repasse financeiro por meio deste Convênio de Cooperação Mútua é fundamental para apoiar a realização de um evento que traz benefícios econômicos, turísticos e sociais para Currais Novos, consolidando a cidade como um polo de desenvolvimento turístico e de lazer na região.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES
O valor do presente convênio será de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), pago em parcela única de acordo com o Plano de Trabalho, em conta bancária de titularidade da conveniada, com a finalidade exclusiva de movimentação do recurso do convênio, em conformidade com o Decreto Nº 4.924/2020 e a IN CGM Nº 001/2025.
Parágrafo Único – as DESPESAS decorrentes deste convênio são as constante na Lei Orçamentária Anual para o exercício 2026, aprovada para o Município de Currais Novos/RN, e será levado a débito na **Unidade Orçamentária:** 10.001– Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, **Ação:** 1092 – Apoio a Eventos Sócio-culturais,**Natureza:** 3.3.90.41 – Contribuições, **Fonte:** 15000000 – Recursos não Vinculados a Impostos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO
Este convênio terá vigência com início na data de sua assinatura e término em 30 de junho de 2026.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA
Constituem obrigações da Conveniada:
I. Para igual propósito mencionado na Cláusula Primeira, a **CONVENIADA** se compromete a aplicar os recursos repassados por esta municipalidade em atividades descritas no plano de trabalho em anexo;
II. Fornecer a infraestrutura necessária à realização dos procedimentos conveniados, dentro das normas e padrões estabelecidos;
III. Apresentar prestação de contas do recurso dentro da vigência do convênio. Sendo este item critério para a viabilidade de uma possível renovação do convênio, em caso de aprovação da prestação de contas;
IV. E demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho e demais documentos.
Parágrafo Único: a prestação de contas referente ao recebimento do recurso financeiro deverá ocorrer por meio de notas fiscais emitidas em nome da Associação, em conformidade com o Decreto Nº 4.924/2020 e a IN CGM Nº 001/2025. Quaisquer outros documentos ou comprovantes não serão considerados válidos para fins de reconhecimento da utilização do recurso, bem como, o mesmo deverá ser utilizado de acordo com o plano de trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE

Constituem obrigações da convenente:
I. Repassar os recursos que financiarão este convênio;
II. Acompanhar e fiscalizar a operacionalização das ações e atividades;
III. E demais condições estabelecidas no Plano de Trabalho e demais documentos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS
Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre o **MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS** e o **CACTUS MOTO CLUBE.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO
O presente Termo de Convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes conveniadas, mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver o inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal à outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO
A CONCEDENTE providenciará a publicação deste convênio, por extrato em veículo oficial.

CLÁUSULA NONA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Currais Novos/RN, para nele se dirimirem todas e quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas com entendimento direto das partes CONVENIADAS, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, que seguem assinadas pelas testemunhas, que a tudo assistiram e atestam

Currais Novos/RN, 05 de maio de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal Do Município de Currais Novos

DAVID NARWITH MARQUES GOMES
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Inovação

BERNARDO MOREIRA DE SOUZA NETO
Presidente Cactus Moto Clube

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 001/2025

O CACTUS MOTO CLUBE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.227.416/0001-23, com sede à Rua Joventino da Silveira, 38, centro, Currais Novos/RN, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. Bernardo Moreira de Souza Neto, inscrito no CPF nº ***.856.204-**, DECLARA, para os devidos fins, que, no ato da assinatura do Convênio de Cooperação Mútua nº 04/2026, recebeu cópia e tomou integral ciência da Instrução Normativa da Controladoria Geral do Município nº 001/2025.

DECLARA, ainda, estar ciente de que a prestação de contas dos recursos recebidos em razão do referido Convênio será realizada em estrita conformidade com a Instrução Normativa CGM nº 001/2025, bem como com as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Currais Novos/RN, 05 de maio de 2026.

BERNARDO MOREIRA DE SOUZA NETO
Presidente Cactus Moto Clube

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE MOVIMENTAÇÃO EM CONTA BANCÁRIA EXCLUSIVA PARA RECEBIMENTO DOS RECURSOS DO CONVÊNIO

O CACTUS MOTO CLUBE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.227.416/0001-23, com sede à Rua Joventino da Silveira, 38, centro, Currais Novos/RN, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. Bernardo Moreira de Souza Neto, inscrito no CPF nº ***.856.204-**, DECLARA, para os devidos fins, que se compromete a receber, manter e movimentar exclusivamente os recursos financeiros decorrentes do Convênio de Cooperação Mútua nº 04/2026 na Conta Corrente nº 47757-5, agência 361-1 do Banco do Brasil, de titularidade da entidade.

DECLARA, ainda, que a referida conta será utilizada unicamente para o movimento financeiro dos recursos vinculados ao referido Convênio, vedada a movimentação de quaisquer outros recursos ou valores do objeto conveniado.

Por ser verdade, firma a presente declaração.

Currais Novos/RN, 05 de maio de 2026.

BERNARDO MOREIRA DE SOUZA NETO
Presidente Cactus Moto Clube

*Republicado por incorreção.

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:53D04A52

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.186, DE 12 DE MAIO DE 2026

Institui a Ronda Patrimonial Motorizada no âmbito da vigilância dos prédios e espaços públicos municipais, estabelece diretrizes para sua execução e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66 da Lei Orgânica do Município e pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, que estabelece os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública;

CONSIDERANDO o disposto no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, que confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local e organizar os serviços públicos de sua responsabilidade;

CONSIDERANDO que as atribuições inerentes ao cargo de vigia patrimonial compreendem atividades de vigilância patrimonial, rondas preventivas, proteção de bens públicos e comunicação de ocorrências às autoridades competentes;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de proteção e monitoramento do patrimônio público municipal, ampliando a capacidade de deslocamento das equipes de vigilância;

CONSIDERANDO que a utilização de veículos oficiais do Município constitui instrumento operacional destinado a tornar mais eficiente a execução das atividades de vigilância patrimonial, sujeitando-se às normas municipais de gestão da frota;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes claras quanto aos limites de atuação dos servidores, garantindo segurança jurídica à Administração Pública e aos servidores; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), que disciplina o tratamento de dados pessoais pelo Poder Público,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal, a RONDA PATRIMONIAL MOTORIZADA, destinada ao reforço das atividades de vigilância e proteção dos prédios, equipamentos e espaços públicos municipais.

Art. 2º A Ronda Patrimonial Motorizada tem por objetivos:
I – Ampliar a capacidade de deslocamento das equipes de vigilância patrimonial;
II – Realizar inspeções preventivas nos prédios e equipamentos públicos municipais;
III – Contribuir para a preservação e proteção do patrimônio público;
IV – Identificar e comunicar situações que possam representar risco aos bens públicos;
V – Reforçar a presença institucional da Administração Municipal nos espaços públicos.

Art. 3º A Ronda Patrimonial Motorizada será executada por servidores ocupantes do cargo de vigia patrimonial, mediante utilização de veículos oficiais do Município, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT).
Parágrafo único. A designação dos servidores para a Ronda Patrimonial Motorizada dar-se-á por ato do Secretário Municipal de Trânsito e Transporte, devidamente publicado no Diário Oficial do Município, ou por escala de serviço definida em instrumento normativo complementar editado pela SMTT.

Art. 4º Compete aos servidores designados para a Ronda Patrimonial Motorizada:
I – Realizar rondas preventivas nos prédios e espaços públicos municipais;
II – Verificar as condições de segurança das instalações externas;
III – Registrar e comunicar irregularidades aos setores responsáveis;
IV – Relatar situações que possam comprometer a integridade do patrimônio público;
V – Manter contato com os órgãos de segurança pública quando necessário.

Art. 5º Nos eventos públicos realizados em praças, prédios ou espaços municipais, os vigias poderão auxiliar na organização e demarcação de perímetros destinados exclusivamente à proteção do patrimônio público municipal presente no local, tais como tendas, palcos, equipamentos e cercamentos, sempre sob orientação da Administração Municipal.
Parágrafo único. A atuação prevista neste artigo limita-se à proteção do patrimônio físico municipal, sendo expressamente vedado o controle de acesso de pessoas, a segurança pessoal de autoridades ou qualquer função de natureza policial ou de segurança pública.

Art. 6º A utilização de veículos oficiais do Município no âmbito da Ronda Patrimonial Motorizada observará as seguintes diretrizes:
I – O servidor designado deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e compatível com a categoria do veículo a ser conduzido;
II – O uso do veículo oficial é estritamente restrito à execução das atividades de vigilância patrimonial previstas nesta Portaria, sendo vedada sua utilização para fins particulares;
III – A condução do veículo fica limitada à área do Município de Currais Novos, salvo autorização expressa e prévia da chefia imediata;
IV – As infrações de trânsito cometidas pelo servidor durante a execução do serviço são de sua responsabilidade pessoal, nos termos da legislação aplicável;
V – Danos causados ao veículo oficial por culpa ou dolo do servidor implicarão responsabilidade civil nos termos da lei.
Parágrafo único. Aplicam-se subsidiariamente as normas municipais de gestão e controle da frota de veículos oficiais.

Art. 7º Os servidores designados para a Ronda Patrimonial Motorizada poderão realizar monitoramento preventivo de prédios e espaços públicos municipais por meio de sistemas de videomonitoramento, câmeras de vigilância e outros recursos tecnológicos disponibilizados pela Administração Pública.
§1º. O monitoramento poderá ocorrer diretamente pela Administração Municipal ou em cooperação com outros órgãos públicos, mediante compartilhamento institucional de informações voltadas à proteção do patrimônio público.
§2º. A atividade prevista neste artigo limita-se à observação, registro e comunicação de ocorrências aos órgãos competentes, não configurando exercício de poder de polícia administrativa ou policial.
§3º. O compartilhamento de imagens e informações com outros órgãos públicos observará os princípios e limites da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), sendo restrito às finalidades de proteção do patrimônio público e de segurança, vedado o uso para finalidades estranhas ao interesse público.

Art. 8º A atuação dos servidores no âmbito da Ronda Patrimonial Motorizada não configura exercício de poder de polícia administrativa ou policial, não lhes sendo atribuídas competências típicas das forças de segurança pública ou dos órgãos de fiscalização.

Art. 9º É vedado aos servidores no exercício da Ronda Patrimonial Motorizada:
I – Realizar abordagens coercitivas;
II – Efetuar revistas pessoais ou veiculares;
III – Realizar prisões ou detenções;
IV – Aplicar penalidades administrativas;
V – Exercer atribuições exclusivas de autoridades policiais, agentes de fiscalização ou agentes de trânsito;
VI – Realizar controle de acesso de pessoas ou segurança pessoal de autoridades em eventos ou espaços públicos.

Art. 10 Diante de situações que possam configurar infração penal, ameaça à integridade de pessoas ou risco ao patrimônio público, os servidores deverão:
I – Manter a observação da situação, sem exposição desnecessária;
II – Comunicar imediatamente às forças de segurança pública competentes;
III – Registrar a ocorrência e informar à chefia imediata;
IV – Em caso de risco à própria integridade física, priorizar sua segurança, afastando-se do local e acionando imediatamente as forças de segurança pública e a chefia imediata.

Art. 11 Os servidores que atuarem na Ronda Patrimonial Motorizada deverão estar devidamente identificados, mediante utilização de uniforme ou identificação funcional institucional, conforme padronização estabelecida pela Administração Municipal.

Art. 12 As atividades realizadas no âmbito da Ronda Patrimonial Motorizada deverão ser registradas em livro próprio, relatório de serviço ou sistema administrativo equivalente, contendo informações sobre:
I – Horários das rondas realizadas;
II – Locais vistoriados;
III – Ocorrências observadas;
IV – Comunicações realizadas aos órgãos competentes;
V – Identificação do veículo oficial utilizado e quilometragem registrada ao início e ao término de cada turno.

Art. 13 A Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte poderá estabelecer procedimentos operacionais complementares, incluindo:
I – Rotas de patrulhamento preventivo;
II – Áreas prioritárias de vigilância;
III – Escalas de serviço;
IV – Protocolos de comunicação institucional com os órgãos de segurança pública.

Art. 14 A participação na Ronda Patrimonial Motorizada não altera o cargo, as atribuições legais ou o regime funcional dos servidores, constituindo apenas forma operacional de execução das atividades de vigilância patrimonial inerentes ao cargo de vigia patrimonial.
Art. 15 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Currais Novos/RN, 12 de maio de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:0A4C44DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 682, DE 11 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 56, V, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28/12/1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
Considerando a Lei nº 3.162, de 22/05/2015, que aprova as normas e diretrizes para estruturação e composição do Conselho Municipal de Saúde de Currais Novos (CMSCN), alterando a Lei nº 002, de 08/11/1991, e a Lei 1642, de 20/05/2004, conforme Lei 142/2012 e Resolução 453 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e dá outras providências;

Considerando o teor do Ofício nº 206/2026/CG/SEMSA – GS, de 08/05/2026, no qual solicita a publicação da nova composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Currais Novos/RN;

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR para compor o Conselho Municipal de Saúde, biênio 2026/2028, no período de 02 de março de 2026 a 01 de março de 2028:

USUÁRIOS

1) Coletivo Potiguar de Residentes em Saúde
Titular: Brenda Tamyris de Medeiros Cavalcante
Suplente: Ana Loyse de Souza Medeiros

2) Pastoral da Criança
Titular: Jackelline Maria da Silva Ferreira
Suplente: Maria da Guia Soares

3) Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras Familiares de Currais Novos
Titular: Maria do Céu Aprígio
Suplente: Vanda Diolino Diogo

4) Associação de Bombeiros Civis e Brigadistas de Currais Novos/RN
Titular: Deysny Evelyn Santos Costa
Suplente: Gilson Cirilo dos Santos Junior

5) Paróquia de Sant'Ana
Titular: Luzitércio da Silva Albuquerque
Suplente: João Paulo da Silva Vieira

6) VACANTE

TRABALHADORES DE SAÚDE

1) Sindicato dos Agentes de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte – SINDAS/RN
Titular: Maria Ozilene Silva
Suplente: Maria Suely Dantas Gomes

2) Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSAUDE/RN
Titular: Maria do Livramento da Silva
Suplente: Maria da Guia Santos

3) Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Rio Grande do Norte – SINDERN
Titular: Gabrielle Dias Guedes de Souza
Suplente: Jariceia Lopes Simplício

GESTOR/PRESTADOR

1) Associação Curraisnovense de Deficientes Físicos/ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Currais Novos/RN
Titular: Maria Luzineide da Silva
Suplente: Jamilla Fernanda Macêdo Batista

2) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Alana de Moraes Garcia
Suplente: Camila Araújo Florêncio de Lima

3) Liga Norte Riograndense Contra o Câncer
Titular: Elijara Ferreira da Silva
Suplente: Marília Rute de Souto Medeiros

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2026.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio "Prefeito Raul Macêdo", em 11 de maio de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:995F9FF0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONVENIO Nº 2/2026 – PMCN

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS, CNPJ 08.109.126/0001-00
CONVENENTE: BANCO DAYCOVAL S.A., CNPJ 62.232.889/0001-90

OBJETO – O convênio estabelece as condições para operacionalizar as consignações em folha de pagamentos a serem realizadas pela CONCEDENTE, para pagamento das operações de crédito que o DAYCOVAL conceder aos servidores ativos da CONCEDENTE.

VIGÊNCIA – 29 de abril de 2026 até 28 de abril de 2031.

BASE LEGAL: Lei 10.820/2003 e Lei n° 14.133/21.

Currais Novos/RN, 27 de abril de 2026

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:2C2B7B06

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 27/2026 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Em 12 de maio de 2026.

Á
LOCATECH SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA.
CNPJ: 11.075.071/0001-70.

Considerando o contrato n° 604/2025, oriundo do Pregão Eletrônico 90017/2024, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Currais

Novos/RN e a empresa LOCATECH SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.075.071/0001-70;

Considerando que, de acordo com o Ofício n° 117/2026 - SEMOSU, a empresa não vem atendendo às demandas de substituição de toner dos equipamentos instalados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, mesmo após reiteradas tentativas de contato por meio dos canais disponibilizados.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa LOCATECH SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM INFORMATICA LTDA para que em até 05 (cinco) dias realize a regularização dos serviços ou apresente justificativa plausível, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:06122664

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 28/2026 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Em 12 de maio de 2026.

Á
DROGARIA MAIS SAÚDE SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA.
CNPJ: 27.796.696/0001-60.

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 125/2026, oriunda do Pregão Eletrônico 90017/2025, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa DROGARIA MAIS SAÚDE SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.796.696/0001-60.

Considerando que a ordem de compra n° 125/2026, foi encaminhada em 10 de fevereiro de 2026 e o itens solicitados não foram entregues até a presente data, havendo cessado o prazo estipulado para entrega, de acordo com o Ofício n° 203/2026/CG/SEMSA.

RESOLVE:
NOTIFICAR a empresa DROGARIA MAIS SAÚDE SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA para que em até 05 (cinco) dias, os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:AD7DF7C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 29/2026 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Em 12 de maio de 2026.

Á
NATURE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E COSMETICOS.
CNPJ: 37.627.260/0001-00.

Considerando os itens solicitados na ordem de compra nº 157/2026, oriunda do Pregão Eletrônico 90051/2024, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Currais Novos/RN e a empresa NATURE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E COSMETICOS, inscrita no CNPJ sob o nº 37.627.260/0001-00.

Considerando que a ordem de compra supracitada foi encaminhada em 13 de fevereiro de 2026, e a empresa foi notificada (Notificação n° 14/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 24/03/2026) se comprometeu em realizar a entrega, todavia não realizou até a presente data, de acordo com Ofício n° 24/2026 - SEMEL.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa NATURE MAX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS E COSMETICOS para que em até 05 (cinco) dias os itens sejam entregues ou apresente justificativa plausível. Ratificamos, ainda, que a empresa não volte a apresentar situação análoga, sob pena de adoção das medidas cabíveis.
Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:C90F3391

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO Nº 30/2026 – SEMAD/GESTÃO DE CONTRATOS

Em 12 de maio de 2026.

Á
S P CONSTRUÇÕES EIRELI
CNPJ nº 09.029.248/0001-50

Considerando o Contrato Administrativo nº 996/2023, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 496/2022, vinculada do Pregão Eletrônico nº 40/2022, , firmado entre o Município de Currais Novos/RN e a empresa S P Construções EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.442.731/0001-36;

Considerando que o pagamento mensal referente ao salário dos empregados deve ser efetuado até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, nos termos do artigo 459 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

Considerando que compete à empresa contratada o integral e tempestivo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas aos seus empregados alocados na execução do objeto contratual, conforme disposto na legislação vigente, bem como nas cláusulas do Edital do Pregão Eletrônico nº 40/2022 e do respectivo Contrato Administrativo.

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa S P CONSTRUÇÕES EIRELI para que em até 03 (três) dias úteis, promova a regularização salarial pendente ou apresente justificativa devidamente fundamentada, sob pena de **RETENÇÃO DOS PAGAMENTOS E REPASSE DIRETO AOS TRABALHADORES**, de acordo com o TAC firmado entre este município e o Ministério Público do Trabalho.

Atenciosamente,

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:10899BE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 161/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA E HOMOLOGA o Termo de Dispensa de Licitação de n.º 161/2026, acolhendo o Parecer Jurídico para que surtam os seus efeitos legais, para contratação de empresa **59.311.729 SERGIO DE MATOS COLETA**, **inscrita no CNPJ 59.311.729/0001-21, com sede na R ANTONIO BEZERRA PINHARES, nº 186, SANTA MARIA GORETE, CURRAIS NOVOS/RN, CEP: 59.380-000, com a finalidade de contratar:**

160 horas de serviços de mestre de cerimônia. Pelo valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

160 horas de serviços de locução em eventos. Pelo valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais).

Nos presentes autos deste procedimento, de acordo com o Art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/21.

Currais Novos/RN, 12 de maio de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:D8930756

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 243/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 2893/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa WILLY JUAN FAUSTINO SILVA SANTOS, CNPJ: 32.009.930/0001-00, para apresentação musical do artista Willy Vaqueiro, no dia 10 de julho de 2026, durante a concentração da 25° Cavalgada de Sant'Ana, em Currais Novos/RN, com valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 12579/2026.

Currais Novos, 05 de maio de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:984ED011

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 164/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA E HOMOLOGA o Termo de Dispensa de Licitação de n.º 164 /2026, acolhendo o Parecer Jurídico para que surtam os seus efeitos legais, para contratação da empresa ALEXSANDRO ROBERTO DA SILVA ROCHA inscrita no CNPJ 13.583.710/0001-33, com sede na RUA SOLDADO LUIZ GONZAGA , 151, GILBERTO PINHEIRO – CURRAIS NOVOS/RN - CEP: 59.380-000, com a finalidade adquirir:

08 meses de ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DAS UNIDADES EXECUTORAS Realização da escrituração contábil completa das Unidades Executoras da rede municipal de ensino, com base nos documentos e movimentações financeiras e patrimoniais disponibilizados pelas escolas. O serviço deve observar os princípios e normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, incluindo a elaboração de balancetes, razão, diário e demais demonstrativos exigidos. Pelo valor unitário de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

08 meses de ELABORAÇÃO E ENVIO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS Preparação e envio de todas as obrigações acessórias exigidas pela Receita Federal e demais órgãos competentes, como a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF), Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF), entre outras que venham a ser exigidas. O envio deve respeitar os prazos e padrões legais vigentes. Pelo valor unitário de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

08 meses de EMISSÃO DE RELATÓRIOS CONTÁBEIS Emissão de relatórios contábeis padronizados e específicos para atender às exigências de prestação de contas junto a órgãos reguladores, como a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS/Fundeb) e demais instâncias que solicitem documentação comprobatória da boa aplicação dos recursos públicos. Pelo valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais).

08 meses de ATENDIMENTO A DEMANDAS ESPECÍFICAS DE ÓRGÃOS REGULADORES Atendimento de solicitações pontuais, correções, complementações de documentos e informações contábeis exigidas por órgãos como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) e a Receita Federal. Deve inclui suporte técnico para esclarecimentos e envio de documentos adicionais sempre que demandado. Pelo valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais).

Nos presentes autos deste procedimento, de acordo com o Art. 75, caput, inc. II, da Lei 14.133/21.

Currais Novos/RN, 12 de maio de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:2D73DEF5

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO Nº 6.126 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.126, DE 31 de dezembro de 2025

"Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município - Exercício 2025, e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas no art. 56, inciso V, Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO Exercício 2025;
CONSIDERANDO a autorização contida no Art. 7º, da Lei Orçamentária Anual - LOA Exercício 2025;
CONSIDERANDO as disposições legais contidas no Art. 40, 41, I, 42 e 43 §1º, III, da Lei Federal nº 4.320/1964;
CONSIDERANDO as determinações da Lei Complementar nº 101/2000;
CONSIDERANDO os princípios contidos no Art. 167 da Constituição Federal de 1988,
CONSIDERANDO solicitação do Poder Legislativo Municipal para crédito na sua unidade orçamentária,
DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os Créditos Adicionais Suplementares, para reforço de dotações orçamentárias no Exercício vigente, em razão de solicitaçaõ do Poder Legislativo Municipal, no valor de **R$ 43.564,22 (quarenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos)** reservados os limites para tal, distribuidos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo I (Acréscimo)**.
Art. 2º - Os Créditos Adicionais Suplementares abertos conforme o artigo anterior, serão cobertos por anulação parcial e total de dotações orçamentárias, no valor de **R$ 43.564,22 (quarenta e três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos)** preservando suas vinculações, reduzidos nas Unidades Orçamentárias, Ações, Função, Sub-função, Programa, Fonte de Recursos e Natureza de Despesas constantes no **Anexo II (Redução)**.

Art. 3º - Ficam ajustados o Plano Plurianual – PPA 2022/2025, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2025, assim como a Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme Art. 1º e 2º.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS/RN, PALÁCIO "RAUL MACÊDO", 31 DE DEZEMBRO DE 2025

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**43.564,22**
01 .001 Câmara Municipal					**43.564,22**
	2001 MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL				**43.564,22**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	43.564,22
Anexo II (Redução)					**43.564,22**
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**43.564,22**
	2203 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - 30%				**37.102,31**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	37.102,31
	2275 IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E/OU JORNADA AMPLIADA				**6.461,91**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	6.461,91

Publicado por:
Miguel Pereira da Costa Neto
Código Identificador:7DBBD060

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 160/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais, ADJUDICA E HOMOLOGA o Termo de Dispensa de Licitação de n.º 160 /2026, acolhendo o Parecer Jurídico para que surtam os seus efeitos legais, para contratação da empresa CLINICA E ASSESSORIA STELLA FERNANDES LTDA, inscrita no CNPJ: 19.442.693/0001-09, com sede na R TEOTONIO FREIRE, 589, JK – CURRAIS NOVOS/RN - CEP: 59.380-000, com a finalidade de contratar:

240 serviços de Sessão de fonoaudiologia. Pelo valor unitário de R$ 110,00 (cento e dez reais).

Nos presentes autos deste procedimento, de acordo com o **Art. 75, caput, inc. VIII**, da Lei 14.133/21.

Currais Novos/RN, 11 de maio de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:98E4B5C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 242/2026

PROCESSO PMCN/RN Nº 2218/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa MOACIR DE LIMA FILHO, CNPJ: 17.219.610/0001-83, para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica para a Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, no período de 01 de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor mensal de R$ 3.000,00 (três mil reais), de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 8073/2026.

Currais Novos, 01 de abril de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:2099687A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO Nº 011/2026 – FUNPREV

Referente a PortariaNº 002/2021 de 23 de fevereiro de 2021.

O Presidente do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano,estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o art. 49, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, a Lei Municipal nº 247/2006 que criou o FUNPREV, a Lei 96/1997 que instituiu o regime jurídico dos servidores municipais e a Constituição Federal, e tendo em vista a vasta documentação constante do processo administrativo e,

Considerandoo protocolo administrativo junto a esta entidade previdenciária, requerendoPENSÃO POR MORTEpelas dependentesVÂNIA MARIA NUNES DIÓGENES,união estável doinstituidor, ALEISHAKAUANE FREIRE SOARES,filha do instituidor,AMIRTON PEIXOTO SOARES,servidorAposentado porInvalidez;

Considerandoque a requerente preenchera os requisitos legais para obtenção do benefício pleiteadoeainda,considerando que a emissão do Parecer da Assessoria Jurídica do FUNPREV fora pelo deferimento do pleito;

Resolve:

CONCEDERaVÂNIA MARIA NUNES DIÓGENES, brasileira, viúva, portadora do RG Nº 2.302.010 SSP/RN e CPF Nº 049.350.174-65 eALEISHA KAUANE FREIRE SOARES, brasileira, portadora do RG Nº 4.169.192 SSP/RN e CPF Nº 130.685.174-27 (filha menor representada por sua genitoraErineideLourenço Freire – RG Nº 2.234.584 SSP/RN e CPF Nº 078.179.184-73),PENSÃOPOR MORTE,cadastrado sob o Nº001.101.002-08/2021, dependentes legalmente nos termos do Art. 8º da Lei Municipal 247/2006, do Sr.AmirtonPeixoto Soares,anteriormente aposentado por invalidez, falecido em 20/01/2021, tendo como fundamento legal nos termos do Art. 23 da Emenda Constitucional Nº 103/2019, os Artigos 8º, 9º, 25 e 26 da Lei Nº 247/2006 que instituiu o FUNPREV. O pagamento dessa

pensão por morte será realizado desde a data do óbito, haja vista que o pensionamento foi requerido, junto ao FUNPREV, no dia 28/01/2021.

Os efeitos da presente portaria retroagem a data da sua publicação inicial, indicada acima ao lado de sua numeração, revogando-se todas as publicações em contrário.

Doutor Severiano/RN, 12 de maio de 2026

Publique-se, dê-se ciência.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Presidente do FUNPREV
Portaria Nº016/2025

NEURITÂNIO PINHEIRO MORAIS
Diretor Administrativo e Benefícios
Portaria Nº017/2025

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:813F42A9

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2026

OBJETO:Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados a atender às necessidades do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano/RN – FUNPREV, visando suprir a demanda de consumo na realização de reuniões, eventos institucionais e demais atividades administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.
O Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano/RN, no uso das suas atribuições legais, considerando os preços exibidos, e a necessidade pretendida, relativas ao objeto acima identificado, bem como a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, autoriza DISPENSA DE LICITAÇÃOpara atender objeto mencionado, conforme especificações contidas na solicitação de despesas,e determina a instauração do competente processo administrativo, o que faz com espeque no Art.75, II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento, tendo em vista que atende as finalidades precípuas da administração e está dentro do limite permitido.

Doutor Severiano – RN,12demaiode 2026.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Portaria nº 016/2025
Presidente do FUNPREV

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:44A9DB54

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2026

OBJETO:Contratação de empresa para a aquisição de material de limpeza e descartáveis, a fim de atender as necessidades do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano/RN.
O Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano/RN, no uso das suas atribuições legais, considerando os preços exibidos, e a necessidade pretendida, relativas ao objeto acima identificado, bem como a existência de recursos orçamentários para cobertura das despesas, autoriza DISPENSA DE LICITAÇÃOpara atender objeto mencionado, conforme especificações contidas na solicitação de despesas,e determina a instauração do competente processo administrativo, o que faz com espeque no Art.75, II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, que permitem tal procedimento, tendo em vista que atende as finalidades precípuas da administração e está dentro do limite permitido.

Doutor Severiano – RN,12demaiode 2026.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Portaria nº 016/2025
Presidente do FUNPREV

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:D748B2D2

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV
TERMO DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

Prezado (a) Senhor (a),

OFundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano/RN – FUNPREVconvoca à A. DE P. MEDEIROS E SILVA - CNPJ: 19.551.568./0001-29, RUA PADRE TERTULIANO, 32, CENTRO, CEP: 59.910-000 DOUTOR SEVERIANO/RN, que apresentou a proposta mais vantajosa, no valor deR$25.316,30(vinte e cinco mil, trezentos e dezesseis reais e trinta centavos)a pago mediante necessidade, com emissão de ordem de compra e documento fiscal.Para executar objeto descrito, para assinatura do contrato daDispensa Licitação N° 005/2026.
Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.
Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Doutor Severiano/RN,12demaiode 2026.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Portaria nº 016/2025
Presidente Do FUNPREV

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:6CE77259

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV
TERMO DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

Prezado (a) Senhor (a),

OFundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano/RN – FUNPREVconvoca à A. DE P. MEDEIROS E SILVA - CNPJ: 19.551.568./0001-29, RUA PADRE TERTULIANO, 32, CENTRO, CEP: 59.910-000 DOUTOR SEVERIANO/RN, que apresentou a proposta mais vantajosa, no valor deR$ 5.476,40(cincomil,quatrocentos e setenta e seis reais e quarentacentavos),a pago mediante necessidade, com emissão de ordem de compra e documento fiscal.Para executar objeto descrito, para assinatura do contrato daDispensa Licitação N° 006/2026.
Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.
Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Doutor Severiano/RN,12demaiode 2026.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Portaria nº 016/2025
Presidente do Funprev

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:FA101A62

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

O PRESIDENTE DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

AUTORIZAR a Dispensa de Licitação, após acato do Parecer Jurídico desta entidade em favor de empresaA. DE P. MEDEIROS E SILVA - CNPJ: 19.551.568./0001-29, RUA PADRE TERTULIANO, 32, CENTRO, CEP: 59.910-000 DOUTOR SEVERIANO/RN,destinado àcontratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, de forma parcelada, destinados a atender às necessidades do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano/RN – FUNPREV, visando suprir a demanda de consumo na realização de reuniões, eventos institucionais e demais atividades administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.Verificamos que o mesmo se encontra revestido das exigências legais, com fundamento no art. 75,inciso II, da lei federal n. º 14.133/21, 01 de abril de 2021.
RATIFICO, conforme prescrevealegislação vigente.

Doutor Severiano/RN,12demaiode 2026.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Portaria nº 016/2025
Presidente do Funprev

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:63BDAD90

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 006/2026

O PRESIDENTE DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR SEVERIANO/RN - FUNPREV, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
RESOLVE:

AUTORIZAR a Dispensa de Licitação, após acato do Parecer Jurídico desta entidade em favor de empresaA. DE P. MEDEIROS E SILVA - CNPJ: 19.551.568./0001-29, RUA PADRE TERTULIANO, 32, CENTRO, CEP: 59.910-000 DOUTOR SEVERIANO/RN,destinado àContratação de empresa para a aquisição de material de limpeza e descartáveis, a fim de atender as necessidades do Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Doutor Severiano/RN.Verificamos que o mesmo se encontra revestido das exigências legais, com fundamento no art. 75,inciso II, da lei federal n. º 14.133/21, 01 de abril de 2021, e suas atualizações.
RATIFICO,conforme prescreve a legislação vigente.

Doutor Severiano/RN,12demaiode 2026.

ANTÔNIO RAFAEL DE SOUZA
Portaria nº 016/2025
Presidente do Funprev

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:49356BD6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Doutor Severiano/RN,por meio doCONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA,vem a público divulgar aADJUDICAÇÃOda CHAMADA PÚBLICA nº 002/2026, que tem comoObjeto:Seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias de música regional, música urbana e outras expressões culturais com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações presentes no Município de Doutor Severiano,conformedispõe a Lei n.14.399/2022,de acordo com o que determina legislação vigente conforme especificações apresentadas no Edital Convocatório.

Licitante (s) Vencedor (es):

0Nº	NOME	FOMENTO	VALOR APROVADO
1	Antônia Catarina Ferreira Bobô - 707.041.094-84	Show Cultural naPraça Adelaide Abrantes Título do projeto:“Catarina canta a cultura popular”	2.000,00
2	Clécio Sueldo da Silva- 009.134.844-74	Show Cultural no Torneio de Sinuca Título do Projeto: “Sinuca & Samba: Esporte, Cultura e Integração”	2.000,00
3	Damião Eduardo da Silva - 023.954.974-01	Show Cultural naFeira de Agricultura e Artesanato Título do Projeto:“Forró na Feira – Valorização da Cultura Popular e da Agricultura Familiar”	2.000,00
4	Francisco Alves Bezerra- 851.549.114-15	Apresentação de Cantoria na Feira de Agricultura e Artesanato Título do Projeto: “Cantoria na Feira: Viola e Repente na Cultura Popular”	2.000,00
5	Jalison Pinheiro de Queiroz - 016.761.814 – 82	Show Cultural naPraça Adelaide Abrantes Título do Projeto:“Noite do Skema Sertanejo”	2.000,00
6	Associação Artística Cultural e Musical de Doutor Severiano – 04.763.014/0001-18	03 apresentações da Banda de Música 10 de Maio durante as festividades de emancipação política do município.	26.000,00

De conformidade com o termo de referência acostado aos autos. Adjudico a presente Licitação naforma da Lei n.14.399/2022–Ângela Maria Fernandes Queiroz Andrade
– Presidente do Conselho Municipal de Cultura.

Data da Adjudicação:06 de maiode 2026.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:FC54E0FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Chamada Pública nº 002/2026.

Depois de constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Exma. Sra. Maria de Fátima Leite Gonçalves, Prefeita,HOMOLOGAa Chamada Pública Nº 002/2026, conforme indicado no quadro abaixo, resultado da homologação. CONFORME PRECEITUA A LEINº 14.399/2022

Licitante (s) Vencedor (es):

0Nº	NOME	FOMENTO	VALOR APROVADO
1	Antônia Catarina Ferreira Bobô - 707.041.094-84	Show Cultural naPraça Adelaide Abrantes Título do projeto:“Catarina canta a cultura popular”	2.000,00
2	Clécio Sueldo da Silva – 009.134.844-74	Show Cultural no Torneio de Sinuca Título do Projeto: “Sinuca & Samba: Esporte, Cultura e Integração”	2.000,00
3	Damião Eduardo da Silva - 023.954.974-01	Show Cultural naFeira de Agricultura e Artesanato Título do Projeto:“Forró na Feira – Valorização da Cultura Popular e da Agricultura Familiar”	2.000,00
4	Francisco Alves Bezerra- 851.549.114-15	Apresentação de Cantoria na Feira de Agricultura e Artesanato Título do Projeto: “Cantoria na Feira: Viola e Repente na Cultura Popular”	2.000,00
5	Jalison Pinheiro de Queiroz - 016.761.814 – 82	Show Cultural naPraça Adelaide Abrantes Título do Projeto:“Noite do Skema Sertanejo”	2.000,00
6	Associação Artística Cultural e Musical de Doutor Severiano –	03 apresentações da Banda de Música 10 de Maio durante as festividades de emancipação	26.000,00

04.763.014/0001-18	política do município.	

Data da Homologação:06demaiode 2026.

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:CDFEEFAA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00018/2026

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Jose Marcelino, 100 - Dinarte Mariz - Equador - RN, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa para fornecimento de móveis e utensílios destinados ao CRAS, com recursos da Emenda Parlamentar nº 202441420005, do Senador Styvenson Valentim, visando melhorar a estrutura, organização e qualidade do atendimento aos usuários da assistência social. Abertura da sessão pública: 07:59 horas do dia 25 de Maio de 2026. Início da fase de lances: 08:00 horas do dia 25 de Maio de 2026. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:30 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaoequador@gmail.com. Edital: http://equador.rn.gov.br/;
https://www.portaldecompraspublicas.com.br/;
www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Equador - RN, 12 de Maio de 2026

JOAO DE MELO ARAUJO -
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:DDC3C83A

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 00024/2026

Torna público que fará realizar através da Comissão de Contratação, sediada na Rua Jose Marcelino, 100 - Dinarte Mariz - Equador - RN, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, contratação direta por Dispensa de Licitação na forma eletrônica, do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de adesivagem em vinil, com confecção, fornecimento e aplicação de recorte eletrônico para identificação visual institucional, comunicação oficial e padronização dos bens da Administração Pública Municipal, incluindo o fornecimento e aplicação de películas automotivas e prediais em PET em veículos oficiais e em portas, janelas e demais superfícies envidraçadas dos prédios próprios e locados da Prefeitura Municipal de Equador/RN. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 19 de Maio de 2026. Período para envio de lances: das 08:00 às 14:00, nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Instrução Normativa nº 67 SEGES/ME/21; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 07:30 as 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. E-mail: licitacaoequador@gmail.com. Aviso de Dispensa: http://equador.rn.gov.br/;
https://www.portaldecompraspublicas.com.br/;
www.portaldecompraspublicas.com.br; www.gov.br/pncp.

Equador - RN, 12 de Maio de 2026

NATÁLIA ROBERTA DE SOUZA SILVA -
Presidenta da Comissão

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:F7194538

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE PRIMEIRO ADITIVO - CT Nº CR003/2025

OBJETO: Pavimentação em paralelepípedos: Rua Antônio Cantalice, Rua Valmir Sabino de Oliveira, Rua Balduino Guedes e Rua Francisco Ferreira da Silva, na sede do Município de Equador-RN, Emenda Parlamentar 09032025-079320/2025. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Eletrônica nº 00003/2025. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº CR003/2025 - Concretiza Empreendimentos Ltda - 1º Aditivo - prorroga o prazo por mais 5 meses. ASSINATURA: 08.05.26

Publicado por:
Natália Roberta de Souza Silva
Código Identificador:061E4AEA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Processo Administrativo nº 0330125/2026. Objeto: Formação de Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, sem condutor, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas das diversas Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme condições, especificações técnicas, quantitativos estimados e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.
Fica adjudicada a seguinte proposta:
F M DA S FERNANDES – CNPJ sob o nº (11.084.626/0001-40) com os lotes: 1, 2 e 3 no valor total de R$ 116.640,00 (cento e dezesseis mil e seiscentos e quarenta reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FELIPE GUERRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão de Licitação no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FELIPE GUERRA - RN, 12 de maio de 2026.

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA -
Prefeito

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:AB02367C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026

A Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, através da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, torna público o resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. **Objeto:** Formação de Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, sem condutor, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas das diversas Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, conforme condições, especificações técnicas, quantitativos estimados e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

Empresas vencedoras: F M DA S FERNANDES – CNPJ sob o nº (11.084.626/0001-40) com os lotes: 1, 2 e 3 no valor total de R$ 116.640,00 (cento e dezesseis mil e seiscentos e quarenta reais).

FELIPE GUERRA - RN, 12 de maio de 2026.

WILEANO LEITE DE GOIS –
Pregoeiro.

Publicado por:
Wileano Leite de Gois
Código Identificador:4D39D93F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
DESPACHO EXECUTIVO EM 12 DE MAIO DE 2026

Ementa: Dispõe sobre Requerimento. Progressão Horizontal. Decisão nos autos do processo que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais; e,
CONSIDERANDO, ser o Chefe do Executivo Municipal, o responsável pelo exercício e direção superior da administração pública municipal, consoante prescreve o art. 45, inciso II, da LOM;
CONSIDERANDO, requerimento formulado à Secretaria Municipal de Educação deste município, promanado de servidor que requer progressão horizontal;
CONSIDERANDO, que os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:
I- neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;
II- decidam recursos administrativos;
CONSIDERANDO, que a motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.
CONSIDERANDO, que o ato administrativo não pode ser objeto de delegação, quando dispor sobre:
I- edição de atos de caráter normativo;
II- decisão de recursos administrativos;
III- matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade; e,
CONSIDERANDO, que a Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

D E C I D E

1 – Deferir, o requerimento do servidor **RAIMUNDO DEUSIVAN DA SILVA** em requerimento de enquadramento funcional como Professor **Nível MAG –3H, para o Nível MAG- 3J**;
2 – Acolher, a manifestação jurídica, lavrada do Procurador Geral, como sendo os fatos e fundamentos da presente decisão, passando a mesma a ser parte integrante desta;
3 – Determinar ao setor de RH do Município que proceda com a notificação do interessado;
4 – Determinar ao setor financeiro que diligencie no sentido de dar cumprimento a esta determinação.

R E G I S T R E – S E.
P U B L I Q U E – S E.
E C U M P R A – S E.

Felipe Guerra-RN, 12 de Maio de 2026

SALOMÃO GOMES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:DF90700E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTUOSO GOMES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 0010400125/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 001040126/2026
Objeto:. Aquisição de peças e componentes automotivos para veículo ambulância SPIN, pertencente a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Frutuoso Gomes
Contratado: V M B DE CAMPOS BATISTA LTDA (62.895.101/0001-25)
Valor Total Julgado: R$ 9.739,00
Base legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/04/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:B7ECD633

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 001040126/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 001040126/2026
Objeto:. Aquisição de peças e componentes automotivos para veículo ambulância SPIN, pertencente a frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde de Frutuoso Gomes
Contratado: V M B DE CAMPOS BATISTA LTDA (62.895.101/0001-25)
Valor Total Julgado: R$ 9.739,00
Base legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 01/04/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:3E3874F7

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO: 012050077/2026

Extrato de Dispensa de Licitação

Processo: 012050077/2026
Objeto:. Aquisição de frutas e verduras para atender as necessidades da Secretaria Municipal de saúde de Frutuoso Gomes RN
Contratado: MARCIO CLAUDIO DA COSTA E SILVA (10.557.801/0001-06)
Valor Total Julgado: R$ 6.212,80
Base legal: Art. 75, II da Lei nº 14.133/21.

Frutuoso Gomes/RN, 04/05/2026.

Publicado por:
Laiane Kelly Martins de Querioz
Código Identificador:492CFD59

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2026 - CE

MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO 31784795/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

O Município de Galinhos/RN por meio de seu Prefeito torna público para conhecimento dos interessados a realização da Concorrência Eletrônica n° 002/2026, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COLETA, TRANSBORDO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE GALINHOS/RN. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, www.gov.br/pncp/pt-br ou no Setor de Licitações com endereço no Centro Administrativo – Praça dos 3 poderes s/n, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 14h00min. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br. As propostas comerciais serão recebidas a partir das 08h00min do dia 13/05/2026 até às 08h30min do dia 28/05/2026, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br. A sessão pública eletrônica será aberta às 09h00min (horário de Brasília- DF) do dia 28 de maio de 2026.

Galinhos/RN, em 12 de maio de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito

Publicado por:
Gildazio de Oliveira Vidal
Código Identificador:3463D0A1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 35-2026

Consoante o art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021, Ratifico por este termo, a dispensa de licitação n° 35-2026, e autorizo a Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de impressoras, computadores e periféricos, que tem como escolhida a empresa 51.346.459 ANA LUCIA DE ANDRADE MELO**, inscrita no CNPJ n°** 51.346.459/0001-82**, com sede no município de** NATAL/SP**, com o valor total de** R$ 62.220,00 (sessenta e dois mil duzentos e vinte reais)., com base no Art. 75, II da Lei n° 14.133/2021.

Galinhos/RN, 08 de maio de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:C93C632C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 36-2026

Consoante o art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021, Ratifico por este termo, a dispensa de licitação n° 36-2026, e autorizo a Contratação de empresa especializada para atuação na manutenção de rede elétrica e serviços de eletricista, nos departamentos da prefeitura municipal de Galinhos, que tem como escolhida a empresa ENERTECH SOLUCOES LIMITADA**,** inscrita no CNPJ n° 31.045.415/0001-05**,** com o valor de R$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais) por hora de serviço, com base no Art. 75, II da Lei n° 14.133/2021.

Galinhos/RN, 12 de maio de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diogo Siqueira Tavares
Código Identificador:2D69227F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 342/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias:

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder ao Sr.**VIVALDO RODRIGUES RIBEIRO NETO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****. 555.174-****, Secretário de Trabalho, Habitação e AssistênciaSocial do Município de Galinhos/RN, 02 (duas) diárias de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), que totalizam R$ 700,00 (setecentos reis), para custear despesas com alimentação e deslocamento durante sua permanência em Mossoró/RN, paraparticipar de treinamento do **PROGRAMA: CAPACITASUAS**, que ocorrerá no período de 13 a 15 de maio de 2026.

Local de Destino: Mossoró-RN

Art. 2º -Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 12 de maio de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:8209D075

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 343/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias,

R E S O L V E:

Art. 1° -Conceder a senhora,**LIZANDRA ALVES CORREIA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº *****.600.784-**,** Coordenadora Geral de Licitação do Município de Galinhos/RN, 02 (duas) diárias de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), que totalizam R$ 500,00 (quinhentos reais), para custear despesas com alimentação e deslocamento durante sua permanência em Natal/RN, paraparticipar de treinamento da capacitação no **GNPC 9ª EDIÇÃO**, que ocorrerá nos dias de 14 a 15 de maio de 2026.

Local de Destino: Natal-RN

Art. 2º -Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 12 de maio de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:FADB7D83

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 344/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias,

R E S O L V E:

Art. 1° -Conceder ao Sr.**DIOGO SIQUEIRA TAVARES**, portador do CPF nº ***.682.214-**, Secretário Adjunto de Licitações do Município de Galinhos/RN, 02 (duas) diárias de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), que totalizam R$ 500,00 (quinhentos reais), para custear despesas com alimentação e deslocamento durante sua permanência em Natal/RN, paraparticipar de treinamento da capacitação no **GNPC 9ª EDIÇÃO**, que ocorrerá nos dias de 14 a 15 de maio de 2026.

Local de Destino: Natal-RN

Art. 2º -Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 12 de maio de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:E89758CB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 345/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias,

R E S O L V E:

Art. 1° -Conceder ao Sr.**ALFREDO ANTÔNIO DE FRANÇA FILHO**, portador do CPF nº *****.395.334-****, Secretário de Licitações, Compras e Contratos do Município de Galinhos/RN, 02 (duas) diárias de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), que totalizam R$ 700,00 (setecentos reais), para custear despesas com alimentação e deslocamento durante sua permanência em Natal/RN, paraparticipar de treinamento da capacitação no **GNPC 9ª EDIÇÃO**, que ocorrerá nos dias de 14 a 15 de maio de 2026.

Local de Destino: Natal-RN

Art. 2º -Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 12 de maio de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:BDE2D2CF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 346/2026/PMG-GP

EMENTA: Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE, Prefeito Constitucional de Galinhos, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, com base Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 026/2025, que preconiza as concessões de Diárias,

R E S O L V E:

Art. 1° -Conceder ao senhor,**KAMILO OTHON RIBEIRO PEREIRA**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física – CPF, sob o nº*****.777.764-****, Assessor Especial do Município de Galinhos/RN, 02 (duas) diárias de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), que totalizam R$ 500,00 (quinhentos reais), para custear despesas com alimentação e deslocamento durante sua permanência em Natal/RN, paraparticipar de treinamento da capacitação no **GNPC 9ª EDIÇÃO**, que ocorrerá nos dias de 14 a 15 de maio de 2026.

Local de Destino: Natal-RN

Art. 2º -Determinar a Secretaria Municipal de Finanças, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Galinhos – RN, 12 de maio de 2026.

HUDSON MATIAS CAVALCANTE
Prefeito de Galinhos – RN

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:23B61CB6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
6º TERMO ADITIVO DO EXTRATO DE CONTRATO N.º 0032032/2021

Nº Processo: 156/2021. **Modalidade**: Dispensa de Licitação n.º **0032032/2021**. **Objeto**: **Locação de imóvel, onde o mesmo servira como sediar o programa CRAS. Contratante:** Município de Goianinha/RN, CNPJ n.º 08.162.687/0001-73. **Contratado: a** Sra. **Ana Aniole Morais Barreto Galvão, inscrita no CPF nº 624.325.324-49 no valor mensal de 2.067,73 (dois mil e sessenta e sete e setenta e três centavos) com prorrogação de vigência por mais 06 (seis) meses, totalizando o valor global de R$ 12.406,38 (doze mil e quatrocentos e seis reais e trinta e oito centavos), com fundamento no art. 24, X, da Lei Federal n.º 8.666/93.** Unidade Orçamentária: **08.002, Ação: 2.110, Natureza: 33.90.36 – Fonte de Recurso: 15000000/16600000**

Data de assinatura: 29/04/2026 com vigência 01/05/2026 até 01/11/2026.

Prefeitura Municipal de Goianinha
HOSANIRA GALVÃO
Contratante

ANA ANIOLE MORAIS BARRETO GALVÃO
Inscrita no CPF nº 624.325.324-49
Contratada

Publicado por:
Edja Márcia Ferreira Leonez
Código Identificador:349320C7

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N.º 09/2026

A Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, através do setor de licitações, torna público que realizará a licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Formação de Registro de preço para Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de material de expediente, destinados ao atendimento das necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Goianinha /RN. – Início de acolhimento das propostas: 10h00 horas do dia **15/05/2026** – término: 10h00 horas do dia **27/05/2026** e Abertura das propostas: às 10h00 horas do dia **27/05/2026**, início da sessão de disputa de preços: às 10h01 horas do dia **27/05/2026**. HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 14:00 horas, no Setor de licitações, localizada na Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, Rodovia RN 003, km 053, n° 96, Centro, Goianinha/RN. Fone (0xx84) 3243-3900 – pelo e-mail: cplgoianinha2022@gmail.com ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Goianinha/RN, 12 de maio de 2026 –

Setor de Licitação.

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:56B32FDC

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N.º 10/2026

A Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, através do setor de licitações, torna público que realizará a licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Formação de Registro de preço para Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), destinado ao atendimento das necessidades de todas as Secretarias Municipais e suas respectivas unidades administrativas vinculadas. – Início de acolhimento das propostas: 09h00 horas do dia **14/05/2026** – término: 09h00 horas do dia **26/05/2026** e Abertura das propostas: às 09h00 horas do dia **26/05/2026**, início da sessão de disputa de preços: às 09h01 horas do dia **26/05/2026**. HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 14:00 horas, no Setor de licitações, localizada na Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, Rodovia RN 003, km 053, n° 96, Centro, Goianinha/RN. Fone (0xx84) 3243-3900 – pelo e-mail: cplgoianinha2022@gmail.com ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Goianinha/RN, 12 de maio de 2026 –

Setor de Licitação.

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:9A81F9A5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2026

Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO/RN.**
In verbis:
Art. 75. É dispensável a licitação:
I – (...);
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 12.343, de 2024) Vigência

DECRETO Nº 12.807, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025
ANEXO - ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
Art. 75, caput, inciso II –
R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos)

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas Unidades Administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, este Ordenador de Despesas, na qualidade de Autoridade Competente, não vislumbra óbice a presente contratação direta, razão pela qual **AUTORIZA** a Dispensa de Licitação nº 007/2026 – Processo Administrativo nº 041/2026, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à empresa: **J C DE L E SILVA - CNPJ sob o nº 45.512.880/0001-13**, sediada na Rua Sebastião José de Souza, 85, Anexo A, Centro, Governador Dix-Sept Rosado/RN – CEP: 59.790-000, no valor de **R$ 63.599,00 (sessenta e três mil quinhentos e noventa e nove reais**).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Governador Dix-Sept Rosado/RN, 12 de maio de 2026.

Atenciosamente,

ARTUR RODRIGUES DO VALE COSTA
Autoridade Competente

Publicado por:
Nadja de França Costa
Código Identificador:A582A80A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA COMPOSIÇÃO DE CADASTRO RESERVA E CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORES PARA AS ZONAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO – RN – EDITAL Nº. 001/2025. EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 038/2026

A Secretária Municipal de Educação de Governador Dix-sept Rosado-RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 003/2025 - GP, publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 15 de janeiro de 2025, cabe a Secretaria Municipal de Educação todos os atos relacionados ao Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de

professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN.

CONSIDERANDO a publicidade do resultado final do Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado, publicado no dia 14 de fevereiro de 2025, pelo qual foi dada a ciência para todos os interessados da classificação final do citado certame;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os candidatos relacionados no ANEXO I, classificados no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, por ordem rigorosa de pontuação e classificação final, para entrega da documentação necessária.

Art. 2º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de serem considerados desistentes, sendo automaticamente excluídos do Processo Seletivo Simplificado.
1. RG – Registro Geral/Carteira de Identidade;
2. CPF/MF;
3. PIS/PASEP;
4. Certidão de Nascimento ou Casamento;
5. Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 de anos;
6. Comprovante de Residência;
7. 01 (uma) foto ¾ recente;
8. CTPS / Carteira de Trabalho;
9. Título Eleitoral;
10. Conta Corrente – Banco do Brasil;
11. Comprovante de Grau de Instrução;
12. Comprovante do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.
13. Declaração de Acúmulo de Cargos e Desimpedimento (ANEXO II).
14. Para candidatos que se declararam com deficiência: Atestado de Saúde Ocupacional, assinado por um Médico do Trabalho, que terá decisão terminativa sobre a sua deficiência e o respectivo grau, com a finalidade de verificar se há compatibilidade com as atribuições do cargo.

Art. 3º Os candidatos deverão apresentar todos os documentos exigidos neste Edital das 08h às 12h, no dia 13 ou 14 de maio de 2026, na Secretaria Municipal de Administração (Centro Administrativo), situada na Rua Manoel Joaquim, 665, Centro, Governador Dix-sept Rosado.

Art. 4º Caso os candidatos não tenham interesse em assumir a vaga, deverão assinar a Declaração de Desistência, conforme modelo em anexo (ANEXO III).

Art. 5º A contratação dos candidatos aprovados ficará condicionada ao disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, que veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário e nos casos previstos pelo referido dispositivo constitucional.

Art. 6º A lotação dos professores contratados será feita em conformidade com as carências existentes nas unidades escolares das zonas urbana e rural deste Município.
Para que não se alegue ignorância, o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO será divulgado no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (www.diariomunicipal.com.br/femurn/) e nas mídias sociais da Prefeitura Municipal de Governador Dix-Sept Rosado.

Governador Dix-Sept Rosado, 12 de maio de 2026.

ISABELA CARLA VALE RODRIGUES
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 038/2026

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

CARGO: PROFESSOR DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		
HABILITAÇÃO/REQUISITOS NECESSÁRIOS: LICENCIATURA EM MATEMÁTICA OU CIÊNCIAS DA NATUREZA OU LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA.		
	Nº DE INSCRIÇÃO	**NOME DO CANDIDATO**
17.	**258**	**JAILSON ALEXANDRE DA COSTA**

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E DESIMPEDIMENTO

Eu_____,
RG nº. _____ e CPF nº. _____, DECLARO, com base no que dispõem os incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal em relação ao acúmulo de cargos, que:
( ) NÃO exerço acumulação remunerada de qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
( ) SIM, exerço acumulação remunerada de outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
Se sim, qual a função e carga horária?
_____
Declaro, ainda, não ter impedimento de exercer as atividades docentes, em virtude de alguma condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____, RG nº _____ e CPF nº _____, candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado para composição de cadastro reserva e contratação temporária de professores para as zonas urbana e rural do Município de Governador Dix-sept Rosado – RN, referente ao Edital nº 01/2025, classificado(a) em _____ lugar para o Cargo de Professor Temporário de _____, conforme Resultado Final homologado em 17 de fevereiro de 2025, declaro formal e definitivamente, a minha desistência da vaga, por motivos pessoais.

Governador Dix-sept Rosado – RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Declarante

Publicado por:
Cosme Abrahão Silva Freitas
Código Identificador:F78E04E5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 057/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **LARISSA PAULINO MOURA DA SILVA CPF**: 107.734.844-42, psicóloga, o valor de **R$150,00** (cento e cinquenta reais), referente à 03 (tres) diária, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do capacitaSUAS 2026 – na UNP-Campus Mossoró, em Mossoró/RN, nos dias 13 a 15 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 09 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:8B68B866

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 058/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **JOSÉ FAUSTO FILHO** CPF: 027.948.974-97, Secretário Adjunto de Ação Social, o valor de **R$240,00** (duzentos e quarenta reais), referente à 03 (tres) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do capacitaSUAS 2026 – na UNP-Campus Mossoró, em Mossoró/RN, nos dias 13 a 15 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 09 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:BD206436

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 059/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **VANESSA KELLY BRASIL MORAIS** CPF: 065.351.054-31, Assistente Social, o valor de **R$150,00** (Cento e Cinquenta reais), referente à 03 (três) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do capacitaSUAS 2026 – na UNP-Campus Mossoró, em Mossoró/RN, nos dias 13 a 15 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 09 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:704A903C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 060/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **ALEXANDRA DA SILVA PEREIRA** CPF: 075.157.784-74, **servidora**, o valor de **R$ 150,00** (cento e cinquenta reais), referente 03 (três) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do do capacitaSUAS 2026 – na UNP-Campus Mossoró, em Mossoró/RN, nos dias 13 a 15 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 09 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:B103C747

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 061/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **AMANDA EMILLY PEREIRA DE OLIVEIRA** CPF: 115.918.214-01, **Chefe do Departamento de Políticas para Juventude**, o valor de **R$ 150,00** (cento reais), referente tres diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar do capacitaSUAS 2026 – na UNP-Campus Mossoró, em Mossoró/RN, nos dias 13 a 15 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 09 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:2BA70BE8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 062/2026

Dispõe sobre a exoneração do Cargo Comissionado de Diretora do centro rural 1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, *e dá outras providências.*

A Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nas leis municipais 449, de 04 de setembro de 2009, 558, de 02 de janeiro de 2014 e 622 de 17 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pessoa de **VANEZA MARIA FERNANDES DA SILVA,** brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 071.502.494-93 do cargo comissionado de Diretora do Centro Rural I.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 079/2025.

Grossos/RN 11 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:42BFE9A8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 063/2026

Dispõe sobre a exoneração do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Grossos, e dá outras providências.

A Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nas leis municipais 449, de 04 de setembro de 2009, 558, de 02 de janeiro de 2014 e 622 de 17 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pessoa de **ANNY ARIELLY DE OLIVEIRA SOUZA,** brasileira, casada, fonoaudiólogo, inscrito no CPF nº 011.408.594-39 do cargo comissionado de ***Secretária de Cultura.***

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário' em especial a portaria 043/2026

Grossos/RN 11 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:E19F248A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 064/2026

Dispõe sobre a nomeação do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de Grossos, e dá outras providências.

A Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nas leis municipais 449, de 04 de setembro de 2009, 558, de 02 de janeiro de 2014 e 622 de 17 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para o cargo comissionado de ***Secretária de Cultura*** a pessoa de **VANEZA MARIA FERNANDES DA SILVA,** brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 071.502.494-93.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Grossos/RN 11 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:480F6B0E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 065/2026

Dispõe sobre a nomeação para o Cargo Comissionado de Diretora do centro rural 1, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, *e dá outras providências.*

A Prefeita Constitucional do Município de Grossos, Estado do Rio Grande do Norte no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nas leis municipais 449, de 04 de setembro de 2009, 558, de 02 de janeiro de 2014 e 622 de 17 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR para o cargo comissionado de Diretora do Centro Rural I a pessoa de **ANA JUCIELE DA COSTA,** brasileira, professora, solteira, inscrita no CPF nº 052.667.284-69.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grossos/RN 11 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:5041CFFC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 066/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa **KALLYANDERSON FERREIRA DOS SANTOS** CPF: 007.991.664-30, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente, o valor de **R$ 200,00** (duzentos reais), referente à 02 (duas) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de para participar do Fórum Economia do Mar, Programa LIDER, no Centro de Convenções em Guamaré – RN, nos dias 13 e 14 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 12 de maio de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:D78C551A

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

A Prefeitura Municipal de Grossos/RN, faz saber a todos interessados que realizar-se-á o Processo Licitatório nº 414002/2026, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2/2026, cujo objeto é oConstitui objeto do presente processo a aquisição de insumos e materiais médico-hospitalares, destinados ao abastecimento e manutenção das atividades das Unidades Básicas de Saúde, serviços de pronto atendimento e demais unidades integrantes da rede municipal de saúde do Município de Grossos/RN, com abertura marcada para o dia 28 de maio de 2026 (quinta-feira) às 08:30 horas (Horário de Brasília). O edital e os respectivos anexos poderão serem adquiridos, no sistema eletrônico, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou no, https://www.grossos.rn.gov.br. Maiores informações de 08:00 às 12:00h, pelo Fone: (84) 3327-2418, ou pelo e-mail (pmgrossos.licitacoes@gmail.com).

Grossos/RN 07 de maio de 2026.

LEILIANE DE SOUZA MOURA
Secretaria Municipal de Grossos

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:143C94B7

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2026

A Prefeitura Municipal de Grossos/RN, faz saber a todos interessados que realizar-se-á o Processo Licitatório nº 331001/2026, na modalidade Pregão Eletrônico Nº 3/2026, cujo objeto é oAquisição de equipamentos destinados às Unidades Básicas de Saúde do município de Grossos/RN, visando à melhoria e qualificação dos serviços de Atenção Primária à Saúde., com abertura marcada para o dia 29 de maio de 2026 (sexta-feira) às 08:30 horas (Horário de Brasília). O edital e os respectivos anexos poderão serem adquiridos no sistema eletrônico, através do site : www.portaldecompraspublicas.com.br, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou no, https://www.grossos.rn.gov.br. Maiores informações de 08:00 às 12:00h, pelo Fone: (84) 3327-2418, ou pelo e-mail (pmgrossos.licitacoes@gmail.com).

Grossos/RN 07 de maio de 2026.

LEILIANE SOUZA DE MOURA
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:E2A0FF0E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE OBJETO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 90009/2026

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do disposto no art. 71, IV da Lei nº. 14.133/21, a autoridade superior Prefeito Constitucional, Sr.Hélio Willamy Miranda da Fonseca,ADJUDICAo objeto eHOMOLOGAa presente licitação: Processo nº001629/000064/2025,Pregão Eletrônico nº 90009/2026.

OBJETO:Contratação de empresa especializada no fornecimento de 01 (um) veículo automotor (tipo PICAPE CABINE DUPLA).

Resultado da Adjudicação/Homologação

-PONTANEGRA AUTOMOVEIS LTDA RN-CNPJ:40.757.908/0001-69- quanto ao(s)Item(ns): único.

PUBLIQUE-SE.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito(a)Constitucional

Publicado por:
Kleuton Ferreira Martins
Código Identificador:5F8D250A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO CONTRATO N.º 087/2023

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUAMARÉ/RN
CNPJ/MF Nº 08.184.442/0001-47;
CONTRATADA: MANUEL GASPAR SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - **CNPJ/MF Nº** 23.895.214/0001-79;

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA, DE NATUREZA SINGULAR, PARA ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE REPASSE, CONVÊNIOS E TERMOS DE COMPROMISSO JUNTO AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

FUNDAMENTO LEGAL: Este aditivo ao contrato tem amparo legal na no Art. 57 II da Lei Nº 8.666/93 e Lei Complementar 123/2006;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.736/2025;
VIGÊNCIA: O presente contrato fica renovado por mais 12 (doze) meses;
CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ESTÁ CONSIGNADA NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, CONCERNENTE AO ORÇAMENTO GERAL 2025 DO MUNICÍPIO.
VALOR DO CONTRATO ESTIMADO: O valor do contrato permanece idêntico ao inicial, sendo R$ 15.000,00 (Quinze mil reais) ms;

FIRMADO EM: 23/09/2025

SIGNATÁRIOS:

CONTRATANTE: HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA - **CPF Nº.** 852.482.904-49

CONTRATADO: MANUEL GASPAR NETO JÚNIOR - **CPF Nº** 028.177.684-83.

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:459EE9EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 282/2026

Portaria de Reclassificação para fim de fila.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com fundamento no item 3.2 Edital de Convocação n°001/2026, publicado no Diário Oficial em 13 de março de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público que a candidata **RICHARD BRUNO VIEIRA DA SILVA**, CPF: **102.347.974-52**, aprovado para o cargo de Professor de Fundamental I - Pedagogo, na 54º (quinquagésimo quarto) colocação, o qual se submeteu a concurso público por meio do Edital Nº 001/2023, do Município de Guamaré – RN, solicita formalmente sob o Protocolo nº 000705/000001/2026, seu respectivo deslocamento para o final da fila de APROVADOS por não ter interesse neste momento em assumir o cargo efetivo para o qual foi aprovado e convocado, sendo deste modo, direcionado a Colocação n° 70º da relação dos candidatos no referido concurso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário da Secretaria Municipal de Administração.

Guamaré-RN, 23 de março de 2026.

DEYVID SAMUEL SOARES DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:19EB904E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 283/2026

Portaria de Reclassificação para fim de fila.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com fundamento no item 3.2 Edital de Convocação n°002/2026, publicado no Diário Oficial em 13 de abril de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público que a candidata **ARIANE DE MEDEIROS PEREIRA**, CPF: **067.063.444-19**, aprovado para o cargo de Professor de Fundamental I - Pedagogo, na 61º (sexagésimo primeiro) colocação, o qual se submeteu a concurso público por meio do Edital Nº 001/2023, do Município de Guamaré – RN, solicita formalmente sob o Protocolo nº 001079/000002/2026, seu respectivo deslocamento para o final da fila de APROVADOS por não ter interesse neste momento em assumir o cargo efetivo para o qual foi aprovado e convocado, sendo deste modo, direcionado a Colocação n° 71º da relação dos candidatos aprovados no referido concurso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Secretário da Secretaria Municipal de Administração.

Guamaré-RN, 11 de maio de 2026.

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:49C2B3AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 285/2026

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar 13/2026—

Francisco Damião Rodriguês. O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca Prefeito, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Em atendimento ao despacho 07 (Processo de Sindicância Processo Administrativo 001526/000020/2026 datado em 29/04/2026, advindo do Processo nº 14/2026- CPS fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração envolvida.

.Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio Luiz Virgílio de Brito.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 11 de maio de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:CF2FF468

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 286/2026

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar 12/2026—

Francisco Damião Rodriguês. . O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca Prefeito, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Em atendimento ao despacho 07 (Processo de Sindicância Processo Administrativo 001517/000015/2026 datado em 29/04/2026, advindo do Processo nº 10/2026- CPS fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração envolvida.

.Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio Luiz Virgílio de Brito.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 11 de Maio de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:87D15526

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 287/2026

Instauração de Processo Administrativo Disciplinar 11/2026—

Núbia Maria de Souza Lima da Cunha. O Prefeito do Município de Guamaré/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca Prefeito, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pela Lei 501/2011 e Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º - Em atendimento ao despacho 11 (Processo de Sindicância Processo Administrativo 001010/000007/2026 datado em 04/05/2026, advindo do Processo nº 07/2026- CPS fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apuração envolvida.

.Art. 2º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apurar os fatos, na forma do art. 146, da Lei Municipal nº 501/2011.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário Palácio Luiz Virgílio de Brito.

Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 11 de Maio de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:3B1C7FAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2026

Súmula: Convoca Conselheiro Tutelar Suplente para substituição de Conselheiro Tutelar no exercício da função, devido gozo de férias.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições, fundamentado na lei Federal Nº 8.069/90 e na Lei Municipal Nº 817/2023

RESOLVE:

Art. 1º: **CONVOCAR** a Suplente do cargo de Conselheira Tutelar,a Sra. Eleilde Alves de Miranda Marques, 1ª Suplente do cargo de Conselheira Tutelar, para que a mesma possa assumir a vaga de Conselheira Tutelar para o suprimento do gozo de 30 (trinta) dias de férias dos Conselheiros Tutelares: Telma Nunes Gaspar da Silva, Adeilson da Silva Borges, José Emiliano de Paula Junior e Ianca da Silva Ribeiro, consecutivamente, a partir do dia 18 de maio de 2026.

Art. 2º A nomeação da suplente será pelo prazo que perdurar o gozo de férias dos 04 (quatro) conselheiros tutelares.

Art. 3º: O (a) Conselheiro (a) Tutelar Suplente, convocado neste ato, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Assistência Social, no prazo impreterível de 24 (vinte e quatro) horas a contar da publicação, munido dos seguintes documentos: a) Original e cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento; b) Original e cópia do RG; c) Original e cópia do CPF; d) Original e cópia do Título Eleitoral; e) Original e cópia do Comprovante de Residência atualizado; f) Declaração de não impedimento.

Art. 4º - No caso do não cumprimento dos requisitos estabelecidos em Lei ou edital ou o não comparecimento no prazo estabelecido para a entrega da documentação e os procedimentos administrativos necessários à posse, será convocado o próximo suplente da ordem classificatória para assumir o exercício da função, com vistas a garantir que não haja prejuízos no atendimento do Conselho Tutelar, ficando presumido a desistência/renuncia tácita do cargo de conselheira tutelar.

Art. 5º - Após análise da documentação e, respectivamente, o deferimento para assumir o Cargo de Conselheiro (a) Tutelar Suplente, a documentação será encaminhada para publicação.

Art. 6º - Findo o prazo da substituição, será garantida a permanência do Conselheiro Tutelar Suplente na ordem de suplência homologada.

Art. 7º - Este edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Guamaré/RN, 12 de maio de 2025.

LARISA MAYARA PEREIRA DA SILVA FONSECA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Louise de Lima Melo
Código Identificador:F843D2F0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 224/2026 - GP

Dispõe sobre a designação de servidor do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) **EVILLY GLEYDIANE REIS MONTEIRO,** portador(a) do CPF nº XXX.841.404-XX, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE SERVIÇO, lotada no Gabinete do Prefeito, deste município, para exercer a função de **Agente de Desenvolvimento do Município.**

Art. 2º - A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza- se pelo exercício de articulação das ações públicas para promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitários, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na mencionada Lei Complementar 123/2006, sob a supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.
§ 1º - O Agente de Desenvolvimento no desempenho das suas atribuições deverá auxiliar no processo de implementação e continuidade dos programas e projetos contidos na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e, também desempenhar um papel de coordenação e continuidade das atividades para desenvolvimento sustentável do Município, juntamente com o poder público municipal e as lideranças do setor privado local.

Art. 3º - Das atribuições específicas do Agente de Desenvolvimento local:
Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das MPE no município;
Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;
Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho; Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;
Manter diálogo constante com o grupo de trabalho, lideranças identificadas como prioritárias para a continuidade do trabalho, diretamente com os empreendedores do município;
Manter registro organizado de todas as duas atividades; Auxiliar o poder público municipal no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;

Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetos da função.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 04 de maio de 2026.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 12 maio de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:0AC9530A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 225/2026 - GP

Dispõe sobre a designação de servidor do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art 1º - Designar o(a) servidor(a) público municipal **EVILLY GLEYDIANE REIS MONTEIRO**, CPF XXX.841.404-XX, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE SERVIÇO, lotado(a) no Gabinete do Prefeito, deste município, para a execução do serviço de emissão de Carteira de Identidade, decorrente do convênio, celebrado entre o ITEP/RN e a Prefeitura Municipal de IELMO MARINHO/RN.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 04 de maio de 2026.
Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 12 de maio de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:2C97450A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 226/2026 - GP

Dispõe sobre a designação de servidor do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:
Art. 1º - Designar o(a) servidor(a) **EVILLY GLEYDIANE REIS MONTEIRO,** portador(a) do CPF nº XXX.841.404-XX, ocupante do cargo comissionado de CHEFE DE SERVIÇO, lotado(a) no Gabinete do Prefeito, deste município, para exercer a função de **Interlocutor(a) do Ponto de Atendimento Virtual** da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), que terá o dever gerenciar a parceria, zelar por seu fiel cumprimento, coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica referente ao Ponto de Atendimento Virtual.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 04 de maio de 2026.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 12 de maio de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:FFF0511D

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 022/2026

O Município de Ielmo Marinho/RN**,**através de seu Agente de Contratação, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que estará recebendo propostas entre os dias **13 a 19 de maio de 2026,** no Portal de Compras Públicas**:**www.portaldecompraspublicas.com.br, referente a **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 022/2026**, visando a Aquisição de kit pedagógico "Brincar e Incluir", composto por materiais didáticos, lúdicos e inclusivos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Ielmo Marinho/RN. O Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal, à Rua José Camilo Bezerra, nº 69, Centro, Ielmo Marinho/RN, no horário das 8h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou retirado através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, ou através do e-mail: e-mail: licitacao@ielmomarinho.rn.gov.br.

Ielmo Marinho/RN, 12 de maio de 2026.

SILMAX LEI FONSECA DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:196A1BFA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO AUTORIZATIVO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1357/2026
Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na realização de publicações no Diário Oficial da União – DOU e Jornal de Grande Circulação dos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN. In verbis:

Art. 75. É dispensável a licitação:
I – (...);
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 12.807, de 2025)
ANEXO - ATUALIZAÇÃO DOS VALORES ESTABELECIDOS NALEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
Art. 75,caput, inciso II -
R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos).

Ante todo o exposto, diante das manifestações técnicas e jurídicas expedidas pelas respectivas unidades administrativas no exercício das competências regulamentares que lhes são conferidas, bem como da documentação carreada aos autos, o Ordenador de Despesas, na qualidade de autoridade competente, não vislumbra óbice à presente contratação direta, razão pela qual AUTORIZA a Dispensa de Licitação nº 010/2026 – Processo Administrativo nº 1357/2026, nos termos do art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, junto à Pessoa Jurídica: ODIARIO PUBLICIDADE LEGAL LTDA,

inscrita no CNPJ sob o nº 26.872.975/0001-01, no valor total de R$ 48.550,00 (Quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta reais).
E, estando todo o processo de Contratação Direta nos moldes legais, determino que seja dada a devida publicidade, em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do art. 72, do supracitado diploma legal.

Ipanguaçu/RN, 12 de maio de 2026.

Atenciosamente,

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN
Autoridade Competente

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:C8D7018F

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS
TERMO DE RECONHECIMENTO

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS QUE FIRMAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, ATRAVÉS DASECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRÂNSITO E SERVIÇOS URBANOS, NA FORMA ABAIXO:

O **Município de Ipanguaçu/RN,** inscrito no CNPJ sob o nº 08.085.318/0001-24 por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, neste ato representada pelo titular da pasta **Bráulio Bruno da Costa,** firmam o presente Termo de acordo, no uso de suas atribuições legais, reconhece, para os devidos fins, o débito referente à prestação de serviços de **Limpeza urbana** pela empresa **C M Serviços e Locações LTDA** inscrita no CNPJ nº 12.644.901/0001-03, no período de **Março de 2026**, conforme comprovação documental apresentada.
Considerando: Que os serviços foram regularmente prestados pela empresa acima citada, não havendo contestação quanto à execução;
Que, no ato da assunção da atual gestão, a necessidade de formalização do presente **Termo de indenização**, para fins de quitação da obrigação pendente.
Cláusula Primeira: O Município de Ipanguaçu/RN reconhece que a empresa
C M Serviços e Locações LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.644.901/0001-03, prestou serviços contínuos de Limpeza urbana, com expertise na seara municipal.
Cláusula Segunda a empresa **C M Serviços e Locações LTDA**, inscrita no CNPJ nº 12.644.901/0001-03 declara, sob as penas da Lei, que os valores expressos no Contrato nº 006/2025, que instruem e justificam este instrumento contemplam todos os custos de qualquer natureza incidentes sobre a prestação serviços em Limpeza urbana no mes de fevereiro de 2026.
Cláusula Terceira: A despesa discriminada no Contrato Administrativo nº 006/2025, apurada e atestada por seu ordenador é, neste ato, reconhecida pelo Município de Ipanguaçu/RN, para os efeitos preconizados em tais disposições legais.

Cláusula Quarta: O Município de Ipanguaçu/RN se obriga a efetuar o pagamento da importância de R$ R$270.367,62 (**duzentos e setenta mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos)** pela prestação de serviço, referente ao mês de março de 2026 **Parágrafo único**: O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente da empresa. **C M Serviços e Locações LTDA** – BANCO NUBANK CÓDIGO DO BANCO 260- AGÊNCIA: 0001 CONTA: 465288912-2
PIX:cmservicoselocacoesfinanceiro@gmail.com

Cláusula Quinta: Efetuado o depósito bancário, confere ao Município de Ipanguaçu/RN, por este instrumento, assim como pela prestação de serviços da empresa **C M Serviços e Locações LTDA** , inscrita no CNPJ nº 12.644.901/0001-03, na prestação de serviços de limpeza urbana para Secretaria de Obras do Município de Ipanguaçu/RN. e atender as necessidades deste município de Ipanguaçu/RN, no valor de R$270.367,62 (duzentos e setenta mil trezentos e sessenta e sete reais e sessenta e dois centavos

a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer título ou pretexto.
Cláusula Sexta: O presente ajuste tem força de título executivo extrajudicial, obrigando os acordantes, herdeiros e sucessores a qualquer título.
Cláusula Sétima: O foro competente para dirimir questões resultantes do presente acordo é o da Comarca de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande do Norte, que prevalecerá sobre qualquer outro.

Ipanguaçu/RN, 31 de Março de 2026.

MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN
CNPJ nº 08.85.318/0001-24

C M SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA
12.644.901/0001-03

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A3B91499

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

OBJETO: Registro de preços visando futura contratação de empresa para o fornecimento de material permanente diversos e mobiliário em geral, destinados ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN.

CONSIDERANDO, o que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas atualizações posteriores;
CONSIDERANDO, que após os lances e negociações diretas com o Pregoeiro, fora conseguido valor de acordo com a prática do mercado local;
CONSIDERANDO a convocação e habilitação de licitantes remanescentes, nos termos da legislação vigente, em razão de desclassificação/inabilitação da licitante anteriormente classificada;
CONSIDERANDO, ainda os autos do processo licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 011/2025 – Processo Administrativo nº 2371/2025, encaminhado pelo Pregoeiro do Município;
Com base nas informações apresentadas, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o presente procedimento de licitação, que apresentou

PROSPERITY COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 09.442.524/0001-07, no item: 0011, valor Global: R$ 26.181,60.

Dê -se ciência e cumpra -se.

Ipanguaçu/RN, 12 de maio de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito do Município de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:453243D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA 244/206

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU,ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais; e
CONSIDERANDOo previsto no art. 51 da Lei Complementar Municipal nº 079/2008, no que tange a concessão de diárias aos servidores, que a serviço, afastam-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional; e

CONSIDERANDOo disposto no art. 5º e no Anexo Único do Decreto Executivo Municipal nº 75/2021, que dispõe sobre a concessão de diárias;
RESOLVE:
Art. 1º – Conceder o pagamento de 02 (duas) diárias à servidora LUCIANA KELLY PEREIRA DE AQUINO, inscrita no CPF nº ***. 527.744-14, ocupante do cargo de Enfermeiro(a), ao valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o montante de R$ 300,00 (trezentos reais), destinadas a custear despesas com hospedagem e alimentação, em razão de sua participação na II Jornada Potiguar SBIm de Imunizações – Brito Guerra/UFRN, Natal/RN, nos dias 14 e 15 de maio de 2026.
Art. 2º -Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Ipanguaçu/RN, em 13 de maio de 2026.

JFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:CA0B4FA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
PORTARIA Nº 245/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPANGUAÇU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 072, de 05 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, no dia 06/05/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, uma Função Gratificada FG-III, criado pela Lei Complementar Municipal nº 072/2025 que dispõe sobre a nova Estrutura Organizacional da Administração Municipal, ao servidor **JOSMARA DO NASCIMENTO FONSECA,** matrícula: 253561.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Ipanguaçu/RN, 13 de maio de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eunice Cecília Gonzaga Lopes
Código Identificador:5253316D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE RECONHECIMENTO **

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÉBITO, INDENIZAÇÃO E QUITAÇÃO DE CRÉDITOS QUE FIRMAM O MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU, ATRAVÉS DA SECRETARIA SAÚDE, NA FORMA ABAIXO:

Município de Ipanguaçu/RN, através do Fundo Municipal de Saúde inscrito no CNPJ sob o nº 13.070.236.0001-46 por intermédio da Secretaria Municipal Saúde, neste ato representada pelo titular da pasta **Jaires Azevedo dos Santos,** firmam o presente Termo de acordo, no uso de suas atribuições legais, reconhece, para os devidos fins, o débito referente à prestação de serviços de **assessoria e consultoria em saúde** pela empresa **PREMIUM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SAÚDE EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 23.228.721/0001-59, no período de **abril**, conforme comprovação documental apresentada. **Considerando:** Que os serviços foram regularmente prestados pela empresa contratada, não havendo contestação quanto à execução; referente à prestação de serviços de assessoria e consultoria em saúde pública/saúde coletiva no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ipanguaçu. Verifica-se que o último termo aditivo contratual teve sua vigência encerrada no mês de março de 2026, não havendo tempo hábil para a conclusão de novo procedimento licitatório antes do término do referido ajuste. Ressalta-se que os serviços prestados são de natureza contínua e essencial, abrangendo atividades estratégicas relacionadas à atenção básica, média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, vigilância em saúde, gestão financeira e elaboração de projetos técnicos, cuja interrupção acarretaria prejuízos significativos à prestação dos serviços públicos de saúde no município. Dessa forma, diante da necessidade de continuidade do serviço público e considerando que a empresa manteve a execução dos serviços no mês de abril de 2026, devidamente comprovados e atestados pela área competente, configura-se a obrigação da Administração em proceder ao pagamento correspondente. A situação encontra amparo nos princípios da Administração Pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente os da legalidade, eficiência, continuidade do serviço público, boa-fé administrativa e vedação ao enriquecimento sem causa, bem como na Lei nº 14.133/2021, que admite a indenização por serviços efetivamente prestados à Administração; Que, em razão disso, restou configurada a necessidade de formalização do presente **Termo de Reconhecimento de Débito**, para fins de quitação da obrigação pendente.

Cláusula Primeira: O Município de Ipanguaçu/RN reconhece que a empresa **PREMIUM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SAÚDE EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 23.228.721/0001-59, prestou serviços contínuos de assessoria e consultoria em saúde pública/saúde coletiva, com expertise na seara municipal, incluindo o âmbito da atenção básica, média e alta complexidade ambulatorial, hospitalar, vigilância em saúde, gestão financeira e elaboração de projetos técnicos.
Cláusula Segunda a empresa **PREMIUM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SAÚDE EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 23.228.721/0001-59 declara, sob as penas da Lei, que os valores expressos no Contrato nº 94/2024, que instruem e justificam este instrumento contemplam todos os custos de qualquer natureza incidentes sobre a prestação serviços em consultoria e assessoria em saúde no mês de abril de 2026.
Cláusula Terceira: A despesa discriminada no Contrato Administrativo nº94/2024, apurada e atestada por seu ordenador é, neste ato, reconhecida pelo Município de Ipanguaçu/RN, para os efeitos preconizados em tais disposições legais.
Cláusula Quarta: O Município de Ipanguaçu/RN se obriga a efetuar o pagamento da importância de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) pela prestação de serviço, referente ao mês de abril de 2026.
Parágrafo único: O pagamento será realizado mediante depósito na conta corrente da empresa. PREMIUM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM GESTAO PUBLICA E EMPRESARIAL LTDA, - BANCO DO BRASIL - Agência: 4687-6; Conta: 7447-0
Cláusula Quinta: Efetuado o depósito bancário, confere ao Município de Ipanguaçu/RN, por este instrumento, assim como pela prestação de serviços da empresa **PREMIUM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SAÚDE EIRELI-ME**, inscrita no CNPJ nº 23.228.721/0001-59, na prestação de serviços de consultoria e assessoria em saúde para Secretaria de Saúde do Município de Ipanguaçu/RN. E atender as necessidades deste município de Ipanguaçu/RN, no valor de R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer título ou pretexto.
Cláusula Sexta: O presente ajuste tem força de título executivo extrajudicial, obrigando os acordantes, herdeiros e sucessores a qualquer título.
Cláusula Sétima: O foro competente para dirimir questões resultantes do presente acordo é o da Comarca de Ipanguaçu, Estado do Rio Grande do Norte, que prevalecerá sobre qualquer outro.

Ipanguaçu/RN, 12 de maio de 2026.

MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN
CNPJ Nº 08.85.318/0001-24

PREMIUM CONSULTORIA E ASSESSORIA EM SAÚDE EIRELI-ME
CNPJ Nº 23.228.721/0001-59

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:39BBA771

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
CANCELAMENTO DE REGISTRO E CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE

DESPACHO ADMINISTRATIVO
OBJETO: CANCELAMENTO DE REGISTRO E CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 915/2026
Considerando o regular processamento do Pregão Eletrônico nº 008/2026, destinado ao registro de preços para futura aquisição de fardamentos para atender as demandas das Secretarias Municipais do Município de Ipueira/RN;
Considerando que a empresa R. CASTILHO DA SILVA, inscrita no CNPJ nº 14.810.684/0001-00, sagrou-se vencedora de itens do certame, tendo inclusive sido confeccionada a respectiva Ata de Registro de Preços nº 0013/2026;
Considerando que, regularmente convocada para assinatura da referida Ata, a empresa vencedora não compareceu nem procedeu com a assinatura dentro do prazo previsto no edital, tampouco apresentou justificativa formal aceitável;
Considerando o disposto na própria Ata de Registro de Preços, especialmente na Cláusula 5.1.2, que prevê o cancelamento do registro quando o fornecedor não assinar o instrumento no prazo estabelecido pela Administração;
Considerando ainda o disposto nos arts. 5º, 82, 90, §2º, e demais dispositivos aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021;
Considerando, por fim, a necessidade de preservação do interesse público, continuidade administrativa e observância à cláusula editalícia de regionalização, a qual restringe a contratação a fornecedores que atendam aos critérios territoriais previamente estabelecidos;
DECIDO:
CANCELAR os efeitos da adjudicação e do registro anteriormente destinados à empresa: R. CASTILHO DA SILVA CNPJ nº 14.810.684/0001-00, em razão da não assinatura da Ata de Registro de Preços dentro do prazo editalício, caracterizando decadência do direito à contratação.
DETERMINAR o cancelamento dos respectivos registros no sistema eletrônico, bem como a adoção das providências administrativas cabíveis.
3. CONVOCAR, a empresa remanescente: ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA ME, CNPJ nº 17.185.847/0001-90, única remanescente apta ao atendimento da cláusula editalícia de regionalização, para:
a) Manifestar interesse na contratação dos itens remanescentes;
b) Apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis, proposta comercial atualizada;
c) Participar da fase de negociação dos itens, observando-se como limite máximo os valores estimados constantes do Termo de Referência, vedada contratação acima dos preços referenciais definidos pela Administração.
4. ESTABELECER, que, havendo concordância e compatibilidade dos preços com os valores máximos constantes do Termo de Referência, deverá ser procedida a adjudicação dos respectivos itens em favor da empresa convocada, com posterior formalização da correspondente Ata de Registro de Preços.
Publique-se no sistema eletrônico.
Notifiquem-se os interessados.
Cumpra-se.

Ipueira/RN, 12 de maio de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:281662B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0011/2026.

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação das licitantes: FLAUBER MAX DE OLIVEIRA SANTOS, CNPJ nº 21.775.163/0001-16, no valor total de R$ 50.875,89 (cinquenta mil, oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos) e S M DANTAS SANTOS, CNPJ nº 22.842.879/0001-51, no valor total de R$ 14.050,00 (quatorze mil e cinquenta reais), para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DE FESTAS ATENDENDO A DEMANDA DOS FESTEJOS CARNAVALESCOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN, no valor global de R$ 64.925,89 (sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e cinco reais e oitenta e nove ecntavos).

Ipueira/RN, 27 de janeiro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:464911BC

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0012/2026.

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da licitante: S M DANTAS SANTOS, CNPJ nº 22.842.879/0001-51, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA EVENTOS ESPORTIVOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN, no valor global de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Ipueira/RN, 29 de janeiro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:6CD1919B

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0013/2026.

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da licitante: 60.569.518 LIDIANE DE LIMA TEIXEIRA, CNPJ nº 60.569.518/0001-72, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO VISANDO ATENDER A DEMANDA DOS VEÍCULOS DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEMAIS SETORES DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN, no valor global de R$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais).

Ipueira/RN, 03 de fevereiro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:190E138A

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0014/2026.
O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da licitante: 49.570.549 MARIA JULIA LIMA LUCENA, CNPJ nº 49.570.549/0001-00, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE BORRACHARIA VISANDO ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN., no valor global de R$ 64.890,00 (sessenta e quatro mil, oitocentos e noventa reais).

Ipueira/RN, 04 de fevereiro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:96F12D06

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0015/2026.

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação das licitantes: 37.965.131 GILIANA BENTO DE LIMA GUERRA, CNPJ nº 37.965.131/0001-13, no valor total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) e ANA ALYNA MEDEIROS FERNANDES, CNPJ nº 35.112.164/0001-95, no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LANCHES, SALGADOS E SUCOS VISANDO ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN, no valor global de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Ipueira/RN, 04 de fevereiro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:B1A23665

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0016/2026.

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 75, XI, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da licitante CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DO SERIDO, CNPJ nº 51.600.361/0001-00, para CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DO SERIDÓ - CIS/SERIDÓ PRA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DE IPUEIRA/RN, no valor global de R$ 33.700,44 (trinta e três mil, setecentos reais e quarenta e quatro centavos).
Ipueira/RN, 24 de fevereiro de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:26EE7072

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0017/2026.

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da licitante: UNIPLAN SERIDO COM E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 31.373.365/0001-95, para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, ALMEJANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE IPUEIRA/RN, no valor global de R$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais).
Ipueira/RN, 31 de março de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:3F905FCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EXTRATO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 0018/2026.

O Prefeito Municipal de Ipueira/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da licitante: SEGURITY SERVICOS DE SAUDE E DE SEGURANCA DO TRABALHO LTDA, CNPJ nº 43.043.945/0001-01, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO - SST, PARA ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUEIRA RN, no valor global de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
Ipueira/RN, 25 de março de 2026.

ADEMIR JOSÉ DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Medeiros Costa
Código Identificador:E0E71463

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO INEXIGIBILIDADE Nº 004/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2023
TERMO ADITIVO Nº 003/2026/DP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ
CONTRATADO: REJANE MIRANDA DOS SANTOS
CPF: 053.539.874-38
OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA DO CONTRATO DECORRENTE DA INEXIGIBILIDADE Nº 004-2023 POR MAIS 12 (DOZE) MESES COM BASE NO ART. 106 DA LEI 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 20/03/2026
VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:87A5D29A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 471, DE 12 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a adesão do Município de Jaçanã/RN à Associação da Instância de Governança Regional do Trairi (IGR TRAIRI) e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ**, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER, em cumprimento com o disposto na Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Esta lei tem por objetivo formalizar a adesão do Município de Jaçanã/RN à Associação da Instância de Governança Regional do Trairi (IGR TRAIRI), promovendo o fortalecimento da cooperação intermunicipal, intersetorial e o desenvolvimento regional integrado do turismo.
Art. 2º Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes para a execução desta lei:
I - A participação ativa do Município nas reuniões e decisões da instância de governança;
II - A cooperação técnica, financeira e administrativa em iniciativas de interesse comum;
III - A promoção do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade na região, especialmente relacionadas às políticas públicas de turismo.
Art. 3º Os órgãos competentes serão responsáveis pela fiscalização e execução desta lei, conforme normativas específicas, assumindo a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura a gestão direta e assento na Assembleia com poderes de voz e voto, por intermédio do Secretário em exercício.
Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir com a mensalidade associativa decidida em assembleia, no valor e periodicidade constantes nos registros oficiais.
Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer a atualização periódica do valor da contribuição para a referida Associação, desde que haja recursos financeiros disponíveis e o aumento seja decidido em assembleia e com o devido registro e solicitação formal.
Art. 6º O Poder Executivo Municipal de Jaçanã/RN fica autorizado a abrir ao orçamento corrente, crédito adicional especial no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais), quando incluirá o projeto/atividade "Adesão e Contribuição para Associação da Instância de Governança Regional do Trairi (IGR TRAIRI)", conforme especificações contidas na tabela I a seguir:

Tabela I

Unidade	11 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
Função	23 – Comércio e Serviços
Subfunção	695 – Turismo
Projeto/atividade	Adesão e Contribuição para Associação da Instância de Governança Regional do Trairi (IGR TRAIRI)
Elemento	3390.41 – Contribuições
Valor	R$ 15.000,00
Fonte de receita	1500.0000 - Recursos não vinculados de Impostos

§ 1º Serão adotadas como fontes de anulação ao crédito adicional especificado no caput, o superávit apurado no Balanço do ano anterior e/ou anulação de saldo de dotações disponíveis na execução orçamentária corrente.
§ 2º O valor do crédito adicional especificado no caput deste artigo poderá ser suplementado e/ou anulado, conforme a necessidade na execução orçamentária.
Art. 7º Ficam ajustadas com a criação da ação objeto desta Lei, as matérias que tratam do Plano Plurianual e a Lei das Diretrizes Orçamentárias vigentes.
Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaçanã/RN, 12 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:438C70F3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 472, DE 12 DE MAIO DE 2026

Autoriza remanejamento, transposição e realocação de saldos orçamentários no orçamento anual de 2026, e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ**, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER, em cumprimento com o disposto na Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
Art. 1º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo do Município de Jaçanã/RN, autorizados a promoverem no orçamento do ano de 2026, esse instituído pela Lei Municipal nº 447, de 21 de outubro de 2025, remanejamento, transposição e a realocação de saldos de dotações orçamentárias.
Art. 2º Às operações orçamentárias especificadas no artigo 1º desta Lei, serão utilizados como fontes de cobertura os saldos de dotações orçamentárias disponíveis no orçamento corrente.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Jaçanã/RN, 12 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita do Município de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:AF3AA177

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 473, DE 12 DE MAIO DE 2026

Institui o Fórum Municipal de Educação do Município de Jaçanã/RN e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JAÇANÃ**, Estado do Rio Grande do Norte, FAÇO SABER, em cumprimento com o disposto na Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE
Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Jaçanã/RN, o Fórum Municipal de Educação - FME, de caráter permanente, como instância colegiada, consultiva, propositiva, mobilizadora e de controle social das políticas públicas de educação.
Art. 2º O Fórum Municipal de Educação tem por finalidade:
I – promover a participação democrática da sociedade civil e do poder público;
II – acompanhar, monitorar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação – PME;
III – coordenar e organizar as Conferências Municipais de Educação;
IV – contribuir para a formulação e implementação das políticas públicas educacionais;
V – articular-se com os Fóruns Estadual e Nacional de Educação.
CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS
Art. 3º Compete ao Fórum Municipal de Educação:
I – acompanhar a implementação das metas e estratégias do PME;
II – promover debates, estudos e proposições na área educacional;
III – organizar as Conferências Municipais de Educação, em consonância com as etapas estadual e nacional;
IV – acompanhar e avaliar a execução das deliberações das conferências;
V – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
VI – promover a participação social na construção das políticas educacionais;
VII – monitorar indicadores educacionais do município.

Parágrafo único. As reuniões do Fórum Municipal de Educação (FME) são periódicas, conforme definição em regimento próprio, focadas em acompanhar, monitorar e avaliar o Plano Municipal de Educação (PME).

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Fórum Municipal de Educação será composto por representantes titulares e suplentes, assegurada a paridade entre poder público e sociedade civil.

Art. 5º O FME será composto pelos seguintes segmentos:

I – Poder Público:

a) 01 representante titular e 01 suplente da Secretaria Municipal de Educação;

b) 01 representante titular e 01 suplente de gestores escolares da rede municipal;

c) 01 representante titular e 01 suplente das escolas da rede estadual;

d) 01 representante titular e 01 suplente do Poder Legislativo (Comissão de Educação);

e) 01 representante titular e 01 suplente do Conselho Municipal de Educação - CME;

f) 01 representante titular e 01 suplente do Conselho do FUNDEB;

g) 01 representante titular e 01 suplente do Conselho de Alimentação Escolar - CAE;

h) 01 representante titular e 01 suplente do Conselho Tutelar.

II – Sociedade Civil:

a) 02 representantes titulares e 02 suplentes dos profissionais da educação (docentes e não docentes);

b) 01 representante titular e 01 suplente de estudantes da educação básica;

c) 01 representante titular e 01 suplente de pais ou responsáveis;

d) 01 representante titular e 01 suplente de instituições de ensino privadas;

e) 01 representante titular e 01 suplente de movimentos sociais e organizações da sociedade civil;

f) 01 representante titular e 01 suplente da educação especial;

g) 01 representante titular e 01 suplente da educação de jovens e adultos, do campo, quilombola ou outras modalidades.

§ 1º A escolha dos representantes será realizada por indicação de seus respectivos segmentos e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida recondução.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 6º O Fórum Municipal de Educação terá a seguinte estrutura:

I – Plenária;

II – Coordenação;

III – Secretaria Executiva;

Art. 7º A estrutura do FME será detalhada no Regimento Interno.

Art. 8º A coordenação será eleita entre seus membros, garantindo alternância entre poder público e sociedade civil.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação prestará apoio técnico, administrativo e logístico ao FME.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. O Fórum elaborará seu Regimento Interno no prazo de até 90 dias após sua instalação.

Art. 11. A participação no Fórum será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 12. Fica revogada a Lei nº 470/2026.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaçanã/RN, 12 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:789311E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 116/2026 – GABINETE DA PREFEITA EM, 12 DE MAIO DE 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 97, II, "a" da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto no art. 102, da Lei Municipal nº 048, de 20 de junho de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses a servidora pública municipal, **LUCIANA PEREIRA DA SILVA**, Agente Comunitária de Saúde, Matrícula n° 261, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme requerimento protocolado, com início no dia 01/06/2026 e termino 29/08/2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 12 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã-RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:90652BFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 117/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 12 de maio de 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009 e com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 diária e Meia, no valor unitário de R$ 439,00 (Quatrocentos e trinta e nove reais) e valor total de R$: 658,50 (Seiscentos e Cinquenta e Oito Reais e Cinquenta Centavos) ao **Sr. Ítalo Isaac Borges Rocha**, matrícula nº 4030, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Administração e Planejamento, para custear suas despesas durante viagem para cidade de Natal/RN, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, para participar do 9º GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, no Praiamar Natal Hotel & Convention - Natal/RN
Art. 2º Quando do retorno, o servidor deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 12 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:D1BB5249

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 118/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 12 de maio de 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009 e com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 diária e Meia, no valor unitário de R$ 439,00 (Quatrocentos e trinta e nove reais) e valor total de R$: 658,50 (Seiscentos e Cinquenta e Oito Reais e Cinquenta Centavos) ao **Sr. Marcelo da Costa Alves Nóbrega**, matrícula nº 778, ocupante do cargo de Coordenador Geral de Compras e Licitações, para custear suas despesas durante viagem para cidade de Natal/RN, nos dias 14 e

15 de maio de 2026, para participar do 9º GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, no Praiamar Natal Hotel & Convention - Natal/RN
Art. 2º Quando do retorno, o servidor deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 12 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:E0303F8F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 119/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 12 de maio de 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009 e com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 diária e Meia, no valor unitário de R$ 439,00 (Quatrocentos e trinta e nove reais) e valor total de R$: 658,50 (Seiscentos e Cinquenta e Oito Reais e Cinquenta Centavos) ao **Sr. Robson Michall Guedes de Oliveira**, matrícula nº 0903, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Finanças e Tributação, para custear suas despesas durante viagem para cidade de Natal/RN, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, para participar do 9º GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, no Praiamar Natal Hotel & Convention - Natal/RN
Art. 2º Quando do retorno, o servidor deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 12 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:5727E960

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 120/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 12 de maio de 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009 e com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 diária, no valor unitário de R$ 439,00 (Quatrocentos e trinta e nove reais) e valor total de R$: 439,00 (Quatrocentos e Trinta e Nove Reais) ao **Artur Deyvid da Silva Santos**, matrícula nº 5487, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, para custear suas despesas durante viagem para cidade de Natal/RN, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, para participar do 9º GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, no Praiamar Natal Hotel & Convention - Natal/RN
Art. 2º Quando do retorno, o servidor deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 12 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:67882892

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 121/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 12 de maio de 2026.

A Prefeita do Município de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 129, de 14 de agosto de 2009 e com o Decreto nº 276 de 16 de março de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 diária, no valor unitário de R$ 439,00 (Quatrocentos e trinta e nove reais) e valor total de R$: 439,00 (Quatrocentos e Trinta e Nove Reais) ao **Renato Alex Gonçalves**, matrícula nº 1120, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Turismo e Cultura, para custear suas despesas durante viagem para cidade de Natal/RN, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, para participar do 9º GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, no Praiamar Natal Hotel & Convention - Natal/RN
Art. 2º Quando do retorno, o servidor deverá apresentar o Relatório de Diária na secretaria de sua lotação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Jaçanã-RN, 12 de maio de 2026.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:E0D9045B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA Nº. 000001/2023 – PMJ/RN

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 018/2024 – PMJ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, inscrito no CNPJ/MF nº. 08.309.239/0001-50.

CONTRATADA: ASFALTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-ME, inscrita no CNPJ nº. 10.XXX.XXX/0001-08.

OBJETO: Prorrogar a vigência do Contrato nº. 018/2024 – PMJ/RN**.**
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 13 de maio de 2026 a 12 de maio de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2026.

Jandaíra/RN, 12 de maio de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
CNPJ/MF: 08.309.239/0001-50
Prefeito Municipal/Contratante

Asfalto Construções e Serviços Eireli-ME
CNPJ/MF: 10.XXX.XXX/0001-08
MAYKON TAYLOR LUCIANO DE ARAÚJO
Representante Legal/Contratada

Publicado por:
Marina Nayara Silva Dos Santos
Código Identificador:92E95F17

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 620 - "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - COMPIR E CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – FUNPPIR DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI ORDINÁRIA Nº 620/2026.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - COMPIR E CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – FUNPPIR DO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal De Jandaíra/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1. Fica criado o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, órgão colegiado permanente, com autonomia funcional, de caráter consultivo, fiscalizador e articulador das políticas de promoção da igualdade racial, vinculado à Secretaria Municipal de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Art. 2. O COMPIR tem por finalidade fiscalizar políticas públicas, programas, projetos e ações voltadas à promoção da igualdade racial e atuar no controle social de políticas públicas, assim como, exercer orientação normativa e consultiva sobre temáticas atinentes à igualdade racial no Município de Jandaíra.

Parágrafo único. O Poder Executivo e a Secretaria Municipal de Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos deste Município prestarão a estrutura funcional necessária para o funcionamento do respectivo Conselho e deverão custear as despesas de realização e divulgação das ações deste conselho.

Art. 3. O COMPIR possui as seguintes atribuições:
I - consultivo sobre políticas públicas e diretrizes para promoção da igualdade racial no âmbito municipal;
II - receber, encaminhar e monitorar denúncias ou queixas discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional ocorridas no território municipal;
III - fomentar o desenvolvimento de programas educativos, visando à promoção da igualdade racial;
IV - promover trabalhos, emitir pareceres, realizar estudos, pesquisas sobre temáticas atinentes à igualdade racial;
V - realizar campanhas informativas, cursos e outros eventos objetivando a promoção da igualdade racial;
VI - estabelecer a cooperação e firmar convênios com órgão federais, estaduais e municipais;
VII - fomentar o intercâmbio com outras organizações congêneres e a contribuição com iniciativas pertinentes à promoção da igualdade racial;
VIII - pugnar pelo cumprimento das normas internacionais, nacionais, estaduais e municipais sobre promoção da igualdade racial e pela atualização da legislação municipal;
IX - promover canais de diálogo com a sociedade civil;
X - pronunciar-se, por deliberação expressa de seus integrantes, através de moção, sobre situações que envolvam a promoção da igualdade racial;
XI - elaborar o Plano Municipal de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial em consonância com as conclusões das conferências municipal, estadual e nacional e com os planos e programas contemplados no orçamento público;
XII - instituir comissões ou grupos de trabalhos;
XIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Art. 4. O COMPIR será composto por 08 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 04 (quatro) representantes do poder público 04 (quatro) representantes da sociedade civil, assim distribuídos:

I - Membros do Poder Público:
a) 1 representante e 1 suplente da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social;
b) 1 representante e 1 suplente da Secretaria Municipal de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos;
c) 1 representante e 1 suplente da Secretaria Municipal de Educação;
d) 1 representante e 1 suplente da Secretaria Municipal de Cultura;
II - Membros da Sociedade Civil:
a) 1 representante e 1 suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
b) 1 representante e 1 suplente de Organizações estudantis e/ou grêmios estudantis
c) 1 representante e 1 suplente de pessoa indígena e comunidade tradicional, pessoa com atuação comprovada em pautas indígenas ou étnico-raciais;
d) 1 representantes e 1 suplente de entidades religiosas, artístico-culturais e instituições ligadas à promoção da igualdade racial;
§1º Os membros do COMPIR serão indicados, pelos seus respectivos órgãos ou entidades, sendo um titular e o outro suplente, e suas nomeações serão efetuadas pelo Prefeito Municipal por Portaria, para um período de 02 (dois) anos, admitida a uma única recondução, por igual período.
§2º Os membros do COMPIR elegerão seu presidente, vice-presidente e secretário, para o mando de dois anos, permitida uma recondução.
§3º A Presidência do Conselho será eleita mediante procedimento determinado pelo Regimento Interno, devendo haver alternância do cargo entre conselheiros representantes de órgãos governamentais e conselheiros representantes da sociedade civil organizada.

Art. 5. O COMPIR poderá convidar a participar das reuniões, com direito a voz, sem direito a voto, representante de entidades ou órgãos públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para discussão das matérias em exame.

Art. 6. As deliberações do COMPIR serão tomadas por maioria simples, estando presentes a maioria absoluta dos membros.

Art. 7. O Regimento Interno do COMPIR deverá ser elaborado no prazo de 90 (noventa) dias após a sua instalação.

Art. 8. O não comparecimento injustificado do membro do COMPIR a 03 (três) reuniões no mesmo exercício implica em sua destituição.

Art. 9. Em caso de vacância, renúncia ou impedimento dos membros, deverão ser adotadas as providências necessárias para sua substituição, conforme as normas aplicáveis.

Art. 10. A função dos membros do COMPIR não será remunerada e é considerada serviço de relevante valor social prestado ao município.

Art. 11. A Secretaria Municipal de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos prestará todo o apoio técnico, administrativo e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do COMPIR.

Art. 12. Os recursos orçamentários e financeiros necessários ao funcionamento do Conselho Municipal de Igualdade Racial – COMPIR serão oriundos de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento do Município, vinculadas à Secretaria Municipal de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos, na condição de unidade gestora.

Art. 13. O Fundo Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FUNPPIR será gerido pelo Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Mulheres, Juventude, Igualdade Racial e Direitos Humanos, na condição de unidade gestora, sob orientação, controle e deliberação do Conselho Municipal de Igualdade Racial – COMPIR, sendo administrado com recursos destinados ao atendimento das ações de promoção da igualdade racial, assim constituído:

I – Dotação a ele consignada no orçamento do Município;
II – Rendimentos provenientes de aplicações financeiras de seus recursos;
III – Transferências voluntárias da União, dos Estados e de outros entes públicos;
IV – Recursos provenientes do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR;
V – Recursos provenientes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR;
VI – Recursos oriundos de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres firmados com órgãos e entidades públicas ou privados;
VII – Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
VIII – Outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 14. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Jandaíra/RN, 12 de maio de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA.
Prefeito Municipal de Jandaíra/RN.

Publicado por:
Lara Evelyn Fernandes Mendes
Código Identificador:6295D737

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 621/2026 - "DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COMUNIDADE DE AROEIRA DIREITA, NO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI ORDINÁRIA Nº 621/2026.

"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DA COMUNIDADE DE AROEIRA DIREITA, NO MUNICÍPIO DE JANDAÍRA/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal De Jandaíra/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - A Unidade Básica de Saúde na comunidade de Aroeira Direita passa a ser denominada de "**Unidade Básica de Saúde Maria Soares da Costa Araújo (UBS Maria Dias)".**

Art. 2º - A administração municipal providenciará placa de identificação a ser fixada no local.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jandaíra/RN, 12 de maio de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA.
Prefeito Municipal de Jandaíra/RN

Publicado por:
Lara Evelyn Fernandes Mendes
Código Identificador:04B7DA44

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 622/2026 - "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME E INSTITUI O SEU CONSELHO GESTOR."

LEI ORDINÁRIA Nº622/2026.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME E INSTITUI O SEU CONSELHO GESTOR."

O Prefeito Municipal De Jandaíra/RN, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

CAPÍTULO I
DOS OBJETIVOS, FONTES E APLICAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 1º - Fica criado o Fundo Municipal de Esportes do Município de Jandaíra/RN, sob a sigla FME, de natureza contábil e financeira, vinculado a administração da Secretaria Municipal de Esportes e Eventos deste município,
como instrumento de captação e aplicação de recursos a serem utilizados de acordo com as deliberações do Conselho Municipal de Esportes, visando centralizar e gerenciar recursos financeiros destinados a fomentar o esporte no município.

Art. 2º - O Fundo Municipal de Esportes se constituirá de:

I - Recursos provenientes da União, do Estado e organismos internacionais;
II - Recursos provenientes do Orçamento Geral do Município, abrindo-se, inclusive, créditos adicionais, quando necessário;
III - Recursos oriundos de convênios com entidades nacionais, regionais e internacionais, inclusive não governamentais, referente à execução de políticas para o esporte;
IV - Transferências de outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FME;
V- Receitas operacionais e patrimoniais realizadas com recursos do FME;
VI – Recursos oriundos de doações de pessoas físicas ou jurídicas, patrocínios e rendimentos provenientes de aplicações financeiras, mecanismos que costumam integrar a estrutura de fundos públicos e ampliam a capacidade de financiamento das políticas esportivas;
VII - Outros recursos que lhe vierem a ser destinados, como por exemplo emendas parlamentares.

Art. 3º - As disponibilidades dos recursos do FME serão aplicados em projetos que visem fomentar e estimular o desenvolvimento do esporte no Município de Jandaíra/RN, conforme as necessidades e de acordo com as seguintes linhas de incentivos:

I - Esporte Educacional, Esporte de Formação, Esporte de Participação, Esporte de Rendimento e inclusivo, visando promover a aprendizagem e a integração entre a iniciação esportiva, o ambiente escolar, para-desporto e competições diversas que envolva o esporte do município;
II - A organização e realização de eventos esportivos locais, com caráter competitivo, de integração e/ou participação, municipais, regionais, estaduais, nacionais ou internacionais;
III – Programas de incentivo aos atletas municipais.

Paragrafo único - O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Esportes será responsável pela análise, deliberação e acompanhamento da aplicação dos recursos, enquanto o Conselho Municipal de Esportes poderá exercer papel consultivo ou de formulação das políticas esportivas municipais.

Art. 4º - Os interessados na obtenção de apoio financeiro deverão apresentar seus projetos à Secretaria Municipal de Esportes e Eventos, que a encaminhará ao Conselho Municipal de Esportes de acordo com o que o edital específica.

§ 1º - Cabe ao Conselho Municipal de Esportes estabelecer em seu Regimento Interno critérios que garantam que os projetos apoiados sejam executados nos termos e na forma preconizada no art. 5º desta Lei, prevendo inclusive valor limite por projeto a ser aprovado, em cada linha de incentivo.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Esportes e Eventos orientará as entidades interessadas em participar dos projetos de sua alçada.

§ 3º - Os projetos esportivos deverão conter toda regulamentação a ser seguida bem como as formas de premiações, se houver.
Art. 5º - O projeto esportivo deverá, necessariamente, conter cronograma de execução físico-financeira, que habilitará o proponente ao recebimento parcial após a prestação de contas de cada etapa.

§ 1º - Além das sanções penais cabíveis, o empreendedor que não comprovar a aplicação dos recursos nos prazos estipulados sofrerá as sanções cíveis e administrativas previstas em lei, inscrita na Dívida Ativa da Fazenda Municipal e excluído de qualquer projeto pelo FME, enquanto não comprovada a aplicação dos recursos.

§ 2º - Nos projetos financiados nos termos desta Lei deverão constar as logomarcas do Município de Jandaíra, da Secretaria Municipal de Esportes e Eventos e do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 6º - O FME terá autonomia administrativa e financeira, com serviço de contabilidade realizado pelo município, que terá obrigação de apresentar relatórios bimestrais e anuais de suas atividades financeiras à Secretaria Municipal de Finanças, ao Conselho do FME, sem prejuízo da submissão institucional aos controles interno e externo.

Art. 7º - Os recursos do FME serão destinados aos projetos de esporte e lazer aprovados pelo Conselho Municipal de Esportes.

§ 1º - Os recursos financeiros do FME serão depositados e movimentados em conta específica, a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, geridas pelo Secretário Municipal de Esportes e Eventos e Tesoureiro do Fundo, representado pelo Secretário Municipal de Finanças.

§ 2º - O saldo financeiro positivo, apurado em balanço anual, será automaticamente transferido para o exercício seguinte, a crédito do FME.

Art. 8º - Caberá ao titular da Secretaria Municipal e Esportes e Eventos ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FME.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

Art. 9º - O FME será gerido por um Conselho Gestor, na forma e nos termos previstos nesta Lei e normas correlatas.

Art. 10º - O Conselho Gestor é o órgão deliberativo e consultivo do FME e será constituído de 6 (seis) membros, com representação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados às áreas de esporte, tendo como garantia o princípio democrático de escolha de seus representantes, garantidas vagas aos representantes de entidades esportivas, na seguinte proporção:

I - 3 (três) representantes, distribuídos dentre as Secretaria Municipal de Esportes e Eventos, Secretaria Municipal de Administração, e Secretaria Municipal de Finanças;
II - 3 (três) representantes das entidades ligadas ao esporte, por indicação do Conselho Municipal de Esportes.

§ 1º - O mandato dos membros do Conselho Gestor do FME será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º - Os membros do Conselho Gestor do FME não serão remunerados e não receberão lucros, bonificações ou vantagens, sobre nenhuma forma ou pretexto.

§ 3º - A presidência do Conselho Gestor do FME será exercida pelo Secretário Municipal de Esportes e Eventos, que terá o voto de qualidade nas deliberações do órgão.

§ 4º - A Secretaria Municipal de Esportes e Eventos deverá proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas atribuições.

Art. 11º - Compete ao Conselho Gestor do FME:

I - Analisar os resultados da aplicação dos recursos do FME, bem como, o controle contábil formal seja atribuição do sistema de contabilidade pública do município;
II - Elaborar as normas, procedimentos e condições operacionais para a utilização dos recursos do FME, com as orientações da Secretaria Municipal de Administração e de Finanças;
III - Aprovar as prestações de contas referentes às despesas administrativas e de manutenção, funcionamento e operacionalização das unidades públicas administrativas da Secretaria Municipal de Esportes e Eventos, nos termos estabelecidos nesta Lei;
IV- Fazer o controle contábil-financeiro dos recursos do FME por meio do exame das movimentações financeiras e de suas aplicações;
V - Dirimir dúvidas quanto a aplicação das normas regulamentares aplicáveis ao FME, nas matérias de sua competência;
VI - Aprovar seu regimento interno.

Paragrafo único - O Conselho Gestor do FME promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas, bem como projetos que achar importante.

Art. 12º - Haverá a transparência e a prestação de contas dos recursos do Fundo que possam assegurar pela divulgação periódica de relatórios financeiros e de resultados, garantindo o controle social e a publicidade da gestão pública. Essa prática, alinhada àLei 13.019/2014, fortalece o monitoramento e a eficiência na aplicação dos recursos em projetos de interesse público.

CAPITULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º - O Conselho Municipal de Esportes obriga-se a elaborar o processo de criação do Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a publicação desta Lei.

Art. 14º - As despesas para atender a execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria consignada na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Paragrafo único - Ante a inexistência de rubrica orçamentária própria para fazer face com as despesas de execução desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, créditos adicionais ou especiais, mediante Decreto fundamentado nesta respectiva Lei.

Art. 15º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jandaíra/RN, 12 de maio de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA.
Prefeito Municipal de Jandaíra/RN.

Publicado por:
Lara Evelyn Fernandes Mendes
Código Identificador:960267D9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 156/2026 – GP.

PORTARIA Nº 156/2026 – GP.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Secretário Municipal de Governo de Jandaíra**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Sr. **Reginaldo Vitorino da Silva, Prefeito Municipal, 04 (quatro) diárias civis**, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias na cidade de **Brasília/DF,** o mesmo irá participar da **XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios,** no período de **18 à 21 de maio de 2026,** e tratar de

assuntos de excepcional interesse do município, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 023 de 17 de novembro de 2023.
Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 12 de maio de 2026.

JOSÉ FELIPE MONTEIRO LIMA
Secretário Municipal de Governo de Jandaíra/RN.

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:9EACF6E2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157/2026 – GP.

PORTARIA Nº 157/2026 – GP.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Jandaíra**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Sr. **Roberto Alessandro Martins Figueredo, Vice Prefeito Municipal, 04 (quatro) diárias civis**, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias na cidade de **Brasília/DF,** o mesmo irá participar da **XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios,** no período de **18 à 21 de maio de 2026,** e tratar de assuntos de excepcional interesse do município, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 023 de 17 de novembro de 2023.

Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 12 de maio de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal de Jandaíra/RN.

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:F530B038

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158/2026 – GP.

PORTARIA Nº 158/2026 – GP.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Jandaíra**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao Sr. **José Felipe Monteiro Lima, Secretário Municipal de Governo, 04 (quatro) diárias civis**, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias na cidade de **Brasília/DF,** o mesmo irá participar da **XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios,** no período de **18 à 21 de maio de 2026,** e tratar de assuntos de excepcional interesse do município, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 023 de 17 de novembro de 2023.

Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 12 de maio de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal de Jandaíra/RN.

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:5AD5F281

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº159/2026-GP.

Divulga resultado preliminar do mérito cultural analisado pela Comissão de Avaliação e Seleção, referente a seleção de propostas submetidas ao Edital Público 002/2026 – Rhuann Mallone Dantas de Mello para Concessão de Subsídio Cultural para Associações Culturais, através da Lei 14.399/2022, Programa Nacional Aldir Blanc, no município de Janduís/RN.

A Prefeitura Municipal de Janduís por meio da Fundação Cultural Mestre Dadá - FUNCULT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Comissão de Avaliação e Seleção e Edital 002/2026 – Rhuan Mallone Dantas de Mello para Concessão de Subsídio Cultural para Associações Culturais,

RESOLVE:

Art. 1º - Divulgar decisão preliminar de análise de mérito cultural sobre propostas submetidas no Edital 002/2026 – Rhuann Mallone Dantas de Melo para Concessão de Subsídio Cultural para Associações Culturais, tornando pública a lista de entidades culturais de Janduís/RN, solicitantes de subsídio cultural, por meio da Lei 14.933/2022, Programa Nacional Aldir Blanc.
Art. 2º - Abrir prazo de 3 dias úteis para contestação, pedido de reconsideração ou apresentação de fatos impeditivos, por ventura, cometido pela Comissão de Avalição e Seleção.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Janduís/RN, 12 de maio de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
FUNDAÇÃO CULTURAL ALDAIR JOSE DE LIMA (MESTRE DADÁ)
CNPJ. 15.770.257/0001-08
Rua Santa Teresinha, 21 – Centro – 59690-000.
www.janduis.rn.gov.br| cultura.funcult@gmail.com
AVALIAÇÃO DE MÉRITO CULTURAL
RESULTADO PRELIMINAR
EDITAL 002/2026 – RHUANN MALLONE DANTAS DE MELO PARA CONCESSÃO DE SUBSÍDIO CULTURAL PARA ASSOCIAÇÕES CULTURAIS

Nº	PROPONENTE	CNPJ/CPF	ÁREA DE ATUAÇÃO	AVALIAÇAO DE MÉRITO	SITUAÇAO
1	Companhia Cultural Ciranduís	04.061.386/0001-00	Organização da Sociedade Civil - OSC	93	Pré-classificada
2	Grupo Cultural Balai De Artes	10.296.660/0001-15	Organização da Sociedade Civil - OSC	88,7	Pré-classificada
3	Instituto Potiguar de Cultura e Cidadania	09.295.195/0001-19	Organização da Sociedade Civil - OSC	86	Pré-classificada
4	Bora Creative	56256016000114	Empresa Cultural	16,3	Desclassificada: a empresa cultural

					Bora Creative foi desclassificada no item 11.5 de nota de corte. A empresa não atingiu a nota de corte de 40 pontos na fase de avaliação de mérito cultural.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:6255C5CA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 043/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1513/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026

EXTRATO DO CONTRATO 043/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1513/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos

Contratado: **F 2 COMERCIO SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA**
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e instalação de películas, esquadrias, vidraçarias e acessórios em geral, com fornecimento de material e mão de obra, para atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Janduís/RN, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no presente processo.

Base legal: Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº. 14.133/21, de 01 de abril de 2021.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: R$ **63.215,00, (sessenta e três mil, duzentos e quinze reais).**

02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Cuja Dotação Orçamentária/Natureza da despesa, refere-se a:

3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

4.4.90.52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Janduís-RN, 11 de maio de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

F 2 Comercio Serviços e Empreendimentos LTDA
CNPJ: 48.751.570/0001-40
FLAVIO PEREIRA DA SILVA
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:4243466F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº 36/2026 EMPENHO Nº64/2026

CONSIDERANDO o que prevê os termos do Art. 141 e incisos, da lei 14.133/21 que cada unidade da Administração Pública no pagamento das obrigações relativas a fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, obedeça para cada fonte de recurso, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando apresentar relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada, precedida de comunicação ao órgão de controle interno da Administração.
CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/20217, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO que as referidas normas preveem a possibilidade de quebra da ordem cronológica de pagamento, nos casos nelas especificadas, mediante prévia justificativa emanada pelo pertinente ordenador de despesa, fazendo-se obrigatória a comunicação ao órgão de controle de sua publicação no Diário Oficial do Município.
CONSIDERANDO que o serviço de cessão de direito de uso mensal do sistema integrado de orçamento, finanças e contabilidade pública e cessão de direito de uso do portal da transparência, é de fundamental importância para dar funcionalidade das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos.

CONSIDERANDO o que prevê os termos ao art. 141º da lei 14.133/21, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento ao Prestador de Serviços **TOP DOWN CONSULTORIA LTDA, inscrito no CNPJ: 40.998.734/0001-26, relativo ao empenho de nº 64/2026 no valor de R$ 4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais), correspondente a nota fiscal de nº 19665**. Referente à cessão de direito de uso mensal do sistema integrado de orçamento, finanças e contabilidade pública e cessão de direito de uso do portal da transparência, referente ao mês de **abril/2026.**

Sendo assim, com o intuito de evitar a suspensão da cessão de uso dos serviços ofertados pelo software da **TOP DOWN CONSULTORIA LTDA**, sendo esta, uma despesa essencial no tocante a confecção de processos de despesas, formulação de orçamentos, processos licitatórios entre outros processos que compõem a estrutura administrativa, e ainda, sendo um serviço de natureza indispensável para Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, fica justificado nos moldes acima citado a referida quebra de ordem cronológica, a qual, assinamos para que surta os efeitos jurídicos e legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Janduís, 11 de abril de 2026

PEDRO HIGO ALVES GURGEL
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:7ED5B8FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E OBRAS
REPUBLICADA POR INCORREÇÕES - JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Nº38/2026 EMPENHO Nº 37/2026

CONSIDERANDO a previsão do Art. 141 e incisos, da Lei nº. 14.133/21, especialmente a necessidade de observância da ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, ressalvada a possibilidade de alteração mediante prévia justificativa, comunicação ao órgão de controle interno e ao Tribunal de Contas.

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº. 011/2024 – TCE, de 16 de maio de 2024, bem como o Decreto Municipal nº. 022/2017, de 18 de setembro de 2017, disciplinando, igualmente, a obrigatoriedade de observância da ordem cronológica, com a possibilidade de alteração, segundo as previsões extraídas do conteúdo de ambas as normas.
CONSIDERANDO a natureza dos serviços prestados, especialmente no tocante a serviços de manutenção elétrica preventiva e corretiva nas instalações prediais, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras e órgãos vinculados.
Por estes motivos, justifica-se a alteração da ordem cronológica para o pagamento dos valores devidos à **EDER SANDRO LOPES NUNES, inscrita no CPF sob o nº. 060.839.964-73,** relativamente ao empenho de nº. **37/2026**, no valor de **R$ 4.614,40 (quatro mil, seiscentos e quatorze reais e quarenta centavos)**, correspondente a **Nota Fiscal de nº. 2**, possibilitando a efetiva continuidade dos serviços realizados pela empresa contratada.
A adoção da presente medida é justificada por finalidade a para execução de serviços elétricos, incluindo instalação, manutenção e reparos em redes elétricas, quadros de distribuição, iluminação, tomadas, interruptores e demais componentes elétricos, garantindo segurança e funcionamento adequado das instalações.
Janduís/RN, 12 de maio de 2026.

ELVÉCIO GURGEL DE SALES FILHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:44019EEC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

GABINETE DO PREFEITO
LICENÇA PRÊMIO DO SERVIDOR

LICENÇA PRÊMIO DO SERVIDOR

Dirijo-me à Secretaria de Administração/Recursos Humanos para informar a concessão de Licença prêmio do(a) Servidor(a) **EDNA COSTA DE SOUZA**, matrícula 01540, portador(a) do CPF: **290.***.***-*9**.
Órgão de lotação do servidor(a): **Escola municipal José da Costa Medeiros**
Cargo/Função: **PROFESSORA.**
Início de Licença: **07/05/2026**
Final de Licença: **05/08/2026**

RESERVADO AO SECRETÁRIO(A) RESPONSÁVEL PELA PASTA
(x) Concordo ( ) Discordo

.....
.....
Assinatura – Servidor
OTÁVIO DE SOUZA MARTINS FILHO
Secretário Municipal de Educação
PORTARIA Nº 033/2023 GC

Japi/RN, 06 de maio de 2026

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:6789E469

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0009/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE JAPI/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo arrazoado contido no parecer exarado pela Procuradoria Geral deste Município;

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 /21, VERBIS:

Art. 74 – É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]
II- Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
[...]

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2025) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE:

Tornar **INEXIGÍVEL** a licitação, com fundamento no**Art. 74, II, da Lei federal 14.133/21,** o seguinte objeto:contratação por inexigibilidade da empresa: O BONDE DO GRAGRA EDICOES MUSICAIS LTDA (BONDE GRAGRA), para apresentar-se na festa de emancipação do Município de Japi/RN, dia 18 de maio, em praça pública, TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE**,**em favor da empresa: O BONDE DO GRAGRA EDICOES MUSICAIS LTDA **inscrita no CNPJ sob nº 51.645.164/0001-07,** empresa que possui endereço na AVENIDA AMINTAS BARROS, Nº 3700, LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP: 59075-810, que apresentou a proposta para o objeto em tela, no ITEM no valor global de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

A PREFEITURA MUNICIPAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 043/2026,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0009/2026,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

Japi/RN, 12 de maio de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
CPF: 051. ***. ***.88

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:D843DAB3

LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE JAPI/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo arrazoado contido no parecer exarado pela Procuradoria Geral deste Município;

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 /21, VERBIS:

Art. 74 – É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

II- Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
[...]

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2025) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE:

Tornar **INEXIGÍVEL** a licitação, com fundamento no**Art. 74, II, da Lei federal 14.133/21,** o seguinte objeto:contratação por inexigibilidade da empresa: BL A APRESENTACOES ARTISTICAS LTDA (BATISTA LIMA), para apresentar-se na festa de emancipação do Município de Japi/RN, dia 17 de maio, em praça pública, TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE,em favor da empresa: : BL A APRESENTACOES ARTISTICAS LTDA **inscrita no CNPJ sob nº27.996.366/0001-19,** empresa que possui endereço a **RUA JOSÉ RODRIGUES DE JESUS, Nº 223, Bairro – INDIANOPOLIS, CARUARU/PE**, CEP: 55.130-970, que apresentou a proposta para o objeto em tela, no ITEM no valor global de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
A PREFEITURA MUNICIPAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 041/2026,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0008/2026,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

Japi/RN, 12 de maio de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal
CPF: 051. ***. ***.88

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:EB0142D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2026

A Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na **contração direta Dispensa de Licitação 027/2026**, com base no art. 75 inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com critério de julgamento por menor preço, que objetiva:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, FORNECIMENTO DE LICENÇA, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, DISPONIBILIZANDO NA MODALIDADE SOFTWARE AS A SERVISSE (SAAS), DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS-RN.**Os interessados poderão obter o respectivo Termo de Referência junto a Comissão de Contratação de forma presencial, ou de forma eletrônica pelos seguintes meios: Portal da Transparência: jardimdepiranhas.rn.gov.br; Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP: pncp.gov.br/app/editais e E-mail: licitajp@gmail.com.**Recebimento das Propostas: até o dia 18/05/2026 às 17:00hs**. O recebimento das propostas e documentações de habilitação poderão ser entregues/enviadas de forma presencial junto a Comissão de Contratação, mediante um protocolo de recebimento, ou de através do E-mail da comissão: licitajp@gmail.com. Maiores informações nos horários das 08:00hs às 17:00hs dos dias úteis, na Av. Gov. Dix-Sept Rosado, 144, Centro, Jardim de Piranhas-RN. Telefone: (84) 3423-2240 e e-mail supracitado.

Jardim de Piranhas-RN, 12 de maio de 2026.

ROBERTO DE SOUSA ROCHA
Agente de Contratação

Publicado por:
Roberto de Sousa Rocha
Código Identificador:9DFA0C26

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, em obediência ao art. 48 I, de lei Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº **101/2000), faz saber a quem possa interessar, especialmente aos cidadãos do Município de Jardim de Piranhas, que fará realizar Audiência Pública neste dia 13 de maio de 2026, a partir das 14;00h, presencialmente, para apresentação e discussão das metas para a LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO para o exercício de 2027 do Município de Jardim de Piranhas/RN, conforme segue abaixo.**

Local: Auditório da Câmara Municipal de Jardim de Piranhas/RN.
Data: 13 de maio de 2026
Horário: 14hs

PROGRAMAÇÃO

HORA	ATIVIDADE
14 H	Credenciamento dos Participantes
14;30	Abertura – Composição dos Coordenadores da audiência
15:00	Leitura da lista de autoridades e dos representantes municipais presentes
15;15	Palavra do Prefeito
15:30	Exposição dos objetivos da reunião
16:00	Discussão das propostas e ações
16:30	Apresentação de Propostas pela População em Geral e Confecção da Ata
17:00	Fechamento dos Trabalhos com elaboração e assinatura da Ata da Audiência.

Ficam todos os integrantes da Administração Pública do Município de Jardim de Piranhas/RN, os integrantes do Poder Legislativo Municipal e a população em geral convocados a participarem desta Audiência Pública.
Jardim de Piranhas/RN, 12 de maio de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:9AE225C5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 289/2026 - GP/PMJP

PORTARIA Nº 289/2026 – GP/PMJP

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento basilar nos artigos 65, II, VII e X e 68, I, §1º, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o senhor **ADONIAS FERREIRA NETO,** inscrito no CPF sob nº 118.512.624-40, para o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços – FG4.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 11 de maio de 2026, tornando revogadas as disposições em contrário.

Anote-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Jardim de Piranhas/RN, 12 de maio de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:3B87E73E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 017/2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 017/2026 - SMAD/PMJP

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;
Considerando que foi encontrado processo em desfavor da referida abaixo, em tramitação, que pode resultar em dano ao erário municipal.
RESOLVE:

Art. 1º - **INDEFERIR** o requerimento de adesão do(a) servidor(a) **ANA MARIA NOGUEIRA**, matrícula 461, Professora, lotada na Escola Municipal Monsenhor Walfredo Gurgel da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.
Art. 2° - O(a) referido(a) servidor(a) terá o prazo de 10 dias, a partir da publicação desta Portaria para recorrer da decisão, que será encaminhada para o Gestor Municipal ao qual caberá reavaliação e a decisão final.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 12 de maio de 2026.

JAUMI DANTAS FREIRE
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:139A1AC8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 018/2026 - SMAD/PMJP

PORTARIA Nº 018/2026 – SMAD/PMJP

Dispõe sobre o deferimento de adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI**.**

A Secretária Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas/RN, por meio da Comissão de Avaliação do PAI.

Considerado o termo de adesão do servidor;
Considerando a documentação disponibilizada;
Considerando a avaliação preliminar da comissão do PAI;
Considerando que foi encontrado processo em desfavor da referida abaixo, em tramitação, que pode resultar em dano ao erário municipal.
RESOLVE:

Art.1º - **INDEFERIR** o requerimento de adesão do(a) servidor(a) **INÉDIA AURILENE DUTRA DE ARAÚJO**, matrícula 476, Supervisora Pedagógica, lotada na Escola Municipal Maria de Nazareth da Secretaria Municipal de Educação, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei nº 1.046 de 03 de julho de 2025.
Art. 2° - O(A) referido(a) servidor(a) terá o prazo de 10 dias, a partir da publicação desta Portaria para recorrer da decisão, que será encaminhada para o Gestor Municipal ao qual caberá reavaliação e a decisão final.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tornando revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração, Jardim de Piranhas/RN, 12 de maio de 2026.

JAUMI DANTAS FREIRE
Presidente da Comissão

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:B0D1F7EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº 69/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025 – PROC. ADMIN. MJS/RN N° 404.009/2025

PROMITENTE CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN - Prefeitura Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **PROMITENTE CONTRATADA**: **PARELHAS GAS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob o n° 24.206.617/0013-60; **OBJETO:** PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ÓLEO DIESEL S500, ÓLEO DIESEL S10), PARA ATENDIMENTO NO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 12 de maio de 2026; **VIGÊNCIA**: 16 de maio de 2026 e termo final em 19 de agosto de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Pregão Eletrônico; **VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**: R$ 3.020.300,00 (Três milhões, vinte mil e trezentos reais)**; SUBSCRITORES:** Dásio José Costa da Silva inscrita no CPF/MF sob o n° 241.***.***-04 – pelo Contratante e Marcondes Augusto de Oliveira, inscrito no CPF/MF sob o n° 094.***.***-91 - pela contratada.

Jardim do Seridó/RN, em 12 de maio de 2026.

DÁSIO JOSÉ COSTA DA SILVA
Secretária Municipal de Transportes

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:A0C960C1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 035/2026 – PROCESSO DE DESPESA Nº 423.010/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN – Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.086.662/0001-38; **CONTRATADA:** ECOBRASIL – SOLUÇÕES AMBIENTAIS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.817.809/0001-43; **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, VISANDO

AO ACOMPANHAMENTO, APOIO TÉCNICO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS PÚBLICAS EXECUTADAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN; **DATA DA ASSINATURA:** 12 de maio de 2026; **VIGÊNCIA:** Início em 12 de maio de 2026 e termo final em 12 de maio de 2027; **MODALIDADE LICITATÓRIA**: Inexigibilidade; **VALOR DO CONTRATO:** R$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais); **SUBSCRITORES:** Omides Ferreira Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.***.***-31 – pela Contratante e William Moura da Costa, inscrito no CPF/MF sob o nº 791.***.***- 20 – pela Contratada.

Jardim do Seridó/RN, 12 de maio de 2026.

OMIDES FERREIRA NETO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:110FF8D4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

01- ADJUDICO os vencedores do Pregão Eletrônico nº 015/2026, realizado em 16/04/2026 a saber:

CROSS DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 57.536.275/0001-61, saiu vencedor nos itens: 4, 5, 10, 12; totalizando o valor de **R$ 4.927,00 (quatro mil, novecentos e vinte e sete reais)**.

INVEST SUPRIMENTOS LTDA - CNPJ: 51.038.020/0001-92, saiu vencedor nos itens: 2, 3, 8, 9; totalizando o valor de **R$ 8.307,00 (oito mil, trezentos e sete reais)**.

JM COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI - CNPJ: 26.690.173/0001-72, saiu vencedor nos itens: 6, 7, 11; totalizando o valor de **R$ 7.845,00 (sete mil, oitocentos e quarenta e cinco reais)**.

Objeto**: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), DESTINADOS AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO PREPARO E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS NAS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMTHAS) DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.**

02- HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissãode Licitação - CL, referente a Licitação- Pregão Eletrônico de nº 015/2026 com início 26 de março de 2026, realizada em 16 de abril de 2026 (quinta-feira), nos termos do artigo 28, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor da empresa relacionada anteriormente.

03 - DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para as contratações das referidas empresas.

Jardim do Seridó/RN, 12 de maio de 2026

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:861DAA8F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO CONJUNTO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026

01-ADJUDICO os vencedores do Pregão Eletrônico nº 021/2026, realizado em 06/05/2026 a saber:

FRANKLIN REGO DE OLIVEIRA - CNPJ: 14.850.527/0001-10, saiu vencedor nos itens: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20; totalizando o valor de **R$ 350.512,00 (trezentos e cinquenta mil, quinhentos e doze reais)**.

Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO A FRIO DE PNEUS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES DE JARDIM DO SERIDÓ/RN.**

02- HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissãode Licitação - CL, referente a Licitação- Pregão Eletrônico de nº 021/2026 com início 16 de abril de 2026, realizada em 06 de maio de 2026 (quarta-feira), nos termos do artigo 28, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, mantendo a Adjudicação exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor da empresa relacionada anteriormente.

03 - DETERMINO que sejam adotadas as medidas cabíveis para as contratações das referidas empresas.

Jardim do Seridó/RN, 12 de maio de 2026

DÁSIO JOSÉ COSTA DA SILVA
Secretário Municipal de Transportes

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:B57BE313

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 034/2026

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a contratação da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.028.316/0025-80, com o valor total de R$ R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), referente à "Contratação de empresa pública para prestação de serviços postais, compreendendo o envio, transporte e entrega de correspondências oficiais e demais documentos administrativos da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN".
Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Jardim do Seridó/RN, 12 de maio de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Myria Lucia de Oliveira Azevedo
Código Identificador:DAE2E324

GABINETE DA PREFEITA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nº 053/2023

Pelo presente Edital, o Chefe do Poder Executivo, com base nos itens número **1.4** e **1.5.1** do Edital do Concurso Público Municipal n.º 001/2023, para preenchimento das vagas existentes no quadro geral dos servidores efetivos do Município de Jardim do Seridó/RN, convoca o candidato abaixo relacionado, conforme ordem de classificação por cargo, a comparecer à Secretaria Municipal de Administração, situada na Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, nº 228, Centro, Jardim do Seridó/RN, no período de **30 (trinta) dias corridos**, a partir da data de publicação deste Edital, no horário

de 07h às 13h, munida da documentação elencada no anexo I, deste edital, para respectiva posse. Para eventuais dúvidas tratar pelo número (84) 9 9125-8187 (Setor Recursos Humanos).
A convocação do referido cargo, baseiam-se nos respectivos fatos:
Considerando a aposentadoria da servidora efetiva Maria Goretti Azevedo Silva, conforme portaria nº 029/2026, expedido pelo Instituto de Previdência do Município, publicado no diário oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte no dia 04 de maio de 2026;
Considerando o pedido de desistência de Maria Quitéria Azevedo do Nascimento, inscrição nº638908-0;
Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social, conforme Ofício n.º 0461/2026 de 04 de maio de 2026;
Considerando o despacho 107/2026 do Gabinete da Prefeita, datado em 05 de maio de 2026.

CONVOCA:

1 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
627328-2	MARIA DE MEDEIROS SOARES	18º

Jardim do Seridó-RN, 12 de maio de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE ACORDO COM EDITAL DO CONCURSO N.º 001/2023, BEM COMO RESOLUÇÃO N.º 008/2012 – TCE/RN

1. ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
2. comprovar o grau de escolaridade exigido para o cargo;
3. estar quite com as obrigações eleitorais;
4. apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato brasileiro, do sexo masculino;
5. ter aptidões físicas e mentais para o exercício das atribuições do cargo e função;
6. apresentar, às suas expensas, atestado médico ocupacional expedido por médico do trabalho;
7. haver sido aprovado e classificado no Concurso Público;
8. ter idade mínima de dezoito anos completos na data da posse;
9. firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
10. firmar declaração de que não possui vínculo com a administração direta ou indireta da União, Estados ou outros Municípios e empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas;
11. declaração do Conselho de Classe, que está apto para exercer a profissão, nos casos exigidos para a ocupação do cargo;
12. declaração ou certidão de órgãos públicos, em que o candidato exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando que o candidato não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão;
13. certidão negativa de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral em primeiro e segundo graus;
14. certidão negativa de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal;
15. declaração de bens;
16. declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinada pelo servidor;
17. carteira de trabalho;
18. comprovante de residência;
19. certidão de nascimento e CPF dos dependentes;
20. conta bancária no Banco do Brasil;
21. certidão de casamento, quando for o caso;
22. cumprir as determinações deste Edital.
23. a comprovação de atendimento deverá ser feita na data da apresentação após a devida convocação por meio de documentação original juntamente com a respectiva cópia.
24. A falta de comprovação dos requisitos genéricos de investidura do cargo, impedirá a posse do candidato.
OBSERVAÇÃO: Todos os documentos deverão ser autenticados e as declarações com reconhecimento de firma em cartório, salvo as que são retiradas diretamente de sistema eletrônicos.
EXAMES MÉDICOS
Hemograma;
Tipo sanguíneo;
Sumário de Urina;
VDRL;
Parasitológico de fezes;
Eletrocardiograma (com Laudo do Cardiologista);
Raio X do Tórax (com laudo do radiologista);

OBSERVAÇÃO: Os exames acima mencionados ficarão sob a responsabilidade total do candidato.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

1.4. A Nomeação dos aprovados será regida pelas na Lei Municipal 593 de 22 de junho de 1994, Lei Municipal n.º 830 de 30 de dezembro de 2009 (Magistério Municipal) na Lei Municipal 1.001 de 21 de junho de 2015, Lei Municipal n.º 820 de 02 de setembro de 2009 (Lei da Guarda Municipal) e demais normas municipais que versarem sobre cargos e funções, todas do Município de JARDIM DO SERIDÓ.
1.5.1 No caso em que as convocações forem para substituir servidores contratados, não implicando em aumento de despesa com pessoal, não se aplicam as regras dos itens 1.5, conforme orientação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, através do Procedimento n.º 099.2017.000625.

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:4845D55A

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 260, DE 12 DE MAIO DE 2026.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 65 da Lei Orgânica e com fundamento na Lei Complementar nº 593/94, art. 8º, inciso I, e art. 9º, "caput",

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento efetivo os candidatos relacionados no ANEXO I, aprovado no Concurso Público Municipal n.º 001/2023, homologado em 18 de janeiro de 2024, prorrogado dia 15 de janeiro de 2026 a sua validade por mais 02 (dois) anos.

Art. 2º. A convocação do aprovado relacionado observa o Edital de Convocação nº 053/2023.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 12 de Maio de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

ANEXO I

1 – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
627328-2	MARIA DE MEDEIROS SOARES	18º

Jardim do Seridó-RN, 12 de maio de 2026.

SILVANA AZEVEDO DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:00316D33

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
ATA DE REUNIÃO N° 009/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 508.001/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2026

Aos 12 (doze) dias do mês de maio do ano de 2026, às 09h30min, na sede do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – RN, reuniu-se o Sr. **Douglas Medeiros de Araújo**, Agente de Contratação e Responsável pela Formalização dos Processos de Contratação Direta do JARDIMPREV, designado pelas Portarias nº 040/2025, 042/2025 e 043/2025, todas da Autarquia Previdenciária, com a finalidade de apreciar a documentação de habilitação referente ao **Processo Administrativo nº 508.001/2026**, relativo à **Inexigibilidade de Licitação nº 002/2026**, fundamentada no **art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021**, cujo objeto consiste nas **inscrições da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos no 59° Congresso Nacional da ABIPEM e 4° Seminário da ANORPREV, a serem realizados nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2026, em Natal/RN**.

Inicialmente, registra-se que o processo administrativo foi encaminhado ao Setor de Contratação nesta data, devidamente instruído com os documentos necessários à formalização da contratação direta, incluindo **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, **Termo de Referência – TR**, pesquisa de preços e demais elementos exigidos pela legislação vigente.

No tocante à **análise da documentação de habilitação**, procedeu-se à verificação da documentação apresentada pela empresa **ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS – ABIPEM**, inscrita no **CNPJ nº 29.184.280/0001-17**, conforme exigências previstas na **Seção 9 do Termo de Referência**, que estabelece os critérios de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e qualificação técnica.

Após análise dos documentos constantes nos autos processuais, verificou-se que a empresa apresentou documentação comprobatória compatível com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, contemplando, entre outros documentos:

1. Comprovação de **habilitação jurídica**, mediante apresentação do ato constitutivo;

2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

3. Certidões de regularidade fiscal, perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

4. Certificado de Regularidade do FGTS;

5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

6. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, emitida pelo distribuidor da sede da empresa;

7. Atestado(s) de capacidade técnica, comprovando aptidão no desempenho de atividades compatíveis com o objeto da contratação.

Diante da análise realizada, constatou-se que a empresa **atende aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica**, encontrando-se, portanto, **habilitada para a execução do objeto pretendido**.

Registra-se ainda que, conforme demonstrado no **Estudo Técnico Preliminar**, o evento promovido pela ABIPEM apresenta programação técnica alinhada às necessidades institucionais do JARDIMPREV e às exigências normativas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, abrangendo temas relacionados à governança previdenciária, investimentos, controle interno, certificação profissional, sustentabilidade atuarial e demais assuntos pertinentes à gestão previdenciária pública.

No que se refere ao **valor da contratação**, observa-se que o montante de **R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)** encontra-se compatível com os valores praticados no mercado, conforme demonstrado no relatório de pesquisa de preços e nas contratações similares analisadas durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar.

Dessa forma, considerando a regularidade da documentação apresentada, a compatibilidade do preço com o mercado e o enquadramento da contratação na hipótese de **inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021**, por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual voltado ao **treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, o Agente de Contratação **manifesta-se favoravelmente à continuidade do processo de contratação direta**, determinando o encaminhamento dos autos à Consultoria e Assessoria Jurídica do Setor de Licitações e Contratos do JARDIMPREV para emissão de parecer jurídico, nos termos do art. 72, inciso III, da referida Lei, e posterior devolução à autoridade competente para as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Jardim do Seridó/RN, 12 de maio de 2026.

DOUGLAS MEDEIROS DE ARAÚJO
Agente de Contratação e Responsável Pela Formalização Dos Processos de Contratação Direta Do JARDIMPREV
Matrícula n° 002

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:A923A8D7

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 508.001/2026

Informações do Requisitante

Secretaria ou Órgão Requisitante: Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – RN

Telefone: (84) 9 8162-2253 (Oficial e WhatsApp) E-mail: jardimprev@outlook.com

1. Descrição da necessidade:

1.1. A presente demanda tem por objeto a contratação de inscrições para participação da Diretoria do JARDIMPREV, bem como dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV, a realizar-se nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2026, no Centro de Convenções de Natal/RN, promovido pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM. A participação no referido evento visa proporcionar capacitação, atualização técnica e aperfeiçoamento profissional dos dirigentes e conselheiros do RPPS municipal,

mediante acesso a palestras, painéis e debates voltados à gestão previdenciária, investimentos, governança, controle, certificação institucional, legislação aplicada aos RPPS e demais temas correlatos à administração previdenciária pública.

2. Justificativa da demanda:

2.1. A participação da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV mostra-se necessária em razão da relevância técnica e institucional do evento para os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

2.2. O congresso reúne especialistas, gestores, representantes dos órgãos de controle, Ministério da Previdência Social, instituições financeiras e profissionais da área previdenciária, promovendo debates e capacitações voltadas à governança previdenciária, investimentos, controle interno, certificação profissional, gestão atuarial, regularidade previdenciária e sustentabilidade dos RPPS.

2.3. A capacitação contínua dos dirigentes e conselheiros constitui medida indispensável ao fortalecimento da governança institucional, à melhoria dos processos decisórios e ao atendimento das exigências normativas aplicáveis aos RPPS, especialmente aquelas previstas na Portaria MTP nº 1.467/2022, que dispõe sobre parâmetros de governança, controles internos, gestão de riscos e qualificação técnica dos responsáveis pela gestão previdenciária.

2.4. Além disso, a participação no evento permitirá o intercâmbio de experiências entre gestores e conselheiros de diversos RPPS do país, contribuindo para a adoção de boas práticas administrativas, fortalecimento dos mecanismos de controle e aperfeiçoamento da gestão dos recursos previdenciários.

2.5. Dessa forma, a contratação das inscrições revela-se necessária e alinhada ao interesse público, visando à qualificação técnica dos agentes públicos vinculados ao JARDIMPREV, ao aprimoramento da gestão previdenciária municipal e ao fortalecimento da conformidade institucional do RPPS.

3. Quantidade a ser contratada:

(x) Especificar Quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1	Inscrição no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV.	Inscrição	15

4. Previsão da data em que o objeto deverá ser entregue/executado:

4.1. Prazo de Entrega/Início da Execução: As inscrições deverão ser efetivadas previamente à realização do evento, que ocorrerá nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2026, no Centro de Convenções de Natal/RN.

5. Indicação do responsável pela fiscalização:

Nome / cargo e função	Secretaria / Setor
Anderson da Silva Chianca / Assistente Previdenciário	JARDIMPREV/Direção

Jardim do Seridó/RN, 08 de maio de 2026.

ANDERSON DA SILVA CHIANCA
Assistente Previdenciário do JARDIMPREV
Mat.: 001

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:2E3707E3

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
PORTARIA Nº 031, DE 12 DE MAIO DE 2026.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ – JARDIMPREV, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 71 da Lei Complementar nº 1.144, de 10 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO, a Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO, a Resolução JARDIMPREV n° 003/2025, que regulamenta, no âmbito do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – JARDIMPREV, a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação pública e dá outras providências;

CONSIDERANDO, os normativos editados pelos órgãos de controle, especialmente, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte – TCE/RN;

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor **ANDERSON DA SILVA CHIANCA,** inscrito no CPF/MF sob o n° 016.xxx.xxx-80, para exercer a função de Fiscal de Contrato, e a servidora **ANDREZA SILVA DOS SANTOS**, inscrita no CPF/MF sob o n° 041.xxx.xxx-85, para exercer a função de Gestora de Contrato, no acompanhamento da execução do **Processo de Despesa n° 508.001/2026 – Inexigibilidade nº 002/2026**, que tem por objeto às **"Inscrições da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos no 59° Congresso Nacional da ABIPEM e 4° Seminário da ANORPREV, a serem realizados nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2026, em Natal/RN".**

Art. 2° Os servidores designados, no artigo anterior, deverão anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas cabíveis.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó - JARDIMPREV, em Jardim do Seridó (RN), 12 de maio de 2026.

ANDREZA SILVA DOS SANTOS
Diretora Presidente
Portaria nº 493/2025

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:092304DE

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
TERMO DE REFERÊNCIA - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 508.001/2026

1. DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência as **Inscrições da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos no 59° Congresso Nacional da ABIPEM e 4° Seminário da ANORPREV, a serem realizados nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2026, em Natal/RN**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Vlr. Unit.	Vlr. Total

1	Inscrição no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV.	Inscrição	15	R$ 1.300,00	R$ 19.500,00
Valor Total: R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).					

1.2. Os serviços objeto do presente Termo de Referência estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.3. Os serviços acima elencados são classificados como técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme estabelece o art. 74, III, "f" da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias.

1.5. O instrumento contratual a ser celebrado, neste caso, Ordem de Serviço e Nota de Empenho, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. O serviço será realizado em conformidade com o disposto no Estudo Técnico Preliminar – ETP e, iniciará, em 10/06/2026, conforme programação oficial do evento apensa aos autos processuais.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO:

2.1. A participação da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV mostra-se necessária em razão da relevância técnica e institucional do evento para os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

2.2. O congresso reúne especialistas, gestores, representantes dos órgãos de controle, Ministério da Previdência Social, instituições financeiras e profissionais da área previdenciária, promovendo debates e capacitações voltadas à governança previdenciária, investimentos, controle interno, certificação profissional, gestão atuarial, regularidade previdenciária e sustentabilidade dos RPPS.

2.3. A capacitação contínua dos dirigentes e conselheiros constitui medida indispensável ao fortalecimento da governança institucional, à melhoria dos processos decisórios e ao atendimento das exigências normativas aplicáveis aos RPPS, especialmente aquelas previstas na Portaria MTP nº 1.467/2022, que dispõe sobre parâmetros de governança, controles internos, gestão de riscos e qualificação técnica dos responsáveis pela gestão previdenciária.

2.4. Além disso, a participação no evento permitirá o intercâmbio de experiências entre gestores e conselheiros de diversos RPPS do país, contribuindo para a adoção de boas práticas administrativas, fortalecimento dos mecanismos de controle e aperfeiçoamento da gestão dos recursos previdenciários.

2.5. Dessa forma, a contratação das inscrições revela-se necessária e alinhada ao interesse público, visando à qualificação técnica dos agentes públicos vinculados ao JARDIMPREV, ao aprimoramento da gestão previdenciária municipal e ao fortalecimento da conformidade institucional do RPPS.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A necessidade desta contratação e o quantitativo previsto encontra-se fundamentada na demanda do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó. Além disso, são fundamentos basilares:

- A Lei Federal nº 14.133/2021;

- A Lei Complementar n° 123/2006.

3.2. O Estudo Técnico Preliminar – ETP foi elaborado em conformidade com o art. 14 e 15 da Resolução JARDIMPREV n° 003/2025, cujo dispõem sobre os elementos necessários para instrução deste documento.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

4.1. A descrição da solução como um todo e o ciclo de vida do objeto estão pormenorizadas em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

5.1.1. Ser pessoa jurídica regularmente constituída.

5.1.2. Comprovar experiência na promoção de congressos, seminários e eventos voltados à gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

5.1.3. Possuir regularidade fiscal e trabalhista.

5.1.4. Disponibilizar programação técnica compatível com as necessidades institucionais do RPPS.

5.1.5. Disponibilizar certificados de participação aos inscritos.

5.1.6. Garantir estrutura física e organizacional adequada à realização do evento.

5.1.7. Cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD no tratamento das informações dos participantes.

5.2. A contratada deverá:

5.2.1. Efetivar as inscrições dos participantes indicados pelo JARDIMPREV.

5.2.2. Disponibilizar acesso à programação oficial do evento.

5.2.3. Fornecer materiais, conteúdos e suporte necessários à participação no congresso.

5.2.4. Emitir certificados de participação aos inscritos que atenderem aos requisitos do evento.

Subcontratação

5.3. NÃO é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

5.4. NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de Execução

6.1. A execução do objeto ocorrerá após a emissão da Nota de Empenho e consistirá na efetivação das inscrições da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV.

6.2. O evento será realizado nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2026, no Centro de Convenções de Natal/RN, conforme programação oficial disponibilizada pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM.

6.3. A contratada deverá efetivar as inscrições dos participantes indicados pela Contratante, garantindo o acesso às palestras, painéis, debates e demais atividades integrantes da programação oficial do evento.

6.4. A contratada deverá disponibilizar aos participantes inscritos os materiais, acessos, credenciais e demais informações necessárias à participação regular no evento.

6.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente após a confirmação das inscrições dos participantes indicados pelo JARDIMPREV, para verificação da conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.6. Os serviços serão recebidos definitivamente após a realização do evento e emissão dos respectivos certificados de participação, mediante atesto do fiscal da contratação.

6.7. Caso sejam identificadas inconsistências nas inscrições efetuadas, a Contratada deverá promover as devidas correções sem ônus adicional para a Administração.

6.8. A execução do objeto será considerada concluída após a efetiva participação dos inscritos no evento; a emissão dos respectivos certificados de participação; e o atesto da execução pelo fiscal da contratação;

6.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos decorrentes da execução inadequada do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.14. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

8.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

8.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos ou justificativas pela sua ausência, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

8.2.1. Em caso de impossibilidade de apresentação dos documentos mencionados, no item 8.1 por parte do Contratado, esse deverá apresentar justificativa pela sua não apresentação, para que o pagamento possa ser feito, ficando ciente da possibilidade de abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades previstas em contrato ou outro instrumento equivalente, como também as previstas no ordenamento jurídico.

8.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente bancária de titularidade do Contratado.

8.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Instituto Contratante, devendo constar o número do processo administrativo e a descrição do objeto contratado.

8.5. De acordo com o Art. 2º-A da Instrução Normativa RFB nº 2145/2023, os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil.

8.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8.7. O Instituto de Previdência Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

8.7.1. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

8.7.2. A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, consistentes na participação em congresso técnico voltado à capacitação, atualização e aperfeiçoamento profissional na área de gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. A contratação enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, considerando a inviabilidade de competição, uma vez que o 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV são promovidos exclusivamente pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM, entidade nacionalmente reconhecida na área previdenciária. O evento possui programação técnica própria e específica voltada à governança previdenciária, investimentos, certificação profissional, controle interno, sustentabilidade atuarial e demais temas relacionados à gestão dos RPPS, reunindo especialistas, representantes do Ministério da Previdência Social, órgãos de controle e gestores previdenciários de todo o país. Ademais, o JARDIMPREV é filiado à ABIPEM, fazendo jus ao valor diferenciado destinado aos RPPS associados.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

9.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.6. Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.9. Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
9.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.15. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.

9.16. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

Qualificação Econômico-Financeira

9.17. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

Qualificação Técnica

9.18. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

10.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), conforme proposta de preço ofertada.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.2. Indicar os participantes que realizarão o congresso e encaminhar à Contratada as informações necessárias à efetivação das inscrições.

11.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.4. Receber o objeto após a efetivação das inscrições, realização do evento e emissão dos respectivos certificados de participação.

11.5. Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados, após a comprovação da execução do objeto e a apresentação da documentação exigida.

11.6. Comunicar formalmente à Contratada sobre eventuais falhas, irregularidades ou inconsistências verificadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas cabíveis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

11.7. Cumprir as demais disposições contidas neste Termo de Referência.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. Efetivar as inscrições dos participantes indicados pela Contratante após o recebimento da Nota de Empenho.

12.2. Executar os serviços em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.3. Comunicar formalmente à Contratante eventual ocorrência que possa comprometer a realização do evento ou a efetivação das inscrições.

12.4. Disponibilizar aos participantes inscritos acesso às atividades, materiais, credenciais e demais informações necessárias à participação no evento.

12.5. Corrigir eventuais inconsistências relacionadas às inscrições efetuadas, sem ônus adicional para a Administração.

12.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

12.7. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.8. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legalmente permitido.

12.9. Sujeitar-se à fiscalização da Contratante quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados.

12.10. Cumprir as demais disposições contidas neste termo de referência.

12.11. Manter comunicação formal com a instituição por meio de endereço eletrônico, o qual deve ser verificado diariamente e acusado o recebimento. Não o fazendo, no decurso de 05 (cinco) dias corridos, o seu silêncio será reputado como comunicação/notificação recebida.

13. DO REAJUSTE:

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do orçamento estimado.

13.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas para atender ao objeto deste Processo de Contratação devem ser apropriadas da existência de saldo na dotação orçamentária própria conforme levantamento do Setor Contábil do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó.

15.2. A contratação será atendida pelas seguintes unidades orçamentárias:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:	29.001.04.122.0036.2924 – CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO JARDIMPREV
ELEMENTO DE DESPESA:	3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
FONTE:	18020000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração

Jardim do Seridó/RN, 11 de maio de 2026.

ANDERSON DA SILVA CHIANCA
Assistente Previdenciário do JARDIMPREV
Mat.: 001

DESPACHO

Fica ***aprovado*** o Termo de Referência do Processo n° 508.001/2026, que tem como objeto a ***"Inscrições da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos no 59° Congresso Nacional da ABIPEM e 4° Seminário da ANORPREV, a serem realizados nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2026, em Natal/RN"***, conforme elaborado pelo Assistente Previdenciário, Anderson da Silva Chianca, em 11 de maio de 2026.

Assim sendo, encaminhe-se os autos processuais ao setor competente, para que sejam tomadas as medidas de praxe.

Jardim do Seridó/RN, 11 de maio de 2026.

ANDREZA SILVA DOS SANTOS
Diretora Presidente do JARDIMPREV
Mat.: 1038

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:E1E8DF99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE - MARIA VANIELLE DE ARAÚJO DANTAS NONATO

Ao 12 (doze) dia do mês de maio do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), perante ao Vice Prefeito, **JOAQUIM ALBERTO DA SILVA**, compareceu a Srª. **MARIA VANIELLE DE ARAÚJO DANTAS NONATO**, nomeada conforme **Portaria nº 225, de 27 de abril de 2026** publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, para o cargo de **PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS**, submetida a uma carga horária de 30 (trinta) horas semanais, da respectiva Carreira.
Após prestar o compromisso de cumprir fielmente as atribuições do cargo e de respeitar na íntegra os respectivos deveres, foi-lhe dada posse no Cargo.
A empossada foi submetida, previamente, a exame de saúde e julgada apta física e mentalmente para o exercício do Cargo e apresentou os documentos exigidos para sua investidura, dentre os quais a Carteira de Identidade nº **066.994.174-36 SSP/RN,** o CPF nº **066.994.174-36**, Título de Eleitor nº **0251 6068 1600 (Estado do Rio Grande do Norte - Jardim do Seridó - RN), Zona nº 023, Seção nº 0058**, bem como comprometeu-se na forma prevista pelo art. 13, §2º da Lei nº 593/1994, em acatar e observar as regras estabelecidas pelo Regime Jurídico Único do Município.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Vice Prefeito

MARIA VANIELLE DE ARAÚJO DANTAS NONATO
Empossada

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:883A671B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 028/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 028/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 028/2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JOÃO DIAS/RN, no uso das competências constitucionais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir o Fórum Municipal de Educação de João Dias/RN em conformidade com o Decreto municipal nº 009/2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear José Francisco Alves Filho Coordenador do Fórum Municipal de Educação de João Dias/RN, cuja função é coordenar e acompanhar os trabalhos deste órgão durante o biênio 2026/2028.

Art. 2º- Nomear os membros relacionados a seguir, para integrar o Fórum Municipal de Educação de João Dias/RN:

I - Presidente do Conselho Municipal de Educação: Francisca Adriana de Campos Oliveira
Vice-presidente: Francisca Camilla Jácome Veríssimo Veras
II - Presidente do CACS- Fundeb: Elizama Duarte Monteiro
Vice-presidente: Vanuza Alves Campos
III - Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: José Francisco Alves Filho
Suplente: Nárgera Linhares Dias
IV - Representante dos professores das escolas públicas, indicado pela categoria:
Titular: Ozias Rodrigues da Silva
Suplente: Miria Veríssimo de Sá
V - Representante dos diretores das escolas públicas, indicado por seus pares:
Titular: Régio Saldanha de Oliveira
Suplente: Djaíra Aristides da Silva Lima
VI - Representante dos pais de alunos das escolas públicas, indicados pela Equipe Gestora da Escola:
Titular: Kalina Lígia Aparecida de Mesquita
Suplente: Elizoneide Alves da Silva
VII - Representante do Conselho Tutelar, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:
Titular: Francisco Gilderlan Alves dos Santos
Suplente: Josivane Alves de Oliveira
VIII - Representante da Sociedade Civil organizada:
Titular: Elizenir Alves da Silva

Suplente: João Paulo Linhares de Melo

Art. 3º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

João Dias/RN, 12 de maio de 2026

MARIA DE FÁTIMA MESQUITA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Elida de Oliveira
Código Identificador:8E455368

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 11050001/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 11050001/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 11050001/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: D F DE S SILVA ME
PROCESSO DE ORIGEM: 036/2025
OBJETO: Aquisição de artigos de bazar diversos, com o objetivo de atender às necessidades das Secretarias que compõem a estrutura administrativa do Município de José da Penha/RN.
VALOR TOTAL: R$ 68.579,10 (sessenta e oito mil e quinhentos e setenta e nove reais e dez centavos).
DOTAÇÃO: 687 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.160 . 0 . 339030 - Material de Consumo
583 - 2 . 15001 . 12 . 306 . 10 . 2.211 . 0 . 339030 - Material de Consumo
578 - 2 . 15001 . 12 . 365 . 10 . 2.129 . 0 . 339030 - Material de Consumo
577 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.126 . 0 . 339030 - Material de Consumo
570 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.123 . 0 . 339030 - Material de Consumo
550 - 2 . 15001 . 12 . 122 . 1 . 2.120 . 0 . 339030 - Material de Consumo
VIGÊNCIA: 11/05/2026 à 11/05/2027.
DATA DA ASSINATURA: 11 de maio de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:8E8E9BDB

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 11050002/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 11050002/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 11050002/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: D F DE S SILVA ME
PROCESSO DE ORIGEM: 036/2025
OBJETO: Aquisição de artigos de bazar diversos, com o objetivo de atender às necessidades das Secretarias que compõem a estrutura administrativa do Município de José da Penha/RN.
VALOR TOTAL: R$ 35.001,62 (trinta e cinco mil e um reais e sessenta e dois centavos).
DOTAÇÃO: 818 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.204 . 0 . 339030 - Material de Consumo
813 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 13 . 2.46 . 0 . 339030 - Material de Consumo
544 - 4 . 14905 . 8 . 243 . 7 . 2.117 . 0 . 339030 - Material de Consumo
535 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.116 . 0 . 339030 - Material de Consumo
525 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.115 . 0 . 339030 - Material de Consumo
517 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.114 . 0 . 339030 - Material de Consumo
514 - 4 . 14905 . 8 . 243 . 7 . 2.113 . 0 . 339030 - Material de Consumo
510 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.112 . 0 . 339030 - Material de Consumo
506 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.111 . 0 . 339030 - Material de Consumo
498 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.110 . 0 . 339030 - Material de Consumo
494 - 4 . 14905 . 8 . 244 . 7 . 2.109 . 0 . 339030 - Material de Consumo
VIGÊNCIA: 11/05/2026 à 11/05/2027.
DATA DA ASSINATURA: 11 de maio de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:C60A3E53

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE CONTRATO N° 11050003/2026

EXTRATO DE CONTRATO N° 11050003/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: 11050003/2026
CONTRATANTE: Município de José da Penha
CONTRATADA: D F DE S SILVA ME
PROCESSO DE ORIGEM: 036/2025
OBJETO: Aquisição de artigos de bazar diversos, com o objetivo de atender às necessidades das Secretarias que compõem a estrutura administrativa do Município de José da Penha/RN.
VALOR TOTAL: R$ 53.784,54 (cinquenta e três mil e setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).
DOTAÇÃO: 785 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.190 . 0 . 339030 - Material de Consumo
445 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 5 . 2.103 . 0 . 339030 - Material de Consumo
444 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 5 . 2.103 . 0 . 339030 - Material de Consumo
440 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.102 . 0 . 339030 - Material de Consumo
433 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.101 . 0 . 339030 - Material de Consumo
428 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.100 . 0 . 339030 - Material de Consumo
420 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.97 . 0 . 339030 - Material de Consumo
419 - 3 . 13904 . 10 . 302 . 6 . 2.97 . 0 . 339030 - Material de Consumo
416 - 3 . 13904 . 10 . 305 . 5 . 2.96 . 0 . 339030 - Material de Consumo
404 - 3 . 13904 . 10 . 304 . 5 . 2.94 . 0 . 339030 - Material de Consumo
401 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.93 . 0 . 339030 - Material de Consumo
400 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.93 . 0 . 339030 - Material de Consumo
399 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.92 . 0 . 339030 - Material de Consumo
394 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.91 . 0 . 339030 - Material de Consumo
393 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.91 . 0 . 339030 - Material de Consumo
391 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.90 . 0 . 339030 - Material de Consumo
384 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.89 . 0 . 339030 - Material de Consumo
380 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.88 . 0 . 339030 - Material de Consumo

377 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.87 . 0 . 339030 - Material de Consumo
374 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.86 . 0 . 339030 - Material de Consumo
371 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.85 . 0 . 339030 - Material de Consumo
363 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.84 . 0 . 339030 - Material de Consumo
362 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.84 . 0 . 339030 - Material de Consumo

359 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.83 . 0 . 339030 - Material de Consumo
353 - 3 . 13904 . 10 . 301 . 5 . 2.82 . 0 . 339030 - Material de Consumo
VIGÊNCIA: 11/05/2026 à 11/05/2027.
DATA DA ASSINATURA: 11 de maio de 2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:BB14760C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE LICENÇA

EXTRATO DE LICENÇA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA – RN
SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNCIONÁRIO (A): JOÃO BORGES DOS SANTOS NETO
CPF/CNPJ: 413.151.034-00
MATRÍCULA: 137332-3
CARGO: MOTORISTA
REQUERIMENTO: LICENÇA PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO.
OBJETO: Concessão de Licença Prêmio por tempo de serviço, que o servidor faz jus, relativo ao período de 05 (cinco) anos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Municipais.
DATA DO REQUERIMENTO: 30/04/2026
PERÍODO DE CONCESSÃO: 04/05/2026 a 01/08/2026

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:EDF8BF64

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 281/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 281/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 23 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). JOSE NILTON PAULINO E SILVA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 23 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:CAB33D21

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 309/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 309/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 27 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). GLEIDSON DE CASTRO FEITOSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar a paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 27 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:A4C34D03

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 310/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 310/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). GLEIDSON DE CASTRO FEITOSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 28 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:6F0191C0

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 311/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 311/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 28 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:DC7595E8

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 312/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 312/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 30 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Assú/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 30 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:DD576878

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 313/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 313/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 28 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:14AEBDAF

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 314/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 314/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 30 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO LEITE FONTES, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 30 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:FF5B053C

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 315/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 315/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 24 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). MARCELO MARTINS DE SOUSA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 24 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:D59BCCE1

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 316/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 316/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 30 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). FERNANDO ELIELSON DA SILVA, Motorista, 1/2 (meia) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 80,00 (oitenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Assú/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 30 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:C13BB1DB

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 317/2026 - DIÁRIA

Portaria nº 317/2026 – Gabinete do Prefeito Em, 28 de Abril de 2026.

O PREFEITO DE JOSÉ DA PENHA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder a(o) Sr(a). FERNANDO ELIELSON DA SILVA, Motorista, 01 (uma) diária(s) no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais), totalizando, portanto, R$ 160,00 (cento e sessenta reais), referentes a despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal/RN, a fim de transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 28 de Abril de 2026.

Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:069B323D

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 046 DE 12 DE MAIO DE 2026

PORTARIA N° 046 DE 12 DE MAIO DE 2026

A PRESENTE PORTARIA ESTABELECE CONCESSÃO FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

Considerando, as disposições da Lei Municipal 034/1999, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal e satisfeita a conclusão dos trâmites administrativos pertinente a concessão de férias;

Considerando, que a concessão do gozo de férias requerido pelo (a) servidor (a) não implica em oneração ou falha na prestação do serviço público em sua lotação;

Considerando, que o Município se reveste de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, observado à oportunidade e conveniência administrativa; o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas demandadas;

Considerando, que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;

RESOLVE:
Art. 1° Conceder a servidora **Claudia Lavosier da Silva**, com matrícula no 137470-2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, suas férias regulamentares.

Art. 2o As férias concedidas, correspondem ao período de aquisição de 01/02/2025 a 31/01/2026, com o período de gozo de 15/05/2026 a 13/06/2026, devendo retornar as suas atividades funcionais em 14/06/2026**.**

Art. 3o Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes, bem como o pagamento do 1/3 de férias a que o mesmo tem direito.

Art. 4o O (a) servidor (a) deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.

Art. 5o Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:F1523091

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N° 047 DE 12 DE MAIO DE 2026

PORTARIA N° 047 DE 12 DE MAIO DE 2026

A PRESENTE PORTARIA ESTABELECE CONCESSÃO FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

Considerando, as disposições da Lei Municipal 034/1999, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal e satisfeita a conclusão dos trâmites administrativos pertinente a concessão de férias;

Considerando, que a concessão do gozo de férias requerido pelo (a) servidor (a) não implica em oneração ou falha na prestação do serviço público em sua lotação;

Considerando, que o Município se reveste de poderes e de força para cumprir as suas finalidades, ou seja, corresponder à responsabilidade tutelar de que está investido, genérica e especificamente, para garantir a normal execução do Serviço Público, observado à oportunidade e conveniência administrativa; o bem-estar dos cidadãos e prover as ações básicas demandadas;

Considerando, que nessas situações, a administração, dentre as possibilidades de atuação juridicamente legítimas, determinará a mais oportuna e conveniente, tendo em vista o interesse público e que o Poder Judiciário não pode substituir a administração nesse juízo de valor, por tratar-se de um juízo de mérito administrativo;

RESOLVE:
Art. 1° Conceder a servidora **Maria Rozimaria de Lima**, com matrícula no 137479-6, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, suas férias regulamentares.

Art. 2o As férias concedidas, correspondem ao período de aquisição de 01/02/2025 a 31/01/2026, com o período de gozo de 15/05/2026 a 13/06/2026, devendo retornar as suas atividades funcionais em 14/06/2026**.**

Art. 3o Determinar que o Setor Competente providencie os assentamentos correspondentes, bem como o pagamento do 1/3 de férias a que o mesmo tem direito.

Art. 4o O (a) servidor (a) deve aguardar em serviço a publicação da presente Portaria.

Art. 5o Esta portaria entra em vigor na data de sua de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:8AF337B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 ATA DA SESSÃO

Ao décimo segundo dia do mês de maio de dois mil e vinte e seis, às 9h, na sede da Prefeitura Municipal, reuniu-se a Comissão de Contratação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, para apreciação da documentação encaminhada pelos profissionais: **66.571.809 EDSON JOBSON DA SILVA – CNPJ/MF nº 66.571.809/0001-81**, situado na Rua Santa Terezinha, nº 226, Novo Horizonte, Jucurutu/RN e **66.109.518 CELIO VICENTE DA SILVA – CNPJ/MF nº 66.109.518/0001-76,** situado na Rua Gerôncio Pereira de Araujo Galvao, nº 131, Vila Santa Isabel, Jucurutu/RN, visando o credenciamento para **prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN.**

Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado aos presentes o objetivo desta reunião, passando-se a análise das documentações apresentada pelos profissionais que apresentaram a documentação exigida em edital, estando as propostas enviadas **CLASSIFICADAS**.

Passando a análise dos documentos de habilitação, identificamos que os profissionais: **66.571.809 EDSON JOBSON DA SILVA – CNPJ/MF nº 66.571.809/0001-81** e **66.109.518 CELIO VICENTE DA SILVA – CNPJ/MF nº 66.109.518/0001-76**, apresentaram toda documentação referente à Habilitação Jurídica, estando **HABILITADAS.**

Jucurutu/RN, 12 de maio de 2026.

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:24713D01

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 RESULTADO PROVISÓRIO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO PROVISÓRIO DO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN**, conforme quadro abaixo:
Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Serviço/Item
66.571.809 EDSON JOBSON DA SILVA – CNPJ/MF nº 66.571.809/0001-81	Item 04 e 07
66.109.518 CELIO VICENTE DA SILVA – CNPJ/MF nº 66.109.518/0001-76	Item 07

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: NÃO HOUVE.

O interessado cujo pedido foi indeferido poderá interpor recurso no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da data desta publicação, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Os recursos serão recebidos por meio eletrônico (e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com) e serão dirigidos ao **Prefeito Municipal de Jucurutu/ RN** que, após receber o recurso e a informação da comissão de contratação, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão.

O RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO DE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN será publicado na imprensa oficial do Município – Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – **FEMURN**, Jornal Diário de Grande Circulação e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial da **Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN,** logo após a análise dos recursos.

Jucurutu/RN, 12 de maio de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente Da Comissão De Contratação
(Assinado Digitalmente)

MINUTA DO RECURSO

RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PARA ____

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº ___, por seu representante abaixo qualificado, inscrito(a) no C.P.F. nº _____, em apresentar RECURSO a esta Comissão de Contratação do indeferimento do seu pedido de credenciamento para _____, conforme prazo legal, pelo(s) motivo(s) abaixo justificado(s): _____

Estamos cientes de que o não atendimento das regras e prazos contidos na legislação, no que se refere ao recurso, poderá ensejar na rejeição deste.

_____, _____ de _____de 2026.

_____
Assinatura do representante da Requerente
NOME E CPF

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:D6A32F6F

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – RESULTADO DEFINITIVO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, alcançado após o escoamento do prazo com a ausência de interposição de possíveis recursos administrativos, conforme quadro abaixo:

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Serviço/Item
66.183.974 HERCULES BEZERRA DE OLIVEIRA – CNPJ/MF nº 66.183.974/0001-66	Item 07

66.292.250 KELVIN RUFINO DE FIGUEIREDO – CNPJ/MF nº 66.292.250/0001-50	Item 07
66.424.335 REGINALDO BATISTA PEREIRA – CNPJ/MF nº 66.424.335/0001-45	Item 07

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: Não houve.

Jucurutu/RN, 12 de maio de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:C39AF48C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026 CONCORRÊNCIA Nº 002/2026 - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN; CONTRATADA: JOSENISE MOEMA CHAVES DOS SANTOS LTDA sob o nº inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 36.170.873/0001-90; OBJETO: Contratação dos serviços de Construção do espaço esportivo comunitário, no Município de Jucurutu/RN, conforme Termo de Compromisso Nº 987303/2025/MESP/CAIXA; VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de seis (06) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.VALOR: O valor total da contratação é de R$ 1.389.894,11 (um milhão trezentos e oitenta e nove mil oitocentos e noventa e quatro reais e onze centavos). UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: I - Gestão/Unidade: 06.006 - SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; II - FONTE: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - TERMO DE COMPROMISSO Nº 987303/2025/MESP/CAIXA; 17010000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados; 17080000 - Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais; III - PROGRAMA: 0015 - Desenvolvimento infraestrutura urbana; IV - ELEMENTO: 4.4.90.51 Obras e instalações; V - PLANO: 1139 CONST. MANUT. MODERN. URBAN. PAVIM. DRENAG. DE VIAS, CANTEIROS, PRAÇAS E DEMAIS PRÉDIOS PUBLICOS; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 14.133/2021. SUBSCRITORES: **Iogo Nielson de Queiroz e Silva** – Pelo Contratante e **Josenise Moema Chaves dos Santos** – Pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 05 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:A6442315

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 052/2026 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 02040002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN; CONTRATADA: M REGIS DE QUEIROZ - CNPJ: 26.958.996/0001-36; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual de acréscimo quantitativo, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens do LOTE 02 do Contrato, com fundamento nos arts 124, I, b c/c 125 da Lei 14.133, de 2021; Com a alteração, o valor da contratação passará a ser R$ 41.119,65 (quarenta e um mil, cento e dezenove reais e sessenta e cinco centavos), com o acréscimo de R$ 8.223,93 (oito mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e três centavos) ora aditivado; VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura do aditivo; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva - pelo Contratante e Marlos Regis de Queiroz – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:1B4819DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 053/2026 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 02040002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN; CONTRATADA: F A DOS SANTOS COMERCIO E SERVICOS - CNPJ: 47.959.670/0001-01; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual de acréscimo quantitativo, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens do LOTE 26 do Contrato, com fundamento nos arts 124, I, b c/c 125 da Lei 14.133, de 2021; Com a alteração, o valor da contratação passará a ser R$ 122.742,17 (cento e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e dois reais e dezessete centavos), com o acréscimo de R$ 5.572,71 (cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos) ora aditivado; VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura do aditivo; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva - pelo Contratante e Francimaria Almeida dos Santos – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:EF72974B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 055/2026 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 02040002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN; CONTRATADA: 27.911.966 ROBERTO CARLOS LOPES DE ARAUJO - CNPJ: 27.911.966/0001-37; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual de acréscimo quantitativo, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens do LOTE 05 e 27 do Contrato, com fundamento nos arts 124, I, b c/c 125 da Lei 14.133, de 2021; Com a alteração, o valor da contratação passará a ser R$ 61.808,60 (sessenta e um mil, oitocentos e oito reais e sessenta centavos), com o acréscimo de R$ 12.361,72 (doze mil, trezentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos) ora aditivado; VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura do aditivo; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva - pelo Contratante e Roberto Carlos Lopes de Araújo – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:1F9AD478

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 056/2026 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 02040002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN; CONTRATADA: G FIGUEREDO DA SILVA LTDA - CNPJ: 27.064.548/0001-51; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual de acréscimo quantitativo, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens do LOTE 06 e 08 do Contrato, com fundamento nos arts 124, I, b c/c 125 da Lei 14.133, de 2021; Com a alteração, o valor da contratação passará a ser R$ 100.574,10 (cem mil, quinhentos e setenta e quatro reais e dez centavos), com o acréscimo de R$ 19.148,22 (dezenove mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos) ora aditivado; VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura do aditivo; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva - pelo Contratante e Géssica Figueredo da Silva – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:BA3727DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 057/2026 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 02040002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN; CONTRATADA: G C RIBEIRO - CNPJ: 51.510.158/0001-42; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual de acréscimo quantitativo, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens do LOTE 12 do Contrato, com fundamento nos arts 124, I, b c/c 125 da Lei 14.133, de 2021; Com a alteração, o valor da contratação passará a ser R$ 406.531,16 (quatrocentos e seis mil, quinhentos e trinta e um reais e dezesseis centavos), com o acréscimo de R$ 4.871,43 (quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos); VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura do aditivo; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva - pelo Contratante e Gabriela Cândido Ribeiro Silva – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:8DA2A188

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 059/2026 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 02040002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUCURUTU/ RN; CONTRATADA: FRANCILUZIO FELICIANO DE LIMA - CNPJ: 49.154.851/0001-88; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração contratual de acréscimo quantitativo, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) nos itens do LOTE 18,20,21,22,23,24 e 25 do Contrato, com fundamento nos arts 124, I, b c/c 125 da Lei 14.133, de 2021; Com a alteração, o valor da contratação passará a ser R$ 137.446,64 (cento e trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), com o acréscimo de R$ 27.489,32 (vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos) ora aditivado; VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura do aditivo; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva - pelo Contratante e Franciluzio Feliciano Lima – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:944C704A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023 DISPENSA N° 038/2023 – PROC. ADM. MJ/ RN N° 26040001/2023

CONTRATANTE: Município de Jucurutu – RN; CONTRATADA: MURIEL ALVES LOURENCO 70413333450, inscrita no CNPJ n° 34.203.363/0001-46; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO EM SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU-RN, por mais doze (12) meses; DA VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 12 de maio de 2026 a 11 de maio de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Muriel Alves Lourenço – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 11 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:BC56ED45

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2023 DISPENSA N° 038/2023 – PROC. ADM. MJ/ RN N° 26040001/2023

CONTRATANTE: Município de Jucurutu – RN; CONTRATADA: MURIEL ALVES LOURENCO 70413333450, inscrita no CNPJ n° 34.203.363/0001-46; OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato destinado à CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO EM SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU-RN, por mais doze (12) meses; DA VIGÊNCIA: A vigência do presente termo aditivo é para o período de 12 de maio de 2026 a 11 de maio de 2027, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021; SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Muriel Alves Lourenço – pela Contratada.

Jucurutu/ RN, 11 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:E84C8505

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 006/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/RN N° 05040001/2022 - DISPENSA N° 028/2022

CONTRATANTE: Município de Jucurutu/ RN; CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA CIE E (CNPJ: 61.600.839/0001-55); Constitui objeto do presente aditivo a

prorrogação do período vigencial por mais 12 (doze) meses e reajuste de valor, com base no índice INPC, referente a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO E CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E DO ENSINO TECNICO DO MUNICIPIO DE JUCURUTU – RN". DA VIGÊNCIA: termo inicial o dia 11/04/2026 e termo final o dia 10/04/2027. DO VALOR: O valor total estimado para a prorrogação de prazo será reajustado conforme consta no contrato administrativo no ponto 4.3, passando a ser o valor global de R$ 534.016,56 (quinhentos e trinta e quatro mil, dezesseis reais e cinquenta e seis centavos), correspondente ao montante das bolsas, acrescido do auxílio-transporte e do valor dos serviços prestados pela CONTRATADA, para uma estimativa de 74 (setenta e quatro) estagiários durante a vigência deste termo aditivo. SUBSCRITORES: Iogo Nielson de Queiroz e Silva – pelo Contratante e Lucas Wagner Vieira Nascimento – pelo Contratado.

Jucurutu/ RN, 06 de abril de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:302456A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 02040002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN**, no uso de suas atribuições legais, notadamente as disciplinadas na Lei nº 14.133/2021:

I - Em vista dos elementos constantes do presente processo administrativo, com fundamento no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21,**AUTORIZO**o aditamento 001/2026 aos**CONTRATOS ADMINISTRATIVOS** abaixo indicados cujo objeto é a **contratação gradativa dos serviços de transporte escolar de alunos, por rotas, nos turnos matutino, vespertino e noturno, em atendimento à rede de ensino municipal e estadual em Jucurutu/ RN**, em decorrência de acréscimo quantitativo do objeto, sendo o**acréscimo de 25%**, sendo:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 052/2026 - M REGIS DE QUEIROZ - CNPJ: 26.958.996/0001-36 – R$ 8.223,93 (oito mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e três centavos);

CONTRATO ADMINISTRATIVO 053/2026 - F A DOS SANTOS COMERCIO E SERVICOS - CNPJ: 47.959.670/0001-01 - R$ 5.572,71 (cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos);

CONTRATO ADMINISTRATIVO 055/2026 - 27.911.966 ROBERTO CARLOS LOPES DE ARAUJO - CNPJ: 27.911.966/0001-37 - R$ 12.361,72 (doze mil, trezentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos);

CONTRATO ADMINISTRATIVO 056/2026 - G FIGUEREDO DA SILVA LTDA - CNPJ: 27.064.548/0001-51 - R$ 19.148,22 (dezenove mil, cento e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos);

CONTRATO ADMINISTRATIVO 057/2026 - G C RIBEIRO - CNPJ: 51.510.158/0001-42 - R$ 4.871,43 (quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta e três centavos)

CONTRATO ADMINISTRATIVO 059/2026 - FRANCILUZIO FELICIANO DE LIMA - CNPJ: 49.154.851/0001-88 - R$ 27.489,32 (vinte e sete mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos)

II-PUBLIQUE-SE.

III- À Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras para realização do aditamento.

Jucurutu/ RN, 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:0BED29BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 064/2026 DISPENSA N° 025/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Gabinete
Assunto: Dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.**
Objeto:AQUISIÇÃO DE ÓRTESE TIPO AFO – CALHA CURTA BILATERAL E ÓRTESE PARA PUNHO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL Nº 0100562-92.2018.8.20.0118.

ATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ADJUDICO o objeto ao(s) vencedor(es) e **HOMOLOGO** o resultado da **Dispensa nº 025/2026**, com base no artigo 71, IV da Lei nº 14.133/2021.

Relata-se nos autos que a empresa declarada vencedora **BOMPORTE COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS E MATERIAL MÉDICO-03.004.540/0001-31,** comprovou que preencheu os requisitos de habilitação e qualificação necessários à contratação (art. 72, V, da Lei nº 14.133/2021), tendo sido escolhida por atender todas as exigências do aviso de contratação direta e seus anexos, inclusive, por apresentar os preços compatíveis com o preço de referência apurado pela Administração, perfazendo um valor global de **R$ 3.000,00 (três mil reais).**

Para prosseguimento, **DETERMINO** as seguintes providências:

I – Encaminhe-se à **Secretaria Municipal de Finanças** para providenciar a emissão de Nota de Empenho e envio da mesma juntamente com o Contrato Administrativo em favor da empresa adjudicatária **BOMPORTE COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS E MATERIAL MÉDICO-03.004.540/0001-31.**

II – Após, que se DIVULGUE este ato no site oficial do Município de Jucurutu/ RN, na forma do art. 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021 e o Contrato Administrativo no **Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP**, conforme o art. 94 da mesma lei.

Jucurutu/RN, 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:D74BF69E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 018-2024

CREDENCIAMENTO nº 001/2024 – PROC. ADMINIST. MJ/ RN n° 22040001/2024
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras.
ASSUNTO: **Credenciamento para prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN.**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE Nº 018-2024

- **RATIFICO** os atos praticados pela **Comissão de Contratação** deste Município e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento.

2 - AUTORIZO que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, art. 79, I e do Decreto Municipal nº 1.421/2024, art. 7º, I, o **Credenciamento para prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN,** das empresas: **66.183.974 HERCULES BEZERRA DE OLIVEIRA –** CNPJ/MF nº 66.183.974/0001-66, **66.292.250 KELVIN RUFINO DE FIGUEIREDO –** CNPJ/MF nº 66.292.250/0001-50 e **66.424.335 REGINALDO BATISTA PEREIRA –** CNPJ/MF nº 66.424.335/0001-45.

Jucurutu/RN, 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:48480825

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE CONCESSÃO DE COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA Nº 131/2026-4, DE 11 DE MAIO DE 2026

TERMO DE CONCESSÃO DE COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA Nº 131/2026-4, DE 11 DE MAIO DE 2026

Concede à empresa QUEIROZ COSTA EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 24.885.975/0001-02), com endereço na Rua Maria Marta de Araújo nº 7, Quadra 23, Lote 07, localizada no Bairro Abraão Lopes de Sá, nesta Cidade de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte, a concessão do incentivo de compensação tributária, instituído pelos arts. 89-E a 89-J, acrescidos pela Lei Complementar nº 44, de 6 de abril de 2026 ao Código Tributário do Município (Lei Complementar nº 34, de 22 de dezembro de 2022).

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,

Considerando que, em conformidade com o inciso XVI do art. 49 da Lei Orgânica do Município, compete-lhe privativamente exercer outras atribuições e praticar, no interesse do Município, quaisquer outros atos que não estejam, explícita ou implicitamente, reservados a outro Poder pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual ou pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o incentivo de compensação tributária, instituído pelos arts. 89-E a 89-J, acrescidos pela Lei Complementar nº 44, de 6 de abril de 2026 ao Código Tributário do Município (Lei Complementar nº 34, de 22 de dezembro de 2022),

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 131, de 22 de abril de 2026,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder à empresa QUEIROZ COSTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ 24.885.975/0001-02) o incentivo de compensação tributária referente ao IPTU – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana; ao ITIV – Imposto Sobre a Transmissão *Inter Vivos* a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição; de Taxas e Contribuições, cobradas em conjunto com aqueles, e de acréscimos legais incidentes sobre imóveis por natureza ou acessão física pertencentes a beneficiária, na conformidade do art. 89-F, caput e § 1º do Código Tributário do Município (Lei Complementar nº 34, de 22 de dezembro de 2022).

Parágrafo único. Excepcionalmente, e havendo saldo do valor da compensação após a quitação dos tributos referidos no caput, poderá ser aquele saldo utilizado na quitação de débitos de outros tributos municipais porventura devidos pela beneficiária, na conformidade do art. 89-F, § 2º, do Código Tributário do Município (Lei Complementar nº 34, de 22 de dezembro de 2022).

Art. 2º. O valor a que se refere o incentivo de compensação tributária é de R$ 183.342,90 (cento e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e noventa centavos), correspondente ao valor do investimento a ser realizado pela beneficiária nas obras de pavimentação e drenagem a serem executadas:

na Rua Nazareno Bezerra, em frente aos lotes 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 da Quadra 10, do Loteamento Boa Vista, localizado no Bairro Abraão Lopes, nesta Cidade;

na Rua José Arimatéia Lula, na lateral do 05 e em frente aos lotes 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, da Quadra 16, do Loteamento Boa Vista, localizado no Bairro Abraão Lopes, nesta Cidade;

na Rua Maria Marta de Araújo, na lateral do lote 05 e em frente aos lotes 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, da Quadra 22, do Loteamento Boa Vista, localizado no Bairro Abraão Lopes, nesta Cidade.

Art. 3º. A validade da presente concessão se esgotará com o decurso da decadência tributária correspondente à ocorrência dos fatos geradores dos respectivos tributos, na conformidade do art. 173, caput e incisos I e II, e Parágrafo único do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966).

Art. 4º. Este Termo de Concessão entra em vigor na data de sua publicação.

Jucurutu, 11 de maio de 2026

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

* matéria republicada por incorreção

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:0DB02F83

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 02040002/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025 CONVOCAÇÃO

Vimos através deste, CONVOCAR os representantes das empresas: **M REGIS DE QUEIROZ - CNPJ: 26.958.996/0001-36, F A DOS SANTOS COMERCIO E SERVICOS - CNPJ: 47.959.670/0001-01, 27.911.966 ROBERTO CARLOS LOPES DE ARAUJO - CNPJ: 27.911.966/0001-37, G FIGUEREDO DA SILVA LTDA - CNPJ: 27.064.548/0001-51, G C RIBEIRO - CNPJ: 51.510.158/0001-42** e **FRANCILUZIO FELICIANO DE LIMA - CNPJ: 49.154.851/0001-88**, para a assinatura do **Termo Aditivo nº 001/2026 aos Contratos Administrativos**, cujo objeto é a **contratação gradativa dos serviços de transporte escolar de alunos, por rotas, nos turnos matutino, vespertino e noturno, em atendimento à rede de ensino municipal e estadual em Jucurutu/ RN**.

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura dos referidos termos

Jucurutu/RN, 12 de maio de 2026.

Atenciosamente,

JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO
Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:C16FCE14

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 064/2026 - DISPENSA Nº 025/2026
CONVOCAÇÃO

Vimos através deste, CONVOCAR o representante da empresa: **BOMPORTE COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS E MATERIAL MÉDICO-03.004.540/0001-31**, visando à assinatura do Contrato Administrativo, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE ÓRTESE TIPO AFO – CALHA CURTA BILATERAL E ÓRTESE PARA PUNHO, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL Nº 0100562- 92.2018.8.20.0118.**

Assim, comunicamos V. Sª da demanda apresentada, ao tempo em que concedemos 02 (dois) dias úteis para a **assinatura de contrato administrativo** pelo ProSipe, onde disponibilizaremos ao prestador de serviços os dados necessários via e-mail.

Atenciosamente,

Jucurutu/ RN, 12 de maio de 2026.

JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO
Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Aldimaria Domingos da Silva
Código Identificador:24A19C68

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 CONVOCAÇÃO - CREDENCIAMENTO 001/2024

Vimos através deste, CONVOCAR o representante das empresas: **66.183.974 HERCULES BEZERRA DE OLIVEIRA –** CNPJ/MF nº 66.183.974/0001-66, **66.292.250 KELVIN RUFINO DE FIGUEIREDO –** CNPJ/MF nº 66.292.250/0001-50 e **66.424.335 REGINALDO BATISTA PEREIRA –** CNPJ/MF nº 66.424.335/0001-45, visando a assinatura do Contrato Administrativo, cujo objeto é: **CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura do Contrato Administrativo.

Jucurutu/RN, 12 de maio de 2026

Atenciosamente,

JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO
Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Compras
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:87FC5578

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 123 DE 11 DE MAIO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 123 DE 11 DE MAIO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder três diárias ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Alexsandro Emanoel Belarmino Pereira
CARGO/FUNÇÃO: Secretário Adjunto de Licitações, Contrato e Compras
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Licitações, Contrato e Compras
MATRÍCULA: 5098
CPF: ***.414.***-16
RG:1.***.353

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a participação no evento, a ser realizado nos dias 14 e 15 de maio de 2026, em razão da relevância da capacitação para o aprimoramento técnico na área de licitações, contratos e compras públicas. O encontro reúne especialistas e autoridades, promovendo atualização quanto às melhores práticas e à aplicação da Lei nº 14.133/2021. A presença contribui para o aperfeiçoamento dos processos administrativos e maior eficiência nas contratações públicas. Ademais, possibilita a troca de experiências e o alinhamento com inovações do setor. Dessa forma, a participação atende ao interesse público e à melhoria contínua da gestão municipal.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 13 a 16 de maio de 2026.*

(X) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: três diárias.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ 500,*00 (Quinhentos reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 1.500,*00 (um mil e quinhentos reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 11 de maio de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

* portaria republicada por incorreção

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:B1090F55

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 128 DE 11 DE MAIO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 128 DE 11 DE MAIO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder três diárias a servidora a seguir discriminado:

NOME: Clenilson Bezerra da Silva
CARGO/FUNÇÃO: Diretor do departamento de Patrimônio e Serviços Auxiliares/ designado para realizar os Estudos Técnicos Preliminares.
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares*
MATRÍCULA: 5337
CPF: 132.***.714-**
RG: 003.***.248

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: O Servidor irá a serviço da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras, Justifica-se a participação no evento, a ser realizado nos dias 14 e 15 de maio de 2026, em razão da relevância da capacitação para o aprimoramento técnico na área de licitações, contratos e compras públicas. O encontro reúne especialistas e autoridades, promovendo atualização quanto às melhores práticas e à aplicação da Lei nº 14.133/2021. A presença contribui para o aperfeiçoamento dos processos administrativos e maior eficiência nas contratações públicas. A demais, possibilita a troca de experiências e o alinhamento com inovações do setor. Dessa forma, a participação atende ao interesse público e à melhoria contínua da gestão municipal.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 13 a 16 de maio de 2026.*

(X) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: três diárias

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *750,00 (setecentos e cinquenta reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 11 de maio de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

* portaria republicada por incorreção

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:F7817A92

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 130 DE 11 DE MAIO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 130 DE 11 DE MAIO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder três diárias a servidora a seguir discriminado:

NOME: Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
CARGO/FUNÇÃO: Secretária Municipal da Mulher
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal da Mulher
MATRÍCULA: 1886
CPF: 023.***.074-**
RG:1.***.973

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a participação no evento, a ser realizado nos dias 14 e 15 de maio de 2026, em razão da relevância da capacitação para o aprimoramento técnico na área de licitações, contratos e compras públicas. O encontro reúne especialistas e autoridades, promovendo atualização quanto às melhores práticas e à aplicação da Lei nº 14.133/2021. A presença contribui para o aperfeiçoamento dos processos administrativos e maior eficiência nas contratações públicas. Ademais, possibilita a troca de experiências e o alinhamento com inovações do setor. Dessa forma, a participação atende ao interesse público e à melhoria contínua da gestão municipal.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 13 a 16 de maio de 2026.*

(X) DIÁRIAS COM PERNOITE
( ) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: Três diárias

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ 500,*00 (quinhentos reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 1.500,*00 (um mil e quinhentos reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 16 de março de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

* portaria republicada por incorreção

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:DA13DF9D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 133 DE 12 DE MAIO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 133 DE 12 DE MAIO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Willame Lopes de Araújo.
CARGO/FUNÇÃO: Secretário de Agricultura Pecuária, Pesca e Meio Ambiente
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal* de Agricultura Pecuária, Pesca e Meio Ambiente **MATRÍCULA:** 5263
CPF: ***.454.***-53
RG:1.***.936

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: O servidor irá a serviço da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária, Pesca e Meio Ambiente para participar do seminário de pesca e aquicultura da Codevasf no Rio Grande do Norte- encontro Técnico sobre camarão pitu m. carcinus (Linnaeus,1758), uma ação muito importante pra o povoamento dessa espécie na barragem de oiticica por tanto , será de suma importância a participação de membros da secretaria municipal de Agricultura, Pecuária , pesca e meio Ambiente neste Evento, pois iremos acompanhar todos os requisitos e procedimentos desta ação. A reunião acontecerá no CB- centro de Biociências da UFRN- Natal Rio Grande do Norte.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 13 de maio de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *500,00 (quinhentos reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 12 de maio de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:F562E75D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 134 DE 12 DE MAIO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 134 DE 12 DE MAIO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Edvan Martins dos Santos
CARGO/FUNÇÃO: Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal* de Agricultura Pecuária, Pesca e Meio Ambiente **MATRÍCULA:** 5330
CPF: 102.***.524-**
RG:002.***.105

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: O servidor irá a serviço da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária, Pesca e Meio Ambiente para participar do seminário de pesca e aquicultura da Codevasf no Rio Grande do Norte- encontro Técnico sobre camarão pitu m. carcinus (Linnaeus,1758), uma ação muito importante pra o povoamento dessa espécie na barragem de oiticica por tanto , será de suma importância a participação de membros da secretaria municipal de Agricultura,

Pecuária , pesca e meio Ambiente neste Evento, pois iremos acompanhar todos os requisitos e procedimentos desta ação. A reunião acontecerá no CB- centro de Biociências da UFRN- Natal Rio Grande do Norte.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 13 de maio de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *125,00 (cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 12 de maio de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:D60DD771

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA Nº 121, DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 121, DE 12 DE MAIO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCURUTU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 49, inciso II, da Lei Orgânica do Município; e RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR, a Sra. **ANDRESSA BIANCA AZEVEDO DA COSTA**, CPF n° 105.***.054-**, para ocupar o cargo de *Diretora do Departamento de Turismo*, de nível em comissão CC-3, ficando lotada na Secretaria Municipal do Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 12 de maio de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:DF93A18F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 035/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Fórum Municipal de Educação do Município de Jundiá/RN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias para a política educacional em âmbito nacional;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 019 de 04 de maio de 2026 que institui o Fórum Municipal de Educação de Jundiá/RN, define suas competências, organização e funcionamento;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os membros do Fórum Municipal de Educação de Jundiá/RN, órgão de caráter permanente, responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais e do Plano Municipal de Educação – PME.
Art. 2º O Fórum Municipal de Educação será composto pelos seguintes representantes, titulares e suplentes:
I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
Titular: João André Ferreira Filho – CPF: 022******40
Suplente: Michele de Souza Silva – CPF:009******21
II – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular:Edivania Oliveira dos Santos Estevão – CPF: 092******22
Suplente: Arnaldo Elias Barros – CPF: 042******30
III – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Presidente membro nato)
Titular: Maria Helena de Souza – CPF: 032******46
Suplente: Maria da Solidade Araújo – CPF: 020******82
IV – REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL
Titular:Lucivaldo Nascimento de Lima – CPF: 057******37
Suplente: José Leonardo Pessoa Maciel Filho – CPF: 059******12
V – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titular: Erineide Dias de Souza Paulo – CPF: 254******02
Suplente: Daíze Lúcia de Meireles – CPF: 025******18
VI – REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Titular: Maria da Piedade Melo da Silva Filha Peixoto – CPF: 072*******55
Suplente: Lidiane Lúcia de Meireles - CPF: 079******88
VII – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
Titular: Ana Lúcia da Conceição - CPF: 050******71
Suplente: Roselma de Lima Bezerra - CPF: 106******00
VIII – REPRESENTANTES DO CACS-FUNDEB
Titular: Francisco de Assis de Abreu – CPF: 029******10
Suplente: Gabriel de Castro Carvalho – CPF: 013******95
IX – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Titular: Hudison Ricardo dos Santos – CPF: 088******90
Suplente: Cleone Lúcia de Lima – CPF: 059******70
X – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR
Titular: José Ronaldo Durval – CPF: 268******70
Suplente: Josevânia Augusta de Oliveira – CPF: 061******13
XI – REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS
Titular: Jéssica Silva Pinheiro – CPF: 123******00
Suplente: Luiz Cosme das Chagas – CPF: 498******20
XII – REPRESENTANTES DOS DIRETORES ESCOLARES
Titular: Mara Iza de Oliveira Bezerra Nascimento – CPF: 063******80
Suplente: Maria Josenilda dos Santos Cordeiro – CPF: 045*******24

XIII – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Titular: Maria Ailma dos Santos da Silva– CPF: 080******40
Suplente: Josélia Dias dos Santos – CPF: 596******87
Art. 3º Até a aprovação do Regimento Interno do Fórum Municipal de Educação, a coordenação será exercida pelo(a) Dirigente Municipal de Educação, conforme disposto no Decreto nº /2026.
Art. 4º A participação no Fórum Municipal de Educação é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jundiá/RN, 12 de maio de 2026.

CARLOS ANTÔNIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:98B66802

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2024

OBJETO: Prorrogação de prazo junto ao contrato nº 047/2024, o qual tem como objeto a contratação de empresa especializada em assessoria em saúde, que visa a oferta de suporte técnico que proporcione um eficiente desempenho das atividades de gerenciamento da saúde, com conhecimento das fontes de financiamento federal, estadual e municipal bem como a sua utilização e a captação de outras fontes de financiamento.
CONTRATANTE:FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ:11.623.854/0001-40
CONTRATADO:LIBRIX CONSULTORIA E GESTÃO LTDA
CNPJ:53.145.107/0001-94
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 010/2024
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 31 de dezembro de 2025 à 31 de dezembro de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107, Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Lagoa de Velhos/RN, 16 de dezembro de 2025.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: **Juliana de Souza Maciel Oliveira**
P/ CONTRATADA: **Kelly Kattiucci Brito de Lima Maia**

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:F78EE500

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação excepcional do prazo de vigência, com renovação de saldo em caráter proporcional, do contrato nº 027/2025, cujo objeto é o fornecimento de combustíveis para atender à frota oficial e terceirizada do Município de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ:08.159.162/0001-89
CONTRATADA:FRANCISCO DE SALES DANTAS
CNPJ:08.534.562/0010-18
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 003/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 03 de abril de 2026 a 30 de abril de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Lagoa de Velhos/RN, 01 de abril de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: **José Nildo Galdino**
P/ CONTRATADA: **Juliana Leonardo**

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:BB37207E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 024/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1.381/2026. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 010/2026. CONTRATANTE: Município de Lagoa Nova/RN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 08.182.313/0001-10. CONTRATADA: Claudia Pinheiro Guimarães Medeiros, inscrita no CPF nº *.492.054-. OBJETO: Contratação junto à proprietária do imóvel, objetivando a locação de imóvel urbano destinado à instalação e funcionamento do ponto de distribuição do Programa do Leite Potiguar no Município de Lagoa Nova/RN, visando à adequada execução da política de segurança alimentar e nutricional, garantindo espaço físico apropriado para o armazenamento e distribuição do leite às famílias em situação de vulnerabilidade social, bem como para o desenvolvimento das atividades operacionais e administrativas relacionadas ao programa. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: Prefeitura Municipal de Lagoa Nova/RN; Unidade Orçamentária: 09.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; Programa: 0002 – Promoção e Desenvolvimento Social; Ação: 2020 – Manutenção Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social; Natureza da Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física; Fonte de Recursos: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos. VALOR TOTAL: R$ 17.160,00 (dezessete mil, cento e sessenta reais). PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente. BASE LEGAL: Art. 74, V, da Lei Federal nº 14.133/2021. DATA: 11 de maio de 2026. ASSINATURAS: Iranildo Aciole da Silva – Prefeito Municipal; Claudia Pinheiro Guimarães Medeiros – Pela Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:752E398C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0269/2026 – GP

Portaria nº 0269/2026 – GP Lagoa Nova/RN, 12 de maio de 2026.

"CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diárias com valor a ser pago de R$ 300,00 (trezentos reais) conforme valor unitário para Natal/RN de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas da servidora **MARIA LUANA SOUZA DA SILVA,** matricula **nº 1509,** Cargo de **Assessora Administrativa**, lotada no Gabinete do Prefeito, em

viagem a Natal, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar do 9º GNCP (Grandes Nomes em Compras Públicas). O evento será realizado no Praiamar Natal Hotel & Convention, Localizado na Rua Francisco Gurgel, 33 - Ponta Negra, Natal - RN, CEP: 59090-050.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:03DD62CD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0270/2026 – GP

Portaria nº 0270/2026 – GP Lagoa Nova/RN, 12 de maio de 2026.

"CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diárias com valor a ser pago de R$ 300,00 (trezentos reais) conforme valor unitário para Natal/RN de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para custear despesas da servidora **RENATA SABRINA SILVA DE MENEZES,** matricula **nº 36889,** Cargo de **Pregoeira**, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, em viagem a Natal, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar do 9º GNCP (Grandes Nomes em Compras Públicas). O evento será realizado no Praiamar Natal Hotel & Convention, Localizado na Rua Francisco Gurgel, 33 - Ponta Negra, Natal - RN, CEP: 59090-050.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:BF6983E9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0271/2026 – GP

Portaria nº 0271/2026 – GP Lagoa Nova/RN, 12 de maio de 2026.

"CONCEDE DIÁRIAS AO SERVIDOR QUE SE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade dispostas no Decreto Municipal nº 1.400/2023 de 02 de junho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diárias com valor a ser pago de R$ 600,00 (seiscentos reais) conforme valor unitário para Natal/RN de R$ 300,00 (trezentos reais) para custear despesas do servidor **JOSÉ HEITOR MATIAS,** matricula **nº 1937,** Cargo de **Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, em viagem a Natal, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar do 9º GNCP (Grandes Nomes em Compras Públicas). O evento será realizado no Praiamar Natal Hotel & Convention, Localizado na Rua Francisco Gurgel, 33 - Ponta Negra, Natal - RN, CEP: 59090-050.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:79D41A0C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0272/2026 – GP

Portaria nº 0272/2026 – GP Lagoa Nova / RN, 12 de maio de 2026.

"NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO 12º TORNEIO LEITEIRO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros para compor a Comissão de Avaliação do **"12º TORNEIO LEITEIRO DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".**

Art. 2º - A Comissão citada no art. 1° será composta pelos seguintes membros:

Hal Amser Costa de Oliveira – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

Paulo Vandi da Costa - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

Roberto Medeiros da Fonseca - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

Francisco de Assis da Silva- Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

Jonatas Anselmo Guimarães - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

José Vitoriano dos Santos - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

Antoniel de Medeiros da Silva - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

Marianne Araújo de Medeiros – Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

Aline Patricia da Silva Araujo - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

Helton Cicero Medeiros Martins - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Pecuária;

Bruno Alexandre Barreto - Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

Felipe Félix Victor - Representante do Centro Universitário Maúricio de Nassau de Natal;

Ana Raquel Silva Araujo- Representante da EMATER/RN – Lagoa Nova;

Bianca Pricila Aquino Macedo- Representante da EMATER/RN – Lagoa Nova;

Vlademir Barbosa de Medeiros – Representante do SEBRAE/RN – Currais Novos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:2BA72DA5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0273/2026 - GP

Portaria nº 0273/2026 - GP Lagoa Nova / RN, 12 de maio de 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 796/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito Constitucional de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições Legais, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1° - A presente Portaria dispõe acerca da concessão de gratificações aos servidores públicos do Município de Lagoa Nova/RN, mediante lista em anexo.

Parágrafo único: As referidas gratificações possuem previsão estabelecida na Lei Municipal nº 796/2022, Decreto Municipal nº 1.328/2023 e Decreto Municipal nº 1.894/2025.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se e;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO PORTARIA Nº 0273/2026 – GP, DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 796/2022, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ORDEM	NOME	MAT	VALOR – R$	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE:
01	JOSÉ MEDEIROS NETO	Nº 3625-3	R$ 650,00	12/03/2026
02	MACIEL DA SILVA MEDEIROS	Nº 38180 - 1	R$ 650,00	12/03/2026
03	MARCOS SIMÃO DE ARAÚJO	Nº 3812 - 2	R$ 650,00	20/03/2026
04	MARCOS DIOGENES NUNES	Nº 38300 - 1	R$ 650,00	01/04/2026
05	CARLOS DRAILTON DE OLIVEIRA	Nº 3277 - 6	R$ 650,00	25/03/2026

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:8924DD2E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0274/2026 - GP

Portaria nº 0274/2026 - GP Lagoa Nova/RN, 12 de maio de 2026.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Senhor **ANTÔNIO ALVES DE SOUZA,** matrícula nº: **050**; Cargo de **Chefe de Projetos Sociais**, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - O período aquisitivo de Férias é **06.02.2025 a 05.02.2026** com período de gozo de: **01.06.2026 a 30.06.2026** e retorno em **01.07.2026.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:891ADA0B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0275/2026 - GP

Portaria nº 0275/2026 - GP Lagoa Nova/RN, 12 de maio de 2026.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a Senhora **MARILDA CRISTINA DE SOUTO MEDEIROS,** matrícula nº: **36757**; Cargo de **Diretora de Epidemiologia**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - O período aquisitivo de Férias é **06.01.2025 a 05.01.2026** com período de gozo de: **15.06.2026 a 29.06.2026** e retorno em **30.06.2026.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:97D19F29

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0276/2026 - GP

Portaria nº 0276/2026 - GP Lagoa Nova/RN, 12 de maio de 2026.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 002/2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias a Senhora **DAIONARA BATISTA DE SOUSA,** matrícula nº: **36811**; Cargo de **Diretora de Merenda Escolar,** lotada na Secretaria Municipal Educação, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispões sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN.

Art. 2º - O período aquisitivo de Férias é **16.01.2025 a 15.01.2026** com período de gozo de: **15.06.2026 a 29.06.2026** e retorno em **30.06.2026.**

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:39FB75F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025- IZABELLY CRISTINA DA SILVA AVELINO

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO (A): **IZABELLY CRISTINA DA SILVA AVELINO**, BRASILEIRA, DIVORCIADA**,** PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.342- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 100.XXX.XXX-47, DOMICILIADA NA RUA MANOEL LUIZ DE MARIA, Nº 490, CENTRO – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **FISIOTERAPEUTA.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **AÇÃO:** 2035 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **NATUREZA DA DESPESA:** 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **FONTE DE RECURSOS:** 15001002. DESCRIÇÃO DA FONTE: RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

VALOR: 1.800,81 (UM MIL, OITOCENTOS REAIS E OITENTA E UM CENTAVO) POR MÊS.

VIGÊNCIA: 12 DE MAIO DE 2026 A 11 DE NOVEMBRO DE 2026. PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ O LIMITE MAXÍMO DE 2(DOIS) ANOS.

BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 804, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

LAGOA NOVA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:030B842A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023- IZABELLY CRISTINA DA SILVA AVELINO

EXTRATO DE DISTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2023

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO (A): **IZABELLY CRISTINA DA SILVA AVELINO**, BRASILEIRA, DIVORCIADA**,** PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.342- ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 100.XXX.XXX-47, DOMICILIADA NA RUA MANOEL LUIZ DE MARIA, Nº 490, CENTRO – LAGOA NOVA/RN.

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **FISIOTERAPEUTA**, DECORRENTE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2023, FIRMADO EM 13 DE MAIO DE 2025 PELO CONTRATANTE.

FUNDAMENTAÇÃO: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DE CONTRATO DEU-SE EM VIRTUDE DE MOTIVOS PESSOAIS DO CONTRATADO. PORTANTO, EMBASAMOS O DESLIGAMENTO DIANTE DO QUE REGE O ITEM 3 DA CLÁUSULA DÉCIMA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE VERSA SOBRE O CONSENSO DE AMBAS AS PARTES SOBRE O DESLIGAMENTO DO PROFISSIONAL CONTRATADO.

PARÁGRADO ÚNICO: O PRESENTE TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA ASSINATURA, RETROAGINDO SEUS EFEITOS AO DIA 11 DE MAIO DE 2026.

BASE LEGAL: LEI MUNICIPAL Nº 797 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022.

LAGOA NOVA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:D8BDBE5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025- ERRO FORMAL

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, COM SEDE AV. DR. SILVIO BEZERRA DE MELO, 363, CENTRO, LAGOA NOVA/RN, CEP: 59.390-000 **CNPJ/MF**: **11.415.626/0001-85.**

CONTRATADO (A): **JÁRDIA AYLLANE DA SILVA**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, PORTADORA DA CÉDULA DE IDENTIDADE Nº 002.XXX.557– ITEP/RN, INSCRITA NO CPF SOB O Nº 059.XXX.XXX-05, DOMICILIADA NA AVENIDA 13 DE MAIO, PAIZINHO MARIA, N°242 - CURRAIS NOVOS/RN.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO REFERENTE AO CARGO DE **FISIOTERAPEUTA.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: **UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** 10.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **AÇÃO:** 2035 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE **NATUREZA DA DESPESA:** 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL **FONTE DE RECURSOS:** 15001002. DESCRIÇÃO DA FONTE: RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.800,81 (UM MIL, OITOCENTOS REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS) POR MÊS.

VIGÊNCIA: 13 DE ABRIL DE 2026 A 12 DE OUTUBRO DE 2026. PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS PERÍODOS, ATÉ O LIMITE MAXÍMO DE 2(DOIS) ANOS.

BASE LEGAL: INCISO II DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, LEI MUNICIPAL Nº 804, DE 15 DE MARÇO DE 2023.

LAGOA NOVA/RN, 13 DE ABRIL DE 2026.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:30A6D0D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2025

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 019/2025

OBJETO: Fica distratado de forma amigável, a partir de01 de maio de 2026,a Ata de Registro de Preços Nº. 019/2025, celebrado entre oMUNICÍPIO DE LAGOA SALGADA/RNe empresa DISTRIBUIDORA CORTE NOBRE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 16.979.465/0001-76, cujo objeto é o fornecimento de gêneros alimentícios. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 138, II da Lei nº. 14.133/2021. DATA DA ASSINATURA: 30 de abril de 2026.

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE -
Prefeito Municipal.

Distribuidora Corte Nobre LTDA -
JUDSON ALVES DOS SANTOS –
Representante Legal.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:C76806D1

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 020/2026

DECRETO Nº 020/2026 Lagoa Salgada/RN, 12 de Maio de 2026.

Institui a Comissão Gestora responsável pela coordenação e elaboração do Plano Municipal deEducação do municipio de Lagoa Salgada/RN e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do município de Lagoa Salgada/RN, a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Lagoa Salgada/RN, com a finalidade de coordenar, Acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Norte – PEE e demais marcos legais pertinentes.

Art. 2º Compete à Comissão Gestora:

I – coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;

II – promover a articulação entre os diversos órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas com a educação no município;

III – sistematizar diagnósticos, estudos, dados e propostas para subsidiar a construção do Plano;

IV – realizar consultas públicas, escutas territoriais e audiências com a sociedade civil e os setores educacionais;

V – elaborar a minuta do novo Plano Municipal de Educação e submetê-la à apreciação do Conselho Municipal de Educação e demais instâncias competentes.

Art. 3º A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições:

I – Secretaria de Municipal de Educação – Três titulares e três suplentes;

II – Conselho Municipal de Educação do município de Lagoa Salgada/RN (CME/LS/RN) – Um titular e um suplente;

III – Fórum Municipal de Educação de Lagoa Salgada/RN – Um titular e um suplente;

IV– Universidades públicas federais com sede no Município – Um titular e um suplente; [se tiver]

V– Universidades públicas estaduais com sede no Estado do Rio Grande do Norte – Um titular e um suplente; [se tiver]

VI – Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores do município de Lagoa Salgada – Um titular e um suplente; [se tiver]

VII -- Representantes do Movimento Estudantil Organizado – Um titular e um suplente; [se tiver]

VII -- Representantes do Sindicato dos Professores ou Trabalhadores da Educação – Um titular e um suplente. [se tiver]

IX -- Instituto de Ensino Superior Estadual e Federal – Um titular e um suplente. [se tiver]

§1º Os membros da Comissão Gestora, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos e das instituições da respectiva representação e nomeados por meio de portaria da Secretaria de educação do município de Lagoa Salgada/RN, publicada no prazo de quinze dias após a publicação deste Decreto.

§2º O exercício de funções inerentes ao mandato na Comissão Gestora será considerado relevante prestação de serviço público, não remunerada.

§ 3º Os membros da Comissão Gestora exercerão mandato até a conclusão da elaboração do PME/Lagoa Salgada/RN, quando será automaticamente encerrado.

§ 4º A Comissão Gestora poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições e entidades com atuação relevante na área educacional, sempre que necessário à execução de suas atividades.

§ 5º A coordenação da Comissão Gestora será exercida pela Secretária de Educação do Município de Lagoa Salgada/RN ou por servidor designado por ele(a).

§ 6º A Secretaria do município de Lagoa Salgada/RN prestará o apoio técnico, administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal de Lagoa Salgada/RN.

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:7B471C44

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 072/2026

Portaria nº 072/2026. Lagoa Salgada/RN, 12 de Maio de 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) MARIA DO SOCORRO PACHÊCO DA SILVA, matrícula nº ***20-1, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitário, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 15 de Maio de 2026 até 14 de Agosto de 2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Maio de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:1600695B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 073/2026

Portaria nº 073/2026. Lagoa Salgada/RN, 12 de Maio de 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) ROSECLEIDE FERREIRA DE ALMEIDA, matrícula nº ***55-4, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitário, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 15 de Maio de 2026 até 14 de Agosto de 2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Maio de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:434ABBD4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 074/2026

Portaria nº 074/2026. Lagoa Salgada/RN, 12 de Maio de 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) JOSE LEONEL DO NASCIMENTO, matrícula nº ****3-9, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do

cargo de Agente Comunitário, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 15 de Maio de 2026 até 14 de Agosto de 2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Maio de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:04A7ED7E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 075/2026

Portaria nº 075/2026. Lagoa Salgada/RN, 12 de Maio de 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) MARIA JOSE GUEDES, matrícula nº ****16-3, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitário, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 15 de Maio de 2026 até 14 de Agosto de 2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Maio de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:302A1837

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 076/2026

Portaria nº 076/2026. Lagoa Salgada/RN, 12 de Maio de 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) LUCIA FERREIRA DE MESQUITA, matrícula nº **94-9, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitário, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 15 de Maio de 2026 até 14 de Agosto de 2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Maio de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:8B0C79D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 078/2026

Portaria nº 078/2026. Lagoa Salgada/RN, 12 de Maio de 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a(o) servidor(a) JOSE FRANCISCO DE PAIVA, matrícula nº ***38-8, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Agente Comunitário, Licença Prêmio, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Art. 100 da Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de 12 de Maio de 2026 até 11 de Agosto de 2026.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de Maio de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:4A1DBD79

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN E A EMPRESA DHD LTDA.

Processo Administrativo n° 87/03-2026
Licitação nº 70/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro,

CEP: 59535-000,LAJES/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO**.

CONTRATADA: **DHD LTDA,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 35.284.764/0001-30, sediado na Rua Dom Carlos, nº 17, Sala 01, Centro, Extremoz/RN – CEP: 59.575-000, neste ato representado por **DAYANE RAFAELA DE MELO FRANÇA DANTAS**, inscrito no CPF nº XXX.309.XXX-61.

OBJETO: Aquisição de suplemento mineral proteico para equídeos e feno tipo A destinado à alimentação animal, com a finalidade de atender às demandas nutricionais dos animais vinculados no Projeto de Equoterapia do Município, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 17/2026

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global de R$ 62.420,00 (sessenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais).

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	suplemento mineral proteico pronto para uso. Para equídeos em todas as fases de vida do animal; saco com 25KG possua níveis de garantia (por kg do produto): Proteína bruta (mín) 130,00g/kg Cálcio (mín)43,00g/kg Cálcio (máx)48,00g/kg Fósforo (mín) 30,00g/kg Cloro (mín)71,00g/kg Enxofre (mín) 2.500,00mg/kg Magnésio (mín) 19,10 g/kg Sódio (mín)46,00g/kg Cobalto (mín) 5,00mg/kg Cobre (mín)500,00 mg/kg Cromo (mín)12,00mg/kg Ferro (mín)582,00 mg/kg Iodo (mín)32,00mg/kg Manganês (mín) 570,00 mg/kg Selênio (mín)4,00mg/kg Zinco (mín)1.500,00 mg/kg Flúor (máx)300,00 mg/kg	UND	100	282,2000	28.220,00
2	Feno tipo A destinado à alimentação animal, proveniente de forrageiras de boa qualidade, submetido a adequado processo de corte, secagem e armazenamento, de forma a preservar as características da planta verde original e garantir elevado valor nutricional. O produto deverá apresentar cor verde predominante, aroma agradável característico de grama seca, textura macia e flexível, alta proporção de folhas em relação aos talos e boa palatabilidade para os animais. Deverá estar limpo, seco e isento de mofo, poeira excessiva, plantas daninhas, pragas, fermentação ou quaisquer materiais estranhos. O teor de umidade não deverá ultrapassar 20%, preferencialmente entre 15% e 18%, garantindo adequada conservação, qualidade nutricional e segurança sanitária para o consumo animal.	UND	1.000	34,2000	34.200,00
Total do contrato em R$				62.420,00	

O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Orçamentária:02.008 - SEC MUN DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRI FAMILIAR
Ação: 2043 - Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rur
Função: 20 - AGRICULTURA
Sub-Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0101 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Natureza: 3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte de Recurso: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Região: 0001 - Lajes

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data da assinatura contratual, 12 de maio de 2026 a 11 de maio de 2027**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 12 de maio de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

DHD LTDA
CNPJ: 35.284.764/0001-30
DAYANE RAFAELA DE MELO FRANÇA DANTAS
CPF: XXX.309.XXX-61
Contratada

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:03E5ABD1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 076, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.*

Dispõe sobre a nomeação da servidora CIBELLY ALEXSANDRA SILVA DE MELO ANTUNES, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1007 de 08 de janeiro de 2025.
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 001, de 25 de setembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a servidora **CIBELLY ALEXSANDRA SILVA DE MELO ANTUNES**, inscrito no CPF nº ##7.627.694-##, ao cargo em comissão de **COORDENADOR PEDAGOGICO**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, do município de Lajes/RN.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo a 01 de fevereiro de 2026, revogando disposições em sentido contrário.

Registre. Publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 12 de fevereiro de 2026.

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO*

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:E2D950C7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 133, DE 10 DE ABRIL DE 2026*

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento em Meio Ambiente – COMDEMA do Município de Lajes/RN.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES, **Estado do Rio Grande do Norte**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 001/2025 que institui o Sistema Municipal de Desenvolvimento Ambiental – SISMUDA, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável no âmbito do Município de Lajes/RN, assegurando o equilíbrio entre o crescimento econômico, a preservação ambiental e o bem-estar dos presentes e futuras gerações;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento em Meio Ambiente – COMDEMA, com a seguinte composição:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal – SEMAPA
Titular: Gilson Damasceno Nunes.
Suplente: Romildo de Lima Amaro.
Titular: Marcos Antônio Nunes.
Suplente: Francisco de Assis do Nascimento.

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos – SEINFRA
Titular: Boaventura Manuel do Nascimento.
Suplente: Francisco Lucas Rocha Pereira.
Titular: Francisco Moisés da Costa.
Suplente: Jefferson Lucas da Costa Pereira.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – SEDRAF
Titular: Josinaldo da Silva Henrique.
Suplente: Jislanne Joysse Pereira Braz.
Titular: Álvaro Salviano de Brito.
Suplente: Wilton Dayvd Lopes Avelino de Lima.

Câmara Municipal de Vereadores
Titular: Dailton Fernandes da Silva.
Suplente: Lailson Souza Meneses.

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN (Lajes)
Titular: Eugênio Ribeiro Silva.
Suplente: Andrey Luna Saboia.

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lajes/RN – STTR
Titular: Shirliey da Silva Medeiros.
Suplente: Adriana Marques da Silva.

Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Sertão Cabugi – ACOSC
Titular: José Edmilson Fernandes.
Suplente: Cleber Vitorino de Lima.

ALAMCOM
Titular: Wellington dos Santos de Lima.
Suplente: Maria Rejane de Albuquerque.

Associação de Recolhimento de Lixo Eletrônico Institucional – APRELEIN
Titular: Dayvison Carlos Martins Fernandes.
Suplente: Elicleide da Silva Bernardino.

Comitê Municipal de Educação Ambiental – CMEA
Titular: Gilmmara Gleyzy Clementino Cavalcante.
Suplente: Marcel Henrique Baracho Avelino.

Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Lajes – ACAMRELA
Titular: Maria Ednalva Bernardino.
Suplente: Maria Edvânia de L. da Silva.

Art. 2º O mandato dos membros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º A função de conselheiro é considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lajes/RN, 09 de abril de 2026.

***REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:48B454E4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 192, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Conceder licença remunerada para qualificação profissional ao servidor público municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICIPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o disposto no Processo Administrativo nº 109/2026;

CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública na qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus servidores;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para qualificação profissional ao servidor **RAFAEL DA SILVA DA CUNHA**, matrícula nº **531,** ocupante do cargo de **PROFESSOR 30 HRS**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A licença de que trata esta Portaria será concedida no período de **12/05/2026** a **15/12/2028**, sem prejuízo da apresentação dos documentos comprobatórios das atividades acadêmicas desenvolvidas, quando solicitados pela Administração Municipal.

Art. 3º O servidor deverá retornar imediatamente às suas atividades funcionais ao término do período da licença, sob pena das sanções administrativas cabíveis.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lajes/RN, 12 de maio de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:8D076DB3

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 3/2026

Processo Administrativo nº 72/02-2026

Nos termos do art. 71, IV da Lei 14.133/2021, o Prefeito Municipal de Lajes/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, levando em consideração a abertura e julgamento do presente Processo Licitatório na Concorrência Eletrônica, **nº 3/2026**, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SALDO REMANESCENTE DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA EM HOMENAGEM A ALZIRA SORIANO, A PRIMEIRA PREFEITA DE LAJES E DA AMÉRICA LATINA, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO JUDAS TADEU, ÀS MARGENS DA BR-304, NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN, CONFORME PROJETOS E DOCUMENTOS TÉCNICOS DO PROCESSO**, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em Lei, ADJUDICA e HOMOLOGA o objeto da Licitação supracitada em favor da empresa **KG CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA, CNPJ: 45.581.090/0001-90**, que sagrou-se vencedora do certame em epigrafe com a proposta global no valor de R$ **287.197,63 (duzentos e oitenta e sete mil, cento e noventa e sete reais e sessenta e três centavos).**

Lajes/RN, em 12 de maio de 2026

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Anderson de Araújo Silva
Código Identificador:803E427B

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/04-2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES/RN**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o arrazoado contido no parecer da Assessoria Jurídica deste Município;

CONSIDERANDO o disposto no inciso II, artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal n° 11, de 24 de março de 2023, verbis:
"Art. 75 – É dispensável a Licitação:
[...]
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;"

CONSIDERANDO que a escolha da proposta vencedora se deu após regular procedimento de disputa, precedido da publicação do Aviso de Dispensa de Licitação, sagrando-se vencedora a empresa que apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração;

CONSIDERANDO haver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor de competente.

RESOLVE

DISPENSAR licitação, Com fundamento no **Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21, o** seguinte objeto: **Aquisição de materiais de artesanato, papelaria, pintura, costura e organização, destinados à manutenção e ao desenvolvimento das atividades realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação do Município de Lajes,** em favor da empresa **INOVE SOLUÇÕES LTDA , CNPJ nº 41.302.899/0001-84**, estabelecida à Rua Eletricista Elias Ferreira, nº 3760, Lote Lote 59, Candelária, Natal/RN – CEP: 59.066-050, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, no valor global de **R$ 12.569,60 (doze mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos).**

A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO
Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do Processo Administrativo n° 124/04-2026, bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2026,** para que este produza seus legais efeitos.

Publique-se.

Lajes/RN, em 12 de maio de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

MARIA CAROLINE MENESES SALVIANO
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para Mulheres e Habitação

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:923C366B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA - COMISSÃO GESTORA DO PME

PORTARIA Nº 102/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
R E S O L V E:

Art. 1º Nomear EDJANE LOPES DE REZENDE Coordenadora Geral e ANA LÍGIA DA SILVA CARDOZO ARÚJO Vice-Coordenadora da Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Lajes Pintadas/RN, instituída pelo Decreto Nº 07 de 11 de maio de 2026, cuja função é coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME/Lajes Pintadas/RN, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte e demais marcos legais pertinentes.

Art. 2º Nomear os membros relacionados a seguir, para integrar a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Lajes Pintadas/RN– CGPME/ Lajes Pintadas/RN:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAJES PINTADAS/RN
Titular: Bedilândia Borges da Silva
Suplente: Ana Íris de Oliveira
Titular: Gladys Glay Lima de Oliveira
Suplente: Cleidjane Antero dos Santos
Titular: Nayara Laiane Gomes de Lima
Suplente: Claudiane Meire Gomes
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAJES PINTADAS/RN - CME/LAJES PINTADAS/RN
Titular: Micheline Nogueira de Souza Costa
Suplente:Francisco Maciel da Silva
FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LAJES PINTADAS/RN
Titular: Edjane Lopes de Rezende
Suplente: Ana Lígia da Silva Cardozo Araújo
Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores do município
Titular: Valdiney Alexandre Pereira
Suplente: Valdilene Gomes Feitoza Pereira
Representantes dos Professores ou Trabalhadores da Educação
Titular: João Cemário Praxedes
Suplente: Ivanildo Paulo da Silva

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lajes Pintadas/RN, em 12 de maio de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:DE9DFC04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA - MEMBROS PARA FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 103/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAJES PINTADAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a Fórum Municipal de Educação de Lajes Pintadas/RN em conformidade com o Decreto municipal nº 08 de 11 de maio de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear Edjane Lopes de Rezende Coordenadora do Fórum Municipal de Educação de Lajes Pintadas/RN, cuja função é coordenar e acompanhar os trabalhos deste órgão durante o biênio 2026/2028.
Art. 2º- Nomear os membros relacionados a seguir, para integrar o Fórum Municipal de Educação de Lajes Pintadas/RN:

I - Presidente do Conselho Municipal de Educação: Micheline Nogueira de Souza Costa
II - Presidente do CACS- Fundeb: Jislene Lopes da Costa
III - Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Edjane Lopes de Rezende
Suplente: Ana Lígia da Silva Cardozo Araújo
IV - Representante dos professores das escolas públicas, indicado pela categoria;
Titular: Ana Lúcia da Silva
Suplente: Ana Lúcia da Silva
V - Representante dos diretores das escolas públicas, indicado por seus pares;
Titular: Jessilene Lopes da Costa de Medeiros
Suplente: Maria de Fátima de Oliveira
VI - Representante dos pais de alunos das escolas públicas, indicadas pela Equipe gestora da Escola;
Titular: Aldenizia da Silva Pereira
Suplente: Sabta Pereira Santana
VII - Representante do Conselho Tutelar, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Titular: Adeilma Olinto Rodrigues de Oliveira
Suplente: Maria Lúcia de Souza
VIII - Representante da Sociedade Civil organizada.
Titular: Rafaela Maria de Lima Medeiros
Suplente: Maria Irines de Lima Silva

Art. 3º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 12 de maio de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:4E1C09AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 2026034

ORIGEM.....: PROCESSO Nº 27040226

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA/RN

CONTRATADA(O).....: MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ:.....: 07.969.641/0001-06

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES E INSUMOS LABORATORIAIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE FORMA CONTÍNUA E EFICIENTE. OS MATERIAIS DEVERÃO SER NOVOS, COM PRAZOS DE VALIDADE ADEQUADOS, ENTREGUES CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL.....: R$ 55.512,83 (CINQUENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS E DOZE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

PROGRAMA DE TRABALHO.....: EXERCICIO 2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.142 - ESTRUTURA REDE SERVIÇOS MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA no valor de R$ 55.512,83 (CINQUENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS E DOZE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

VIGÊNCIA.....: 12 DE MAIO DE 2026 À 12 DE MAIO DE 2027.

DATA DA ASSINATURA.....: 12 DE MAIO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:609DEFA9

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA

É dispensável licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 75, II da lei 14.133/21, com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos.
PROCESSO: 27040226

NOME DO CREDOR: MARQ TECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

CNPJ: 07.969.641/0001-06

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES E INSUMOS LABORATORIAIS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE FORMA CONTÍNUA E EFICIENTE. OS MATERIAIS DEVERÃO SER NOVOS, COM PRAZOS DE VALIDADE ADEQUADOS, ENTREGUES CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUCRÉCIA/RN.

VALOR TOTAL: R$ 55.512,83 (CINQUENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS E DOZE REAIS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS).

LUCRÉCIA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

KLEBERSON ALVES DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Sandeji Suassuna Fernandes
Código Identificador:3AE36073

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 645/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder a servidora **Maria Gorete Paulo Dias**, Matrícula 120692-3, ocupante do cargo de **Supervisora do Centro de Referência e Assistente Social**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, 03 (três) diárias no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem a cidade de Mossoró/RN, nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2026 para participar do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), coordenado pelo Governo Federal (MDS) em parceria com estados CapacitaSUAS a ser realizado na Universidade Potiguar - UNP, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 12 de maio de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:1D6DB2A0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 646/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º– Conceder ao servidor **Thompson de Oliveira**, Matrícula 120704-0, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, nos dias 08 e 09 de maio de 2026, com o objetivo de transportar pacientes para atendimento médico especializado no Hospital Paulo Gurgel e Clínica Hapvida, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 12 de maio de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:66F71780

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO – CHAMADA PUBLICA Nº 001/2026

A Presidente da Comissão Especial para Chamada Pública deste Município de Lucrécia/RN, torna público o resultado da referida Chamada Pública nº 001/2026, tipo menor preço por item devidamente conduzido por esta Comissão Especial de Chamada Pública com a finalidade de aquisição gradual e contínua de gêneros alimentícios oriundo da agricultura familiar destinados as escolas de ensino infantil, creche, pré-escola e ensino fundamental deste município, que teve como licitantes vencedores parciais: **JOSE GOMES DA SILVA FILHO** com o valor total de R$ 51.968,50 (Cinquenta e Um Mil, Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta Centavos), **MARIA AUDERLANDIA DE OLIVEIRA CUNHA** com o valor total de R$ R$ 20.832,00 (Vinte Mil, Oitocentos e Trinta e Dois Reais); **CICERO RAFAEL DE OLIVEIRA CARDOSO** com o valor total de R$ 23.085,00 (Vinte e Três Mil e Oitenta e Cinco Reais).

Lucrécia – RN, 12 de maio de 2026.

MARIA JOSÉ DUARTE LEITE
Presidente de Comissão Especial De Chamada Publica

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:47581EEA

GABINETE DO PREFEITO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO EDITAL Nº 002/2026 – SMECCT

IV CAMPEONATO MASCULINO DE MINICAMPO EM LUCRÉCIA/RN – A NIVEL MUNICIPAL

A Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo torna público o Edital do IV Campeonato Masculino de MINICAMPO que será realizado do dia 30 de maio de 2026 até o dia 28 de junho de 2026. O evento tem como objetivo fomentar o esporte local, valorizar a prática de futebol e promover a integração entre os atletas do município.

OBJETIVOS:

Artigo 1º - O Campeonato Municipal de Minicampo tem como objetivo promover a prática esportiva, o lazer e a integração entre os atletas, incentivando a qualidade de vida e o fortalecimento do esporte amador.

Artigo 2º - Este regulamento regerá toda a competição, que será organizada pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo, devendo todas as equipes cumprir integralmente as normas aqui estabelecidas.

INSCRIÇÕES:

Artigo 3º – Cada equipe poderá inscrever até 16 atletas, podendo relacionar até 14 por partida.

3.1 – Os atletas deverão ser residentes ou eleitores do município, com exceção do goleiro, cuja vaga será rotativa, sendo permitido o mesmo atuar por apenas uma equipe durante a competição.

3.2 – Será facultada a inscrição de até 02 (dois) atletas de linha, de fora do município, não sendo obrigatória sua utilização.

3.3 – A vaga de atleta de fora também será rotativa, podendo cada atleta atuar por apenas uma equipe.

3.4 – A equipe que optar por inscrever atleta(s) de fora não poderá substituir essa(s) vaga(s) por atleta(s) do município, ficando a vaga vinculada exclusivamente a atleta(s) de fora.

3.5 – Após a inscrição, não será permitida a troca da condição do atleta (de fora para do município e vice-versa).

Parágrafo único: Poderão ser exigidos documentos que comprovem vínculo com o município.

Artigo 4º - A inscrição será gratuita

Artigo 5º - A ficha de inscrição deverá ser entregue antes da estreia da equipe, acompanhada de documento oficial com foto.

SISTEMA DE DISPUTA:

Artigo 6º - O campeonato será disputado por **6 equipes**, divididas em **2 grupos de 3 equipes** cada.

• **Grupo A**
• **Grupo B**

Artigo 7º - Na fase de grupos, as equipes jogam entre si dentro do grupo.

Artigo 8º - Classificam-se **2 equipes de cada grupo** para a fase semifinal.

FASE ELIMINATÓRIA

Semifinais:

• (JOGO 1) 1º do Grupo A × 2º do Grupo B
• (JOGO 2) 1º do Grupo B × 2º do Grupo A

Final:

• (JOGO 3) Vencedor do Jogo 1 × Vencedor do Jogo 2

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

Artigo 9º - A pontuação será:

• Vitória: 3 pontos
• Empate: 1 ponto
• Derrota: 0 pontos

Parágrafo único: W.O. será considerado placar de 6x0.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Artigo 10º - Em caso de empate em pontos:

a) Maior número de vitórias
b) Saldo de gols
c) Maior número de gols marcados
d) Menor número de gols sofridos
e) Menor número de cartões vermelhos
f) Menor número de cartões amarelos
g) Sorteio

DURAÇÃO DAS PARTIDAS

Artigo 11º - As partidas terão duração de:

02 tempos de **25 minutos**
Intervalo de **10 minutos**

REGRAS DO JOGO

Artigo 12º - As equipes terão **7 jogadores em campo** (6 linha + 1 goleiro).

Artigo 13º - O mínimo para início será de **5 jogadores**.

FASE ELIMINATÓRIA

Artigo 14º - Em caso de empate nas semifinais e final:

Decisão por pênaltis
Série de 5 cobranças alternadas
Persistindo empate, cobranças alternadas até definir vencedor

UNIFORMES

Artigo 15º - As equipes deverão estar uniformizadas padrão (ou seja, iguais) com:

Camisa;
Short;
E Meiões da mesma cor.
Parágrafo único: É recomendado o uso de caneleiras.
Facultativo Meia Antiderrapante (qualquer cor).

DISCIPLINA

Artigo 16º - Cartões: ACUMULATIVO.

3 amarelos = **suspensão de 1 jogo**
Cartão vermelho = suspensão automática

Artigo 17º - Atleta irregular:

Perda de pontos
Eliminação em caso de fase mata-mata

W.O. E INTERRUPÇÕES

Artigo 19º - Equipe que não comparecer ou ficar com menos de 5 jogadores:

Derrota por 6x0

RECURSOS

Artigo 20º - Recursos deverão ser apresentados até **12 horas após o fim da partida**, mediante taxa de 200,00R$.

PREMIAÇÃO

Artigo 21º - As premiações serão fornecidas conforme previsto no processo administrativo específico do evento, ficando sob responsabilidade da Comissão Organizadora do Campeonato, e serão concedidas em valores definidos oficialmente, além de troféu e medalhas, conforme disponibilidade e planejamento da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Comunicação e Turismo.

Campeão: 1.000,00 + Troféu e medalhas
Vice: 500,00 + Troféu e medalhas
Artilheiro: 100,00 + Troféu, em caso de empate, o valor será dividido, e o troféu será entregue ao jogador da equipe mais bem colocada na competição
Melhor goleiro: 100,00 + Troféu

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 22º - Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Artigo 23º - Todas as equipes participantes declaram estar de acordo com este regulamento.

LUCRÉCIA/RN, 12 DE MAIO 2026

FRANCISCO ERIVANALDO DE OLIVEIRA
Secretário
Matricula: 120709-1

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:30E428A6

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no art. 14, §1°, da Lei n.º 11.947/2009 de 16 de junho de 2009, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da(o) JOSE GOMES DA SILVA FILHO, MARIA AUDERLANDIA DE OLIVEIRA DA CUNHA e CICERO RAFAEL DE OLIVEIRA CARDOSO, referente à aquisição exclusiva de alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, que serão destinados ao fornecimento de alimentação nas Instituições Educacionais de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o ano letivo.

RATIFICO, conforme prescreve o art. 72 do Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). MARIA JOSÉ DUARTE LEITE, Presidente da Comissão Especial de Chamada Pública, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

LUCRÉCIA - RN, 12 de maio de 2026

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:C6DF936F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2026.02.10.004.001
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.02.10.004

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR SALES - RN
CONTRATADA: FRANCISCO AURIAN RIBEIRO ME “RIBEIRO AUTO CENTER”

DO OBJETIVO: Constitui Objeto do contrato: A contratação de empresa especializada para a prestação continuada de serviços de locação de veículo automotor do tipo caminhonete zero quilômetros, ano de fabricação 2026 ou superior, destinado ao atendimento das demandas do Gabinete da Prefeita do município de Major Sales/RN, com recursos próprios e de convênios que deverão ser consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2026, nas quantidades, especificações e demais condições descritas no Termo de Referência, Edital de Convocação e Ata de Registro de Preços, consoante dispõe a legislação vigente.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato é decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2026.02.10.004, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 302, de 22 de novembro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMMS 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, Resolução Resolução 028/2020, do TCE/RN.

DO VALOR TOTAL DO CONTRATO: é de R$ 119.400,00 (Cento e Dezenove Mil e Quatrocentos Reais), a ser pago em parcelas de acordo com a prestação continuada de serviços de locação de veículo automotor, mediante apresentação das faturas correspondentes.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos para fazer face às despesas da referida contratação, serão próprios e de convênios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2026 - Atividades: 02.001.04.122.04.2000.2.2 - MANUTENCAO ATIV. DO GABINETE DO PREFEITA - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.33.00 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO - FONTE Nº 15000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS E 02.001.04.122.04.2000.2.2 - MANUTENCAO ATIV. DO GABINETE DO PREFEITA - ELEMENTO DE DESPESA Nº 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA – FONTE Nº 15000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS, [...], ETC..., consoante as disposições da Lei Municipal nº 600/2025.

DA VIGÊNCIA: O presente Termo de Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021/93.

DATA DA ASSINATURA - 27 de março de 2026.

ASSINANTES:
Maria Elce Mafaldo de Paiva Fernandes - CONTRATANTE
Francisco Aurian Ribeiro – CONTRATADA

Publicado por:
Maria Aparecida f Da Silva
Código Identificador:7B6665EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°221 DE 12 DE MAIO DE 2026.

DECRETO N° 221 de 12 de maio de 2026.

Institui a Comissão Gestora responsável pela coordenação e elaboração do Plano Municipal de Educação do município de Marcelino Vieira/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica municipal.

D E C R E T A:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º- Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do município de Marcelino Vieira/RN, a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN, com a finalidade de coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Norte – PEE e demais marcos legais pertinentes.

Atribuições

Art. 2º- Compete à Comissão Gestora:
I – Coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN;
II – Promover a articulação entre os diversos órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas com a educação no município;
III – Sistematizar diagnósticos, estudos, dados e propostas para subsidiar a construção do Plano;
IV – Realizar consultas públicas, escutas territoriais e audiências com a sociedade civil e os setores educacionais;
V – Elaborar a minuta do novo Plano Municipal de Educação e submetê-la à apreciação do Conselho Municipal de Educação e demais instâncias competentes.
Composição
Art. 3º- A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições:
I – Secretaria de Municipal de Educação – três titulares e três suplentes;
II – Conselho Municipal de Educação do município de Marcelino Vieira/RN – Um titular e um suplente;
III – Fórum Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN – Um titular e um suplente;
IV– Representantes dos Professores ou Trabalhadores da Educação Municipal– Um titular e um suplente.
V – Representante de Alunos - Um titular e um suplente.
VI – Representante de Universidade Publica - Um titular e um suplente.
§1º Os membros da Comissão Gestora, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos e das instituições da respectiva representação e nomeados por meio de portaria da Secretaria de educação do município de Marcelino Vieira/RN, publicada no prazo de quinze dias após a publicação deste Decreto.
§2º O exercício de funções inerentes ao mandato na Comissão Gestora será considerado relevante prestação de serviço público, não remunerada.
§ 3º Os membros da Comissão Gestora exercerão mandato até a conclusão da elaboração do PME de Marcelino Vieira/RN, quando será automaticamente encerrado.
§ 4º A Comissão Gestora poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições e entidades com atuação relevante na área educacional, sempre que necessário à execução de suas atividades.
§ 5º A coordenação da Comissão Gestora será exercida pelo Secretário de Educação do Município de Marcelino Vieira/RN ou por servidor designado por ele(a).
§ 6º A Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN prestará o apoio técnico, administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

Normas Complementares

Art. 4º- A Secretaria Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Vigência

Art. 5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN.
Gabinete do Prefeito, em 12 de maio de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:B47DB14B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO(CESTAS BÁSICAS-J RIBAMAR)

Processo: Pregão nº 07/2026
Número de Contrato: 2026.05.11.0001
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de cestas básicas para distribuição a famílias em situação de vulnerabilidade social conforme Lei de Benefício Eventual e pelo Programa Municipal de Distribuição de Alimentos-PMDA, descritos na Lei Municipal 291/2017 e 347/2021. Conforme quantidades, especificações e condições de entrega especificadas no Documento de Formalização de Demanda (DFD), Termo de referência e processo administrativo em anexo.
Fundamentação: 124 da Lei nº 14.133/21.
Contratado/CNPJ: J RIBAMAR DE LIMA , 03.759.033/0001-08
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Valor Total: R$ 398,424, (trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais)
Data da Assinatura do contrato: 11/05/2026.
Vigência: 11/05/2026 a 11/05/2027

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:A4FC7DC2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO (INSTITUIÇÃO FINANCEIRA-MENTORE)

Processo: Pregão n° 01/2026
Número de Contrato: 2026.05.04.0001
Objeto Contratação de instituição financeira ou de pagamento por maior oferta de lances, que atenda as regras de funcionamento estabelecidas pelo o Banco Central do Brasil, para a prestação de serviços de pagamento, com exclusividade, de salários, proventos e vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de servidores ou empregados públicos ativos, inativos e pensionistas, da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Marcelino Vieira-RN.
Fundamentação: Lei nº 14.133/2021, Art.105, e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
Contratado/CNPJ MENTORE INSTITUIÇÃO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A, 32.343.119/0001-53.
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Valor Total: R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais.)
Data da Assinatura do contrato: 11/05/2026.
Vigência: 60 Meses

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:8EB8E446

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128//2026

Portaria nº 128//2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a Fórum Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN em conformidade com o Decreto municipal nº **220/2026.**

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear Pedro Cesário de Oliveira Neto Coordenador do Fórum Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN, cuja função é coordenar e acompanhar os trabalhos deste órgão durante o biênio 2026/2028.

Art. 2º- Nomear os membros relacionados a seguir, para integrar o Fórum Municipal de Educação de Marcelino Vieira/RN:

I - Presidente do Conselho Municipal de Educação: Myllena Karla dos Santos Silva
II - Presidente do CACS- Fundeb: Angela Maria de Lima
III - Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Francisca Edneide Cesário de Oliveira
Suplente: Maria Euzileide Diniz de Lima
IV - Representante dos professores das escolas públicas, indicado pela categoria;
Titular: Claudia Socorro de Oliveira
Suplente: Antônio Gustavo Lopes
V - Representante dos diretores das escolas públicas, indicado por seus pares;
Titular: Maria Aparecida Coutinho Costa
Suplente: Clodoaldo Cosmo Marcelino
VI - Representante dos pais de alunos das escolas públicas, indicadas pela Equipe gestora da Escola;
Titular: Maria Eliene Pereira Sarmento
Suplente: Jose Filho Gabriel Gadelha
VII - Representante do Conselho Tutelar, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Titular: Elizoelma Costa Dias
Suplente: Maria Gilsicleide Fernandes
VIII - Representante da Sociedade Civil organizada.
Titular: Josileide Eliane de Queiroz
Suplente: Marcelino Cavalcante de Oliveira Neto
Art. 3º-Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Marcelino Vieira/RN, 12 de maio de 2026

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:D0FAC051

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 163 -2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** a servidora **GILKA DA SILVA SOUZA**, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matrícula nº 282, Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 2019/2024, a ser gozada no período de 11 de maio a 08 de agosto de 2026.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de maio de 2026.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 12 de maio de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:9997788F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 164 -2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** ao servidor **MARCOS ANTONIO CARNEIRO**, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matrícula nº 264, Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 2018/2023, a ser gozada no período de 04 de maio a 01 de agosto de 2026.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2026.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 12 de maio de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:54F7B489

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 165 -2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS**, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. PAULO CÉSAR GALDINO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o decreto n° 018, de março de 2025, que autoriza o Município de Martins, a realizar pagamentos por meio de Diárias aos servidores público que se deslocarem a serviço do Município, da sua sede para outro ponto do território estadual, nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, no interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a senhora **BRUNA GOMES DE FREITAS**, Matrícula 90001574, ocupante do cargo de Subcoordenadora de Programas Sociais, Habitação e Emprego, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), perfazendo o valor total de R$ 600,00 (seiscentos reais).

Objeto do Deslocamento: Participação de capacitação do SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão)
Local de destino: Natal/RN
Período do Afastamento: 06 a 08 de maio de 2026.

Art. 2º- O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Martins, em 12 de maio de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Município de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:1289DD5B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 166 -2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS**, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. PAULO CÉSAR GALDINO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o decreto n° 018, de março de 2025, que autoriza o Município de Martins, a realizar pagamentos por meio de Diárias aos servidores público que se deslocarem a serviço do Município, da sua sede para outro ponto do território estadual, nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, no interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a senhora **VANESSA GABRIELLY DA SILVA OLIVEIRA**, Matrícula 9000194, ocupante do cargo de Subcoordenador do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), perfazendo o valor total de R$ 600,00 (seiscentos reais).

Objeto do Deslocamento: Participação de capacitação do SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão)
Local de destino: Natal/RN
Período do Afastamento: 06 a 08 de maio de 2026.

Art. 2º- O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Martins, em 12 de maio de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Município de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:1B27345A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 167 -2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARTINS**, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. PAULO CÉSAR GALDINO, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o decreto n° 018, de março de 2025, que autoriza o Município de Martins, a realizar pagamentos por meio de Diárias aos servidores público que se deslocarem a serviço do Município, da sua sede para outro ponto do território estadual, nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, no interesse da administração;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a senhora **JEYLA CRISTIANY DE AMORIM MARTINS**, Matrícula 9000980, ocupante do cargo de Secretaria municipal, 02 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 500,00 (quinhentos reais), perfazendo o valor total de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Objeto do Deslocamento: Participação de capacitação do SIBEC (Sistema de Benefícios ao Cidadão)
Local de destino: Natal/RN
Período do Afastamento: 06 a 08 de maio de 2026.

Art. 2º- O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos do art. 22, III, IV e V, da Resolução nº 011/2016, de 09 de junho de 2016, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Martins, em 12 de maio de 2025.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Município de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:052F9A0A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 092/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 092/2026

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração do município de Maxaranguape/RN, no exercício de suas atribuições legais, na melhor forma da Lei Orgânica do Município e em atendimento a Portaria nº. 013/2022,

Resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor**JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO**, Secretário Municipal de Administração, matrícula nº 7823, quatro diárias, no valor total de R$ 4.680,00 (quatro mil, seiscentos e oitenta reais) para custear despesas com hospedagem, transporte e alimentação, durante seu deslocamento, com o objetivo de acompanhar o Vice-Prefeito no período de 18/05/2026 a 22/05/2026 na "XXVII Marcha a Brasília em defesa dos municípios", bem como nas visitas a Ministros, Deputados e Senadores, na cidade de Brasília/DF.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maxaranguape/RN, 13 de maio de 2026.

REGISTRE-SE.PUBLIQUE-SE.CUMPRA-SE.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal Administração

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:8E1D9183

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 093/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 093/2026

Dispõe sobre a concessão de diária a servidor e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Administração do município de Maxaranguape/RN, no exercício de suas atribuições legais, na melhor forma da Lei Orgânica do Município e em atendimento a Portaria nº. 013/2022,

Resolve:
Art. 1º. Conceder ao agente político**EVANIO PEDRO DO NASCIMENTO**, Vice-prefeito, matrícula nº 2001, quatro diárias, no valor total de R$ 4.680,00 (quatro mil, seiscentos e oitenta reais) para custear despesas com hospedagem, transporte e alimentação, durante seu deslocamento, com o objetivo de Representar a prefeita no período de 18/05/2025 a 22/05/2025 na "XXVII Marcha a Brasília em defesa dos municípios", bem como nas visitas a Ministros, Deputados e Senadores, na cidade de Brasília/DF.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Maxaranguape/RN, 13 de maio de 2026.

REGISTRE-SE.PUBLIQUE-SE.CUMPRA-SE.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal Administração

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:57D8DEA8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

PROCESSO Nº 35/2026
OBJETO: Contratação de licença de uso de software especializado em pesquisa de preços para o atendimento do Art. 23 da Lei 14.133/21 e suas atualizações..

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

Na oportunidade, **RATIFICO** o parecer emitido pelo SETOR DE CONTRATAÇÃO e pela assessoria do Município de Montanhas/RN, acerca do enquadramento da despesa destinada à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia para assessoria jurídica à Controladoria Geral do município de Montanhas/RN, para contratação da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA - CNPJ nº 07.797.967/0001-95**, com o valor total de **R$ 16.830,00 (dezesseis mil oitocentos e trinta reais)**.

Encaminhe aCOMISSÃO DE CONTRATAÇÕESpara que sejam adotadas as providências necessárias à elaboração do contrato administrativo, conforme minuta apresentada na presente **Inexigibilidade**.

Montanhas/RN, 12 de maio de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:E3D788FD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

PROCESSO Nº 37/2026
OBJETO: Aquisição de inscrições para participação de agentes públicos municipais na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela Confederação Nacional de Municípios, a ser realizada no período de 18 a 21 de maio de 2026, em Brasília/DF.

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

Na oportunidade, **RATIFICO** o parecer emitido pelo SETOR DE CONTRATAÇÃO e pela assessoria do Município de Montanhas/RN, acerca do enquadramento da despesa destinada à contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de advocacia para assessoria jurídica à Controladoria Geral do município de Montanhas/RN, para contratação da empresa **CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS - CNPJ nº 00.703.157/0001-83**, com o valor total de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**.

Encaminhe aCOMISSÃO DE CONTRATAÇÕESpara que sejam adotadas as providências necessárias à elaboração do contrato administrativo, conforme minuta apresentada na presente **Inexigibilidade**.

Montanhas/RN, 12 de maio de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:3FE23FD3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

PROCESSO Nº 35/2026
OBJETO: Contratação de licença de uso de software especializado em pesquisa de preços para o atendimento do Art. 23 da Lei 14.133/21 e suas atualizações..

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a contratação da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA - CNPJ nº 07.797.967/0001-95**, com o valor total de **R$ 16.830,00 (dezesseis mil oitocentos e trinta reais)**, referente à contratação de licença de uso de software especializado em pesquisa de preços para o atendimento do Art. 23 da Lei 14.133/21 e suas atualizações.

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 12 de maio de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:985D52D2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026

PROCESSO Nº 37/2026
OBJETO: Aquisição de inscrições para participação de agentes públicos municipais na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, promovida pela Confederação Nacional de Municípios, a ser realizada no período de 18 a 21 de maio de 2026, em Brasília/DF.

TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 12/2026

RECONHEÇO a INEXIGIBILIDADE fundamentada no Art. 74, inciso III, alínea "*f*" da Lei n.º 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a contratação da empresa **CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS - CNPJ nº 00.703.157/0001-83**, com o valor total de **R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)**, referente à Aquisição de inscrições para participação de agentes públicos municipais na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Montanhas/RN, 12 de maio de 2026.

ANTONIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassio Pereira da Silva
Código Identificador:A2195D57

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0009/2026

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 0009/2026, que objetiva: AQUISIÇÃO DE BRINDES, DESTINADAS A DISTRIBUIÇÃO EM ALUSÃO AO EVENTO EM COMEMORAÇÃO DO DIA DAS MÃES NO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS-RN. HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor da empresa: JOSE HELIO BARBOSA SOARES – CNPJ Nº 12.463.845/0001-00 - VALOR TOTAL LOTE R$: 98.882,00.
Monte das Gameleiras - RN, 11 de Maio de 2026.

JEFERSON RODRIGUES FELIX
Prefeito

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:994BA85D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO ELETRONICO Nº 0009/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINDES, DESTINADAS A DISTRIBUIÇÃO EM ALUSÃO AO EVENTO EM COMEMORAÇÃO DO DIA DAS MÃES NO MUNICIPIO DE MONTE DAS GAMELEIRAS-RN. FUNDAMENTO LEGAL: Pregão ELETRONICO nº 0009/2026 - ORÇAMENTO DE 2026 - 0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – 08.244.0021.2.066 – MANUTENÇÃO DAS ATVS DA SEC. MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL – FONTE DE RECURSO: 1500000000 - ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.32. – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE DAS GAMELEIRAS E JOSÉ HELIO BARBOSA SOARES– CNPJ Nº 12.463.845/0001-00– CT Nº 0024-2026 – VALOR TOTAL R$: 98.882,00; assinado em 11.05.2026 - VIGÊNCIA: até 31.12.2026.

Publicado por:
Marliete Maria de Morais
Código Identificador:EF311CC5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 033/2026 - GP/PMNF

Altera o Decreto Municipal nº 31/2023/GP/PMNF, que dispõe sobre o Processo Seletivo Simplificado de Diretores Vice-Diretores Escolares da educação básica da rede municipal de ensino, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhessão conferidas por Lei;e,

CONSIDERANDO o Art. 206, inciso VI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, prevê que o ensino será ministrado com base no princípio da gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

CONSIDERANDO o Art.14 da *Lei* de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– LDB/1996, que institui que os sistemas de ensino, definirão as normas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades;

CONSIDERANDO o art. 3º, inciso X, da referida Lei nº 15.388/2026, que estabelece como princípio orientador a consolidação da gestão democrática do ensino público, em continuidade à Meta 19 do PNE anterior (Lei nº 13.005/2014);

CONSIDERANDO a Lei nº 14.113, de 25 de 12 de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) de acordo com o artigo14,§1,inciso I;

CONSIDERANDO, o Decreto n.º 10.656, de 22 de março de 2021, cujo teor regulamenta a lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (Lei do FUNDEB), art. 43, que determina condicionalidades a serem cumpridas para a melhoria de gestão;

CONSIDERANDO, a Lei Federal 15.388, de 14 de abril de 2026, que trata do Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO, a Meta 18 do Plano Municipal de Educação (PME), sancionado pela Lei Municipal nº 688/2015, de 24 de junho de 2015;

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal Nº 31/2023 GP/PMNF, de 13 de outubro de 2023, que dispõe sobre o processo de escolha dos gestores escolares da educação básica da rede municipal de ensino, e dá outras providências;

CONSIDERANDO, a Lei Complementar nº 047/2025, de 09 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a reestruturação administrativa, remodela cargos de provimento em comissão para incluir níveis hierárquicos e cria novas secretarias, além de outras providências.

CONSIDERANDO, que a gestão democrática, assim assegurada, integra as condicionalidades do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR - Lei nº 14.113/2020), demandando eleição direta ou consulta à comunidade escolar para cargos de direção.

RESOLVE:
Art. 1º - O Decreto Municipal Nº 31/2023, de 13 de outubro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º - Instituir o processo de seleção simplificado para o provimento dos cargos de Diretor(a) Escolar e Vice-Diretor(a) que será realizada mediante análise de critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como por meio de consulta pública à comunidade escolar, para mandato de 03 (três) anos, permitida uma única recondução por igual período, mediante participação em novo processo seletivo.

Art. 3º - Para participar da concorrência ao cargo os candidatos deverão ter formação em Pedagogia ou Licenciatura em qualquer área da educação comprovadamente reconhecida pelo Ministério da Educação.

Art. 4º- Os concorrentes podem ser profissionais da comunidade escolar, servidores efetivos, contratados ou cargos comissionados da Educação Básica Municipal, vinculados a unidade escolar que concorrerá a vaga.

Art. 5º - Os candidatos serão selecionados e através mediante metodologia de analise dos Critérios Técnicos de Mérito e Desempenho e consulta a comunidade escolar.

Art. 6º - No ato de posse, o(a) Diretor(a) e Vice-diretor(a) escolar selecionado para o cargo por meio de Processo Seletivo Simplificado, assinará um termo de compromisso comprometendo-se a exercer com diligência as atribuições específicas da função.

Art. 7º - O Processo Seletivo Simplificador para Diretores(as) e Vice-Diretores(as) das Escolas da Rede Municipal de Nísia Floresta será coordenado pela Comissão Central da Secretaria Municipal de Educação, constituída por 08 (oito) representantes: 04 (quatro) servidores da Secretaria Municipal de Educação – 02 titulares e 02 suplentes; 02 (dois) representantes do SINTE de Nísia Floresta – 01 titular e 01 suplente e 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Educação – 01 titular e 01 suplente, instituída por meio de Portaria.

§1º Cabe à Comissão Central atuar como segunda instância das decisões proferidas pelas Comissões Escolares, no que diz respeito as sanções e julgar os recursos interpostos ao processo eleitoral.

Art. 8º - Do Processo de Consulta Pública a Comunidade Escolar e Comissões:

§ 1º O Conselho Escolar, na terceira etapa do edital, Consulta Pública a Comunidade Escolar, coordenará o processo de votação dos integrantes da Comissão Escolar em cada Unidade de Ensino, que será composta por um membro de cada segmento da comunidade escolar;

§ 2º A Comissão do Processo de Consulta Pública a Comunidade Escolar terá as seguintes atribuições:

I - Organizar as apresentações e debates dos Planos de Trabalho para a Gestão da Escola;

II - Divulgar edital com lista de candidatos, data, horário, local de votação e prazos para apuração e para recursos;

III - Designar mesários e escrutinadores, credenciar fiscais indicados pelos respectivos candidatos ou chapas concorrentes e providenciar a instalação do programa de votação;

IV - Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas no edital;

V - As eleições ocorrerão, presencialmente, utilizando cédulas;

§ 3º A Comissão Eleitoral Escolar emitirá o Relatório de Apuração do Resultado Final, coletará as assinaturas e encaminhará cópias à Comissão Central para homologação da terceira etapa: consulta a comunidade escolar.

Art. 9º - Das etapas do Processo a Consulta Pública à Comunidade Escolar:

§1º As atividades escolares previstas para o dia de eleição serão normais.

§2º A Comissão Eleitoral Escolar organizará horário de votação das turmas da Unidade Escolar, de acordo com o funcionamento da aula do estudante.

§3º Fica assegurado aos estudantes o direito de votar em horário diferente do seu turno de aula.

§4º Eleitor habilitado a votar o fará na Unidade de Ensino de origem, desde que atendam aos critérios estabelecidos no Edital.

§5º Mãe, pai ou responsável legal votará para eleição de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) das Unidades nas quais o estudante esteja vinculado, na escola de origem do aluno, independentemente do voto deste.

§6º São eleitores, única e exclusivamente, os constantes na lista de votação homologada pela Comissão Escolar, os quais terão direito somente a um voto no dia da eleição.
Art. 10º - Da Campanha Eleitoral à Comunidade Escolar:

§1º A apresentação dos Candidatos das chapas dar-se-á por meio de campanha eleitoral permitida, exclusivamente, no período de 16/06/2026 e 17/06/206 para para Diretor(a) Diretor(a) e Vice-Diretor(a) das Unidades de Ensino.

§2º É vetado a campanha eleitoral antecipada, seja ela realizada presencialmente ou virtualmente da seguinte forma:

I - Propaganda de caráter político-partidário;

II - Atividades de campanha antes do tempo estipulado e da forma prescrita pela Comissão Central e comissão da unidade escolar;

III - Distribuição de brindes ou camisetas;

IV - Remuneração ou compensação financeira de qualquer natureza;

V - Ameaça, coerção ou qualquer forma de cerceamento de liberdade;

§3º O descumprimento das vedações dispostas acima será punido com as seguintes sansões:

I - Advertência escrita;

II - Suspensão das atividades de campanha por até 05 (cinco) dias e/ou exclusão do processo eleitoral;

III - Proibição de participar, como candidato, dos processos eleitorais de que trata esse decreto pelo período de 2 (dois) mandatos;

IV - Das sanções aplicadas pela Comissão Escolar, caberá recurso à Comissão Central;

Art. 11º - Dos eleitores.

§1º Estão habilitados a votar para Diretor(a) e Vice-Diretor(a), os integrantes da comunidade escolar que compõem a Unidade Escolar, constantes na lista definitiva de Eleitores, homologada pela Comissão Eleitoral Escolar e afixada em local visível na Unidade escolar, até dois dias antes do processo de consulta a comunidade escolar.

I - Os estudantes matriculados em Unidade Escolar da Rede Municipal, com idade mínima de 12 (doze) anos no dia da votação;

II - Os pais, mães ou responsáveis por estudantes da Rede Municipal de Ensino, os quais terão direito a um voto por escola em que estejam habilitados para votar;

III - Os servidores integrantes da carreira do Magistério Público Municipal em exercicio na Unidade Escolar ou que nela esteja participando dessa etapa da escolas de diretores(a) e vice-diretores(as)

IV - Os professores em exercicio na respectiva Unidade Escolar independente do tempo de lotação nesse estabelecimento de ensino.

Art. 12º - Dos Recursos.

O prazo máximo para interposição de recursos será informado no Edital, após o dia da consulta pública a comunidade escolar. Não serão aceitos recursos extemporâneos.

Art. 13º - Das Escolas que participarão do Processo Seletivo Simplificado de Diretores(as) Vice-Diretores(as):

A composição das chapas deverá seguir rigorosamente as normas estabelecidas no Edital nº 004/2026, admitindo chapas completas ou candidaturas individuais conforme suas disposições específicas.

Art. 14º. Este Decreto entra em vigor no ato de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÊ CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito do Município de Nísia Floresta/RN

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:2656CF51

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2026 - SME

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DE DIRETOR(A) E VICE-DIRETOR(A) ESCOLAR DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), torna pública a realização do Processo Seletivo Simplificado para a escolha de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para mandato de 03 (três) anos, permitida uma única recondução por igual período, mediante participação em novo processo seletivo, nos termos deste Edital. O presente processo é instituído pelo Decreto nº 033/2026, que altera o Decreto Municipal nº 30, de 09 de setembro de 2022, e o Decreto Municipal nº 31/2023, de 13 de outubro de 2023, e tem como finalidade a habilitação de diretores(as) e vice-diretores(as) escolares da rede municipal de ensino.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 É objeto deste Edital a seleção de pessoal para o provimentos do cargo de Diretor(a) Escolar ou Vice-Diretor(a) das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, de acordo com art. 2º do Decreto Municipal nº 033/2026, 12 de maio de 2026.

1.2 A seleção para o provimento dos cargos de Diretor(a) Escolar e Vice-Diretor(a), a ser realizado por meio de análise de critérios técnicos de mérito e desempenho e com consulta pública à comunidade escolar, para mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução pelo mesmo período mediante novo processo seletivo.

1.3 A seleção para o provimento dos cargos de Diretor(a) Escolar e Vice-Diretor(a) será realizada, em três etapas, a 1ª etapa, por meio de avaliação rigorosa dos critérios técnicos de mérito e desempenho profissional, de caráter classificatório, destinada a aferir a qualificação, a experiência e a capacidade de gestão dos candidatos, a 2ª etapa será a entrega do Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico (PEAP) e arguição, de caráter classificatória e a 3ª etapa, por meio de consulta pública a comunidade escolar, também classificatória, de acordo com os termos estabelecidos neste Edital.

1.4 Constituem critérios de avaliação:

I – Formação em nível superior em Pedagogia ou Licenciatura plena, reconhecida pelo Ministério da Educação;

II – Perfil profissional compatível com a função de gestão escolar, considerando as dimensões político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira e pessoal/relacional;

III – Experiência comprovada em atividades educacionais de natureza administrativa e/ou pedagógica, desenvolvidas na unidade escolar para a qual o candidato concorre, devidamente atestada por órgão colegiado da área da educação, constituído por representantes da comunidade escolar;

IV – Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

V – Disponibilidade para o exercício da função em regime de dedicação integral;

1.5 A Administração Pública não assumirá o encargo de realizar a permuta ou cedência de candidatos a diretor escolar que mantenham vínculos empregatícios com outros entes federativos, com o propósito de garantir a compatibilidade para a investidura do cargo. Aqueles que não se enquadrarem a essa condição terão suas inscrições impugnadas; e

1.6 Ter disponibilidade legal para assumir a função de gestão escolar;

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

2.1 O processo seletivo será composto pelas seguintes etapas:

I – Inscrição;
II – Análise documental;
III – Análise curricular;
IV – Avaliação do Projeto Educacional;
V – Arguição do Projeto;
VI – Consulta pública à comunidade escolar;

2.2 A Comissão Especial será responsável pela condução das etapas até a publicação do resultado final da fase técnica.

2.3 Compete à Secretaria Municipal de Educação a homologação dos resultados.

3. DAS VAGAS E FUNÇÕES

3.1 As inscrições para as chapas aos cargos de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) serão formalizadas mediante o preenchimento da ficha de inscrição, conforme modelo constante no Anexo - I deste Edital.

3.2 Os candidatos habilitados serão selecionados, nos termos deste edital, para o preenchimento de 11 (onze) escolas com chapas compostas por Diretor(a) e Vice-Diretor(a), bem como de 16 (dezesseis) escolas que concorrerão apenas ao cargo de Diretor(a) escolar, conforme disposto na Lei Complementar nº 047/2025, sendo a distribuição realizada da seguinte forma:

NOME DA ESCOLA		FORMAÇÃO DE CHAPAS
1.	Escola Municipal Yaya Paiva Ensino de 1º e 2º Graus	Diretor(a) pedagógico e Diretor(a) administrativo/financeiro
2.	Escola Municipal Alberto de Carvalho Araujo	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
3.	4Escola Municipal Francisca Pereira da Silva	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
4	Escola Municipal Sandoval Ribeiro Dantas	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
5.	Escola Municipal Professora Aurora Costa de Carvalho	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
6.	Escola Municipal Professora Maria Dolores Regina de Macedo Leite	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
7.	Escola Municipal Terezinha da Silva Leite	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
8.	Escola Municipal Maria Mercia de Carvalho	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
9.	Escola Municipal de Pium	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
10.	CMEI Professora Maria Sebastiana da Costa Luz	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
11.	CMEI Maria Palmira de Miranda Galvao Gondim	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)

12.	Escola Municipal Francisco Domingos de Souza	Diretor(a)
13.	Escola Municipal Tenente Coronel Juvino Lopes da Silva	Diretor(a)
14.	Escola Municipal Professora Maria Lucia de Macedo Leite	Diretor(a)
15.	Escola Municipal Ana Cardoso Barros	Diretor(a)
16.	Escola Municipal Leonor Maria Bezerra	Diretor(a)
17.	Escola Municipal Maria de Lourdes Ferreira de Carvalho	

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:1289D4D3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 040/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026

Portaria nº 40/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 5º do Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias no valor unitário de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), totalizando R$ 6.000,00(seis mil reais) ao servidor (a) abaixo identificado (a), conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 08/2025:

SERVIDOR: Rosineide Mendes da Silva

MATRÍCULA: 000225-9

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Secretária Municipal de Administração
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Administração.
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF para a participação do evento "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios"
DESTINO: Natal/Brasília – Brasília/Natal
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 17 a 21 de maio do corrente ano.
JUSTIFICATIVA: deslocar-se à cidade de Brasília/DF no período de 17 a 21 de maio, tendo como finalidade participar do evento intitulado "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios". O referido evento constitui-se em importante espaço de debate institucional, capacitação e articulação federativa, reunindo gestores públicos municipais de todo o país para discussão de pautas estratégicas voltadas ao fortalecimento da administração pública municipal e ao aprimoramento das políticas públicas.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O servidor beneficiário fica obrigado a apresentar a prestação de contas, por meio de relatório de viagem e documentos comprobatórios, no prazo máximo de até 05(cinco) dias úteis após o retorno ao local de trabalho, nos termos do art. 10º da legislação vigente.
Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 12 de maio de 2026.

GUSTAVO DA SILVA SANTOS
Prefeito Municipal de Nísia Floresta/RN

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:6A922717

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 036/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026

Portaria nº 36/2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias no valor unitário de R$ 2.000,00 (dois mil reais), totalizando R$ 8.000,00 (oito mil reais), ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 08/2025:

SERVIDOR: Gustavo da Silva Santos

MATRÍCULA: 7391

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Prefeito Municipal.
LOTAÇÃO: Gabinete do Prefeito.
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF para a participação do evento "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios"
DESTINO: Natal/Brasília – Brasília/Natal
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 17 a 21 de maio do corrente ano.
JUSTIFICATIVA: deslocar-se à cidade de Brasília/DF no período de 17 a 21de maio, tendo como finalidade participar do evento intitulado "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios". O referido evento constitui-se em importante espaço de debate institucional, capacitação e articulação federativa, reunindo gestores públicos municipais de todo o país para discussão de pautas estratégicas voltadas ao fortalecimento da administração pública municipal e ao aprimoramento das políticas públicas.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O servidor beneficiário fica obrigado a apresentar a prestação de contas, por meio de relatório de viagem e documentos comprobatórios, no prazo máximo de até 05(cinco) dias úteis após o retorno ao local de trabalho, nos termos do art. 10º da legislação vigente.
Publique-se e cumpra-se.
Nísia Floresta/RN, 12 de maio de 2026.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA
Mat: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:7A4BD0F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 037/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026

Portaria nº 37/2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias no valor unitário de R$ 1.750,00 (mil setecentos e cinquenta reais), totalizando R$ 7.000,00(sete mil reais) ao servidor (a) abaixo identificado (a), conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 08/2025:

SERVIDOR (A): Maxsa Valeria do Nascimento Alves de Mesquita

MATRÍCULA: 036812-1

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Vice-Prefeita municipal
LOTAÇÃO: Gabinete do Prefeito
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF para a participação do evento "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios"
DESTINO: Natal/Brasília – Brasília/Natal
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 17 a 21 de maio do corrente ano.
JUSTIFICATIVA: deslocar-se à cidade de Brasília/DF no período de 17 a 21de maio, tendo como finalidades participar do evento intitulado "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios". O referido evento constitui-se em importante espaço de debate institucional, capacitação e articulação federativa, reunindo gestores públicos municipais de todo o país para discussão de pautas estratégicas voltadas ao fortalecimento da administração pública municipal e ao aprimoramento das políticas públicas.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O servidor beneficiário fica obrigado a apresentar a prestação de contas, por meio de relatório de viagem e documentos comprobatórios, no prazo máximo de até 05(cinco) dias úteis após o retorno ao local de trabalho, nos termos do art. 10º da legislação vigente.
Publique-se e cumpra-se.
Nísia Floresta/RN, 12 de maio de 2026.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA –
Mat: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:A90B8C28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 038/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026

Portaria nº 38/2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 7º do Decreto Executivo Municipal nº 008/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias no valor unitário de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), totalizando R$ 6.000,00 (seis mil reais) ao servidor abaixo identificado, conforme previsão legal no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 08/2025:

SERVIDOR (A): Denapoly Rodrigues dos Santos

MATRÍCULA: 002620-4

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Auxiliar Executivo Nível 3
LOTAÇÃO: Gabinete do Prefeito
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF para a participação do evento "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios"
DESTINO: Natal/Brasília – Brasília/Natal
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 17 a 21 de maio do corrente ano.
JUSTIFICATIVA: deslocar-se à cidade de Brasília/DF no período de 17 a 21 de maio, tendo como finalidade participar do evento intitulado "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios". O referido evento constitui-se em importante espaço de debate institucional, capacitação e articulação federativa, reunindo gestores públicos municipais de todo o país para discussão de pautas estratégicas voltadas ao fortalecimento da administração pública municipal e ao aprimoramento das políticas públicas.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O servidor beneficiário fica obrigado a apresentar a prestação de contas, por meio de relatório de viagem e documentos comprobatórios, no prazo máximo de até 05(cinco) dias úteis após o retorno ao local de trabalho, nos termos do art. 10º da legislação vigente.
Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 12 de maio de 2026.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA
Mat: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:64C14287

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 039/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026

Portaria nº 39/2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 7º do Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diárias no valor unitário de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), totalizando R$ 6.000,00 (seis mil reais) ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 08/2025:

SERVIDOR (A): Domingos Fernando de Melo Pimenta

MATRÍCULA: 236980-0

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Chefe de Comunicação
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Governo
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF para a participação do evento "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios"
DESTINO: Natal/Brasília – Brasília/Natal
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 17 a 21 de maio do corrente ano.
JUSTIFICATIVA: deslocar-se à cidade de Brasília/DF no período de 17 a 21 de maio, tendo como finalidade participar do evento intitulado "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios". O referido evento constitui-se em importante espaço de debate institucional, capacitação e articulação federativa, reunindo gestores públicos municipais de todo o país para discussão de pautas estratégicas voltadas ao fortalecimento da administração pública municipal e ao aprimoramento das políticas públicas.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O servidor beneficiário fica obrigado a apresentar a prestação de contas, por meio de relatório de viagem e documentos comprobatórios, no prazo máximo de até 05(cinco) dias úteis após o retorno ao local de trabalho, nos termos do art. 10º da legislação vigente.
Publique-se e cumpra-se.
Nísia Floresta/RN, 12 de maio de 2026.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA
Mat: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:B7762403

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 041/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026

Portaria nº 41/2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE NÍSIA FLORESTA/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto Executivo Municipal nº 008/2025**.**

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 04 (quatro) diária no valor unitário de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), totalizando R$ 6.000,00 (seis mil reais), ao servidor abaixo identificado, conforme previsto no Destino 3 do Decreto Executivo Municipal nº 08/2025:

SERVIDOR (A): Wilkie Marques Ferreira

MATRÍCULA: 003370-7

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: Secretário Municipal de Governo
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Governo
OBJETIVO: Deslocar-se a cidade de Brasília/DF para a participação do evento "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios"
DESTINO: Natal/Brasília – Brasília/Natal
PERÍODO DO AFASTAMENTO: 17 a 21 de maio do corrente ano.
JUSTIFICATIVA: deslocar-se à cidade de Brasília/DF no período de 17 a 21 de maio, tendo como finalidade participar do evento intitulado "XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios". O referido evento constitui-se em importante espaço de debate institucional,

capacitação e articulação federativa, reunindo gestores públicos municipais de todo o país para discussão de pautas estratégicas voltadas ao fortalecimento da administração pública municipal e ao aprimoramento das políticas públicas.
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: O servidor beneficiário fica obrigado a apresentar a prestação de contas, por meio de relatório de viagem e documentos comprobatórios, no prazo máximo de até 05(cinco) dias úteis após o retorno ao local de trabalho, nos termos do art. 10º da legislação vigente.
Publique-se e cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 12 de maio de 2026.

ROSINEIDE MENDES DA SILVA
Mat: 225
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Rosineide Mendes da Silva
Código Identificador:FB36287E

SECRETARIAMUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DA ATA CIRCUNSTANCIADA DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PLANO(S) DE TRABALHO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

Aos 12 dias do mês de maio do ano de 2026, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN, reuniram-se os membros da **Comissão Especial de Chamamento Público/Comissão de Seleção** designada pela **Portaria nº 149/2026-GP**, regularmente designados por ato da autoridade competente, para proceder ao julgamento das propostas técnicas apresentadas no âmbito do **Chamamento Público nº 003/2026**, instaurado para seleção de Organização da Sociedade Civil visando à celebração de **Termo de Colaboração**, nos termos da **Lei Federal nº 13.019/2014**, do **Decreto Municipal nº 014/2024-GP** e do respectivo **Termo de Referência**, objetivando a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, AÇÕES, PROCEDIMENTOS E ATIVIDADES EM SAÚDE NO FORMATO DE GESTÃO PARCIAL, CONTEMPLANDO EQUIPE DE ATENÇÃO BÁSICA, E FORMATO DE GESTÃO PLENA DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E LABORATÓRIO DE PRÓTESES DENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN**, de acordo com os termos do edital. O (a) Presidente e demais membros da Comissão Especial, analisaram a documentação enviada via e-mail: licitacao@nisiafloresta.rn.gov.br, das seguintes instituições;

Nº	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	SITUAÇÃO	ÁREA DE INTERESSE
02	INSTITUTO PANAMERICANO DE SERVIÇOS - IPAS	55.170.976/0001-02	HABILITADA/ QUALIFICADA/ PLANO DE TRABALHO APROVADO.	LOTE I e II

O (a) Presidente da Comissão especial deu procedimento a ANÁLISE DOCUMENTAL DE QUALIFICAÇÃO E DO PLANO DE TRABALHO, conclui-se que o Plano de Trabalho apresentado evidencia compatibilidade técnica, operacional e assistencial com o objeto do chamamento público, demonstrando exequibilidade, organização metodológica, coerência entre metas e ações propostas, além de capacidade de execução dos serviços pactuados, atendendo aos critérios objetivos de avaliação previstos no edital, julgando-as conforme quadro acima, tendo em vista a documentação que trata o edital 003/2026, e requisitos necessários para a devida habilitação junto ao município. Portanto, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso administrativo, sendo até às 16h00min do dia 20 de maio de 2026.
Nísia Floresta/RN, 12 de maio de 2026.

LEANDRO TADEU GONÇALVES DA SILVA
Presidente

ANA PAULA PINHEIRO DOS SANTOS
Membro

VALÉRIA LAURA PINHEIRO
Membro

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:7820835E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OLHO D'ÁGUA DO BORGES

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0507007/2026 – 051201/2026 – IN

Extrato de Inexigibilidade de Licitação
Res. 028/2020 - TEC/RN, Art.1º, VI, b, 5.

Processo Administrativo: 0507007/2026 – 051201/2026 – IN

Objeto: **Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos especializados de levantamento, identificação, recuperação e compensação de créditos tributários e previdenciários, mediante adoção de medidas administrativas e técnicas necessárias em favor do município de Olho d'Água do Borges/RN.**

Contratante: **MUNICÍPIO DE OLHO D´ÁGUA DO BORGES – CNPJ Nº 08.349.029/0001-95**
Contratado: **MAXWELL WILLAMS CARNEIRO CALAÇA DIAS MONTEIRO EIRELI** - CNPJ (MF) sob número 30.742.772/0001-59

Valor Total: Referente ao valor correspondente a 20*% (*Vinte por cento) sobre os valores efetivamente recuperados, compensados ou restituídos em favor do Município

Base legal: artigo 74, III, "c" da Lei 14.133/21.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho D´Água do Borges (RN), 12 de maio de 2026.

WALMIR ARAÚJO NETO
Agente de Contratação
Portaria Nº 024/2025

Publicado por:
Walmir Araujo Neto
Código Identificador:FF9D49C4

GABINETE CIVIL DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0507007/2025 – 051201/2026 – IN

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE
Res. 028/2020 - TEC/RN, Art.1º, VI, 4
Processo Administrativo: 0507007/2025 – 051201/2026 – IN

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos especializados de levantamento, identificação, recuperação e compensação de créditos tributários e previdenciários, mediante adoção de medidas administrativas e técnicas necessárias em favor do município de Olho d'Água do Borges/RN.

O Ordenador de Despesa da Prefeitura Municipal de Olho D´Água do Borges, no uso de suas atribuições e de acordo com o que determina o art. 74 da Lei nº 14.133/21, e considerando o que consta do processo administrativo que trata da contratação da pessoa jurídica pessoa jurídica **MAXWELL WILLAMS CARNEIRO CALAÇA DIAS MONTEIRO EIRELI**, inscrita no CNPJ (MF) sob número 30.742.772/0001-59, objetivando o acima descrito, com o PERCENTUAL de 20*% (*Vinte por cento) sobre os valores efetivamente recuperados, compensados ou restituídos em favor do

Município, ratifica a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Palácio José Gonzaga de Queiroga, em Olho D´Água do Borges/RN, 12 de maio de 2026.

ANTONIMAR AMORIM CARLOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elifran Dias Muniz
Código Identificador:6ED917D9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026 REF. PROCESSO ADMINISTRATIVO PMOB/RN Nº022.04002/2026-02

A Prefeitura Municipal de Ouro Branco/RN, através do Prefeito Interino, Sr. Amariudo dos Santos Silva, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2026 com início no dia 27 de março de 2026 que tem por objeto AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO/RN. em favor das empresas relacionadas a seguir: BIOMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI- CNPJ: 38.329.458/0001-61, saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 0045, 0197; totalizando o valor de R$ 26.780, 00 (vinte e seis mil setecentos e oitenta reais). CACTOS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR LTDA- CNPJ: 42.591.738/0001-10, saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 0024, 0031, 0034, 0039, 0041, 0046, 0071, 0072, 0076, 0077, 0091, 0095, 0106, 0114, 0128, 0130, 0141, 0142, 0144, , 0145, 0148, 0149, 0157, 0159, 0162, 0164, 0165, 0167, 0168, 0169, 0171, 0172, 0174, 0175, 0176, 0177, 0178, 0181, 0182, 0184, 0185, 0187, 0188, 0202, 0203, 0204, 0206, 0207, 2010, 0213, , 0214, 0215, 0217, 02019, 0220, 0221, 0222, 0228, 0232, 0233, 0238, 0240, 0243, 0244, 0247; totalizando o valor de R$359.320, 00 (trezentos e cinquenta e nove mil trezentos e vinte reais). DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BANDEIRANTE LTDA CNPJ: 40.328.532/0001-77, saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 0032, 0042, 0043, 0053, 0067, 0074, 0105, 0137, 0160, 0198, 0199, 0208, 0229, 0239, 0241 totalizando o valor de R$ 104.790, 00 (cento e quatro mil setecentos e noventa reais), GIULLITEB MEDEIROS CNPJ: 21.437.704/0001-04, saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 0082, 0083, 0099, 0146, 0153, 0154, 0155, 0156 totalizando o valor de R$65.431, 00, (sessenta e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais), HOSPMEDICAL-COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 33.160.739/0001-10, saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 0002, 0005, 0009, 0012, 0013, 0015, 0020, 0021, 0025, 0026, 0035, 0040, 0047, 0048, 0052, 0059, 0060, 0064, 0065, 0066, 0068, 0075, 0087, 0088, 0094, 0096, 0101, 0102, 0113, 0115, 0119, 0126, 0127, 0129, 0131, 0132, 0136, 0140, 0147, 0158, 0166, 0173, 0183, 0191, 0192, 0200, 0209, 0211, 0212, 0223, 0224, 0225, 0226, 0227, 0230, 0231, 0235, 0237, totalizando o valor de R$393.083, 00 (trezentos e noventa e três mil e oitenta e três reais), Multifarma Comércio e Representações LTDA CNPJ: 21.681.325/0001-57 saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 0008, 0011, 0022, 0030, , 0037, 0051, 0061, 0069, 0078, 0081, 0086, 0092, 0093, 0097, 0117, 0125, 0150, 0151, 0161, 0189, 0194, 0201, 0234, totalizando o valor de R$284.360, 00 (duzentos e oitenta e quatro mil trezentos e sessenta reais), ORGANIZACAO EXITOKI FARMA LTDA CNPJ: 16.755.344/0001-40 saiu vencedora no Item cujo código é: 0050, totalizando o valor de R$4.500, 00 (quatro mil e quinhentos reais), PHARMA PLUS LTDA CNPJ: 03.817.043/0001-52, saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 004, 006, 0010, 0014, 0016, 0017, 0018, 0019, 0023, 0027, 0028, 0029, 0033, 0036, 0038, 0049, 0054, 0054, 0055, 0056, 0062, 0070, 0073, 0080, 0084, 0090, 0100, 0111, 0116, 0120, 0121, 0123, 0133, 0135, 0163, 0170, 0180, 0186, 0190, 0193, 0195, 0196, , 0205, 0218, 0236, 0245, totalizando o valor de R$222.929, 00 (duzentos e vinte e dois mil novecentos e vinte e nove reais), Phospodont Ltda CNPJ: 04.451.626/0001-75 saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 0003, 0007, 0057, 0063, 0098, 0110, 0124, 0134, 0179, 0246, totalizando o valor de R$ 63.814, 00 (sessenta e três mil oitocentos e quatorze reais) WORLD COMERCIO DE MEDICAMENTOSE MATERIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ: 44.554.219/000108, saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 0001, 0044, 0079, 0085, 0108, 0109, 0138, 0139, 0143, 0152, 0216, 0242 totalizando o valor de R$ 113.576, 00 (cento e treze mil quinhentos e setenta e seis reais), ZAFRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALRES LTDA CNPJ: 41.347.974/0001-23, saiu vencedora nos Itens cujos códigos são: 0058, 0089, 0118, 0122, totalizando o valor de R$ 39.400, 00, (trinta e nove mil e quatrocentos reais) As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e na Av. Manoel Correia, nº 219, Centro, Ouro Branco/RN CEP 59.347-000, em horário de expediente. Ouro Branco/RN, 12 de maio de 2026.

Publicado por:
Juciara Alves Ferreira
Código Identificador:CB8D6B84

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÚ

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇAO
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇAO - PREGAO ELETRONICO 005/2025

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAU
PREGÃO ELETRONICO Nº 005/2026-SRP
REPUBLICADO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Paraú/RN, faz saber que estará realizando às 08h30min do dia 25/05/2026, Sessão Pública do Pregão nº 005/2026-SRP, na modalidade Eletrônica para futura **AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS FARMÁCIA BÁSICA, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL ROSALIA GONDIM DE MELO E UNIDADE BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN**. O edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no sitio: www.portaldecompraspublicas.com.br ou poderá ser solicitado pelo e-mail: departamentolicitacaoparau@gmail.com.

Paraú/RN, 12 de maio de 2026.

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:D3815394

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DE LICITAÇAO
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2026-SRP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 004/2026-SRP
REPUBLICAÇÃO

O Município de Paraú/RN, faz saber que estará realizando às 08h30min do dia 22/05/2026, Sessão Pública do Pregão nº 004/2026-SRP, na modalidade Eletrônica para **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS INJETAVEIS, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL ROSALIA GONDIM DE MELO E UNIDADE BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PARAÚ/RN**.

O edital com os anexos encontram-se a disposição dos interessados no sitio: www.portaldecompraspublicas.com.br **ou** poderá ser solicitado pelo e-mail: departamentolicitacaoparau@gmail.com.

Paraú/RN, 11 de maio de 2026.

FABIOLA DE ARAÚJO MORAIS
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fabíola de Araujo Morais
Código Identificador:A257BA99

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 410/2010 DE 05 DE MAIO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 410/2010
DE 05 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a denominação de vias públicas no Conjunto Habitacional Manoel Faustino Alves, localizado no Município de Paraú/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÚ-RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:
Art. 1º As vias públicas localizadas no Conjunto Habitacional Manoel Faustino Alves, situado às margens da RN-233, KM 28, zona urbana do Município de Paraú/RN, ao lado direito do Posto Diniz, passam a ter as seguintes denominações:
Art. 2º Fica denominada de Rua Sebastiana Margarida da Silva (Sebastiana de Adilon Coché) a via pública da primeira rua, dando início na casa do Senhor Charles, localizada no Conjunto Habitacional Manoel Faustino Alves, neste município, compreendendo toda a sua extensão, desde o seu ponto inicial até o seu término.
Art. 3º Fica denominada de Rua Francisco Canindé Gondim de Aquino (Canindé do Leite) a via pública da segunda rua do Conjunto Habitacional Manoel Faustino Alves, dando início na casa da Senhora Ceiça Ferreira, neste município, compreendendo toda a sua extensão, desde o seu ponto inicial até o seu término.
Art. 4º Fica denominada de Rua Francisco Lopes Filho (Vereador Chefe Lopes) a via pública da terceira rua do Conjunto Habitacional Manoel Faustino Alves, dando início na casa da Senhora Adriana de Fernando, neste município, compreendendo toda a sua extensão, desde o seu ponto inicial até o seu término.
Art. 5º Fica denominada de Rua Francisco De Assis de Aquino (Neném de Belo) a via pública da quarta rua do Conjunto Habitacional Manoel Faustino Alves, dando início na casa do Senhor Douglas de Titico de Adonias, neste município, compreendendo toda a sua extensão, desde o seu ponto inicial até o seu término.
Art. 6º O Poder Executivo Municipal ficará responsável pela identificação e instalação das placas das referidas vias públicas.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Luiz Augusto Filho, em Paraú/RN, 05 de maio de 2026.

JOÃO EVARISTO PEIXOTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edgley Xavier da Silva
Código Identificador:71CF3A2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 029/2026/PMP/ADM - * REPUBLICADA POR CORREÇÃO

PORTARIA Nº 029/2026/PMP/ADM
08 DE MAIO DE 2026.
*** REPUBLICADA POR CORREÇÃO**

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora **ANTONIA DANIELLY PEIXOTO SILVA,** Secretária Municipal de Assistência Social, 03 (Três) diária no valor total de R$ 450,00 (Quatrocentos e cinquenta Reais), para custear despesas com locomoção, alimentação e estadia, durante sua permanência em Mossoró/RN, para participar do Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social – capacitaSUAS do RN, que ocorrerá nos dias 11,12 e 13 de maio de 2026 na Universidade Potiguar, Mossoró/RN.
Art. 2º - Determinar o Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 08 de maio de 2026.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:9DC42F48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 030/2026/PMP/ADM

PORTARIA Nº 030/2026/PMP/ADM
12 DE MAIO DE 2026.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Paraú, estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legalmente constitucionais,
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a Senhora **ALINE PEREIRA XAVIER,** Chefe de Departamento dos Programa Social, 02 (Duas) diárias no valor total de R$ 300,00 (Trezentos Reais), para custear despesas com locomoção, alimentação e estadia, durante sua permanência em Natal/RN, para participar de uma Capacitação do Sistema de Benefícios ao Cidadão SIBEC, que ocorrerá nos dias 14 e 15 de maio de 2026 no Auditório do El Aram Imirá Beach Resort, na Av. Senador Dinarte Mariz, 4077, Via Costeira Natal/RN.
Art. 2º - Determinar o Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Paraú/RN, em 12 de maio de 2026.

FRANCISCO WILTEMBERG DANTAS ALVES
Secretário de Administração

Publicado por:
Francisco Wiltemberg Dantas Alves
Código Identificador:A4120B12

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 38/2025. PROCESSO N° 1.737/2025 INEXIGIBILIDADE 34/2025

EXTRATO DO 1° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 38/2025.

PROCESSO N° 1.737/2025
INEXIGIBILIDADE 34/2025

CONTRATADA: **JACKSON DOS SANTOS OLIVEIRA**
CPF: 080. *. ***- 86.**
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão da prorrogação do prazo do contrato 38/2025, proveniente da inexigibilidade 34/2025, em 180 (cento e oitenta) dias, cujo objeto se refere a **"ALUGUEL DE IMÓVEL - CASA DOS CONSELHOS.",** nos termos dos arts 104, 124, I, 125 e 130, Lei nº 14.133/2021.

ASSINATURA: 04/05/2026;
VIGÊNCIA: 08/05/2026 ATÉ 05/11/2026.

Publicado por:
Matheus Warley Dos Santos Souza
Código Identificador:F4210B68

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.°164/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO.

PORTARIA n.°164/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS, FINANÇAS, DA TRIBUTAÇÃO E DO PLANEJAMENTO.

CONCESSÃO DE FÉRIAS DE ACORDO COM ART.116 DA LEI COMPLEMENTAR DE N°003 DE 20 DE OUTUBRO, ESTATUTO DO SERVIDOR.

O SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, do Município de Parelhas/RN, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO requerimento n.°41820/2026/SMS apresentado pelo servidor (a), ILANE CRISTINA DA SILVA matrícula, n.°1206761 lotado na Secretaria Municipal de Saúde no cargo de FISIOTERAPEUTA.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor (a) ILANE CRISTINA DA SILVA matrícula n.°1206761, o gozo de férias no período de 20/5/2026 A 3/6/2026, perfazendo um total de 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º - Durante o período de gozo de férias, o servidor (a) fará jus à remuneração integral, nos termos do artigo 116, parágrafo 2° da Lei complementarn°003 de 20 de outubro de 1995.

Art. 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.
PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Severino da Silva Oliveira, em Parelhas (RN) 12 de Maio de 2026.

TIAGO TIBERIO DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração, Gestão de Pessoas, Finanças, da Tributação e do Planejamento.

Publicado por:
Luiz Fellipe Dantas de Souza
Código Identificador:D36FBAAF

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
DECRETO N°179/2026-GAB/PREFEITO

DECRETO N°179/2026-GAB/PREFEITO

Institui a Comissão Gestora responsável pela coordenação e elaboração do Plano Municipal de Educação do município de Parelhas/RN e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, no uso das atribuições legais;

DECRETA:

Objeto e âmbito de aplicação

Art.1° Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do município de Parelhas/RN, a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Parelhas/RN, com a finalidade de coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte – PPE e demais marcos legais pertinentes.
Atribuições da Comissão Gestora:

Art.2° Compete a coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;

Promover a articulação entre os diversos órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas com a educação no município;

Sistematizar diagnósticos, estudos, dados e propostas para subsidiar a construção do Plano;

Realizar consultas públicas, escutas territoriais e audiências com a sociedade civil e os setores educacionais;

Elaborar a minuta do novo Plano Municipal de Educação e submetê-la à apreciação do Conselho Municipal de Educação e demais instâncias competentes.

Composição.

Art.3° A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições:

Secretaria de Municipal de Educação – Três titulares e três suplentes;

Conselho Municipal de Educação do município de Parelhas/RN, (CME) – Um titular e um suplente;

Fórum Municipal de Educação de Parelhas/RN – Um titular e suplente;

Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores do município de Parelhas/RN – Um titular e um suplente;

Representantes do Sindicato dos Professores ou Trabalhadores da Educação – Um titular e um suplente.

§1° Os membros da Comissão Gestora, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos e das instituições da respectiva representação e nomeados por meio de portaria da Secretaria de Educação do município de Parelhas/RN, publicada no prazo de 15 dias após a publicação deste Decreto.

§2° O exercício de funções inerentes ao mandato na Comissão Gestora será considerado relevante prestação de serviço público, não remunerada.

§3° Os membros da Comissão Gestora exercerão mandato até a conclusão da elaboração do PME de Parelhas/RN, quando será automaticamente encerrado.

§4° A Comissão Gestora poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições e entidades com atuação relevante na área educacional, sempre que necessário à execução de suas atividades.
§5° A coordenação da Comissão Gestora será exercida pela Secretária de Educação do Município de Parelhas/RN ou por servidor designado por ele (a).

§6º A Secretaria do município de Parelhas/RN prestará o apoio técnico, administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

Normas Complementares

Art.4º A Secretaria Municipal de Educação editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Vigência

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Parelhas,12 de maio de 2026

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

ANTÔNIA ZÉLIA DE ASSIS DANTAS
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:127D1D39

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N°191/2026 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N°191/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;
CONSIDERANDO o art. 99, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses a servidora Efetiva **MARIA GORETE SANTIAGO DE OLIVEIRA,**ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais matrícula nº 1003569, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 11 de maio de 2026 e cm data fim 08 de agosto de 2026.

Parelhas, 12 de maio de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:9A79D673

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N.192/2026 – GAB/PREFEITO.

Portaria de n.192/2026 – GAB/PREFEITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARELHAS NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES COM FULCRO NO ART. 64, INCISO III DA LEI ORGÂNICA DO MUNICIPIO DE PARELHAS.
RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a **Sra**. **MARIA DAS VITÓRIAS AZEVEDO SANTOS**, para o cargo em provimento de comissão de Diretora Técnica da Procuradoria do Município de Parelhas, a partir do dia 11 de maio de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data se sua publicação, revogando-se automaticamente todas as disposições em contrário.

Parelhas, 12 de maio de 2026.

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:94CF7DB6

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE Nº 190/2026-GAB/PREFEITO

PORTARIA DE Nº 190/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido da função gratificada **ANASTÁCIA KELLY LIMA MEDEIROS** da Função de Coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Município de Parelhas.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 01 de maio de 2026.

Parelhas, 12 de maio de 2026

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:3B237DD4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 080/2026

Trata da aprovação, da convalidação e da homologação das decisões administrativas proferidas nos procedimentos administrativos em que foram analisados e deferidos formulados por servidores públicos municipais do quadro de pessoal efetivo, ocupantes de cargos públicos de profissionais do Magistério da Educação Básica Pública Municipal; e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente, e
CONSIDERANDO que diversos servidores públicos municipais, ocupantes de cargos públicos do quadro de pessoal efetivo, exercentes de funções do Magistério da Educação Básica Pública Municipal, postularam a implantação de Classe após atender os requisitos necessários.

CONSIDERANDO que em todos os casos foi instaurado o respectivo processo administrativo, em que foi emitido parecer jurídico favorável à concessão do pleito administrativo;
CONSIDERANDO que, em cada processo administrativo, foi proferida decisão administrativa de deferimento do pleito;
CONSIDERANDO a necessidade de que tal progressão reflita não apenas na remuneração, mas em todo o histórico funcional para fins de direitos futuros e previdenciários,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar o imediato **enquadramento funcional** dos servidores públicos municipais relacionados no Anexo I, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 253, de 03 de maio de 2010.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças deverá proceder à atualização da referida progressão em todas as esferas administrativas, incluindo, obrigatoriamente: I – **Ficha Funcional e Assentamentos Individuais:** para que conste o novo enquadramento na carreira; II – **Folha de Pagamento e Contracheque:** com a implantação do novo vencimento básico correspondente à Classe; III – **Relação de Segurados do RPPS:** para fins de futuras contribuições e cálculos de aposentadoria.
Art. 3º Fica ratificada a implantação financeira das referidas Classes, efetivada administrativamente em março de 2023, devendo a Secretaria Municipal de Administração e Finanças adotar as providências necessárias à manutenção do pagamento do vencimento básico correspondente, em estrita observância aos enquadramentos reconhecidos.
Parágrafo Único. Os pagamentos das parcelas retroativas serão apurados e pagos em estrita observância às normas legais aplicáveis, sendo o montante devido submetido ao regime de Requisição de Pequeno Valor (RPV), nos termos da legislação vigente.
Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração e Finanças adotará as providências necessárias para o fiel cumprimento desta Portaria, efetuando os registros pertinentes na folha de pagamento dos servidores e demais assentamentos funcionais.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 07 de maio de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

ANEXO I – PORTARIA Nº 080/2025-PMP/GP

MUDANÇA DE CLASSE		
SERVIDOR(A)	**ANO**	**IMPLANTADO EM:**
ANA LÚCIA FARIAS - CLASSE D	2022	MARCO 2023
GERLUZIA MARIA MARTINS - CLASSE F	2020	MARCO 2023
IOLENI FERNANDES DE ARAÚJO -CLASSE F	2020	MARCO 2023
MARIA DA GLORIA ROCHA DE ANDRADE - CLASSE F	2020	MARCO 2023
MARIA DE LOURDES MOURA - CLASSE F	2020	MARCO 2023
MARIA GORETE DE MOURA - LETRA F	2020	MARCO 2023
MARIA VERONICA D. DOS REIS QUEIROGA - CLASSE F	2020	MARCO 2023
NILVANIA MARIA REZENDE CARNEIRO - CLASSE F	2020	MARCO 2023
PEDRO FELICIO DE FRANÇA - CLASSE F	2020	MARCO 2023
REGIANA MARIA DA SILVA - CLASSE E	2023	MARCO 2023
RENIFRAN ESTEVAO DA SILVA - CLASSE C	2022	MARCO 2023
VANDILMA NOGUEIRA DE MENEZES DANTAS – CLASSE - F	2020	MARCO 2023
WILMA FELIX DE ANDRADE - CLASSE E	2022	MARCO 2023

Palácio Sebastião Petronilo de Moura, Patu/RN, em 07 de maio de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:16748E52

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA GRANDE

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 06040001.1/2026 DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2025 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025 - SRP – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS/RN

Contratante: O Município de Pedra Grande – CNPJ: 08.113.896/0001-27.

Contratada: Parnamed Hospitalar e Medicamentos Ltda - CNPJ: 45.419.985/0001-22

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de insumos e medicamentos hospitalares para atender as necessidades do Sistema Municipal de Saúde.

Valor Total do Contrato R$ 844.944.52 (oitocentos e quarenta e quatro mil novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

Fundamento: Lei Federal 14.133/2021, e alterações posteriores.

Prazo de Vigência: 11/05/2026 a 11/05/2027.

Pedra Grande/RN, 11 de maio de 2026.
Assinaturas: Pedro Henrique de Souza Silva – CPF: 05*. ***. **4-67 Pela Contratante, e Flávia Keyte Vieira Maia – CPF: 03*. ***. **4-84 Pela Contratada.

Publicado por:
Rutemberg de Melo Gonzaga
Código Identificador:C2575916

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DO CONTRATO

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, CNPJ: 08.113.995/0001-09**
Contratada: **65.972.729 ANA LUCIA DE OLIVEIRA, CNPJ: 65.972.729/0001-75**
Processo nº 1134/2026 – Dispensa nº 010/2026
Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços operacionais do evento para realização da 1ª Corrida e caminhada, promovida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte em parceria com a Prefeitura Municipal de Pedra Preta, visando o fortalecimento dos laços entre a Educação e a comunidade por meio de atividade esportiva que estimule saúde, união e bem-estar coletivo.
VALOR TOTAL ESTIMADO**: R$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais).**
Vigência: Os serviços contratados iniciarão em 04 de maio de 2026, e encerrarão em 31 de dezembro de 2026.

Pedra Preta-RN, 04 de maio de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN
CNPJ: 08.113.995/0001-09
Contratante

ANA LUCIA DE OLIVEIRA
CNPJ: 65.972.729/0001-75
Contratada

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:6074EB81

CPL
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO -TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 001 de 06 de janeiro de 2025, verbis:

Art. 75 *– É dispensável a Licitação:*

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

CONSIDERANDO o atendimento da necessidade de contratação de empresa para prestação dos serviços operacionais do evento para realização da 1ª Corrida e caminhada, promovida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte em parceria com a Prefeitura Municipal de Pedra Preta, visando o fortalecimento dos laços entre a Educação e a comunidade por meio de atividade esportiva que estimule saúde, união e bem-estar coletivo.
CONSIDERANDO que a realização de eventos esportivos é uma ferramenta fundamental de promoção da saúde, integração social e estímulo à prática de atividade física.

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor competente.

RESOLVE:

Tornar **DISPENSÁVEL** a licitação, Com fundamento no**Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21,** o seguinte objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OPERACIONAIS DO EVENTO PARA REALIZAÇÃO DA 1ª CORRIDA E CAMINHADA, PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE EM PARCERIA COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, VISANDO O FORTALECIMENTO DOS LAÇOS ENTRE A EDUCAÇÃO E A COMUNIDADE POR MEIO DE ATIVIDADE ESPORTIVA QUE ESTIMULE SAÚDE, UNIÃO E BEM-ESTAR COLETIVO,em favor da empresa**: 65.972.729 ANA LUCIA DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ sob nº 65.972.729/0001-75**, estabelecida a Rua do Carbono, nº 30 – Sala D, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.076-160, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, a saber no valor global estimado de R$ 28.600,00 (vinte e oito mil e seiscentos reais).

A PREFEITURA MUNICIPAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1134/2026,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

PEDRA PRETA/RN, 30 de abril de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 008.213.744-78

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:B679531A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 58/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 02 (duas) diárias e meia a senhora **RENATA CAMARA BARRETO**, Matricula: 1130, ocupante da função de Secretária Municipal. Sendo o valor total de uma diária de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando R$ 625,00 (seiscentos e vinte e cinco reais)**,** para custear as despesas de transporte e alimentação durante o seu deslocamento a cidade de Mossoró/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participar de capacitação do CAPACITA SUAS.
Art. 2 ° - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pedra Preta/RN, 12 de maio de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:F74B37E8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 59/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder duas diárias e meia a senhora BILGA BANDEIRA DE SOUZA, Matricula: 191, ocupante do Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, sendo o valor total de uma diária de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), totalizando R$ 375 (trezentos e setenta e cinco reais)**,** para custear as despesas de transporte e alimentação durante o seu deslocamento a cidade de Mossoró/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participar de capacitação do CAPACITA SUAS.

Pedra Preta/RN, 12 de maio de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:65FC8455

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 60/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder duas diária e meia a senhora VALERIA DE SOUZA PEGADO, Matricula: 1271, ocupante do Cargo de ASSESSOR TECNICO ADMINISTRATIVO- AREA ASSISTENTE SOCIAL, sendo o valor total de uma diária de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), totalizando R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)**,** para custear as despesas de transporte e alimentação durante o seu deslocamento a cidade de Mossoró/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participar de capacitação do CAPACITA SUAS.
.

Pedra Preta/RN, 12 de maio de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:68DC2E1E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 61/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder duas diárias e meia a senhora MARIA FERNANDA ELIAS DE MEDEIROS, Matricula: **** , ocupante do Cargo de ASISTENTE SOCIAL, sendo o valor total de uma diária de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), totalizando R$ 375,00 (Trezentos e setenta e cinco reais)**,** para custear as despesas de transporte e alimentação durante o seu deslocamento a cidade de Mossoró/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participar de capacitação do CAPACITA SUAS.
.
Pedra Preta/RN, 12 de maio de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:DDEE22C4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 62/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder duas diárias e meia a senhora NATHENYA MONIK DA SILVA PAIVA , Matricula: **** , ocupante do Cargo de PSICOLOGA - CRAS, sendo o valor total de uma diária de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), totalizando R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)**,** para custear as despesas de transporte e alimentação durante o seu deslocamento a cidade de Mossoró/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participar de capacitação do CAPACITA SUAS.
.
Pedra Preta/RN, 12 de MAIO de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:9B5AEA44

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 63/2026

O Prefeito Municipal de PEDRA PRETA/RN, no uso suas atribuições que lhe são conferidas:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder duas diárias e meia a senhora LUANA GABRIELA DA CRUZ SILVA , Matricula: **** , ocupante do Cargo de PRESIDENTE DO CMAS, sendo o valor total de uma diária de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), totalizando R$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)**,** para custear as despesas de transporte e alimentação durante o seu deslocamento a cidade de Mossoró/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participar de capacitação do CAPACITA SUAS.
.
Pedra Preta/RN, 12 de maio de 2026.

LUIZ ANTONIO BANDEIRA DE SOUZA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ewerton de Lima Junior
Código Identificador:6493DC28

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 251/2025 - DIARIA

PORTARIA Nº 251/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN), **MARINA TEODORO DA TRINDADE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto **302/2023.**
RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:		**EMANOEL JOSÉ BEZERRA DE SENA**		
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:		CHEFE DE PREGÃO		
CPF: 074.287.614-41		MATRÍCULA: 799		
QUANT.	**DESTINO**	**PERÍODO DE AFASTAMENTO**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL (R$)**
1.5	NATAL/RN	14 E 15 DE MAIO DE 2026.	R$ 250,00	R$ 375,00
( ) DIÁRIAS COM PERNOITE (X) DIÁRIAS SEM PERNOITE		TOTAL		R$ 375,00

Descrição do Objetivo/Serviços de Deslocamento
Com desígnio a participação do encontro nacional sobre governança, inovação e tecnologia nas compras públicas. Local: NATAL/RN

Art. 2º. Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:9F9A396E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 20250515001

O Município de Pilões/RN torna público que, por determinação da autoridade competente, foi ANULADA a Concorrência Eletrônica nº 20250515001/2025, a partir da fase de divulgação do edital , cujo objeto é a contratação de empresa para execução de obra pública, em razão de vício de legalidade na fase externa do certame, consistente na ausência de publicação do edital no Portal Nacional de Contratações

Públicas (PNCP) e em jornal diário de grande circulação, em desacordo com o art. 54 da Lei nº 14.133/2021.

A anulação foi realizada com fundamento no princípio da autotutela administrativa, não havendo emissão de ordem de serviço nem início da execução contratual.

O processo será oportunamente republicado, com observância integral das exigências legais.

Pilões/RN, 12 de maio de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:012CB28C

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20260428001 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO

DISPENSA DE LICITAÇÃO - 20260428001
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 20260428001

OBJETO:
- Contratação de empresa especializada para aquisição de materiais esportivos, destinados ao atendimento das atividades esportivas, treinamentos, competições, campeonatos e eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Esportes do Município de Pilões/RN.

CONTRATANTE:
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES/RN;
- CNPJ Nº 08.148.488/0001-00;
- RUA DELFINA, Nº 22, CENTRO, PILÕES/RN.

CONTRADADA:
- INGRIDE CONFECCOES E ESPORTE LTDA
- CNPJ: 04.751.484/0001-61
- Rua Adolfo Fernandes, 31, Anexo Aces Int E Ext Nr. 41, Centro – CEP: 59.900-000 - Pau dos Ferros/RN

VALOR TOTAL:
- R$ 38.064,00 (trinta e oito mil e sessenta e quatro reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- Despesa: 618 - 2 . 2014 . 27 . 812 . 10 . 2.33 . 0 . 339030 Material de Consumo

BASE LEGAL:
-Artigo 75, II, da Lei 14.133/21.

Pilões/RN, 12 de maio de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:1B6454CE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 388, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 388, DE 12 DE MAIODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **06 de Maio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde em **Mossoró/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:9D313AFF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 389, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 389, DE 12DE MAIODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**,1**(uma)diária(s), no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais),nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **06 a 07 de**

Maiodo corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúdeem **Natal/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:5B1A0629

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 390, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 390, DE 12DE MAIODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **08 de Maio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúdeem**Mossoró/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:B0C730E7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 391, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 391, DE 12DE MAIODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Paulo Marcelo Marques Viana Rocha**, inscrito no CPF sob o nº 075.XXX.XXX-38, matrícula funcional nº 760, ocupante do cargo de **Motorista**,**1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **11de Maio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúdeem **Mossoró/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:5E292103

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 392, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 392, DE 12DE MAIO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **11 de Maio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúdeem**Mossoró/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:69F3538C

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 393, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 393, DE 12DE MAIODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**,1**(uma)diária(s), no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais),nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **10 de Maio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúdeem **Natal/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:4FA95E5C

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 394, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 394, DE 12 DE MAIODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Alexandria/RN**, no período de **11 de Maio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde em **Alexandria/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:471538FC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 395, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 395, DE 12 DE MAIODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1**(uma)diária(s), no valor unitário de R$ 160,00 (cento e sessenta reais),nos termos do art. 8º-A do Decreto

Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.
Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **11 de Maio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde em **Natal/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:EAFC1594

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 396, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 396, DE 12DE MAIODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Mikael Anderson Anselmo de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 070.XXX.XXX-55, matrícula funcional nº 492, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **07 de Maio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde em **Mossoró/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:FD6B4F32

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 397, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 397, DE 12DE MAIODE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Mikael Anderson Anselmo de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 070.XXX.XXX-55, matrícula funcional nº 492, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **09 de Maio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde em **Mossoró/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:B6BD6AA5

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 398, DE 12 DE MAIO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 398, DE 12DE MAIO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIOMUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDOos termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1°- Conceder ao servidor **Marcos Adriano de Bessa**, inscrito no CPF sob o nº 048.XXX.XXX-16, matrícula funcional nº 808, ocupante do cargo de Motorista, **1/2**(meia)diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 150,00 (cento e cinquenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Catolé do Rocha/PB**, no período de **11 deMaio**do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde em **Catolé do Rocha/RN**.

Art. 2ºA concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:5E82C76F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 353, DE 11 DE MAIO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 353, DE 11 DE MAIO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade de deslocamento do(a) servidor(a) para atendimento de demanda institucional fora da sede funcional,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Mikael Andeson Anselmo de Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 070.XXX.XXX-55, matrícula funcional nº492, ocupante do cargo de Motorista**, 0,5** (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), correspondendo, no caso concreto, ao montante de **R$ 60,00 (sessenta reais)**, conforme valores estabelecidos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, relativas ao deslocamento para o Município de Caraúbas/RN, no dia 8 de maio do corrente ano, para atender à necessidade de munícipe interno da Casa de Apoio Lar dos Mestres da Vida.
Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da prestação de contas, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:ADD9BAA0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 354, DE 11 DE MAIO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 354, DE 11 DE MAIO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1086/2026, que autoriza e regulamenta o afastamento de servidores públicos municipais para participação em eventos de capacitação, treinamento, integração e aperfeiçoamento técnico;

CONSIDERANDO a importância da participação dos Secretários Municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder à servidora Ana Maria Holanda Diógenes Soares, inscrita no CPF sob o nº 001.XXX.XXX-20, matrícula funcional nº 581, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos, 04 (quatro) diárias, no valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para Brasília/DF, no período de 18 a 22 de maio de 2026, com a finalidade de participar da XXVII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:F2CEEB0A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 355, DE 11 DE MAIO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 355, DE 11 DE MAIO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1086/2026, que autoriza e regulamenta o afastamento de servidores públicos municipais para participação em eventos de capacitação, treinamento, integração e aperfeiçoamento técnico;

CONSIDERANDO a importância da participação dos Secretários e Assessores Municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder à servidora Poliana Nara de Oliveira Bezerra, inscrita no CPF sob o nº 050.XXX.XXX-69, matrícula funcional nº 582, ocupante do cargo de Assessora Jurídica Municipal**,** 04 (quatro) diárias, no valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para Brasília/DF, no período de 18 a 22 de maio de 2026, com a finalidade de participar da XXVII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:6A724FA4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 356, DE 11 DE MAIO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 356, DE 11 DE MAIO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1086/2026, que autoriza e regulamenta o afastamento de servidores públicos municipais para participação em eventos de capacitação, treinamento, integração e aperfeiçoamento técnico;

CONSIDERANDO a importância da participação dos Secretários Municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder a Senhora**, Maria das Graças Oliveira, CPF 502.XXX.XXX-34,** matrícula nº 330, Secretária Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer, 04 (quatro) diárias, no valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para Brasília/DF, no período de 18 a 22 de maio de 2026, com a finalidade de participar da XXVII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:07046F5D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 357, DE 11 DE MAIO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 357, DE 11 DE MAIO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o Decreto nº 1086/2026, que autoriza e regulamenta o afastamento de servidores públicos municipais para participação em eventos de capacitação, treinamento, integração e aperfeiçoamento técnico;

CONSIDERANDO a importância da participação dos Secretários Municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder à servidora Maria Marta de Paiva Bezerra, inscrita no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-42, matrícula funcional nº 638, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Finanças e Tributação**,** 04 (quatro) diárias, no valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para Brasília/DF, no período de 18 a 22 de maio de 2026, com a finalidade de participar da XXVII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:13E39406

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 358, DE 12 DE MAIO DE 2026- GP/PMP

PORTARIA N° 358, DE 12 DE MAIO DE 2026- GP/PMP

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIÁRIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO o compromisso da gestão municipal com a educação inclusiva, visando garantir oportunidades igualitárias a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, com suporte adequado para aqueles que necessitam de atendimento especializado;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao Senhor **Marcos Adriano de Bessa,** CPF Nº **048.XXX.XXX-16,** matrícula nº **808**, ocupante do cargo de **Motorista, 1/2** (meia) diária, no valor unitário de R$ 120,00 (cento e vinte reais), totalizando **R$ 60,00 (sessenta reais)**, conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. A diária destina-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de
Mossoró/RN, no dia 12 de maio do corrente ano, conduzir e reconduzir o deslocamento de alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de ensino para realizar atendimento pedagógico no Centro de Apoio ao Deficiente Visual – CADV e no Centro Estadual de Capacitação de Educadores e Atendimento ao Surdo – CAS em Mossoró/RN.
Art. 2º A concessão da(s) diária(s) ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:3DB341D1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 351, DE 11 DE MAIO DE 2026 – GP/PMP

PORTARIA Nº 351, DE 11 DE MAIO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE A VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO MUNICIPAL EM RAZÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normativas aplicáveis;

CONSIDERANDO a concessão de aposentadoria especial de professora à servidora SUELI DAS CHAGAS PEREIRA, matrícula nº 314-1, inscrita no CPF nº 157.XXX.XXX-75, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, nos termos da Portaria nº 003/2026 – IPREV-PORTALEGRE/RN, expedida pelo Instituto de Previdência Social do Município de Portalegre/RN – IPREV, em 28 de abril de 2026;

CONSIDERANDO que a referida Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, em 07 de maio de 2026, Edição nº 3785, Código Identificador nº 22904635;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar, no âmbito da Administração Municipal, a vacância do cargo público anteriormente ocupado pela servidora, em razão da concessão da aposentadoria especial de professora;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarada a vacância, por motivo de aposentadoria, do cargo de provimento efetivo de Professora, anteriormente ocupado pela servidora pública municipal SUELI DAS CHAGAS PEREIRA, matrícula nº 314-1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer – SEMECEL.

Parágrafo único. A vacância de que trata o caput decorre da aposentadoria especial de professora concedida pelo Instituto de Previdência Social do Município de Portalegre/RN – IPREV, conforme Portaria nº 003/2026 – IPREV-PORTALEGRE/RN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 07 de maio de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:5AB1353A

GABINETE DO PREFEITO
PSS 012-25 PEDAGOGO - CONVOCA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 004/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 012/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais legislação aplicável, considerando a homologação do resultado do **Processo Seletivo Simplificado nº 012/2025**, destinado ao provimento temporário do cargo de PEDAGOGO (A).

RESOLVE:
1. DA CONVOCAÇÃO
1.1. Fica convocado o candidato habilitado conforme listagem constante no **Anexo I** deste Edital, para manifestação formal de interesse na vaga e apresentação da documentação exigida.

2. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E FORMALIZAÇÃO DO VÍNCULO
2.1. O candidato convocado deverá comparecer à **Secretaria Municipal de Educação**, situada na Rua José Vieira Mafaldo, nº 122, Centro, Portalegre/RN, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar de **12 de fevereiro de 2026**, no horário das **08h às 12h**, para verificação de compatibilidade de horários junto à Secretária Municipal de Educação, **Maria das Graças Oliveira**.
2.2. Confirmada a compatibilidade de horários, o candidato deverá comparecer ao **Departamento de Recursos Humanos**, localizado no mesmo endereço, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar de **13 de maio de 2026**, no horário das **08h às 12h**, para entrega dos documentos exigidos nos Anexos II e III deste Edital, no Departamento de Recursos Humanos.
2.3. A entrega da documentação deverá ser realizada de forma completa, sendo vedado o recebimento parcial dos documentos, exceto no caso da **conta salário**. A ausência de qualquer documento exigido nos anexos deste Edital ensejará o indeferimento da contratação.
2.4. A contratação do candidato convocado será imediata, após a confirmação da compatibilidade de horários e a entrega completa da documentação exigida, com início das atividades no dia útil imediatamente posterior à regularização documental junto ao Departamento de Recursos Humanos.
2.5. O não comparecimento do candidato no prazo e local estipulados nos itens 2.1 e 2.2 acarretará a perda do direito à contratação, sem prejuízo da convocação dos candidatos subsequentes.

3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
3.1. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Portalegre/RN, de 12 de maio de 2026

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PSS – 012/2025 – PEDAGOGO (A)

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

NÍVEL SUPERIOR

CARGO: PEDAGOGO

Nº	CANDIDATO (a) pedagogo (a) cod 100 – turno matutino	
01	DAMIÃO GALU DA SILVA	2º CLASSIFICADo

ANEXO II
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1.1. 01 (uma) Foto 3x4;
1.2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (primeira página frente e verso)
1.3. Cópia do PIS/PASEP;
1.4. Apresentação cópia legível dos seguintes documentos **+ Original para conferência.**
1.5 – CPF;
1.6 - Cédula de Identidade (RG); (não pode ser substituída por carteira de motorista)
1.7- Título de Eleitor e Comprovante de quitação eleitoral;
1.8 – Atestado de Antecedentes Criminais;
1.9 - Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;
1.10 - Certidão de nascimento de filhos com até 21 (vinte) anos e CPF dos filhos;
1.11 - Certificado de reservista para o gênero masculino;
1.12 - Comprovante de escolaridade exigida para o cargo – frente e verso (Diploma de Graduação);
1.13 - Comprovante de residência atual, últimos 03 três meses;
1.14 - Comprovante de habilitação em órgão profissional de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
1.15 – Exame Nacional de Revalidação de Diploma - REVALIDA -
1.16 – Declaração de Regularidade com órgão de classe - CRM
1.17. Comprovante de conta corrente/salário Banco Bradesco expedido em Portalegre RN – Solicitar ofício para autorização de abertura de contas no RH.
1.18. (anexo IV) - Declaração/Relação de Bens assinada, podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
1.19.(anexoV) Declaração assinada de que o candidato não possui cargo na administração Pública.
1.20. (anexo VI) Declaração de acúmulo de cargo, quando for o caso, assinada;
1.21. (anexo VII) Autodeclaração de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública;
1.22. (anexo VIII) Autodeclaração de Cor/Etnia
1.23. (anexo IX) - Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato;
1.24-(anexo X) - Requerimento de Reclassificação.
1.25-(anexo XI) - Termo de Desistência.

ANEXO III

3. DA RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS OBRIGATÓRIOS

3.1. Os candidatos convocados deverão apresentar os seguintes exames médicos, com validade de até 90 (noventa) dias, em documentos originais (não serão aceitas cópias):

. Hemograma Completo
. Sumário de Urina e VDRL
. **Atestado de Aptidão Física e Mental emitido por médico do trabalho**
. Carteira de Vacinação atualizada

3.2. A ausência de qualquer um dos exames listados resultará no indeferimento da contratação do candidato.

ANEXO IV: **DECLARAÇÃO DE BENS**

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____,Declaro, nos termos de Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:
( )**Não possuo bens a declarar;**
( )**Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:**

Casa, Apartamento ou Terreno			
Endereço	Data de aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual

Veículos				
Tipo	Ano	Data de aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual

Outros

Cargo:_____

Portalegre (RN) _____, de _____ de _____.

_____
Assinatura

ANEXO V

DECLARAÇÃO QUE NÃO EXERCE OUTRO CARGO NA ADMINISTRAÇÃO

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público que não exerço cargo, emprego ou função público em qualquer das esferas (federal, estadual ou municipal), não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste poder.

Ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988, em especial o disposto no art. 37, XVI.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Portalegre (RN) _____, de _____de _____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

Declaro para os fins que se fizerem necessários, **acúmulo**, de acordo com as prerrogativas legais, o cargo de _____, Trabalhando _____h, semanal, correspondendo a _____h mensal, junto a _____, no município de _____.

Portalegre/RN, _____de_____e _____

_____
ASSINATURA DO(A) CANDIDATO (A)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO QUE NÃO SOFREU PENALIDADES DISCIPLINARES

Eu, _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

....

_____

Assinatura do Candidato

ANEXO VIII

AUTODECLARAÇÃO DE COR/ETINIA

Eu, _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, classificado (a) em _____ lugar, no Processo Seletivo Simplificado em epígrafe, para contratação de _____
Regido pelo edital, acima citado, convocado (a) através do edital de convocação nº _____
Publicado no Diário Oficial dos Municípios do RN – FEMURN em _____; declaro, em conformidade com o quesito raça ou cor utilizadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de acordo com meu fenótipo, isto é, conforme minhas características físicas, que sou:
( ) Preto(a)
( ) Pardo(a)
( ) Indígena
( ) Branco(a)
( ) Amarelo(a)

Declaro também que as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade, estando ciente de que, em caso de falsidade ideológica, estarei sujeito (a) às penalidades previstas no Código Penal Brasileiro, bem como a classificação e seleção será tornada sem efeito.
E por ser verdade, firmo a presente para que surtam seus efeitos legais.

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO (A)

ANEXO IX

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, frente à aprovação no **Processo Seletivo Simplificado, acima citado** da Prefeitura Municipal de Portalegre (RN), confirmo o interesse em assumir o cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.
Telefone para contato: _____
E-mail para contato: _____

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO X

REQUERIMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO

Eu, _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, classificado (a) em _____ lugar, no Processo Seletivo Simplificado em epígrafe, para contratação de _____
Regido pelo edital, acima citado, convocado (a) através do edital de convocação nº _____
Publicado no Diário Oficial dos Municípios do RN – FEMURN em _____;
Venho por meio deste, **renunciar a minha posição** no certame mencionado e **solicitar minha reclassificação na última posição** da lista de classificados. Declaro ter conhecimento de que esta renúncia, efetuada em meu exclusivo interesse, tem caráter irretratável e que minha contratação somente será possível após a convocação de todos os demais candidatos. Declaro ainda ter ciência de que tal contratação poderá não se efetivar no período de vigência do referido edital.

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

_____

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO (A)

ANEXO XI

TERMO DE DESISTÊNCIA DE CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, frente à aprovação no Processo Seletivo Simplificado acima citado da Prefeitura Municipal de Portalegre (RN), declaro para os devidos fins, que fui convocado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Portalegre(RN), a tomar posse do cargo de_____, sob classificação nº_____ da listagem do Processo Seletivo em epígrafe, venho, de forma **irrevogável**, manifestar de livre e espontânea vontade a **desistência** de assumir o cargo o qual fui aprovado, renunciando a qualquer direito inerente ao concurso prestado, pelo que firmo a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Portalegre (RN) _____, de _____ de 20_____.

_____

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO XII

FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO DE DIPR – DATA DE INÍCIO DA RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA
(Para fins de dedução de dependentes e reconhecimento de direitos previdenciários junto ao INSS)

DADOS DO SERVIDOR DECLARANTE

Nome completo: _____,
Matrícula funcional: _____ , CPF: _____.
☐ Cargo efetivo ☐ comissionado ☐ Contrato temporário: _____, e lotação: _____.

DADOS DO DEPENDENTE
Nome completo: _____
CPF: _____ e Data de nascimento: ____/_____/_____.
Grau de parentesco com o servidor: ☐ Filho(a) ☐ Enteado(a) ☐ Tutelado(a) ☐ Curatelado(a)
☐ Outro: _____

DIPR – DATA DE INÍCIO DA RESPONSABILIDADE PREVIDENCIÁRIA
Declaro, sob as penas da lei, que a responsabilidade previdenciária sobre o(a) dependente acima indicado(a) teve início em: **Data de Início da Responsabilidade (DIPR): _____/_____/_____**

Justificativa/Observações (opcional):

FINALIDADE DA DECLARAÇÃO
☐ Dedução legal de dependente para fins de Imposto de Renda (IRRF);
☐ Reconhecimento de vínculo de dependência previdenciária junto ao INSS;
☐ Outros fins legais pertinentes à Administração Pública e à legislação previdenciária.

Anexar:
☐ Cópia de documento do dependente (CPF e Certidão de Nascimento);
☐ Comprovante de vínculo (guarda, tutela, curatela, termo judicial, se aplicável).

DECLARAÇÃO
Declaro, para os devidos fins, que as informações acima prestadas são verdadeiras, assumindo total responsabilidade civil, administrativa e penal por sua veracidade, conforme os arts. 297 e 299 do Código Penal Brasileiro.

Autorizo, ainda, que a Prefeitura Municipal de Portalegre/RN utilize esta declaração para os fins legais pertinentes, inclusive junto a órgãos de controle, fiscalização e previdência.

Portalegre/RN, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Servidor - Declarante

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:3AB3651E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
014 - DECRETO DE SUPLEMENTACAO N 1130 DE 12 DE MAIO DE 2026

DECRETO Nº 1130 , DE 12 DE MAIO DE 2026 - LEI N.632

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância
de R$100.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 100.000,00
02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL

138 12.361.0025.2134.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL 100.000,00
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 1 540 0000
540 Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos
113 000 Transferências do FUNDEB 40%

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com
recursos provenientes de:
Anulação:

02 04 00 SEC MUL EDUCACÃO DA CULT. DO ESP E DO LAZER - SEMECEL
199 12.361.0025.2315.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -50.000,00
3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 1 569 0000
569 Outras Transferências de Recursos do FNDE
124 000 Outras Transferências de Recursos do FND

203 12.361.0025.2315.0000 GESTÃO DAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL -50.000,00
3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F.R. Grupo: 1 569 0000
569 Outras Transferências de Recursos do FNDE
124 000 Outras Transferências de Recursos do FND

-100.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Everton Vagner da Silva Freitas
Código Identificador:5D9CAB65

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2026 – PE/SEMSAB

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 010/2026 – PE/SEMSAB
LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO E ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP – Lei Complementar nº 123/2006

O Fundo Municipal de Saúde de Portalegre/RN, através do Secretário Municipal de saúde e Saneamento Básico e, por intermédio do Pregoeiro, designado pela Portaria n.º 004/2024 – GP/PMP, torna público que às 08h00min do dia 26 de maio de 2026, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 010/2026, tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preços para Aquisição de medicamentos básicos destinados ao Fundo Municipal de Saúde do município de Portalegre/RN, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 688, de 26 de dezembro de 2023 e do Decreto Municipal nº 695, de 27 de dezembro de 2023 e demais normas que regem a matéria e as exigências estabelecidas no Edital.

A sessão pública será realizada no site **www.portaldecompraspublicas.com.br**, com entrega das Propostas a partir da publicação desta licitação e abertura das Propostas para **26 de maio de 2026,** às **08h00min.**

O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sítios: www.gov.br/pncp, www.portaldecompraspublicas.com.br, www.portalegre.rn.gov.br, pedido pelo e-mail: licitportalegre@gmail.com, ou na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, sito a Rua José Vieira Mafaldo – 122 – Centro – Portalegre/RN – CEP.: 59.810-000, a partir da publicação deste Aviso.

Portalegre/RN, 12 de maio de 2026.

-

EUFRÁSIO DANTAS ROCHA JÚNIOR
Pregoeiro Municipal
Portaria nº 004/2024 – GP/PMP

Publicado por:
Eufrasio Dantas Rocha Junior
Código Identificador:3E1FC372

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL/COMPLEMENTAR

CREDENCIAMENTO Nº 02/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº260129CR00018

O MUNICÍPIO DE Rafael Fernandes, por intermédio da autoridade competente, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a**HOMOLOGAÇÃO PARCIAL/COMPLEMENTAR**do Credenciamento nº 02/**2026**, cujo objeto é o credenciamento de paraCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, visando atender às necessidades da população do município de Rafael Fernandes.**, referente aos requerimentos analisados no período de 23/03/2026 a 29/04/20**26.
Após análise da documentação pela Comissão de Contratação/Comissão Especial de Credenciamento, ficam homologados como credenciados os seguintes interessados:

Nº	Credenciado	CPF/CNPJ	Item/Serviço
01	**Ctos-Centrode tratamentoOstensivoeServicos LTDA**	**07.541.074/0001.84**	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127 e 128.
02	**LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS BIO ANALISES LTDA**	**27.852.931/0001-74**	1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 127 e 128

A presente homologação não implica contratação imediata, ficando eventual contratação condicionada à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e financeira e aos critérios de convocação previstos no edital.
O credenciamento permanecerá aberto durante sua vigência, podendo novos interessados apresentar documentação a qualquer tempo, com posteriores análises e homologações parciais ou complementares.

Publique-se.

Rafael Fernandes***/RN*, 29 de abril de 2026**.

BENILTON
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:E6B23817

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL/COMPLEMENTAR

CREDENCIAMENTO Nº 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260116CR00014
O MUNICÍPIO DE Rafael Fernandes, por intermédio da autoridade competente, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, torna pública a **HOMOLOGAÇÃO PARCIAL/COMPLEMENTAR** do Credenciamento nº 01/**2026**, cujo objeto é o credenciamento de empresas especializadas em prestação de serviços de diagnóstico: radiologia, ultrassonografia, tomografia, ressonância, endoscopia e mamografia aos usuários de saúde do município de Rafael Fernandes**, referente aos requerimentos analisados no período de 23/03/2026 a 29/04/20**26.
Após análise da documentação pela Comissão de Contratação/Comissão Especial de Credenciamento, ficam homologados como credenciados os seguintes interessados:

Nº	Credenciado	CPF/CNPJ	Item/Serviço
01	**Ctos- Centro de tratamento Ostensivo e Servicos LTDA**	**07.541.074/0001.84**	8, 10, 11, 13, 14,15, 16, 17,18, 19, 20, 21,22, 23,24, 25, 26,27, 28, 29,30, 31, 32, 33, 34, 35,36, 37, 38,39,40, 41, 42, 43, 44,45, 46, 47, 48,49, 50,51, 52, 53, 54,55, 56, 57,58, 59,60, 61, 62 e 63
02	**GASTRO IMAGEM LTDA**	**35.912.293/0001-68**	2,5,

A presente homologação não implica contratação imediata, ficando eventual contratação condicionada à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e financeira e aos critérios de convocação previstos no edital.
O credenciamento permanecerá aberto durante sua vigência, podendo novos interessados apresentar documentação a qualquer tempo, com posteriores análises e homologações parciais ou complementares.
Publique-se.

Rafael Fernandes***/RN*, 29 de abril de 2026**.

BENILTON
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:46D52BF2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE DISPENSA Nº. 20260110

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º DISP 20260110.

1.DO PROCEDIMENTO, OBJETO E PREÇO

O Agente de contratação da MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna dispensável, com fundamento no Dispensa, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/21, a contratação da pessoa de**J M DOS SANTOS PROMOCOES E EVENTOS** - CNPJ: 27.691.700/0001-26 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3037, 3038, 3039, 3040, 3041, 3042; totalizando o valor de **R$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais)**, Sob o Objeto:**Contratação de empresa especializada para o fornecimento de estruturas para realização de eventos para todas as secretarias desse município**, com a finalidade de promover eventos e atender a todas as exigências dos órgãos de controle e manter uma execução orçamentária, financeira e patrimonial transparente,no valor global de **R$ 61600.000.**
2. RAZÃO PARA A ESCOLHA DA CONTRATADA (Dispensa, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/21).
A escolha da contratada é decorrente das seguintes razões: foi a licitante que apresentou a proposta de menor preço à administração pública, além de se adequar às exigências para contratação, como também por estar regular com as obrigações fiscais.
No tocante a pessoa de **J M DOS SANTOS PROMOCOES E EVENTOS** - CNPJ: 27.691.700/0001-26 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3037, 3038, 3039, 3040, 3041, 3042; totalizando o valor de **R$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais)**, ela apresentou a melhor proposta para a Administração nos critérios de menor preço, sendo vantajosa a partir da análise de atestados de execução de serviços com características semelhantes.

3.JUSTIFICATIVA DE PREÇO (Dispensa, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/21)
O preço a ser pago pelos serviços objeto deste procedimento administrativo é resultado da média de valores pagos em labores com características semelhantes contratados anteriormente por esta MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO, mediante se depreendepropostas de preço anexadas, conforme previsibilidade inserta no Dispensa, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/21, e regulamento legislativo consubstanciado no Decreto n.º 0160/2021, de 02de dezembro de 2021.

Rafael Godeiro/RN, 12 de maio de 2026

KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:B97B2712

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº. 07202601

COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº INEX 07202601
RECONHEÇO:a Inexigibilidade de Licitação**nº INEX 07202601**, com base no Lei 14.133/2021, Art. 74, II e suas alterações posteriores, para**contratação de empresa Serviços de produção, roteiro, montagem e apresentação gratuita do espetáculo "Auto de Santo Antônio dos Pobres 2026", por meio da Política Nacional Aldir de Fomento à Cultura, através da Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro/RN**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho do(a) Ilmo(a). Sr(a). KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Rafael Godeiro – RN, 12 de maio de 2026.

LUDMILA CARLOS A. DE A ROSADO
Prefeita

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:38D3944C

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº. 202601010

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVON.° 20260110
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. DISP 20260110
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de estruturas para realização de eventos para todas as secretarias desse município

TERMO DE RATIFICAÇÃO:

1. De acordo.
2. Diante da Análise Técnica da Assessoria Jurídica e bem como a análise e o encaminhamento da douta Comissão de Contratação desta Unidade Gestora, insertos nos presentes autos às fls., DETERMINO a contratação, com dispensa de licitação na forma do Dispensa, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/21, da Lei Federal n.º 14.133/21, de J M DOS SANTOS PROMOCOES E EVENTOS no valor total de R$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas/fisicas sob o **J M DOS SANTOS PROMOCOES E EVENTOS** - CNPJ: 27.691.700/0001-26 saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 3037, 3038, 3039, 3040, 3041, 3042; totalizando o valor de **R$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais)**, para atender ao objeto inserto na minuta do contrato administrativo colacionado nos autos.
3. Em respeito ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021,**RATIFICO**a presente dispensa de licitação, realizada notadamente com fundamento no Dispensa, Art. 75, Inciso II, Lei 14.133/21, da referida lei, por enquadrar-se no limite ali estabelecido e, em consequência, determino à Prefeitura Municipal que emitia Nota de Empenho em favor da supracitada empresa, no valor consignado na respectiva proposta de preços.
4. Após, remetam-se os presentes autos à Prefeitura Municipal origem para que providencie, no prazo legal, a publicação do teor deste despacho nos locais de costume.

Rafael Godeiro/RN, 12 de maio de 2026.

LUDMILA CARLOS A. DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:A127A8D0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação de empresa para de fornecimento de equipamentos de informática, para Premiação aos vencedores do concurso Aluno Nota 10 e Poetize Santanense, afim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação deste Município de Riacho de Santana – RN. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV00037/2026, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 2.2000.2214.12.361.8.2.27 – Ações Voltadas ao Ensino Fundamental Despesa 106 3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras 2.2000.2210.13.392.32.2.17 – Custeio na Realização de Festividades de Eventos Culturais e Tradicionais Despesa 448 3.3.90.31.00 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outra. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Riacho de Santana e: CT Nº 05080/2026 - 08.05.26 - F A NUNES GONDIM EIRELI - R$ 19.031,00.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:C7E60DC4

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00006/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00006/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Show Musical de Zé Cantor para apresentação em praça pública nas festividades do 24 º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 24 de junho de 2026; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: ICZ GRAVACOES, PARTICIPACOES E ENTRETENIMENTOS LTDA - R$ 250.000,00.

Riacho de Santana - RN, 07 de Abril de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:44358893

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00007/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00007/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Show Musical da Banda Forró de Front para apresentação em praça pública nas festividades do 24 º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 23 de junho de 2026; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: A K DUARTE MENDES PRODUCOES LTDA - R$ 40.000,00.

Riacho de Santana - RN, 07 de Abril de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:09AA5989

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00009/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00009/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Show Musical do Artista Ivaldo Dias para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 21 de junho de 2026; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: IVALDO DIAS PRODUCOES MUSICAIS LTDA - R$ 35.000,00.

Riacho de Santana - RN, 07 de Abril de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA **-**
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:2F0213BD

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00012/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00012/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Show Musical do Artista Barto Galeno e Bartozinho Galeno para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 22 de junho de 2026; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: MARIA DO SOCORRO FERNANDES DA SILVA LTDA - R$ 60.000,00.
Riacho de Santana - RN, 08 de Abril de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA **-**
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:1A45B727

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00014/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00014/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Show Musical do Artista Litto Lins para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 23 de junho de 2026; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: LITTO LINS PRODUCOES ARTISTICAS E EDICOES MUSICAIS LTDA - R$ 140.000,00.

Riacho de Santana - RN, 15 de Abril de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA **-**
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:EB2BCCE4

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00015/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00015/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Show Musical do Cantor Thiago Freitas para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 24 de junho de 2026; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: THIAGO FREITAS PROMOCOES ARTISTICAS LTDA - R$ 300.000,00.

Riacho de Santana - RN, 23 de Abril de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA **-**
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:40979DAA

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00016/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00016/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Show Musical de Anízio Jr. e Banda para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 24 de junho de 2026; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: ANIZIO MARQUES DE SOUZA JUNIOR - R$ 30.000,00.
Riacho de Santana - RN, 23 de Abril de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA **-**
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:7586D2CA

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº IN00018/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00018/2026, fundamentada no Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21, que objetiva: Show Musical de Galícia Cruz e Banda para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 23 de junho de 2026; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: GALICIA PRODUCOES LTDA - R$ 180.000,00.
Riacho de Santana - RN, 07 de Maio de 2026

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA **-**
Prefeito

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:7402B6F4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Fornecimento de livros para Alunos e Professores do 1º ao 6º anos das Escolas Municipais deste Município de Riacho de Santana–RN. FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº IN00002/2026, nos termos do Art. 74, inciso I, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: Recursos não Vinculados de Impostos: 2007.12.122.4000.2.52 – Ações de Outros Programas do FNDE 2007.12.122.4000.2.54 – Fomentar Ações aos Discentes 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita. VIGÊNCIA:

até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Riacho de Santana e: CT Nº 03250/2026 - 25.03.26 - FUTURA SOLUCOES EDUCACIONAIS LTDA - R$ 40.635,93.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:41D81096

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00018/2026. OBJETO: Show Musical de Galícia Cruz e Banda para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 23 de junho de 2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Esporte e de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 07/05/2026.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:5A830510

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00006/2026. OBJETO: Show Musical de Zé Cantor para apresentação em praça pública nas festividades do 24 º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 24 de junho de 2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Esporte e de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 07/04/2026

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:6B6D9C72

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00007/2026. OBJETO: Show Musical da Banda Forró de Front para apresentação em praça pública nas festividades do 24 º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 23 de junho de 2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Esporte e de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 07/04/2026.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:B2D5F7E3

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00009/2026. OBJETO: Show Musical do Artista Ivaldo Dias para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 21 de junho de 2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Esporte e de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 07/04/2026.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:BB550712

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00012/2026. OBJETO: Show Musical do Artista Barto Galeno e Bartozinho Galeno para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 22 de junho de 2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Esporte e de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 08/04/2026.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:55F233E9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00014/2026. OBJETO: Show Musical do Artista Litto Lins para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 23 de junho de 2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Esporte e de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 15/04/2026.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:71C3066D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00015/2026. OBJETO: Show Musical do Cantor Thiago Freitas para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 24 de junho de 2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Esporte e de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 23/04/2026.

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:277F957A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº IN00016/2026. OBJETO: Show Musical de Anízio Jr. e Banda para apresentação em praça pública nas festividades do 24º São João de Rua deste Município de Riacho de Santana–RN no dia 24 de junho de 2026. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria Municipal de Esporte e de Cultura. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 23/04/2026

Publicado por:
Samuel Ferreira Fernandes
Código Identificador:17CB59EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 010/2026

Decreto Nº. 010/2026
Riacho de Santana/RN, em 12 de maio de 2026.

"Institui a Comissão Gestora responsável pela coordenação e elaboração do Plano Municipal de Educação do município de Riacho de Santana-RN e dá outras providências".

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA,Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, usando de suas atribuições Legais,

Considerando, os princípios da gestão democrática do ensino público estabelecidos no art. 206, inciso VI, da Constituição Federal;

Considerando, o disposto na Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando, a necessidade de implementação, acompanhamento e avaliação permanente da execução do Plano Municipal de Educação

(PME) e da articulação com as conferências de educação em nível municipal, estadual e nacional;
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do município de ***Riacho de Santana*/RN,** a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação

CAPITULO I
Do objeto e âmbito de aplicação

A Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação tem por objeto coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Norte – PEE e demais marcos legais pertinentes.

CAPITULO II
Das Atribuições

Art. 2º - Compete à Comissão Gestora:
I – coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação de Riacho de Santana/RN;
II – promover a articulação entre os diversos órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas com a educação no município;
III – sistematizar diagnósticos, estudos, dados e propostas para subsidiar a construção do Plano;
IV – realizar consultas públicas, escutas territoriais e audiências com a sociedade civil e os setores educacionais;
V – elaborar a minuta do novo Plano Municipal de Educação e submetê-la à apreciação do Conselho Municipal de Educação e demais instâncias competentes.

CAPITULO III
Da Composição

Art. 3º - A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições:
I – Representantes da Secretaria de Municipal de Educação – três titulares e três suplentes;
II – Representantes do Conselho Municipal de Educação do município de Riacho de Santana/RN – Um titular e um suplente;
III – Representantes do Fórum Municipal de Educação de Riacho de Santana/RN – Um titular e um suplente;
IV– Representantes dos Professores ou Trabalhadores da Educação Municipal– Um titular e um suplente.

§1º Os membros da Comissão Gestora, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos e das instituições da respectiva representação e nomeados por meio de portaria da Secretaria de educação do município de Riacho de Santana/RN, publicada no prazo de até 15 dias após a publicação deste Decreto.

§2º O exercício de funções inerentes ao mandato na Comissão Gestora será considerado relevante prestação de serviço público, não remunerada.

§ 3º Os membros da Comissão Gestora exercerão mandato até a conclusão da elaboração do PME de Riacho de Santana/RN, quando será automaticamente encerrado.

§ 4º A Comissão Gestora poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições e entidades com atuação relevante na área educacional, sempre que necessário à execução de suas atividades.

§ 5º A coordenação da Comissão Gestora será exercida pela Secretária de Educação do Município de Riacho de Santana/RN ou por servidor designado por ele(a).

§ 6º A Secretaria Municipal de Educação de Riacho de Santana/RN prestará o apoio técnico, administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

CAPITULO IV
Das Normas Complementares

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Educação de Riacho de Santana/RN editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

CAPITULO V
Da Vigência

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA/RN, ao 12° de maio de 2026.

DAVI CÁSSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:B770B93A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N° 434/2026

Lei Municipal N° 434/2026

Riacho de Santana/RN, em 12 de maio de 2026.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER BOLSA AUXILIO PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA MODALIDADE EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIACHO DE SANTANA/RN A DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA/RN, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e com a Constituição da República Federativa do Brasil, FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:
Art. 1º – O Poder Executivo autorizado a Conceder Bolsa Auxilio Permanência, destinada a auxiliar financeiramente os estudantes, regularmente matriculados e frequentes, no Ensino Fundamental da modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos da rede municipal de ensino de Riacho de Santana/RN, conforme diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º - A bolsa Auxilio Permanência desta Lei, terá por objetivos:
I – Promover a permanência, aproveitamento e assiduidade escolar de estudantes jovens e adultos;
II – Reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão escolar;
III – Combater a infrequência, abandono a evasão gerados por baixo rendimento ou pela necessidade de geração de renda;
IV – Contribuir para a permanência e diplomação dos estudantes jovens e adultos no ensino fundamental;
V – Aumentar os índices de escolaridade e desenvolvimento educacional da população jovem e adulta do município de Riacho de Santana/RN;

Art. 3º - O valor da Bolsa Auxilio Permanência para estudantes da modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino será no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por bimestre letivo, totalizando o valor máximo anual de R$800,00 (oitocentos reais).

Art. 4º - A Bolsa Auxilio Permanência somente será concedida aos estudantes que cumpram os seguintes requisitos:
I – Estar regularmente matriculado no Ensino Fundamental da modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino;

II – Possuir, comprovadamente, frequência mínima mensal de comparecimento de 75% das aulas e condições de avanço escolar;

III – Apresentar participação escolar efetiva.

§ 1º Compete às Escolas Municipais emitir comprovantes a este artigo, bem como dar ciência à Secretaria Municipal de Educação sobre irregularidades relacionadas ao pagamento da Bolsa Auxilio Permanência.

§2º Para fins de comprovação da efetiva participação escolar o estudante beneficiário deverá comprovar junto à escola o protagonismo em eventos ou organizações da comunidade, tais como:
a) Participação comprovada em cursos, oficinas, fóruns, palestras, seminários realizados por instituições com autorização de funcionamento e relevância social (quando houver);
b) Participação em Conselhos Municipais;
c) Participação na organização de eventos e ações de voluntariado;
d) Participação em formações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;
e) Encontros e reuniões realizadas pela Secretaria Municipal de Educação;
f) Atividades afins.

Art. 5º - Os alunos que comprovarem os requisitos do art. 4º, deverão assinar o Termo de Compromisso pessoalmente, ou por meio de seus pais ou representantes legais, se menores não emancipados.

Art. 6º - A Bolsa Auxílio Permanência será paga aos pais ou responsável legal do aluno menor de idade e, diretamente, ao aluno maior ou emancipado, por transferência bancária em conta corrente específica e mediante assinatura de Termo de Compromisso.

Art. 7º - O valor da Bolsa Auxílio Permanência referida nesta lei será atualizado por Decreto Municipal, facultando-lhe a adoção de valores de referência.

Art. 8º - A Bolsa Auxílio Permanência será paga por no máximo período igual à duração do curso da EJA – Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, do 1º ao 9º período, proporcionalmente, no mês seguinte ao bimestre, a partir da comprovação da frequência que indique efetiva participação emitida pela instituição escolar.

Art. 9º - A Bolsa Auxílio Permanência não será paga por períodos retroativos, anteriores a esta Lei ou à data de comprovação dos requisitos do art. 4º, não retroagindo, portanto, ao ato da matrícula do aluno.

Art. 10 - Perderá, imediatamente, o direito ao recebimento da bolsa o aluno que:
I – A qualquer tempo, deixar de cumprir os requisitos do art. 4º;
II – Tiver faltas injustificadas de 05 (cinco) dias consecutivos;
III – For encerrada sua matrícula na Rede Municipal de Ensino;
IV – Praticar qualquer ato ilegal ou fraudulento, a fim de burlar os sistemas da Bolsa Auxílio Permanência, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, como a devolução do valor recebido;
V – Ser reprovado ao final do semestre.

Art. 11 - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo descrita:

Órgão orçamentário: 15000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade orçamentária: 15001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - Educação Subfunção:
366 - Educação de Jovens e Adultos Programa:
Gestão dos Serviços Educacionais - Ensino Fundamental
Ação: 1.74 - Bolsa Auxílio Permanência - Jovens e Adultos
3.3.90.00 DESPESAS CORRENTE
339018 - Auxílio Financeiro a Estudantes.....R$ 80.000,00

Art. 12 - Em observância à Lei Complementar Federal nº 101/2000, fica desde logo autorizada a criação ou remanejamento, por meio de Decreto, de dotação orçamentária específica para o cumprimento desta Lei.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA/RN, ao 12° dia do mês de maio de 2026.

DAVI CÁSSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:944E6723

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 215/2026 RIACHO SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 215/2026 RIACHO SANTANA/RN, 8 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **AGMAEL AIRES DA COSTA**, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), com acréscimo de 30%, totalizando, portanto, R$ 195,00 (Cento e Noventa e Cinco Reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Campina Grande/PB, a serviço da Secretaria de Cultura do município, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 8 de maio de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:6D0C7BA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 216/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 216/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 9 de maio do corrente ano.
Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 12 de maio de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:9531A07A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 217/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 217/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDSON SILVA FREIRE**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 10 de maio do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 12 de maio de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:87822662

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 218/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 218/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE SATIRO ELIAS DUARTE**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 11 do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 12 de maio de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:08F77410

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 219/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 219/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **IVANSUELDE AIRES LOPES**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 11 de maio do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 12 de maio de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:90A29C80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 220/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 220/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **AGMAEL AIRES DA COSTA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Assú/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 11 de maio do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 12 de maio de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:9488E452

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 221/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 221/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **PEDRO FERNANDES DE LIMA**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Assú/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 12 de maio de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:91C7861B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 222/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 222/2026 RIACHO SANTANA/RN, 12 DE MAIO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **EDUARDO BATISTA DE ARAUJO**, motorista, 1/2 (Meia) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando, portanto, R$ 75,00 (setenta e cinco reais) referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Mossoró/RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, nesta data.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 12 de maio de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:A6D0BFDC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO N° 022/2026 – PMR

EXTRATO DO CONTRATO N° 022/2026 – PMR
Processo Administrativo n° 033/2026

Contratante: O MUNICÍPIO DE RIACHUELO/RN.

Contratada: MULTISERVICE COMERCIO E SERVIÇO LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 54.246.109/0001-32, sediado(a) na Avenida Engenheiro Roberto Freire, n° 1.962, Capim Macio, Natal/RN. CEP: 59.082-095.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS: CÂMERA, LEITOR BIOMÉTRICO, IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, NOTEBOOK E KIT CENÁRIO PARA SEREM UTILIZADOS NA COLETA DE DADOS BIOMÉTRICOS PARA A CONFECÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE NACIONAL, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/RN.

VALOR: valor mensal de R$ 54.300,00 (cinquenta e quatro mil e trezentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Poder: 02 - PODER EXECUTIVO
Órgão: 02 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO-SEMAD
Unidade: 01 - SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO
Proj/Ativ: 04.122.0003.1002.0000 - Aquisição de Veículos e Equipamentos
Categoria: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
F.R: Orçamento Geral da SEMAD

VIGÊNCIA: 08/05/2026 à 07/05/2027.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº 014/2026

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Decreto Federal nº 12.807/2025 e Decreto Municipal n° 1024 de 19 de janeiro de 2022.

ASSINATURAS:

Pela Contratante, JOÃO BASÍLIO NETO (Prefeito Municipal).

Pela Contratada, RILDO AUGUSTO DE OLIVEIRA JÚNIOR.

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:89523BFA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 012/2026 – GP, 18 DE MARÇO DE 2026

"Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel localizado no Distrito de Pititinga, destinado à implantação de Unidade Básica de Saúde – UBS, no Município de Rio do Fogo/RN".

O Prefeito do Município de Rio do Fogo, Marcio Luiz Pereira Barbosa do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere em conformidade ao disposto na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;
CONSIDERANDO a necessidade de implantação de nova **Unidade Básica de Saúde – UBS** no Distrito de Pititinga, com o objetivo de garantir melhores condições de atendimento à população e adequação às normas técnicas do Ministério da Saúde;
CONSIDERANDO que a atual estrutura utilizada para funcionamento da Unidade Básica de Saúde não atende às exigências sanitárias, estruturais e funcionais estabelecidas pelas normas vigentes da Vigilância em Saúde;
CONSIDERANDO a solicitação formal apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Memorando nº 003/2026, que

aponta a necessidade de aquisição de área adequada para implantação do referido equipamento público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, o imóvel localizado na Rua Di Olinda Paiva, no Distrito de Pititinga, Município de Rio do Fogo/RN, com área de 1.401,08 m² (mil quatrocentos e um metros quadrados e oito decímetros quadrados), e perímetro de 150,57m, destinado à implantação de Unidade Básica de Saúde – UBS, com a seguinte poligonal georreferenciada: "*Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V01, de coordenadas N 9.404.279,5780m e E 240.771,0390m. Deste segue com azimute 129°54'18" e distância de 35,00m, limitando-se com Rua Di Olinda Paiva, até o vértice V02, de coordenadas N 9.404.257,1249m e E 240.797,8878m. Deste segue com azimute 219°54'18" e distância de 40,00m, limitando-se com Área Remanescente, até o vértice V03, de coordenadas N 9.404.226,4406m e E 240.772,2271m. Deste segue com azimute 309°54'18" e distância de 35,53m, limitando-se com Área Remanescente, até o vértice V04, de coordenadas N 9.404.249,2319m e E 240.744,9738m. Deste segue com azimute 40°42'40" e distância de 14,00m, limitando-se com Ducir Silva de Lima, até o vértice V05, de coordenadas N 9.404.259,8460m e E 240.754,1070m. Deste segue com azimute 44°38'39" e distância de 10,13m, limitando-se com Área a ser adquirida, até o vértice V06, de coordenadas N 9.404.267,0550m e E 240.761,2270m. Deste segue com azimute 38°04'46" e distância de 15,91m, limitando-se com Área remanescente 01, até o vértice V01 ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 33 WGr, tendo como datum o SIRGAS. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM."*
Art. 3º A declaração de utilidade pública tem o objetivo de garantir que a área não seja utilizada ou modificada de forma incompatível com os fins públicos planejados, sendo vedadas quaisquer obras, alterações, edificações ou desmatamentos que possam comprometer o uso futuro do imóvel para o interesse público.
Art. 4ºA desapropriação do imóvel será realizada posteriormente, de forma amigável ou judicial, conforme a legislação vigente, com o pagamento de indenização justa, prévia e em dinheiro, conforme avaliação oficial do valor do imóvel.
Art. 5º Este decreto terá validade de 5 (cinco) anos, conforme previsto no art. 10 do Decreto-Lei nº 3.365/1941, período durante o qual poderá ser iniciada a desapropriação.
Art. 6º Fica a **Procuradoria Geral do Município** autorizada a adotar as medidas administrativas e judiciais necessárias à efetivação da desapropriação.
Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Cumpra-se. Dê–se Ciência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 18 de março de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Republicado por incorreção

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:AFDB6AED

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 019/2026 – GP, 05 DE MAIO DE 2026

"Reconhece e formaliza a dominialidade plena do Município de Rio do Fogo/RN sobre imóvel situado na Rua da Portuguesa, Distrito de Zumbi, e determina providências para sua regularização, nos termos da Lei Municipal nº 174/2022".

O Prefeito do Município de Rio do Fogo, Marcio Luiz Pereira Barbosa do Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere em conformidade ao disposto na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que o imóvel a seguir descrito se encontra afetado ao interesse público municipal há mais de 10 (dez) anos, sendo utilizado de maneira contínua e permanente pelo Município de Rio do Fogo;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 174/2022, que estabelece a possibilidade de consolidação da titularidade plena do Município quando o imóvel estiver afetado ao interesse público por mais de 10 anos, mediante a formalização de título aquisitivo originário para fins registrais;

CONSIDERANDO que foram elaborados a planta de localização e o memorial descritivo georreferenciado, com confrontações precisas, nos termos do art. 2º da Lei nº 174/2022, documentos necessários à produção do título hábil à regularização dominial;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida, declarada e formalizada a dominialidade plena do Município de Rio do Fogo/RN sobre a área situada na Rua da Portuguesa, Distrito de Zumbi, neste Município, com área total de 4.465,07 m² e perímetro de 269,19 m, com a seguinte poligonal georreferenciada: "*Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **V01**, de coordenadas **N 9.409.860,2540m** e **E 237.845,5020m**. Deste segue com azimute 133°37'01" e distância de 63,54m, limitando-se com Rua da Portuguesa, até o vértice **V02**, de coordenadas **N 9.409.816,4190m** e **E 237.891,5060m**. Deste segue com azimute 223°36'53" e distância de 63,26m, limitando-se com Erizolda Maria da Silva Dantas, até o vértice **V03**, de coordenadas **N 9.409.770,6160m** e **E 237.847,8660m**. Deste segue com azimute 313°31'39" e distância de 77,49m, limitando-se com Luci de Carvalho Abath, até o vértice **V04**, de coordenadas **N 9.409.823,9840m** e **E 237.791,6820m**. Deste segue com azimute 56°01'24" e distância de 64,90m, limitando-se com Rua Projetada, até o vértice **V01** ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central nº 33 WGr,** tendo como datum o **SIRGAS**. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM."*
Parágrafo único - A presente declaração tem por finalidade atestar a afetação do imóvel ao interesse público municipal há mais de 10 (dez) anos, nos termos da Lei Municipal nº 174/2022, servindo como documento instrutório do procedimento administrativo e registral destinado à consolidação da titularidade dominial definitiva em favor do Município.
Art. 2° Integram este Decreto, para todos os efeitos legais, a planta de localização e o memorial descritivo, peças técnicas exigidas pelo art. 2º da Lei Municipal nº 174/2022.
Art. 3º- Fica autorizada a Procuradoria-Geral do Município a promover o protocolo, perante o Cartório de Registro de Imóveis competente, do pedido de registro da dominialidade originária e/ou regularização dominial.
Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de maio de 2026.

Publique-se, Cumpra-se. Dê–se Ciência.
Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN,

05 de maio de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:D0E72974

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - CORREÇÃO DA DATA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO

Contratante: Município de Rio do Fogo/ RN- CNPJ: 01.612.393/0001-57
Contratada: DAFONTE VEÍCULOS, TRATORES, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 02.830.307/0001-45

Objeto do contrato: AQUISIÇÃO DE TRATOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AQUICULTURA DO MUNICIPIO DE RIO DO FOGO-RN

Vigência : 23/04 a 31/12/2026

Valor : R$ 260.000,00
Fundamentação: Pregão Eletrônico nº 004/2026 - Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Assinaturas:

Pelo contratante: Marcio Luiz Pereira Barbosa - CPF: 000.659.704-11 (Prefeito Municipal);
Pela Contratada : DAFONTE VEÍCULOS, TRATORES, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 02.830.307/0001-45 - GUILHERME DE ALMEIDA DA FONTE - CPF 040.305.004-98

Rio do Fogo- RN, 06 de maio de 2026.

* REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - DATA DO CONTRATO

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:656E8AA5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 113/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, contidas no inciso II, art. 37, da Constituição Federal e incisos II, do art. 25 da Lei Orgânica Municipal e da Lei nº 797 de 2022.

Art. 1º -Conceder **02 diárias** no valor unitário de R$ 200,00 (duzentos reais), totalizando o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), a **Antonia Tays Santiago de Sena,** matrícula: **171559-3,** inscrita no CPF sob nº 089.968.384-38**,** funcionária do município de Rodolfo Fernandes/RN. A presente solicitação se faz necessária, para custear as despesas da viagem da Funcionária, **a Natal/RN, nos dias 14 e 15 de maio de 2026**, para participar da "CAPACITAÇÃO – OPERAÇÃO SIBEC", que será realizado no Imirá Beach resort em Natal/RN.

Art. 2º -A servidora beneficiária de que trata o Art. 1º, desta Portaria, fica obrigada à prestação de contas nos termos do Art. nº 16 da Resolução nº 028/2020-TCE, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, 12 de maio de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:6DA82B69

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N° 114/2026

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Fórum Municipal de Educação de Rodolfo Fernandes/RN e dá outras previdências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de instituir a Fórum Municipal de Educação de Rodolfo Fernandes/RN em conformidade com o **Decreto Municipal nº 012/2026.**

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear Murilo Maxiano Melo Araujo Coordenador do Fórum Municipal de Educação de Rodolfo Fernandes/RN, cuja função é coordenar e acompanhar os trabalhos deste órgão durante o biênio 2026/2028.

Art. 2º - Nomear os membros relacionados a seguir, para integrar o Fórum Municipal de Educação de Rodolfo Fernandes/RN:
I - Presidente do Conselho Municipal de Educação: Eduarda Esiliane Santos Pereira

II - Presidente do CACS- Fundeb: Reginaldo Ricarte de Freitas

III - Representante da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Murilo Maxiano Melo Araujo
Suplente: Joyce Mirelle Monteiro Dantas Almeida

IV - Representante dos professores das escolas públicas, indicados pela categoria;
Titular: Luís Antônio Leite Filho
Suplente: Antônio Edielson Pereira Brasil;
Titular: Cristóvão Colombo Pinheiro Neto;
Suplente: Liliane Sousa Costa

V - Representante dos diretores das escolas públicas, indicado por seus pares;
Titular: Abel Angélico Nascimento
Suplente: Adalcymary Gigliane Oliveira Freitas

VI - Representante dos pais de alunos das escolas públicas, indicadas pela Equipe Gestora da Escola;
Titular: Marta Reijane Paiva Silva
Suplente: Patrícia Valéria de Freitas Lola Alves

VII - Representante do Conselho Tutelar, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Titular: Marcia Morganha Rufino da Silva Diógenes
Suplente: Klara Patrícia Miranda Régis

VIII - Representante da Sociedade Civil Organizada.
Titular: Luiz Fernando Oliveira Costa
Suplente: Francisca Sinir de Azevedo Resende

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, 12 de maio de 2026.

ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:79F1EB34

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 115/2026

Dispõe sobre a concessão de diária e dá outras providências.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas **Portarias nº 001/2025 e 104/2026**, com fundamento no inciso II do art. 37 da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e **na Lei Municipal nº 797/2022**, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal,
CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da Chefe do Poder Executivo Municipal para o desempenho de atividade de interesse institucional do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **05 (cinco) diárias**, no valor unitário de **R$ 1.000,00 (mil reais)**, em favor de **ANA CLÁUDIA ALMEIDA CAVALCANTE**, Matrícula nº **171304-3**, **Prefeita do Município de Rodolfo Fernandes/RN.** A concessão de diárias à Chefe do Poder Executivo Municipal se faz necessária para custear despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, em razão de sua participação na **AXXVIIMarchaaBrasíliaemDefesadosMunicípios**, a ser realizada na cidade de **Brasília**, no período de 18 a 21 de maio de 2026. A participação no referido evento justifica-se pelo relevante interesse público, tendo em vista tratar-se de encontro de abrangência nacional voltado à capacitação técnica, ao debate de políticas públicas e ao fortalecimento institucional dos municípios, com pautas diretamente relacionadas à gestão administrativa, ao financiamento público e à articulação federativa, contribuindo para o aprimoramento da administração municipal.

Art. 2º O deslocamento a que se refere o artigo anterior tem por finalidade o cumprimento de agenda institucional no gabinete do Deputado Federal Sargento Gonçalves, para tratar de assuntos de interesse do Município.

Art. 3º A beneficiária ficará obrigada à **prestação de contas** dos recursos recebidos, no prazo e na forma estabelecidos na **Lei Municipal nº 797/2022** e no **art. 16 da Resolução nº 028/2020 do TCE/RN**, sob pena de restituição dos valores percebidos.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, cumpra-se

Palácio "Francisco Germano Filho" – Rodolfo Fernandes/RN, aos 12 de maio de 2026.

FRANCISCO MATIAS INACIO DE OLIVEIRA NEGREIROS
Secretário de Administração
Portaria Nº 001/2025

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:A43278AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO N.º 07, DE 08 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a Apreciação e Ratificação do 2º RDQA 2025 (Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior) da Secretaria de Saúde do município de Ruy Barbosa/RN.

O Plenário do Conselho Municipal de Ruy Barbosa/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal 8.142 de 28/12/1990, Lei Complementar 141/2012, Resolução CNS 333/2003 de 04 de novembro de 2003 e Lei Municipal 489 de 22 de abril de 2019 e suas alterações, em reunião Ordinária, realizada no dia 08/04/2026, às 09h30min na Plenária da Câmara de Vereadores de Ruy Barbosa, situada a Rua Luiz André de Medeiros, s/n – Centro – Ruy Barbosa/RN,

Considerando, o decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 e a Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012;

Considerando, a explanação da necessidade realizada pela presidência do CMS e equipe da secretaria municipal de saúde e após apreciação realizada pelos membros deste colegiado;

Considerando, o que preconiza a Lei 8.689 e dec. 1.651/1995, e orientações da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa – SGEP e do Sistema de Apoio à Construção do Relatório de Gestão SUS-SARGSUS;

Considerando, a organização e as competências Legais deste CMS;

Considerando, Fiscalização e acompanhamento no cumprimento das metas dos programas do ministério da saúde;

Considerando, O acompanhamento periódico na apresentação dos Relatórios Quadrimestrais (RDQA) e do Relatório Anual de Gestão (RAG) do Fundo Municipal de Ruy Barbosa/RN;

Considerando, as apresentações neste CMS pela equipe da SMS, Análise e Apreciação por este colegiado;

Considerando, O cumprimento do percentual mínimo estabelecido pela LC 141/2012 (15%),

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o 2º RDQA 2025 (Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior) da Secretaria de Saúde do Município de Ruy Barbosa/RN;

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Josefa Auricélia Garcia de Souza
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Ruy Barbosa/RN

Homologo a Resolução 007/2026 de 08 de Abril de 2026, nos termos da Lei 8.142 de 29 de dezembro de 1990.

Allysson Martins da Silva
Secretário Municipal de Saúde de Ruy Barbosa/RN

Ruy Barbosa/RN, 08 de abril de 2026

Publicado por:
Daliane de Moura Pires
Código Identificador:655264AE

GABINETE DO PREFEITO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31030001/26 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando a análise da legalidade do procedimento, da conveniência e oportunidade da contratação, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas atribuições a mim conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** e **RATIFICO** a Dispensa de Licitação nº 31030001/26 em favor da empresa G PHARMA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 23.140.975/0001-10, pelo valor total de R$ 62.399,50 (sessenta e dois mil, trezentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos), visando a contratação de empresa para fornecimento de 01 (um) Analisador de Hematologia, destinado ao laboratório de análises clínicas do município de Ruy Barbosa/RN.

Publique-se. Ao departamento competente para as providências de costume.

Ruy Barbosa/RN, 12 de maio de 2026.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:E46AF548

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 20250053

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN, CNPJ nº 08.078.958/0001-07.

CONTRATADA: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO POTENGI, CNPJ nº 36.060.988/0001-21.

OBJETO: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato firmado entre as partes, cujo objeto é a **aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**.

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O Prazo de execução e vigência do Contrato nº 20250053, que findava em 15 de maio de 2026, fica prorrogado até a data de 15 de maio de 2027.

BASE LEGAL: O presente Termo Aditivo se fundamenta no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

RATIFICAÇÃO: Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Ruy Barbosa/RN, em 12 de maio de 2026.

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:8F462474

GABINETE DO PREFEITO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30040001/26 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

Considerando a análise da legalidade do procedimento, da conveniência e oportunidade da contratação, com fundamento no Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas atribuições a mim conferidas pela Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** e **RATIFICO** a Inexigibilidade de Licitação nº 30040001/26 em favor da empresa NACIONAL VEICULOS E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.770.238/0001-57, pelo valor total de R$ 5.781,92 (cinco mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), visando a contratação de empresa autorizada para execução da quinta revisão programada, conforme manual do fabricante, incluindo substituição de peças e fluidos necessários, do veículo VW/AMAROK V6 COMFORT, placa RQL9H25/RN, pertencente à frota de veículos oficiais do município de Ruy Barbosa/RN, visando à manutenção da garantia de fábrica.

Publique-se. Ao departamento competente para as providências de costume.

Ruy Barbosa/RN, 12 de maio de 2026.

RANIERE MOURA BARBOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:2455B1FB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 04.1320/2026 - GC/PMSC

Nomeia Servidor (a) para exercer Cargo Comissionado na Prefeitura Municipal de Santa Cruz, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear **WHILAME DE LIMA GALVÃO**, CPF nº 056.XXX.XXX-97, para exercer o cargo de provimento em Comissão, símbolo CC-3, de Coordenador de Administração de Prédios Públicos, vinculado à Secretaria Municipal de Transporte e Obras Públicas.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **11 de maio de 2026**, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 12 de maio de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:EEA8F3C1

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 05.1317/2026 - GC/PMSC

Concessão de Licença Maternidade, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, no uso das suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 55, incisos V e VIII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Municipal 571/2009;

CONSIDERANDO o Atestado Médico da Servidora ;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder à **ELLEN ADILA DA ROCHA XAVIER**, Chefe do Horto Municipal, vinculada à **Secretária Municipal de Agricultura**, matrícula nº. **1521438-3**, os benefícios da Lei Municipal nº. 571/09, que trata da **LICENÇA-MATERNIDADE**, pelo período

de 180 (cento e oitenta) dias, iniciado em ***03 de maio de 2026*** com término em ***29 de outubro de 2026***.

Art. 2º - Com o fim do período de gozo da Licença, à Servidora deverá retornar imediatamente as suas funções laborativas, independentemente de qualquer comunicado ou notificação.

Art. 3º - Dê-se ciência à interessada, encaminhando cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos, a fim de que as anotações de praxe sejam feitas na respectiva ficha funcional.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor no ato de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **03 de maio de 2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santa Cruz/RN, 11 de maio de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Confessor
Código Identificador:A01C3827

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE URNAS FÚNEBRES, VESTIMENTAS E SERVIÇO DE TRASLADO, DESTINADAS A DOAÇÕES A PESSOAS RECONHECIDAMENTE CARENTES DO NOSSO MUNICÍPIO**. O Edital está disponível no Endereço: Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 13 de maio de 2026 às 08h00min exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 27 de maio de 2026 às 09h00min. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.
Santa Cruz/RN, em 12 de maio de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:63E6EA5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, torna público o **resultado do CREDENCIAMENTO Nº 004/2025**, cujo objeto consiste na seleção de **pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de atividades artísticas (Músicos/Bandas)**, de pequeno, médio e grande porte, objetivando a valorização da cultura local e regional, por meio da realização de apresentações artísticas em eventos oficiais do Município.

Após análise documental e verificação do cumprimento integral dos requisitos estabelecidos no edital de chamamento, foram **credenciados os seguintes proponentes**:

• **E A S LOCAÇÕES LIMITADA** – Nome artístico: *Messinho Sanfoneiro*
• **GERLIANE PATRICIA DE SOUZA SILVA** – Nome artístico: *Gerliane Souza*
• **JADSON DE OLIVEIRA DANTAS** – Nome artístico: *Jadson DT*
• **CAYLA DA SILVA PONTES** – Nome artístico: *Massilon Reis*
• **LUCIANO DO VALE ROCHA** – Nome artístico: *Chacal do Valle*
• **JOÃO VITOR DOS SANTOS SILVA** – Nome artístico: *Banda Forró Mix*
• **MARCOS ANTONIO LUCAS DA SILVA** – Nome artístico: *Trio Sabiá*
• **ELTON TIAGO DA SILVA** – Nome artístico: *Tio Arapuá*
• **ERIVAN SOUZA DO NASCIMENTO** – Nome artístico: *Erivan Nascimento*
• **GABRIEL FERREIRA SILVA** – Nome artístico: *Gabriel Potiguar*
• **FRANCISCO DAS CHAGAS PONTES** – Nome artístico: *Trio Pé de Serra*
• **LUA BEZERRA TAVARES DUTRA** – Nome artístico: *DJ – Música Eletrônica*
• **JOSÉ ROBSON DA SILVA** – Nome artístico: *Clássicos do Forró*
• **THALIS RICHARD MEDEIROS DE OLIVEIRA** - Nome artístico: *Thalis Richard*
• **JADSON FELIPE SANTOS DA SILVA** - Nome artístico: *Felipe Santos "FS"*
• **DELLYTON HENRIQUE COSTA DOS SANTOS** - Nome artístico: *Swinga Mullek*
• **CRISTOVÃO JOSÉ AZEVEDO DE SOUZA** - Nome artístico: *Música Entre Amigos*
• **JOALISSON MENEZES** - Nome artístico: *Joalison Menezes*
• **PEDRO WEMWERSON DE SOUTO** - Nome artístico: *Pedro Aboiador*
• **FRANCIMARIA ALCIDECIA DA SILVA** - Nome artístico: *Cimara Moreno*
• **ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE SANTA CRUZ** - Nome artístico: *ASSOMUSC*

Os proponentes ora credenciados estarão aptos a serem convocados conforme demanda da Administração, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e interesse público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. A convocação ocorrerá de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, mediante disponibilidade orçamentária e programação oficial.

Santa Cruz/RN, 11 de maio de 2026.

GILVANNA SILVA DE ARAÚJO
Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:170754C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO CONTRATO Nº 76/2026

Credenciamento - Chamada Pública nº 004/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 423025/2025. FUNDAMENTO LEGAL: **Art. 79 da Lei Federal n° 14.133/2021.**
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ, inscrita no CNPJ sob nº 08.358.889/0001-95. CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO MUSICAL DE SANTA CRUZ - ASSOMUSC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.779.807/0001-28. **OBJETO:** CREDENCIAMENTO de pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de atividades artísticas (Músicos/Bandas) locais e regionais de pequeno, médio e grande porte, visando incentivar a cultura local no Município de Santa Cruz/RN.

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade
1	EVENTO DE PEQUENO PORTE Duplas e Artistas Individuais, nas diversas Linguagens.	Serviço	25

	Ex.: Trio Pé de Serra, Repentista, Embolador, Violeiro, Seresteiro e DJ/MC		
2	EVENTO DE MÉDIO PORTE Banda Musical (Rock, Forró, MPB, Brega, entre outros, com até 04 Integrantes)	Serviço	5
3	EVENTO DE GRANDE PORTE (Rock, Forró, MPB, Brega, entre outros, de 05 até 08 Integrantes)	Serviço	5

Data da Assinatura: 08/05/2026. Vigência: 12 (doze) meses.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:BEBCA9BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA ADESÃO – ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA ADESÃO – ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025

ORIGEM:ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2025 ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025 (PARA REGISTRO DE PREÇOS). ORGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN. UNIDADE ADERENTE (CARONA): MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN. Circunstanciado pelo Parecer da Procuradoria/Assessoria Jurídica do Município de Santa Cruz/RN e tendo em vista que os preços celebrados estão em consonância com os valores praticados no mercado, bem como as condições de execução se coadunam com as necessidades desta Municipalidade, venho **RATIFICAR** a **ADESÃO** à Ata de Registro de Preços nº 009/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 003/2025 (para Registro de Preços), tendo como órgão gerenciador o Município de São José do Campestre/RN, objetivando a aquisição de fardamentos escolares destinados a atender a rede municipal de ensino do município de São José do Campestre/RN.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA/Prefeita Municipal. 12 de Maio de 2026.

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:B9498D5B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2026-2029 E PAS 2026.

RESOLUÇÃO N°51 DE 07 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a Alteração do Plano Municipal de Saúde 2026-2029 e PAS 2026.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RN em 61º Reunião Ordinária realizada no dia 07 de Maio de 2026, registrada em ATA e aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião no uso de suas atribuições legais e competências regimentais respaldado pela Lei n° 8.080 de 19 de Setembro/1990 e Lei n° 8.142 de 28 de Dezembro/1990 Lei Municipal n° 007 de 97.

RESOLVE:

Artigo 1° - Aprovar por unanimidade a Alteração da Diretriz 1 objetivo 2 que Tinha a seguinte redação: Garantir o funcionamento da atenção Primária á Saúde com equipe completa e sem interrupções continua com pagamento salarial em dia e insumos necessários para o funcionamento da APS. Passando a ter a seguinte redação: Garantir o funcionamento da atenção primária á saúde (APS) com insumos necessários para o desenvolvimento das atividades de acordo com o padrão da APS.

Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria RN, 08 de Maio de 2026.

CAMILA ARAÚJO DA FONSECA
Presidente CMS/SM

SUERDA MARIA DA CAMARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:E2CDF160

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE (PAS) 2026.

RESOLUÇÃO N° 47 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a Apresentação da Programação Anual de Saúde (PAS) 2026.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RN em 60º Reunião Ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2026, registrada em ATA e aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião no uso de suas atribuições legais e competências regimentais respaldado pela Lei n° 8.080 de 19 de Setembro/1990 e Lei n° 8.142 de 28 de Dezembro/1990 Lei Municipal n° 007 de 97.

RESOLVE:

Artigo 1° - Aprovar por unanimidade a Apresentação da Promação Anual de Saúde (PAS) 2026.
Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria RN, 02 de Março de 2026.

CAMILA ARAÚJO DA FONSECA
Presidente CMS/SM

SUERDA MARIA DA CAMARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:F7569B81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025.

RESOLUÇÃO N° 46 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a Apresentação do 3º Quadrimestre de 2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RN em 60º Reunião Ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2026, registrada em ATA e aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião no uso de suas atribuições legais e competências regimentais respaldado pela Lei n° 8.080 de 19 de Setembro/1990 e Lei n° 8.142 de 28 de Dezembro/1990 Lei Municipal n° 007 de 97.

RESOLVE:

Artigo 1° - Aprovar por unanimidade a Apresentação do 3º Quadrimestre de 2025.

Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria RN, 02 de Março de 2026.

CAMILA ARAÚJO DA FONSECA
Presidente CMS/SM

SUERDA MARIA DA CAMARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:04E37B73

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DO 3º QUADRIMESTRE DE 2025.

RESOLUÇÃO N° 49 DE 18 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a Apresentação do 3º Quadrimestre de 2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RN em Audiência Pública realizada no dia 18 de Março de 2026, registrada em ATA e aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião no uso de suas atribuições legais e competências regimentais respaldado pela Lei n° 8.080 de 19 de Setembro/1990 e Lei n° 8.142 de 28 de Dezembro/1990 Lei Municipal n° 007 de 97.

RESOLVE:
Artigo 1° - Aprovar por unanimidade a Apresentação do 3º Quadrimestre de 2025.

Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria RN, 18 de Março de 2026.

CAMILA ARAÚJO DA FONSECA
Presidente CMS/SM

SUERDA MARIA DA CAMARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:EABE074A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2026-2029.

RESOLUÇÃO N° 48 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2026.

Dispõe sobre a Apresentação do Plano Municipal de Saúde 2026-2029.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RN em 60º Reunião Ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2026, registrada em ATA e aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião no uso de suas atribuições legais e competências regimentais respaldado pela Lei n° 8.080 de 19 de Setembro/1990 e Lei n° 8.142 de 28 de Dezembro/1990 Lei Municipal n° 007 de 97.

RESOLVE:

Artigo 1° - Aprovar por unanimidade a Apresentação do Plano Municipal de Saúde 2026-2029.
Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria RN, 02 de Março de 2026.

CAMILA ARAÚJO DA FONSECA
Presidente CMS/SM

SUERDA MARIA DA CAMARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:D963BC97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DISPÕE SOBRE A APRESENTAÇÃO DO RAG - RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DE 2025.

RESOLUÇÃO N°50 DE 18 DE MARÇO DE 2026.

Dispõe sobre a Apresentação do RAG - Relatório Anual de Gestão de 2025.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria/RN em Reunião Ordiária realizada no dia 18 de Março de 2026, registrada em ATA e aprovada por unanimidade dos membros presentes na reunião no uso de suas atribuições legais e competências regimentais respaldado pela Lei n° 8.080 de 19 de Setembro/1990 e Lei n° 8.142 de 28 de Dezembro/1990 Lei Municipal n° 007 de 97.

RESOLVE:

Artigo 1° - Aprovar por unanimidade a Apresentação do RAG- Relatório Anual de Gestão de 2025.

Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria RN, 17 de Abril de 2026.

CAMILA ARAÚJO DA FONSECA
Presidente CMS/SM

SUERDA MARIA DA CAMARA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Alenuska Maiara Martins Bezerra
Código Identificador:A80A7FB6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 3776/2025

O Município de Santana do Matos/RN, através do setor responsável pelas contratações, **TORNA PÚBLICO** que será realizada licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA** na forma eletrônica, por execução indireta, sob o regime de preço unitário, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM,** visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONCLUSÃO DO CANAL DE DRENAGEM NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO MATOS/RN**.

A sessão pública acontecerá no dia **28/05/2026**, às **09:00**, no Portal de Compras Públicas (https://www.portaldecompraspublicas.com.br/), com demais prazos especificados:

Data de Início das Propostas: 13/05/2026 às 08hrs
Data Limite para Impugnação: 25/05/2026 às 23:59
Data Limite para Esclarecimentos: 25/05/2026 às 23:59
Data Final das Propostas: 28/05/2026 às 08:59
Data de Abertura das Propostas: 28/05/2026 às 09:00

O edital da licitação está disponível no Portal de Compras Públicas, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN (https://santanadomatos.rn.gov.br/).

Demais informações poderão ser solicitadas no Setor de Licitações e Contratos na sede da Prefeitura Municipal de Santana do Matos/RN, localizada na Rua Manoel Américo de Carvalho, 56, Centro, Santana do Matos/RN – CEP 59.520-000, de segunda à sexta, das 07h às 13h, ou através do endereço eletrônico: licitacao@santanadomatos.rn.gov.br.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 12 de maio de 2026.

LUCAS IONALDO DA SILVA FERREIRA
Agente de Contratação
Portaria 171/2025 - GP

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:6EC91914

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 153-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (duas) diárias à servidora **Tainá Beatriz da Silva Santos**, matrícula nº 2670, ocupante do cargo de **Assessora Técnica**, no valor unitário de **R$ 400,00 (quatrocentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 800,00 (oitocentos reais)**.

Parágrafo único. As diárias concedidas destinam-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de Natal/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participação no **9º GNCP – Grandes Nomes das Contratações Públicas**, promovido pelo Portal de Compras Públicas em parceria com outras entidades públicas. A participação no evento justifica-se pela relevância e atualidade dos temas a serem debatidos, voltados ao aperfeiçoamento das práticas de contratações públicas, proporcionando atualização técnica e aprimoramento profissional necessários ao desempenho das atividades desenvolvidas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:81331EDF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 154-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (duas) diárias à servidora **Karla de Macêdo Ferreira**, matrícula nº 3157, ocupante do cargo de **Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças**, no valor unitário de **R$ 400,00 (quatrocentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 800,00 (oitocentos reais)**.

Parágrafo único. As diárias concedidas destinam-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de Natal/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participação no **9º GNCP – Grandes Nomes das Contratações Públicas**, promovido pelo Portal de Compras Públicas em parceria com outras entidades públicas. A participação no evento justifica-se pela relevância e atualidade dos temas a serem debatidos, voltados ao aperfeiçoamento das práticas de contratações públicas, proporcionando atualização técnica e aprimoramento profissional necessários ao desempenho das atividades desenvolvidas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:DAE500B0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 155-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (duas) diárias ao servidor **Lucas Ionaldo da Silva Ferreira**, matrícula nº 3165, ocupante do cargo de **Coordenador de Projetos, Contratos e Convênios**, no valor unitário de **R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 500,00 (quinhentos reais)**.

Parágrafo único. As diárias concedidas destinam-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de Natal/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participação no **9º GNCP – Grandes Nomes das Contratações Públicas**, promovido pelo Portal de Compras Públicas em parceria com outras entidades públicas. A participação no evento justifica-se pela relevância e atualidade dos temas a serem debatidos, voltados ao aperfeiçoamento das práticas de contratações públicas, proporcionando atualização técnica e aprimoramento profissional necessários ao desempenho das atividades desenvolvidas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:140292CF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 156-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (duas) diárias à servidora **Miria Dayane Barbosa Mafra**, matrícula nº 3166, ocupante do cargo de **Assistente de Gabinete**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 300,00 (trezentos reais)**.

Parágrafo único. As diárias concedidas destinam-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de Natal/RN, no período de 13 a 15 de maio de 2026, para participação no **9º GNCP – Grandes Nomes das Contratações Públicas**, promovido pelo Portal de Compras Públicas em parceria com outras entidades públicas. A participação no evento justifica-se pela relevância e atualidade dos temas a serem debatidos, voltados ao aperfeiçoamento das práticas de contratações públicas, proporcionando atualização técnica e aprimoramento profissional necessários ao desempenho das atividades desenvolvidas no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:4F14832A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 157-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **½ (meia) diária** à servidora **Tercia Maria da Silva Damasceno**, matrícula nº **2151**, ocupante do cargo de **Auxiliar em Saúde Bucal**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **13 de maio de 2026**, para participação no projeto **"Vida Digna em Casa"**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:A838A782

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 158-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **½ (meia) diária** à servidora **Katia Viviane da Silva**, matrícula nº **471**, ocupante do cargo de **Agente Comunitária de Saúde**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **13 de maio de 2026**, para participação no projeto **"Vida Digna em Casa"**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:F4939270

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 159-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **½ (meia) diária** à servidora **Lucicleuda Jota da Silva**, matrícula nº **452**, ocupante do cargo de **Agente Comunitária de Saúde**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **13 de maio de 2026**, para participação no projeto **"Vida Digna em Casa"**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:CDF66390

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 160-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ **(meia) diária** à servidora **Magna Maria Assunção de Almeida Farias**, matrícula nº **2947**, ocupante do cargo de **Técnica de Enfermagem**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **13 de maio de 2026**, para participação no projeto **"Vida Digna em Casa"**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:4FB94AA2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 161-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ **(meia) diária** à servidora **Isabel Cristina Ferreira Assunção da Silveira**, matrícula nº **3384**, ocupante do cargo de **Enfermeira da Estratégia de Saúde Família**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **13 de maio de 2026**, para participação no projeto **"Vida Digna em Casa"**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:4E7B530A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 162-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ **(meia) diária** à servidora **Aise Tailana da Cunha Ferreira**, matrícula nº **3164**, ocupante do cargo de **Secretária Municipal de Saúde**, no valor unitário de **R$ 400,00 (quatrocentos reais)**, totalizando o montante de **R$ 200,00 (duzentos reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **13 de maio de 2026**, para participação no projeto **"Vida Digna em Casa"**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:43D54554

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 163-2026 – GAB-PMSM – CONCESSÃO DE DIÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais normas aplicáveis, e considerando a necessidade de concessão de diárias **a servidor(a) municipal** para custeio de despesas com deslocamento a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ½ **(meia) diária** ao servidor **Faustino Nobre da Silva**, matrícula nº **453**, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, no valor unitário de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, totalizando o montante de **R$ 75,00 (setenta e cinco reais)**.

Parágrafo único. A diária concedida destina-se ao custeio de despesas com deslocamento para a cidade de **Caicó/RN**, no dia **13 de maio de 2026**, para participação no projeto **"Vida Digna em Casa"**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE

Santana do Matos, 12 de maio de 2026

CLAYLTON ANGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal de Santana do Matos

Publicado por:
Lidiane Pereira de Olivieira
Código Identificador:D8F5D338

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO EXTRAS - MOTORISTAS - Nº0013/2026 - HCA

ESTADO DO RIO GRANDE DE NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DR. CLOVIS AVELINO
PORTARIA DE AUXILIO DESLOCAMENTO EXTRAS Nº 0013/2026-HCA

Santana do Matos/RN, 09 de maio de 2026

A Direção Administrativa do Hospital Dr. Clovis Avelino, no exercício das atribuições que lhe são conferidas
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.082/2025, que dispõe sobre o auxílio deslocamento aos motoristas em exercício no Hospital Dr. Clovis Avelino no Município de Santana do Matos/RN
RESOLVE:
Art. 1º - Publicar as alterações ocorridas no Auxilio Deslocamento durante o mês de abril/2026.
Art. 2º - Essas alterações devem ser inseridas no contra cheque de cada motorista no mês maio/2026
Art. 3º - esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

NOME DO PROFISSIONAL	MATRICULA	Nº DE AUXILIO EXTRAS	ATESTADO	TOTAL DE AUXILIO
Adailton Damasceno	326	04	---	04
Carlos Augusto Ferreira Dantas	2272	---	---	---
Robson Silva de Medeiros	2171	---	- 01	---
Clebio Manoel Soares	292	03	---	03
José Eriberto Guimarães	378	02	---	02
Gilberto Medeiros da cunha	564	02	---	02
Raimundo Ribamar	567	---	---	---
Hugo Victor B. Rocha	2076	---	---	---
Erisvan Rodrigues Da Silva	298	03	---	03
Manoel Thomé De M. Neto	214	01	---	01

PUBLICA-SE, REGISTE-SE, CUMPRA-SE

GLEICE BATISTA CAVALCANTE
Diretora Adm. De Unidade Hospitalar
Portaria Sob O Nº. 292/2025

Publicado por:
Maria Luciara Pereira Severo
Código Identificador:44BDEC30

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 252.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e MÔNICA MARIA XAVIER DE MACÊDO, CPF Nº XXX.007.264-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA**, para exercer a função de **Enfermeira**. Desempenhado suas funções na Unidade Básica de São José da Passagem.

Do Valor Global: **R$ 2.166,66 (dois mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e MÔNICA MARIA XAVIER DE MACÊDO (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:A77318C9

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 253.2026.

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e MAGNA MARIA ASSUNÇÃO DE ALMEIDA FARIAS, CPF: XXX.287.514-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata os serviços da **CONTRATADA** para exercer o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM,** junto a Sec. Mun. De Saúde, exercendo suas funções na Unidade Básica de Saúde Nova Aparecida.

Do Valor Global: **R$ 1.404,86 (mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e MAGNA MARIA ASSUNÇÃO DE ALMEIDA FARIAS (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:58D30B62

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 254.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **ELIANA KARELINE SILVA DA ROCHA**, CPF: XXX.236.514-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata emergencialmente os serviços da **CONTRATADA** para exercer a função de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM,** lotada na Sec. Mun. De Saúde, para atuar na UBS Nova Aparecida.

Do Valor Global: 2026. **R$ 1.404,86 (mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e **ELIANA KARELINE SILVA DA ROCHA** (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:6C53A2AC

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 255.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **JOYCE MARIA FERNANDES DE MELO**, CPF nº XXX.211.814-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata emergencialmente os serviços da **CONTRATADA** junto a Sec. Mun. De Saúde, exercendo suas funções de Dentista na Unidade Básica de Saúde Nova Aparecida.

Do Valor Global: 2026. **R$ 8.429,20 (oito mil quatrocentos e vinte e nove reais e vinte centavos)**, que serão pagos em parcela única ao mês trabalhado.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e JOYCE MARIA FERNANDES DE MELO (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:2F259258

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 256.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **FRANCINETI PEREIRA DA COSTA SOBRINHO**, CPF: XXX.029.284-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata emergencialmente os serviços da **CONTRATADA** para exercer a função de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM,** lotada na Sec. Mun. De Saúde, para atuar na UBS de Coroas Limpas

Do Valor Global: **R$ 1.404,86 (mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e FRANCINETI PEREIRA DA COSTA SOBRINHO (Contratada)

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:A810609D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 258.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **IALYSON IRINEU COSTA ROCHA**, CPF:XXX.834.754-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação vigente, contrata por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município de Santana do Matos/RN os serviços do **CONTRATADO** para exercer o cargo de **MÉDICO,** junto ao Programa Estratégia Saúde da Família na UBS do Santa Luzia.

Do Valor Global: **R$ 11.266,66 (onze mil duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

O presente contrato terá vigência pelo prazo máximo de 01 (um) mês, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, desde que não ultrapasse os limites legais.

O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sem que isso gere direito a indenização de qualquer natureza, exceto quanto às obrigações já assumidas e comprovadamente executadas até a data da rescisão.

A rescisão também poderá ocorrer de forma imediata, a critério exclusivo da contratante, em razão de reestruturações administrativas, adequações operacionais ou por superveniência de fatos que justifiquem a descontinuidade da prestação dos serviços, devidamente formalizados**.**
Da Dotação Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e IALYSON IRINEU COSTA ROCHA (CONTRATADO).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:482AF203

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 259.2026.

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e ISABEL CRISTINA FERREIRA ASSUNÇÃO DA SILVEIRA, CPF Nº XXX.972.344-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata emergencialmente os serviços da **CONTRATADA** para exercer o cargo de **Enfermeiro**, junto a Secretaria Municipal de Saúde, exercendo suas funções na Unidade Básica do Santa Luzia.

Do Valor Global: **R$ 2.166,66 (dois mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e ISABEL CRISTINA FERREIRA ASSUNÇÃO DA SILVEIRA (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:73AAB8BD

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 261.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e ADLADAIANY PRYSCILLA SILVA DA CUNHA, CPF Nº XXX.495.234-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata emergencialmente os serviços da **CONTRATADA**, para exercer o cargo de **Enfermeira**, junto a UBS Nova Aparecida.

Do Valor Global: **R$ 2.166,66 (dois mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 03 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e ADLADAIANY PRYSCILLA SILVA DA CUNHA (Contratada)

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:E0DA0AA7

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 262.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **ANTONIO CAMPELO NETO**, CPF: XXX.701.394-XX, CONTRATADO.

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata emergencialmente os serviços do **CONTRATADO** para exercer o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM,** lotada na Sec. Mun. de Saúde, para atuar no Posto de Saúde da Comunidade Varzinha**.**

Do Valor Global: 2026. **R$ 1.404,86 (mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e ANTONIO CAMPELO NETO (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:E6FBB95C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 263.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **SAVIO**

VINÍCIUS SILVA DE OLIVEIRA, CPF: XXX. 848.494-XX, CONTRATADO.

Do objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação vigente, contrata emergencialmente por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município de Santana do Matos/RN, os serviços do **CONTRATADO** para exercer o cargo de **FISIOTERAPEUTA,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, em substituição do servidor WASHINGTON VIEIRA DO NASCIMENTO, matricula nº 2179, que encontra-se afastado por Vacância, desde o dia 01 de abril de 2025.

Do Valor Global: **R$ 1.733,33 (mil setecentos e trinta e três reais e trinta e três)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

O presente contrato terá vigência pelo prazo máximo de 01 (um) mês, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, desde que não ultrapasse os limites legais.

O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sem que isso gere direito a indenização de qualquer natureza, exceto quanto às obrigações já assumidas e comprovadamente executadas até a data da rescisão.

A rescisão também poderá ocorrer de forma imediata, a critério exclusivo da contratante, em razão de reestruturações administrativas, adequações operacionais ou por superveniência de fatos que justifiquem a descontinuidade da prestação dos serviços, devidamente formalizados.

Da Dotação Orçamentária: : 01 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2341 – Estratégia Saúde da Família – 2376 – Manutenção da Equipe Multiprofissional: 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal - Contratante), AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante), SAVIO VINÍCIUS SILVA DE OLIVEIRA (Contratado).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:9BA1F1DE

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 264.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **LETICIA DANTAS DA SILVA**, CPF: XXX.560.144-XX, CONTRATADA.

Do objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação vigente, contrata por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município de Santana do Matos/RN, contrata emergencialmente os serviços da **CONTRATADA** para exercer o cargo de **NUTRICIONISTA,** junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Do Valor Global: **R$ 1.733,33 (mil setecentos e trinta e três reais e trinta e três)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

Da Dotação Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2341 – Estratégia Saúde da Família – 2376 – Manutenção da Equipe Multiprofissional: 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal - Contratante), AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante), **LETICIA DANTAS DA SILVA** (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:B54950D6

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 257.2026

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **FRANCISCA LUCIENE BARBOSA DA COSTA**, CPF: XXX. 515.114-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE,** em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata emergencialmente os serviços da **CONTRATADA** para exercer a função de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM,** lotada na Sec. Mun. De Saúde, para atuar na UBS de Coroas Limpas.

Do Valor Global: 2026 **R$ 1.404,86 (mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e FRANCISCA LUCIENE BARBOSA DA COSTA (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:669B667C

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 260.2026.

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **YASMIN IANCA MEDEIROS DE AZEVEDO**, CPF:XXX.390.174-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação vigente, contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do município de Santana do Matos/RN, contrata emergencialmente os serviços da **CONTRATADA** para exercer o cargo de **MÉDICA,** junto ao Programa Estratégia Saúde da Família na UBS de Santa Tereza.

Do Valor Global: **R$ 11.266,66 (onze mil duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

O presente contrato terá vigência pelo prazo máximo de 01 (um) mês, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, desde que não ultrapasse os limites legais.

O contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, sem que isso gere direito a indenização de qualquer natureza, exceto quanto às obrigações já assumidas e comprovadamente executadas até a data da rescisão.

A rescisão também poderá ocorrer de forma imediata, a critério exclusivo da contratante, em razão de reestruturações administrativas, adequações operacionais ou por superveniência de fatos que justifiquem a descontinuidade da prestação dos serviços, devidamente formalizados**.**

Da Dotação Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2273 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde – 3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e YASMIN IANCA MEDEIROS DE AZEVEDO (CONTRATADA).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:993A7979

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 265.2026.

Das Partes: Município de Santana do Matos, CNPJ 08.110.439/0001-89, através do através do Fundo Municipal de Saúde de Santana do Matos, CNPJ 11.842.698.0001-09 – CONTRATANTE e **THAIZY ANGÉLICA FLORÊNCIO QUINTO**, CPF: XXX.960.994-XX, CONTRATADA.

Do Objeto: O **CONTRATANTE**, em conformidade com o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e com a Legislação Municipal vigente, contrata emergencialmente os serviços da contratada para exercer o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM,** lotada na Sec. Mun. de Saúde, para atuar na UBS José Pereira de Brito**.**

Do Valor Global: **R$ 1.404,86 (mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e seis centavos)**, que serão pagos em parcelas proporcionais aos meses trabalhados.

Da Vigência: **04 de maio de 2026 a 30 de maio de 2026.**

O pagamento da retribuição mensal à **CONTRATADA** será feito pelo **CONTRATANTE,** mediante folha de pagamento, com recursos da seguinte dotação orçamentária: 03 - Fundo Municipal de Saúde. Projeto/Atividade: 2261 – Atenção à Saúde de Média e Alta Complexidade. Elemento de despesa: 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

Do Fundamento Legal: inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e Legislação Municipal vigente.

Da assinatura: 04 de maio de 2026.

Signatários: CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA (Prefeito Municipal – Contratante) AISE TAILANA DA CUNHA FERREIRA (Gestora do Fundo Municipal de Saúde – Contratante) e THAIZY ANGÉLICA FLORÊNCIO QUINTO (Contratada).

Publicado por:
Tainá Beatriz da Silva Santos
Código Identificador:5527D3DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 2.009 DE 11 DE MAIO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2.009 DE 11 DE MAIO DE 2026.

Institui o Programa de Vacinação nas Escolas para os(as) alunos(as) da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas do Município.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo o art. 64, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Vacinação nas Escolas para os(as) alunos(as) da educação infantil e do ensino fundamental das escolas públicas do município com o objetivo de intensificar as ações de vacinação, inclusive em campanhas, e melhorar a cobertura vacinal das crianças e adolescentes.

Art. 2º - Para a realização do Programa de Vacinação nas Escolas, as unidades básicas de saúde entrarão em contato com as escolas pertencentes ao território da sua região para que seja agendada a data em que a equipe de saúde irá vacinar as crianças na escola, pelo menos uma (01) vez por ano.

Parágrafo único. A unidade de saúde deverá divulgar as datas e horários em que haverá vacinação nas escolas para que as crianças e seus familiares sejam informados.

Art. 3º - Serão vacinadas todas as crianças que apresentarem, no dia agendado, a carteira de vacinação, após a análise e identificação de atraso ou oportunidade de vacinação. Não serão vacinadas na escola aquelas crianças que não trouxerem a carteira de vacinação, que possuam contraindicação médica ou tenham tido eventos adversos específicos a alguma vacina, comprovados por atestado médico.

§ 1º A escola deverá enviar aos pais ou responsáveis de todos os alunos, com no mínimo cinco dias de antecedência, comunicado solicitando que os(as) estudantes levem a carteira de vacinação na data estipulada.
§ 2º Os pais ou responsáveis cujas crianças não comparecerem à escola com a carteira de vacinação na data da visita receberão um comunicado da escola para comparecerem a unidade de saúde com a carteira de vacinação, no menor prazo possível, para a equipe de saúde analisar e, se necessário, atualizar a situação vacinal da criança.
§ 3º A escola encaminhará para a unidade básica de saúde de referência do território uma lista contendo o nome dos(as) alunos(as) que não portava a carteira de vacinação na data da visita, bem como os nomes de seus responsáveis, endereço domiciliar e telefone, para subsidiar a comunicação da equipe de saúde com as famílias cujos alunos precisam ter suas vacinas atualizadas.

§ 4º Caso os pais ou responsáveis que receberem a notificação de que trata o § 2º deste artigo não compareçam à unidade básica de saúde nos 60 dias posteriores à visita na escola, a unidade de saúde deverá realizar visita domiciliar à família para orientá-la sobre a importância da vacinação.

Art. 4º - No início de todo ano, após a matrícula, a escola deverá enviar, para a unidade básica de saúde de referência, uma versão fotografada ou digitalizada da carteira de vacinação de cada criança matriculada para que a situação vacinal da criança seja analisada e atualizada pela equipe de saúde.

Art. 5º - O referenciamento das escolas às unidades básicas de saúde é determinado pela Secretaria Municipal de Saúde em alinhamento com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 6º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Santana do Seridó/RN, 11 de maio de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:EA512189

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0101/2026 DE 12 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 0101/2026 DE 12 DE MAIO DE 2026.

Restruturação e Recomposição do Fórum Municipal Permanente de Educação para acompanhamento e monitoramento das ações do Plano Municipal de Educação – PME para o decênio 2027/2037 no município de Santana do Seridó/RN e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO, a Lei Federal 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação - PNE;

CONSIDERANDO, a Portaria do Ministério da Educação, 1.407 de 14 de dezembro de 2010, de criação do Fórum Nacional de Educação – FNE, tornando-se órgão de Estado, com a promulgação da Lei 13.005/2014, na qual lhe é confiada, em seu Artigo 5º a missão de ser uma das instâncias responsáveis pela execução do PNE, mantendo monitoramento contínuo e realização de avaliações periódicas.

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 473/2015, de junho de 2015 que instituiu e aprovou o Plano Municipal de Educação – PME, decênio 2015/2025;

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 1.029 de 01 de novembro de 2022, Que institui o Fórum Municipal Permanente de Educação;

CONSIDERANDO, a necessidade de institucionalizar mecanismos que facilitem a participação de segmentos sociais no planejamento educacional;

CONSIDERANDO, a necessidade de Recomposição do Fórum Municipal de Educação – FME de Santana do Seridó/RN, e a necessidade da continuidade de mecanismos de Planejamento Educacional participativo que garantam a Gestão Democrática e assegurem o cumprimento das Políticas Educacionais e a qualidade social da educação no município de Santana do Seridó /RN;

CONSIDERANDO, ainda a competência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura na coordenação da política municipal de educação, articulando os diferentes níveis, etapas e modalidades de escolarização:

Art. 1º- Nomeia os novos membros titulares e suplentes do Fórum Municipal Permanente de Educação - FME, órgão máximo de deliberação das políticas públicas para a educação, de caráter permanente com as finalidades de:
I - Acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação, no seu âmbito de ação.
II – Coordenar as Conferências e Audiências Públicas Municipais de Educação;
III – promover a articulação para elaboração e avaliação da Política Educacional no município.

Parágrafo Único. O Fórum Municipal Permanente de Educação será constituído pelos órgãos, instituições, entidades, movimentos sociais e seus respectivos representantes a seguir designados:

I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

• Claúdia Cabral dos Santos - Presidente
• Patrícia de Medeiros Bezerra - Coordenadora
• Vitória Regina Bezerra dos Santos – Suplente

II - REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME

• Ivanice Bezerra de Oliveira– Titular
• Marineide Cabral dos Santos– Suplente

III - REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

• Fernanda de Medeiros Bezerra - Titular
• Neilton Lima dos Santos - Suplente

IV - REPRESENTANTES DA ESCOLA ESTADUAL JOÃO VILAR DA CUNHA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

• Rita de Cássia Costa dos Santos – Titular
• Alexandre Lima dos Santos – Suplente

V- REPRESENTANTES DE ESTUDANTES

• Danilo de Oliveira Lima - Titular
• Tamires Eduarda dos Santos- Suplente

VI - REPRESENTANTES DOS PAIS
· Juliana Souza de Oliveira - Titular
· Erivânia da Silva Sales - Suplente

VII - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

• Marcio Alves de Azevedo – Titular
• Erick Pontes Costa - Suplente

VIII- REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

• Rafael Kleverson dos Santos– Titular
• Adilene Santos Farias de Macdedo- Suplente

IX - REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR

• Luciana Pereira da Silva – Titular
• Cristileide Pereira da Silva- Suplente

X - REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CACS/FUNDEB

· Luiz Bezerra da Cunha Junior – Titular
· Josineide da Silva – Suplente

XI– REPRESENTANTES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
· Geomária Batista da Silva Araújo – Titular
· Luzia Bezerra Santos- Suplente

XII- REPRESENTANTES DOS PROFESSORES

• Hélia Maria de Macedo Morais – Titular
• Josenilma Dayanne Almeida Santos- Suplente

XIII – REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO DE CULTURA E JUVENTUDE

• Maria do Socorro Silva– Titular
• Jade Vitória de Lima Souza - Suplente

XIV– REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
· Lorena Cândida de Araújo Oliveira – Titular
· Everton Jeferson Costa de Araújo- Suplente

XV – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
· Maria das Vitórias Macedo Pereira- Titular
· Rita de Cássia Morais Santos - Suplente

XVI - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
· Simone Gomes de Araújo – Titular
· Bruna Ferreira de Araújo - Suplente

§ 1º - Os representantes a que se refere o inciso I e o inciso XIII serão indicados pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º - Os representantes a que se refere o inciso II serão indicados pelo Conselho Municipal de Educação - CME;
§ 3º - Os representantes a que se refere o inciso III serão indicados pela Câmara Municipal de Vereadores.
§ 4º - Os representantes a que se refere o inciso IV serão indicados pela Escola Estadual João Vilar da Cunha – Ensino Fundamental e Médio.
§ 5º - Os representantes a que se refere o inciso V serão indicados pelas instituições escolares públicas de ensino dentre estudantes maiores de 18 anos ou emancipados.
§ 6º - Os representantes a que se refere o inciso VI serão indicados pelas unidades de ensino.
§ 8º - Os representantes a que se refere os incisos VII, VIII, e XIV, XV e XVI serão indicados pelas respectivas Secretarias Municipais.
§ 7º - Os representantes a que se refere os incisos II e X serão indicados pelos referidos conselhos.
§ 8º - Os representantes a que se refere o inciso XI e XII serão indicados pelas escolas municipais.

Art. 2º- O Fórum Municipal de Educação tem as seguintes atribuições:

I - Elaborar o regimento interno do fórum e propor às Conferências Municipais de Educação e os seus regimentos;
II - Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação e acompanhar a sua implementação;
III - Convocar, planejar e coordenar a realização das Conferências Municipais de Educação, mobilizando o município;
IV - Dar suporte técnico para a realização das Conferências;
V - Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;
VI - Planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas nacional, estadual e municipal de educação, tendo como referência o Plano Nacional, Estadual e Municipal de Educação;
VII - Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões de fórum, sessões especiais e outros eventos;
VIII - Organizar o fórum municipal de educação contribuindo na elaboração de planos municipais de educação;
IX - Acompanhar e avaliar a implantação das deliberações das conferências municipais de educação;
X - Realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º- O regimento do Fórum Municipal de Educação, a ser aprovado pela maioria simples de seus membros, apresentará a estrutura, os procedimentos, as normas de funcionamento, dentre outros aspectos;

Art. 4º- O coordenador do Fórum Municipal de Educação é indicado pelo Secretário Municipal de Educação;

Art. 5º- O Fórum terá funcionamento permanente e se reunirá ordinariamente a cada seis meses e extraordinariamente por convocação de seu presidente ou por requerimento da maioria dos membros, sempre que necessário.

Art. 6º- O FME e as Conferências Municipais estarão administrativamente vinculados ao gabinete do (a) Secretário (a) Municipal de Educação e Cultura.
Parágrafo único - O fórum receberá suporte técnico e administrativo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 7º - A estrutura e os procedimentos operacionais serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições do presente decreto.
Parágrafo Único: até a aprovação do seu Regimento Interno, o Fórum Municipal de Educação será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 8º- A participação no Fórum Municipal Permanente de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 9º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário.

Santana do Seridó-RN, em 12 de maio de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAUJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:91A82507

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 084/2026/PMSS/CD/ADM DE 11 DE MAIO DE 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA N. º 084/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **JUCINEIDE DA SILVA ARAUJO**, ocupante do cargo de **Procuradora Administrativa**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no período de 14 a 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar da 9ª edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, oportunidade que se configura como o maior encontro nacional sobre governança, inovação e tecnologia nas compras públicas. O evento visa reunir especialistas, autoridades e profissionais de todo o país, proporcionando um espaço voltado ao conteúdo estratégico, debates qualificados e troca de experiências sobre os desafios e avanços das contratações públicas, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 084/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 02 (duas) diárias com 01 (uma) pernoite, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:5E798B87

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 085/2026/PMSS/CD/ADM DE 11 DE MAIO DE 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA N. º 085/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **JOELAINE CARLA ALVES DANTAS,** ocupante do cargo de **Agente de Contratação Municipal**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no período de 14 a 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar da 9ª edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, oportunidade que se configura como o maior encontro nacional sobre governança, inovação e tecnologia nas compras públicas. O evento visa reunir especialistas, autoridades e profissionais de todo o país, proporcionando um espaço voltado ao conteúdo estratégico, debates qualificados e troca de experiências sobre os desafios e avanços das contratações públicas, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 085/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 02 (duas) diárias com 01 (uma) pernoite, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:2B2B7C68

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 086/2026/PMSS/CD/ADM DE 11 DE MAIO DE 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA N. º 086/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **MIZAEL OLIVERA DE SOUZA**, ocupante do cargo de **Agente de Contratação Municipal**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no período de 14 a 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar da 9ª edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, oportunidade que se configura como o maior encontro nacional sobre governança, inovação e tecnologia nas compras públicas. O evento visa reunir especialistas, autoridades e profissionais de todo o país, proporcionando um espaço voltado ao conteúdo estratégico, debates qualificados e troca de experiências sobre os desafios e avanços das contratações públicas, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 086/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 02 (duas) diárias com 01 (uma) pernoite, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:D752D271

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 087/2026/PMSS/CD/ADM DE 11 DE MAIO DE 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA N. º 087/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Sr. **SERGIO FERREIRA DE MACEDO,** ocupante do cargo de **Secretário de Planejamento**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no período de 14 a 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar da 9ª edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, oportunidade que se configura como o maior encontro nacional sobre governança, inovação e tecnologia nas compras públicas. O evento visa reunir especialistas, autoridades e profissionais de todo o país, proporcionando um espaço voltado ao conteúdo estratégico, debates qualificados e troca de experiências sobre os desafios e avanços das contratações públicas, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 087/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 02 (duas) diárias com 01 (uma) pernoite, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:F4898D8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 088/2026/PMSS/CD/ADM DE 11 DE MAIO DE 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA N. º 088/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **MURIELLY KARLA DINIZ DE MEDEIROS,** ocupante do cargo de **Secretaria Adjunta de Planejamento**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no período de 14 a 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar da 9ª edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, oportunidade que se configura como o maior encontro nacional sobre governança, inovação e tecnologia nas compras públicas. O evento visa reunir especialistas, autoridades e profissionais de todo o país, proporcionando um espaço voltado ao conteúdo estratégico, debates qualificados e troca de experiências sobre os desafios e avanços das contratações públicas, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 088/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 02 (duas) diárias com 01 (uma) pernoite, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:063669F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 089/2026/PMSS/CD/ADM DE 11 DE MAIO DE 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA N. º 089/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **VITORIA REGIA DE LIMA,** ocupante do cargo de **Coordenadora de Planejamento das Contratações – CC-3**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no período de 14 a 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar da 9ª edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, oportunidade que se configura como o maior encontro nacional sobre governança, inovação e tecnologia nas compras públicas. O evento visa reunir especialistas, autoridades e profissionais de todo o país, proporcionando um espaço voltado ao conteúdo estratégico, debates qualificados e troca de experiências sobre os desafios e avanços das contratações públicas, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 089/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 02 (duas) diárias com 01 (uma) pernoite, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:13EF1805

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. º 090/2026/PMSS/CD/ADM DE 11 DE MAIO DE 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

PORTARIA N. º 090/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026 – REPUBLICADA POR INCORREÇÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Decreto Municipal nº 1.077 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **ESTER GABRIELA MEDEIROS DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de **Subcoordenadora de Execução de Contratos – CC-4**, para realizar viagem a capital do Estado, Natal – RN, no período de 14 a 15 de maio de 2026, com a finalidade de participar da 9ª edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, oportunidade que se configura como o maior encontro nacional sobre governança, inovação e tecnologia nas compras públicas. O evento visa reunir especialistas, autoridades e profissionais de todo o país, proporcionando um espaço voltado ao conteúdo estratégico, debates qualificados e troca de experiências sobre os desafios e avanços das contratações públicas, conforme declarações em anexo e termos descritos na **Portaria de N° 090/2026/PMSS/CD/ADM de 11 de maio de 2026.**

Art. 2º - Pelo deslocamento à localidade acima referida, será concedido o pagamento de 02 (duas) diárias com 01 (uma) pernoite, conforme observância nos destinos constantes da "Tabela de Diárias" que trata o Art. 3º do Decreto Municipal acima citado.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Publique-se e cumpra-se

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:936C5CB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nos autos do Processo Administrativo nº 1212/2026 - Dispensa de Licitação nº 45/2026, como Autoridade Competente, em consonância com o que determina o Art. 72, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 e Art. 209, inciso VIII do Decreto Municipal nº 1.058/2024, RESOLVO:

CONSIDERANDO, a justificativa da necessidade constante nos autos do processo administrativo que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de confecção, fornecimento, montagem e instalação de mobiliário planejado sob medida, destinado à ambientação funcional e padronização do Gabinete da Prefeita do Município de Santana do Seridó/RN, conforme Documento de Formalização da Demanda – DFD, atendendo ao Art. 72, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e Art. 209, inciso I do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a presença da estimativa da despesa atendendo ao Art. 72, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e Art. 209, inciso II do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a confirmação da existência de dotação orçamentária em acordo com o Art. 72, inciso IV da Lei nº 14.133/2021 e Art. 209, inciso IV do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

CONSIDERANDO, a não obrigatoriedade da emissão de parecer jurídico, conforme art. 203, §2º do Decreto Municipal nº 1.058/2024, por se tratar de hipótese prevista no inciso I e II do art. 201 no mesmo Decreto.

CONSIDERANDO, o Termo de Dispensa emitido pela Agente de Contratação e Equipe sendo satisfeitos o Art. 72, incisos, V, VI e VII

da Lei nº 14.133/2021 e Art. 209, inciso V, VI, VII do Decreto Municipal nº 1.058/2024.

Ratifico a contratação da empresa: PLANEJADOS M.E. DECOART STUDIO DESING LTDA, inscrito no CNPJ sob n° 52.197.359/0001-02, no valor global de R$ 29.275,00 (vinte e nove mil, duzentos e setenta e cinco reais), a presente contratação será satisfeita nas dotações orçamentárias:
PROJETO/ATIVIDADE: 04.122.0002.2003 – Manut. Atividades da Secretaria Municipal de Governo.
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.

Com respaldo na Lei 14.133/2021, Art. 75, inciso II, de forma a **AUTORIZAR A CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme Art. 209, inciso VIII do Decreto Municipal nº 1.058/2024, para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a devida publicação.

Santana do Seridó/RN, 12 de maio de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:E77D7831

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA - LICENÇA PRÊMIO

Interessada: Ana Maria Cardoso
Assunto: Solicitação de licença prêmio

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de requerimento formulado pela Servidora Pública Efetiva do Município de Santo Antônio/RN, a Sra. **Ana Maria Cardoso**, ocupante do cargo público de Agente Comunitária de Saúde, em que postula a concessão de **licença prêmio por assiduidade.**

A servidora supracitada requereu a licença prêmio por assiduidade fundamentando-se no artigo nº 102 da Lei Municipal nº 999/2001 (Regime Jurídico Único dos Servidos Públicos do Município de Santo Antônio/RN).

Em consulta ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Santo Antônio/RN, Lei Municipal nº 999/2001, verifica-se no art. 102 da norma mencionada, que,

"Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor faz jus a 03 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade".

Diante do exposto, decido **DEFERIR** o pedido da servidora acima mencionada, a saber, licença prêmio, pelo período estabelecido entre **01 de junho de 2026 a 29 de agosto de 2026**, com fulcro na base legal acima transcrita.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se a presente Decisão Administrativa, cientificando-se a Servidora requerente e remetendo os autos ao Ilustre Secretário Municipal de Administração para as devidas providências cabíveis.

Santo Antônio/RN, 11 de maio de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:243169D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 077/2026 – GP

Santo Antônio/RN, 12 de maio de 2026.

A CHEFE DE GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO, no uso de suas atribuições legais e administrativas, e de acordo com o Decreto nº 005/2017 de 17 de fevereiro de 2017 e as alterações do Decreto nº 013/2025 de 07 de abril de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ½ (meia diária) para **BRUNA RAYANNA DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, para **ELAINE DA SILVA CAMPELO ALVES,** ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, para **EMMANUELLE MARIA BEZERRA GOMES LIMA,** ocupante do cargo de Conselheira Tutelar e para **MARIA JOSÉ DE SOUZA FERREIRA**, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar;

Art. 2º - Para participar do **SEMINÁRIO RN FAZ BONITO – ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO RN**. O seminário tem como objetivo fortalecer a articulação entre os órgãos públicos e a rede de proteção, ampliar o debate sobre a violência sexual infanto-juvenil e promover estratégias efetivas de prevenção, acolhimento e enfrentamento em todo o estado;

Art. 3º - O seminário é promovido pelo **Governo do Estado do Rio Grande do Norte e instituições parceiras,** e acontecerá no dia 14 de Maio de 2026, no **Auditório Albano Franco – FIERN,** Av. Salgado Filho, 2860 – Lagoa Nova – Natal/RN.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

MARCIA FRANCO RIBEIRO
Chefe do Gabinete Civil

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:7E05D5F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 078/2026 – GP/PMSA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas prerrogativas constitucionais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR o Sr. LAECIO HENRIQUE DE ARAUJO, inscrito no CPF nº ***.787.634-** e portador do RG ***.***.669-ITEP/RN, para exercer o cargo em comissão de livre nomeação de **COORDENADOR GERAL DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS** do Município de Santo Antônio/RN.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 04/05/2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santo Antônio/RN, 12 de maio de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito do Município de Santo Antônio/RN

Publicado por:
Orlando Bezerra Cavalcante Filho
Código Identificador:7630BE46

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 416051/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coordenação, supervisão, organização, gerenciamento e execução da corrida rústica do dia dos trabalhadores.

Na oportunidade, acato o parecer emitido pela procuradoria do Município de Santo Antônio/RN, **AUTORIZO** e **RATIFICO,** o presente e processo com os documentos anexos, acerca do enquadramento da despesa destinada à contratação da empresa **AP CRONO EVENTOS ESPORTIVOS LTDA – CNPJ: 32.401.487/0001-00**, com o valor total de **R$ R$ 63.373,20 (Sessenta e três mil e trezentos e setenta e três e vinte centavos.)**, referente a Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coordenação, supervisão, organização, gerenciamento e execução da corrida rústica do dia dos trabalhadores.

Encaminhe a EQUIPE DE CONTRATAÇÃO para que sejam publicados estes atos e adotadas as providências necessárias para finalização do processo de inexigibilidade.

Santo Antônio/RN, 12 de maio de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:F1324ADB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 416051/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coordenação, supervisão, organização, gerenciamento e execução da corrida rústica do dia dos trabalhadores.

RECONHEÇO a DISPENSA DE LICITAÇÃO fundamentada no Art. 75, II da Lei nº 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que AUTORIZO a contratação da empresa **AP CRONO EVENTOS ESPORTIVOS LTDA – CNPJ: 32.401.487/0001-00**, com o valor total de **R$63.373,20 (Sessenta e três mil e trezentos e setenta e três e vinte centavos.)**, referente a Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de coordenação, supervisão, organização, gerenciamento e execução da corrida rústica do dia dos trabalhadores.

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, DETERMINO que se proceda com a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

Santo Antônio/RN, 12 de maio de 2026.

RAULISON DE SENA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:65014855

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 101, DE 11 DE MAIO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Sr. **LUIZ ANTÔNIO BATISTA DA CRUZ**, inscrito no CPF/MF sob o n.° 133.450.654-01, do cargo e suas respectivas funções de **Diretor do Departamento de Tributação e Arrecadação da Secretaria Municipal de Tributação do Município de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de maio do corrente ano, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 11 de maio de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:ADBABCF8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 102, DE 12 DE MAIO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO as disposições contidas no art. 37, II, da Constituição Federal, ressaltando ser de livre nomeação e exoneração a investidura em cargo em comissão perante esta Municipalidade; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Municipal n.° 587/2023, a qual revogou disposições anteriores e definiu a Estrutura Administrativa do Município de São Bento do Norte/RN.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. **BRENA KEZIA DA SILVA CARDOSO**, inscrita no CPF/MF sob o n.° 704.612.944-43, para assumir o cargo e suas respectivas funções de **Diretora do Departamento de Tributação e Arrecadação da Secretaria Municipal de Tributação do Município de São Bento do Norte/RN**, de simbologia CC3.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de maio do corrente ano, revogando toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 12 de maio de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:10C77D22

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 103, DE 12 DE MAIO DE 2026

O **CHEFE DO GABINETE DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais;*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e dá outras providências; e

CONSIDERANDO o Solicitação feita através do Ofício n. 079/2026 do Gabinete Civil:

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de 4 (quatro) diárias, com pernoite, para a servidor **JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA**, Prefeito Constitucional, mat. 001985-2, CPF: xxx.487.504-xx, no valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais) com a finalidade de participar no expediente administrativo junto ao Governo Federal em Brasília/DF, na XXVII Marcha em Defesa dos Municípios, no período de 18 a 21 de maio do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 12 de maio de 2026.

EDMILSON BATISTA DE ASSIS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:A58AFF23

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 104, DE 12 DE MAIO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e dá outras providências; e

CONSIDERANDO o Solicitação feita através do Ofício n. 080/2026 do Gabinete Civil:

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de 4 (quatro) diárias, com pernoite, para a servidor **EDMILSON BATISTA DE ASSIS**, Chefe de Gabinete, mat. 001975-5, CPF: xxx.336.004-xx, no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais) com a finalidade de participar no expediente administrativo junto ao Governo Federal em Brasília/DF, na XXVII Marcha em Defesa dos Municípios, no período de 18 a 21 de maio do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 12 de maio de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:849B8BE5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO TRAIRÍ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Agente de Contratação do Município de São Bento do Trairi/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público que se encontra aberto o Credenciamento Nº 001/2026, objetivando futura contratação de instituição financeira para prestação de serviços bancários de gerenciamento de créditos provenientes da Folha de Pagamento e a Concessão de Empréstimos Consignados sem exclusividade dos servidores públicos e agentes políticos do Município de São Bento do Trairi/RN, conforme especificações e disposições contidas no Edital e anexos. Recebimento da documentação no período de 13/05/2026 à 05/06/2026, através do Portal de Compras Públicas - www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital está disponibilizado na íntegra, nos endereços eletrônicos - www.portaldecompraspublicas.com.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - https://www.gov.br/pncp/pt-br, e/ou presencialmente no endereço – Avenida Progresso, 875, Centro, São Bento do Trairi/RN.

São Bento do Trairi/RN, 12 de maio de 2026.

LEANDERSON CLEITON DA SILVA
Agente de Contratação

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:7F9C1FCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 01020805900/2026

Espécie: Contrato Nº. 01020805900/2026, firmado em 08 de maio de 2026; **Origem**: Concorrência Eletrônica N°. 002/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; **Contratante**: Prefeitura Municipal de São Bento do Trairi/RN, CNPJ N°. 08.160.467/0001-00; **Contratado**: EMPROTEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº. 10.465.480/0001-10; **Objeto**: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação na Zona Rural deste Município de São Bento do Trairi/RN, através do Contrato de Repasse Nº. 948657/2023/MIDR/CAIXA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos; **Valor**: R$ 261.600,00 (duzentos sessenta e um mil e seiscentos reais); **Adequação Orçamentária**: 07.001 - Sec. Mun. de Obras e Infraestrutura; 1021 Constr. e pavimentação de vias públicas; 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União; 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos; 4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES; e/ou 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **Vigência**: 08/05/2026 à 08/05/2027; **Signatários**: Pelo **Contratante** - Rafael dos Santos Matias, Prefeito de São Bento do Trairi/RN, Pelo **Contratado** - Francisco Marcílio de Pontes Confessor, Representante Legal.

Publicado por:
José Jadson Dos Santos Silva
Código Identificador:5CFD322E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1173- FMSF/2026

PORTARIA N.º 1173 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	UMA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Valor total em R$	140,00 (CENTO E QUARENTA REAIS)		
Destino	ASSU RN		
Data da concessão	08 DE MAIO DE 2026		
Datas de afastamento	09 DE MAIO DE 2026	Saída/origem	**12HS DO DIA 09 DE MAIO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**00:50 H DO 10 DE MAIO DE 2026**
Beneficiário	MISAEL ROBSON DE ARAÚJO		
CPF n.°	061.745.964-94		
Cargo e/ou Função	COORDENADOR MUNICIPAL DE SAUDE		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE MARIA DE FATIMA DE A. ARAUJO PARA UMA CONSULTA MÉDICA ESPECIALIZADA E EXAMES NA UNIDADE MOVEL DE OFTALMOLOGIA, LOCALIZADO NA RUA LUIZ CORREIA DE SÁ LEITÃO S/N CENTRO ASSU RN, NO DIA 09 DE MAIO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 08 DE MAIO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:854D5404

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1176 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1176- FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA
Valor unitário em R$	120,00 (CENTO E VINTE REAIS)
Valor total em R$	60,00 (SESSENTA REAIS)
Destino	NATAL-RN
Data da concessão	11 DE MAIO DE 2026
Datas de afastamento	11 DE MAIO DE 2026
Saída/origem	04H DO DIA 11 DE MAIO DE 2026
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Chegada/origem	20:45 HS DO DIA 11 DE MAIO DE 2026
Beneficiário	FERNANDO MONTEIRO DE ARAÚJO
CPF n.°	088.680.234-23
Cargo e/ou Função	MOTORISTA

Finalidade: TRANSPORTAR O PACIENTE JOSE EMANUEL VASCONCELOS DE LIMA PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO HOSPITAL ONOFRE LOPES, LOCALIZADO R. AV. NILO PEÇANHA, 620 - PETRÓPOLIS, NATAL - RN, NO DIA 11 DE MAIO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 11 DE MAIO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n° 007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:E8C15023

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1177 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1177 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:
Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	180,00 (CENTO E OITENTA REAIS)		
Valor total em R$	90,00 (NOVENTA REAIS)		
Destino	NATAL RN		
Data da concessão	12 DE MAIO DE 2026		
Datas de afastamento	12 DE MAIO DE 2026	Saída/origem	**04HS DO DIA 12 DE MAIO DE 2026**
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	**21:40 H DO 12 DE MAIO DE 2026**
Beneficiário	MISAEL ROBSON DE ARAÚJO		
CPF n.°	061.745.964-94		
Cargo e/ou Função	COORDENADOR MUNICIPAL DE SAUDE		

***Finalidade*: ACOMPANHAR A PACIENTE VIVIANE FERNANDES DE SOUZA PARA REALIZAR PROCEDIMENTO MEDICO NO HOSPITAL ONOFRE LOPES, LOCALIZADO R. AV. NILO PEÇANHA, 620 - PETRÓPOLIS, NATAL - RN, NO DIA 12 DE MAIO DE 2026.**

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN 12 DE MAIO DE 2026

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF N.°007.851.174-74

Publicado por:
José Anderson Dantas de Medeiros
Código Identificador:6EA20388

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 087/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.

Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de João Pessoa/PB, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 180,00 (cento e oitenta reais), para viagem a se realizar no dia 30 de abril de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 30 de abril de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Josivan da Silva Justino
Código Identificador:057702B1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRONICA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM SUPERFICIAL, COM IMPLANTAÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN,

AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

CONCRRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2.894/2026

O Município de São José de Mipibu/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de São José de Mipibu, representada por sua Coordenadora de Licitações, nomeada através da portaria 118/2025, torna público para conhecimento dos interessados que no dia **26 de maio de 2026, às 10:00hs**, fará realizar licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA,** na forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL** , cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO E DRENAGEM SUPERFICIAL, COM IMPLANTAÇÃO DE GUIAS E SARJETAS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN.**
O edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelo site oficial da Prefeitura Municipal, no Portal de Compras Públicas, no Portal Nacional de Compras Públicas, e as propostas comerciais serão recebidas a partir das **15hs** do dia **12/05/2026** até às **10h00min** do dia **26/05/2026**, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico.

São José de Mipibu/RN, 12 de maio de 2026

FABÍOLA MARIA JERÔNIMA DA COSTA SOUZA
Coordenadora de Licitação
Portaria Nº 118/2025-SGM

Publicado por:
Fabíola Maria Jeronima da Costa Souza
Código Identificador:005170D7

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO 02/2026 CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO, PARA CONTRATAÇÃO SIMULTÂNEA DE PESSOASJURÍDICAS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHO DEAMPLIAÇÃO SONORA INDIVIDUAL – AASI EPROTETIZAÇÃO DESTINADOS AOS USUÁRIOS DOSISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍP

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
MODALIDADE: **CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO, PARA CONTRATAÇÃO SIMULTÂNEA DE PESSOASJURÍDICAS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHO DEAMPLIAÇÃO SONORA INDIVIDUAL – AASI EPROTETIZAÇÃO DESTINADOS AOS USUÁRIOS DOSISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃOJOSÉ DE MIPIBU/RN, ATENDENDO AS DEMANDASDAS SECRETARIA MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DESÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN.**

LISTA DE CREDENCIADO APTO - EXTRATO DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO:
CREDENCIANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN.

GN RESOUND PRODUTOS MÉDICOS LTDA - CNPJ: 08.365.850/0001-03, credenciada nos itens: 04,05,06,07,08,09,10,11,13,14,19,20,22,23,25,26,28,29 e 30.

VALOR GLOBAL: **R$ 1.418.000,00** (um milhão, quatrocentos e dezoito mil reais).
São José de Mipibu/RN, 11 de maio de 2026. Maurício José Gomes de Melo - Sec. Geral do Município.
RECURSOS FINANCEIROS: Orçamento Geral do Município – OGM, para o exercício 2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

ASSINATURAS: MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO – Credenciante e GN RESOUND PRODUTOS MÉDICOS LTDA – Credenciado.
DATA: São José de Mipibu/RN, 11 de maio de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO -
Sec. Geral do Município.

Publicado por:
Fabíola Maria Jeronima da Costa Souza
Código Identificador:C41D341F

SECRETARIA GERAL DO MUNICÍPIO
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – DISPENSA 20/2025

CONTRATADO	OBJETO
60.116.815 FILIPE ODILON BORGES GUEDES, inscrita no CNPJ sob o nº 60.116.815/0001-62	O presente Aditivo objetiva prorrogação da vigência em 12(doze) meses.

São José de Mipibu/RN, 30 de abril de 2026

MAURÍCIO JOSÉ GOMES DE MELO
Secretário Geral do Município

Publicado por:
Willíany da Silva
Código Identificador:505365EC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 030/2026

Processo Administrativo nº 2025000130/2026 Inexigibilidade de Licitação nº 010/2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José do Campestre/RN.

CONTRATADA: JAIRO CASSIANO DO NASCIMENTO, inscrito no CPF: 055.334.634-29.

OBJETO: Contratação da locação do imóvel localização na Rua Getúlio Vargas, no Município de São José do Campestre/RN, de propriedade do Sr. Jairo Cassiano do Nascimento, inscrito no CPF sob o nº 055.334.634-29, visando atender as necessidades primordiais da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social.

Prazo de Vigência: 30 de abril de 2026 a 30 de abril de 2027, conforme contrato celebrado em 30 de abril de 2026, oriundo da INEXIGIBILIDADE de Licitação Nº 010/2026.

VALOR TOTAL: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, totalizando o valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para 12 (doze) meses de locação.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

São José do Campestre/RN, 30 de abril de 2026.

ERIBALDO LIMA
- Prefeito Municipal/Contratante

JAIRO CASSIANO DO NASCIMENTO
- Contratado.

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:DF3B3C87

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

Eribaldo Lima, Prefeito Municipal de SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo acima em epígrafe, em especial os Pareceres Técnico e Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 74, inciso V, da Lei Federal 14.133/2021, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026 nos termos a seguir descritos: Objeto: Contratação da locação do imóvel localização na Rua Getúlio Vargas, no Município de São José do Campestre/RN, de propriedade do Sr. Jairo Cassiano do Nascimento, inscrito no CPF sob o nº 055.334.634-29, visando atender as necessidades primordiais da Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social. Locador(a): JAIRO CASSIANO DO NASCIMENTO, inscrito no CPF: 055.334.634-29. Valor: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais, totalizando o valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para 12 (doze) meses de locação. São José do Campestre/RN, 30 de abril de 2026. Assinatura: Eribaldo Lima/Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:7108298C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO ADMINISTRATIVO N. º 036/2026.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/RN - PREFEITURA MUNICIPAL (PMSJS/RN) E DO OUTRO A SENHORA MARIA DE FATIMA MEDEIROS.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, doravante denominado **CONTRATANTE**, representada neste ato pela Senhora **JULIANA ANDREA DANTAS**, portadora da cédula de identidade nº 2.3####5 SSP/RN, inscrita no CPF nº 013.###.###-59, conforme autorização do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, o Senhor **JACKSON DANTAS,** portador da cédula de identidade nº 4.5#.##8 - SSP/RN, inscrito no CPF sob o nº 243.###.###-00, ambos denominados **CONTRATANTES,** e, do outro lado, a Senhora **MARIA DE FATIMA MEDEIROS,** brasileira, solteira, estudante, inscrita no CPF sob o nº 101.###.###-22, domiciliada na Rua José Heliodoro da Costa, 11, Liberdade, São José do Seridó/RN,CEP:59.378-000, doravante denominado **CONTRATADO,** resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, fundamentando-se na Lei Municipal n.º 294/09 e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes se sujeitam a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:

1. Cláusula 1ª. *O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços de Professora Auxiliar a ser desempenhado junto ao município, com uma jornada semanal de 40 (quarenta) horas.*

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

2. Constituem obrigações da Prefeitura Municipal de São José do Seridó/RN:

2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada neste contrato;

2.2. Fornecer todas as informações solicitadas pelo CONTRATADO, a fim de que este possa desempenhar os serviços dentro das condições pactuadas;

2.3. Assegurar o livre acesso do CONTRATADO aos locais de execução dos serviços, bem como arcar com todo equipamento e material de expediente necessário à execução dos serviços objeto do presente contrato;

2.4. Colocar à disposição do CONTRATADO, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), toda a programação, normas e diretrizes desta Secretaria, a fim de que possa o CONTRATADO executar os serviços CONTRATADOS de acordo com as exigências e orientações da referida secretaria;

2.5. Solicitar ao CONTRATADO, quando necessário for, que se manifeste, por escrito, acerca de todas as matérias internas que exijam, nos termos do presente instrumento contratual, o seu pronunciamento técnico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3. Na execução dos serviços objeto do presente contrato, envidará ao CONTRATADO todo empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe forem confiados, obrigando-se ainda a:

3.1. Executar os serviços de acordo com a legislação, normas e procedimentos aplicáveis à espécie, observando-se, em todos os casos, as determinações e exigências do CONTRATANTE;

3.2. Responder, integralmente, pelo pagamento de eventuais encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e/ou comerciais resultantes da execução dos termos deste contrato, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

3.3. Responsabilizar-se por eventuais prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de imprudência e/ou negligência de seus atos, quando na execução dos serviços CONTRATADOS;

3.4. Portar-se, quando em serviço, com decência, urbanidade e ética profissional;
3.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o presente contrato, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigado, sem prévio assentimento por escrito, do CONTRATANTE;
3.6. Prestar, em tempo hábil, todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE e atender, pronta e irrestritamente, às reclamações deste, bem como colocar a sua disposição todos os dados e documentos obtidos e produzidos, respectivamente, durante a vigência deste contrato;
3.7. Pagar, regularmente, todos os impostos e taxas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente instrumento contratual, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;
3.8. Manifestar-se, por escrito, acerca de todas as matérias que exijam, nos termos do presente contrato e quando solicitada, sua opinião técnica.
Parágrafo único - Por força da Lei Federal n.º 14.133/2021, fica o CONTRATADO obrigada a declarar ao CONTRATANTE, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de quaisquer fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública.
CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO:
4. A remuneração bruta total do CONTRATADO será de R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais) por mês.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO:
5. O pagamento será efetuado, mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao trabalhado, correspondente à efetiva prestação dos serviços executados, atestados e aceitos pela autoridade competente durante o respectivo mês, por meio de depósito em conta bancária do CONTRATADO.
CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:
6. Os preços inicialmente CONTRATADOS, em moeda corrente nacional, poderão ser alterados por acordo entre as partes, nos termos da Lei Federal n. º 14.133/2021, a fim de resguardar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato.
CLÁUSULA SÉTIMA – DA FONTE DE RECURSOS:
7. As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão à conta do Orçamento Geral do Município de São José do Seridó/RN aprovado para o exercício de 2026, Dotação 12.361.0010.2017 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 70. Elemento 319004 – Contratação Por Tempo Determinado.

CLÁUSULA OITAVA – DO HORÁRIO:
8. O horário do prestador do serviço será de acordo com o estabelecido pela Secretária Municipal de Educação e Cultura – SEMEC.
CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO:
9. Compete a CONTRATANTE exercer a Fiscalização dos serviços prestados pelo CONTRATADO, para comprovação da efetiva prestação de serviço estabelecido na cláusula primeira.
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:
10. Se, na execução deste contrato, ficar comprovada a existência de irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual de que possa ser responsabilizada ao CONTRATADO, este, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal n.º 14.133/2021, sofrerá as seguintes penalidades ou sanções:
10.1. Advertência, por escrito;
10.2. Caso os serviços, objeto do presente contrato, não sejam executados de acordo com as condições nele estipuladas, exceto por motivo de força maior definido em lei e reconhecido pelo CONTRATANTE, a CONTRATADO ficará sujeita a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei, sendo facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias;
10.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o CONTRATANTE, por prazo não superior a três (03) anos, conforme a autoridade competente fixar, em função da natureza da gravidade da falta cometida;
10.4. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será aplicada, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos termos do artigo 156, da Lei n.º 14.133/2021.
§ 1º - A penalidade estabelecida no inciso anterior é de competência exclusiva da Secretária Municipal de Educação e cultura, facultada a defesa do CONTRATADO, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias.
§ 2º - É admitida a reabilitação do contratado perante o Município de São José do Seridó/RN, no caso de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, exigindo, cumulativamente, os seguintes requisitos:
I – Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
II – Pagamento de multa;
III – Transcurso mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade.
IV – Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V- Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos.
§ 3º - O valor da multa referida no item 10.2, será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de São José do Seridó/RN em favor do CONTRATADO. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada judicialmente, se necessário.
§ 4º - A critério da Administração, as sanções previstas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3 e 10.4, poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no inciso 10.2, facultada a defesa prévia do CONTRATADO, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA, DA EFICÁCIA E DA PRORROGAÇÃO:
11. A vigência do presente contrato tem início no dia 11 de maio de 2026 a 31 de dezembro de 2026, sendo permitida sua prorrogação nos termos da Lei Municipal n. º 294/09.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:
12. O presente contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, pela Administração, quando caracterizados os seguintes motivos:
12.1. Não cumprimento das cláusulas contratuais;
12.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais;
12.3. Lentidão do cumprimento das obrigações assumidas, devendo, neste caso, a Administração comprovar a impossibilidade de conclusão dos serviços no prazo estipulado;
12.4. Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
12.5. Desatendimento das determinações e recomendações regulares do CONTRATANTE;
12.6. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;
12.7. Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE.
12.8. Por convocação de servidores aprovados em concurso público para o desempenho das mesmas funções ou de funções congêneres, fazendo cessar a necessidade da contratação direta por excepcional interesse público.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS:
13. Fica estabelecido que caso venha a ocorrer algum fato não previsto no presente Contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do Contrato, a legislação (Lei Federal n.º 14.133/2021) e demais normas reguladoras da matéria, aplicando-lhe, quando for o caso, supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições do Direito Privado.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:
14. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos locais de costume, nos termos do art 176, parágrafo único, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS:
15. Para dirimir quaisquer dúvidas sobre o contrato ora firmado elegem o Foro da Comarca de Cruzeta/RN, em detrimento de outra por mais privilegiado que seja.
E por estarem de pleno e comum acordo com as cláusulas e condições citadas anteriormente, as partes ora contratadas, assinam o presente instrumento de CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito legal, na presença de duas testemunhas a seguir assinadas e identificadas.

São José do Seridó/RN, 11 de maio de 2026.

Prefeitura Municipal de São José do Seridó/ RN
Prefeito Constitucional
SR. JACKSON DANTAS
Contratante

JULIANA ANDREA DANTAS
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Contratante

MARIA DE FATIMA MEDEIROS
Contratado (a)

_____
Testemunha
RG.:

_____
Testemunha
RG.:

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:967BC312

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 504, DE 12 DE MAIO DE 2026

Institui o Fórum Municipal de Educação do município de São José do Seridó/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica municipal.

DECRETA:

Art. 1º- Fica instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José do Seridó/RN o Fórum Municipal de Educação , em caráter permanente, o qual tem a finalidade de acompanhar a elaboração e execução do Plano Municipal de Educação - PME e o cumprimento de suas metas, bem como avaliar a implementação das políticas públicas de educação e promover as articulações necessárias entre os correspondentes fóruns de educação do Estado e da União, bem como coordenar as Conferências Municipais de Educação.
Art. 2º- O Fórum Municipal de Educação de São José do Seridó/RN é uma entidade suprapartidária, sem personalidade jurídica, formado por profissionais da educação, Organizações Governamentais e Não Governamentais com atuação na Educação Básica, assim como, as instituições que atuam na garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos, e se caracteriza por ser um espaço permanente de discussão e atuação na garantia do referido direito.
Art. 3º- O Fórum tem por finalidade acompanhar a implantação e implementação da legislação específica da Educação Básica no Município de São José do Seridó/RN, assim como promover estudos e debates sobre esta política.
Art. 4º- Compete ao Fórum Permanente de Educação Municipal:
I - Promover a discussão sobre a política educacional do território municipal;
II - Convocar, planejar e coordenar a realização de Conferências municipais de educação, bem como divulgar as suas deliberações;
III - Elaborar seu Regimento Interno, bem como o das Conferências municipais de educação;
IV - Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das Conferências municipais de educação;
V - Zelar para que as Conferências de educação do município estejam articuladas às Conferências Estadual e Nacional de Educação;
VI - Planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;
VII - Acompanhar, junto ao Poder Legislativo, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação;
VIII - Acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.
Art. 5º - O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:
I - Presidente do Conselho Municipal de Educação (membro nato);
II - Presidente do CACS- Fundeb (membro nato);
III - Um representante da Secretaria Municipal de Educação indicado pelo Secretário Municipal;
IV - Um representante dos professores das escolas públicas, indicado pela categoria;
V - Um representante dos diretores das escolas públicas, indicado por seus pares;
VI - Um representante dos pais de alunos das escolas públicas, indicadas pela Equipe gestora da Escola;
VII - Um representante do Conselho Tutelar, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VIII - Um representante da Sociedade Civil organizada.
§ 1º Os representantes de cada seguimento contarão com os respectivos suplentes, indicados nas mesmas condições dos representantes titulares.
§ 2º Após as indicações a nomeação dos integrantes do Fórum Municipal de Educação será expedida por Ato do Chefe do Poder Executivo.
Art. 6º- A estrutura e os procedimentos operacionais serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições do presente Decreto.
Art. 7º- O Fórum Municipal de Educação terá funcionamento permanente e se reunirá ordinariamente a cada seis meses, preferencialmente no segundo mês de cada semestre, ou extraordinariamente, por convocação do seu coordenador, ou por requerimento da maioria dos seus membros.
Art. 8º- O Fórum Municipal de Educação e as Conferências Municipais de Educação estarão administrativamente vinculados a Secretaria Municipal de Educação, e receberão o suporte técnico e administrativo para garantir seu funcionamento.
§ 1º O primeiro coordenador do Fórum municipal de Educação será indicado pelo Dirigente Municipal de Educação expressa no ato de nomeação do chefe do poder executivo, sendo que as próximas eleições serão realizadas conforme previsto no Regimento Interno do FME.
Art. 9º- A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 10- O Fórum deverá ter acesso às informações e estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias para o bom desempenho do seu trabalho.
Art. 11- A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José do Seridó/RN ficará responsável em tomar as providências para a constituição do Fórum Municipal de Educação e editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.
Art. 12- As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.
Art. 13- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 12 de maio de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alline Dantas de Medeiros
Código Identificador:205130F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 209/2026, DE 08 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **MANOEL JOSE CIRNE NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 100%	Natal/RN	08 de maio de 2026	310,00	310,00

R$ 310,00

TOTAL

(x)100%

() 50%
() 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 11 e 12 de maio de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 08 de maio de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:F29E384C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 210/2026, DE 08 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ANTONIO TRAJANO DA COSTA NETO**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	08 de maio de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 11 de maio de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 08 de maio de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:13FF0922

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 211/2026, DE 11 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: HELYDA WANDERLEY DA COSTA**
Cargo/Função: Assessoria Jurídica Especializada em Licitações e Contratos.

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1de 100% e 01 de 50%	Natal/RN	11 de maio de 2026	R$ 492,69	R$ 739,03

TOTAL

R$ 739,03

(x)100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Planejamento e Transparência – SEMPLAT na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 11 de maio de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:6CED861A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 212/2026, DE 11 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:
Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: VINICIUS JONATHAN MEDEIROS CELESTINO**
Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1de 100% e 01 de 50%	Natal/RN	11 de maio de 2026	R$ 328,46	R$ 492,69

TOTAL

R$ 492,69

(x)100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Planejamento e Transparência – SEMPLAT na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 11 de maio de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:073D5E07

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 213/2026, DE 11 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: INACIA ALICE MEDEIROS DOS SANTOS**

Cargo/Função: Agente Administrativo

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 100% e 01 de 50%	Natal/RN	11 de maio de 2026	R$ 320,00	R$480,00

TOTAL

R$ 480,00

(X)100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, nos dias 14 e 15 de maio e 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse do Município de São José do Seridó na cidade de Natal/RN conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 11 de maio de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:31190EC1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 214/2026, DE 11 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,
RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **ALCYR MATIOLLY PEREIRA BEZERRA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal/RN	11 de maio de 2026	R$310,00	R$ 155,00

TOTAL

R$ 155,00

( ) 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 12 de maio de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 11 de maio de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:D702A340

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 215/2026, DE 11 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETARIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	11 de maio de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 12 de maio de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 11 de maio de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:C7145B53

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 216/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETARIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	12 de maio de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 14 de maio de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 12 de maio de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:2F3CDFBA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 217/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **BRUNO MEDEIROS DOS SANTOS**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Santa Luzia/PB	12 de maio de 2026	R$344,88	R$ 172,44

(

TOTAL

R$172,44

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Santa Luzia/PB no dia 12 de maio de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Santa Luzia/PB, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó,12 de maio de 2026
.
FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:3E3E9225

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 218/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,
RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **ALCYR MATIOLLY PEREIRA BEZERRA**

Cargo/Função: Motorista

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Mossoró/RN	12 de maio de 2026	R$114,96	R$ 57,48

TOTAL

R$ 57,48

( ) 100%

(x)50%
( )35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Mossoró/RN, no dia 12 de maio de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Mossoró/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 12 de maio de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Sec. Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Francinete de Medeiros
Código Identificador:205A9124

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 320, DE 12 DE MAIO DE 2026

Institui a Comissão Gestora responsável pela coordenação e elaboração do Plano Municipal de Educação do município de São Paulo do Potengi/RN e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN**, no uso das atribuições que lhe confere o **art. 71, IV, da Lei Orgânica do município de São Paulo do Potengi/RN**, de 05 de abril de 1990;

D E C R E T A:

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do município de São Paulo do Potengi/RN, a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN, com a finalidade de coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Norte – PEE e demais marcos legais pertinentes.

Atribuições

Art. 2º Compete à Comissão Gestora:

I – Coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;
II – Promover a articulação entre os diversos órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas com a educação no município;
III – Sistematizar diagnósticos, estudos, dados e propostas para subsidiar a construção do Plano;
IV – Realizar consultas públicas, escutas territoriais e audiências com a sociedade civil e os setores educacionais;
V – Elaborar a minuta do novo Plano Municipal de Educação e submetê-la à apreciação do Conselho Municipal de Educação e demais instâncias competentes.

Composição

Art. 3º A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições:

I – Secretaria de Municipal de Educação – Um titular e um suplente;
II – Conselho Municipal de Educação do município de São Paulo do Potengi/RN (CME/SPP/RN) – Um titular e um suplente;
III – Fórum Municipal de Educação de São Paulo do Potengi/RN – Um titular e um suplente;
IV – Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores do município de São Paulo do Potengi – Um titular e um suplente;
V -- Representantes do Sindicato dos Professores ou Trabalhadores da Educação – Um titular e um suplente;
VI -- Instituto de Ensino Superior Estadual e Federal - Um titular e um suplente.

§1º Os membros da Comissão Gestora, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos e das instituições da respectiva representação e nomeados por meio de portaria da Secretaria de Educação do município de São Paulo do Potengi/RN, publicada no prazo de cinco dias após a publicação deste Decreto.

§2º O exercício de funções inerentes ao mandato na Comissão Gestora será considerado relevante prestação de serviço público, não remunerada.

§ 3º Os membros da Comissão Gestora exercerão mandato até a conclusão da elaboração do PME/São Paulo do Potengi/RN, quando será automaticamente encerrado.

§ 4º A Comissão Gestora poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições e entidades com atuação relevante na área educacional, sempre que necessário à execução de suas atividades.

§ 5º A coordenação da Comissão Gestora será exercida pela Secretária de Educação do Município de São Paulo do Potengi/RN ou por servidor designado por ele(a).

§ 6º A Secretaria do município de São Paulo do Potengi/RN prestará o apoio técnico, administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

Normas Complementares

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Vigência

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em São Paulo do Potengi/RN, 12 de maio de 2026

EUGÊNIO PACELLI ARAÚJO SOUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adeylton Emersom de Farias Lira
Código Identificador:977E4A5E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS
PORTARIA N° 017/2026 – RETIFICAÇÃO POR INCORREÇÃO

Dispõe sobre a retificação da concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora Maria José Silva de Souza.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN – IPREVSAPP, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal n.º 856, de 27 de junho de 2014:

CONSIDERANDO o protocolo administrativo junto a esta autarquia previdenciária, requerendo o benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, pela Servidora Pública Municipal MARIA JOSÉ SILVA DE SOUZA, admitida no Serviço Público Municipal em 20 de julho de 1987, exercendo o cargo de Merendeira junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, inscrita na matrícula n.º 190;

CONSIDERANDO que a requerente preenche os requisitos legais definidos no art. 34 da Lei Municipal n.º 856, de 27 de junho de 2014, c/c art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c o art. 2º, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005;

CONSIDERANDO o Processo n.º 101003/2021 – TCE/RN, instruído pela Informação Técnica da Diretoria de Atos de Pessoal (evento 4) e pelos pareceres do Ministério Público de Contas (eventos 10 e 51);

RESOLVE:

Art. 1º – Retificar a Portaria n.º 378/2017, de 04 de outubro de 2017, publicada pela Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, para conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição** à servidora pública municipal **MARIA JOSÉ SILVA DE SOUZA**, titular da Cédula de Identidade (RG) n.º XXX.772 – SESPDS/RN, regularmente inscrita no CPF/MF n.º XXX.766.794-XX, titular do cargo efetivo de Merendeira, matrícula funcional n.º 190, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de São Paulo do Potengi/RN, nos termos do art. 34 da Lei Municipal n.º 856, de 27 de junho de 2014, c/c art. 6º da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 2º da Emenda Constitucional n.º 47, de 05 de julho de 2005, como sendo a forma mais vantajosa, aposentando-a com proventos integrais e com paridade, que corresponderão à título de proventos a remuneração básica do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, além do valor das verbas incorporadas, *in casu*, Nível Adicional – 10%, conforme o art. 19, II, da Lei Municipal n.º 723/2009, além de 6 (seis) quinquênios – ADTS, correspondendo a 30% do salário base, nos termos do art. 110, alínea "e", da Lei Municipal n.º 398/1998, c/c art. 20 da Lei Municipal n.º 723/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de outubro de 2017 e revogando as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

São Paulo do Potengi/RN, 12 de maio de 2026.

FRANCISCO GENILSON DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente do IPREVSAPP

Publicado por:
Paulo Roberto Macedo de Araújo Filho
Código Identificador:84949A1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 098/2026

O Secretário Municipal da Administração e dos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto do Executivo Municipal nº 223, de 8 de março de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (duas) diárias integrais, no valor unitário de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), totalizando R$ 900,00 (novecentos reais), ao servidor JACKSON ARAÚJO DUARTE, ocupante do cargo de Pregoeiro, matrícula nº 1231057, inscrito no CPF nº***. ***.734- **, vinculado ao Setor de Licitações.

As diárias destinam-se a custear o deslocamento à cidade deNatal, com saída prevista para o dia 14 de maio de 2026 e retorno no dia 15 de maio de 2026, com a finalidade de participação no 9º Encontro Brasileiro de Grandes Nomes em Compras Públicas (GNCP), que acontecerá nos dias 14 e 15 de maio de 2026.

A participação do servidor no referido evento é essencial para o aprimoramento das práticas de gestão e aquisição no âmbito da Administração Pública, considerando que o encontro reúne especialistas e referências nacionais na área, proporcionando debates atualizados sobre legislação, inovação, transparência e eficiência nos processos de compras governamentais.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo do Potengi, 12 de maio de 2026.

BRUNO GOMES DE ANDRADE
Secretário Municipal da Administração e dos Recursos Humanos
011/2025

Publicado por:
Jonathas Germano da Silva
Código Identificador:527C5BCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 099/2026

O Secretário Municipal da Administração e dos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto do Executivo Municipal nº 223, de 8 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Venho, por meio desta, solicitar a concessão de 02 (duas) diárias integrais, no valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) cada, totalizando R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), e 01 (uma) diária parcial, no valor de R$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos), perfazendo o valor total de R$ 562,50 (quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), ao Conselheiro Tutelar FÁBIO HENRIQUE DA COSTA, matrícula nº 122904-6, CPF nº ***.***.844-**, para participação no III Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares, a ser realizado na Escola Municipal Edinor Avelino, no município de Macau/RN, nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2026.

A participação no referido encontro visa ao aprimoramento das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, por meio de capacitação e atualização técnica voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2ºEssa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo do Potengi, 12 de maio de 2026.

BRUNO GOMES DE ANDRADE
Secretário Municipal da Administração e Dos Recursos Humanos
011/2025

Publicado por:
Jonathas Germano da Silva
Código Identificador:3A1165FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 100/2026

O Secretário Municipal da Administração e dos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto do Executivo Municipal nº 223, de 8 de março de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º Venho, por meio desta, solicitar a concessão de 02 (duas) diárias integrais, no valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) cada, totalizando R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), e 01 (uma) diária parcial, no valor de R$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos), perfazendo o valor total de R$ 562,50 (quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), ao Conselheiro Tutelar MATHEUS TOMAZ DE MELO, matrícula nº 122905-2, CPF nº ***.***.664-**, para participação no III Encontro Estadual de Conselheiros Tutelares, a ser realizado na Escola Municipal Edinor Avelino, no município de Macau/RN, nos dias 15, 16 e 17 de maio de 2026.

A participação no referido encontro visa ao aprimoramento das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, por meio de capacitação e atualização técnica voltadas à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2ºEssa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo do Potengi, 12 de maio de 2026.

BRUNO GOMES DE ANDRADE
Secretário Municipal da Administração e Dos Recursos Humanos
011/2025

Publicado por:
Jonathas Germano da Silva
Código Identificador:00F30B5C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 82, DE 12 DE MAIO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. JORGE CÉSAR SILVA RIBEIRO, Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, inscrito no CPF sob o nº XXX.377.844-XX, a quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) referente a 01 diária parcial para deslocamento a cidade de Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte, no dia 12 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, ir a agencia da Caixa Econômica Federal resolver pendências das contas da Prefeitura Municipal de São Tomé.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:214EF8F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 83, DE 12 DE MAIO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. FILIPE NERI SOARES, Pregoeiro, inscrito no CPF sob o nº XXX.970.034-XX, a quantia de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) referente a 01 diária integral e 01 parcial para deslocamento a cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 14 e 15 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, participar da 9ª Edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, organizado pelo Portal de Compras Públicas.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:D8A4A000

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 84, DE 12 DE MAIO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. BRENO ANTONY DA SILVA MEDEIROS, Coordenador de Licitações e Contratos, inscrito no CPF sob o nº XXX.753.994-XX, a quantia de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) referente a 01 diária integral e 01 parcial para deslocamento a cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 14 e 15 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, participar da 9ª Edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, organizado pelo Portal de Compras Públicas.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:A51457D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 85, DE 12 DE MAIO DE 2026 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ/RN, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de pessoal para tratar de assuntos de interesse da administração municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Sr. MACIEL KELISON PEREIRA, Presidente de Comissão de Licitação, inscrito no CPF sob o nº XXX.317.994-XX, a quantia de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) referente a 01 diária integral e 01 parcial para deslocamento a cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, nos dias 14 e 15 do corrente mês e ano, com base no Decreto Municipal nº 08/2017, para tratar de assuntos de interesse da municipalidade, ou seja, participar da 9ª Edição do GNCP – Grandes Nomes em Compras Públicas, organizado pelo Portal de Compras Públicas.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. REGISTRE-SE, e PUBLIQUE-SE, no Diário Oficial dos Municípios -FEMURN, para que não aleguem qualquer ignorância. CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:1E1BC2BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°182/2026-GP, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Concede diária(s) a ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1 (uma) diária integral ao servidor **ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS**, Mat. 275, ocupante da função de **VICE-PREFEITO** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de Natal/RN, para tratar de assuntos relacionados ao Município, no dia 12 de maio de 2026, totalizando o valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, dia 12 de maio de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:72B88AD2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 184/2026-GP, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Concede diária(s) a JOSENILSON DINIZ SOARES e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E
Fica concedida ¾ de diária ao servidor **JOSENILSON DINIZ SOARES**, Mat. 350, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E ABASTECIMENTO** deste Município, para custear despesas com locomoção e alimentação durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN, comparecer à Empresa LM SERVGRÁFICA, para tratar de questões administrativas da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento no dia 13 de maio, a partir das 08h00min, no valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
São Vicente/RN, 12 de maio de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:5ED3AC34

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 183/2026 – GP, DE 12 DE MAIO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e a Empresa: H.C CORDEIRO, CNPJ: 20.755.100/0001-35, o(s) seguinte(s) servidor(es): SARAH SALES MATOS, MAT:1080, CPF: 118.081.684-61.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 12 de maio de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:FDA7628E

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

O Município de São Vicente/RN, através de seu pregoeiro oficial, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia **27 de maio de 2026** às **09h01min (horário de Brasília),** fará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **007/2026, via portal de compras públicas**, objetivando "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS PARA LAVAGENS DE VEÍCULOS E SERVIÇOS DE SERRALHERIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA "ANEXO I" DO EDITAL**"** O Instrumento convocatório e respectivos anexos estarão à disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, processo eletrônico:
https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/RN/Prefeitura-Municipal-de-Sao-Vicente-1757/RPE-7-2026-2026-478894, na sede da prefeitura municipal, situada na Praça Joaquim Araújo Filho, 84 - Centro - São Vicente/RN, podendo também ser solicitado pelo e-mail: cpl_saovicente@yahoo.com.br, durante o horário de atendimento, qual seja, das 07h00min às 15h00min. Maiores informações encontra-se a disposição dos interessados na Praça Joaquim Araújo Filho, 84 – Centro – São Vicente/RN.

São Vicente/RN, **12 de maio de 2026**

JOSÉ TALIZ DA SILVA
O Pregoeiro

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B3611B73

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 095/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 095/2026

Processo nº 067/2026 – Dispensa de Licitação nº 038/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada**: M C FELIPE CAMPOS**
CNPJ: **01.070.693/0001-51**

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de materiais esportivos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Esportes do Município de Senador Elói de Souza/RN, visando à promoção, incentivo e desenvolvimento das atividades esportivas e recreativas no âmbito municipal.

Vigência: 04/05/2026 à 31/12/2026

Valor: R$ 65.083,50 (sessenta e cinco mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos)

Senador Elói de Souza/RN, 04 de maio de 2026

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:9A1E9B4E

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE SENADOR ELOI DE SOUZA - SOUZAPREV
1° EXTRATO DE ADITIVO - CONTRATO N° 081/2025*

PROCESSO Nº 095/2025 – INEXIGIBILIDADE N.º 022/2025 - CC

Contratante: FUNDO DE PREVIDÊNCIA - SOUZAPREV
Contratado: **KELLEN CRISTIANY SOARES CERQUEIRA 04386165452**
CNPJ: **24.708.413/0001-93**

Objeto: Prorrogação do contrato n° 081/2025 pelo período de 12 (doze) meses e Reajuste Financeiro no percentual de 11,11% (onze vírgula onze por cento).

Valor do Reajuste: R$2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais).

Vigência: 01/04/2026 à 01/04/2027.

Senador Elói de Souza/RN, 01 de abril de 2026.

ADELSON ALEXANDRE PONTES
Diretor Executivo
Fundo de Previdência – Souzaprev

(*) Republicado por incorreção

Publicado por:
Euclides Teixeira Neto
Código Identificador:44DE2F7D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 61.2026

CONTRATO Nº.....:61

ORIGEM.....: Dispensa Nº58.2026

CONTRATANTE.....: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

CONTRATADA(O).....:EXPRESS DENTAL LTDA

OBJETO.....:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO OS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SENADOR GEORGINO AVELINO

VALOR TOTAL.....: R$ 19.686,74 (dezenove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA.....:12 de maio de 2026 a 31 de dezembro de 2026
ATA DA ASSINATURA.....:12 de maio de 2026

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:23BA37B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DISP. 58.2026

O Agente de Contratação do Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, em cumprimento à ratificação procedida pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO OS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SENADOR GEORGINO AVELINO.

FAVORECIDO.....:EXPRESS DENTAL LTDA.

Valor.....: R$ 19.686,74 (dezenove mil seiscentos e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos).

Fundamento Legal...: Art. 75, ll da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações.

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificado pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, Prefeito Municipal.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 12 de maio de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:2D22CC05

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº INEX. 57.2026

O Agente de Contratação do Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através do Fundo Municipal de Saúde, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor da PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, faz publicar o extrato resumido do processo de**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa autorizada para a revisão de 70.000KM do veiculo FIORINO ENDURANCE AMBULÂNCIA de placa TSQ8G45, Cor branca, CHASSI 9BD2651PFS9295277, ANO 2025, serviços de manutenção corretiva e preventiva, Pertencente a Secretaria Municipal de Saúde do Município de senador Georgino Avelino/RN.

CONTRATADA.....: PONTA NEGRA AUTOMÓVEIS LTDA.

VALOR.....:R$ 1.603,34 (Um mil, seiscentos e três reais e trinta e quatro centavos).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL....: Art. 74, caput da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações.

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE..:emitida pelo Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. ANTONIO MARCOS FREIRE, na qualidade de ordenador de despesas.

SENADOR GEORGINO AVELINO-RN, 12 de Maio de 2026.

GERSUI CABRAL DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:0855CA4C

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20240104

O Município de SENADOR GEORGINO AVELINO, através do PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO, inscrita no CNPJ sob o nº 08.168.478/0001-37, com sede na Rua Santo Antônio, 144, Centro, representado por ANTONIO MARCOS FREIRE, PREFEITO MUNICIPAL, doravante denominada CONTRATANTE, e COM.DE MOVEIS, ELETRODMESTICOS E INFORM. MALHEIRO LTDA EPP, inscrita no CNPJ 40.761.843/0001-25, com sede na R TOMAS ANTONIO GONZAGA, 276, Liberdade, Parnamirim-RN, CEP 59155-605, representada por IVANALDO SEVERINO MALHEIRO, já qualificados no contrato inicial, determinaram por meio deste, alterar o referido contrato, consubstanciado nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do contrato até 31 de Dezembro de 2026, nos termo do art. 107 - Contratos de serviços e fornecimentos contínuos., da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente alteração correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entra em vigor a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente aditivo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os seus efeitos legais.

SENADOR GEORGINO AVELINO - RN, 30 de abril de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO
CNPJ(MF) 08.168.478/0001-37
Contratante

COM.DE MOVEIS, ELETRODMESTICOS E INFORM. MALHEIRO LTDA EPP
CNPJ 40.761.843/0001-25
Contratado

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:F79073DF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 008/2026

MUNICÍPIO DE SERRA DE SÃO BENTO/RN
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026 – PE

O Município de Serra de São Bento/RN, por meio de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados o **Pregão Eletrônico n° 008/2026**, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SERRA DE SÃO BENTO/RN.** O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, licitafacil.tce.rn.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h:00min às 12h:00min. Para participação da licitação ou simples acompanhamento, o interessado deverá acessar, na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br. **As propostas comerciais serão recebidas a partir das 11h00min do dia 13/05/2026 até as 08h45min do dia 26/05/2026**, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico. **As propostas serão abertas às 09h00min do dia 26/05/2026** (horário de Brasília).

Serra de São Bento/RN, em 12 de maio de 2026.

CRISTIANO ANTONIO DE MEDEIROS
Pregoeiro

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:6FFAE039

CPL
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 009/2026

MUNICÍPIO DE SERRA DE SÃO BENTO/RN
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026 – PE

O Município de Serra de São Bento/RN, por meio de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados o **Pregão Eletrônico n° 009/2026**, que tem como objeto a **Aquisição de Refeição Pronta.** O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, licitafacil.tce.rn.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h:00min às 12h:00min. Para participação da licitação ou simples acompanhamento, o interessado deverá acessar, na internet, a página www.portaldecompraspublicas.com.br. **As propostas comerciais serão recebidas a partir das 11h00min do dia 13/05/2026 até as 08h45min do dia 29/05/2026**, por meio do endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, onde se encontra o link "registro de proposta", podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico. **As propostas serão abertas às 09h00min do dia 29/05/2026** (horário de Brasília).

Serra de São Bento/RN, em 12 de maio de 2026.

CRISTIANO ANTONIO DE MEDEIROS
Pregoeiro

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:42BFF771

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
ATO AUTORIZATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/2026

Analisando minuciosamente as peças que compõem o processo administrativo em questão, observei que foram atendidos os princípios da legalidade, da probidade administrativa e do interesse público, assim **HOMOLOGO** o processo sob referência e, em consequência, **ADJUDICANDO** o objeto respectivo a **CARLOSCLETON CARVALHO FERNANDES ME - SERVICE LINE INFORMÁTICA,** inscrita no CNPJ **00.893.566/0001-90**, que ofereceu o menor preço de **R$ 64.852,00 (sessenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e dois reais)**

DETERMINO que se proceda, com DISPENSA DE LICITAÇÃO, e fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, DIAGNÓSTICO, REPAROS E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** e, na oportunidade, que se dê publicidade no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) e, em seguida, encaminhe-se o processo ao setor competente para a devida contratação.

Serra Negra do Norte-RN, 08 de maio de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:750F16A2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE EXTRATO DE CONTRATO Nº 077/2026 DISPENSA 014/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE-RN, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ 08.096.372/0001-75

CONTRATADO: CARLOSCLETON CARVALHO FERNANDES ME - SERVICE LINE INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ 00.893.566/0001-90.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, DIAGNÓSTICO, REPAROS E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES, CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.
.
VALOR GLOBAL: R$ 64.852,00 (sessenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e dois reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.002 – Gabinete do Prefeito
AÇÃO: 2002 – MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE CIVIL
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.003 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO
AÇÃO: 2004 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.004 - PROCURADORIA JURIDICA
AÇÃO: 2005 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA JURIDICA
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.005 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
AÇÃO: 2006 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN.DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.006 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E TRIBUTACAO
AÇÃO: 2018 - MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS E TRIBUTACAO
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.007 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2022 - MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2028 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRMEIRA INFANCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ
2026 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA.
2025 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.
2024 – BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA IGD PBF - BOLSA FAMILIA.
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.008 - SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
AÇÃO: 2030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
1096 - Implantar e Estruturar o Programa Escola em Tempo Integral-Ensino Infantil(Creche e Pré-Escola)
1097 - Implantar e Estruturar o Programa Escola em Tempo Integral-Ensino Fundamental.
2030 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
2031 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-MDE
2040 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE-MDE

NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.009 - SEC. MUN. DE ESPORTES E LAZER
AÇÃO: 2057 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
AÇÃO: 2062 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

1073 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE - ATENÇÃO PRIMARIA
1074 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE - VIGILÂNCIA EM SAUDE
1075 - ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE – MAC
2063- GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
2066 GESTAO E MANUTENÇÃO DO BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (EPIDEMIOLÓGICA)
2226 - COMPLEMENTAÇÃO DO PISO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM
2212- GESTÃO E MANUTENÇÃO DO BLOCO DA ATENÇÃO PRIMARIA (AGENTES COMUNITÁRIO DE SAÚDE)
2213 - GESTAO E MANUTENÇÃO DO BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (AGENTES DE COMBATE AS ENDEMIAS)
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.011 - FUNDO MUN. SANEAMENTO, REC.HIDRICOS E ABASTECIMENTO
AÇÃO: 2073 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, RECURSOS HÍDRICOS
2217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.012 - SEC.MUN.DE AGRICULTURA, PECUARIA E MEIO AMBIENTE
AÇÃO: 2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.013 - SEC.MUN.INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS
AÇÃO: 2093 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
2137 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.014 - SEC.MUN. DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO
AÇÃO: 2099 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN.DE DESENV. ECONOMICO E TURISMO
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.015 - SEC. MUN. TRABALHO, HABITACAO E ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2102 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
AÇÃO: 2061 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.016 – FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA
AÇÃO: 2110 - MANUTENÇÃO DAS ACOES E PARCERIAS DO FUNDO MUN. DA INFANCIA E DA
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDÍCA
3.3.90.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS: 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde

PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: DE 12 de maio de 2026 a 11 de maio de 2027, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21 e demais legislações aplicável.

Serra Negra do Norte-RN, em 12 de maio de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito Municipal.

CARLOSCLETON CARVALHO FERNANDES.
Pelo Contratado

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:3BE41475

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERRA NEGRA DO NORTE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 151/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023 e 695/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder as diárias abaixo discriminadas, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Monique Silva França			
Cargo/função: Chefe do Setor de Proteção Social Especial	**CPF:** 088.XXX.924-70	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal/RN	**Data:** 14/05/2026	**Valor Unitário(R$):** 200,00	**Valor Total (R$):** 200,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 200,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Deslocamento até a cidade de Natal, representando compulsoriamente o município enquanto articuladora municipal do Selo UNICEF edição 2025-2028, no seminário estadual do "RN FAZ BONITO", em alusão ao 18 de maio - Dia Nacional de Combate ao Abuso e À Exploração Sexual Contra as Crianças e Adolescentes			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.
Serra Negra do Norte/RN, 12 de maio de 2026.

JOSÉ XAVIER DOS SANTOS
Secretário Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social
Portaria nº 006/2025

Publicado por:
Jose Xavier Dos Santos
Código Identificador:ECD50C87

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 149/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Danilo Monte Costa			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 052.XXX.834-44	**Quantidade:** ½ (meia)	
Destino: Caicó	**Data:** 08/05/2026	**Valor Unitário(R$):** 80,00	**Valor Total (R$):** 40,00
( ) Valor Integral (X) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 40,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: conduzir paciente S.A. para colocação de sonda e realizar exames de imagem no Hospital Regional do Seridó em Caicó-RN. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 11 de maio de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:62119A29

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 150/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Danilo Monte Costa			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 052.XXX.834-44	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 09/05/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: conduzir paciente M.H.M. para atendimento especializado na Maternidade Januário Cicco em Natal-RN. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 11 de maio de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:D5A43E7E

GABINETE CIVIL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 152/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O CHEFE DE GABINETE CIVIL DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância aos Decretos Municipais n° 642/2023 e 695/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder as diárias abaixo discriminadas, destinadas à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor: ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO			
Cargo/função: Prefeito	**CPF:** 626.XXX.464-20	**Quantidade:** 2 (duas)	
Destino: Brasília	**Data:** 19/05/2026 – 21/05/2026	**Valor Unitário(R$):** 1.000,00	**Valor Total (R$):** 2.000,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** 2.000,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Solicitação para concessão de diárias para custeio de alimentação e deslocamento na cidade de Brasília/DF de 19 a 21 de maio de 2026, a fim de participar da 27ª marcha dos prefeitos, como também de reuniões e audiências nos gabinetes de deputados federais e senadores, apresentando e defendendo as demandas do Município de Serra Negra do Norte/RN junto às lideranças nacionais, com vistas à captação de recursos, e parcerias que fortaleçam projetos de saúde, educação e infraestrutura, entre outras áreas, garantindo maior agilidade e eficácia na execução de ações em benefício da população.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 12 de maio de 2026.

ODILANGE RANDE MEDEIROS DE SOUZA
Chefe de Gabinete Civil
Portaria nº 027/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:BD4A36AA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 010, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Recursos Humanos, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Serrinha, **KAUANNY STHEFANY CLEMENTE LEÃO DE LIMA**, no uso de suas atribuições legais constitucionais, de acordo com o que lhe autoriza a Lei Orgânica do Município, em seu art. 72, inciso IV,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento da Secretaria do Município de Serrinha/RN para Brasília/DF, para participação na **Marcha dos Prefeitos**;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 004/2013, de 13 de março de 2013;
RESOLVE:

I - Conceder à Sra. **MARIA DA CONCEIÇÃO DE MEDEIROS CLEMENTE**, Secretaria de Administração, Planejamento e Recursos Humanos do Município de Serrinha/RN, diárias para custear despesas com viagem à cidade de Brasília/DF, no período de 18 a 21 de maio de 2026, com a finalidade de participação na Marcha dos Prefeitos.

Período: 18 a 21 de maio de 2026
Total das Diárias: 3 (diárias completas e ½ meia diária)

Valor Unitário da Diária: R$ 700,00 (setecentos reais)
Valor Total das Diárias: R$ 2.450,00 (dois mil, quatrocentos e cinquenta reais)
II - AUTORIZA a Secretária Municipal de Finanças a efetuar o pagamento da diária de que trata o item I da presente portaria.

III - Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Serrinha-RN, 12 de maio de 2026.

KAUANNY STHEFANY CLEMENTE LEÃO DE LIMA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Cavalcante Gomes de Oliveira
Código Identificador:EE2E6D81

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 040508/2026 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN CONTRATADO: MARCIA A FENOMENAL SHOWS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 060400011/2026
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 040508/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN
CONTRATADO: MARCIA A FENOMENAL SHOWS LTDA

OBJETIVO: Constitui o objeto do presente do contrato o objeto Contratação de apresentação de show artístico de MÁRCIA A FENOMENAL, na Tradicional Festa Junina do XX Arraiá e Alegria do Município de Serrinha dos Pintos/RN, a ser realizado no dia 13 de Junho de 2026, com duração de 1:30 min, junto á Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da contratação ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, Exercício de 2026

Unidade Gestora Unidade Orçamentária Dotação Valor
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS 021400 2005.33903900-15000000 400.000,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 92, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.
VIGÊNCIA: Início 04/05/2026 fim 04/08/2026
LOCAL DE DATA: SERRINHA DOS PINTOS/RN, 04/05/2026

ASSINANTES:
ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA – PREFEITA MUNICIPAL
MARCIA A FENOMENAL SHOWS LTDA - CONTRATADA

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:0D4456DD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 120503/2026 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN CONTRATADO: CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 230400050/2026
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 120503/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS/RN
CONTRATADO: CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA

OBJETIVO: Constitui o objeto do presente do contrato o objeto Contratação de pessoa jurídica para a aquisição de equipamentos do tipo tablets e notebooks, destinados às unidades da rede municipal de ensino de Serrinha dos Pintos, para atender às demandas da Escola em Tempo Integral, junto á Secretaria Municipal de Educação.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 7.497,00 (sete mil quatrocentos e noventa e sete reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos financeiros destinados às despesas decorrentes da contratação ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município, Exercício de 2026

Unidade Gestora	*Unidade Orçamentária*	*Dotação*
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS	*020600*	*2015.44905200-15001001*
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS	*021500*	*2022.44905200-15400001*
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS	*021500*	*2217.44905200-15001001*
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS	*021500*	*2217.44905200-25460000*
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA DOS PINTOS	*021500*	*2217.44905200-25461072*

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 92, da Lei Federal nº. 14.133/2021 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas.

VIGÊNCIA: Início 12/05/2026 fim 31/12/2026

LOCAL DE DATA: SERRINHA DOS PINTOS/RN, 12/05/2026

ASSINANTES:
ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA – PREFEITA MUNICIPAL
CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA - CONTRATADA

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:56A62287

GABINETE DO PREFEITO
TERMO AUTORIZATIVO E EXTRATO DE DISPENSA N.º 00054/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 00054/2026

O Município de Serrinha dos Pintos/RN, através de seu Prefeita Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 00054/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada para tratamento Alergico com vacinas para inalantes, conforme prescrição médica, destinado aos paciente: Israel Raulino Neto CPF:135.300.374-43 residente neste município, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, pelo valor de R$ 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS), em favor de MULTICLINICAS ESPECIALIDADES MEDICAS EIRELI, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.39.795.825/0001-85 .

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Serrinha dos Pintos/RN, 12/05/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA
Prefeita Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
n.º 00054/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 080500054/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 00054/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SERRINHA DOS PINTOS/RN.
CONTRATADO: MULTICLINICAS ESPECIALIDADES MEDICAS EIRELI, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.39.795.825/0001-85

OBJETO: Contratação de empresa especializada para tratamento Alergico com vacinas para inalantes, conforme prescrição médica, destinado aos paciente: Israel Raulino Neto CPF:135.300.374-43 residente neste município, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR TOTAL: 1.500,00 (UM MIL E QUINHENTOS REAIS).
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.

Serrinha dos Pintos/RN, 12/05/2026

ROSÂNIA MARIA TEIXEIRA FERREIRA-
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Raul Paulo Dos Santos Oliveira
Código Identificador:86F49059

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 120501/2026
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços referente a limpeza de fossas sépticas, com um caminhão com capacidade de 8.000 (Oito mil) Litros, para atender as necessidade das Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Dispensa 300401/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Severiano Melo 08.358.046/0001-99
CONTRATADA(O): MARTINS TAVARES SERVICOS LTDA 17.237.274/0001-00
VALOR TOTAL: R$ 26.250,00
VIGÊNCIA: 12/05/2026 a 12/05/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 680 - 2 . 2006 . 12 . 368 . 3 . 2.32 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
527 - 2 . 2003 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:18E921BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 120502/2026
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços referente a limpeza de fossas sépticas, com um caminhão com capacidade de 8.000 (Oito mil) Litros, para atender as necessidade das Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN.
ORIGEM: Dispensa 300401/2026
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde 14.231.159/0001-21
CONTRATADA(O): MARTINS TAVARES SERVICOS LTDA 17.237.274/0001-00
VALOR TOTAL: R$ 15.750,00
VIGÊNCIA: 12/05/2026 a 12/05/2027
ORIGEM DOS RECURSOS: 831 - 3 . 3002 . 10 . 122 . 22 . 2.47 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
823 - 3 . 3002 . 10 . 122 . 22 . 2.56 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2026

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:CABA581C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 039/2026

Severiano Melo/RN, 12 de Maio de 2026.

O Prefeito do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, em especial a alínea 'a' do inciso II, Art. 27 e II e XI do Art. 150 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 267/1997;

RESOLVE

Art. 1° - Exonerar o Sr.: **ITALO GABRIEL DA SILVA ALMEIDA** CPF: **124.732.584-90**, do cargo de**AUXILIAR DE CHEFIA E DIREÇÃO CC-4,** Secretaria Municipal de Saúde**,** cargo comissionado nos termos da Lei n° 240/94 de 05 de abril de 1994.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de maio de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:22465CD4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 040/2026

Severiano Melo/RN, 12 de Maio de 2026.

O Prefeito do Município de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, em especial a alínea 'a' do inciso II, Art. 27 e II e XI do Art. 150 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 267/1997;

RESOLVE

Art. 1° - Nomear a Sra.: **MARIA APARECIDA MENEZES AMORIM** CPF: **162.829.394-29**, para o cargo de**AUXILIAR DE CHEFIA E DIREÇÃO CC-4,** Secretaria Municipal de Saúde**,** cargo comissionado nos termos da Lei n° 240/94 de 05 de abril de 1994.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de maio de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Comunique-se e Cumpra-se.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:6D2CB65F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2026

EXTRATODO CONTRATO Nº 16/2026

Processo:771/2025.**Dispensa:**17/2025.**Contratante:**Prefeitura Municipal de Sítio Novo/RN; CNPJ Nº 08.160.756/0001-00.**Contratado:**B L C DOS SANTOS SERVIÇOS E EVENTOS LTDA; CNPJ: 46.168.376/0001-00.**Objeto:**PRIMEIRO ADITIVO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA.**Valor:**R$ 20.440,00.**Data de Assinatura:**02/01/2026.**Vigência:**02/01/2026 até 31/12/2026.**Fundamentação Legal:**Lei n° 14.133/2021 e suas alterações posteriores.**Assinatura:**Contratante:Andrezza Brasil Souto Bezerra - Prefeita.Contratada: BRENDO LEYVISON CALINDO DOS SANTOS; CPF n° 017.710.614-05.**Testemunhas**: assinaturas no termo de contrato.

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:28F947D4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2026

EXTRATODO CONTRATO Nº 17/2026
Processo:535/2026.**Inexigibilidade:**10/2026.**Contratante:**Prefeitura Municipal de Sítio Novo/RN; CNPJ Nº 08.160.756/0001-00.**Contratado:**CARLOS FILIPE EMERENCIANO CORLETT PEREIRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA; CNPJ: 50.102.172/0001-44.**Objeto:**Contratação de serviço (assessoria e consultoria) na área de regularização de bens móveis e imóveis públicos, na seara extrajudicial e judicial competente, com a finalidade de atender a Constituição Federal de 1988, Lei de responsabilidade fiscal / Lei federal 4.320/64, além dos serviços de Capacitação dos Servidores, orientação de ombamento, avaliação, reavaliação e depreciação, bem como prestar assessoria na seara das diretrizes da gestão pública, para atender as necessidades da Prefeitura municipal de Sítio Novo/RN.**Valor:**R$ 72.000,00.**Data de Assinatura:**07/05/2026.**Vigência:**07/05/2026 até 31/12/2026.**Fundamentação Legal:**Lei n° 14.133/2021 e suas alterações posteriores.**Assinatura:**Contratante:Andrezza Brasil Souto - Prefeita.Contratada: CARLOS FILIPE EMERENCIANO CORLETT PEREIRA; CPF n° 059.341.364-45.**Testemunhas**: assinaturas no termo de contrato.

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:3D9D30C5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO (DOCUMENTOS) - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO (DOCUMENTOS) - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 013103/2026

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026

Objeto: Credenciamento para qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como**ORGANIZAÇÃO SOCIAL**, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços nas áreas de Infraestrutura**,** desenvolvidos no âmbito do Município deSitio Novo/RN.

HOMOLOGAMOSpelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento dessa Comissão, referente a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2026, realizado em 12 de Maio de 2026, nos termos da Lei Federal nº 9.637/1988, Decreto Federal nº 9.190/2017 e do Decreto Municipal nº 004/2026, mantendo a Adjudicação exarada no Processo nº **013103/2026**.

INSTITUIÇÃO QUALIFICADA:

ASSOCIAÇÃO DE CATADORES (A) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E AMIGOS DO MEIO AMBIENTE/ CNPJ: 01.103.048/0001-98.

Sitio Novo/RN, 12 de Maio de 2026

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal
Sitio Novo/RN

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:AA2B756E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE10/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE10/2026

O Ordenador de Despesasda(o)Prefeitura Municipal de Sítio Novo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o Art. 74, III, da Lei federal 14.133/2021, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº589/2026, Objeto:Contratação de Empresa de Locação de Sistemas Integrados especificos para Saúde, Educação, patrimônio, Cidade Lixo zero para atender as diversas Secretarias do Municipio de Sitio Novo/RN.,que trata da contratação da empresa:FERNANDES E ARAÚJO LTDA, CNPJ: 51.804.324/0001-13 - vem **RATIFICAR**a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

Sitio Novo/RN,07 de maio de 2026.

ANDREZZA BRASIL SOUTO BEZERRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
José Edson Gomes
Código Identificador:E54AE7F4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA/DIÁRIA Nº 034, DE 11 DE MAIO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 441, de 10 de abril de 2017.

Considerando, a necessidade de deslocamento de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores do Poder Executivo que deslocarem-se em objeto de serviço, representação ou outro interesse de natureza funcional para outro município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo mencionado, diária para indenização das despesas com alimentação, pousada e trânsito urbano, durante viagem que fará para tratar de assunto de interesse da Administração Municipal.

SERVIDOR	**CPF**	
CICERO RIBEIRO DA A. NETO	701.552.164-49	
CARGO/FUNÇÃO	**MATRÍCULA**	
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	4707-4	
LOTAÇÃO DO SERVIDOR		
Secretaria Municipal de Administração		
ENDEREÇO		
Rua Antônio Alves da Rocha, 302, Centro, Taipu/RN		
QUANTIDADE DE DIÁRIA	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01(UMA)	R$ 300,00	R$ 300,00
DATA/PERÍODO	**DESTINO**	
14 E 15/05/2026	NATAL/RN	
OBJETIVO DA VIAGEM		
Participar do 9º Encontro Brasileiro de Grandes Nomes em Compras Públicas (GNCP), na cidade de Natal/RN.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:8E9C89B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/ 2026

Ref. Processo Administrativo PMT/RN nº20260326/2026

A Prefeitura Municipal de Tangará/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Augusto César Emmanuel Pinheiro e Alves, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 12/2026 com início no dia 25 de março de 2026 que tem por objeto Aquisição de mochilas escolares, estojos escolares e bolsas escolares, a serem distribuídos gratuitamente aos alunos regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino, para utilização no ano letivo..em favor das empresas relacionadas a seguir: **MARIA DE FATIMA ARAÚJO SILVA**- CNPJ: 11.886.312/0001-60, saiu vencedor no item: 03; totalizando o valor de **R$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais)**. **LF5 COMERCIO, INDUSTRIA E CONSTRUCOES LTDA**- CNPJ: 54.257.139/0002-25, saiu vencedor nos itens: 01, 02; totalizando o valor de **R$ 65.025,00 (sessenta e cinco mil e vinte e cinco reais)**. As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Miguel Barbosa, S/N, Centro – Tangará/RN – CEP 59.240-000, em horário de expediente.

Tangará/ RN, 11 de maio de 2026

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:03658DEF

GABINETE PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 077/2026 - CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO REFERENTE À 18ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 077 /2026, de 12 de maio de 2026.

Convoca para Reunião Ampliada Referente a 18ª Conferência Nacional de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.142/1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada Reunião Ampliada Referente a 18ª Conferência Nacional de Saúde, a realizar-se no dia 10 de junho de 2026, com o tema:
"Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil".
Art. 2º A Reunião Ampliada referente Reunião Ampliada Referente a 18ª Conferência Nacional de Saúde.
Art. 3º São objetivos da Reunião Ampliada:
I – Avaliar a situação de saúde do município;
II – Formular diretrizes para o Plano Municipal de Saúde;
III – Eleger os delegados que representarão o município na etapa estadual da Conferência de Saúde.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará/RN, 12 de maio de 2026.

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal
Tangará/RN

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:9A9287E3

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 076/2026 - COMISSÃO GESTORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Decreto Nº 076/2026, de 12 de maio de 2026.

Institui a Comissão Gestora responsável pela coordenação e elaboração do Plano Municipal de Educação do município de Tangará/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 60, Incisos V e XV da Lei Orgânica Municipal, de 30 de março de 1990;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 075/2026, que institui o Fórum Municipal de Educação de Tangará/RN,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Tangará/RN, a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Tangará/RN, com a finalidade de coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do estado do Rio Grande do Norte – PEE e demais marcos legais pertinentes.
Art. 2º Compete à Comissão Gestora:
I – Coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;
II – Promover a articulação entre os diversos órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas com a educação no município;
III – Sistematizar diagnósticos, estudos, dados e propostas para subsidiar a construção do Plano;
IV – Realizar consultas públicas, escutas territoriais e audiências com a sociedade civil e os setores educacionais;
V – Elaborar a minuta do novo Plano Municipal de Educação e submetê-la à apreciação do Conselho Municipal de Educação e demais instâncias competentes.
Art. 3º A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições:
I – Secretaria Municipal de Educação – Três titulares e três suplentes;
II – Conselho Municipal de Educação do município de Tangará/RN – Um titular e um suplente;
III – Fórum Municipal de Educação de Tangará/RN – Um titular e um suplente; IV - Representantes do Movimento Estudantil Organizado – um titular e um suplente;
V - Representantes do Sindicato dos Professores ou Trabalhadores da Educação – Um titular e um suplente.
VI – Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores do município de Tangará/RN – Um titular e um suplente.
§1º Os membros da Comissão Gestora, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos e das instituições da respectiva representação e nomeados por meio de portaria da Secretaria de educação do município de Tangará/RN, publicada no prazo de quinze dias após a publicação deste Decreto.
§2º O exercício de funções inerentes ao mandato na Comissão Gestora será considerado relevante prestação de serviço público, não remunerada.
§ 3º Os membros da Comissão Gestora exercerão mandato até a conclusão da elaboração do PME do município de Tangará/RN, quando será automaticamente encerrado.

§ 4º A Comissão Gestora poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições e entidades com atuação relevante na área educacional, sempre que necessário à execução de suas atividades.
§ 5º A coordenação da Comissão Gestora será exercida pela Secretária de Educação do Município de Tangará/RN ou por servidor designado por ela.
§ 6º A Secretaria do município de Tangará/RN prestará o apoio técnico, administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.
Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Tangará/RN.

Gabinete do Prefeito, em 12 de maio de 2026

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

MARLENE DE SOUZA CARVALHO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:47C98919

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO CMS Nº 002/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGARÁ/RN

RESOLUÇÃO Nº 002/2026 – CMS

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Organizadora responsável pela elaboração da Reunião Ampliada Referente a 18ª Conferência Nacional de Saúde.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGARÁ/RN, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 8.142/1990 e demais normas aplicáveis,
CONSIDERANDO a necessidade de organização e planejamento da Reunião Ampliada Referente a 18ª Conferência Nacional de Saúde;
CONSIDERANDO a deliberação ocorrida em reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada em 28 de abril de 2026, às 13h,

RESOLVE:

Art. 1º
Nomear a Comissão Organizadora responsável pela elaboração da Reunião Ampliada Referente a 18ª Conferência Nacional de Saúde.
Art. 2º
A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:
I – Betania Maria de Souza – Presidente;
II – Micarla Priscila Silva Dantas – Coordenadora Geral;
III – Kaynara Estefania Barreto Paiva de Melo – Secretária Executiva;
IV – Rita Fontes Vieira da Rocha – Coordenação de Mobilização;
V – Alyda Suellen Medeiros de Brito – Coordenação de Infraestrutura.
Art. 3º
Compete à Comissão Organizadora:
I – Planejar e executar a Reunião Ampliada Referente a 18ª Conferência Nacional de Saúde;
II – Elaborar o regimento e a metodologia do evento;
III – Definir a programação da Reunião;
IV – Garantir a acessibilidade e a ampla participação social.
Art. 4º
Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará/RN, 12 de maio de 2026.

BETANIA MARIA DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
Tangará/RN

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:4C7F80CA

TANGARAPREV
APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ART. 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47/2005. PORTARIA Nº 011/2026.

Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005.

Portaria nº 011/2026.

Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor da servidora MARIA DO MONTE FERNANDES SILVA.

O GERENTE DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE TANGARÁ-TANGARAPREV, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso pleno de suas atribuições legais lhe outorgadas nos termos do artigo 33, da Lei Municipal 564/2014, de 06 de junho de 2014.

Resolve:

Art. 1º - Retificar a Portaria nº 000003/2019, no que concerne ao percentual a título de gratificação de ADTS/Quinquênio ao qual o servidor faz jus.

Art. 2º - Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, com Proventos Integrais** a servidora **MARIA DO MONTE FERNANDES SILVA,** portadora de RG nº 979.210 SSP/RN, inscrita sob CPF nº 484.253.114-20, Efetiva, titular do cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS – A.S.D**, Matrícula Funcional nº 512702, lotada na Secretaria de Administração do Município de Tangará/RN, com fulcro no ***Art. 3º, incisos I, II e III, da Emenda Constitucional nº 47/2005, de 06 de Julho de 2005, e nos termos do Art. 33 e seus incisos, da Lei Municipal nº 564/2014, de 06 de Junho de 2014***, conforme processo do TANGARÁPREV nº 000001/2019, a partir desta data até posterior deliberação.

I – 75% (setenta e cinco por cento) de ADTS/Quinquênio, com fulcro no ***Art. 119, da Lei Municipal nº 15 de 24 de Julho de 1967,*** estabelecido conforme Sentença de ação judicial nº ***0800564-06.2021.8.20.5133.***

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **29 de Março de 2019.**

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará/RN, 12 de Maio de 2026.

JOÃO PEDRO VARELO DE ARAÚJO
Gerente do Tangará PREV

Publicado por:
Joao Pedro Varelo de Araujo
Código Identificador:10533561

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pelo presente termo, o município de TENENTE ANANIAS, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE ANANIAS torna público para conhecimento dos interessados, o resultado apresentado pela comissão, referente a Chamada Pública/credenciamento nº

0004/2026 cujo objeto é CHAMADA PUBLICA/CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NOS SERVIÇOS DE ROÇADO MANUAL DE DIVERSAS RODOVIAS E ESTRADAS RURAIS DA CIDADE DE TENENTE ANANIAS/RN, EM CONFORMIDADE COM O ART. 79 INCISO I DA LEI 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Foi em toda sua tramitação atendida a legislação pertinente.
Desse modo, satisfazendo à lei e ao mérito, HOMOLOGO o credenciamento nº 0004/2026 e ADJUDICO as proponentes EMPRESA: SF CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ(MF) Nº 52.964.471/0001-13, EMPRESA: J F ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ(MF) Nº 28.585.944/0001-97. As empresas mencionadas acima foram consideradas habilitadas e estão aptas a fornecerem os serviços solicitados conforme as condições estabelecidas no edital do Chamamento Público, que permanecerá aberto por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, para novos interessados.
Ressaltamos que a adjudicação e homologação ocorreram após análise criteriosa das propostas recebidas e atendimento a todos os requisitos previstos no edital, no Setor de Licitações e Contratos Aos interessados o Edital estará à disposição na íntegra no link www.tenenteananias.rn.gov.br

Tenente Ananias-RN, 12 de maio de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA JACOME
Prefeita

Publicado por:
Aristoteles Barreto de Araujo Sarmento
Código Identificador:C1F3A15B

GABINETE DA PREFEITA
ADITIVO Nº 001 DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB

ADITIVO Nº 001 DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 DA
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC – PNAB

A Prefeitura Municipal de Tenente Ananias/RN, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Turismo, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente **ADITIVO AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026**, que dispõe sobre a alteração da data de publicação do edital e do início do período de inscrições, nos seguintes termos:
Art. 1º Fica alterada a data de publicação oficial do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 para ocorrer em 12 de maio de 2026. Permanece inalterada a data constante no corpo do edital para fins administrativos.
Art. 2º Fica alterado o período de inscrições previsto no Art. 12 e no Cronograma constante no item 12.6 do Edital, passando a vigorar da seguinte forma:
Etapa Atividade Período / Data
Publicação Lançamento/Publicação do Edital 12 de maio de 2026
Inscrições Período de inscrição/entrega dos envelopes **13 a 26 de maio de 2026**
Art. 3º As demais disposições do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 permanecem inalteradas.

Tenente Ananias/RN, 12 de maio de 2026.

DAYANE DA SILVA BATISTA JÁCOME
Prefeita Municipal

FRANCISCO FELIPE GOMES JÁCOME
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desportos e Turismo

Publicado por:
Jose Iran Pinto
Código Identificador:7A867112

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 11/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 02005.000012/2026

Dispensa Eletrônica nº 001/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, COM SEDE NA AVENIDA FRANCISCO MARAL, CENTRO – TENENTE LEURENTINO CRUZ/RN - CEP: 59.338-000 **-CNPJ/MF**: **01.612.382/0001-77**.

CONTRATADO: ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA Rodovia Br-050, N/A, Parque Hileia, Parque Hileia – MG - 38055-010 INSCRITO NO CNPJ **SOB Nº 00.771.945/0001-07.**

OBJETO: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de Sêmen e materiais de inseminação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	02.005	SECRETARIA AGROP/MEIO AMB. ABAST. R. HIDRICOS
AÇÃO:	2139	PROGRAMA DE MELHORAMENTO DO REBANHO
FUNÇÃO:	20	AGRICULTURA
SUB-FUNÇÃO:	609	DEFESA AGROPECUÁRIA
PROGRAMA:	0110	Promoção e Prevenção a Saúde Animal
NATUREZA DE DESPESA:	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
FONTE DE RECURSOS:	15000000	Recursos não Vinculados de Impostos

VALOR GLOBAL: R$ 20.940,00 (vinte mil novecentos e quarenta reais).
VIGÊNCIA:
08/05/2026 e encerramento em 07/05/2027 nos termos do Art. 107 da Lei Federal n° 14.133/21.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 12 de maio de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA –
Prefeito

ALTA GENETICS DO BRASIL LTDA

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:415259F3

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS - AVISO DE PESQUISA MERCADOLÓGICA

A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, através do Departamento de Compras, avisa a todas as empresas interessadas e do ramo que, **até o dia 15 de maio de 2026**, receberá Pesquisa de Preços, visando à obtenção de valores de referência para **abertura de processo licitatório para Contratação de empresa especializada para a locação de veículos tipo passeio, em modelos hatch, minivan e van, todos com no mínimo 20 (vinte) mil km (ano/modelo 2024 ou superior), devidamente equipados conforme especificações exigidas neste Termo de Referência, para atender às demandas das diversas secretarias do Município de Tenente Laurentino Cruz/RN**. As descrições dos itens e suas especificações estão disponíveis na Pesquisa Mercadológica nº 15/2026, que pode ser acessada pelo link: **https://drive.google.com/file/d/1q-hZQe7xzwtTGSSGPsM5SAi447XMG0mn/view?usp=sharing**

As empresas que desejarem apresentar pesquisa de preços para os itens que compõem a referida Pesquisa Mercadológica deverão baixá-la através do link mencionado, preenchê-la e enviá-la para o seguinte e-mail:***compras@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br***

Portanto, em caso de dúvidas e outros esclarecimentos, entrar em contato através do e-mail do Departamento de Compras, mencionado anteriormente.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 12 de maio de 2026.

FILIPE DE SOUZA DANTAS
Coord. de Departamento de Compras

Publicado por:
Filipe de Souza Dantas
Código Identificador:952097BD

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA DE FERIAS Nº 038/2026– GP

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE*:*
Art. 1º Conceder o pedido de 10 (dez) dias férias convertido em pecúnia, de acordo com Artigo 118, inciso IV, da Lei Municipal 011/1997 a senhora **MARIA JOSÉ RUFINO,** ocupante do cargo efetivo de **MERENDEIRA**, matrícula de nº1454**,** atualmente lotada na Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos, relativas ao período de 2025/2026, contados a partir do dia 12 de maio de 2026 com término em 21 de maio de 2026, ficando os 20 (vinte) dias de férias para gozo em outro momento.
Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.
Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 12 de maio de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:B87980A2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 116/2026 - GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA Nº 116/2026 - GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***CACILDA ALVES DE SOUSA VICTOR*** ocupante do Cargo de ***SECRETÁRIA DE GABINETE*** Lotado(a) na **Secretaria Municipal do Gabinete da Prefeita (SEGAP)**, a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **01 UMA DIÁRIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / GUAMARÉ - RN / TIBAU - RN. Para Participar de Seminário Projeto Líderes Economia do Mar,** no período de: **13/05/2026 à 14/05/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
UMA DIÁRIA	200,00	200,00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 12 de maio de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:32EFA691

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 117/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

PORTARIA Nº 117/2026 – GABINETE DA PREFEITA DE TIBAU

AUTORIZAR A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS AO SERVIDOR EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE TIBAU/RN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE TIBAU - RN, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na **LEI MUNICIPAL Nº 00375 DE 27/06/2014**.

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** ao servidor(a): ***DANIELSON SANTOS DA SILVEIRA*** ocupante do Cargo de ***GESTOR AMBIENTAL*** Lotado(a) na **Secretaria Municipal De Agricultura e Meio Ambiente** a serviço do Município de Tibau/RN. O pagamento de **01 UMA DIARIA**, referente ao custeio do deslocamento de **TIBAU – RN / GUAMARÉ - RN / TIBAU - RN. Para Participar de Seminário Projeto Líderes Economia do Mar,** no período de: **13/05/2026 à 14/05/2026.**

MEMORIAL DESCRITIVO DE DIÁRIAS		
QUANT. DE DIÁRIA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
UMA DIARIA	200,00	200,00

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Leia-se, Publique-se e Cumpra-se em.

Tibau/RN, 12 de maio de 2025.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cacilda Alves de Sousa Victor
Código Identificador:FD7DEB44

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO - RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 17/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Contratante: Município de Tibau do Sul/ Prefeitura Municipal
Contratada: IL SHOWS LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº: 39.942.698/0001-08,sediado(a) na RUA FRANCISCO DE ASSIS

CAVALCANTI, N° 633, ANDAR 1 SALA 6, BAIRRO: CIDADE UNIVERSITARIA, PETROLINA/PE
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS PARA O SÃO JOÃO DA PIPA DO DIA 10/07/2026.
Fundamento Legal: ART. 74, INCISO II, DA LEI Nº 14.133/21.
Valor Global Da Contratação: R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)

NATÁLIA KELLER MAGALHÃES GOMES
Secretária Municipal de Culturas e Economia Criativas

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal

PUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Jailma de Oliveira F. C. de Lima
Código Identificador:69E59A60

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO 103.6/2026-DF/SEMURB

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO 103.6/2026-DF/SEMURB

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL - SEMURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos quanto virem ou tomarem conhecimento do presente Edital, que os fiscais do município lavraram Auto de Infração (AI) em desfavor da pessoa jurídica relacionada abaixo; e dá ciência ao autuado sobre o PRAZO DE 15 dias, a contar da data desta publicação, para que apresente defesa ou impugnação do (AI) nos termos do Inciso III, §1º do Art.196 da Lei Municipal Nº382/2008, a contar da data desta publicação.

AUTO DE INFRAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	NOTIFICADO	CPF/CNPJ
103.6/2026/DF/SEMURB	000439/000226/2026	SPE EMPREENDIMENTOS IMOB. PIPA BOULEVARD LTDA	**.***.***/0001-26

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO: INÍCIO OU EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENÇA	
INFRAÇÕES: Art. 18, da Lei Municipal nº 382/2008; Art. 22, da Lei Municipal nº 382/2008; Art. 175, inciso I da Lei nº 382/2008; Art. 181, inciso II, da Lei nº 382/2008 (alterado pelo Art. 3º da Lei Ordinária Municipal nº 629/2018).	SANÇÕES: Aplicação da multa pecuniária no valor de R$6.000,00 (seis mil reais).

Tibau do Sul/RN, 12 de maio de 2026

KATARINE MARIA F. DIESEL
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Costa de Lima
Código Identificador:DB85B584

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO 103.7/2026-DF/SEMURB

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO 103.7/2026-DF/SEMURB

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL - SEMURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, FAZ SABER a todos quanto virem ou tomarem conhecimento do presente Edital, que os fiscais do município lavraram Auto de Infração (AI) em desfavor da pessoa jurídica relacionada abaixo; e dá ciência ao autuado sobre o PRAZO DE 15 dias, a contar da data desta publicação, para que apresente defesa ou impugnação do (AI) nos termos do Inciso III, §1º do Art.196 da Lei Municipal Nº382/2008, a contar da data desta publicação.

AUTO DE INFRAÇÃO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	NOTIFICADO	CPF/CNPJ
103.7/2026/DF/SEMURB	000440/000227/2026	SPE EMPREENDIMENTOS IMOB. PIPA BOULEVARD LTDA	**.***.***/0001-26

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO: INÍCIO OU EXECUÇÃO DE OBRA SEM LICENÇA	
INFRAÇÕES: Art. 18, da Lei Municipal nº 382/2008; Art. 22, da Lei Municipal nº 382/2008; Art. 175, inciso I da Lei nº 382/2008; Art. 181, inciso II, da Lei nº 382/2008 (alterado pelo Art. 3º da Lei Ordinária Municipal nº 629/2018).	SANÇÕES: Aplicação da multa pecuniária no valor de R$6.000,00 (seis mil reais).

Tibau do Sul/RN, 12 de maio de 2026

KATARINE MARIA F. DIESEL
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Costa de Lima
Código Identificador:48E0DD2F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 - SRP

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2026 - SRP

O Município de Tibau do Sul/RN, através da Prefeitura Municipal**, torna público através** do Pregoeiro e Equipe de Apoio, devidamente nomeados por Portarias nº 012/2025 e 205/2025, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que será realizado licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA**, **DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, COM OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, INCLUINDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS, BEM COMO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS DE CONSUMO, INSUMOS, MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, EM REGIME DE COMODATO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO D TIBAU DO SUL/RN,** cujas especificações encontram-se detalhadas no ANEXO I – Termo de Referência, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, devendo ser observadas as seguintes disposições: **ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 26/05/2026**, às **09h00min. LOCAL/SITE:** www.portaldecompraspublicas.com.br. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital estará disponível a partir do dia 14/05/2026 para consulta e retirada de cópia no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

Tibau do Sul/RN, 12 de maio de 2026.

EWERTON WELLINGTON DA COSTA SILVA
Pregoeiro Oficial da PMTS.

Publicado por:
Ítala Maiara Marinho de Mederos
Código Identificador:19F06FFC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 120.004/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O Município de Timbaúba dos Batistas/RN por meio de seu Agente de Contratação torna público a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **menor preço, por LOTE,**

destinado ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS DA RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS - REMUME, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA DE SAÚDE, ASSEGURANDO O ABASTECIMENTO REGULAR, A CONTINUIDADE DOS TRATAMENTOS E A ADEQUADA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA À POPULAÇÃO PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIMBAÚBA DOS BATISTAS/RN**. A sessão pública para disputa de preços terá início às **09h10min do dia 25 de maio de 2026 (horário de Brasília/DF)**. Os interessados quaisquer informações ou em adquirir os respectivos Edital e anexos acessarem o endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br

Timbaúba dos Batistas/RN, 12 de maio de 2026.

WELLINGTON BATISTA DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Wellington Batista Dos Santos
Código Identificador:6539A1EA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
AVISO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 13/2026;

O Município de Touros/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública, torna público para conhecimento das pessoas jurídica interessadas, que receberá cotação de preços para, Contratação AQUISIÇÃO DE PNEUS , CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA PNEUS, destinado a atender as necessidades de manutenção na frota veicular da prefeitura municipal de Touros /RN, conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA que estará disponível e poderá ser solicitado, através do emai licita@touros.rn.gov.br, As propostas deverão ser apresentadas em arquivo PDF, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta publicação, através do endereço eletrônico acima ou no Setor de Planejamento do Município, situado na Praça Bom Jesus do Navegantes, nº 28, Centro, Touros/RN, devendo a cotação ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, está devidamente datada, assinada e em papel timbrado da empresa, Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA

Touros/RN, 12 de maio de 2026

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:3A859668

GABINETE CIVIL
DECRETO MUNICIPAL Nº 247, DE 12 DE MAIO DE 2026.

FIXA A PREMIAÇÃO E O AUXÍLIO MATERIAL PARA O "CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL 2026", DEFINE CRITÉRIOS DE ENTREGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE TOUROS/RN**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o dever do Poder Público em fomentar o desporto amador como instrumento de inclusão social e saúde pública, conforme preceitua a Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Regulamento Geral do Campeonato Municipal de Futebol 2026, devidamente aprovado pela Comissão Organizadora e representantes das equipes;

CONSIDERANDO a necessidade de dar transparência e legalidade à destinação de recursos públicos para premiações e materiais esportivos;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam estabelecidos os valores, critérios e cronogramas para a premiação e auxílio material do evento esportivo "CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL 2026".

Art. 2º – DO AUXÍLIO MATERIAL ÀS EQUIPES:
A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer efetuará a entrega de materiais às equipes inscritas na **Divisão Especial**, obedecendo aos seguintes critérios:

I. Equipes Inéditas: 02 (dois) ternos completos (camisa, calção e meião);
II. Equipes Veteranas: 01 (um) terno completo exclusivamente para aquelas que já competiram em edições passadas, mas não participaram no ano de 2025;

III. Equipes Campeãs de 2025 (Titular e Juvenil): 01 (um) terno completo que, nos termos do Art. 18, § 1º do Regulamento Geral, **quitará integralmente a premiação em material conquistada no ano anterior**, vedada a duplicidade de entrega;

IV. Geral: 01 (uma) bola de futebol oficial para cada uma das 24 (vinte e quatro) equipes participantes da Divisão Especial.

Art. 3º – DA PREMIAÇÃO EM DINHEIRO E TROFÉUS:
Fica fixada a premiação pecuniária e honorífica conforme a tabela abaixo:

Categoria / Classificação	Valor em Dinheiro	Adicionais
CATEGORIA PRINCIPAL (Titular)		
1º Lugar	R$ 12.500,00	Troféu, Medalhas + Terno
2º Lugar	R$ 7.500,00	Troféu e Medalhas
CATEGORIA JUVENIL		
1º Lugar	R$ 6.000,00	Troféu, Medalhas + Terno
2º Lugar	R$ 4.000,00	Troféu e **Medalhas**
INDIVIDUAIS (Titular e Juvenil)		
Melhor Goleiro (cada)	R$ 1.000,00	Troféu
Artilheiro (cada)	R$ 1.000,00	Troféu

§ 1º – Em estrita observância ao Art. 37, § 1º do Regulamento Geral, os ternos destinados às equipes campeãs da presente edição (2026) **serão entregues obrigatoriamente no ano subsequente (2027)**, por ocasião da abertura do novo certame.

§ 2º – O pagamento dos valores em dinheiro será realizado exclusivamente via transferência bancária para a conta do representante formalmente indicado, ou responsável legal em caso de atletas menores de idade.

Art. 4º – As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:44F57186

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 247, DE 11 DE MAIO DE 2026.

Disciplina a utilização da ferramenta Compra Simples para contratação de bens e serviços.

O(a) Prefeito do Município de Touros/RN, Sr. Pedro Ferreira de Farias Filho, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Touros/RN,

Considerando que a Administração Pública não tem fim em si mesma e deve orientar sua atuação à entrega de resultados à sociedade e à concretização de direitos fundamentais;

Considerando o princípio constitucional da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal), que impõe planejamento, simplificação e uso de soluções tecnológicas para reduzir custos e prazos, com transparência e controle;

Considerando o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, segundo o qual o planejamento de compras deverá observar condições de aquisição e pagamento semelhantes às praticadas no setor privado;

Considerando a adequação jurídica e a vantajosidade do uso da ferramenta Compra Simples para contratações em mercados de alta dinamicidade, mediante inexigibilidade de licitação precedida de credenciamento (arts. 74, inciso IV, e 79 da Lei nº 14.133/2021), com redução de custos transacionais e celeridade na satisfação do interesse público;

Considerando que a sistemática tradicional de contratações públicas de bens e serviços comuns, operacionalizada pelo pregão eletrônico, é desvantajosa para a Administração na contratações de bens e serviços de produção, extração ou execução padronizada e massificada, pois aumenta o custo transacional dos fornecedores, aumenta o custo administrativo do ente comprador, reduz o universo de potenciais fornecedores, aumenta o risco de contratações desertas ou fracassadas, bem como eleva exponencialmente o tempo de contratação, o que pode ocasionar a interrupção da prestação de serviços públicos e transtornos à concretização de direitos fundamentais dos cidadãos;

Considerando a promulgação da Lei 15.266/2025, que instituiu o Sistema de Compras Expressas (Sicx);

DECRETA,

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Este ato normativo disciplina a utilização da ferramenta Compra Simples para a contratação de bens e serviços com fundamento na combinação da hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, precedida pelo instrumento auxiliar denominado credenciamento, previsto no art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, no âmbito deste(a) Prefeitura de Touros/RN.**

Parágrafo único. Aplicam-se às contratações realizadas pela ferramenta Compra Simples as normas especiais deste ato normativo, devendo estas prevalecer sobre a disciplina geral das contratações públicas estabelecidas em atos infralegais, quando conflitantes.

Definições

Art. 2º Para fins do disposto neste normativo, considera-se:

I - Compra Simples - ferramenta de tecnologia da informação desenvolvida e gerida pelo Portal de Compras Públicas para contratação de bens e serviços por órgãos e entidades da Administração Pública por meio de credenciamento;

II - Portal de Compras Públicas - nome fantasia da Ecustomize Consultoria em Software S.A., empresa responsável pela implementação, desenvolvimento e gestão da ferramenta Compra Simples.

III - Órgão ou Entidade Comprador (OEC) - órgão ou entidade integrante da Administração Pública que utiliza a ferramenta Compra Simples como plataforma de facilitação para contratação de bens e serviços;

IV – Administrador – autoridade, servidor ou empregado público autorizado pelo Órgão ou Entidade Comprador (OEC) a aprovar as contratações realizadas por meio do Compra Simples;

V – Usuário – autoridade, servidor ou empregado público autorizado pelo Órgão ou Entidade Comprador (OEC) a utilizar o Compra Simples, ficando seus pedidos de contratação sujeitos a aprovação de um Administrador;

VI - Credenciado - fornecedor ou prestador de serviço que atende às exigências do edital de credenciamento, apto a ser convocado, quando necessário, para a execução do objeto;

VII - Contratado - Credenciado selecionado para a execução do objeto.

CAPÍTULO II

COMPRA SIMPLES E EDITAL DE CREDENCIAMENTO

Art. 3º O Compra Simples poderá ser adotado por esta Administração para a contratação nos seguintes contextos:

I - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

II - comércio eletrônico: caso em que a Administração visa a contratar bens e serviços comuns padronizados ofertados no Sistema de Compras Expressas (Sicx).

§ 1º O conceito de "mercado fluido" considera a dinâmica da produção em massa e das cadeias de suprimentos globais no século XXI, que transformou o mercado de bens industrializados e produzidos em massa em um 'mercado fluido', caracterizado por uma volatilidade de custos e preços que, embora menos visível que a dos mercados de *commodities*, torna os modelos de contratação estáticos fundamentalmente inadequados.

§ 2º O conceito de mercado fluido também considera o interesse público, a racionalidade e eficiência administrativas, bem como o custo transacional, tendo em vista que a dinamicidade do mercado, o custo administrativo, o progresso tecnológico e a celeridade requerida pelas necessidades da população e da Administração Pública inviabilizam a competição nos moldes tradicionais.

§ 3º O conceito de bens e serviços comuns padronizados abrange:

I - Produtos industrializados ou manufaturados e matérias-primas cuja cadeia de produção ou extração é massificada, ou seja, não serão elaborados sob medida, razão pela qual não se justifica a utilização da sistemática ordinária de contratações, como a utilização do pregão, que, nesses casos, envolveria a descrição pormenorizada de objeto já disponível massivamente pelo mercado, além da operacionalização de lances, em um procedimento com elevado custo transacional, para compra de produtos que costumam ter preços homogêneos.

II - Serviços estritamente padronizados, disponibilizados massivamente pelo mercado, com roteiros de execução pré-estabelecidos e que não demandam customização.

Art. 4º A adesão ao Compra Simples implica a realização, por este Órgão ou Entidade Comprador (OEC), de credenciamento dos bens e serviços comercializados por meio da plataforma.

§ 1º No momento da adesão ao Compra Simples, bem como nas inclusões de novos itens, deverá ser publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas (PNCP) edital de chamamento de credenciamento.

§ 2º O edital de credenciamento estabelecerá sob quais hipóteses de credenciamento, enumeradas no artigo 79 da Lei 14.133/2021, serão realizadas as contratações derivadas do referido instrumento.

§ 3º O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

Art. 5º O credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do edital de chamamento e será operacionalizado por meio da ferramenta Compra Simples.

Parágrafo único. Quando convocado para execução do objeto, o Credenciado deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos no edital de credenciamento para fins de assinatura do instrumento de contrato ou geração de outro instrumento hábil.

Art. 6º A publicação do edital de chamamento de credenciamento a que se refere o § 1º do art. 4º implica em credenciamento automático das pessoas físicas ou jurídicas devidamente cadastradas e ativas na plataforma Compra Simples, desde que atendidas as condições do edital, conforme lista publicada e atualizada pelo Portal de Compras Públicas.

Art. 7º A lista de credenciados será publicada e estará permanentemente disponível e atualizada no sítio eletrônico do Portal de Compras Públicas, e o respectivo endereço eletrônico deverá estar disponível no edital de credenciamento.

Regras de cadastro e habilitação de fornecedores

Art. 8º. Para cadastro de fornecedor como credenciado, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto da contratação, nos termos do disposto nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 1º Conforme autorização expressa do artigo 70, inciso III, da Lei 14.133/2021, fica dispensada a documentação de habilitação de que

trata o *caput* deste artigo, com exceção dos documentos de que trata § 2º deste artigo, nas contratações realizadas por meio do Compra Simples em que ocorra ao menos uma das seguintes hipóteses:
I - nas contratações para entrega imediata;
II - nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;
III - nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de que trata o inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 2º Não poderão ser dispensados os documentos referidos no inciso XXXIII do *caput* do art. 7º e no § 3º do art. 195 da Constituição Federal.
§ 3º Antes da celebração do instrumento de contrato ou documento substitutivo, deverá ser verificado se o Credenciado mantém as condições de habilitação de que trata este artigo.
Art. 9º. Ainda que credenciada, não poderá ser contratada por esta Administração a pessoa física ou jurídica que:
I - esteja impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo, nos termos do artigo 156, III, da Lei nº 14.133, de 2021, enquanto perdurar a sanção e não houver sido admitida a sua reabilitação;
II – tenha sido declarado inidôneo, nos termos do artigo 156, IV, da Lei nº 14.133, de 2021, enquanto perdurar a sanção e não houver sido admitida a sua reabilitação;
III - mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Órgão ou Entidade Comprador (OEC) ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CAPÍTULO III

FASE PREPARATÓRIA

Art. 10 Os bens e serviços objetos de contratação por meio do Compra Simples serão definidos por meio de fase preparatória própria, que poderá englobar um ou mais objetos de acordo com a sua pertinência.
§ 1º A instrução da contratação deverá considerar a complexidade do objeto a ser contratado, bem como as suas características de produção massificada e pormenores da especificação comumente pré-estabelecidos pelo mercado para elaborar:
I - Termo de Referência Analítico (TRA): nos casos que o objeto não tenha especificação usual comumente pré-estabelecida pelo mercado;
II - Termo de Referência Sintético (TRS): nos casos que o objeto tenha especificação usual comumente pré-estabelecida pelo mercado.
§ 2º É dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e de Termo de Referência Analítico (TRA) para contratações de até o valor atualizado de dispensa de licitação referido no artigo 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, devendo, contudo, ser registrados na plataforma os seguintes elementos básicos, que comporão o Termo de Referência Sintético (TRS):
I - Objeto padronizado do Catálogo de Produtos do Compra Simples, consistente no número do catálogo, descrição mínima do objeto e unidade de medida;
II - Descrição complementar do objeto;
III - Quantidade;
IV - Prazo para entrega do produto ou prestação do serviço;
V - Justificativa da necessidade da contratação.
§ 3º Nos casos em que for dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) e de Termo de Referência Analítico (TRA), deverá ser juntado posteriormente ao processo de contratação o Termo de Referência Sintético (TRS), que consiste em documento emitido pela plataforma Compra Simples com as informações de que trata o § 1º deste artigo.
§ 4º Nos casos não abrangidos no § 1º deste artigo, deverão ser juntados ao Compra Simples o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR) elaborados anteriormente à contratação.
§ 5º Caso a análise jurídica da contratação seja dispensada por ato da autoridade jurídica máxima competente, na forma do artigo 53, § 5º, da Lei 14.133/2021, deverá ser informado o ato que a dispensou.

CAPÍTULO IV

CONVOCAÇÃO, HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

Procedimento de convocação

Art. 11 Após o procedimento de que trata o artigo 10 deste normativo, o Usuário deverá analisar se o produto ou serviço exibido atende à necessidade da Administração, conforme informações descritas anteriormente na forma do referido artigo.
§ 1º Caso o produto ou serviço apresentado atenda à necessidade e descrição detalhada de que trata o artigo 10 deste normativo, o Usuário deverá aprovar o produto ou serviço exibido.
§ 2º Caso o produto ou serviço exibido não atenda à necessidade e à descrição detalhada, o Usuário deverá selecionar a opção correspondente e preencher no campo próprio a justificativa sintética do não atendimento, hipótese em que será exibida outra alternativa de produto ou serviço, se houver.
Art. 12 Finalizado o procedimento do artigo 11 deste normativo, caso seja selecionado produto ou serviço, o Pedido será submetido ao Administrador, caso não seja este o próprio Usuário, que deverá aprovar ou não a contratação.
Art. 13 Aprovada a contratação pelo Administrador, o Credenciado será convocado para aceitar ou recusar a avença.
Parágrafo único. Caso o Credenciado recuse a contratação, aplicar-se-á novamente o procedimento do artigo 11 deste normativo, sendo exibida ao Usuário outra alternativa de produto ou serviço, se houver.

Critérios para ordem de contratação dos credenciados

Art. 14 A ordem de contratação dos credenciados será definida automaticamente pela ferramenta Compra Simples, com base em critérios objetivos aplicados de acordo com o módulo operacional selecionado para a contratação, nos termos dos artigos 15 e 16 deste normativo.
Art. 15 No Módulo Economicidade Máxima (EM), o Compra Simples deverá organizar fila de propostas, ordenando-as pelo critério de menor preço.
§ 1º Em caso de empate, o desempate ocorrerá por meio de sorteio automático operacionalizado pelo Compra Simples.
§ 2º Deverão estar incluídos no preço apresentado todos os custos diretos e indiretos do objeto a ser contratado, inclusive custos de frete, impostos, seguros, dentre outros.
§ 3º O preço a ser pago por este OEC, que será exatamente aquele exibido pela plataforma, corresponderá ao preço mínimo ofertado pelo Credenciado, acrescido de todos os custos descritos no § 2º deste artigo, o qual não poderá ser superior ao valor estimado pela ferramenta da plataforma Compra Simples, nos termos do artigo 23 da Lei 14.133/2021.
§ 4º Em caso de dúvidas acerca da vantajosidade do preço ofertado através da plataforma Compra Simples, o Usuário poderá realizar pesquisa de preços complementar por fora da plataforma antes de efetuar a contratação.
Art. 16 No Módulo Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade (DRS), o Compra Simples deverá organizar fila de propostas, ordenando-as de acordo com os seguintes critérios, nesta ordem:
I - propostas de empresas localizadas em um raio de 60 (sessenta) quilômetros de distância do endereço de entrega;
II - no caso de haver mais de uma empresa com proposta válida em um raio de 60 (sessenta) quilômetros de distância do endereço de entrega, a ordem da fila ocorrerá por meio de sorteio realizado automaticamente pela plataforma Compra Simples;
III - propostas de empresas localizadas em um raio de mais de 60 (sessenta) quilômetros e até 300 (trezentos) quilômetros de distância do endereço de entrega;
IV - no caso de haver mais de uma empresa com proposta válida em um raio de mais de 60 (sessenta) quilômetros e até 300 (trezentos) quilômetros de distância do endereço de entrega, a ordem da fila ocorrerá por meio de sorteio realizado automaticamente pela plataforma Compra Simples;
V - propostas de empresas localizadas em um raio de mais de 300 (trezentos) quilômetros e até 600 (seiscentos) quilômetros de distância do endereço de entrega;
VI - no caso de haver mais de uma empresa com proposta válida em um raio de mais de 300 (trezentos) quilômetros e até 600 (seiscentos) quilômetros de distância do endereço de entrega, a ordem da fila ocorrerá por meio de sorteio realizado automaticamente pela plataforma Compra Simples;
VII - propostas de empresas localizadas em um raio de mais de 600 (seiscentos) quilômetros de distância do endereço de entrega;
VIII - no caso de haver mais de uma empresa com proposta válida em um raio de mais de 600 (seiscentos) quilômetros de distância do endereço de entrega, a ordem da fila ocorrerá por meio de sorteio realizado automaticamente pela plataforma Compra Simples.

§ 1º Deverão estar incluídos no preço ofertado todos os custos diretos e indiretos do objeto a ser contratado, inclusive custos de frete, impostos, seguros, dentre outros.
§ 2º O preço a ser pago por este OEC, que será exatamente aquele exibido pela plataforma, corresponderá ao valor estimado pela ferramenta da plataforma Compra Simples, nos termos do artigo 23 da Lei 14.133/2021, incluídos todos os custos de que trata o § 1º deste artigo, a fim de, ao mesmo tempo, incentivar o comércio local, a geração de emprego e renda, a sustentabilidade social e ambiental, bem como garantir a economicidade através da prática de preço de mercado.
§ 3º O valor estimado pela ferramenta da plataforma Compra Simples deverá atender ao disposto no artigo 23 da Lei 14.133/2021.
§ 4º Em caso de dúvidas acerca da vantajosidade do preço ofertado através da plataforma Compra Simples, o Usuário poderá realizar pesquisa de preços complementar por fora da plataforma antes de efetuar a contratação.
§ 5º O Módulo Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade (DRS) não poderá ser adotado para contratação de objeto cujo mercado seja oligopolizado, a exemplo da aquisição de medicamentos, órteses e próteses.
§ 6º O Módulo Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade (DRS) utiliza o critério de raios de distância unicamente como critério de desempate, pois, ao contrário do procedimento licitatório, que tem seus critérios de desempate enumerados na Lei 14.133/2021, o legislador expressamente delegou ao regulamento da Administração Pública o procedimento do credenciamento, conforme autoriza o art. 79, § 1º, da Lei 14.133/2021.
§ 7º No exercício da sua legítima atribuição constitucional do juízo de conveniência e oportunidade, e por autorização expressa do legislador nacional, através do art. 79, § 1º, da Lei 14.133/2021, esta Administração decide pela utilização dos critérios de desempate de que trata este artigo, a fim de dar concretude aos fundamentos constitucionais dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e da dignidade da pessoa humana, aos objetivos constitucionais de construir uma sociedade livre, justa e solidária e reduzir as desigualdades sociais e regionais, além da necessidade de incentivar o comércio local e regional de modo harmônico com a economicidade e a livre iniciativa, e a redução da pegada de carbono e promover a sustentabilidade social e ambiental.
Art. 17 Escolhido qualquer dos módulos de que tratam os artigos 15 e 16 deste normativo, o Usuário poderá realizar:
I - a convocação imediata dos Credenciados, hipótese em que selecionará proposta dentre aquelas já cadastradas no Compra Simples para o respectivo objeto padronizado do Catálogo de Produtos; ou,
II - a convocação diferida dos Credenciados, hipótese em que selecionará proposta para o respectivo objeto padronizado do Catálogo de Produtos dentre aquelas já cadastradas no Compra Simples ou que seja cadastrada no prazo fixado pelo Usuário na plataforma.
§ 1º Na hipótese de convocação imediata, é assegurado o cadastramento permanente de novos interessados, os quais serão incluídos nos processos de seleção futuros.
§ 2º Na hipótese de convocação diferida, é assegurado o cadastramento permanente de novos interessados, os quais serão incluídos nos processos de seleção futuros, sendo incluídos também no processo de seleção atual aqueles que se cadastrarem durante o prazo de diferimento de que trata o inciso II do *caput* deste artigo.

Procedimento de contratação

Art. 18. Após a aprovação da contratação pelo Administrador e aceite pelo Credenciado, será realizada a celebração do instrumento de contrato ou instrumento hábil.
Art. 19. Conforme autorização expressa do artigo 95 da Lei 14.133/2021, o instrumento de contrato fica dispensado nas contratações em que ocorra ao menos uma das seguintes hipóteses:
I - dispensa de licitação em razão de valor;
II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor.
§ 1º Nos casos referidos neste artigo, o instrumento de contrato será substituído por Carta-Contrato.
§ 2º A Carta-Contrato será gerada automaticamente pela plataforma nos seguintes casos:
I - nas contratações com pagamento após o recebimento do objeto, quando reunidos os seguintes requisitos:
a) a autorização da contratação pelo Administrador, através de *login* na plataforma com usuário e senha;
b) o aceite pelo Credenciado, através de *login* na plataforma com usuário e senha;
c) a validação dos documentos de habilitação de que trata o § 3º do artigo 8º deste normativo.
II - nas contratações com pagamento antecipado, quando reunidos os seguintes requisitos:
a) a autorização da contratação pelo Administrador, através de login na plataforma com usuário e senha;
b) o aceite pelo Credenciado, através de login na plataforma com usuário e senha;
c) a validação dos documentos de habilitação de que trata o § 3º do artigo 8º deste normativo.
d) o *upload* da Nota de Empenho e do comprovante de pagamento antecipado no prazo previsto no artigo 24, inciso III, deste normativo.
Art. 20. A Carta-Contrato deverá conter cláusula de condição suspensiva, que condicionará a eficácia da avença ao *upload* na plataforma da respectiva Nota de Empenho.
Parágrafo único. Para os fins do artigo 60 da Lei 4.320/1964, não haverá realização de despesa enquanto pendente a condição suspensiva de eficácia da Carta-Contrato de que trata o *caput* deste artigo.
Art. 21. Fica autorizado o Compra Simples a exibir aos Credenciados o percentual de contratações não finalizadas por este OEC em decorrência do não implemento da condição suspensiva de que trata o artigo 20 deste normativo.

CAPÍTULO V

EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

Procedimento orçamentário-financeiro

Art. 22. Nos termos do artigo 72, inciso IV, da Lei 14.133/2021, o processo de contratação direta através do Compra Simples deverá ser instruído com a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.
Art. 23. Nas contratações cujo pagamento seja realizado após o recebimento do objeto:
I – deverá ser emitido pré-empenho ou outra forma de reserva orçamentária para bloqueio da dotação orçamentária antes da geração da Carta-Contrato;
II – após a validação da habilitação do Credenciado, será gerada automaticamente a Carta-Contrato, que deverá ter cláusula de condição, segundo a qual a avença somente terá eficácia após a emissão da Nota de Empenho;
III – a Nota de Empenho deverá ser emitida e inserida na plataforma em até 5 (cinco) dias úteis após a geração da Carta-Contrato;
IV – o Compra Simples deverá emitir boleto com vencimento em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega do objeto;
V – concluído o recebimento regular do bem ou serviço, na forma dos artigos 28 a 30 deste normativo, e observado o prazo de que trata o inciso IV deste artigo, deverá ser realizado o pagamento, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos.
§ 1º O pré-empenho ou outra forma de reserva orçamentária poderá ser emitido para utilização em diversas contratações no Compra Simples, ou para uma contratação específica, tendo em vista que o objetivo é a garantia da existência de disponibilidade orçamentária para esse objetivo.
§ 2º Este OEC deverá registrar no Compras Simples qualquer alteração, reforço ou cancelamento de pré-empenho ou outra forma de reserva orçamentária, bem como de Nota de Empenho que digam respeito a contratações processadas pelo Compra Simples.
§ 3º O saldo do pré-empenho ou outra forma de reserva orçamentária, realizado para uso exclusivo no Compra Simples, deverá ser acompanhado pelo Administrador, para garantir que não seja gerada Carta-Contrato, ainda que com cláusula condicional, sem haver disponibilidade orçamentária, que será atestada através da plataforma pelo Administrado a cada contratação.
§ 4º Caso o produto seja entregue antes da juntada da Nota de Empenho a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo, o produto deverá ter a sua entrega recusada, ou ser devolvido, levando-se em consideração o não implemento da condição de eficácia da carta-contrato.

§ 5º Excepcionalmente, e desde que conte com a concordância expressa do Contratado registrada em ferramenta ou chat do Compra Simples, este OEC poderá emitir a Nota de Empenho após o prazo de que trata o inciso III do *caput* deste artigo, situação em que a Carta-Contrato passará a ter eficácia, e este OEC poderá receber ou permanecer com a posse do produto, devendo-se processar o pagamento na forma do inciso V do *caput* deste artigo.

§ 6º Nas contratações com pagamento após o recebimento do objeto, é obrigatória a emissão de pré-empenho ou outra forma de bloqueio da dotação orçamentária como instrumento de gestão de riscos e de transmitir credibilidade ao mercado, para demonstrar a existência do crédito orçamentário previamente à emissão da Carta-Contrato, mitigando o risco de haver a realização da despesa, que ocorre com o recebimento do bem ou serviço, sem a emissão de Nota de Empenho.

Art. 24. Nas contratações em que houver pagamento antecipado, nos termos do artigo 145, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

I – poderá ser emitido pré-empenho ou outra forma de bloqueio da dotação orçamentária antes da geração da Carta-Contrato;

II – após a validação da habilitação do Credenciado, será gerada automaticamente a Carta-Contrato, que deverá conter cláusula de condição suspensiva, nos termos do artigo 20 deste normativo, segundo a qual a avença somente terá eficácia após a emissão da Nota de Empenho;

III – deverá ser realizado o *upload* Nota de Empenho na plataforma, juntamente com o comprovante de pagamento, em até 3 (três) dias úteis contados da data de geração da Carta-Contrato;

IV – o valor antecipado ficará sob custódia da plataforma, e será liberado ao Contratado apenas após a confirmação do recebimento do objeto ou, quando for o caso, mediante as hipóteses previstas no §1º do artigo 29 e no §2º do artigo 30 deste normativo;

V – em caso de inadimplemento do Contratado, deverá ser providenciada a devolução do pagamento antecipado, observadas as garantias da plataforma Compra Simples.

§ 1º Não havendo emissão da Nota de Empenho no prazo estabelecido no inciso III do *caput*, a Carta-Contrato permanecerá ineficaz e o pedido será arquivado.

§ 2º Excepcionalmente, e desde que haja concordância expressa do Contratado registrada em ferramenta específica ou chat do Compra Simples, a Nota de Empenho poderá ser emitida após o prazo de que trata o inciso III do *caput*, situação em que a Carta-Contrato passará a ter eficácia, devendo o pagamento antecipado ser processado imediatamente, observados os prazos e condições previstos neste artigo.

§ 3º Nas contratações com pagamento antecipado, não é obrigatória a emissão de pré-empenho ou outra forma de bloqueio da dotação orçamentária em razão de que a Carta-Contrato somente surtirá efeitos após a emissão de Nota de Empenho e pagamento.

Art. 25. Nas contratações cujo pagamento seja realizado de forma antecipada, nos termos do artigo 145, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

I – deverá ser emitido pré-empenho ou outra forma de reserva orçamentária para bloqueio da dotação antes da geração da Carta-Contrato;

II – validada a habilitação do Credenciado, será gerada automaticamente a Carta-Contrato, cuja eficácia ficará condicionada à emissão da Nota de Empenho;

III – a Nota de Empenho deverá ser emitida e inserida na plataforma, acompanhada do comprovante de pagamento antecipado, em até 3 (três) dias úteis após a geração da Carta-Contrato;

IV – o pagamento antecipado ficará retido pelo gestor da plataforma, como forma de garantia, sendo liberado ao Contratado apenas após:

a) a confirmação do recebimento do objeto pelo OEC; ou

b) a ocorrência de confirmação tácita de recebimento, nos termos deste normativo.

V – em caso de não entrega ou descumprimento contratual, o gestor da plataforma deverá providenciar a devolução do pagamento antecipado, conforme garantia de restituição estabelecida no sistema.

§ 1º O pré-empenho ou outra forma de reserva orçamentária poderá ser emitido de forma global para diversas contratações no Compra Simples ou de forma individual para uma contratação específica, devendo o saldo disponível ser atestado pelo Autorizador a cada contratação.

§ 2º A ausência de emissão da Nota de Empenho e do upload do comprovante de pagamento antecipado no prazo do inciso III deste artigo implicará no arquivamento automático do pedido, com a reversão do valor para o saldo do pré-empenho.

§ 3º O prazo de entrega do objeto terá início somente após a comprovação, na plataforma, do pagamento antecipado vinculado à respectiva Nota de Empenho.

Art. 26. Fica autorizado o pagamento antecipado dos bens e serviços contratados por intermédio do Compra Simples, nos termos do artigo 145, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, quando este propiciar sensível economia de recursos ou representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço.

§ 1º O pagamento antecipado de que trata o *caput* será realizado conforme disciplina do Portal de Compras Públicas, que somente liberará ao Contratado os valores correspondentes, quando for realizada a confirmação por este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) da entrega dos bens ou da prestação dos serviços em condições adequadas, ou na hipótese do §1º do artigo 29e no §2º do artigo 30.

§ 2º Em caso de não entrega do produto ou não prestação do serviço, em não ocorrendo as situações previstas no §1º do artigo 29 e no §2º do artigo 30, o Portal de Compras Públicas deverá providenciar a devolução do pagamento antecipado.

§ 3º A antecipação de pagamento de que trata o *caput* tem por finalidade propiciar sensível economia de recursos com a redução do custo transacional, possibilitado pela utilização do Compra Simples, sendo o risco atenuado pelo fato de os valores não serem repassados diretamente aos fornecedores e ser garantida pelo Portal de Compras Públicas a sua restituição nas hipóteses dos parágrafos anteriores.

Art. 27. As contratações com valores compreendidos até o limite de que tratam os incisos I e II do caput do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 2021 serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, conforme determina o artigo § 4º do referido artigo, quando ocorrer a sua implementação.

Recebimento de bens

Art. 28. No caso de compras de bens, estes serão entregues no prazo estipulado.

§ 1º Caso o produto seja extraviado sem culpa do Credenciado, ou seja entregue danificado, este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) terá a opção de desfazer a avença sem ônus ou solicitar o reenvio do produto pelo Credenciado, caso este tenha disponibilidade de estoque.

§ 2º Em alocação objetiva de riscos e redução de custos administrativos da Administração Pública e de custos transacionais do fornecedor, este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) assumirá o ônus do risco de atraso de entrega do produto, quando este ocorrer por até o dobro do prazo estipulado.

§ 3º Caso a entrega não ocorra até o dobro do prazo pactuado, este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) poderá negociar com o Contratado novo prazo para entrega, através de ferramenta de chat disponibilizada pelo Compra Simples, ou, a critério deste OEC, cancelar a contratação.

§ 4º Nas situações referidas nos §§ 2º e 3º deste artigo, permanecerão isentos de quaisquer responsabilidades a plataforma Compra Simples, bem como o Portal de Compras Públicas, que é mero fornecedor de ferramenta de operacionalização de contratações de terceiros.

Art. 29. O fornecedor deverá registrar a entrega no Compra Simples, que emitirá notificação para este Órgão ou Entidade Comprador (OEC).

§ 1º Este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) poderá confirmar o recebimento do objeto independentemente da notificação de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º Caso este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) não informe por meio do campo disponível no Compra Simples o não recebimento do produto em até cinco dias úteis após a notificação de que trata o *caput* deste artigo, haverá confirmação tácita de recebimento do produto.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, não será devolvida a este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) qualquer quantia, ante a aceitação da confirmação tácita do recebimento, ainda que o objeto não tenha sido entregue.

§ 4º A disciplina dos §§ 2º e 3º deste artigo tem por finalidade reduzir os custos transacionais das contratações, assumindo este Órgão ou Entidade Comprador (OEC), em alocação de riscos, o ônus da confirmação tácita do recebimento.

§ 4º Na hipótese dos §§ 2º e 3º deste artigo, este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) poderá responsabilizar regressivamente o agente público que, por dolo ou culpa, deixar expirar o prazo de que trata o § 1º deste artigo sem o registro do não recebimento.

Art. 30. Caso o produto seja entregue danificado ou não corresponda àquele indicado no Compra Simples, este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) terá sete dias corridos, a contar do recebimento, para devolvê-lo.
§ 1º Caso o produto entregue esteja danificado, este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) poderá solicitar ao Contratado o reenvio do produto ou o desfazimento da avença sem ônus.
§ 2º Se o Órgão ou Entidade Comprador (OEC) não registrar, por meio da ferramenta própria ou do chat do Compra Simples, que o produto foi entregue com defeito ou em desacordo com a proposta, no prazo de até três dias úteis após o dobro do prazo estipulado para a entrega, o recebimento e a conformidade do produto serão considerados tacitamente confirmados.
§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, não será devolvida a este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) qualquer quantia, ante a aceitação da confirmação tácita do prazo indicado.
§ 4º A disciplina dos §§ 2º e 3º deste artigo tem por finalidade reduzir os custos transacionais das contratações, assumindo este Órgão ou Entidade Comprador (OEC), em alocação de riscos, o ônus da confirmação tácita do recebimento e da adequação do produto entregue.
§ 5º Na hipótese dos §§ 2º e 3º deste artigo, este Órgão ou Entidade Comprador (OEC) poderá responsabilizar regressivamente o agente público que, por dolo ou culpa, deixar expirar o prazo de que trata o § 2º deste artigo.
CAPÍTULO VI
DAS SANÇÕES
Art. 31. Os credenciados, após a celebração do instrumento contratual ou substitutivo hábil, estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital e às demais cominações legais, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Parágrafo único. O Contratado não poderá ser sancionado no caso de recusa de contratação de que trata o artigo 13 deste normativo.
Art. 32. Em nenhuma hipótese, o Compra Simples ou o Portal de Compras Públicas poderão ser responsabilizados face problemas na contratação ou execução do objeto da contratação, sendo estes de responsabilidade exclusiva do Contratado.
CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 33. Este Decreto disciplina apenas as contratações realizadas pelo Compra Simples, não sendo aplicável às demais formas de contratação.
Art. 34. Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros/RN

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:48694729

GABINETE CIVIL
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 16100.000020/2025, MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2025 - TERMO DE CONTRATO Nº: 37/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, CNPJ nº 08.234.155/0001-02 - **CONTRATADO:**RG SOLUCOES LTDA, CNPJ nº 33.073.477/0001-56. **OBJETO:**Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para pavimentação de estradas vicinais na zona rural do Município de Touros/RN – Rua Principal do Distrito de Boqueirão (Etapa 03), no regime de empreitada por preço global. **VALOR TOTAL:**R$ 349.413,73 (trezentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e treze reais e setenta e três centavos). **VIGÊNCIA:**De 11/05/2026 a 11/01/2027, podendo ser prorrogada nos termos legais, mantendo-se a garantia pelo prazo de 5 (cinco) anos. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Poder: 02.000; Unidade: 16.100; Função: 015; Subfunção: 451; Programa: 0008; Projeto/Atividade: 1024; Natureza: 4.4.90.51.00 e 4.4.90.51.99; Fontes: 17000000, 15000000 e 17003110. **DATA DA ASSINATURA:**Touros/RN, 11 de maio de 2026. **SIGNATÁRIOS:** Pelo Contratante:**PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO**– Prefeito Municipal. Pelo Contratado:**RAUL S S OLIVEIRA**– Representante Legal.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:411C441C

GABINETE CIVIL
LEI Nº 1.053, DE 12 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CEMEI) DA VILA ASSIS, NO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, COMO CEMEI CÍCERO VIEIRA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVA e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica denominado "CEMEI Cícero Vieira da Silva" o Centro Municipal de Educação Infantil localizado na Vila Assis, no Município de Touros/RN.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal adotará as providências necessárias para a identificação do referido equipamento público, inclusive com a afixação de placa nominativa em local visível, contendo a denominação ora instituída.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:85C53A6D

GABINETE CIVIL
LEI Nº 1.054, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Dispõe sobre a exigência de apresentação de Certidão de Antecedentes Criminais para profissionais que atuem com crianças e adolescentes no âmbito do Município de Touros/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVA e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito do Município de Touros/RN, a exigência de apresentação de certidão de antecedentes criminais para profissionais que exerçam atividades com contato direto, habitual ou permanente com crianças e adolescentes, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, bem como nas entidades privadas que atuem mediante autorização, credenciamento, parceria ou qualquer forma de vínculo com o Poder Público Municipal.

Art. 2º. A exigência prevista nesta Lei aplica-se, especialmente:

I – aos servidores públicos comissionados, contratados temporários e estagiários;

II – aos profissionais da educação, assistência social, saúde e atividades correlatas;

III – aos profissionais vinculados a creches, escolas, projetos sociais, centros esportivos, culturais e recreativos;

IV – a quaisquer pessoas que desempenhem atividades com contato direto e contínuo com crianças e adolescentes.

Art. 3º. A apresentação da Certidão de Antecedentes Criminais constitui requisito obrigatório para investidura, contratação, admissão ou início das atividades, devendo ser renovada periodicamente, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 4º. A análise da Certidão de Antecedentes Criminais deverá observar os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação, sendo considerada incompatível com o exercício das atividades previstas nesta Lei a existência de condenação criminal transitada em julgado por crimes que:

I – atentem contra a dignidade sexual;

II – envolvam violência ou grave ameaça contra pessoa;

III – estejam relacionados à exploração de crianças e adolescentes;

IV – revelem risco concreto à integridade física, psíquica ou moral do público atendido

Art. 5º. Constatada a existência de antecedentes criminais incompatíveis com as atividades exercidas, a Administração Pública ou entidade responsável deverá instaurar procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para avaliação da permanência do profissional na função.

Art. 6º. As instituições deverão manter registro atualizado da documentação exigida, observadas as disposições da legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias após a sua sanção, especialmente quanto à periodicidade de atualização das certidões e aos critérios de análise.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:7A3D59C9

GABINETE CIVIL
LEI Nº 1.055, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Institui diretrizes normativas para a formulação, execução e aprimoramento da política pública de TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO NO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, estabelece parâmetros para sua integração aos instrumentos de planejamento orçamentário e administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVA e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Ficam instituídas, no âmbito do Município de Touros/RN, diretrizes normativas destinadas a orientar a formulação, implementação, manutenção, expansão e aperfeiçoamento contínuo da política pública de transporte voltada aos estudantes regularmente matriculados em cursos de ensino superior e técnico localizados fora dos limites territoriais do Município.

Parágrafo Único. Para os fins desta Lei, considera-se TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO o serviço público ou de interesse público destinado a viabilizar o deslocamento regular de estudantes entre o Município de Touros/RN e as instituições de ensino por eles frequentadas.

Art. 2º. A política pública de transporte universitário reger-se-á pelos princípios da eficiência administrativa, da continuidade do serviço público, da razoabilidade, da proporcionalidade, da igualdade de oportunidades e da promoção do desenvolvimento social.

Parágrafo Único. A execução das ações previstas nesta Lei deverá observar, ainda, o dever constitucional de promoção do acesso à educação, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, bem como a diretriz de prioridade absoluta na proteção e no desenvolvimento da juventude.

Art. 3º. Constituem objetivos da política pública de que trata esta Lei:
I – assegurar condições materiais adequadas para o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior e técnico;
II – reduzir os índices de evasão acadêmica decorrentes de limitações de deslocamento;
III – promover a inclusão social e educacional da juventude do Município;
IV – fomentar a qualificação profissional da população local como vetor de desenvolvimento econômico e social;
V – conferir racionalidade administrativa e previsibilidade à prestação do serviço.
Art. 4º. Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei, o Poder Executivo Municipal deverá adotar medidas administrativas, operacionais e logísticas que assegurem a adequada prestação do serviço, observando, dentre outros, os seguintes parâmetros estruturantes:
I – a oferta progressiva e compatível de vagas, de acordo com a demanda efetiva dos estudantes regularmente cadastrados;
II – a garantia de condições adequadas de segurança, conforto, higiene e regularidade dos veículos utilizados;
III – a definição de rotas e horários que atendam às necessidades acadêmicas dos usuários, com observância da eficiência operacional;
IV – o planejamento contínuo do serviço, com base em dados concretos e critérios técnicos;
V – a possibilidade de adoção de soluções complementares, inclusive por meio de convênios, parcerias ou contratação de serviços.
Art. 5º. O Poder Executivo Municipal, quando da elaboração, revisão e execução do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), deverá integrar a política pública de transporte universitário como ação prioritária de interesse público relevante, considerando sua natureza essencial à promoção do direito à educação.
§ 1º. Para assegurar a efetividade da política pública de que trata esta Lei, o Poder Executivo deverá promover **a inclusão de programas, ações governamentais e dotações orçamentárias específicas, aptas a viabilizar** a manutenção, expansão e qualificação contínua do serviço.
§ 2º. A alocação de recursos deverá observar critérios de planejamento progressivo, eficiência administrativa e disponibilidade financeira, sem prejuízo do dever de priorização decorrente da relevância social da matéria.
§ 3º. A integração da política pública aos instrumentos orçamentários deverá ocorrer de forma sistemática, contínua e articulada, garantindo previsibilidade, transparência e controle na execução das ações.
Art. 6º. O Poder Executivo promoverá mecanismos de acompanhamento, avaliação e transparência da política pública de transporte universitário, podendo, para tanto:

I – instituir sistemas de controle e monitoramento da prestação do serviço;

II – divulgar informações relativas à oferta, demanda e execução;

III – adotar instrumentos de participação e escuta dos usuários.

Art. 7º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber, com vistas à sua fiel execução e à adequação às necessidades administrativas.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:AE1E8FC3

GABINETE CIVIL
LEI Nº 1.056, DE 12 DE MAIO DE 2026.

LEI Nº 1.056, de 12 de maio de 2026.

Cria a Comenda de Honra ao Mérito do Pescador no âmbito do Município de Touros/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVA e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica criada, no âmbito do Município de Touros/RN, a Comenda de Honra ao Mérito do Pescador, destinada a homenagear pescadores artesanais, profissionais da pesca e cidadãos ou entidades que tenham prestado relevantes serviços ao desenvolvimento da pesca, à preservação da cultura pesqueira e ao fortalecimento das comunidades tradicionais do município.
Art. 2º. A Comenda de Honra ao Mérito do Pescador será concedida anualmente, preferencialmente em data alusiva ao Dia do Pescador, ou em sessão solene especialmente convocada para este fim.
Art. 3º. A indicação dos homenageados poderá ser feita por qualquer Vereador, mediante requerimento fundamentado, aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal.
Art. 4º. O número de homenageados por ano será definido pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, observados os critérios de relevância, representatividade e contribuição social.
Art. 5º. A Comenda consistirá em medalha, diploma ou outro símbolo honorífico, cujas características serão definidas por ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal.
Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal, suplementadas se necessário.
Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 12 de maio de 2026

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:EDC319DC

GABINETE CIVIL
LEI Nº 1.057, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Institui diretrizes para o apoio institucional e logístico aos movimentos culturais juninos e tradicionais no Município de Touros/RN e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVA e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Ficam instituídas diretrizes destinadas à valorização, promoção e fortalecimento dos movimentos culturais juninos e tradicionais no Município de Touros/RN, como instrumento de preservação da identidade cultural, incentivo à economia criativa e estímulo à participação comunitária.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal poderá, observada a disponibilidade orçamentária, administrativa e logística, prestar apoio institucional e logístico aos movimentos culturais de natureza junina e tradicional atuantes no Município de Touros/RN, incluindo quadrilhas juninas, grupos de dança típica, bandas de forró e música regional, grupos de teatro popular, associações culturais, coletivos artísticos e demais manifestações organizadas da cultura popular.

§ 1º O apoio logístico poderá compreender, dentre outras medidas compatíveis com o interesse público:

I – a cessão temporária de espaços públicos municipais, inclusive praças, ginásios, centros culturais, escolas públicas fora do horário regular de funcionamento, auditórios e demais prédios públicos, assegurada prioridade para ensaios e apresentações culturais, desde que respeitados os horários de uso ordinário, as finalidades originárias do imóvel e a preservação do patrimônio público;

II – a disponibilização, quando existente e disponível, de estrutura física e operacional necessária à realização de ensaios e eventos culturais, tais como palco, sistema de sonorização, iluminação, cadeiras, grades de contenção e demais equipamentos compatíveis com a estrutura municipal;

III – apoio institucional para divulgação dos eventos por meio dos canais oficiais de comunicação do Município;

IV – disponibilização de transporte municipal para deslocamento dos grupos culturais em apresentações intermunicipais ou eventos oficiais, desde que haja disponibilidade da frota pública, inexistência de prejuízo aos serviços essenciais e prévia autorização administrativa fundamentada;

V – orientação técnica e apoio na formalização documental necessária à participação dos grupos em editais públicos, festivais e programas de incentivo cultural.

§ 2º A concessão do apoio previsto neste artigo deverá observar critérios objetivos, impessoais e transparentes, definidos pelo Poder Executivo, assegurada igualdade de condições entre os grupos interessados e vedada qualquer forma de favorecimento pessoal ou político.

§ 3º O apoio logístico previsto nesta Lei não implica obrigação de repasse financeiro direto, tampouco criação de despesa obrigatória continuada, constituindo-se em diretriz de atuação administrativa condicionada à conveniência e oportunidade do Poder Executivo.

Art. 3º. Para os fins desta Lei, consideram-se movimentos culturais juninos e tradicionais os grupos organizados que promovam, preservem ou difundam manifestações culturais vinculadas às festividades juninas e à cultura popular nordestina, incluindo, entre outros:

I – quadrilhas juninas estilizadas ou tradicionais;

II – grupos de dança folclórica e regional;

III – bandas, trios e conjuntos musicais dedicados à música nordestina e aos ritmos tradicionais;

IV – grupos de teatro popular e encenações típicas;

V – associações culturais comunitárias formalmente constituídas;

VI – coletivos artísticos que desenvolvam atividades regulares de valorização da cultura local.

Parágrafo Único. O reconhecimento dos grupos culturais para fins de apoio logístico dependerá de comprovação de atuação regular no

Município, apresentação de plano básico de atividades culturais e observância das normas administrativas, sanitárias e de segurança aplicáveis.

Art. 4º. A implementação das diretrizes previstas nesta Lei observará a compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, bem como os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 1º Esta Lei não cria obrigação de despesa pública obrigatória, nem vinculação automática de receita, cabendo ao Poder Executivo avaliar sua viabilidade conforme critérios de conveniência e oportunidade administrativa.

§ 2º A execução das diretrizes previstas nesta Lei deverá respeitar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

Art. 5º. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para assegurar sua adequada execução.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 12 de maio de 2026

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:62879EA4

GABINETE CIVIL
LEI Nº 1.058, DE 12 DE MAIO DE 2026.

"Autoriza a permuta de imóvel pertencente ao Município de Touros/RN por imóvel de propriedade particular destinado à implantação de empreendimento habitacional vinculado ao Programa Moradia Digna – Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Constituição Federal, FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVA e eu SANCIONO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante permuta, imóvel de propriedade do Município de Touros/RN, caracterizado como bem dominical integrante do patrimônio público municipal, na forma e condições estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º. A permuta de que trata esta Lei será realizada com fundamento no interesse público devidamente demonstrado no processo administrativo competente, sendo dispensada a licitação, nos termos do art. 76, I, "c", da Lei Federal nº 14.133/ 2021, observadas a avaliação prévia dos imóveis envolvidos, a equivalência econômica entre os bens permutados e as demais exigências legais aplicáveis.

Parágrafo único. Admite-se compensação financeira (torna), caso verificada diferença entre os valores dos bens, conforme apurado nos laudos de avaliação constantes do processo administrativo.

Art. 3º. Constatada diferença substancial entre os valores apurados nos laudos de avaliação dos imóveis objeto da permuta, poderá o Município de Touros/RN celebrar acordo administrativo com o particular, com fundamento na Lei Municipal nº 838/2020, para ajuste das condições da compensação financeira eventualmente devida, observados o interesse público, a economicidade e a vantagem para a Administração Pública.

Art. 4º. O imóvel de propriedade particular corresponde à área situada no Loteamento Praia do Farol, correspondente aos lotes nºs 91 a 100 da Quadra M, objetos das matrículas nºs 9.012 a 9.021 do Ofício Único de Registro de Imóveis de Touros/RN, com área total estimada de 5.400,00 m² (cinco mil e quatrocentos metros quadrados).

Art. 5º. O imóvel de propriedade do Município corresponde a terreno urbano situado na Rua Pedro II, s/n, Centro, Touros/RN, com área total de 285,79 m² (duzentos e oitenta e cinco metros quadrados e setenta e nove decímetros quadrados) e perímetro de 80,10 m, registrado sob a Matrícula nº **9.095** do Ofício Único de Registro de Imóveis de Touros/RN.

Art. 6º. O imóvel a ser permutado em favor do Município será destinado à implantação de empreendimento composto por 20 (vinte) unidades habitacionais, vinculadas ao Programa Moradia Digna – Minha Casa Minha Vida – FNHIS Sub 50, promovido pelo Governo Federal.

Art. 7º. A permuta do imóvel pertencente ao Município somente poderá ser efetivada desde que verificado, previamente, que a área pública objeto da negociação não possui previsão de implantação de equipamento público, obra ou qualquer intervenção urbanística, devendo tal circunstância ser formalmente certificada pelos órgãos técnicos competentes da Administração Municipal.

Art. 8º. As despesas decorrentes da lavratura da escritura pública, registro imobiliário e demais atos necessários à formalização da permuta serão suportados individualmente por cada uma das partes, relativamente ao imóvel que estiver transferindo, salvo disposição diversa expressamente estabelecida no instrumento de permuta, ficando o Município de Touros/RN isento do pagamento de custas e emolumentos, na forma da legislação aplicável.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar todas as providências administrativas, patrimoniais e registrais necessárias à efetivação da permuta, tais como: termos de acordo administrativo, assinatura de escrituras públicas e demais documentos pertinentes.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Porto Filho, em Touros/RN, 12 de maio de 2026

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:EF2DDB7C

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 353, DE 11 DE MAIO DE 2026 GABINETE CIVIL

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO LICENÇA MATERNIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, Sr. Pedro Ferreira de Farias Filho, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1° – Fica concedida licença maternidade a servidora a **MARIA APARECIDA FERREIRA DA SILVA, MAT. 7641-3**, PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo **período de 120 (cento e vinte) dias**, a contar do dia 01/05/2026 a 28/08/2026, nos termos do art. 94, da Lei Municipal n. 570/2007.
Art. 2° – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/05/2026.

Dê-se ciência, publique-se cumpra-se.

Palácio "Porto Filho", em Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:1BE2C136

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 354/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA NACIONAL À PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Secretário Chefe de Gabinete do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Sr.**PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO**, Prefeito do Município de Touros/RN, Matricula de n° 1674-8, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.913.XXX-65, 04 (quatro) diárias Nacional, ao valor unitário de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1º, importando no valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para custear despesas com alimentação, deslocamento urbano e pernoites, durante viagem, entre os dias 17 a 21 de maio de 2026, onde irá Participar da XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que acontecerá em Brasília/DF.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, e que, após constatada, proceda com o pagamento do valor, neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 12 de maio de 2026.

TELMA MARIA DE ARAÚJO BEZERRA DE CASTRO
Secretário Chefe de Gabinete

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:F6D8DF0F

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 355/2026 - GABINETE CIVIL

O PREFEITO DO MUNÍCIPIO DE TOUROS/RN, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1°. CONCEDER, nos termos do art. 102, da Lei 570/2007 (Regime Jurídico Único), **03 (três) meses** de licença prêmio por assiduidade, a servidora, IOLETE PAULINO DE ALMEIDA, Matrícula 346, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2°. O período de gozo desta licença será de 18 de maio de 2026 a 15 de agosto de 2026, quando a servidor (a) deverá se apresentar para ser reconduzida a função pública.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Touros/RN.

Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:7F7A1E21

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 356/2026 – GABINETE CIVIL

Exonera, do cargo em comissão de Coordenador de Equipe Multidisciplinar, a Sra. DAMILZA FERREIRA DOS SANTOS LIMA.

O Prefeito do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 97, XVI, XXXVIII e XXXIX da Lei Orgânica,

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar, a Sra. DAMILZA FERREIRA DOS SANTOS LIMA, CPF/MF nº XXX.592.XXX-91, do cargo em comissão de Coordenador de Equipe Multidisciplinar, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.
Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial dos Municípios - FEMURN e no site do Município de Touros/RN.

Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:6E71BFE6

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 349, DE 11 DE MAIO DE 2026. GABINETE CIVIL

Dispõe sobre EXONERAÇÃO de servidor público.

O Prefeito Municipal de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o art. 97, da Lei Orgânica do município de Touros/RN;

CONSIDERANDO pedido de exoneração apresentado junto ao processo administrativo n. 18100.000066/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, do cargo de Coordenador de Esportes, **DIEGO FERNANDES BEZERRA** - matrícula nº 20567, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.070.XXX-70.

Art. 2º. **EXONERAR**, do cargo de Assessor Especial, **RICARDO DAMIÃO DE MELO** - matrícula nº 23531, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.329.XXX-90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Touros/RN, 11 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:EE1B7714

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 350, DE 11 DE MAIO DE 2026. GABINETE CIVIL

Dispõe sobre NOMEAÇÃO de servidor público.

O Prefeito Municipal de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o art. 97, da Lei Orgânica do município de Touros/RN;

CONSIDERANDO pedido de exoneração apresentado junto ao processo administrativo n. 18100.000066/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR**, ao cargo de Assessor Especial, **DIEGO FERNANDES BEZERRA** - matrícula nº 20567, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.070.XXX-70.

Art. 2º. **NOMEAR**, do cargo de Coordenador de Esportes, **RICARDO DAMIÃO DE MELO** - matrícula nº 23531, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.329.XXX-90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Touros/RN, 11 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:2FF069E0

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 351, DE 12 DE MAIO DE 2026.

GABINETE CIVIL

Dispõe sobre a declaração de vacância de cargo público em virtude de falecimento de servidor público.

O Prefeito Municipal de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o art. 97, da Lei Orgânica do município de Touros/RN;

CONSIDERANDO certidão de óbito apresentada junto ao processo administrativo n. 16100.000112/2026;
RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do cargo efetivo de GARI, provido pelo servidor ADEMAR DOS SANTOS DE FANÇA, matrícula nº 1060, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.515.XXX-68, em virtude de sua exoneração do cargo, por motivo de FALECIMENTO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:C9241B02

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 352, DE 12 DE MAIO DE 2026.

GABINETE CIVIL

Dispõe sobre a declaração de vacância de cargo público em virtude de falecimento de servidor público.

O Prefeito Municipal de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o art. 97, da Lei Orgânica do município de Touros/RN;

CONSIDERANDO certidão de óbito apresentada junto ao processo administrativo n. 16100.000111/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar a vacância do cargo efetivo de GARI, provido pelo servidor IVANILSON TARQUINO DA SILVA, matrícula nº 1635, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.752.XXX-49, em virtude de sua exoneração do cargo, por motivo de FALECIMENTO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de abril de 2026, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Touros/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:CEC6E90B

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 356, DE 12 DE MAIO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder ao servidor, EWERTON ELTON MONTEIRO GOMES DA SILVA ocupante do cargo de Diretor Executivo Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 08/01/2025 à 07/01/2026, que serão gozadas a partir de 01/06/2026 à 30/06/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:BA669F1A

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 357, DE 12 DE MAIO DE 2026.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, no exercício de suas atribuições legais, conforme lhe confere a Lei Orgânica do Município-LOA,

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder ao servidor, ENOCK MAURICIO GOMES NETO ocupante do cargo de Gestor de Licitações, junto a Secretaria Municipal de Administração, férias regulamentares a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 03/01/2025 à 02/01/2026, que serão gozadas a partir de 01/06/2026 à 30/06/2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:36217734

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026

PROCESSO:042/2026
BASE LEGAL: Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
OBJETO: Contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual para realização de análises microbiológicas e físico-químicas da água distribuída à população do município de Touros/RN, incluindo sua sede, distritos e comunidades rurais, em atendimento à determinação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (Notícia de Fato n.º 02.23.0162.0000053/2026-18) e para fins de monitoramento da potabilidade da água conforme Portaria GM/MS nº 888/2021.
CONTRATADA:FUNCERN - FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RN - CNPJ: 02.852.277/0001-78
VALOR TOTAL:R$ 40.522,50 (quarenta mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)
FUNDAMENTAÇÃO: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 74, I, da Lei nº 14.133/2021, conforme Parecer Jurídico acostado aos autos.
Touros/RN, 12 de maio de 2026.

EDVALDO DOS SANTOS DE MEDEIROS
Presidente do SAAE/Touros/RN

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:BC747F54

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 029/2026-SAAE

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A DIRETORA FINANCEIRA DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TOUROS-RN – SAAE, no uso de suas atribuições que confere a Lei Municipal de nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal nº 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao senhor **Edvaldo dos Santos de Medeiros**, Presidente do SAAE, matrícula nº 0337-2, 1 ½ (uma e meia) diária estadual ao valor unitário de 600,00 (seiscentos reais), totalizando R$ 900,00 (novecentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal nº 978/2025, em seu artigo 1°, para custear despesas com alimentação e hospedagem nos dias 14 e 15 de maio de 2026, onde participará do evento Grandes Nomes em Compras Públicas – GNCP, 9º Edição, na cidade de Natal/RN.

Art. 2º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 12 de maio de 2026.

FRANCINEIDE ARAÚJO DA SILVA
Diretora Financeira

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:EC914504

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 030/2026-SAAE

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TOUROS-RN – SAAE, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal de nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal de nº 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao senhor **Cláudio de Oliveira França**, Agente Administrativo Mat. 0010-1, 1 e ½ (uma e meia) diária estadual ao valor unitário de 600,00 (seiscentos reais), totalizando R$ 900,00 (novecentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, Arts. 1º e 4º, alterada pela Lei Municipal de nº 978/2025, para custear despesas com alimentação e hospedagem, nos dias 14 e 15 de maio de 2026, onde acompanhará o presidente da Autarquia no evento Grandes Nomes em Compras Públicas – GNCP, 9º Edição, na cidade de Natal/RN.
Art. 2º. Determinar a Diretora Financeira, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e cumpram.

Touros/RN, 12 de maio de 2026.

EDVALDO DOS SANTOS DE MEDEIROS
Presidente

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:A36A35BF

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 031/2026-SAAE

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL À SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TOUROS-RN – SAAE, no uso de suas atribuições que confere a Lei Municipal de nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal nº 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a senhora **Cyntia Fernanda Costa Borges**, Agente de Contratação, matrícula nº 0329-2, 1 ½ (uma e meia) diária estadual ao valor unitário de 600,00 (seiscentos reais), totalizando R$ 900,00 (novecentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, Art. 1º, alterada pela Lei Municipal nº 978/2025, para custear despesas com alimentação e hospedagem nos dias 14 e 15 de maio de 2026, onde participará do evento Grandes Nomes em Compras Públicas – GNCP, 9º Edição, na cidade de Natal/RN.
Art. 2º. Determinar a Diretora Financeira, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, que após constatada, proceda com o pagamento do valor neste ato autorizado.
Art. 3º. Esta portaria entra vigor na data de sua publicação com integralidade de efeitos.

Registrem, publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 12 de maio de 2026.

EDVALDO DOS SANTOS DE MEDEIROS
Presidente

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:C4C2D943

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL

CPL
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal de Turismo, da Cultura e dos Desportos deste município de Umarizal/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 034/2026** da Dispensa de Licitação **nº 013/2026**, vem emitir a presente declaração de Dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Contratação de serviços produção do hino municipal compreendendo a direção musical e artística, criação e adaptação de arranjos, gravação de vozes com instrumentos musicais, edição de áudio, mixagem e masterização final, e entrega do material em arquivos digitais**, no valor total de **R$ 4.000,00** (quatro mil reais).

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar ao Exmo. Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal de Umarizal, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Umarizal – RN, 04 de maio de 2026.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:9A3CF1C8

CPL
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através do Fundo Municipal de Saúde deste município de Umarizal/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 036/2026** da Dispensa de Licitação **nº 014/2026**, vem emitir a presente declaração de Dispensa de licitação, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos de uso hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde deste Município**, no valor total de **R$ 64.481,50** (sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exma. Sra. **KAREN PESSOA DE QUEIROZ**, Gestora do Fundo, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Umarizal – RN, 12 de maio de 2026.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:BD3416E9

CPL
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal do Turismo, da Cultura e dos Desportos deste município de Umarizal/RN, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo **nº 035/2026** da Inexigibilidade de Licitação **nº 012/2026**, vem emitir a presente declaração de Inexigibilidade de licitação, com base no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, visando a **Contratação de Show Artístico com "“Ninajara Fernandes” na programação alusiva ao dia das mães neste município,** no valor de **R$ 1.000,00** (um mil reais).

Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal, da presente declaração, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

Umarizal – RN, 11 de maio de 2026.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:F31EA4DB

CPL
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

CONTRATO: Nº 042/2026

ORIGEM: Dispensa de Licitação **nº 013/2026**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL/RN**

CONTRATADO: **FELIPE LINHARES DA SILVA**

OBJETO: **Contratação de serviços produção do hino municipal compreendendo a direção musical e artística, criação e adaptação de arranjos, gravação de vozes com instrumentos musicais, edição de áudio, mixagem e masterização final, e entrega do material em arquivos digitais.**

VALOR TOTAL: **R$ 4.000,00** (quatro mil reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo - 06.001 - Secretaria Municipal de Turismo, da Cultura e dos Desportos – 04.122.0001.2061 – Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos – 3000.00 - Despesas Correntes 33.90.36.99 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física.

VIGÊNCIA: 04 de maio a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 04 de maio de 2026.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:A3A84AAE

CPL
EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

CONTRATO: Nº 044/2026

ORIGEM: Dispensa de Licitação **nº 014/2026**

CONTRATANTE: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMARIZAL/RN**

CONTRATADO: **M L VALENTIM - ME**

OBJETO: **Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos de uso hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde deste Município.**

VALOR TOTAL: **R$ 64.481,50** (sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo - 07.002 – Fundo Municipal de Saúde – 10.302.0008.2122 – Manutenção do Centro de Saúde Dr Guaracy Onofre - 10.301.0008.2223 – Manutenção dos Serviços Administrativos do Fundo Municipal de Saúde – 10.301.0007.2234 – Manutenção de Incentivo Temporário da Atenção Primária – 3000.00 - Despesas Corrente 33.90.30.99 – Material de Consumo.

VIGÊNCIA: 12 de maio a 31 de agosto de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 12 de maio de 2026.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:231860F9

CPL
EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

CONTRATO: Nº 043/2026

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação **nº 012/2026**

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE UMARIZAL/RN**

CONTRATADO: **NINAJARA FERNANDES DA SILVA**

OBJETO: **Contratação de Show Artístico com "“Ninajara Fernandes” na programação alusiva ao dia das mães neste município.**

VALOR TOTAL: **R$ 1.000,00** (um mil reais).

PROGRAMA DE TRABALHO: 02.000 - Poder Executivo – 06.001 – Secretaria do Turismo, Cultura e Desporto – 13.392.0005.2089 – Apoio a Eventos Públicos ou Privados que estejam no Calendário Oficial - 3000.00 - Despesas Correntes 33.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física – Festividades e Homenagens, Fonte 15000000 Recursos não vinculados de Impostos, Esfera Fiscal.

VIGÊNCIA: 11 de maio a 31 de dezembro de 2026.

DATA DA ASSINATURA: 11 de maio de 2026.

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:B39543CB

CPL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal de Turismo, da Cultura e dos Desportos de Umarizal/RN, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal de Umarizal, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação de serviços produção do hino municipal compreendendo a direção musical e artística, criação e adaptação de arranjos, gravação de vozes com instrumentos musicais, edição de áudio, mixagem e masterização final, e entrega do material em arquivos digitais.**

CONTRATADO: **FELIPE LINHARES DA SILVA**

VALOR TOTAL: **R$ 4.000,00** (quatro mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO, Prefeito Municipal de Umarizal.

Umarizal – RN, 04 de maio de 2026.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:2CD98F86

CPL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através do Fundo Municipal de Saúde de Umarizal/RN, em cumprimento a ratificação procedida pela Sra. **KAREN PESSOA DE QUEIROZ**, Gestora do Fundo, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos de uso hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde deste Município.**

CONTRATADO: **M L VALENTIM - ME**

VALOR TOTAL: **R$ 64.481,50** (sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Declaração de Dispensa de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pela Sra. KAREN PESSOA DE QUEIROZ, Gestora do Fundo.

Umarizal – RN, 12 de maio de 2026.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:160A5C9F

CPL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

O Agente de Contratação da Prefeitura Municipal de Umarizal-RN, através da Secretaria Municipal do Turismo, da Cultura e dos Desportos de Umarizal/RN, em cumprimento a ratificação procedida pelo Sr. **RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO**, Prefeito Municipal, faz publicar o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de licitação a seguir:

OBJETO: **Contratação de Show Artístico com "“Ninajara Fernandes” na programação alusiva ao dia das mães neste município.**

CONTRATADO: **NINAJARA FERNANDES DA SILVA**

VALOR TOTAL: **R$ 1.000,00** (um mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso II e suas alterações posteriores.
Declaração de Inexigibilidade de Licitação, emitida pelo Agente de Contratação, e ratificada pelo Sr. RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO, Prefeito Municipal.

Umarizal – RN, 11 de maio de 2026.

ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:53CD3BBE

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

RECONHEÇO: a Dispensa de Licitação **nº 013/2026**, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação de serviços produção do hino municipal compreendendo a direção musical e artística, criação e adaptação de arranjos, gravação de vozes com instrumentos musicais, edição de áudio, mixagem e masterização final, e entrega do material em arquivos digitais**.

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Umarizal – RN, 04 de maio de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal, de Umarizal

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:EC1E963B

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026

RECONHEÇO: a Dispensa de Licitação **nº 014/2026**, com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos de uso hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde deste Município**.

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Umarizal – RN, 12 de maio de 2026.

KAREN PESSOA DE QUEIROZ
Gestora do Fundo

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:1F932C5B

CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

RECONHEÇO: a Inexigibilidade de Licitação **nº 012/2026**, com base no art. 74, inciso II da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, para **Contratação de Show Artístico com "“Ninajara Fernandes” na programação alusiva ao dia das mães neste município.**

RATIFICO: conforme descreve o Estatuto das Licitações, o Despacho da Ilmo. Sr. ANTÔNIO JAKSON DIAS DE MORAIS, Agente de Contratação, determinando que se proceda à publicação do devido extrato.

Umarizal – RN, 11 de maio de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique de Amorim Paiva
Código Identificador:E6873879

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 010/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

EMENTA: Dispõe sobre a promoção e ampliação do acesso à imunização, com ênfase nas ações intersetoriais e extramuros, especialmente em escolas do município de Umarizal/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO as diretrizes do Ministério da Saúde e da Estratégia Crescendo Juntos (Selo UNICEF), que orientam os municípios a promoverem ações integradas para ampliação da cobertura vacinal;
CONSIDERANDO a importância da imunização como medida essencial de prevenção de doenças e promoção da saúde pública;
CONSIDERANDO a necessidade de articulação intersetorial entre saúde, educação e assistência social para facilitar o acesso da população às vacinas, especialmente de crianças e adolescentes;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Umarizal, a Política Municipal de Promoção e Ampliação do Acesso à Imunização, com o objetivo de fortalecer e integrar as ações de vacinação nos serviços de saúde, nas escolas e em espaços comunitários.
Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos competentes, deverá:
I – planejar e executar ações de vacinação extramuros, com prioridade para escolas públicas e privadas, creches e comunidades rurais;
II – promover campanhas educativas sobre a importância da vacinação;
III – realizar busca ativa de crianças e adolescentes com vacinas em atraso;
IV – registrar todas as ações e imunizações realizadas em sistemas oficiais, como o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e o Sistema de Informação da Atenção Básica (SISAB).
Art. 3º As ações de imunização extramuros deverão ocorrer no mínimo uma vez por semestre, podendo ser ampliadas conforme necessidade local ou orientação do Ministério da Saúde.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Umarizal-RN, em 12 de maio de 2026.

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:3C6945B2

GABINETE DO PREFEITO
***LEI MUNICIPAL N°. 940/2026 DE 11 DE MAIO DE 2026.**

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a regularizar imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMARIZAL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o procedimento de regularização do imóvel pertencente a **JOSÉ RAIMUNDO DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob n° 131.158.394-72, portador do RG n° 197.278 SSP-SP, de um terreno localizado na Rua Alcebíades de Souza, s/n, Centro, Umarizal/RN, medindo 4,00m (quatro metros) como medida de frente e fundo respectivamente, por 18,55m (dezoito vírgula cinquenta e cinco metros) de lados direito e esquerdo, encerrando uma área de 74,20m². Tendo como confinantes, limitando-se ao lado norte, com via pública Rua Amabília Dias; ao Sul com a Rua Alcebíades de Souza; ao Leste com Rogério Fonseca de Souza; Ao Oeste com José Raimundo da Silva.

Parágrafo único. O referido imóvel objeto da presente regularização encontra-se inserido em área maior pertencente ao município, registrado no Único Ofício de Notas do Município de Umarizal/RN, matrícula n° 1.248, Livro 2.

Art. 2º. As despesas cartorárias necessárias para escrituração, registro ou qualquer outro ato necessário correrá por conta do donatário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Umarizal/RN, 11 de maio de 2026

**republicado por incorreção*

RAIMUNDO NONATO DIAS PINHEIRO
- Prefeito Municipal –

Publicado por:
Lazaro Dias Pinheiro
Código Identificador:0405B889

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
DESPACHO DECISÓRIO – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

DESPACHO DECISÓRIO – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2026

Processo Administrativo nº 05001.000247/2026
Pregão Eletrônico nº 004/2026
Interessado: Município de Upanema
Fornecedor Registrado: Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda]
Instrumento: Ata de Registro de Preços nº 008/2026

CONSIDERANDO que a Ata de Registro de Preços nº 008/2026 foi regularmente formalizada em decorrência do Pregão Eletrônico nº 004/2026, tendo por objeto o fornecimento de medicamentos destinados ao abastecimento da Farmácia Básica Municipal e da Unidade Mista de Saúde Raimundo Nonato Cândido;
CONSIDERANDO que foram regularmente emitidas Ordem de Compra e Nota de Empenho para fornecimento dos medicamentos constantes da ARP, tendo a empresa sido devidamente cientificada das obrigações assumidas;
CONSIDERANDO que a fornecedora deixou de promover a entrega dos medicamentos requisitados no prazo contratualmente estabelecido, mesmo após notificações administrativas encaminhadas pela Administração Municipal;
CONSIDERANDO que a empresa apresentou justificativas genéricas relacionadas a dificuldades junto a fornecedores e fabricantes, sem apresentar solução efetiva, cronograma concreto ou previsão segura de regularização do fornecimento;
CONSIDERANDO que os medicamentos inadimplidos destinam-se ao atendimento da população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS, possuindo caráter essencial à continuidade da assistência farmacêutica municipal;
CONSIDERANDO o risco iminente de desabastecimento da Farmácia Básica Municipal e o potencial prejuízo à continuidade dos tratamentos realizados pela população atendida pela rede pública de saúde;
CONSIDERANDO os princípios da continuidade do serviço público, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e supremacia do interesse público;
CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de adoção de medidas imediatas destinadas à recomposição do abastecimento da assistência farmacêutica municipal;
CONSIDERANDO, por fim, que o cancelamento da ARP, como medida administrativa, é suficiente para estancar a ineficiência verificada e prevenir novos atrasos, sem prejuízo de que aplicar sanções complementares.

FUNDAMENTAÇÃO
O Sistema de Registro de Preços (SRP) impõe ao detentor da Ata de Registro de Preços o compromisso de fornecimento quando regularmente convocado pela Administração, observadas as condições estabelecidas no edital, no termo de referência e na própria Ata.
No caso concreto, os documentos constantes nos autos demonstram que a Administração Pública promoveu regularmente o encaminhamento das ordens de fornecimento e da respectiva nota de empenho à empresa Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda., formalizando a obrigação de entrega dos medicamentos destinados ao abastecimento da Farmácia Básica e da Unidade Mista de Saúde Raimundo Nonato Cândido do Município de Upanema/RN.
Consta dos autos que a Nota de Empenho nº 317002/2026 foi encaminhada à empresa em 26/03/2026, estabelecendo prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para entrega dos produtos solicitados.
Posteriormente, a própria empresa informou dificuldade no fornecimento integral dos itens, solicitando autorização para entrega parcial dos medicamentos, sob alegação de indisponibilidade de determinados produtos junto aos fornecedores.
Diante da ausência de entrega integral dos itens requisitados, a Administração expediu notificação formal em 23/04/2026, concedendo prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para regularização da situação e apresentação de justificativa formal pelo atraso ocorrido.
Em resposta, a empresa apresentou justificativa alegando dificuldades na cadeia de fornecimento, atraso de fabricantes e indisponibilidade de determinados medicamentos, afirmando que buscava alternativas junto a outros distribuidores para regularização da entrega.
Todavia, embora a empresa tenha apresentado manifestação nos autos, as justificativas apresentadas não foram capazes de afastar a caracterização do inadimplemento contratual, sobretudo diante da ausência de regularização efetiva do fornecimento, da inexistência de cronograma objetivo de entrega e da ausência de indicação concreta de prazo para cumprimento integral das obrigações assumidas.
Além disso, após nova solicitação administrativa encaminhada pela Gerência de Compras para que a empresa informasse expressamente

prazo para regularização da situação, não houve resposta conclusiva capaz de solucionar o inadimplemento verificado.
A situação revela-se ainda mais grave em razão da natureza essencial dos medicamentos objeto da contratação, os quais integram a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME e destinam-se diretamente à manutenção da assistência farmacêutica básica do Município.
A permanência da Ata de Registro de Preços nas atuais condições mostra-se incompatível com o interesse público, especialmente diante do risco concreto de desabastecimento da rede pública municipal de saúde e da possibilidade de comprometimento da continuidade dos serviços públicos essenciais prestados à população.
Nos termos do art. 182, inciso IV, do Decreto Municipal nº 029/2023, a ata de registro de preços poderá ser cancelada, total ou parcialmente, "por razões de interesse público, devidamente justificadas".
Da mesma forma, dispõe o art. 183 do referido Decreto:
"No caso de cancelamento da ata ou do preço registrado por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa."
O parágrafo único do mesmo dispositivo estabelece que:
"O fornecedor ou prestador de serviço registrado será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação."
A Lei nº 14.133/2021 também autoriza a Administração Pública a adotar as medidas necessárias à preservação do interesse público e à continuidade do serviço público, inclusive mediante cancelamento da Ata de Registro de Preços quando verificado inadimplemento contratual apto a comprometer a execução regular do objeto contratado.
Não obstante o regime de infrações e sanções previsto nos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021, a aplicação de penalidades administrativas deve observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
Nesse contexto, considerando as circunstâncias do caso concreto, entende-se, neste momento, adequada e suficiente a adoção da medida de cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 008/2026, em razão do inadimplemento verificado e da necessidade de resguardar a continuidade da assistência farmacêutica municipal.
Ademais, seguindo as recomendações constantes no parecer jurídico acostado aos autos, os autos deverão ser remetidos à Secretaria Municipal competente para análise acerca da conveniência e oportunidade para apuração e possível aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do edital e da própria Ata de Registro de Preços, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.

II – DECISÃO

Ante o exposto, DECIDO:

a) DETERMINAR O CANCELAMENTO

Da Ata de Registro de Preços nº 008/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 004/2026, firmada com a empresa Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda., em razão do descumprimento das obrigações assumidas, especialmente quanto à não entrega regular e tempestiva dos medicamentos requisitados pela Administração Municipal.
Contudo, em observância ao art. 183, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 029/2023, fica a empresa **NOTIFICADA** para, querendo, apresentar manifestação final no prazo de 05 (cinco) dias úteis acerca da presente decisão de cancelamento da Ata de Registro de Preços.
Decorrido o prazo sem manifestação, ou não sendo apresentados elementos aptos a afastar as irregularidades verificadas, ficará efetivado o cancelamento da Ata de Registro de Preços nº 008/2026, com a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

b) DETERMINAR

O encaminhamento imediato dos autos à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Upanema/RN para que avalie e adote as medidas administrativas e legais cabíveis visando à regularização imediata da demanda e à recomposição do abastecimento da Farmácia Básica Municipal.

c) AUTORIZAR

A adoção das providências necessárias à continuidade da assistência farmacêutica municipal, inclusive mediante convocação de remanescentes, realização de contratação emergencial ou adoção de outro procedimento legalmente cabível, a fim de evitar o desabastecimento da rede pública municipal de saúde.

d) DETERMINAR

O encaminhamento dos autos à Secretaria Municipal competente para análise acerca da eventual aplicação das sanções cabíveis, nos termos dos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme recomendado no parecer jurídico constante nos autos.

e) DETERMINAR

À Gerência de Compras do Município, com fundamento no art. 40, incisos II e V, da Lei Municipal nº 706/2021, que proceda à notificação formal da empresa Distrimix Distribuidora de Medicamentos Ltda., encaminhando cópia integral deste despacho, bem como adote os registros administrativos pertinentes e acompanhe o cumprimento dos prazos administrativos decorrentes da presente decisão.

f) DETERMINAR

A publicação da presente decisão no Diário Oficial do Município, para fins de publicidade e eficácia do ato administrativo.
Publique-se.
Notifique-se.
Cumpra-se.

Upanema/RN, 12 de maio de 2025

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal de Upanema/RN

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:F1B67EF4

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0224 - GPMU, DE 07 DE MAIO DE 2026.

PORTARIA Nº 0224 - GPMU, DE 07 DE MAIO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSAO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UPANEMA/RN,** no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que preceituam os artigos 84 e 85 da Lei Municipal nº 162, de 13 de dezembro de 1996 (REGIME JURÍDICO ÚNICO);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento Administrativo do Gabinete do Prefeito, datado de 24/03/2026, de autoria do servidor FRANCISCO ROBERTO DA SILVA, matricula 00001797-6;

CONSIDERANDO os deferimentos do secretário do Gabinete do Prefeito e da secretária de Administração, Finanças e Planejamento, resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas ao servidor FRANCISCO ROBERTO DA SILVA, matricula 00001797-6, de 12/04/2026 a 11/05/2026, referente ao período aquisitivo de 2025 a 2026.

Art. 2º Fica o servidor, desde já, notificado de que suas férias poderão ser interrompidas em caso de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou serviço eleitoral, ou por motivo de superior interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito. Upanema/RN, 07 de maio de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:F822DB05

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 0233, DE 12 DE MAIO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA N.º 0233, DE 12 DE MAIO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020 e tendo em vista a solicitação de diária do Servidor **FRANCISCO JARIAN DAS CHAGAS SOUZA**:

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER quatro diárias, sendo três com pernoite, no valor unitário de R$ 600,00 (seiscentos reais), e uma sem pernoite, no valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), totalizando R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), ao senhor **FRANCISCO JARIAN DAS CHAGAS SOUZA**, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para fazer face às despesas com locomoção e pousada na cidade de Brasília/DF, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Participar da XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.
Local de destino: Brasília/DF;
Período do Afastamento: 18 a 21 de maio de 2026.

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:F74F83E9

PREGOEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 012/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 09002.000015/2026

A Prefeitura Municipal de Upanema/RN, através do seu Agente de Contratação (Pregoeiro), nomeado pela Portaria Nº 055, de 15 de janeiro de 2025, torna público a quem interessar, que estará realizando Pregão Eletrônico SRP nº 012/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, no modo de disputa ABERTO, dia 25/05/2026 às 09h:00, cujo objeto é o **Registro de Preços visando a Aquisição de materiais médico-hospitalares garantindo o abastecimento contínuo e eficiente das unidades de saúde do município, assegurando que os profissionais tenham acesso aos insumos necessários para a realização de atendimentos com qualidade e segurança - Secretaria Municipal de Saúde de Upanema/RN**. O Edital com seus anexos encontram-se a disposição dos interessados nos sites https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/RN/Prefeitura-Municipal-de-Upanema-3330/RPE-12-2026-2026-478937, https://pncp.gov.br/app/editais/08085771000130/2026/13 ou através do E-mail: pregoes.upanema@gmail.com ou ainda junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada na Rua João Francisco, S/N, Centro, Upanema/RN. Informações: nos horários das 08h00min às 12h00min em dias úteis, no endereço supracitado.

Upanema/RN, 12 de maio de 2026.

PEDRO HENRIQUE LIMA BEZERRA DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:647DC065

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123 /2026 GP

Várzea/RN, em 04 de maio de 2026
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 572/2025, de 29 de abril de 2025.

Resolve:

Conceder 01 (uma) diária ao Sr **PAULO JORDÃO ALEXANDRE DOS SANTOS**, inscrito no RG nº 2641613, Secretário Adjunto de Administração do Município de Várzea/RN, ao valor de R$ 300,00 (Trezentos reais), para participar de reuniões sobre o Projeto Pró Catadores.
A reunião acontecerá nos dias 14 e 15 de maio de 2026, na Sede do Sebrae Natal/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:D1440F2E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 124 /2026 GP

Várzea/RN, em 04 de maio de 2026
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 572/2025, de 29 de abril de 2025.

Resolve:

Conceder 1 (uma) diária ao Sr. **JEFFERSON NOGUEIRA CAMPOS**, inscrito no RG nº 3420066, Coordenador de Finanças e Orçamento da Secretaria de Finanças do Município de Várzea/RN, ao valor de R$ 300,00 (Trezentos reais), para participar de reuniões sobre o Projeto Pró Catadores.
A reunião acontecerá nos dias 14 e 15 de maio de 2026, na Sede do Sebrae Natal/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:F2077D5F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 125/2026 - GP

Várzea/RN, 04 de maio de 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 572/2025, de 29 de abril de 2025.
Resolve:
Conceder 1/2 (meia) diária a Sr TARCISIO FERNANDES DE LIMA inscrito no RG nº 2378085, Conselheiro Tutelar do Município de Várzea/RN, ao valor de cada diária de R$ 100,00 (Cem reais), para participar do SEMINARIO RN FAZ BONITO, em alusão ao dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual contra as crianças e adolescentes. O Evento ocorrerá no dia 14 de maio de 2026, na FIERN em Natal/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:3051F529

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 126/2026 - GP

Várzea/RN, em 04 de maio de 2026
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 572/2025, de 29 de abril de 2025.
Resolve:
Conceder 1/2 (meia) diária a Sr JOSÉ FERNANDO DA SILVA REGO inscrito no RG nº 002378089, Conselheiro Tutelar do Município de Várzea/RN, ao valor de cada diária de R$ 100,00 (Cem reais), para participar do SEMINARIO RN FAZ BONITO, em alusão ao dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual contra as crianças e adolescentes. O Evento ocorrerá no dia 14 de maio de 2026, na FIERN em Natal/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:74E87664

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 127/2026 - GP

Várzea/RN, em 04 de maio de 2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 572/2025, de 29 de abril de 2025.
Resolve:
Conceder 1/2 (meia) diária a KLAYTON ANACLETO DO NASCIMENTO inscrito no RG nº 1727168, Conselheiro Tutelar do Município de Várzea/RN, ao valor de cada diária de R$ 100,00 (Cem reais), para participar do SEMINARIO RN FAZ BONITO, em alusão ao dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual contra as crianças e adolescentes. O Evento ocorrerá no dia 14 de maio de 2026, na FIERN em Natal/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:CAD0F866

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2026 - GP

Várzea/RN, em 04 de maio de 2026
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 572/2025, de 29 de abril de 2025.
Resolve:
Conceder 1/2 (meia) diária a **ROSILEIDE VENCESLAU DA SILVA SOARES** inscrito no RG nº 2550839, Conselheiro Tutelar do Município de Várzea/RN, ao valor de cada diária de R$ 100,00 (Cem reais), para participar do SEMINARIO RN FAZ BONITO, em alusão ao dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual contra as crianças e adolescentes. O Evento ocorrerá no dia 14 de maio de 2026, na FIERN em Natal/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:16FDC540

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2026 - GP

Várzea/RN, em 04 de maio de 2026
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 572/2025, de 29 de abril de 2025.
Resolve:
Conceder 1/2 (meia) diária a **GILDISON GOMES DA SILVA** inscrito no documento nº 089.729.164-63, Conselheiro Tutelar do Município de Várzea/RN, ao valor de cada diária de R$ 100,00 (Cem reais), para participar do SEMINARIO RN FAZ BONITO, em alusão ao dia nacional de combate ao abuso e à exploração sexual contra as crianças e adolescentes. O Evento ocorrerá no dia 14 de maio de 2026, na FIERN em Natal/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:9BC69CCB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 06, DE 12 DE MAIO DE 2026

Institui o Fórum Municipal de Educação do município de Venha-Ver/RN e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Venha-Ver/RN o Fórum Municipal de Educação em caráter permanente, o qual tem a finalidade de acompanhar a elaboração e execução do Plano Municipal de Educação - PME e o cumprimento de suas metas, bem como avaliar a implementação das políticas públicas de educação e promover as articulações necessárias entre os correspondentes fóruns de educação do Estado e da União, bem como coordenar as Conferências Municipais de Educação.

Art. 2º O Fórum Municipal de Educação de Venha-Ver/RN é uma entidade suprapartidária, sem personalidade jurídica, formado por profissionais da educação, Organizações Governamentais e Não Governamentais com atuação na Educação Básica, assim como, as instituições que atuam na garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos, e se caracteriza por ser um espaço permanente de discussão e atuação na garantia do referido direito.

Art. 3º O Fórum tem por finalidade acompanhar a implantação e implementação da legislação específica da Educação Básica no Município de Venha-Ver/RN, assim como promover estudos e debates sobre esta política.

Art. 4º Compete ao Fórum Permanente de Educação Municipal:
I - Promover a discussão sobre a política educacional do território municipal;
II - Convocar, planejar e coordenar a realização de Conferências municipais de educação, bem como divulgar as suas deliberações;
III - Elaborar seu Regimento Interno, bem como o das conferências municipais de educação;
IV - Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações das Conferências municipais de educação;
V - Zelar para que as Conferências de educação do município estejam articuladas às Conferências Estadual e Nacional de Educação;
VI - Planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;
VII - Acompanhar, junto ao Poder Legislativo, a tramitação de projetos legislativos relativos à Política Municipal de Educação;
VIII - Acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos e entidades:
I - Presidente do Conselho Municipal de Educação (membro nato);
II - Presidente do CACS- Fundeb (membro nato);
III - Um representante da Secretaria Municipal de Educação indicado pelo Secretário Municipal;
IV - Um representante dos professores das escolas públicas, indicado pela categoria;
V - Um representante dos diretores das escolas públicas, indicado por seus pares;
VI - Um representante dos pais de alunos das escolas públicas, indicadas pela Equipe gestora da Escola;
VII - Um representante do Conselho Tutelar, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VIII – Um representante do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
§ 1º Os representantes de cada seguimento contarão com os respectivos suplentes, indicados nas mesmas condições dos representantes titulares.
§ 2º Após as indicações a nomeação dos integrantes do Fórum Municipal de Educação será expedida por Ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 6º A estrutura e os procedimentos operacionais serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições do presente Decreto.

Art. 7º O Fórum Municipal de Educação terá funcionamento permanente e se reunirá ordinariamente a cada seis meses, preferencialmente no segundo mês de cada semestre, ou extraordinariamente, por convocação do seu coordenador, ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Art. 8º O Fórum Municipal de Educação e as Conferências Municipais de Educação estarão administrativamente vinculados a Secretaria Municipal de Educação, e receberão o suporte técnico e administrativo para garantir seu funcionamento.
§ 1º O primeiro coordenador do Fórum municipal de Educação será indicado pelo Dirigente Municipal de Educação expressa no ato de nomeação do chefe do poder executivo, sendo que as próximas eleições serão realizadas conforme previsto no Regimento Interno do FME.

Art. 9º A participação no Fórum Municipal de Educação será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 10º O Fórum deverá ter acesso às informações e estatísticas educacionais, administrativas e financeiras necessárias para o bom desempenho do seu trabalho.

Art. 11º A Secretaria Municipal de Educação de Venha-Ver/RN ficará responsável em tomar as providências para a constituição do Fórum Municipal de Educação e editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 12º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 13º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Venha-Ver/RN, em 12 de maio de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:15CBCAFB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 22/2026

Termo de Credenciamento nº 22/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE FORNECIMENTO E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ORIUNDOS DO CREDENCIAMENTO Nº 002/2025.

O **MUNICÍPIO DE VENHA-VER**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua José Bernardo de Aquino, nº 53, Bairro centro, na cidade de Venha-Ver/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Cleitom Jacome da Costa, inscrito no CPF sob nº 025.041.434-19, doravante denominado CONTRATANTE, por intermédio da SEC. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SEC, FUNDO MUNICIPAL – SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL - ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, doravante denominado CONTRATADA, e de outro lado a **empresa** M N DE LIMA COMERCIO CNPJ: 62.577.686/0001-35, com de comum acordo e nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e do Credenciamento de nº 002/2025, resolvem firmar o presente contrato, segundo as condições que se seguem:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA FRACIONADA E CONTÍNUA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETÁRIAS SOLICITANTES.

2 CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O valor estimado total deste instrumento, será conforme requerimento de credenciamento, apresentado pela empresa, que segue em anexo, que representa o total da prestação dos serviços/ fornecimento descritos neste instrumento.
2.2 O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado mensalmente, previamente autorizado pelo Município.
2.3 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação de documento fiscal idôneo, e relatório de prestação de serviços realizados no mês e/ou comprovação da vantajosidade na aquisição de peças, autorizado pela Secretaria competente, do qual deve constar a data da prestação do serviço, o tempo despendido, bem como, identificando o veículo no qual foi prestado o serviço.
2.4 O pagamento ao credenciado será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada das autorizações e demais documentos comprobatórios, devidamente conferidas e abonadas pela respectiva Secretaria.

2.5 O pagamento do presente contrato será efetuado mensalmente. Através de documento que possa ser verificado o veículo/placa demonstrando o tempo gasto no conserto de cada veículo, assim como a relação de peças ou acessórios trocados ou consertados.
2.6 O pagamento se fará até o dia quinto dia útil do mês subsequente respectivamente ao da prestação de serviços, mediante apresentação das notas fiscais emitidos pelo CONTRATADO, bem, como a requisição da solicitação do procedimento e conferência dos serviços e fornecimentos realizados.
2.7 O CONTRATADO apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 30 (trinta) do mês vencido a relação da prestação dos serviços ou peças fornecidas, as requisições dos municípios, cuja fiscalização ficará a cargo do Município utilitário.
2.8 Caso o CONTRATADO não apresente os documentos anteriormente citados, fica prejudicado o pagamento.
2.9 Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATADO, este garantirá ao CONTRATANTE o pagamento, no prazo avençado no CONTRATO, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Administração Municipal exonerada do pagamento de juros, multas e sanções financeiras, obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outro acréscimo porventura incidente nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO.
2.10 A CONTRATANTE efetuará todas as retenções e deduções cabíveis, bem como calculará os encargos sociais e fiscais, entre outras obrigações, tudo na forma da lei, de conformidade com o valor da nota fiscal.
2.11 A Administração Municipal de Venha-Ver emitirá uma autorização para o município requisitante, que ficará responsável pelo pagamento dos serviços contratados, devendo depositar os recursos em conta específica.
2.12 O pagamento das faturas ao fornecedor, será realizado individualmente.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

3.1 Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
3.2 Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.
3.3 Zelar pela boa qualidade dos serviços e fornecimentos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.
3.4 Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRATAÇÃO

4.1 Na hipótese da CONTRATADA, não assinar, não aceitar ou não retirar este instrumento contratual no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n° 14.133/2021.
4.2 Face ao disposto constante da Lei Federal de nº 14.133/2021, os quantitativos deste instrumento contratual poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.
4.3 O objeto deste instrumento contratual deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, podendo ser subempreitado, nos percentuais, quando autorizados no edital do certame, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da CONTRATANTE, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica dele.

5 CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E EXECUÇAO DOS SERVIÇOS.

5.1 A CONTRATADA deverá executar o objeto do presente instrumento, através de profissionais habilitados, de acordo com o constante do descritivo do serviço imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviços.
5.2 A CONTRATADA fornecerá todo material e mão de obra necessários para execução dos serviços e será responsável por todos os gastos diretos e indiretos, devendo ser das marcas constantes da proposta e apresentados todos os laudos e garantias de certificação exigidos.
5.3 As despesas de locomoção, fretes, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços necessários à execução do objeto, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
5.4 A CONTRATADA deverá observar as normas técnicas expedidas pelos órgãos competentes, bem como obedecer aos princípios básicos de organização e material de qualidade mínima para aceitação.
5.5 No caso de imperfeições na prestação dos serviços, eles serão recusados, cabendo à contratada refazê-los, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório.
5.6 Os serviços e os fornecimentos aqui mencionados deverão ser executados em estrita observância as leis trabalhistas, convenções coletivas, quer Municipal, estadual ou Federal.
5.7 O fornecimento e a prestação de serviços aqui contratados, deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar do recebimento da (s) AF's.
5.8 Os serviços e o fornecimento serão executados no horário e nos dias normais de expediente do Município.
5.9 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR e aos Município utilitário contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
5.10 A CONTRATADA deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e Município contratante, sem qualquer ônus adicional para a contratante.
5.11 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado.

6 CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

6.1 O Município utilitário, obriga-se a efetuar o pagamento estipulado após a apresentação, aceitação e atesto do responsável pela prestação do serviço e emissão de nota fiscal por parte da CONTRATADA.
6.2 A CONTRATADA obriga-se a prestar o serviço de acordo com o estipulado neste instrumento.
6.3 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6.4 A CONTRATADA obriga-se a refazer de imediato e às suas expensas serviços em que se verificarem irregularidades.
6.5 A CONTRATADA obriga-se a prestar ao Município utilitários todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento dos trabalhos, sempre que solicitado.
6.6 O prazo de vigência do termo de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da data da publicação, do termo ou do extrato do termo, no Diário Oficial.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
7.2 Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.
7.3 Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.
7.4 Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.
7.5 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

8 CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

8.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente e regras previstas na ata e neste instrumento contratual.
8.2 Efetuar a prestação dos serviços, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes do Termo de Referência.
8.3 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até cumprimento total do contrato.
8.4 Prestar os serviços contratados e acompanhá-los até final instância, efetivando, todas as providências processuais e/ou administrativas previstas no ordenamento jurídico, observadas as condições assumidas.

8.5 Manter as condições de regularidade durante toda a vigência do contrato.
8.6 Facultar as secretarias solicitantes e ao Município CONTRATANTE o direito de exercer a fiscalização, garantido a correta execução dos serviços e fornecimentos.
8.7 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços e fornecimentos contratados, nos termos da legislação vigente e regras previstas no Termo de Referência e Edital.
8.8 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos servidores do Município, atendendo de imediato as reclamações.
8.9 Executar os serviços e fornecimentos contratados de acordo com o disposto no Edital e seus anexos.
8.10 Não promover a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, salvo expressa autorização.
8.11 Responsabilizar-se pelos danos causados ao Município CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução deste Contrato.
8.12 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.
8.13 Comprovar, sempre que solicitado, o pagamento dos tributos que incidirem sobre a execução dos serviços prestados.
8.14 Facilitar o pleno exercício das funções do Gestor do Contrato, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Município, por ele 42 julgadas necessárias, pertinentes ao objeto deste Contrato, sob pena de aplicação das sanções contratuais.
8.15 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
8.16 Cumprir as atividades inerentes com profissionais especializados, assumindo total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação aplicável ao serviço de que trata a Ata de Registro de preços e este instrumento contratual.
8.17 Responsabilizar-se por todas as despesas com materiais, equipamentos, mão de obra, impostos, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais de qualquer natureza ou espécie, trabalhistas, previdenciárias, salários, custos diretos e indiretos, encargos sociais, e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto deste instrumento.
8.18 A CONTRATADA se compromete a disponibilizar, durante toda a vigência deste contrato, somente profissionais, clínicas e consultórios que estejam devidamente inscritos e regulares perante o Conselho Regional de Odontologia – CRO e regularmente autorizados pela Vigilância Sanitária e/ou órgãos de vigilância.

9 CLÁUSULA NONA OBRIGAÇÕES REFERENTES AO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTOS.

a) Nomear, na formalização do contrato, servidor responsável para fiscalizar os serviços.
b) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR/MUNICÍPIO CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados, respondendo prontamente às reclamações formuladas e também as solicitações diversas, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da comunicação do Fiscal.
c) Responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos comprovadamente causem ao ÓRGÃO GERENCIADOR/MUNICÍPIO CONTRATANTE, ou a terceiros, durante a execução dos serviços, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.
d) Arcar com todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor.
e) Cumprir com as obrigações trabalhistas e manter as condições de habilitação, sob pena de dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
f) Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE.
g) Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE.
h) Assumir, automaticamente, ao firmar este instrumento contratual, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao CONTRATANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na prestação dos serviços decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.
i) Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o CONTRATANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.
i) Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o CONTRATANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização.

10 CLAUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇOES DO ORGÃO GERENCIADOR.

10.1 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.
10.2 Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel recebimento do objeto da licitação.
10.3 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
10.4 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja reparado ou corrigido.
10.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado.
10.6 Notificar a por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando- se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
10.7 Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços / Contrato Master, diretamente com a CONTRATADA.

11 CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO PARTICIPANTE

11.1 Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
11.2 Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.
11.3 Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.
11.4 Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.
11.5 Comunicar a CONTRATADA, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste instrumento contratual e em contratos dela oriundos, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.
11.6 Aplicar penalidades à CONTRATADA, nos termos do Edital e deste instrumento contratual, quando ocorrer descumprimento de quaisquer das condições nele estabelecidas.
11.7 Acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento contratual, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatada.
11.8 Permitir aos profissionais da CONTRATADA o acesso às dependências das sedes do Município, mediante autorização prévia, para orientar, explicar aos beneficiários os procedimentos para utilização e normas de funcionamento dos benefícios oferecidos em decorrência da assinatura deste instrumento contratual.
11.9 Disponibilizar no ato da assinatura deste instrumento contratual, a lista de servidores públicos que poderão se beneficiar da prestação dos serviços licitados.
11.10 Comunicar, por escrito ou via eletrônica, à CONTRATADA as inclusões, exclusões de beneficiários, bem como os casos de perda, por qualquer motivo, do direito ao atendimento.
11.11 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo fixados.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DESTE INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1 As obrigações decorrentes deste instrumento contratual, serão formalizadas nas formas legais.
12.2 A recusa da CONTRATADA em assinar este contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.
12.3 No caso previsto no item anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e

preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela CONTRATADA, inclusive quanto ao preço.
12.4 Este instrumento contratual poderá ser alterado nas formas legais.
12.5 Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência deste instrumento contratual, a CONTRATANTE, deverá verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceeis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-la ao respectivo processo.
12.6 A CONTRATADA deverá comprovar quando da assinatura deste instrumento, mediante declaração que cumpre com as exigências de reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas, para PCD (Pessoas com Deficiência), reabilitação da previdência social e de aprendiz.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES.

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:
a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato.
b) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.
c) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.
d) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.
e) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
f) Apresentar declaração ou documentação falsa.
g) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.
h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal de nº 12.846/2013.
13.2 O licitante CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.
b) Multa de até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o máximo de 5% (cinco por cento) sobre a parcela em atraso, em decorrência de atraso injustificado no adimplemento do objeto.
c) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado no caso de inadimplemento total do contrato.
d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
13.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurarão contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal de nº 14.133/2021, subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
13.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
13.5. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias, a contada data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
13.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do 46 licitante, o órgão poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
13.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
13.8. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do órgão contratante.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESCISÃO DO CONTRATO

14.1 Conforme disposto no Artigo 137º da Lei Federal de nº 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I- Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de situações.
II- Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.
III - Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.
IV - Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato.
V - Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.
VI - Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
14.2 Conforme disposto no § 2º do Artigo 137º, o contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
I Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no Artigo 25º da Lei Federal de nº 14.133/2021.
II - Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses.
III- Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.
IV - Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.
14.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do § 2º da Lei Federal 14.133/2021, observarão as seguintes disposições:
I - Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído.
II - Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do disposto na Alínea "d", Inciso II do Caput do Artigo 124º da Lei Federal de nº 14.133/2021.
14.4. Os emitentes das garantias previstas no Art. 96º da Lei Federal de nº 14.133/2021, deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
14.5. Conforme disposto no Artigo 138º da Lei Federal e nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:
I - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
II - Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
III - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
14.6. Conforme disposto no § 1º do Artigo 138º da Lei Federal e nº 14.133/2021, extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
14.7. Conforme disposto no § 2º do Artigo 138º da Lei Federal e nº 14.133/2021, quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
I - Devolução da garantia.
II - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.
III - Pagamento do custo da desmobilização.

14.8. Conforme disposto no Art. 139º da Lei federal de nº 14.133/2021, a extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:
I - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.
II - Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.
III - Execução da garantia contratual para:

a) Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando o cabível) pagamento das multas devidas à Administração Pública.
b) Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
IV - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
14.9. Conforme disposto no § 1º do Artigo 139º da Lei Federal de nº 14.133/2021, a aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do caput deste artigo ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
14.10. Conforme disposto no § 2º do Artigo 139º da Lei federal de nº 14.133/2021, na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do ministro de Estado, do secretário estadual ou do secretário municipal competente, conforme o caso.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de São Miguel/RN, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados deste instrumento contratual, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Venha-Ver/RN, 12 de maio 2026.

DAMIR DA SILVA BEZERRA
Sec Municipal de Saúde

MARIA CAMILA CHAVES RODRIGUES
Sec Municipal de Assistência Social e Desen. Comunitário

EDIMAR FERREIRA DE SOUZA
Sec. Municipal de Educação Cultura e Desporto

DAMIÃO FERNANDES DA SILVA
Sec. Municipal de Obras e Serviços Urbanos

CONTRATADA

M N DE LIMA COMERCIO
CNPJ: 62.577.686/0001-35

TESTEMUNHA 1 _____-
CPF:_____

TESTEMUNHA 2 _____-
CPF:_____

Publicado por:
Sandro Pessoa de Carvalho
Código Identificador:F00963BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 088/2026

Portaria nº 088/2026 Vera-Cruz/RN, 11 de Maio de 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE VERA CRUZ-RN, no uso de suas atribuições legais, e do que lhe confere a Lei Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Senhor Ricardo Emanuel de Oliveira Gomes, portador do CPF: 009.xxx.xxx-29, que ocupava o Cargo/Função de Coordenador de Posto de Saúde, existente no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Vera-Cruz/RN.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Publique-se.
Cumpra-se.

JOSÉ JUNIOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ane Micaela Freitas Bessa
Código Identificador:F1D23D33

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
PORTARIA Nº 1.000/2026

Viçosa – RN, 12 de maio de 2026.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER ao servidor Francisco Douglas Vasconcelos Morais, matricula nº 19090934, 02 (duas) diárias de valor unitário R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), perfazendo assim o valor total de 90,00 (noventa reais), para a participação no evento 'CAPACITASUAS 2026', nos dias 13 á 15 de maio de 2026, em Mossoró/RN.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e Cumpra-se

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:BC18056C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
PORTARIA Nº 1.001/2026

Viçosa – RN, 12 de maio de 2026.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a servidora Antônia Goreti Gomes Alves, matricula nº 19091002, 02 (duas) diárias de valor unitário R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), perfazendo assim o valor total de 90,00 (noventa reais), para a participação no evento 'CAPACITASUAS 2026', nos dias 13 á 15 de maio de 2026, em Mossoró/RN.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e Cumpra-se

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:1C8B210C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
PORTARIA Nº 1.004/2026

Viçosa – RN, 12 de maio de 2026.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:
CONCEDER a servidora Glêdcia Juciéle de Melo Silva, matricula nº: 1904230 , 02 (duas) diárias de valor unitário R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), perfazendo assim o valor total de 90,00 (noventa reais), para a participação no evento 'CAPACITASUAS 2026', nos dias 13 á 15 de maio de 2026, em Mossoró/RN.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e Cumpra-se

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:D44EDF1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
PORTARIA Nº 1.005/2026

Viçosa – RN, 12 de maio de 2026.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER o servidor Antônio Elizaias Tavares Freitas, matricula nº: 19090964, 02 (duas) diárias de valor unitário R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), perfazendo assim o valor total de 90,00 (noventa reais), para a participação no evento 'CAPACITASUAS 2026', nos dias 13 á 15 de maio de 2026, em Mossoró/RN.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e Cumpra-se

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:5687E893

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
PORTARIA Nº 998/2026

Viçosa – RN, 12 de maio de 2026.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a Secretaria de Assistência Social Maria Dalva Vieira, matricula nº: 19090957, 02 (duas) diárias de valor unitário R$ 57,50 (sessenta e sete reais e cinquenta centavos), perfazendo assim o valor total de 135,00 (cento e trinta e cinco reais), para a participação no evento 'CAPACITASUAS 2026', nos dias 13 á 15 de maio de 2026, em Mossoró/RN.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e Cumpra-se

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:BC93D54F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF
PORTARIA Nº 999/2026

Viçosa – RN, 12 de maio de 2026.

O Sr. Prefeito de Viçosa – RN, no uso de suas atribuições, resolve:

CONCEDER a servidora Francisca Itamaria de Paula Sabino Alves, matricula nº: 19090968, 02 (duas) diárias de valor unitário R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), perfazendo assim o valor total de 90,00 (noventa reais), para a participação no evento 'CAPACITASUAS 2026', nos dias 13 á 15 de maio de 2026, em Mossoró/RN.

Para tanto, o servidor beneficiário de que trata esta portaria, fica obrigado a prestação de contas nos termos ao art. 22, § 6º, III, da Resolução nº 011/2016 – TCE, de 9 de junho de 2016.

Publique-se, e Cumpra-se

VICTOR RAMON ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Armando Vicente Rodrigues Filho
Código Identificador:ECC71599

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 006/2026 – GP/PMF

Dispõe sobre a concessão de diárias ao Secretário de Transportes que especifica e dá outras providências

O Prefeito do Município de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o Decreto Municipal nº 013/2022, de 07 de julho de 2022, que regulamenta a concessão de darias no âmbito da administração;

CONSIDERANDO a necessidade de representação institucional do município na **XXVII Marcha em Defesa dos Municípios**, que ocorrerá em Brasília/DF;

CONSIDERANDO a importância do intercâmbio de informações e a busca por recursos federais para o desenvolvimento das políticas públicas locais;

R E S O L V E:
Art. 1º -Conceder ao servidor Ricardo Ranniery Dantas de Freitas, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Transportes, 04 (quatro) diárias, para cobertura de despesas, alimentação e locomoção urbana, em virtude de seu deslocamento à capital federal, Brasília/DF, no período de **18 a 21 de maio de 2026**.
Art. 2º Em razão do deslocamento, fica autorizada a concessão de 04 (quatro) diárias, no valor unitário de R$ 800,00 (oitocentos reais), totalizando o montante de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), destinadas a cobrir despesas com alimentação e locomoção urbana.
Art. 3º - Fica o servidor obrigado a apresentar o relatório de viagem e os respectivos comprovantes de despesa e participação no prazo de até 10 (cinco) dias úteis após o seu retorno.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN Em 12 de maio de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laedson Silva de Medeiros
Código Identificador:A331E7C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 026/2026 – SMAS

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 026/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida 01 (UMA) diária, no valor de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), destinada à Psicóloga – **Agilda Maria de Menezes Medeiros** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A referida diária tem como finalidade custear despesas com alimentação durante o deslocamento à cidade de Natal, onde a servidora participará do Seminário Estadual RN Faz Bonito, no FIERN, das 8 ás 13h, na cidade de Natal RN.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 12 de Maio de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:5FC8B20C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 027/2026 – SMAS

PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 027/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida 01 (UMA) diária, **no** valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para o Conselheiro Tutelar **Adriano da Silva Souza.** A referida diária tem como finalidade custear despesas com alimentação durante o deslocamento à cidade de Natal, onde o servidor participará do Seminário Estadual RN Faz Bonito, no FIERN, das 8 ás 13h, na cidade de Natal RN.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 12 de Maio de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:B40E8434

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 028/2026 – SMAS

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 028/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida 01 (UMA) diária, **no** valor de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), para a Conselheira Tutelar **Raissa Borges Gouveia de Azevedo**. A referida diária tem como finalidade custear despesas com alimentação durante o deslocamento à cidade de Natal, onde a servidora participará do Seminário Estadual RN Faz Bonito, no FIERN, das 8 ás 13h, na cidade de Natal RN.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 12 de Maio de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:554491FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 029/2026 – SMAS

PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 029/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida 01 (UMA) diária, **no** valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), para a Coordenadora Geral de Assistência Social Joseane Keila Fernandes da Silva. A referida diária tem como finalidade custear despesas com alimentação durante o deslocamento à cidade de Natal, onde a servidora participará do Seminário Estadual RN Faz Bonito, no FIERN, das 8 ás 13h, na cidade de Natal RN.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 12 de Maio de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:CBBD25A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 030/2026 – SMAS

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 030/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida uma ajuda de custo, **no** valor de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), para a Conselheira do CMDCA– Jessica Jeane de Melo**.** A referida diária tem como finalidade custear despesas com alimentação durante o deslocamento à cidade de Natal, onde a servidora participará do Seminário Estadual RN Faz Bonito, no FIERN, das 8 ás 13h, na cidade de Natal RN.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 12 de Maio de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:77F1588A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 031/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida 01 (UMA) diária, **no** valor de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), para a Supervisora do Programa Criança Feliz-PCF–Luilia Marcel Santos Toscano. A referida diária tem como finalidade custear despesas com alimentação durante o deslocamento à cidade de Natal, onde a servidora participará do Seminário Estadual RN Faz Bonito, no FIERN, das 8 ás 13h, na cidade de Natal RN.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN Em 12 de Maio de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:71DB360D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 032/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida 01 (UMA) diária, **no** valor de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), para a Coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, a servidora Neilanny A. M. Araújo. A referida diária tem como finalidade custear despesas com alimentação durante o deslocamento à cidade de Natal, onde a mesma participará do Seminário Estadual RN Faz Bonito, no FIERN, das 8 ás 13h, na cidade de Natal RN.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN Em 12 de Maio de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:2FE41E13

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 033/2026 – SMAS

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 033/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DECRETO MUNICIPAL Nº 13/2022 – DE 07 DE JULHO DE 2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida uma ajuda de custo, **no** valor de R$ 150,00 (Cento e cinquenta reais), para a Conselheira do CMAS– Janaina Kelle Fernandes**.** A referida diária tem como finalidade custear despesas com alimentação durante o deslocamento à cidade de Natal, onde a servidora participará do Seminário Estadual RN Faz Bonito, no FIERN, das 8 ás 13h, na cidade de Natal RN.

Art. 2º - Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN Em 12 de Maio de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:604B0325

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR DE ABERTURA DE NOVAS VAGAS Nº 002/2026 – PMF/SEME

EMENTA: Estabelece diretrizes complementares para a seleção de estudantes que serão beneficiados pelas vagas adicionais do Programa Municipal de Auxílio-Transporte a Estudantes, nos termos da Lei Municipal nº 1.064, de 10 de abril de 2025, em razão de chamada posterior realizada pelo IFRN.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FLORÂNIA/RN, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.064/2025, bem como o Edital nº 001/2026 – PMF/SEMECD, torna público o presente EDITAL COMPLEMENTAR, nos seguintes termos:

1. DAS NOVAS VAGAS

1.1. Ficam abertas 10 (dez) vagas complementares destinadas ao Programa Municipal de Auxílio-Transporte a Estudantes, regulamentado pela Lei Municipal nº 1.064/2025.

1.2. As vagas de que trata este edital destinam-se exclusivamente aos estudantes matriculados em cursos técnicos integrados ao nível médio e ensino superior em instituições estaduais e federais localizadas nos municípios de Jucurutu e Caicó, observados os requisitos previstos no Edital nº 001/2026 – PMF/SEMECD.

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições ocorrerão de forma presencial nos dias 14 e 15 de maio de 2026, das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, localizada na Rua Barão do Rio Branco, nº 29, Centro, Florânia/RN.

2.2. Para efetuar a inscrição, o estudante ou responsável legal deverá apresentar a documentação prevista no item 3.1.1 do Edital nº 001/2026 – PMF/SEMECD.

2.3. Não será permitida a entrega fracionada de documentos.

3. DA CLASSIFICAÇÃO

3.1. A classificação ocorrerá conforme os critérios estabelecidos no item 4 do Edital nº 001/2026 – PMF/SEMECD.

3.2. Caso o número de inscritos seja superior ao número de vagas disponibilizadas neste edital complementar, será observada rigorosamente a ordem classificatória prevista no edital originário.

4. DO CRONOGRAMA

ETAPAS	DATAS
Publicação do Edital Complementar	13 de maio de 2026
Período de Inscrição	14 a 15 de maio de 2026
Análise documental	18 de maio de 2026
Resultado preliminar	19 de maio de 2026
Interposição de recurso	20 de maio de 2026
Resultado final	21 de maio de 2026

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes no Edital nº 001/2026 – PMF/SEMECD.

5.2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Florânia/RN, 12 de maio de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

MARIA DA GUIA DE MEDEIROS SANTOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Maria da Guia de Medeiros Santos
Código Identificador:28A2ECD8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO FINAL – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTE, com sede à Rua Napoleão Antão, nº 100, Centro, Acari/RN, CEP: 59.370-000, por ordem do Prefeito Municipal de Acari/RN, torna público, nos termos do item IV (Cronograma) do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 010/2026, o **resultado final** destinado ao provimento de vaga por prazo determinado, pela necessidade temporária e de excepcional interesse público para formação de cadastro de reserva para licença-prêmio, eventuais substituições de servidores públicos efetivos em licenças temporárias e outros impedimentos transitórios, a fim de compor a equipe da Prefeitura (para todas as pastas da Administração Pública) na área de Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, nível fundamental completo, conforme segue abaixo:

Auxiliar de Serviços Gerais – ASG				
Ordem	**Nome do Canditado**	**CPF**	**Nota Obtida**	**Resultado**
01	**Rejane Tomaz do Nascimento**	**xxx.036.504-xx**	**10,0**	**CLASSIFICADA**
02	**Joana Darc Marques Pereira**	**xxx.459.434-xx**	**10,0**	**CLASSIFICADA**
03	**Fabíola da Silva Santos**	**xxx.013.554-xx**	**10,0**	**CLASSIFICADA**
04	**Ednalva Lopes Pereira de Almeida**	**xxx.923.554-xx**	**9,0**	**CLASSIFICADO**
05	**Roselynne Emanuelly dos Santos Silva**	**xxx.194.444-xx**	**9,0**	**CLASSIFICADA**
06	**Francisca Pereira da Silva Santos de Medeiros**	**xxx.291.894-xx**	**9,0**	**CLASSIFICADA**
07	**Maria do Carmo Lopes Vitoriano**	**xxx.244.564-xx**	**8,0**	**CLASSIFICADA**
08	**Eliane Cristina da Silva**	**xxx.213.194-xx**	**8,0**	**CLASSIFICADA**
09	**Albertina do Nascimento Silva**	**xxx.962.054-xx**	**8,0**	**CLASSIFICADA**
10	**Silvia Lopes de Medeiros**	**xxx.574.934-xx**	**8,0**	**CLASSIFICADA**
11	**Josileide Azevedo de Medeiros**	**xxx.043.874-xx**	**8,0**	**CLASSIFICADA**
12	**Maria Adenilsa Soares dos Santos**	**xxx.640.814-xx**	**7,0**	**CLASSIFICADA**
13	**Vitória Galvão Marques**	**xxx.343.324-xx**	**7,0**	**CLASSIFICADA**
14	**Rúbia Kelli dos Santos Silva**	**xxx.997.414-xx**	**6,0**	**CLASSIFICADA**
15	**Dilene de Araújo Dantas Assunção**	**xxx.345.374-xx**	**6,0**	**CLASSIFICADA**
16	**Margarete de Azevedo Alves**	**xxx.124.154-xx**	**6,0**	**CLASSIFICADA**

Acari/RN, 12 de maio de 2026.

MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS
Presidente da CPMIPSS

AMÉLIA NADJA BEZERRA DANTAS DE MEDEIROS
Secretária da CPMIPSS

ALBERTINA DA GUIA LOPES DE ARAÚJO
Vogal CPMIPSS

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:221A25DB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICOS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 014/2026

DECRETO Nº 014/2026, DE 12 DE MAIO DE 2026.

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 71.168,00 (setenta e um mil, cento e sessenta e oito reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANGICOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 74, inciso XII, da Lei Orgânica do Município de Angicos/RN,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 71.168,00 (setenta e um mil, cento e sessenta e oito reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Espedito Alves, Gabinete do Prefeito Municipal de Angicos/RN, em 12 de maio de 2026.

MIGUEL PINHEIRO NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**71.168,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**71.168,00**
	2001 Manutenção dos Serviços da Câmara..				**71.168,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	5.984,00
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15000000	0001	184,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	60.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**71.168,00**
01 .001 CÂMARA MUNICIPAL					**71.168,00**
	1001 Reforma e Ampliação do Prédio da Câmara				**44.568,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	44.568,00
	2001 Manutenção dos Serviços da Câmara..				**26.600,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	26.600,00

Publicado por:
João Maria da Costa Pinheiro
Código Identificador:82D626B6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
DECRETO MUNICIPAL Nº 0239/2026 DE 12 DE MAIO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 336.600,00 (trezentos e trinta e seis mil e seiscentos reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O Prefeito Municipal de Apodi/RN, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica do Município e considerando a autorização contida no art. 7º da Lei Orçamentária Anual nº 2338/2025, de 29 de dezembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, Edição 3698, de 30 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 336.600,00 (trezentos e trinta e seis mil e seiscentos reais), destinados às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º deste Decreto são provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme dotações orçamentárias especificadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Apodi/RN, 12 de maio de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**336.600,00**
02 .027 SEC. MUN. DE AGRIC., REC. HÍDR., MEIO AMB E PESCA					**36.600,00**
	2015 Manutenção das Atividades do Abatedouro, Mercado, Açougue e Feira Livre				**36.600,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	36.600,00
02 .034 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**300.000,00**
	2005 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Administração				**300.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	300.000,00
Anexo II (Redução)					**336.600,00**
02 .027 SEC. MUN. DE AGRIC., REC. HÍDR., MEIO AMB E PESCA					**36.600,00**
	2015 Manutenção das Atividades do Abatedouro, Mercado, Açougue e Feira Livre				**36.600,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	36.600,00
02 .036 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**150.000,00**
	2032 Manutenção das Atividades e Serviços Administrativos da Secretaria Municipal de Educação				**50.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	50.000,00
	2045 Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche				**50.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	50.000,00
	2047 Manutenção das Atividades da Educação Infantil – Pré-Escola				**50.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	50.000,00
02 .041 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**150.000,00**
	2092 Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - Estratégia Saúde da Família -				**150.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	150.000,00

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 12 de maio de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:E461FA3A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA TERMO DE CONTRATO Nº 050/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12120002/2025

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA-RN E PESSOA JURIDICA: NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI, CNPJ: 18.588.224/0001-21; PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente contrato celebram de um lado o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestor(a) do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.XXX.XXX-8**1, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Pessoa Jurídica: **NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não -** CNPJ: **18.588.224/0001-21- Endereço: RUA TUIUTI - CEP: 59014160 - UF: RN - Município: Natal - Telefone: (84) 3025-9397**, neste ato representado pela Sr(a). **MARIA DA CONCEICAO MOURA NASCIMENTO**, inscrito(a) no CPF sob nº 023.XXX.XXX-93, doravante denominada **CONTRATADA,** *conforme atos constitutivos da empresa*, tendo em vista o que consta o Processo Administrativo nº 12120002/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Pregão Eletrônico nº 001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL E MATERNIDADE FRANCISCO BEZERRA SOBRINHO DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Objeto da contratação:

NACIONAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 18.588.224/0001-21 - Endereço: RUA TUIUTI - CEP: 59014160 - UF: RN - Município: Natal - Telefone: (84) 3025-9397						
Código	**Produto**	**Modelo**	**Marca/Fabricante**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
0048	COMPLEMENTO ALIMENTAR. SEM SABOR, EM PÓ. COMPOSTO LÁCTEO ADICIONADO DE VITAMINAS, MINERAIS E FIBRAS. RICO EM SELÊNIO, VITAMINA D E B12, FONTE DE CÁLCIO, FÓSFORO, ZINCO, COBRE, VITAMINAS A, E, K, C, B1, B6, ÁCIDO PANTOTÊNICO E BIOTINA E SEM ADIÇÃO DE SACAROSE E DE OUTROS AÇÚCARES, SEM GLÚTEN. CONTÉM LACTOSE AJUDA A MANTER OSSOS E MÚSCULOS FORTES E GARANTIR VITALIDADE NO DIA A DIA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS FONTE DE MACRONUTRIENTES: GORDURAS – 31% PROTEÍNAS – 35% CARBOIDRATOS - 34%. EMBALAGEM COM 370 G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PRODIET ENERGYZIP SENIOR 370G	PRODIET ENERGYZIP SENIOR 370G	200 LT	R$ 63,99	R$ 12.798,00
0049	COMPLEMENTO ALIMENTAR. SABOR BAUNILHA, EM PÓ. COMPOSTO LÁCTEO ADICIONADO DE VITAMINAS, MINERAIS E FIBRAS. RICO EM SELÊNIO, VITAMINA D E B12, FONTE DE CÁLCIO, FÓSFORO, ZINCO, COBRE, VITAMINAS A, E, K, C, B1, B6, ÁCIDO PANTOTÊNICO E BIOTINA E SEM ADIÇÃO DE SACAROSE E DE OUTROS AÇÚCARES, SEM GLÚTEN. CONTÉM LACTOSE AJUDA A MANTER OSSOS E MÚSCULOS FORTES E GARANTIR VITALIDADE NO DIA A DIA. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS FONTE DE MACRONUTRIENTES: GORDURAS – 31% PROTEÍNAS – 35% CARBOIDRATOS - 34%. EMBALAGEM COM 370 G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	PRODIET ENERGYZIP SENIOR 370G	PRODIET ENERGYZIP SENIOR 370G	200 LT	R$ 63,99	R$ 12.798,00
0077	ISOSOURCE 1.5 - 1L - NESTLÉ HEALTH SCIENCE. É UMA FÓRMULA PADRÃO DESTINADA PARA NUTRIÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, COM CONDIÇÕES RESTRIÇÕES ALIMENTARES. É ESPECÍFICAS DE DIETAS E/OU RESTRIÇÕES ALIMENTARES. É HIPERCALÓRICO, SENDO QUE CADA 1ML FORNECE 1,5KCAL. RECOMENDADO PARA AUXILIAR NA MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL. É INDICADO PARA PESSOAS QUE POSSUEM NECESSIDADE DE ALTA OFERTA CALÓRICA	PRODIET TROPHIC SOYA 1L	PRODIET TROPHIC SOYA 1L	800 UND	R$ 30,00	24000
TOTAL						**R$ 49.596,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO:
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, renovável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como serviço contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.
A renovação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de execução do objeto tem natureza continuada;
Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:
O valor total da contratação é de **R$ 49.596,00** (quarenta e nove mil e quinhentos e noventa e seis reais).
No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:
O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE:
Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Cientificar o setor de representação judicial da Administração Pública para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
Manter preposto aceito pela Administração no local da execução do objeto para representá-lo na execução do contrato.
A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da execução dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de

regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.
Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; E,
Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:
As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:
Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:
Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Multa:

Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

A natureza e a gravidade da infração cometida;

As peculiaridades do caso concreto;

As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Os danos que dela provierem para o Contratante;

A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

Das indenizações e multas.

A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

O CONTRATANTE poderá ainda:

nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União e recursos do Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
03.001 SECRETARIA MUN. DE SAÚDE
AÇÃO:
1046 MANUTENÇÃO DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS GRATUITOS PELA FARMÁCIA BÁSICA
2022 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA
2024 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)
2029 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOCIAL - CAPS
2817 MANUTENÇÃO DO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES
2902 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS
2903 MANUTENÇÃO DO NID – NÚCLEO DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO
2905 MANUTENÇÃO DO FORNECIMENTO DE INSUMOS E MEDICAMENTOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA
NATUREZA:
3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:
15001002 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS:
Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES:
Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante,salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:
Fica eleito o Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Baraúna/RN, 28 de abril de 2026.

Fundo Municipal de Saúde	Nacional Comercio e Representação EIRELI
BEVANIA SILVA COSTA	***MARIA DA CONCEICAO MOURA NASCIMENTO***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:44E9B6BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 216/2025 ORIUNDO DO TERMO DE ADESÃO N°012/202 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 002/2025 AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2024 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14110003/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICI

Pelo presente Termo Aditivo celebram de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 12.512.241/0001-07, com sede na Rua Hermenegildo Montenegro, SN, Centro, CEP: 59.695-000, Baraúna-RN, representado neste ato pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. **BEVANIA SILVA COSTA**, brasileira, divorciada, inscrita no CPF: 067.084.894-81, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a PESSOA JURÍDICA **ALFATECH DISTRIBUIÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 22.149.857/0001-00, com sede na QUADRA ARSE 41, AV NS 2 (404 SUL), LOTE 1 ANDAR PISO SUPERIOR, Nº S/N – PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO CEP: 77.021-644, doravante designada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. **MURILIO VITORINO DA SILVA FILHO**, inscrito no CPF sob o nº 092.XXX.XXX-64, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Termo de Adesão nº 011/2025 à Ata de Registro de Preço nº 002/2025, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2024 e em observância às disposições da Lei nº

14.133, de 1º de abril de 2021, **RESOLVEM** celebrar o presente termo de aditamento de acréscimo, com fundamento legal no art 124, inciso I, alínea "b" combinado com art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo quantitativo e de valor de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os itens constantes no Termo de Contrato nº 216/2025. A referida ampliação fundamenta-se no art. 124, inciso I, alínea "b", combinado com o art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
§1° O acréscimo visa o fornecimento de equipamentos de informática (Notebooks, Desktops e Tablets) para atender às necessidades prementes da Secretaria Municipal de Saúde e das demais unidades administrativas do Município de Baraúna/RN, conforme redimensionamento de demanda detalhado no Ofício Interno nº 005/2026.
§2° O fornecimento será executado pela empresa ALFATECH DISTRIBUIÇÃO LTDA (CNPJ: 22.149.857/0001-00), mantendo-se inalteradas as especificações técnicas e os preços unitários pactuados na Adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2025 (Pregão Eletrônico nº 011/2024).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AUMENTO E VALOR DO ADITIVO:
2.1. Conforme cláusula primeira fica acrescida a porcentagem de *25% (vinte e cinco por cento)* no item abaixo, perfazendo a quantidade aditivada, de acordo com art. 124, inciso I, alínea "b" combinado com art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, Termo de Contrato, e, conforme discriminação:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UND	QTD. ORIGINAL	QTD ADITIVADA DE 25%	VALOR UNITÁRIO	QTD ATUALIZADA COM 25%	VALOR UNITÁRIO DO ADITIVO(R$)
01	**NOTEBOOK TIPO III**- O notebook deverá possuir um processador com arquitetura x64 de 64 bits, operando com frequência mínima de 1.2 GHz e máxima de 4.5 GHz, além de contar com memória cache L3 de, no mínimo, 10 MB. O desempenho mínimo exigido para o processador é de 12.000 pontos na base de dados Passmark CPU Mark, conforme referência disponível no site http://www.cpubenchmark.net/. O equipamento deverá ser fornecido com, pelo menos, 8 GB de memória RAM do tipo LPDDR4x ou LPDDR5x com frequência de 4266 MHz. Quanto ao armazenamento interno, o notebook deve possuir ao menos uma unidade SSD padrão M.2 com capacidade mínima de 256 GB. A BIOS deve ser do tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e eletricamente reprogramável, permitindo inicialização conforme sequência definida pelo usuário, inclusive via dispositivos USB ou placa de rede por meio do recurso Wake on LAN (WOL), compatível com o padrão PXE. O equipamento deverá, ainda, conter leitor biométrico integrado. O notebook deverá dispor de, no mínimo, duas portas USB tipo A e duas portas USB tipo C, além de uma porta HDMI 1.4b ou superior, uma porta de rede RJ45 e um leitor de cartão micro SD. Em relação à conectividade, o equipamento deve possuir interface Gigabit Ethernet integrada, com suporte ao recurso Wake on LAN (WOL), compatibilidade operacional com os padrões IEEE 802.11 AX 2x2 Dual Band e interface Bluetooth 5.2 ou superior. O kit de áudio exigido deverá incluir uma controladora de som, dois alto-falantes de 2W cada e um microfone, devendo ainda oferecer ao menos uma saída amplificada estéreo e uma entrada de microfone ou porta combo (microfone/fone de ouvido). O notebook deverá contar também com webcam HD integrada ao gabinete. O teclado deve ser do padrão brasileiro ABNT2, incluindo tecla "ç", 12 teclas de função e teclado numérico integrado. O touchpad deverá ser integrado ao gabinete, atuando como dispositivo de apontamento. A tela deverá ser integrada ao notebook, em formato widescreen, com tamanho máximo de 15,6 polegadas e tecnologia TFT ou LED, suportando resolução de 1920 x 1080 pixels com profundidade mínima de 32 bits e taxa de contraste mínima de 300:1. O carregador deverá ser fornecido junto ao equipamento, podendo operar como adaptador AC/DC ou USB-C, compatível com tensão de entrada entre 100 e 240 VAC no padrão elétrico brasileiro. O notebook deverá possuir uma bateria principal do tipo Íons de Lítio ou Polímero de Lítio, com no mínimo 54 Wh e quatro células. O gabinete deve ser construído em estrutura metálica robusta, em liga de magnésio, titânio ou alumínio, e conter indicadores visuais e/ou sonoros para monitoramento das condições de funcionamento, além de sinalização sonora ou visual para baixa carga da bateria. Também deverá possuir fenda compatível com cabo antifurto. As dimensões do equipamento deverão respeitar peso máximo de 1,60 kg, incluindo a bateria, e espessura máxima de 1,5 cm em toda sua extensão. O notebook deverá ser entregue com uma licença válida do sistema operacional Windows 11 Professional, cuja recuperação deverá estar disponível por meio de partição interna do sistema. O modelo ofertado deverá possuir certificação ANATEL e ROHS, ou equivalente, e ter módulo de criptografia TPM 2.0, além de suportar sistemas de trava tipo Kensington. Por fim, o equipamento deverá ter garantia de 48 meses para defeitos de fabricação, e a bateria deverá ter garantia mínima de 12 meses, assegurando atendimento por código de postagem gratuito, suporte on-site ou por meio de assistências credenciadas. A contratada deverá disponibilizar telefone gratuito (0800 ou similar) ou portal eletrônico para abertura e acompanhamento de chamados, sendo o prazo de resolução de até 20 dias úteis a partir da abertura do atendimento.	UND	44	11	5.200,00	55	57.200,00
02	DESKTOP TIPO III- O equipamento deverá possuir um processador com arquitetura x64 de 64 bits, com frequência mínima de 1.8 GHz e máxima de 4.2 GHz, memória cache de, no mínimo, 18 MB e desempenho mínimo de 15.000 pontos na base de dados Passmark CPU Mark, conforme consulta disponível no site oficial da Passmark. O processador ofertado deve pertencer, obrigatoriamente, à 12ª geração ou superior disponível no mercado brasileiro, de acordo com o fabricante do CPU. Além disso, deverá ser compatível com instruções de 32 e 64 bits, oferecer suporte ao recurso de criptografia AES, possuir no mínimo 6 núcleos, operar com frequência base de 1.80 GHz nos Performance-cores e alcançar até 4.20 GHz em modo turbo, atendendo integralmente aos requisitos de desempenho e segurança estabelecidos. O gabinete deverá ser do tipo mini desktop, não sendo aceitas soluções minitorre ou desktops convencionais, e deve possuir volume máximo de 1,3 litros, peso sem embalagem de até 800 gramas e conector de encaixe compatível com trava de segurança tipo Kensington. O equipamento deve permitir operação tanto na posição vertical quanto horizontal, mediante base de apoio adequada, e incluir fonte de alimentação externa compatível com a configuração máxima suportada pela placa-mãe, devendo possuir potência mínima de 90 Watts. A placa-mãe deverá possuir chipset do mesmo fabricante do processador ofertado, permitir expansão de memória para até 64 GB sem uso de placas de expansão, e apresentar conectores integrados para entrada e saída de sinais. São exigidos, no mínimo, seis portas USB tipo A, sendo duas localizadas na parte frontal do gabinete, bem como duas portas USB tipo C também posicionadas frontalmente. O equipamento deverá ainda possuir conector de áudio 3,5 mm (fone/microfone), ao menos uma porta HDMI, duas portas DisplayPort e uma porta VGA nativa. O equipamento deve vir acompanhado de 16 GB de memória SDRAM DDR4 com velocidade mínima de 3200 MHz, configurada em tecnologia dual-channel, permitindo expansão total mínima de 64 GB. A BIOS deverá ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou por empresa com direitos autorais sobre ela, sendo aceitas soluções em regime OEM somente quando certificadas pelo detentor dos direitos. Deve ser disponibilizada em português e/ou inglês, construída em conformidade com normas de especificação, utilizando memória Flash não volátil, reprogramável e protegida contra gravação indevida por software. A BIOS deverá oferecer suporte a ACPI 2.0, incluir proteção de memória flash com opção no setup, possibilitar controle de permissões por senhas separadas para inicialização e	UND	82	20	5.700,00	102	114.000,00

	configuração, e contar com cópia de segurança armazenada no hardware, permitindo restauração automática em caso de falha ou corrupção. O desktop deverá incluir uma unidade de armazenamento SSD M.2 no formato 2280, padrão PCI-E Gen4 x4 ou superior, com capacidade mínima de 512 GB e tecnologia NVMe nativa. A controladora gráfica deverá ser compatível com o padrão UHD, podendo ser onboard, desde que ofereça suporte ao padrão DirectX 12 ou superior e permita a utilização simultânea de até três monitores. A interface de rede local deverá ser composta por controladora Ethernet integrada à placa-mãe com conector RJ-45, além de interface wireless padrão 802.11 AX com tecnologia 2x2 tri-band integrada ao gabinete, não sendo aceitas soluções removíveis como PCMCIA, Express Card ou adaptadores USB. Essa interface deverá ser certificada pela ANATEL, com apresentação do certificado de homologação. O equipamento deverá contar ainda com interface Bluetooth 5.3 integrada. O sistema operacional exigido é o Windows 11 Pro OEM em português, devendo cada unidade fornecida possuir sua respectiva licença de uso. No tocante às certificações, o equipamento deverá ser acompanhado de atestado de conformidade emitido por órgão credenciado pelo INMETRO ou documento internacional equivalente, comprovando aderência à norma IEC 60950, conforme Portaria nº 304 do INMETRO. Os dispositivos devem demonstrar compatibilidade com o sistema operacional Windows 11 Pro e possuir compatibilidade com o padrão UEFI, comprovada por listagem de membros disponível no site www.UEFI.org. O teclado deverá ser USB padrão ABNT II, com impressão permanente resistente ao desgaste por abrasão e uso prolongado, e o mouse deverá ser USB, contendo dois botões e scroll wheel, com resolução mínima de 800 dpi. Ambos devem ser do mesmo fabricante do microcomputador ou solução OEM autorizada e com marca gravada no periférico. O monitor deve possuir 23,8 polegadas, tecnologia LED com ergonomia ajustável (altura, inclinação, ângulo e pivot bidirecional), orientação widescreen 16:9 e resolução Full HD 1920×1080. Deve possuir, no total, cinco portas USB, sendo quatro USB-A e uma USB-C, além de portas HDMI, DisplayPort e RJ-45. Deve conter webcam integrada com resolução mínima de 720p, microfone, alto-falantes de 2W cada e recursos avançados como Windows Hello com reconhecimento facial e detecção por íris. O monitor deve apresentar contraste mínimo de 1000:1, brilho de 250 cd/m², tempo de resposta de 5 ms, taxa de atualização de 100 Hz e fonte interna bivolt. Deve incluir cabo de alimentação, cabo HDMI, DisplayPort e USB-C, todos compatíveis com a placa de vídeo do equipamento. Por fim, o equipamento deverá possuir garantia mínima de 48 meses para defeitos de fabricação e garantia mínima de 12 meses para a bateria, com atendimento por código de postagem gratuito via Correios ou suporte on-site por meio de assistências credenciadas ou pelo fabricante. A empresa contratada deverá disponibilizar telefone gratuito (0800 ou similar) ou portal eletrônico para abertura e acompanhamento de chamados, garantindo prazo máximo de 20 dias úteis para solução dos atendimentos a partir da data de sua abertura.						
03	TABLET- O equipamento deverá possuir uma tela com tamanho mínimo de 11.0 polegadas, construída com tecnologia colorida TFT e resolução mínima de 1920 x 1200 pixels, garantindo qualidade adequada para visualização de conteúdos educacionais, gráficos e vídeos. O processamento do equipamento deve ser realizado por um processador com, no mínimo, oito núcleos, operando com clock mínimo entre 1.8 GHz e 2.2 GHz, acompanhado de memória RAM de, no mínimo, 4 GB, assegurando desempenho satisfatório nas aplicações propostas. Quanto ao armazenamento, o dispositivo deverá possuir capacidade interna mínima de 64 GB e contar com slot para cartão de memória Micro SD integrado ao gabinete, acessível externamente, compatível com cartões de até 1 TB, permitindo assim a expansão da capacidade de armazenamento conforme necessidade do usuário. Em termos de conectividade, o equipamento deve oferecer suporte a Wi-Fi padrão 802.11 a/b/g/n/ac nas frequências 2.4G e 5GHz (VHT80), além de possuir sistema de localização compatível com GPS, Glonass, Beidou e Galileo. Também deve incluir sensores como acelerômetro, giroscópio, geomagnético, sensor Hall e sensor de luz RGB, bem como Bluetooth versão 5.0 ou superior, suporte à rede 5G e compatibilidade com todas as frequências de operadoras brasileiras para tecnologia 5G, 4G, 3G e 2G. A porta USB deverá ser do tipo C, versão 2.0. O equipamento deve oferecer interfaces externas compreendendo porta USB-C, slot para cartão Micro SD, conector de áudio padrão 3.5 mm (P2) e slot para cartão Nano-SIM (4FF), permitindo acesso às principais funcionalidades de comunicação, mídia e dados. As câmeras devem ser integradas ao gabinete, incluindo uma câmera traseira com resolução mínima de 8 MP e foco automático, além de uma câmera frontal com resolução mínima de 5 MP, assegurando a adequada realização de videochamadas e captura de imagens. A bateria deverá ser interna, recarregável, não removível, e possuir capacidade mínima de 7.040 mAh, garantindo autonomia adequada para uso prolongado em atividades educacionais. O gabinete do equipamento não poderá apresentar saliências, pontas ou estruturas cortantes, devendo incluir teclas físicas para controle de volume, além de microfone e, no mínimo, dois alto-falantes integrados. O peso máximo permitido é de 500 gramas e as medidas externas devem obedecer ao máximo de 170.4 mm por 260.6 mm por 7.0 mm. O sistema operacional deverá ser Android versão 13.0 (Q) ou superior, configurado em idioma Português do Brasil. No tocante às comprovações, o equipamento deverá possuir certificação ANATEL, assistência técnica autorizada em todos os estados do Brasil e certificação de qualidade e eficiência ecológica/ambiental, preferencialmente emitida por entidade reconhecida, como a ABNT. O dispositivo deverá incluir funcionalidades específicas relacionadas a sensores (acelerômetro, giroscópio, geomagnético, Hall e luz) e recursos de vídeo aptos a reproduzir conteúdos em FHD (1920 x 1080) a 60fps e gravar vídeos em resolução mínima FHD (1920 x 1080) a 30fps. Além disso, deverá oferecer recursos de acessibilidade, como criação de atalhos rápidos por meio de toques nas teclas, ajuste do tamanho da fonte, TTS (conversão de texto em fala), TalkBack para leitura de tela, alerta por flash, legendas automáticas, balanceamento de som e modo de alto contraste, permitindo adequação a usuários com diferentes necessidades funcionais. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 36 meses para defeitos de fabricação e garantia de 12 meses para a bateria, contemplando atendimento via código de postagem gratuito pelos Correios ou suporte on-site por meio de assistência credenciada ou do fabricante. Também deverá ser disponibilizado número telefônico gratuito (0800 ou similar) ou portal online para abertura e acompanhamento de chamados, devendo o tempo máximo para solução de problemas ser de 20 dias úteis contados da abertura do atendimento. Os equipamentos deverão ser entregues já provisionados no domínio educacional do órgão ou deverão ser provisionados no local indicado. Por fim, deverá acompanhar o equipamento uma capa robusta, específica para o modelo, fabricada em camada única de resina termoplástica e elastômero ou material emborrachado. A capa deverá seguir o desenho do tablet, possuir reforço nas quatro extremidades, apresentar bordas elevadas ("sobressalto") em relação à tela e à câmera, e incluir apoio de mão, garantindo maior segurança e ergonomia durante o uso.	UND	90	22	1.550,00	112	34.100,00
VALORES							**205.300,00**

2.2. O presente termo tem por valor total aditivado de: **R$ 205.300,00 (duzentos e cinco mil e trezentos reais).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA INCLUSÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

3.1. As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo, bem como as remanescentes do contrato original, correrão por conta das dotações orçamentárias das unidades administrativas beneficiadas, conforme o detalhamento abaixo, extraído da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

02.002 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS
AÇÃO:
2009 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.004 SECRETARIA MUN. DE TRIBUTAÇÃO
AÇÃO:
2014 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.010 SECRETARIA MUN. DE HABITAÇÃO E URBANISMO
AÇÃO:
02.010 SECRETARIA MUN. DE HABITAÇÃO E URBANISMO
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.007 SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA
AÇÃO:
2064 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
02.003 SECRETARIA MUN. DE FINANÇAS
AÇÃO:
2013 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ORDEM FINANCEIRA DA SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE:
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:
04.001 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
AÇÃO:
2050 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA
2079 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
2046 PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
NATUREZA DE DESPESA:
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE:
16600000 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS
15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

§1° A inclusão das dotações orçamentárias descritas nesta cláusula tem por finalidade viabilizar a descentralização da execução financeira, permitindo que cada Secretaria Municipal beneficiada proceda com a emissão de seus próprios empenhos e ordens de pagamento, em estrita observância ao cronograma de fornecimento e à disponibilidade de caixa de suas respectivas unidades orçamentárias. Tal medida assegura a regularidade fiscal da despesa e o cumprimento dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, mantendo o equilíbrio das contas públicas municipais.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:
4.1. O presente termo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura, e vigerá de acordo com a vigência constante do contrato original, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÀUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

5.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Baraúna/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 216/2025 oriundo do Termo de Adesão N°012/202 da Adesão à Ata de Registro de Preços N° 002/2025 ao Pregão Eletrônico N° 011/2024 não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas, condições registradas na proposta, e, do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar a fim de juntos produzam um único efeito de direito, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, os quais, depois de lidas, são assinados pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, abaixo.

Baraúna/RN, 31 de março de 2026.

Prefeitura Municipal De Baraúna/RN	Alfatech Distribuição LTDA
BEVANIA SILVA COSTA	***MURILIO VITORINO DA SILVA FILHO***
Gestora do Fundo Municipal de Saúde	Representante Legal
Contratante	Contratada

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:399CAB22

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ARP 24-2025

Processo nº 774/2025– PMB
PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 20/ 2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2026

Aos 27 de fevereiro de 2026, o Município de BREJINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n° 08.161.614/0001-67, com sede na Praça Presidente Castelo Branco, 207, Centro, CEP 59219-000, Brejinho - RN, através de seu Prefeito o Senhor **JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA**, inscrita no CPF nº 114.025.024-86 neste ato denominado como ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado a(s) empresa AGN SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 45.052.442/0001-10, nos termos da Lei nº 14.133/21, Decreto Municipal n. 002 e 003/2023 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 20 / 2025, **RESOLVE** registrar os preços para Registro de preço para contratação de empresa para futura e eventual locação de veículos pesados e máquinas agrícolas, para atender as necessidades do Município de Brejinho/RN., tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA Registro de preço para contratação de empresa para futura e eventual locação de veículos pesados e máquinas agrícolas, para atender as necessidades do Município de Brejinho/RN.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS

Fornecedor: **AGN SERVICOS LTDA**		
CNPJ: **45.052.442/0001-10**	Telefone: **84998512460**	Email:
Endereço: **R JULIA FREIRE, 10, Loja 05, Centro, Japi/RN, CEP: 59213-000**		
Representante: **Adailton da Silva Aquino** - CPF: **067.953.224-24**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
5	0007482 - LOCAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA, MOVIDO A DIESEL; OPERADOR E COMBUSTÍVEL POR CONTA DA CONTRATADA	KOMATSU	Hora	500,000000	400,000	200.000,00
9	0007486 - LOCAÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHÃO BOIADEIRO, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, ADAPTADO COM GRADE PARA RECOLHER ANIMAIS SOLOS EM VIAS PÚBLICAS COM MOTORISTA E COMBUSTIVEL POR CONTA DA CONTRATADA, DENTRO DO LIMITE DO MUNICIPIO DE BREJINHO/RN	MERCEDES BENZ	Diária	200,000000	400,000	80.000,00

Parágrafo primeiro: A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município de BREJINHO a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
Parágrafo segundo: A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1. As aquisições ou as contratações que tratam este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata e, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO
Parágrafo Primeiro: O Pagamento se dará em até 30 dias a contar da emissão da nota fiscal.
Parágrafo Segundo: O prazo previsto do item anterior somente deverá ser cumprido, caso o fornecedor atenda a ordem de compra por completo, bem como todas as exigências editalícias, em especial, a do prazo de entrega.
Parágrafo Terceiro: Caso o fornecedor entregue uma nota fiscal em desacordo com o que de fato foi entregue, o prazo do parágrafo primeiro somente irá correr a partir da correção das falhas apresentadas, ficando, ainda, o fornecedor passível de punição.

Parágrafo Quarto: É de total competência do fornecedor o protocolo da nota fiscal acompanhada das certidões negativas de débito federal, estadual, municipal, FGTS e Trabalhista.
Parágrafo Quinto: Caso o fornecedor tenha incorrido em penalidade de multa, decorrente de processo administrativo específico, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no órgão gerenciador em favor do FORNECEDOR. Caso a multa seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada Administrativamente ou judicialmente, se necessário.
Parágrafo Sexto: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

42 EM=I x N x VP
Onde: EM= Encargos Moratórios
N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento. VP
= Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = percentual da Taxa anual = 6% I = Índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX/100) _ I=(6/100) _ I=0,00016438 365 365
A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.
CLÁUSULA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra;
4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
6. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
7. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
8. fraudar a licitação
9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
2.1. advertência;
2.2. multa;

2.3. impedimento de licitar e contratar e
2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

3. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
b) as peculiaridades do caso concreto.
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato ou ordem de compra, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
a) Para as infrações previstas nos itens b1, b2 e b3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
b) Para as infrações previstas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
c) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
d) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
e) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens b1, b2 e b3 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
f) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens b4, b5, b6, b7, b8 e b9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens b1, b2 e b3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
g) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
h) A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

i) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
j) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
k) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
l) A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços poderão ser alterados mediante reajuste após 12 meses, a contar do orçamento e terá como índice de atualização monetária o IGPM acumulado do período.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a - descumprir as condições da ata de registro de preços;
b - recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata;
c - deixar, injustificadamente, de assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
d - recusar-se a reduzir o preço registrado, na hipótese de tornar-se superior àqueles praticados no mercado;
e - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços N° 20/2025, e a proposta da empresa registrada.

Parágrafo Primeiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com observância das disposições constantes da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal n. 320/2024, e demais normas aplicáveis.
Parágrafo Segundo: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preço na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador.
Parágrafo Terceiro: As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Monte Alegre/RN, com exclusão de qualquer outro.

BREJINHO/RN, 27 de fevereiro de 2026

Prefeitura Municipal De Brejinho
CNPJ: 08.161.614/0001-67
JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

AGN Servicos LTDA
CNPJ: 45.052.442/0001-10
ADAILTON DA SILVA AQUINO
Representante

TESTEMUNHAS:

1ª CPF . . -

2ª CPF: . . -

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:9D420785

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 080/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ (RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
RESOLVE FAZER CONCESSÃO de 1,5 (Uma diária e meia) (s) ao (à):s

SERVIDOR (A):	Maria Gabriela Isabela Araújo de Medeiros	
CARGO:	Chefe de Gabinete	
MATRÍCULA:	2001225-2	
DOCUMENTOS:	**CPF:** XXX.634.484-XX	**ID:** X.977.XXX SSP/RN
LOTADO (A):	Procuradoria Geral do Municipio	

HRÁRIO DE SAIDA: **HORÁRIO DA VOLTA:**	04:00hs 23:00hs
TIPO DE TRANSPORTE:	Carro próprio/particular
OBJETIVO DA VIAGEM	
VIAGEM ADMINISTRATIVA A NATAL/RN PARA CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICLO NO ENCONTRO BRASILEIRO DE GRANDES NOMES EM COMPRAS PÚBLICAS. O EVENTO BUSCA FORTALECER A GESTÃO PÚBLICA POR MEIO DE PALESTRAS, AULAS TEMÁTICAS E MESAS-REDONDAS, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE VOLTADO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E À TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE OUTORIDADES NACIONAIS E REGIONAIS	
Conforme solicitação da Secretaria, Procuradoria	

QUANTIDADE	DESTINO	DATA	V.UNIT. R$	V.TOTAL R$
1,5 Diária	Natal/RN	14 de Maio de 2026 a 15 de Maio de 2026	C/pernoite 180,00 S/pernoite 90,00	270,00

Importa a quantia de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 12 de maio de 2026

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gorgonio Paes de Bulhões
Código Identificador:76258973

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO MUNICIPAL Nº 071/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN
Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro - Caraúbas/RN CEP: 59780000 -
CNPJ N.º 08.349.102/0001-29
DECRETO Nº 71,
DE 12 de maio de 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para os fins que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Caraúbas/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
CONSIDERANDO a autorização concedida pela n° 1.559/2025, no art. 6º, para atender as insuficiências nas dotações orçamentárias até o limite de 20% (vinte por cento);
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, nos termos dos art. 41, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito a que se refere o art. 1º desta Lei são provenientes de anulação parcial e/ou total, nos termos do arts.7, 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, conforme discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraúbas/RN, 12 de maio de 2026

PAULO GIVAGO BARRETO ALVES
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**40.000,00**
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**40.000,00**
	2162 Ações da Rede Saúde Mental (RSME): CAPS				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	40.000,00
Anexo II (Redução)					**40.000,00**
09 .001 Fundo Municipal de Saúde					**40.000,00**
	2102 Ações de Média e Alta Complexidade: Implantação e Manutenção				**10.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	10.000,00
	2137 Manutenção e Investimento na Assistência Hospitalar				**30.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	29.103,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	897,00

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:D0CA5AE2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO				
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2412/2026				
Modalidade:	Concorrência			
Número/Ano:	1/2026	**Data de abertura:**	07/05/2026	
Data adjudicação:	12/05/2026	**Data homologação:**	12/05/2026	
Tipo de avaliação:	Global	**Critério de avaliação:**	Menor preço	
Modo de disputa:	Proposta - Lance	**Condição de pagamento:**	TRANSFERENCIAS BANCÁRIAS	

Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Não		

Objeto da licitação:	
COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA MUNICIPAL, NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN.	

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IV do Art. 71 da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, ADJUDICO a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s) Vencedor(as) abaixo listada(s) e autoriza a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
CONSTRUTORA JUDSON LTDA	08.838.881/0001-26	R$ 526.000,00
Total:		**R$ 526.000,00**

	Valor Total:	**R$ 526.000,00**
Fornecedor	**Exclusivo**	**Valor global**
CONSTRUTORA JUDSON LTDA	Não Exclusivo	R$ 526.000,00

CARNAÚBA DOS DANTAS, 12 de maio de 2026

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:99134B02

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO				
PROCESSO ADMINISTRATIVO 2412/2026				
Modalidade:	Concorrência			
Número/Ano:	1/2026	**Data de abertura:**	07/05/2026	
Data adjudicação:	12/05/2026	**Data homologação:**	12/05/2026	
Tipo de avaliação:	Global	**Critério de avaliação:**	Menor preço	
Modo de disputa:	Proposta - Lance	**Condição de pagamento:**	TRANSFERENCIAS BANCÁRIAS	

Credenciamento:	Não	**Chamamento:**	Não	**Registro de preço:**	Não		

Objeto da licitação:	
COBERTURA DE QUADRA POLIESPORTIVA MUNICIPAL, NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN.	

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IV do Art. 71 da Lei 14.133/2021 e suas posteriores alterações, HOMOLOGA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s) Vencedor(as) abaixo listada(s) e autoriza a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Licitante	**CNPJ/CPF**	**Total do vencedor**
CONSTRUTORA JUDSON LTDA	08.838.881/0001-26	R$ 526.000,00
Total:		**R$ 526.000,00**

	Valor Total:	**R$ 526.000,00**
Fornecedor	**Exclusivo**	**Valor global**
CONSTRUTORA JUDSON LTDA	Não Exclusivo	R$ 526.000,00

CARNAÚBA DOS DANTAS, 12 de maio de 2026

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:217C8A4C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 654, DE 04 DE MAIO DE 2026.

O Coordenador Geral da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Decreto nº 4616, de 03 de maio de 2017,

Considerando o disposto no Decreto nº 5.212, de 31 de outubro de 2022;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o pagamento das diárias ao servidor José Lucileno Ferreira Gomes, cargo de Motorista, matrícula nº 2571, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, conforme programação mensal abaixo:

Origem: Secretaria Municipal de Saúde				Protocolo nº: 12.421/2026			
Período Viagem	Quant. Meias-Diárias	Destino (+100km)	Valor (Meia-Diária)	Quant. (75% Meias-Diárias)	Destino (Até 100km)	Valor (75% Meia-Diária)	Total a Pagar
Maio 2026	20 (Vinte)	Natal/RN Mossoró/RN	R$ 80,00 (Oitenta reais)	-	Caicó/RN Santa Cruz/RN	R$ 60,00 (Sessenta reais)	R$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais)

Parágrafo primeiro: Fica o recebimento do valor total condicionado a comprovação efetiva da realização da(s) diária(s), sob pena de devolução do montante total ou da diferença.

Parágrafo segundo: Fica determinada a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta concessão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E REGISTRE-SE.

Prefeitura Municipal de Currais Novos - Palácio “Prefeito Raul Macêdo”, em 04 de maio de 2026.

INGRED ADELY DE ARAÚJO SOUZA
Secretária de Administração

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:445DB455

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
REMANEJAMENTO

DECRETO Nº 1771, DE 12 de maio de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 12.565.001,69, para os fins que especifica e dá outras providências.

A Prefeita MUNICIPAL DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, remanejamento no valor de R$ 12.565.001,69 (doze milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e um reais e sessenta e nove centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GOIANINHA/RN, 12 de maio de 2026

HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**12.565.001,69**
18 .001 Secretaria Mun de Transporte e Serviços Urbanos					**12.565.001,69**
	1014 Ampliacao e Modernizacao de Cemiterios				**28.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	10.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	10.000,00
	1029 Construcao de Abrigos para Moto Taxi				**38.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	16.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	22.000,00
	1032 Conclusao de Terminal Rodoviario				**188.501,19**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	401,19
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	110.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17100000	0001	33.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	11.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	18990000	0001	27.500,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.300,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17000000	0001	3.300,00
	1028 Aquisicao de Veiculos e Outros Equipamentos				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	12.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	8.000,00
	2017 Manutenção e Ampliação da Rede Publica de Energia Elétrica				**2.130.376,55**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	397.591,50
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	1.194.661,51
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17510000	0001	244.623,54
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	240.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17510000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17510000	0001	10.000,00
	1024 Implantacao de Acessibilidade em Predios Publicos				**24.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	8.000,00
	1023 Urbanizacao de calcadas, Passeios, Canteiros, Vias e Logradouros				**355.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	15.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	300.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	10.000,00
	1021 Ampliação da Rede Pública de Energia				**79.045,82**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	27.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	16.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17510000	0001	35.045,82
	1030 Sinalizacao de Ruas e Avenidas				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	15.000,00
	1025 Aquisicao de Imoveis				**16.000,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	8.000,00
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	17200000	0001	8.000,00
	1031 Construcao de abrigos Rodoviarios				**49.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	11.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	27.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	11.000,00
	2020 Manutenção da Secretaria M de Serviços Urbanos				**3.117.416,71**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	475.581,70
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	440.291,12
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	97.631,97
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	15.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	2.500,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	58.081,22
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.500,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18990000	0001	2.500,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	507.277,59
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	250.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	40.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	407.643,90
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17060000	0001	460.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA	17200000	0001	119.480,16

		JURÍDICA			
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	2.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	699,05
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	170.230,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17010000	0001	1.000,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	2.500,00
	1022 Aquisicao de Veiculos e Outros Equipamentos				**39.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17010000	0001	15.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	15.000,00
	1012 Construcao e manutencao da Destinacao Final do Lixo				**115.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	11.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	11.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	16.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	33.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	22.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	22.000,00
	1033 Melhoramento da Infraestrutura de Estradas				**144.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	34.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	38.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	22.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	38.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17500000	0001	11.000,00
	2019 Implementação e Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública				**3.808.410,87**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	45.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	317.597,48
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.500,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	1.500,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	112.061,23
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17050000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.338.932,80
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	57.580,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.096.112,11
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	537.465,48
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	281.161,77
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	1.000,00
	1085 Recuperação, Readequação e Drenagem de Estradas Vicinais				**762.300,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	19.800,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17000000	0001	38.500,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	38.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	660.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17500000	0001	5.500,00
	2135 Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito				**1.063.320,73**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	351.391,56
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	209.971,67
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	30.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	1.500,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	38.821,32
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.500,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18990000	0001	1.500,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	80.176,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00

		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	27.612,46
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	72.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	68.247,55
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	8.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	108.575,15
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	2.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	2.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17010000	0001	2.000,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.524,52
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	1.500,00
	1201 Aquisição de Imóveis				**16.500,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	16.500,00
	1291 TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				**259.629,82**
		3.3.72.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	259.629,82
	1287 TERMINAL RODOVIÁRIO COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.219,88 M²				**135.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	135.000,00
	1292 Instalação de sinalização vertical e horizontal de toda extensão do centro urbano de Goianinha				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	10.000,00
	2176 Aquisição de Imóveis para construção de um novo cemitério				**55.000,00**
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	17200000	0001	50.000,00
	2182 MOBILIDADE URBANA ORGANIZADA (ROTATÓRIAS				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	20.000,00
	2183 Construção de uma sala para o almoxarifado				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	10.000,00
	2178 Aquisição de um terreno para construção de um espaço pets para lazer				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	5.000,00
	2179 Criação do Projeto Adote o Verde na Cidade				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	5.000,00
Anexo II (Redução)					**12.565.001,69**

12 .001 Secretaria		**Municipal de Serviços Urbanos**			**10.829.679,77**
	1014 Ampliacao e Modernizacao de Cemiterios				**28.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	10.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	10.000,00
	2017 Manutenção e Ampliação da Rede Publica de Energia Elétrica				**2.130.376,55**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	4.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17510000	0001	397.591,50
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	4.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	1.194.661,51
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17510000	0001	244.623,54
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17510000	0001	240.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	4.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17510000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17510000	0001	10.000,00
	1024 Implantacao de Acessibilidade em Predios Publicos				**24.000,00**

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	8.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	8.000,00
	1023 Urbanizacao de calcadas, Passeios, Canteiros, Vias e Logradouros				**355.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	15.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	300.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	10.000,00
	1021 Ampliação da Rede Pública de Energia				**79.045,82**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	27.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	16.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17510000	0001	35.045,82
	1025 Aquisicao de Imoveis				**16.000,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	8.000,00
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	17200000	0001	8.000,00
	2020 Manutenção da Secretaria M de Serviços Urbanos				**3.117.416,71**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	475.581,70
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	440.291,12
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	97.631,97
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	15.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	2.500,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	58.081,22
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.500,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18990000	0001	2.500,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	507.277,59
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	250.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	40.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	407.643,90
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17060000	0001	460.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	119.480,16
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	2.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	699,05
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	170.230,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17010000	0001	1.000,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	2.500,00
	1022 Aquisicao de Veiculos e Outros Equipamentos				**39.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	4.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17000000	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17010000	0001	15.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	15.000,00
	1012 Construcao e manutencao da Destinacao Final do Lixo				**115.500,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	11.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	11.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	16.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	33.000,00

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	22.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	22.000,00
	2019 Implementação e Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública				**3.808.410,87**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	45.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	317.597,48
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.500,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	1.500,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	112.061,23
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17050000	0001	1.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	1.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.338.932,80
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17050000	0001	57.580,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.096.112,11
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	537.465,48
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	281.161,77
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17200000	0001	1.000,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	1.000,00
	1085 Recuperação, Readequação e Drenagem de Estradas Vicinais				**762.300,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	19.800,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17000000	0001	38.500,00
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	38.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	660.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17500000	0001	5.500,00
	1291 TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				**259.629,82**
		3.3.72.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	259.629,82
	2176 Aquisição de Imóveis para construção de um novo cemitério				**55.000,00**
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	17200000	0001	50.000,00
	2178 Aquisição de um terreno para construção de um espaço pets para lazer				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	5.000,00
	2179 Criação do Projeto Adote o Verde na Cidade				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	5.000,00
14 .001 Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito					**1.735.321,92**
	1029 Construcao de Abrigos para Moto Taxi				**38.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	16.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	22.000,00
	1032 Conclusao de Terminal Rodoviario				**188.501,19**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	401,19
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	110.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17100000	0001	33.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	11.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	18990000	0001	27.500,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	3.300,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17000000	0001	3.300,00
	1028 Aquisicao de Veiculos e Outros Equipamentos				**20.000,00**

		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	12.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	8.000,00
	1030 Sinalizacao de Ruas e Avenidas				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17500000	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	15.000,00
	1031 Construcao de abrigos Rodoviarios				**49.500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	11.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	27.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	11.000,00
	1033 Melhoramento da Infraestrutura de Estradas				**144.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	34.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	38.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17010000	0001	22.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	38.500,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17500000	0001	11.000,00
	2135 Manutenção da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito				**1.063.320,73**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	351.391,56
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	209.971,67
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	30.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	8.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	1.500,00
		3.1.91.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	38.821,32
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.500,00
		3.1.91.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	18990000	0001	1.500,00
		3.3.90.08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	15000000	0001	1.500,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	80.176,50
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	17200000	0001	10.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	27.612,46
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	72.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17200000	0001	8.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	68.247,55
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	8.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.500,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	1.500,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	108.575,15
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	17200000	0001	2.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17000000	0001	2.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17010000	0001	2.000,00
		3.3.90.95 INDENIZAÇÃO PELA EXECUÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO	15000000	0001	2.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	7.524,52
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	17200000	0001	1.500,00
	1201 Aquisição de Imóveis				**16.500,00**
		4.5.90.61 AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	15000000	0001	16.500,00
	1287 TERMINAL RODOVIÁRIO COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.219,88 M²				**135.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	135.000,00
	1292 Instalação de sinalização vertical e horizontal de toda extensão do centro urbano de Goianinha				**10.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	10.000,00
	2182 MOBILIDADE URBANA ORGANIZADA (ROTATÓRIAS				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	20.000,00
	2183 Construção de uma sala para o almoxarifado				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17200000	0001	10.000,00

Publicado por:
Maria Eugênia do Nascimento
Código Identificador:2B73C2B4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N°22/2026– PMG/RN

Pregão Eletrônico N° 90013/2025 – PMG/RN

Aos ,04 de fevereiro de 2026 a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, localizado no térreo do prédio sede situado na **Rua Luiz de Souza Miranda, nº 116, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000**, representado neste ato por seu Prefeito em exercício o **Sr HELIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 852.482.904-49, , residente e domiciliado à** Rodovia RN 221- Ap 03 – Zona Rural – Guamaré/RN, nos termos da Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP) e **Decreto Municipal nº 046/2010**, conforme a classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico Nº 90013/2025 e Nº de registro da licitação 55/2025 - Número processo 4239/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**, homologado em **30 de janeiro de 2026**, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Fornecedor: **L M PEREIRA LICITA**		
CNPJ: **48.624.749/0001-36**	Telefone: **(062) 3584-4862**	Email: **lmlicita.gov@gmail.com / lucianamaria1@gmail.com**
Endereço: **R 6, 9 QUADRAD8 LOTE 09, CH CALIFORNIA, GOIANIA/GO, CEP: 74690-807**		
Representante: **Luciana Maria Pereira** - CPF: **001.917.571-01**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
34	0042387 - Fogão 4 bocas: - Em Aço inoxidável - Com gaveta assadeira - Capacidade do forno 50L - A gás - Sistema de acendimento automático		UNIDADE	14,000000	737,000	10.318,00

1 – DO OBJETO

1.1 –Registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamento e Material Permanente para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Guamaré/RN.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 **(DOZE) MESES**, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no **DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FEMURN)** e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o **MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
3.1 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não participante do certame licitatório, também denominado **carona**, mediante prévia consulta junto à CPL, órgão gerenciador da ARP, que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:
I – prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e
II – observância da quantidade registrada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, de forma a evitar fracionamento indevido.
§ 1º – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
§ 2º – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para cada item**.
§ 3º – O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.**
§ 4º – Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do Registro de Preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo Registro de Preços.
§ 5º – Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:
I – outros entes da Administração Pública; e
II – entidades privadas.
§ 6º. Conforme o disposto nos arts. 121, 122 e 124 da Lei 14.133/2021, as contratações decorrentes da adesão (“carona”) poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida pela lei, desde que a respectiva Ata não tenha sido anteriormente aditada
4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
4.1 – Integram esta Ata de Registro de Preços o edital do Pregão supracitado e seus anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s) no respectivo certame.
4.2 – Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Macau/RN para dirimir dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta Ata de Registro de Preços, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Guamaré/RN,04 de fevereiro de 2026.

HELIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA

LUCIANA MARIA PEREIRA

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF/MF: _____

2) _____
CPF/MF:_____

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:5145A4DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N°33/2026– PMG/RN

Pregão Eletrônico N°90013/2025 – PMG/RN

Aos ,06 de fevereiro de 2026 a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, localizado no térreo do prédio sede situado na **Rua Luiz de Souza Miranda, nº 116, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000**, representado neste ato por seu Prefeito em exercício o **Sr HELIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 852.482.904-49, , residente e domiciliado à** Rodovia RN 221- Ap 03 – Zona Rural – Guamaré/RN, nos termos da Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP) e **Decreto Municipal nº 046/2010**, conforme a classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico Nº 90013/2025 e Nº de registro da licitação 55/2025 - Número processo 4239/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**, homologado em **30 de janeiro de 2026**, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Fornecedor: **SOUL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**		
CNPJ: **51.659.136/0001-49**	Telefone: **(047) 3057-3902**	Email: **atas@souldistribuidora.com.br**
Endereço: **Rua José Deeke, 197 Sala 01, ESCOLA AGRÍCOLA, Blumenau/SC, CEP: 89031-400**		
Representante: **Viviane Lopes Fraga** - CPF: **890.525.440-34**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
33	0042386 - Fogão industrial baixa pressão de 6 bocas: Queimadores: 03 simples e 03 duplos Alimentação: Gás baixa pressão Tamanho da Grelha: 30cm x 30cm Perfil (u): 50mm Registros de Gás: Manípulos expostos de fácil manuseio Pés: Fixos Material do corpo do fogão: Aço carbono em pintura epóxi na cor preta Material da mesa: Aço carbono pintada em preto fosco Material dos espalhadores e bases dos queimadores: Ferro fundido Material da Grelha (Trempe): Ferro fundido pintada na cor preta Dimensões do fogão: Altura (cm): 80 – Largura (cm): 110 – Comprimento (cm): 82,5 Forno 55L		UNIDADE	1,000000	1.519,000	1.519,00

1 – DO OBJETO

1.1 –Registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamento e Material Permanente para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Guamaré/RN.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 **(DOZE) MESES**, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no **DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FEMURN)** e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o **MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
3.1 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não participante do certame licitatório, também denominado **carona**, mediante prévia consulta junto à CPL, órgão gerenciador da ARP, que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:
I – prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e
II – observância da quantidade registrada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, de forma a evitar fracionamento indevido.
§ 1º – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
§ 2º – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para cada item**.
§ 3º – O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.**
§ 4º – Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do Registro de Preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo Registro de Preços.
§ 5º – Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:
I – outros entes da Administração Pública; e
II – entidades privadas.
§ 6º. Conforme o disposto nos arts. 121, 122 e 124 da Lei 14.133/2021, as contratações decorrentes da adesão (“carona”) poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida pela lei, desde que a respectiva Ata não tenha sido anteriormente aditada
4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta Ata de Registro de Preços o edital do Pregão supracitado e seus anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s) no respectivo certame.
4.2 – Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Macau/RN para dirimir dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta Ata de Registro de Preços, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Guamaré/RN,06 de fevereiro de 2026.

HELIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA

VIVIANE LOPES FRAGA

Testemunhas:

1) _____
CPF/MF:_____

2) _____
CPF/MF: _____

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:3CB547B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N°48/2026– PMG/RN

Pregão Eletrônico N° 90011/2025 – PMG/RN

Aos ,15 de abril de 2026 a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, localizado no térreo do prédio sede situado na **Rua Luiz de Souza Miranda, nº 116, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000**, representado neste ato por seu Prefeito em exercício o **Sr HELIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 852.482.904-49, , residente e domiciliado à** Rodovia RN 221- Ap 03 – Zona Rural – Guamaré/RN, nos termos da Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP) e **Decreto Municipal nº 046/2010**, conforme a classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico Nº 90011/2025 e Nº de registro da licitação 53/2025 - Número processo 3392/2024 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**, homologado em **08 de abril de 2026**, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Fornecedor: **PHOSPODONT LTDA**		
CNPJ: **04.451.626/0001-75**	Telefone: **84 3217-5960 / 3611-3159**	Email: **licitacao@phospodont.com.br**
Endereço: **Av. Ayrton Senna, 4148 , Capim Macio, Natal/RN, CEP: 59080-100**		
Representante: **ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA** - CPF: **413.273.304-15**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0013286 - DENOSUMABE, 60 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SERINGA 1ML		Seringas	100,000000	1.175,440	117.544,00

1 – DO OBJETO

1.1 –Registro de preços para futura e eventual contratação empresa especializada no fornecimento de medicamentos Não Padronizados Injetáveis, visando atender as necessidades de usuários do sistema único de do Município de Guamaré/RN

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 **(DOZE) MESES**, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no **DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FEMURN)** e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o **MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES
3.1 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não participante do certame licitatório, também denominado **carona**, mediante prévia consulta junto à CPL, órgão gerenciador da ARP, que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:
I – prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e
II – observância da quantidade registrada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, de forma a evitar fracionamento indevido.
§ 1º – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
§ 2º – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para cada item**.
§ 3º – O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.**

§ 4º – Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do Registro de Preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo Registro de Preços.
§ 5º – Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:
I – outros entes da Administração Pública; e
II – entidades privadas.
§ 6º. Conforme o disposto nos arts. 121, 122 e 124 da Lei 14.133/2021, as contratações decorrentes da adesão ("carona") poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida pela lei, desde que a respectiva Ata não tenha sido anteriormente aditada

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta Ata de Registro de Preços o edital do Pregão supracitado e seus anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s) no respectivo certame.
4.2 – Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Macau/RN para dirimir dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta Ata de Registro de Preços, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Guamaré/RN,15 de abril de 2026.

HELIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA

ANA MARIA PINHEIRO FERREIRA

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF/MF: _____

2) _____
CPF/MF:_____

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:AF28AB1C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRA
EDITAL CMDCA/FMDCA Nº 01/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CMDCA – IPUEIRA
Lei Municipal Nº 277/2003
Avenida Fundador Francisco Quinino, 391, Centro, IPUEIRA/RN

EDITAL CMDCA/FMDCA Nº 01/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS, OFICINAS E AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS VOLTADAS À PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ipueira – CMDCA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 277/2003, pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Federal nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC), pela Resolução nº 137/2010 do CONANDA e demais legislações aplicáveis, torna público o presente Edital de Chamamento Público para seleção de projetos, oficinas e ações socioeducativas financiadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA/FIA.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital a seleção de projetos, oficinas, programas e ações voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, conforme os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta previstos no artigo 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
1.2 Poderão ser contempladas ações de natureza:

a) socioeducativa;

b) cultural;

c) esportiva;

d) recreativa;

e) artística;

f) pedagógica;

g) tecnológica;

h) ambiental;

i) profissionalizante;

j) inclusão digital;

k) fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

l) prevenção da violência, evasão escolar, trabalho infantil e vulnerabilidade social;

m) promoção da cidadania e inclusão social.

1.3 Poderão ser financiadas oficinas e atividades como:

a) música;

b) dança;

c) teatro;

d) artesanato;

e) esportes;

f) capoeira;

g) informática;

h) robótica;

i) leitura;

j) reforço escolar;

k) cultura popular;

l) pintura;

m) lazer;

n) atividades recreativas;

o) educação ambiental;

p) empreendedorismo;

q) outras atividades compatíveis com os objetivos deste edital.

1.4 O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA/FIA poderá financiar projetos, oficinas, programas, ações socioeducativas e atividades voltadas à promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente, desde que aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Ipueira, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Resolução nº 137/2010 do CONANDA e demais legislações aplicáveis.
1.5 As oficinas e atividades poderão ser executadas de forma individual ou integradas a projetos sociais, planos de trabalho, programas ou chamamentos públicos aprovados pelo CMDCA.
1.6 Não poderão ser financiadas despesas genéricas da administração pública ou ações sem relação direta com a promoção, proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.
1.7 Serão selecionados até 03 (três) projetos, oficinas ou ações socioeducativas, conforme disponibilidade orçamentária do FMDCA/FIA, no valor máximo de R$ 8.000,00 (oito mil reais) para cada proposta aprovada.

2. DOS OBJETIVOS

2.1 São objetivos deste chamamento público:

a) promover ações voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes;

b) fortalecer vínculos familiares e comunitários;

c) incentivar o desenvolvimento educacional, cultural, esportivo e social;

d) prevenir situações de risco social;

e) estimular a inclusão social e cidadania;

f) fomentar ações inovadoras e complementares às políticas públicas municipais;

g) promover oportunidades de desenvolvimento humano e comunitário.

3. DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

3.1 Poderão participar:

a) Organizações da Sociedade Civil regularmente constituídas e sem fins lucrativos;
b) Instituições governamentais com atuação na área da infância e adolescência;
c) Entidades com comprovada experiência em ações voltadas à criança e ao adolescente.

3.2 As entidades participantes deverão possuir regularidade jurídica, fiscal e documental, conforme legislação vigente.
3.3 Cada entidade poderá apresentar apenas 01 (uma) proposta.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 As propostas deverão ser apresentadas conforme modelo disponibilizado pelo CMDCA.

4.2 O projeto, oficina ou ação deverá conter:

a) identificação da entidade;

b) justificativa;

c) objetivos;

d) público-alvo;

e) metodologia;

f) cronograma de execução;

g) metas e resultados esperados;

h) plano de aplicação financeira;

i) forma de monitoramento e avaliação.

4.3 Exemplificativamente, um projeto poderá contemplar múltiplas oficinas e atividades complementares, como música, dança, esportes, pintura, informática, leitura, teatro, artesanato, cultura popular, capoeira e demais ações socioeducativas.

5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

5.1 Deverão acompanhar a proposta os seguintes documentos:

a) comprovante de inscrição no CNPJ;

b) cópia do Estatuto Social atualizado;

c) ata de eleição da atual diretoria;

d) documento oficial com foto do representante legal;

e) comprovante de endereço da entidade;

f) certidões negativas municipais, estaduais, federais, trabalhistas e FGTS;

g) comprovação de experiência na execução de atividades correlatas;

h) plano de trabalho detalhado;

i) orçamento contendo no mínimo 03 (três) cotações dos itens previstos.

5.2 Os órgãos governamentais deverão observar o disposto nos artigos 15 e 16 da Resolução nº 137/2010 do CONANDA.

6. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1 As propostas serão recebidas da data da publicação até o dia 14/05/2025, na sede do CMDCA (CRAS), aberto para recebimento das 08:00 às 12:00horas, por membro do CMDCA, na recepção.
6.2 Os documentos deverão ser protocolados na sede do CMDCA de Ipueira, situada à Avenida Fundador Francisco Quinino, nº 391, Centro.
6.3 A proposta deverá ser entregue em envelope lacrado contendo:

a) ofício de encaminhamento;

b) uma via impressa do projeto, oficina ou ação;

c) toda a documentação exigida neste edital.

7. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO

7.1 Os projetos serão avaliados em reunião extraordinária do CMDCA.

7.2 A avaliação observará os seguintes critérios:

a) consonância com o ECA e legislação correlata;

b) relevância social da proposta;

c) impacto social esperado;

d) coerência entre objetivos, metodologia e metas;

e) viabilidade técnica e financeira;

f) capacidade de execução da entidade;

g) adequação do orçamento;

h) monitoramento e avaliação;

i) envolvimento das famílias e comunidade;

j) promoção da inclusão social e garantia de direitos.

7.3 Cada critério receberá pontuação de 01 (um) a 05 (cinco) pontos por conselheiro presente.

7.4 Em caso de empate, prevalecerá a proposta que obtiver maior pontuação no critério "impacto social esperado".
7.5 Persistindo o empate, caberá decisão soberana do CMDCA.

7.6 O CMDCA poderá aprovar até 03 (três) propostas classificadas, observada a ordem de pontuação e a disponibilidade orçamentária do FMDCA/FIA.
7.7 Será divulgado o Resultado Preliminar no dia 18/05/2026; com abertura de recursos até 02 dias úteis após a divulgação em diário oficial.
7.8 O Resultado Final será divulgado no dia 21/05/2026.

8. DO FINANCIAMENTO

8.1 Os recursos financeiros serão oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA/FIA.
8.1.1 O valor total destinado ao presente chamamento público será de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA/FIA, destinados ao financiamento de até 03 (três) propostas aprovadas, no valor individual de até R$ 8.000,00 (oito mil reais).
8.2 Os recursos poderão ser utilizados para:

a) aquisição de materiais de consumo;

b) aquisição de equipamentos permanentes;

c) contratação de profissionais;

d) despesas pedagógicas;

e) materiais didáticos;

f) despesas necessárias à execução do projeto, oficina ou ação.

8.3 A aplicação dos recursos deverá observar:

a) a Lei Federal nº 8.069/1990 – ECA;

b) a Lei Federal nº 13.019/2014;

c) a Resolução nº 137/2010 do CONANDA;

d) a legislação municipal pertinente;

e) as deliberações do CMDCA.

8.4 O prazo máximo de execução da proposta será de 08 (oito) meses.

8.5 A liberação dos recursos ocorrerá conforme cronograma financeiro estabelecido no Termo de Fomento, observando a disponibilidade financeira do FMDCA/FIA e as exigências legais aplicáveis.

8.6 Qualquer alteração no projeto deverá ser previamente autorizada pelo CMDCA.

9. DO MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 O CMDCA realizará acompanhamento e fiscalização da execução das ações financiadas mediante:
a) visitas técnicas;

b) relatórios;

c) reuniões;

d) registros fotográficos;

e) demais instrumentos de monitoramento.

9.2 A entidade beneficiada deverá apresentar prestação de contas conforme as exigências da Lei Federal nº 13.019/2014, normas do Tribunal de Contas e regulamentações do CMDCA.
9.3 Para habilitação e execução das ações financiadas pelo FMDCA/FIA deverão ser observados:
a) aprovação prévia do CMDCA;

b) apresentação de plano de trabalho;

c) definição de metas, metodologia e público-alvo;

d) adequação orçamentária;

e) alinhamento às diretrizes do ECA e resoluções do CONANDA.

10. DO RESULTADO

10.1 O resultado preliminar será divulgado no quadro de avisos do CMDCA e no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte.
10.2 Caberá recurso administrativo no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado preliminar.

10.3 O resultado final será homologado pelo CMDCA.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 O presente edital ficará disponível na sede do CMDCA e nos meios oficiais de divulgação do Município.
11.2 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
11.3 A participação neste chamamento implica plena aceitação das condições estabelecidas neste edital.

Ipueira/RN, 11 de maio de 2026.

GILZIENE BORBA DE MEDEIROS
Presidente do CMDCA
IPUEIRA/RN

ANEXO I

MODELO DE PROJETO e PLANO DE TRABALHO CMDCA 2026

01 –PROJETO BÁSICO

A - Identificação

Nome do Projeto:

Proponente:

Endereço:

Fone/WhatApp:

e-mail:

CNPJ:

Responsável pela Execução:

Nome:

Endereço: Bairro: CEP: Fone/WhatApp:
E-mail:

B – Considerações Gerais

Explicitar, de maneira sucinta, o comprometimento e a atuação da instituição com políticas públicas na área da criança e do adolescente. As considerações deverão conter relatórios e/ou indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, informações que permitam a análise da situação em âmbito municipal, regional, estadual ou nacional, conforme a abrangência das ações a serem executadas.

C – Justificativa

Fundamentar a pertinência e relevância do projeto como resposta a um problema ou necessidade identificado de maneira objetiva. Deve haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema.

D – Objetivos; Objetivo Geral Objetivos Específicos
A partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que se pretende alcançar com o projeto de maneira que os objetivos específicos possam ser quantificados em metas, produtos e resultados.

E. Metas/ Produtos/ Resultados Esperados

Indicar e quantificar, metas, produtos e resultados esperados de modo a permitir verificação de seu cumprimento, além da identificação dos beneficiários (direta ou indiretamente) do projeto. As metas devem dar noção da abrangência da ação a ser realizada.

F. Metodologia / Estratégia de Ação.

Explicar, sucintamente, como o projeto será desenvolvido (ações / atividades previstas / meio de realização), detalhar como as diferentes etapas serão implementadas e qual a inter-relação entre as mesmas, indicar os mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto a serem usados pelo solicitante e identificar as parcerias envolvidas no projeto.

G. Equipe Técnica do Projeto:

Informe a composição da equipe de trabalho do projeto, não é preciso especificar o nome dos profissionais, apenas as funções das pessoas que estarão envolvidas.

Funções no projeto	Formação Profissional	Natureza do Vínculo (especificar se é CLT, Prestação de Serviços ou Voluntariado)	Número de Horas Semanais Trabalhadas no projeto

H - Detalhamento dos Custos

Código	Natureza das Despesas	Proponente	Concedente	Total
Total Geral				

Registrar o valor, em unidades monetárias, para cada elemento de despesa. Registrar o valor a ser transferido pelo CMDCA. Indicar o valor a ser aplicado pelo beneficiário a título de contrapartida (quando for o caso). Indicar o somatório dos valores atribuídos a cada elemento de despesa.

I - Memória de Cálculo

Meta Fase	Item de despesa	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor	Concedente	Proponente

Apresentar memória de cálculo de todos os valores apresentados, detalhando os custos por itens, conforme a estratégia de ação previamente indicada, apresentando valores unitários e o total previsto, a meta/fase física a ser alcançada e os valores financeiros correspondentes; estes dados devem ser agrupados de maneira a espelhar o apoio financeiro pretendido e aquilo que será oferecido a título de contrapartida, compondo, assim, o orçamento global do projeto.

J - Contrapartida Oferecida (quando for o caso)

Código	Descrição	Proponente
Total (Geral)		

OBS: Os recursos financeiros a título de contrapartida devem ser indicados em moeda corrente, para o desenvolvimento do projeto e serem depositados na conta do Projeto.

L - Cronograma de Execução

É o desdobramento do objeto do Termo de FOMENTO ou outro instrumento, em realizações físicas, de acordo com unidades de medida preestabelecidas. Nesse campo deverá ser indicado o conjunto de elementos que compõem o objeto. Indicar nesse campo cada uma das ações em que se divide uma meta e o prazo previsto para a implantação de cada meta, etapa ou fase com suas respectivas datas. Indicar a unidade de medida que melhor caracteriza o produto de cada meta, etapa ou fase.

Exemplo: criança atendida (pessoa), pessoa capacitada (pessoa), serviço implantado (serviço), obra (m2), seminário, reunião palestras (eventos), publicação (exemplares), campanha de prevenção (campanha).

Meta	Etapa/Fase	Especificação	Indicador físico		Duração	
			Unid.	Quant.	Início	Término

M - Monitoramento e Avaliação

Inserir proposta clara de monitoramento e avaliação, indicando objetivos, profissionais responsáveis, periodicidade, instrumentos.

N – LISTA DOS BENEFICIÁRIOS DO PROJETO

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA INCLUSÃO NA ENTIDADE

IPUEIRA/RN, / / 2026.

_
Assinatura e Carimbo do responsável pela Instituição

O - Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de IPUEIRA/RN – CMDCA, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o sistema de Seguridade Social (CF, art.195 § 3º) e com tributos municipais e estaduais, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do FMDCA - CMDCA, na forma deste plano de trabalho.

Local e Data Assinatura e Carimbo

ANEXO II
CHECKLIST DOCUMENTAL

( ) CNPJ atualizado
( ) Estatuto Social atualizado ( ) Ata de eleição da diretoria
( ) Documento oficial do representante legal ( ) Comprovante de endereço da entidade
( ) Certidões negativas municipais, estaduais, federais, trabalhistas e FGTS ( ) Plano de Trabalho
( ) Projeto/Proposta
( ) Orçamentos e cotações
( ) Comprovação de experiência
( ) Declaração de capacidade técnica ( ) Declaração de não impedimento

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos, para os devidos fins, que a entidade possui capacidade técnica, operacional, administrativa e equipe qualificada para execução do projeto, oficina ou ação socioeducativa apresentada ao CMDCA/FMDCA de Ipueira/RN, comprometendo-se a cumprir integralmente as metas, objetivos e atividades previstas no Plano de Trabalho.

Ipueira/RN, de de 2026.

__
Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

Declaramos, para os devidos fins, que a entidade não possui impedimentos legais para firmar parceria com a Administração Pública, não estando inadimplente com órgãos públicos, nem possuindo dirigentes impedidos de contratar com o poder público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Ipueira/RN, de de 2026.

__
Assinatura do Representante Legal

ANEXO V
MODELO DE OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

À Presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA Ipueira/RN

A entidade , inscrita no CNPJ sob nº , vem, por meio deste, encaminhar proposta referente ao Edital CMDCA/FMDCA nº 01/2026, contendo toda a documentação exigida para fins de participação no chamamento público.

Nestes termos, Pede deferimento.

Ipueira/RN, de de 2026.

__
Assinatura do Representante Legal

Publicado por:
Leonardo Cleriston Nóbrega Félix
Código Identificador:F0676B7F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

GABINETE DO PREFEITO
ANEXOS A LEI N 750.2026- DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.PDF

MUNICIPIO DE JANDUIS							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
1. Receita.pdf							
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS							Exercício: **2027**
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.474.319,00	47.655.076,30	41.982.044,00	44.019.573,00	50.421.533,00	51.429.963,00	52.458.563,00
Receita Tributária	785.036,00	938.573,89	688.498,00	960.093,00	1.056.103,00	1.077.226,00	1.098.770,00
IPTU	209.568,00	51.740,03	87.341,00	47.413,00	52.154,00	53.197,00	54.261,00
ISS	122.360,00	250.603,44	128.478,00	134.902,00	148.392,00	151.360,00	154.387,00
ITBI	25.420,00	31.135,76	26.690,00	28.025,00	30.828,00	31.445,00	32.074,00
IRRF	341.294,00	583.892,64	355.275,00	654.503,00	719.953,00	734.352,00	749.039,00
Taxas	65.964,00	21.202,02	69.262,00	72.725,00	79.998,00	81.598,00	83.230,00
Contribuições de Melhoria	20.430,00	0,00	21.452,00	22.525,00	24.778,00	25.274,00	25.779,00
Receita de Contribuições	250.268,00	258.635,09	262.781,00	190.631,00	209.694,00	213.888,00	218.166,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais contribuições	250.268,00	258.635,09	262.781,00	190.631,00	209.694,00	213.888,00	218.166,00
Receita Patrimonial	356.930,00	396.391,42	374.783,00	325.279,00	357.807,00	364.963,00	372.262,00
Aplicações Financeiras	287.213,00	396.391,42	301.580,00	248.416,00	273.258,00	278.723,00	284.297,00
Outras Receitas Patrimoniais	69.717,00	0,00	73.203,00	76.863,00	84.549,00	86.240,00	87.965,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	14.158,00	0,00	14.865,00	15.609,00	17.170,00	17.513,00	17.863,00
Transferências Correntes	46.883.016,00	46.007.591,04	40.446.961,00	42.324.098,00	48.556.509,00	49.527.638,00	50.518.192,00
Cota-Parte do FPM	24.195.851,00	20.230.405,11	19.222.025,00	15.358.487,00	18.894.336,00	19.272.222,00	19.657.667,00
Cota-Parte do ICMS	4.341.375,00	3.746.577,84	4.558.444,00	3.482.514,00	3.830.765,00	3.907.380,00	3.985.528,00
Cota-Parte do IPVA	193.064,00	123.487,17	202.717,00	212.853,00	234.138,00	238.821,00	243.597,00
Cota-Parte do ITR	13.407,00	3.508,78	14.077,00	14.781,00	16.259,00	16.584,00	16.916,00
Transferências da LC nº 61/1989	12.871,00	15.852,85	13.515,00	14.191,00	15.610,00	15.922,00	16.240,00
Transferências do FUNDEB	6.101.289,00	12.323.966,60	4.855.699,00	12.978.141,00	14.275.956,00	14.561.475,00	14.852.705,00
Outras Transferências Correntes	12.025.159,00	9.563.792,69	11.580.484,00	10.263.131,00	11.289.445,00	11.515.234,00	11.745.539,00
Outras Receitas Correntes	184.911,00	53.884,86	194.156,00	203.863,00	224.250,00	228.735,00	233.310,00
Multa e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	182.766,00	53.884,86	191.904,00	201.498,00	221.648,00	226.081,00	230.603,00
Demais Receitas Correntes	2.145,00	0,00	2.252,00	2.365,00	2.602,00	2.654,00	2.707,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.202.264,00	0,00	6.651.558,00	5.401.838,00	5.942.024,00	6.060.865,00	6.182.082,00
Operações de crédito	51.075,00	0,00	53.629,00	5.000,00	5.500,00	5.610,00	5.722,00

ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	50.000,00	0,00	52.500,00	55.125,00	60.638,00	61.851,00	63.088,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	50.000,00	0,00	52.500,00	55.125,00	60.638,00	61.851,00	63.088,00
Transferência de Capital	4.101.189,00	0,00	6.545.429,00	5.341.713,00	5.875.886,00	5.993.404,00	6.113.272,00
Convênios	1.268.402,00	0,00	991.884,00	310.805,00	3.820.147,00	3.896.550,00	3.974.481,00
Outras Transferências de Capital	2.832.787,00	0,00	5.553.545,00	5.030.908,00	2.055.739,00	2.096.854,00	2.138.791,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (IV)	-5.526.583,00	-4.379.777,49	-4.652.882,00	-3.726.251,00	-4.498.876,00	-4.588.853,00	-4.680.630,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de aplicações de recursos previdênciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções da Receita p/ Formação do FUNDEB	-5.526.583,00	-4.379.777,49	-4.652.882,00	-3.726.251,00	-4.498.876,00	-4.588.853,00	-4.680.630,00
RECEITA TOTAL	47.150.000,00	43.275.298,81	43.980.720,00	45.695.160,00	51.864.681,00	52.901.975,00	53.960.015,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	42.947.736,00	43.275.298,81	37.329.162,00	40.293.322,00	45.922.657,00	46.841.110,00	47.777.933,00

MUNICIPIO DE JANDUIS							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
2. DESPESA.PDF							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS							Exercício: **2027**
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**

DESPESAS CORRENTES (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	37.098.590,00	40.879.213,13	34.714.549,00	35.534.242,00	39.087.666,00	39.869.419,00	40.666.807,00
Pessoal e Encargos Sociais	16.182.139,00	19.950.354,20	15.204.182,00	15.715.002,00	17.286.502,00	17.632.232,00	17.984.877,00
Juros e Encargos da Dívida	7.265,00	0,00	7.628,00	8.009,00	8.810,00	8.986,00	9.166,00
Outras Despesas Correntes	20.909.186,00	20.928.858,93	19.502.739,00	19.811.231,00	21.792.354,00	22.228.201,00	22.672.764,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.693.885,00	2.039.125,43	8.890.770,00	9.803.532,00	10.783.886,00	10.999.563,00	11.219.554,00
Investimentos	9.098.227,00	1.500.309,19	8.467.172,00	9.318.754,00	10.250.630,00	10.455.642,00	10.664.754,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	40.000,00	44.000,00	44.880,00	45.778,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de capital já integralizado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	40.000,00	44.000,00	44.880,00	45.778,00
Amortização da Dívida	595.658,00	538.816,24	423.598,00	444.778,00	489.256,00	499.041,00	509.022,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	357.525,00	0,00	375.401,00	357.386,00	393.129,00	400.993,00	409.014,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (III) = (I+II)	47.150.000,00	42.918.338,56	43.980.720,00	45.695.160,00	50.264.681,00	51.269.975,00	52.295.375,00
DESPESAS CORRENTES (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juuros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS REALIZADAS DO EXERCÍCIO (VI) = (IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL VII = (III + VI)	47.150.000,00	42.918.338,56	43.980.720,00	45.695.160,00	50.264.681,00	51.269.975,00	52.295.375,00

MUNICIPIO DE JANDUIS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
3. RESULTADO PRIMARIO.PDF							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO						Exercício: **2027**	
RECEITAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	42.947.736,00	43.275.298,81	37.329.162,00	40.293.322,00	45.922.657,00	46.841.110,00	47.777.933,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	785.036,00	938.573,89	688.498,00	960.093,00	1.056.103,00	1.077.226,00	1.098.770,00
IPTU	209.568,00	51.740,03	87.341,00	47.413,00	52.154,00	53.197,00	54.261,00
ISS	122.360,00	250.603,44	128.478,00	134.902,00	148.392,00	151.360,00	154.387,00
ITBI	25.420,00	31.135,76	26.690,00	28.025,00	30.828,00	31.445,00	32.074,00
IRRF	341.294,00	583.892,64	355.275,00	654.503,00	719.953,00	734.352,00	749.039,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	86.394,00	21.202,02	90.714,00	95.250,00	104.776,00	106.872,00	109.009,00
Receitas de Contribuições	250.268,00	258.635,09	262.781,00	190.631,00	209.694,00	213.888,00	218.166,00
Receita Patrimonial	356.930,00	396.391,42	374.783,00	325.279,00	357.807,00	364.963,00	372.262,00
Aplicações Financeiras (II)	287.213,00	396.391,42	301.580,00	248.416,00	273.258,00	278.723,00	284.297,00
Outras Receitas Patrimoniais	69.717,00	0,00	73.203,00	76.863,00	84.549,00	86.240,00	87.965,00
Transferências Correntes	41.356.433,00	41.627.813,55	35.794.079,00	38.597.847,00	44.057.633,00	44.938.785,00	45.837.562,00
Cota-Parte do FPM	19.591.626,00	16.628.386,28	15.537.620,00	12.388.366,00	15.227.203,00	15.531.746,00	15.842.382,00
Cota-Parte do ICMS	3.473.100,00	2.997.262,53	3.646.755,00	2.786.011,00	3.064.612,00	3.125.904,00	3.188.422,00
Cota-Parte do IPVA	154.451,00	98.789,68	162.173,00	170.282,00	187.310,00	191.057,00	194.878,00
Cota-Parte do ITR	10.726,00	2.809,09	11.262,00	11.825,00	13.007,00	13.267,00	13.533,00
Transferências da LC 61/1989	10.297,00	12.806,68	10.812,00	11.353,00	12.488,00	12.738,00	12.992,00
Transferências do FUNDEB	6.101.289,00	12.323.966,60	4.855.699,00	12.978.141,00	14.275.956,00	14.561.475,00	14.852.705,00
Outras Transferências Correntes	12.014.944,00	9.563.792,69	11.569.758,00	10.251.869,00	11.277.057,00	11.502.598,00	11.732.650,00
Demais Receitas Correntes	199.069,00	53.884,86	209.021,00	219.472,00	241.420,00	246.248,00	251.173,00
Outras Receitas Financeiras(III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	199.069,00	53.884,86	209.021,00	219.472,00	241.420,00	246.248,00	251.173,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I – (II + III)]	42.660.523,00	42.878.907,39	37.027.582,00	40.044.906,00	45.649.399,00	46.562.387,00	47.493.636,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	4.202.264,00	0,00	6.651.558,00	5.401.838,00	5.942.024,00	6.060.865,00	6.182.082,00
Operações de Crédito (VIII)	51.075,00	0,00	53.629,00	5.000,00	5.500,00	5.610,00	5.722,00

MUNICIPIO DE JANDUIS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO						Exercício: **2027**	
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	50.000,00	0,00	52.500,00	55.125,00	60.638,00	61.851,00	63.088,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	50.000,00	0,00	52.500,00	55.125,00	60.638,00	61.851,00	63.088,00
Transferências de Capital	4.101.189,00	0,00	6.545.429,00	5.341.713,00	5.875.886,00	5.993.404,00	6.113.272,00
Convênios	1.268.402,00	0,00	991.884,00	310.805,00	341.886,00	348.724,00	355.698,00
Outras Transferências de Capital	2.832.787,00	0,00	5.553.545,00	5.030.908,00	5.534.000,00	5.644.680,00	5.757.574,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	4.151.189,00	0,00	6.597.929,00	5.396.838,00	5.936.524,00	6.055.255,00	6.176.360,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	46.811.712,00	42.878.907,39	43.625.511,00	45.441.744,00	51.585.923,00	52.617.642,00	53.669.996,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	46.811.712,00	42.878.907,39	43.625.511,00	45.441.744,00	51.585.923,00	52.617.642,00	53.669.996,00
DESPESAS							
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	40.948.929,56	39.697.850,75	34.714.549,00	35.534.242,00	39.087.666,00	39.869.419,00	40.666.807,00
Pessoal e Encargos Sociais	20.130.633,87	19.931.708,74	15.204.182,00	15.715.002,00	17.286.502,00	17.632.232,00	17.984.877,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.931,00	0,00	7.628,00	8.009,00	8.810,00	8.986,00	9.166,00
Outras Despesas Correntes	20.816.364,69	19.766.142,01	19.502.739,00	19.811.231,00	21.792.354,00	22.228.201,00	22.672.764,00

DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	40.946.998,56	39.697.850,75	34.706.921,00	35.526.233,00	39.078.856,00	39.860.433,00	40.657.641,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	5.896.798,37	1.632.194,26	8.890.770,00	9.803.532,00	10.783.886,00	10.999.563,00	11.219.554,00

MUNICIPIO DE JANDUIS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO PRIMÁRIO						Exercício: **2027**	
Investimentos	5.434.600,52	1.098.624,87	8.467.172,00	9.318.754,00	10.250.630,00	10.455.642,00	10.664.754,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	40.000,00	44.000,00	44.880,00	45.778,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	40.000,00	44.000,00	44.880,00	45.778,00
Amortização da Dívida (XXVII)	462.197,85	533.569,39	423.598,00	444.778,00	489.256,00	499.041,00	509.022,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	5.434.600,52	1.500.309,19	8.467.172,00	9.358.754,00	10.294.630,00	10.500.522,00	10.710.532,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XXIX)	357.525,00	0,00	375.401,00	357.386,00	393.129,00	400.993,00	409.014,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	46.739.124,08	40.796.475,62	43.549.494,00	45.242.373,00	49.766.615,00	50.761.948,00	51.777.187,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	46.739.124,08	40.796.475,62	43.549.494,00	45.242.373,00	49.766.615,00	50.761.948,00	51.777.187,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	-583.992,40	1.647.452,94	152.034,00	398.742,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	-583.992,40	1.647.452,94	76.017,00	199.371,00	0,00	0,00	0,00
Nota: A coluna de previsão refere-se a previsão inicial.							

MUNICIPIO DE JANDUIS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
4. RESULTADO NOMINAL.PDF							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS IV - RESULTADO NOMINAL						Exercício: **2027**	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	287.213,00	396.391,42	301.580,00	248.416,00	273.258,00	278.723,00	284.297,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	7.265,00	0,00	7.628,00	8.009,00	8.810,00	8.986,00	9.166,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	-304.044,40	2.043.844,36	369.969,00	439.778,00	1.522.893,00	1.553.351,00	1.584.419,00
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	991.158,77	315.286,88	0,00	325.079,41	162.958,43	35.851,00	36.568,00
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	3.569.775,65	3.488.418,53	3.569.775,65	3.488.418,53	3.837.260,00	3.914.005,00	3.992.285,00
DEDUÇÕES (XL)	4.874.271,81	5.117.994,10	4.874.271,81	5.117.994,10	5.629.794,00	5.742.390,00	5.857.238,00
Disponibilidade de Caixa	4.874.271,81	5.117.994,10	4.874.271,81	5.117.994,10	5.629.794,00	5.742.390,00	5.857.238,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.108.901,73	5.810.576,07	5.108.901,73	5.810.576,07	6.391.634,00	6.519.467,00	6.649.856,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	77.597,50	564.180,98	77.597,50	564.180,98	620.599,00	633.011,00	645.671,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	157.032,42	128.400,99	157.032,42	128.400,99	141.241,00	144.066,00	146.947,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-1.304.496,16	-1.629.575,57	-1.304.496,16	-1.629.575,57	-1.792.534,00	-1.828.385,00	-1.864.953,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	991.158,77	315.286,88	0,00	325.079,41	162.958,43	35.851,00	36.568,00

MUNICIPIO DE JANDUIS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
5. MONTATE DA DIVIDA.PDF							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA						Exercício: **2027**	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Previsão (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.569.775,65	3.488.418,53	3.569.775,65	3.488.418,53	3.837.260,00	3.914.005,00	3.992.285,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	3.569.775,65	3.488.418,53	3.569.775,65	3.488.418,53	3.837.260,00	3.914.005,00	3.992.285,00
DEDUÇÕES (II)	4.874.271,81	5.117.994,10	4.874.271,81	5.117.994,10	5.629.794,00	5.742.390,00	5.857.238,00
Ativo Disponível	5.108.901,73	5.810.576,07	5.108.901,73	5.810.576,07	6.391.634,00	6.519.467,00	6.649.856,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Proc.	77.597,50	564.180,98	77.597,50	564.180,98	620.599,00	633.011,00	645.671,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	157.032,42	128.400,99	157.032,42	128.400,99	141.241,00	144.066,00	146.947,00
Dívida Consolidada Líquida(III) = (I-II)	-1.304.496,16	-1.629.575,57	-1.304.496,16	-1.629.575,57	-1.792.534,00	-1.828.385,00	-1.864.953,00

MUNICIPIO DE JANDUIS						Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
6. RESULTADO PRIMARIO PPP.PDF							
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS - RESULTADO PRIMÁRIO PPP						Exercício: **2027**	
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF							
ESPECIFICAÇÃO	**Realizada (2024)**	**Realizada (2025)**	**Previsão (2025)**	**Previsão (2026)**	**Previsão (2027)**	**Previsão (2028)**	**Previsão (2029)**
Receitas Primárias advindas de PPP (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00		0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00		0,00
Impacto do saldo das PPP (XX) = (XVIII-XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00		0,00

MUNICIPIO DE JANDUIS			Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
7. RISCOS FISCAIS PASSIVOS E AS PROVIDENCIAS.PDF			
DEMONSTRATIVO DE PASSIVOS CONTINGENTES E RISCOS FISCAIS	Exercício: **2027**		
ARF (LRF, art 4o, § 3o)			R$ 1,00
PASSIVOS CONTINGENTES	**Valor Providências**		**Valor**
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	500.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO E ADEQUAÇÃO DA DESPESA DE CAPI	500.000,00
SUBTOTAL	**500.000,00**	SUBTOTAL	**500.000,00**
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	**Valor Providências**		**Valor**

Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	500.000,00	LIMITAÇÃO DE EMPENHO	500.000,00
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
SUBTOTAL	**500.000,00**	SUBTOTAL	**500.000,00**
TOTAL	**1.000.000,00**	TOTAL	**1.000.000,00**

MUNICIPIO DE JANDUIS									Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
8. DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.PDF													
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027													
METAS ANUAIS									Exercício: **2027**				
AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)									R$ 1,00				
ESPECIFICAÇÃO	**2027**				**2028**				**2029**				
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**	
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	51.864.681	49.475.037	0,04	0,00	52.901.975	47.767.020	0,04	0,00	53.960.015	46.641.901	0,04	0,00	
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	51.591.423	49.214.369	0,04	0,00	52.623.252	47.515.352	0,04	0,00	53.675.718	46.396.160	0,04	0,00	
Receitas Primárias Correntes	45.649.399	43.546.121	0,04	0,00	46.562.387	42.042.787	0,04	0,00	47.493.636	41.052.499	0,04	0,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.056.103	1.007.443	0,00	0,00	1.077.226	972.665	0,00	0,00	1.098.770	949.754	0,00	0,00	
Transferências Correntes	44.057.633	42.027.695	0,04	0,00	44.938.785	40.576.781	0,04	0,00	45.837.562	39.621.023	0,04	0,00	
Demais Receitas Primárias Correntes	535.663	510.983	0,00	0,00	546.376	493.342	0,00	0,00	557.304	481.722	0,00	0,00	
Receitas Primárias de Capital	5.942.024	5.668.248	0,00	0,00	6.060.865	5.472.564	0,00	0,00	6.182.082	5.343.662	0,00	0,00	
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	50.264.681	47.948.756	0,04	0,00	51.269.975	46.293.431	0,04	0,00	52.295.375	45.203.021	0,04	0,00	
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	49.766.615	47.473.638	0,04	0,00	50.761.948	45.834.716	0,04	0,00	51.777.187	44.755.110	0,04	0,00	
Despesas Primárias Correntes	39.078.856	37.278.313	0,03	0,00	39.860.433	35.991.362	0,03	0,00	40.657.641	35.143.609	0,03	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	17.286.502	16.490.033	0,01	0,00	17.632.232	15.920.751	0,01	0,00	17.984.877	15.545.749	0,01	0,00	
Outras Despesas Correntes	21.792.354	20.788.280	0,02	0,00	22.228.201	20.070.610	0,02	0,00	22.672.764	19.597.860	0,02	0,00	
Despesas Primárias de Capital	10.294.630	9.820.309	0,00	0,00	10.500.522	9.481.284	0,00	0,00	10.710.532	9.257.958	0,00	0,00	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias				0,00				0,00				0,00	
Receita Total (COM FONTES RPPS)	51.864.681	49.475.037	0,04	0,00	52.901.975	47.767.020	0,04	0,00	53.960.015	46.641.901	0,04	0,00	
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	51.585.923	49.209.122	0,04	0,00	52.617.642	47.510.286	0,04	0,00	53.669.996	46.391.214	0,04	0,00	
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	50.264.681	47.948.756	0,04	0,00	51.269.975	46.293.431	0,04	0,00	52.295.375	45.203.021	0,04	0,00	
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	49.766.615	47.473.638	0,04	0,00	50.761.948	45.834.716	0,04	0,00	51.777.187	44.755.110	0,04	0,00	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(I-II)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	273.258	260.668	0,00	0,00	278.723	251.669	0,00	0,00	284.297	245.740	0,00	0,00	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	8.810	8.404	0,00	0,00	8.986	8.114	0,00	0,00	9.166	7.923	0,00	0,00	
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.837.260	3.660.460	0,00	0,00	3.914.005	3.534.090	0,00	0,00	3.992.285	3.450.847	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-1.792.534	-1.709.944	0,00	0,00	-1.828.385	-1.650.912	0,00	0,00	-1.864.953	-1.612.026	0,00	0,00	

MUNICIPIO DE JANDUIS									Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027													
METAS ANUAIS									Exercício: **2027**				
ESPECIFICAÇÃO	**2027**				**2028**				**2029**				
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a / RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (b / RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (c / RCL) x 100**	

Variáveis	**Período**		
	2027	**2028**	**2029**
PIB real (crescimento % anual)	3,40	2,30	1,60
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquido do governo (média % anual)	6,50	10,00	5,00
Câmbio (R$/US$ - Final do ano)	6,19	5,92	5,40
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice oficial de inflação	4,83	5,65	4,46
Projeção do PIB do Estado - R$ mil	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00	112.000.000.000,00
Fonte dos Parâmetros Macroeconômicos:			
Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026;			
Governo do Estado do Rio Grande do Norte: Assecom-RN em 14/11/2025.			

MUNICIPIO DE JANDUIS							Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
9. DEMONSTRATIVO 2 - AVALIACAO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.PDF								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027								
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR							Exercício: **2027**	
AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)							R$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas em 2025 (a)**	**% PIB**	**% RCL**	**Metas Realizadas em 2025 (b)**	**% PIB**	**% RCL**	**Variação**	
							Valor (c) = (b - a)	**% (c/a) x100**
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	43.980.720	0,04	101,63	43.275.299	0,04	100,00	-705.421	-1,60
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	43.625.511	0,04	100,81	42.878.907	0,04	99,08	-746.604	-1,71
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	43.980.720	0,04	101,63	42.918.339	0,04	99,18	-1.062.381	-2,42

Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	43.549.494	0,04	100,63	40.796.476	0,04	94,27	-2.753.018	-6,32
Receita Total (COM FONTES RPPS)	43.980.720	0,04	101,63	43.275.299	0,04	100,00	-705.421	-1,60
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	43.625.511	0,04	100,81	42.878.907	0,04	99,08	-746.604	-1,71
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	43.980.720	0,04	101,63	42.918.339	0,04	99,18	-1.062.381	-2,42
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	43.549.494	0,04	100,63	40.796.476	0,04	94,27	-2.753.018	-6,32
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	76.017	0,00	0,18	1.647.453	0,00	3,81	1.571.436	2.067,22
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	152.034	0,00	0,35	1.647.453	0,00	3,81	1.495.419	983,61
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	3.569.776	0,00	8,25	3.488.419	0,00	8,06	-81.357	-2,28
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	-1.304.496	0,00	-3,01	-1.629.576	0,00	-3,77	-325.079	24,92

R$ 1,00		
Parâmetros	**Valor Previsto 2025**	**Valor Realizado 2025**
PIB nominal	108.000.000.000,00	110.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	37.329.162,00	43.275.298,81
Fonte dos Parâmetros:		
Governo do Estado do Rio Grande do Nort: Assecom-RN em 14/11/2025		
RREO Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida		
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027		
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR		Exercício: **2027**

MUNICIPIO DE JANDUIS											Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
10. DEMONSTRATIVO 3 - METAS COMPARADAS.PDF											
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											Exercício: **2027**
AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)											R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CORRENTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	47.150.000	43.980.720	-6,72	45.695.160	3,90	51.864.681	13,50	52.901.975	2,00	53.960.015	2,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	46.862.787	43.679.140	-6,79	45.446.744	4,05	51.591.423	13,52	52.623.252	2,00	53.675.718	2,00
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	47.150.000	43.980.720	-6,72	45.695.160	3,90	50.264.681	10,00	51.269.975	2,00	52.295.375	2,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (II)	46.739.124	43.549.494	-6,82	45.242.373	3,89	49.766.615	10,00	50.761.948	2,00	51.777.187	2,00
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	47.150.000	43.980.720	-6,72	45.695.160	3,90	51.864.681	13,50	52.901.975	2,00	53.960.015	2,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	46.811.712	43.625.511	-6,81	45.441.744	4,16	51.585.923	13,52	52.617.642	2,00	53.669.996	2,00
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	47.150.000	43.980.720	-6,72	45.695.160	3,90	50.264.681	10,00	51.269.975	2,00	52.295.375	2,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	46.739.124	43.549.494	-6,82	45.242.373	3,89	49.766.615	10,00	50.761.948	2,00	51.777.187	2,00
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	-583.992	76.017	0,00	199.371	162,27	0	-100,00	0	0,00	0	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	-583.992	152.034	0,00	398.742	162,27	0	-100,00	0	0,00	0	0,00
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	3.569.776	3.569.776	0,00	3.488.419	-2,28	3.837.260	10,00	3.914.005	2,00	3.992.285	2,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	-1.304.496	-1.304.496	0,00	-1.629.576	0,00	-1.792.534	0,00	-1.828.385	0,00	-1.864.953	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	991.159	0	-100,00	325.079	0,00	162.958	-49,87	35.851	-78,00	36.568	2,00
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
RECEITA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	49.507.500	46.619.563	-5,83	45.695.160	-1,98	49.475.037	8,27	47.767.020	-3,45	46.637.869	-2,36
RECEITAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (I)	49.205.926	46.299.888	-5,91	45.446.744	-1,84	49.214.369	8,29	47.515.352	-3,45	46.392.150	-2,36
DESPESA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS)	49.507.500	46.619.563	-5,83	45.695.160	-1,98	47.948.756	4,93	46.293.431	-3,45	45.199.114	-2,36
DESPESAS PRIMÁRIAS (EXCETO FONTES RPPS) (III)	49.076.080	46.162.464	-5,94	45.242.373	-1,99	47.473.638	4,93	45.834.716	-3,45	44.751.242	-2,36
RECEITA TOTAL (COM FONTES RPPS)	49.507.500	46.619.563	-5,83	45.695.160	-1,98	49.475.037	8,27	47.767.020	-3,45	46.637.869	-2,36
RECEITAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (III)	49.152.298	46.243.042	-5,92	45.441.744	-1,73	49.209.122	8,29	47.510.286	-3,45	46.387.205	-2,36
DESPESA TOTAL (COM FONTES RPPS)	49.507.500	46.619.563	-5,83	45.695.160	-1,98	47.948.756	4,93	46.293.431	-3,45	45.199.114	-2,36

MUNICIPIO DE JANDUIS											Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027											
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											Exercício: **2027**
DESPESAS PRIMÁRIAS (COM FONTES RPPS) (IV)	49.076.080	46.162.464	-5,94	45.242.373	-1,99	47.473.638	4,93	45.834.716	-3,45	44.751.242	-2,36
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - ACIMA DA LINHA (V)=(I-II)	-613.192	80.578	0,00	199.371	147,43	0	-100,00	0	0,00	0	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - ACIMA DA LINHA (VI)=(V)+(III-IV)	-613.192	161.156	0,00	398.742	147,43	0	-100,00	0	0,00	0	0,00
DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA (DC)	3.748.264	3.783.962	0,95	3.488.419	-7,81	3.660.460	4,93	3.534.090	-3,45	3.450.549	-2,36
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)	-1.369.721	-1.382.766	0,00	-1.629.576	0,00	-1.709.944	0,00	-1.650.912	0,00	-1.611.887	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - ABAIXO DA LINHA	1.040.717	0	-100,00	325.079	0,00	155.450	-52,18	32.371	-79,18	31.606	-2,36
Nota:											
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Art. 4º, § 2º:											

II - Demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes					
INDICES DE INFLAÇÃO					
2024	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
4,83	5,65	4,46	4,83	5,65	4,46
1,05	1,06	1,04	1,05	1,06	1,04
Fonte Índices de Inflação:					
Banco Central do Brasil					
Mercado 2026 a 2029: Relatório de Expectativas de Mercado Focus, de 20/03/2026					

MUNICIPIO DE JANDUIS				Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
11. DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUCAO DO PRATRIMONIO LIQUIDO.PDF						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				Exercício: **2027**		
AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4o, § 2o, inciso III)				R$ 1,00		
Patrimônio Líquido	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio/Capital	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	26.581.313	100,00	24.577.409	100,00	24.577.409	100,00
TOTAL	**26.581.313**	**100,00**	**24.577.409**	**100,00**	**24.577.409**	**100,00**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
Patrimônio Líquido	**2025**	**%**	**2024**	**%**	**2023**	**%**
Patrimônio	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**	**0**	**0,00**

MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
12. DEMONSTRATIVO 5 - ALIENACAO DE ATIVOS.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS		Exercício: **2027**	
AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)		R$ 1,00	
RECEITAS REALIZADAS	**2025 (a)**	**2024 (b)**	**2023 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	**2025 (d)**	**2024 (e)**	**2023 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DE CAPITAL	**0**	**0**	**0**
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	**0**	**0**	**0**
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	**2025 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2024 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2023 (i) = ((Ic - IIf)**
Valor (III)	**0**	**0**	**0**

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
13. DEMONSTRATIVO 6 - AVALIACAO PREVIDENCIARIA.PDF			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2027**		
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")	R$ 1,00		
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
RECEITAS CORRENTES (I)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	**0**	**0**	**0**
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (III)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**0**	**0**	**0**

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Exercício: **2027**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**0**	**0**	**0**
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**2025**	**2024**	**2023**
Valor	**0**	**0**	**0**
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DOS RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Valor	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
RECEITAS CORRENTES (VII)	**0**	**0**	**0**
Receita de Contribuições dos Segurados	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**		
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	**0**	**0**	**0**
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	**0**	**0**	**0**
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os regimes	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	**0**	**0**	**0**
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Benefícios	**0**	**0**	**0**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	**0**	**0**	**0**
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**		
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0**	**0**	**0**
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Receitas Correntes	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Despesas Correntes (XIII)	**0**	**0**	**0**
Pessoal e Encargos Sociais	0	0	0
Demais Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital (XIV)	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)²	**0**	**0**	**0**
BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	**2025**	**2024**	**2023**
Caixa e Equivalentes de Caixa	0	0	0

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027	Exercício: **2027**
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	

Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outro Bens e Direitos	0	0	0
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2025**	**2024**	**2023**
Contribuições dos Servidores	0	0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0**	**0**	**0**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**2025**	**2024**	**2023**
Aposentadorias	0	0	0
Pensões	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0**	**0**	**0**
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0**	**0**	**0**
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			

EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				

EXERCÍCIO	**Receitas Previdenciárias (a)**	**Despesas Previdenciárias (b)**	**Resultado Previdenciárias (c) = (a-b)**	**Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Ant)+(c)**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027		Exercício: **2027**		
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
14. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO PREVIDENCIARIO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027	Exercício: **2027**			
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")				R$ milhares
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027	Exercício: **2027**			
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0

2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027	Exercício: **2027**			
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
15. DEMONSTRATIVO 6 - PROJECAO DO PLANO FINANCEIRO.PDF				
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027	Exercício: **2027**			
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")				R$ milhares
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027	Exercício: **2027**			
FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercício** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0

2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0
2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027	Exercício: **2027**

FUNDO EM PARTICIPAÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

Exercício	**Receitas Previdenciárias** (a)	**Despesas Previdenciárias** (b)	**Resultado Previdenciário** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0

Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2027	0	0	0	0
2028	0	0	0	0
2029	0	0	0	0
2030	0	0	0	0
2031	0	0	0	0
2032	0	0	0	0
2033	0	0	0	0
2034	0	0	0	0
2035	0	0	0	0
2036	0	0	0	0
2037	0	0	0	0
2038	0	0	0	0
2039	0	0	0	0
2040	0	0	0	0
2041	0	0	0	0
2042	0	0	0	0
2043	0	0	0	0
2044	0	0	0	0
2045	0	0	0	0
2046	0	0	0	0
2047	0	0	0	0
2048	0	0	0	0
2049	0	0	0	0
2050	0	0	0	0
2051	0	0	0	0
2052	0	0	0	0
2053	0	0	0	0
2054	0	0	0	0
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	0	0	0	0
2056	0	0	0	0
2057	0	0	0	0
2058	0	0	0	0
2059	0	0	0	0
2060	0	0	0	0
2061	0	0	0	0
2062	0	0	0	0
2063	0	0	0	0
2064	0	0	0	0
2065	0	0	0	0
2066	0	0	0	0

2067	0	0	0	0
2068	0	0	0	0
2069	0	0	0	0
2070	0	0	0	0
2071	0	0	0	0
2072	0	0	0	0
2073	0	0	0	0
2074	0	0	0	0
2075	0	0	0	0
2076	0	0	0	0
2077	0	0	0	0
2078	0	0	0	0
2079	0	0	0	0
2080	0	0	0	0
2081	0	0	0	0
2082	0	0	0	0
2083	0	0	0	0
2084	0	0	0	0
2085	0	0	0	0
Exercício	**Receitas de Contribuições dos Militares** (a)	**Despesas de Inativos e Pensionistas Militares** (b)	**Resultado Associado aos Inativos e Pensionistas Militares** (c) = (a-b)	**Saldo Financeiro do Exercicio** (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2086	0	0	0	0
2087	0	0	0	0
2088	0	0	0	0
2089	0	0	0	0
2090	0	0	0	0
2091	0	0	0	0
2092	0	0	0	0
2093	0	0	0	0
2094	0	0	0	0
2095	0	0	0	0
2096	0	0	0	0
2097	0	0	0	0
2098	0	0	0	0
2099	0	0	0	0
2100	0	0	0	0
2101	0	0	0	0

Tributo	**Modalidade**	**Setor / Programas / Beneficiário**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**Compensação**
			2027	**2028**	**2029**	
NADA CONSTA	NADA CONSTA	NADA CONSTA	0	0	0	NADA CONSTA
TOTAL			**0**	**0**	**0**	

Eventos	**Valor previsto para 2027**
Aumento Permanente da Receita	0
(-) Transferências Constitucionais	0
(-) Transferências ao FUNDEB	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	**0**
Redução Permanente de Despesa (II)	0
Margem Bruta (III) = (I + II)	**0**
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	**0**
Novas DOCC	0
Novas DOCC Geradas por PPP	0

Programa: 0002 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PUBLICA

Órgão Responsável: 02.040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Objetivo Geral: 0003 - Aprimorar a gestão pública por meio do fortalecimento institucional, da modernização administrativa.

Ação

1004 - AQUISIÇÃO E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS

Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Entrega

0001 - Imóvel adquirido

Meta Física

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de imóveis adquiridos para fins públicos (escolas, unidades de saúde, sedes administrativas, etc.)	UNIDADE	0

Meta Financeira

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Capital	0
Total			**0**

Ação

2006 - CAPACITAÇÃO/VALORIZAÇÃO SERVIDORES

Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO

Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Entrega

0005 - Capacitações de servidores

Meta Física

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Servidores capacitados anualmente	UNIDADE	5

Meta Financeira

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**

Programa: 0009 - INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Órgão Responsável: 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Objetivo Geral: 0002 - Promover o desenvolvimento e a modernização da infraestrutura urbana e rural

Ação

1041 - DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

Função : 15 - URBANISMO

Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA

Entrega			
0018 - Logradouros Públicos Urbanizados			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quilômetros de vias urbanas pavimentadas ou requalificadas		Quilometro	5
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	142.000
		Capital	2.000
	Federal	Corrente	1.000
		Capital	1.000
Total			**146.000**
Ação			
1043 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS E PRÉDIOS PÚBLICOS			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Entrega			
0019 - Prédio público construído			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de imóveis adquiridos para fins públicos (escolas, unidades de saúde, sedes administrativas, etc.)		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	215.929
Total			**215.929**
Ação			
1054 - AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Entrega			
0020 - Máquinas adquiridas			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de máquinas		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	150.000
Total			**150.000**
Ação			
1057 - AQUISIÇÃO E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS			
Função : 15 - URBANISMO			
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
Entrega			
0021 - Imóvel adquirido			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de veículos adquiridos para uso administrativo e/ou operacional		UNIDADE	0
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Total			
Ação			
2301 - CONTRUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS			
Função : 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0022 - Energias renováveis			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Prédios públicos abastecidos por Energia renovável		UNIDADE	2
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
Total			**100.000**
Programa: 0010 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS			
Órgão Responsável: 02.060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO			
Objetivo Geral: 0001 - Garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de qualidade em todos os níveis e modalidades da educação.			
Ação			
1005 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0003 - TRANSPORTE PARA EDUCAÇÃO			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Aquisição de Veiculo para transporte escolar		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	5.000
		Capital	105.000
Total			**110.000**
Entrega			
0004 - TRANSPORTE ESCOLAR			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Aquisição de Veiculo para transporte escolar		UNIDADE	0
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	5.000
		Capital	105.000

Total			**110.000**

Entrega
0006 - Veículo adquirido para transporte escolar
Meta Física

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Aquisição de Veiculo para transporte escolar	UNIDADE	0

Meta Financeira

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	5.000
		Capital	105.000
Total			**110.000**

Ação
1006 - AQUISIÇÃO E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - EDUC
Função : 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Entrega
0007 - Imóvel adquirido
Meta Física

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de imóveis adquiridos para fins públicos (escolas, unidades de saúde, sedes administrativas, etc.)	UNIDADE	0

Meta Financeira

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Capital	0
Total			**0**

Ação
1007 - AQUISIÇÃO DE VEICULO - FUNDEB 30%
Função : 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Entrega
0008 - Veículo adquirido
Meta Física

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Aquisição de Veiculo para transporte escolar	UNIDADE	0

Meta Financeira

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Federal	Capital	0
Total			**0**

Ação
1008 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL
Função : 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Entrega
0009 - Unidade de ensino construída
Meta Física

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Número de Unidades Habitacionais Construídas ou Reformadas	UNIDADE	1

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**

Meta Financeira

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
		Capital	1
Total			**1.001**

Ação
1011 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS E COMPLEXO ESPORTIVO
Função : 27 - DESPORTO E LAZER
Subfunção : 812 – DESPORTO COMUNITÁRIO
Entrega
0010 - Complexo esportivo construído
Meta Física

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Número de Unidades Habitacionais Construídas ou Reformadas	UNIDADE	0

Meta Financeira

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.500
		Capital	0
Total			**1.500**

Ação
1013 - AQUISIÇÃO DE KITS DE APOIO DIDÁTICO, Fardamento e formação de profissoonais
Função : 12 - EDUCAÇÃO
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL
Entrega
0011 - Kit de apoio didatico
Meta Física

Título	**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Servidores capacitados anualmente	UNIDADE	1

Meta Financeira

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**

Ação
1043 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS E PRÉDIOS PÚBLICOS
Função : 15 - URBANISMO
Subfunção : 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA
Entrega
0002 - KITS ESCOLARES

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**		
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Número de kits escolares distribuídos aos alunos		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	215.929
Total			**215.929**
Ação			
1056 - CONST.AMP.E REF.DE UNID.DE ENSINO-FUNDEB 30%			
Função : 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção : 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Entrega			
0012 - Ampliação da rede de ensino			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Número de Unidades Habitacionais Construídas ou Reformadas		UNIDADE	0
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Estadual	Capital	1.000
Total			**1.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**		
Programa: 0012 - SAUDE PARA A POPULAÇAO			
Órgão Responsável: 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDUIS			
Objetivo Geral: 0008 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de saúde, com foco na prevenção, atenção integral e melhoria da qualidade de vida			
Ação			
1014 - AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E OUTROS VEÍCULOS PARA SERVIÇOS DA SAÚDE			
Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Entrega			
0013 - Ambulância adquirida			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de veículos adquiridos para uso administrativo e/ou operacional		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2109 - AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE PARA A ATENÇÃO BASICA			
Função : 10 - SAÚDE			
Subfunção : 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Entrega			
0015 - Transporte para Atenção Básica			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de veículos adquiridos para uso administrativo e/ou operacional		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**		
Programa: 0119 - MORADIA DIGNA			
Órgão Responsável: 02.081 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E PROMOÇÃO			
Objetivo Geral: 0004 - Garantir proteção social a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade			
Ação			
1029 - AQUISIÇÃO E/OU DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS - ASSIST			
Função : 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção : 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Entrega			
0016 - Aquisição de Imóvel			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de imóveis adquiridos para fins públicos (escolas, unidades de saúde, sedes administrativas, etc.)		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Entrega			
0023 - Imóvel adquirido			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de imóveis adquiridos para fins públicos (escolas, unidades de saúde, UNIDADE sedes administrativas, etc.)			0
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Entrega			
0024 - Imóvel adquirido			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de imóveis adquiridos para fins públicos (escolas, unidades de saúde, sedes administrativas, etc.)		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**

Ação			
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**		
1030 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E MELHORIAS DE UNIDADES HABITACIONAIS			
Função : 16 - HABITAÇÃO			
Subfunção : 482 - HABITAÇÃO URBANA			
Entrega			
0017 - Unidades Habitacionais			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Quantidade de imóveis adquiridos para fins públicos (escolas, unidades de saúde, sedes administrativas, etc.)		UNIDADE	0
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas e Prioridades - Programas Temáticos	**LDO 2027**		
Programa: 0131 – SANEAMENTO BÁSICO			
Órgão Responsável: 02.071 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO			
Objetivo Geral: 0006 - Garantir o acesso universal e de qualidade aos serviços de saneamento básico			
Ação			
1050 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS			
Função : 17 - SANEAMENTO			
Subfunção : 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO			
Entrega			
0014 - Sistema de esgotamento sanitário			
Meta Física			
Título		**Unidade de Medida**	**Meta 2027**
Número de unidades sanitárias construídas		UNIDADE	1
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Meta 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	300.000
Total			**300.000**
20. ANEXO DE METAS FINANCEIRAS - PROGRAMAS DE GESTAO.PDF			
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 01.010 - CÂMARA MUNICIPAL			
Programa: 0011 - AÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL			
Ação			
2001 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO LEGISLATIVO			
Função: 01 - LEGISLATIVA			
Subfunção: 031 - AÇÃO LEGISLATIVA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.550.000
		Capital	20.000
Total			**1.570.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 02.010 - SEC. M DO PLANEJAMENTO, DESENV ECONÔMICO E SOCIAL			
Programa: 0013 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
Ação			
2056 - PROGRAMA DE INCENTIVO A GERACAO DE EMPREGO - ACESSUAS			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	20.000
		Capital	3.000
Total			**23.000**
Ação			
2070 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	600.000
		Capital	20.000
Total			**620.000**
Ação			
2381 - MANUT. DAS ATIV. DE DESEN.O ECON. E SOCIAL			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
		Capital	5.000
Total			**105.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 02.020 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
Programa: 0014 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			
Ação			
2004 - MANUT. DAS ATIV. DO CONTROLE INTERNO			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 124 - CONTROLE INTERNO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	200.000

		Capital	10.000
Total			**210.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 02.030 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
Programa: 0015 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
Ação			
1002 - MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	250.000
Total			**250.000**
Ação			
2005 - MANUT. DAS ATIV. DA SECRETARIA DE GOVERNO			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	260.000
		Capital	20.000
Total			**280.000**
Ação			
2115 - Fomento a Projetos Sociais Desenvolvimentos por Organizações da Sociedade Civil			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	60.000
Total			**60.000**

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Órgão Responsável: 02.040 - SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	
Programa: 0016 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	
Ação	
1099 - MANUTENÇÃO DA GARAGEM MUNICIPAL	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Meta Financeira	

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
		Capital	1.000
	Federal	Capital	0
Total			**2.000**

Ação	
1501 - REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Meta Financeira	

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	0
Total			**0**

Ação	
2007 - MANUT. DAS ATIV. DAADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Meta Financeira	

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.600.000
		Capital	1.000
	Federal	Capital	0
Total			**1.601.000**

Ação	
2039 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SETOR DE LICITAÇÕES	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**
Meta Financeira	

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	50.000
		Capital	10.000
Total			**60.000**

Ação	
2169 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CONTADORIA MUNICIPAL - CM	
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Meta Financeira	

Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	60.000
		Capital	2.500
Total			**62.500**

Ação
2171 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SETOR DE PROTOCOLO DO MUNICÍPIO - SPRM
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	10.000
		Capital	5.000
Total			**15.000**
Ação			
2172 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SETOR DE ALMOXARIFADO CENTRAL- SAC			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	5.000
		Capital	25.000
	Federal	Capital	0
Total			**30.000**
Ação			
2173 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SETOR DE PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO - SPM			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	50.000
		Capital	2.000
Total			**52.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO			
Programa: 0016 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Programa: 0017 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO			
Ação			
2002 - PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP			
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS			
Subfunção: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	300.000
Total			**300.000**
Ação			
2009 - MANUT. DAS ATIV. DA SECRET. MUN. DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	400.000
		Capital	15.000
Total			**415.000**
Programa: 0901 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			
Ação			
2075 - PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO			
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS			
Subfunção: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	900.000
Total			**900.000**
Programa: 0902 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇOS DA DÍVIDA INTERNA			
Ação			
2008 - PAGAMENTO DOS COMPROMISSOS PACTUADOS COM INSS, FGTS e PASEP			
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS			
Subfunção: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	5.000
		Capital	300.000
Total			**305.000**
Ação			
2076 - PAGAMENTO DOS COMPROMISSOS PACTUADOS COM COSERN, CAERN E TELEFONIA FIXA			
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS			
Subfunção: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	2.000
		Capital	25.000
Total			**27.000**
Programa: 0903 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: PAGAMENTO DE CONVÊNIOS FIRMADOS			
Ação			
2003 - CONTRIBUIÇÕES AASSOCIAÇÕES, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES DE MUNICIPIOS			
Função: 28 - ENCARGOS ESPECIAIS			
Subfunção: 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			
Meta Financeira			

Região	Fonte de Financiamento	Categoria Econômica	Metas 2027
Janduis	Municipal	Corrente	40.000
Total			**40.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.060 - SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO			
Programa: 0018 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO			
Ação			
1012 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU MANUTENÇÃO DE UNIDADES ESPORTIVAS ESCOLARES			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
Total			**100.000**
Ação			
2011 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.690.000
		Capital	5.000
Total			**1.695.000**
Ação			
2018 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNAE			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	250.000
	Federal	Corrente	70.000
Total			**320.000**
Ação			
2019 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CRECHE - PNAE			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	200.000
	Estadual	Corrente	50.000
Total			**250.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2020 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE/PETERN			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Estadual	Corrente	80.000
	Federal	Corrente	15.000
Total			**95.000**
Ação			
2027 - PROMOÇÃO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS			
Função: 27 - DESPORTO E LAZER			
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
	Federal	Corrente	35.000
Total			**135.000**
Ação			
2029 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR			
Função: 27 - DESPORTO E LAZER			
Subfunção: 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	30.000
Total			**30.000**
Ação			
2078 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PNAE			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	80.000
	Federal	Corrente	80.000
Total			**160.000**
Ação			
2081 - MANUTENÇÃO DAS AÇOES DO CURSINHO PRÉ - VESTIBULAR			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 362 - ENSINO MÉDIO			
Meta Financeira			

Região	Fonte de Financiamento	Categoria Econômica	Metas 2027
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2082 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PNATE/PETERN			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	5.000
Total			**5.000**
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	20.000
Total			**20.000**
Programa: 0110 - PROGRAMA DE MELHORIA E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 368 - EDUCAÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	700.000
Total			**700.000**
Ação			
2021 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - UNIVERSITÁRIOS			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	700.000
		Capital	75.000
	Federal	Corrente	300.000
Total			**1.075.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2022 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	400.000
Total			**400.000**
Ação			
2023 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - EXCETO FUNDEB			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	300.000
Total			**300.000**
Ação			
2024 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO INFANTIL (CRECHE) - EXCETO FUNDEB			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	300.000
Total			**300.000**
Ação			
2025 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS NOVAS TURMAS DE EJA			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2077 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PRÉ-ESCOLA - PNAE			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	10.000
Total			**10.000**
Ação			
2079 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EXCETO FUNDEB			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			

Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Ação			
2197 - MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULO DA SME			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
Total			**100.000**

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 02.061 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Programa: 0018 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO			
Ação			
1010 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE ENSINO INFANTIL			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	10.000
Total			**10.000**
Ação			
2089 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30% EDUCAÃO INFANTIL -CRECHE			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	900.000
Total			**900.000**
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2099 - MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30% (ENSINO INFANTIL - PRÉ - ESCOLA)			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	200.000
Total			**200.000**
Programa: 0110 - PROGRAMA DE MELHORIA E MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
Ação			
2012 - MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70% - ENSINO FUNDAMENTAL			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	5.000
	Federal	Corrente	2.500.000
Total			**2.505.000**
Ação			
2013 - MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30% (ENSINO FUNDAMENTAL)			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	60.000
		Capital	60.000
	Federal	Corrente	1.500.000
		Capital	250.000
Total			**1.870.000**
Ação			
2088 - MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30% (ENSINO INFANTIL - CRECHE)			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente Capital	300.000 10.000
Total			**310.000**
Ação			
2095 - MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70% - (ENSINO INFANTIL - CRECHE)			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**

Janduis	Municipal	Corrente	800.000
	Federal	Corrente	1.500.000
Total			**2.300.000**
Ação			
2097 - MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70% - (ENSINO INFANTIL - PRÉ - ESCOLA)			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL			
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	130.000
Total			**130.000**
Ação			
2098 - MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70% - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	210.000
Total			**210.000**
Ação			
2114 - MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30% - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA			
Função: 12 - EDUCAÇÃO			
Subfunção: 366 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas**
			2027
Janduis	Federal	Corrente	220.000
Total			**220.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 02.071 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO			
Programa: 0019 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO			
Ação			
0007 - TRANSFERÊNCIAS À CONSÓRCIOS PÚBLICOS VOLTADOS À SAÚDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	500.000
Total			**500.000**
Ação			
1015 - PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS (AÇÕES JUDICIAL)			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
1019 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	300.000
Total			**300.000**
Ação			
1044 - CONST. AMPL. E REFORMA DE SERV. DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO			
Função: 17 - SANEAMENTO			
Subfunção: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	250.000
Total			**250.000**
Ação			
1050 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES SANITÁRIAS			
Função: 17 - SANEAMENTO			
Subfunção: 512 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO			
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	300.000
Total			**300.000**
Ação			
1089 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS AS UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	300.000
Total			**300.000**
Ação			
2044 - MANUT. DAS ATIV. DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			

Região	Fonte de Financiamento	Categoria Econômica	Metas 2027
Janduis	Municipal	Corrente	1.500
Total			**1.500**
Ação			
2050 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	2.500.000
Total			**2.500.000**
Ação			
2085 - ENFRENTAMENTO DE SITUAÇÕES EMERGENCIAIS DE CALAMIDADE PÚBLICA E/OU ENDEMIA			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE			
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Ação			
2083 - MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE E DO HOSPITAL MATERNIDADE MARIA CRISTINA MAIA			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	2.250.000
Total			**2.250.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 02.072 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Programa: 0019 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO			
Ação			
1016 - INCENTIVO POR DESEMPENHO SAÚDE BUCAL			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
1017 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE DESTINADOS AS UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
1031 - MANUTENÇÃO DAACADEMIA DA SAÚDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	20.000
Total			**20.000**
Ação			
2031 - CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE - NEP			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	2.000
Total			**2.000**
Ação			
2032 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.200.000
Total			**1.200.000**
Ação			
2105 - MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2106 - Manutenção das Ações do laboratório de Protese Dentária			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			

Região	Fonte de Financiamento	Categoria Econômica	Metas 2027
Janduis	Federal	Corrente	65.000
Total			**65.000**
Ação			
2107 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	55.000
Total			**55.000**
Ação			
2108 - MANUTENÇÃO E REFORMA DAS UNIDADES DE SAUDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2110 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL			
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	10.000
Total			**10.000**
Ação			
2185 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	10.000
Total			**10.000**
Ação			
2201 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO ADICONALAO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Programa: 0102 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE			
Ação			
2033 - INCENTIVO POR DESEMPENHO PROGRAMA PREVINE BRASIL			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	10.000
Total			**10.000**
Ação			
2034 - FORTALECIMENTO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA(QUALIFAR/-SUS)			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.500
Total			**1.500**
Ação			
2035 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA- CAPTAÇÃO PONDERADA			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	50.000
	Federal	Corrente	400.000
Total			**450.000**
Ação			
2036 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL (INCENTIVO PARAAÇÕES ESTRATÉGICAS)			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	130.000
	Federal	Corrente	130.000
Total			**260.000**
Ação			
2037 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕS DO PROGRAMA DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - PACS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	150.000

	Federal	Capital	400.000
Total			**550.000**
Ação			
2038 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			

MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	250.000
Total			**250.000**
Ação			
2040 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	40.000
	Federal	Corrente	300.000
Total			**340.000**
Ação			
2041 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS AATENÇÃO BÁSICA- BLOCO DE INVESTIMENTO			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	10.000
Total			**10.000**
Ação			
2042 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	20.000
Total			**20.000**
Ação			
2043 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DAATENÇÃO BÁSICA			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	10.000
	Federal	Corrente	310.000
Total			**320.000**
Ação			
2073 - FUNCIONAMENTO DO TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA - (RCE-RCEG)			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2091 - MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA DE AGENTES DE ENDEMIAS ENDEMIAS - ACE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	180.000
	Federal	Corrente	120.000
Total			**300.000**
Ação			
2111 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAUDE - PQAVS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2112 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA INFORMATIZA- APS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	5.000
Total			**5.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2113 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 304 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA			

Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	6.000
Total			**6.000**
Ação			
2299 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS AO APOIO A DEPENDENTES QUÍMICOS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2303 - INCENTIVO POR DESEMPENHO SAÚDE BUCAL			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2374 - PROMOÇÃO DAASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS PARAAATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	3.500
	Federal	Corrente	23.000
Total			**26.500**
Ação			
2375 - ATENÇAO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
Total			**100.000**
Ação			
2376 - MANUTENÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE EMENDAS ESTADUAIS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2377 - AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO DE ANEXO DO HOSPITAL MUNICIPAL			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2378 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS AATENÇÃO ESPECIALIZADA- BLOCO DE INVESTIMENTOS			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2379 - INCREMENTO PARAAATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - PAP			
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Estadual	Corrente	600.000
Total			**600.000**
Ação			
2398 - SESB - SERVIÇO DE ESPECIALIZADES EM SAUDE BUCAL			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Função: 10 - SAÚDE			
Subfunção: 301 - ATENÇÃO BÁSICA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.081 - SEC. MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABIT. E PROM. HUM			
Programa: 0020 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ação			
1018 - CONST. AMPL. E REFORMA DE UNID. DE SERV. SOCIOASSISTENCIAIS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			

Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	2.000
Total			**2.000**
Ação			
2045 - FUNCIONAMENTO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	50.000
	Estadual	Corrente	45.000
Total			**95.000**
Ação			
2047 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
		Capital	1.000
Total			**101.000**
Ação			
2051 - MANUT. DAS ATIV. DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2052 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	470.000
		Capital	5.000
	Estadual	Corrente	30.000
Total			**505.000**
Ação			
2058 - MANUT. DAS ATIV. DO PROG. PARA DISTRIBUIÇAO DE CESTAS BÁSICAS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	10.000
Total			**10.000**
Ação			
2064 - MANUT. DAS ATIV. DO CONSELHO ANTI-DROGAS			
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA			
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	2.000
Total			**2.000**
Ação			
2065 - MANUT. DAS ATIV. DO CONSELHO IDOSO			
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA			
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2066 - MANUT. DAS ATIV. DO CONSELHO DA MULHER			
Função: 14 - DIREITO DA CIDADANIA			
Subfunção: 422 - DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
2069 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
		Capital	1.000
Total			**2.000**
Ação			
2276 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO			
Função: 16 - HABITAÇÃO			

Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Estadual	Corrente	200.000
Total			**200.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.082 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Programa: 0020 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ação			
2046 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	25.000
		Capital	1.000
	Federal	Corrente	2.000
Total			**28.000**
Ação			
2086 - ENFRENTAMENTO DE SITUAÇÕES EMERGENCIAIS DE CALAMIDADE PÚBLICA			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
	Federal	Corrente	1.000
		Capital	1.000
Total			**3.000**
Ação			
2186 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA- BPC			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
	Federal	Corrente	1.000
Total			**2.000**
Ação			
2286 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PRO MORADIA			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	20.000
	Federal	Corrente	20.000
		Capital	2.000
Total			**42.000**
Ação			
2406 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇAALIMENTAR E NUTRICIONAL			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 245 - SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
Total			**100.000**
Programa: 0114 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)			
Ação			
1101 - PROGRAMA DE FORTALECIMENTO EMERGENCIAL DO ATENDIMENTO AO CADASTRO UNICO NO SUAS - PROCAD - SUAS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	1.000
		Capital	1.000
Total			**2.000**
Ação			
2048 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS - PAIF/CRAS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	10.000
		Capital	5.000
	Federal	Corrente	1.000
		Capital	1.000
Total			**17.000**
Ação			
2049 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ/PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS			

MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**

Janduis	Municipal	Corrente	3.000
	Federal	Corrente	150.000
		Capital	20.000
Total			**173.000**
Ação			
2054 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA CADASTRO ÚNICO/BOLSA FAMÍLIA			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
		Capital	1.000
	Federal	Corrente	1.000
		Capital	1.000
Total			**4.000**
Ação			
2055 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA - IGDBF			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	20.000
		Capital	5.000
	Federal	Corrente	35.000
		Capital	5.000
Total			**65.000**
Ação			
2057 - FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA ÀS FAMÍLIAS - PSB			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	50.000
		Capital	1.000
	Federal	Corrente	13.000
		Capital	1.000
Total			**65.000**
Ação			
2084 - COFINANCIAMENTO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
	Federal	Corrente	1.000
Total			**2.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.083 - FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA			
Programa: 0020 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Ação			
2072 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA- FIA			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 243 - ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
		Capital	1.000
Total			**2.000**
Ação			
2199 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO ADICIONALAO PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA(FIA)			
Função: 08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	50.000
	Federal	Capital	5.000
Total			**55.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.090 - SEC. MUN DE AGRICULTURA, PECUARIA E REC HIDRICOS			
Programa: 0021 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS			
Ação			
1001 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO MERCADO PUBLICO			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000
Total			**1.000**
Ação			
1035 - REFORMA, AMPLIAÇÃO E/OU MELHORIAS DO ABATEDOURO MUNICIPAL			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	1.000

Total			**1.000**
Ação			
1037 - PERFURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POÇOS TUBULARES			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 605 - ABASTECIMENTO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	80.000
Total			**80.000**
Ação			
2059 - MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	15.000
		Capital	1.000
	Estadual	Corrente	15.000
Total			**31.000**
Ação			
2060 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E RECURSOS HÍDRICOS			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	820.000
		Capital	1.000
Total			**821.000**
Ação			
2405 - MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	10.000
Total			**10.000**
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E TURISMO			
Ação			
1036 - CONST. AMPL., REFORMA E MANUTENÇÃO DE AÇUDES, BARRAGENS, CISTERNAS E BARREIROS			
Função: 20 - AGRICULTURA			
Subfunção: 606 - EXTENSÃO RURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Federal	Corrente	80.000
Total			**80.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.099 - RESERVA DE CONTINGENCIA			
Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA			
Ação			
1999 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA			
Função: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA			
Subfunção: 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	300.000
Total			**300.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS			
Programa: 0022 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS			
Ação			
2061 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS			
Função: 15 - URBANISMO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	800.000
		Capital	10.000
	Federal	Capital	2.000
Total			**812.000**
Programa: 0111 - ENERGIA ELÉTRICA			
Ação			
1046 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Função: 15 - URBANISMO			
Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	350.000
		Capital	2.000
Total			**352.000**
Ação			
2158 - DESPESA COM ENERGIA ELÉTRICA			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**

Janduis	Municipal	Corrente	200.000
Total			**200.000**
Programa: 0122 - INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO			
Ação			
1045 - MANUTENÇÃO E/OU REFORMA DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS			
Função: 15 - URBANISMO			
Subfunção: 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
Total			**100.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.110 - SEC. MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URB. E DO TURISMO			
Programa: 0023 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E TURISMO			
Ação			
0006 - CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO PÚBLICO REGIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 542 - CONTROLE AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	80.000
Total			**80.000**
Ação			
1048 - LIMPEZA, DRENAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 542 - CONTROLE AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	180.000
Total			**180.000**
Ação			
2062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MEIO AMBIENTE E URBANISMO			
Função: 18 - GESTÃO AMBIENTAL			
Subfunção: 542 - CONTROLE AMBIENTAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	350.000
Total			**350.000**
Ação			
2063 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO TURISMO			
Função: 23 - COMERCIO E SERVIÇOS			
Subfunção: 695 - TURISMO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	380.000
Total			**380.000**
Ação			
2080 - LIMPEZA URBANA			
Função: 15 - URBANISMO			
Subfunção: 452 - SERVIÇOS URBANOS			
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	900.000
Total			**900.000**
Ação			
2397 - MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO CONTROLADO			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	180.000
Total			**180.000**

MUNICIPIO DE JANDUIS	Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil		
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão	**LDO 2027**		
Órgão Responsável: 02.120 - FUNDACAO CULTURAL ALDAIR JOSE DE LIMA(MESTRE DADA)			
Programa: 0024 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ			
Ação			
2071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO CULTURAL MESTRE DADÁ			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Capital	200.000
Total			**200.000**
Ação			
2087 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	20.000
Total			**20.000**

Programa: 0107 - PROGRAMA DE INCENTIVO, PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO A CULTURA MUNICIPAL			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Ação			
1100 - POLITICA NACIONALALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA - PNAB			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	60.000
Total			**60.000**
Ação			
2026 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	80.000
Total			**80.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Ação			
2028 - APOIO A FESTAS E AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
Total			**100.000**
Ação			
2030 - MANUT. DAS ATIV. DA BANDA DE MUSICA MUNICIPAL			
Função: 13 - CULTURA			
Subfunção: 392 - DIFUSÃO CULTURAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	30.000
Total			**30.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.130 - GABINETE DO VICE - PREFEITO			
Programa: 0073 - PROGRAMA DE APIOI A MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE - PREFEITO			
Ação			
2281 - PROGRAMA DE APOIO A MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE - PREFEITO			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	160.000
		Capital	12.000
Total			**172.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.140 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA			
Programa: 0015 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
Ação			
2402 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Segurança Pública			
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	160.000
		Capital	500
Total			**160.500**
Programa: 0025 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA			
Ação			
2010 - ADMINISTRAÇÃO DA GUARDA-MUNICIPAL			
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA			
Subfunção: 181 - POLICIAMENTO			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	170.000
		Capital	10.000
Total			**180.000**
Ação			
2389 - MONITORAMENTO DA CIDADE			
Função: 06 - SEGURANÇA PÚBLICA			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	20.000
		Capital	20.000
	Federal	Capital	30.000
Total			**70.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.150 - CONSULTORIA JURÍDICA			
Programa: 0026 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CONSULTORIA JURIDICA			
Ação			
2403 - Manutenção das Atividades da Consultoria Jurídica			

Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	80.000
Total			**80.000**
MUNICIPIO DE JANDUIS		Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil	
Anexo de Metas Financeiras - Programas de Gestão		**LDO 2027**	
Órgão Responsável: 02.160 - ASSESSORIA JURIDICA ADMINISTRATIVA, DE LICITAÇÕES			
Programa: 0027 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURIDICA, ADMIN. E DE LICITAÇÕES			
Ação			
2404 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica, Admin. e de Licitações			
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO			
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL			
Meta Financeira			
Região	**Fonte de Financiamento**	**Categoria Econômica**	**Metas 2027**
Janduis	Municipal	Corrente	100.000
		Capital	1.000
Total			**101.000**

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:D6A77AB9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 012.2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL

DECRETO Nº 12, DE 12 de maio de 2026

Abre Crédito Especial no valor de R$ 500.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Janduís/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei nº 749 de 11 de maio de 2026.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Especial no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Janduís/RN, 12 de maio de 2026

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**500.000,00**
02 .061 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA					**500.000,00**
	2095 MANUTENCÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 70% - (ENSINO INFANTIL - CRECHE)				**500.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15461070	0001	340.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	90.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15460000	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15460000	0001	30.000,00
Anexo II (Redução)					**500.000,00**
02 .061 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA					**500.000,00**
	2089 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDEB 30% EDUCAÃO INFANTIL -CRECHE				**500.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15420000	0001	500.000,00

Publicado por:
Antonio Eudimar Gurgel de Sales
Código Identificador:75E9710E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026– PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ: 08.349.003/0001-47**, com sede na Rua do Sul, 159, Centro, CEP: 59.690-000, Janduís/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES,** portador do CPF: **262.026.974-15** e do RG: **135.086.787-SSP/CE,** residente na Rua João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – **Janduís-RN** – doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e de outro lado a empresa, **H. C. CORDEIRO ,**inscrita no CNPJ: **20.755.100/0001-35**,com sede na R CORONEL GURGEL, Nº 1311 – LOJA – 04, BAIRRO: ALTO DA CONCEICAO, MOSSORO/RN, CEP: 59600-322, neste ato representada pelo **Sr. Hilton Costa Cordeiro**, portador do **CPF: 601.822.964-15**, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026,**com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 003, de 22 de janeiro de 2024 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços à e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de utensílios de copa e cozinha em geral, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, bem como das Secretarias Municipais e demais órgãos e unidades administrativas vinculadas.** cujas especificações, preços, quantitativos e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Janduís-RN, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**.

Parágrafo Único: São órgãos e entidades públicas.

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, por meio do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra, ou encaminhadas via e-mail.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e,
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no artigo 1º incisos I e II da lei n° 14.770, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. – Sistema Registro de Preços no Município de Janduís/RN.

Art. 5º O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação; que pode ser encaminhada via e-mail.
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 30 (TRINTA) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 6° O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da 14.133/21). podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produtos.
I - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, conforme artigo 28 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
II - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, conforme artigo 29 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Art. 7° O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **H. C. CORDEIRO**		
CNPJ: **20.755.100/0001-35**	Telefone: **(84) 3061.0491**	Email: **hilton.hccomercial@gmail.com**
Endereço: **R CORONEL GURGEL, R: 1311 LOJA 4 , ALTO DA CONCEICAO, MOSSORO /RN, CEP: 59600-322**		
Representante: **Hilton Costa Cordeiro** - CPF: **601.822.964-15**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0006475 - BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, POLIETILENO CAPACIDADE DE 30 LITROS, MATERIAL ALÇA PLÁTICO, COR NATURAL.	POLYUTIL	UNIDADE	116,000000	22,550	2.615,80
2	0006491 - Tacho Alumínio Grande nº 32	BALDUINO	UNIDADE	25,000000	65,550	1.638,75
3	0038089 - Concha n° 5 em alumínio	BALDUINO	UNIDADE	41,000000	8,900	364,90
4	0006503 - Cuscuzeira alumínio Grande – nº 30	BALDUINO	UNIDADE	22,000000	83,470	1.836,34
5	0006512 - Garrafa de café com capacidade de 2 Litros em inox	INVICTA	UNIDADE	47,000000	114,900	5.400,30
6	0038091 - Conjunto c/ 04 formas redonda para bolo em alumínio, tamanho: 35, 30 e 25 cm.	BALDUINO	UNIDADE	15,000000	95,500	1.432,50
7	0038092 - Bacia Plástica Resistente Gigante Canelada 29L, 51 X 21	POLYUTIL	UNIDADE	39,000000	28,770	1.122,03
8	0038093 - BACIA PLÁSTICA reforçada., em material virgem de primeira qualidade. Capacidade média de 30 litros.	POLYUTIL	UNIDADE	42,000000	20,100	844,20
9	0038094 - BACIA PLÁSTICA reforçada, em material virgem de primeira qualidade. Capacidade média de 8 litros.	POLYUTIL	UNIDADE	43,000000	8,650	371,95
10	0038095 - CAIXA PLÁSTICA em material virgem de primeira qualidade, com tampa, resistente, transparente, com 25 litros armazenar alimentos.	PLASMONT	UNIDADE	77,000000	40,250	3.099,25
11	0038096 - BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, POLIETILENO CAPACIDADE DE 20 LITROS, MATERIAL ALÇA PLÁTICO, COR NATURAL.	POLYUTIL	UNIDADE	96,000000	18,120	1.739,52
12	0006477 - CESTO GRANDE PARA LIXO COM TAMPA 10 LITROS C/ PEDAL	PLASMARC	UNIDADE	253,000000	23,450	5.932,85
13	0006479 - CESTO FECHADO PLASTICO REGIDO COM TAMPA CAPACIDADE 60 LITROS	MERCONPLAS	UNIDADE	244,000000	59,580	14.537,52
14	0006488 - Tacho em alumínio Fundido Batido Grosso Nº 60	BALDUINO	UNIDADE	29,000000	332,900	9.654,10
15	0006489 - Tacho Em Alumínio Fundido Batido Grosso Nº 40	BALDUINO	UNIDADE	30,000000	168,000	5.040,00
16	0006490 - Tacho Alumínio Grande nº 36	BALDUINO	UNIDADE	20,000000	70,350	1.407,00
19	0038099 - COLHER GRANDE EM AÇO INOX - ARROZ, com pegador em inox, cabo com Espessura: 2,5 mm Tamanho: 33cm	MULTIMIX	UNIDADE	35,000000	10,250	358,75
20	0038100 - CALDEIRÃO, com tampa. Para cozinha industrial. Toda em alumínio. Capacidade: 36 litros;	BALDUINO	UNIDADE	34,000000	190,350	6.471,90
21	0006502 - Cuscuzeira alumínio Grande – nº 38	BALDUINO	UNIDADE	19,000000	159,900	3.038,10
22	0038101 - Cuscuzeira de alumínio 2,5 litros	BALDUINO	UNIDADE	17,000000	27,890	474,13
24	0038103 - Faca p/ cortar carne lamina N° 7 e cabo polietileno.	KE HOME	UNIDADE	60,000000	10,000	600,00

25	0038104 - Faca tipo açougueiro com aproximadamente 20 cm de lâmina 8"e cabo de polietileno	KE HOME	UNIDADE	57,000000	12,900	735,30
28	0005456 - Kit Alimentação Bebês (01 Prato E Ventosa; 01 Copo; 01 Colher)	POLYUTIL	Kit	5,000000	21,750	108,75
29	0038106 - Apanhador de Lixo (pá de 18cm x20cm) com cabo	PAULISTINHA	UNIDADE	130,000000	13,980	1.817,40
32	0038108 - PEGADOR DE MACARRÃO (massa) EM AÇO INOX,TIPO COLHER, com aba inox, medida aproximadamente 30 cm	UTIL BAZAR	UNIDADE	69,000000	11,250	776,25
33	0006519 - Peneira grande com cabo plástico 31cm	UTIL BAZAR	UNIDADE	30,000000	9,980	299,40
35	0038109 - Peneira media com cabo plástico 20cm	UTIL BAZAR	UNIDADE	24,000000	6,150	147,60
36	0038110 - JARRA PLÁSTICA resistente atóxica com tampa e alça, design redondo, capacidade 4 litros.	PLASMONT	UNIDADE	41,000000	16,540	678,14
37	0006523 - JARRA DE VIDRO CAPACIDADE 2 LITROS	NADIR	UNIDADE	104,000000	32,600	3.390,40
38	0038111 - Pratos fundos de vidro incolor Dimensões aproximadas: 03 cm de altura e 22 cm de diâmetro.	UTIL BAZAR	UNIDADE	610,000000	6,500	3.965,00
41	0006530 - Tacho pequeno com capacidade aproximada de 5,6 litros	BALDUINO	UNIDADE	31,000000	47,880	1.484,28
44	0038116 - Tigelas plásticas com tampa 3,5 litros	PLASMONT	UNIDADE	54,000000	9,980	538,92
48	0038118 - Conjunto de lixeira seletiva 50 L.kit de lixeiras coloridas usado para separar resíduos (papel, plástico, metal, vidro, orgânico)	JSN	Kit	216,000000	540,000	116.640,00
49	0006542 - Bandeja de inox - tam: 60 x 40 x 6 cm (aprox).	KE HOME	UNIDADE	46,000000	40,000	1.840,00
50	0006543 - Bandeja retangular 40cm	POLYUTIL	UNIDADE	44,000000	25,900	1.139,60
51	0038119 - POTES PARA ARMAZENAMENTO DE DOCES, COCADAS, EM PLASTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE 500 ML, QUADRADA, RETANGULAR , REDONDA KIT COM 3 UNIDADES	PLASMONT	Kit	56,000000	23,200	1.299,20
52	0038120 - POTES PARA ARMAZENAMENTO DE DOCES, COCADAS, EM PLASTICO TRANSPARENTE, CAPACIDADE 1 KG, QUADRADA, RETANGULAR, REDONDA KIT COM 3 UNIDADES	PLASMONT	Kit	56,000000	20,900	1.170,40
54	0038122 - FRASCO C/ TAMPA 1000 ml PARA IORGUTE, MATERIAL POLIETILENO	ULTRA	UNIDADE	31,000000	12,990	402,69
55	0038123 - FRASCO C/ TAMPA 500 ml PARA IORGUTE, MATERIAL POLIETILENO.	ULTRA	UNIDADE	31,000000	9,350	289,85
59	0038127 - BANDEIJA DE ISOPOR 210X140X12MM	SPUMAPAC	UNIDADE	111,000000	27,000	2.997,00
60	0038128 - BANDEIJA DE ISOPOR 275X150X14MM	SPUMAPAC	UNIDADE	111,000000	37,980	4.215,78
61	0038129 - BANDEIJA DE ISOPOR 290X203X13 MM	SPUMAPAC	UNIDADE	111,000000	49,980	5.547,78
62	0038130 - Avental em encerrado 70 x75cm Cores Variadas, sem bolso.	FLANEBERG	UNIDADE	139,000000	7,480	1.039,72
63	0038131 - Conjunto c/ 04 formas redonda com furo para bolo em alumínio, tamanho: 28,26, 24 e 22cm.	BALDUINO	Conjunto	10,000000	77,980	779,80
64	0025849 - Conjunto com 6 Xícaras de Chá com 6 Pires 161 ml , material: cerâmica.	UTIL BAZAR	Conjunto	83,000000	39,940	3.315,02
65	0006554 - Travessa de vidro 2.9l 39,5 cm 23,5x5,2cm Com tampa	NADIR	UNIDADE	109,000000	39,980	4.357,82
66	0038132 - BATA AVENTAL EM ENCERADO, TAMANHOS P, M, G	FLANEBERG	UNIDADE	151,000000	8,390	1.266,89
67	0038133 - TAPIOQUEIRA ANTI ADERENTE 18 CM	BALDUINO	UNIDADE	20,000000	21,980	439,60
69	0038135 - CAIXA PLÁSTICA em material virgem de primeira qualidade, com tampa, resistente, transparente, com fechos na tampa, com capacidade média de 50 litros, para armazenar alimentos.	PLASVALE	UNIDADE	101,000000	64,970	6.561,97
71	0006529 - Tabua De Corte Plástica Grande Para Carne 43,5 X 27,5cm.	LUMAR	UNIDADE	36,000000	24,770	891,72
72	0006531 - Taça de Vidro 250ML	NADIR	UNIDADE	364,000000	5,920	2.154,88
76	0038138 - Dispenser Automático para Copo Descartável, Composição: Plástico ABS e tubo em poliestireno, Capacidade do Copo: Até 200 ml.	NOBRE	UNIDADE	65,000000	54,980	3.573,70
77	0038139 - XÍCARA DE CHÁ BRANCA PORCELENA 240ml	GERMER	UNIDADE	196,000000	10,920	2.140,32
78	0038140 - PIRES PARA CHICARÁ DE CHÁ BRANCO PORCELANA 240ml	GERMER	UNIDADE	196,000000	6,980	1.368,08
79	0006476 - CESTO GRANDE PARA LIXO COM TAMPA 10 LITROS	POLYUTIL	UNIDADE	174,000000	12,980	2.258,52
80	0006478 - CESTO GRANDE PARA LIXO COM PEDAL 50 LITROS	PLASUTIL	UNIDADE	184,000000	109,950	20.230,80
81	0038141 - CESTO FECHADO PLASTICO REGIDO COM TAMPA CAPACIDADE 100 LITROS	MERCONPLAS	UNIDADE	193,000000	69,970	13.504,21
85	0006544 - Bandeja plástica, cor branca, 45x28x7cm aprox., 7 litros	POLYUTIL	UNIDADE	86,000000	16,250	1.397,50
87	0006547 - Encerado liso para mesa	UTIL BAZAR	UNIDADE	41,000000	45,540	1.867,14
89	0038144 - Assadeira retangular de vidromultiuso 2,9l 39,2 x 23,6x5,2cm	BALDUINO	UNIDADE	75,000000	38,900	2.917,50
97	0038151 - ESPÁTULA DE SILICONE COM CABO PLÁSTICO	UTIL BAZAR	UNIDADE	45,000000	14,500	652,50
99	0038153 - POTE DE VIDRO REDONDO CAPACIDADE 1 LITRO	UTIL BAZAR	UNIDADE	25,000000	15,450	386,25
100	0038154 - POTE DE VIDRO REDONDO CAPACIDADE 2 LITRO	UTIL BAZAR	UNIDADE	30,000000	22,480	674,40
101	0038155 - POTE DE VIDRO QUADRADO CAPACIDADE 500 ML	UTIL BAZAR	UNIDADE	48,000000	15,000	720,00
102	0038156 - PRATO RASO BRANCO PORCELANA 25 CM	NADIR	UNIDADE	220,000000	18,770	4.129,40
103	0038157 - PRATO RASO RRANCO SOBREMESA	NADIR	UNIDADE	188,000000	12,000	2.256,00
104	0038158 - TAÇA PAULISTA 250 ML VIDRO TRANSPARENTE	NADIR	UNIDADE	344,000000	6,550	2.253,20
105	0038159 - BACIA PLÁSTICA reforçada, em material virgem de primeira qualidade. Capacidade média de 15 litros.	POLYUTIL	UNIDADE	43,000000	13,900	597,70
106	0038160 - encerado de mesa de cozinha 1,40cm x 2,0cm cores variadas	UTIL BAZAR	UNIDADE	24,000000	39,200	940,80
108	0006511 - Garrafa de café com capacidade de 1 Litro	INVICTA	UNIDADE	52,000000	33,750	1.755,00
110	0038161 - Cafeteira de aluminio reforçado continental 1l	BALDUINO	UNIDADE	26,000000	43,000	1.118,00
112	0038163 - Garrafa para Geladeira Pega Fácil 1,8 Litros Plástica Jarra Suco Água Tampa Prática (Branco)	UTIL BAZAR	UNIDADE	20,000000	12,250	245,00
113	0038164 - Garrafa para Geladeira Pega Fácil 2l Litros material de Vidro	NADIR	UNIDADE	20,000000	41,900	838,00
114	0038165 - encerado tipo Toalha De Mesa Térmica Impermeável 1,40m X 2,00m - 6 Lugares de mesa de cozinha cores variadas	UTIL BAZAR	UNIDADE	17,000000	49,900	848,30
115	0038166 - Panela de Buffet / Rechaud Panela de buffet em aço inox – tipo rechaud, reforçada, com cuba interna removível em aço inox, capacidade aproximada de 9 litros, tampa articulada em inox, base com pés antiderrapantes, própria para uso em buffet e serviços de	BRINOVAR	UNIDADE	15,000000	420,000	6.300,00
118	0038169 - Conjunto Buffet Conjunto de panela de buffet em aço inox – composto por base, cuba interna removível e tampa articulada, capacidade aproximada de 9 a 10 litros, estrutura reforçada, acabamento polido, indicada para manutenção de alimentos aquecidos.	JMA INOX	Conjunto	15,000000	999,000	14.985,00
119	0038170 - Boleira com pé em vidro – confeccionada em vidro transparente, com prato superior liso, bordas arredondadas, pé central reforçado, diâmetro aproximado de 30 cm, altura aproximada de 22 cm, própria para exposição de bolos e tortas.	RUVOLO	UNIDADE	16,000000	87,000	1.392,00
120	0038171 - Conjunto de recipientes para salgados em vidro – composto por travessas de vidro transparente, formatos variados (retangular/redondo), material reforçado, próprio para organização e serviço de salgados.	NADIR	Conjunto	30,000000	102,000	3.060,00
123	0038174 - Tapetes para Cozinha Antiderrapante 3 Peças Jogo Passadeira 1,30m x 45	UTIL BAZAR	Kit	11,000000	50,250	552,75
130	0038181 - Tesoura corta e peça para temperos ervas saladas 5 lâminas	KE HOME	UNIDADE	2,000000	25,900	51,80
132	0038183 - Ralador de repolho de aço inoxidável para fácil trituração e descascamento de vegetais	UTIL BAZAR	UNIDADE	5,000000	20,900	104,50

Valor Total: R$ 331.389,42 (**trezentos e trinta e um mil, trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos**)

Art. 8º O pagamento deverá ser efetuado em até 60 dias corridos, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a entrega dos produtos, mediante Cheque Nominativo ou por meio do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Janduís/RN. Obedecendo os ditames da Ordem Cronológica – Resolução do TCE-RN.

a) Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista.b) O Órgão Gerenciador reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem em perfeitas condições ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

c) O Órgão Gerenciador poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.

d) Nenhum pagamento será efetuado à Beneficiária da ARP enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.

e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =(6/10)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
g) Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
h) O Órgão Gerenciador realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
i) Antes dos pagamentos, o Órgão Gerenciador, fará consultas referentes a inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.
i) A beneficiária da ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos do § 2º do inciso IV do Art 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 9° A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 10º O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 11 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 12 A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados e parcelados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da contratada.

Art. 13 O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
13.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
13.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
13.03. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
13.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1. A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2. O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3. A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4. A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5. O objeto esteja adequado para utilização.
13.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b.
É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
13.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
13.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 14 São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
14.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
14.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a” do subitem 14.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
14.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Janduís/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
14.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
14.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
14.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
14.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
14.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
14.15.A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.
Art. 15 Consoante a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 16 Do cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados:
I – Cancelamento do registro do fornecedor, quando:
a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração semjustificativa razoável;
c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
II – Cancelamento dos preços registrados, quando:
por razão de interesse público;
a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/21, ficam assegurados os direitos da Administração.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 17. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 18. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Janduís/RN, (Campo Grande-RN) com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Janduís/RN, 11 de maio de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador da ARP

H. C. Cordeiro
CNPJ: 20.755.100/0001-35
HILTON COSTA CORDEIRO
Beneficiário da ARP

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:3AA63FCF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026– PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ: 08.349.003/0001-47**, com sede na Rua do Sul, 159, Centro, CEP: 59.690-000, Janduís/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES,** portador do CPF: **262.026.974-15** e do RG: **135.086.787-SSP/CE,** residente na Rua João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – **Janduís-RN** – doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e de outro lado a empresa, **J2LM SOLUÇÕESINTEGRADAS LTDA,**inscrita no CNPJ: **37.253.522/0001-05**,com sede na Rua Fausto Justino dos Santos, Nº 247, Bairro: Cidade Alta, Caruaru/PE, neste ato representada pelo **Sr. JOSIELSON CARVALHO DA SILVA**, portador do **CPF: 058.321.974-88**, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2022,**com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 003, de 22 de janeiro de 2024 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de utensílios de copa e cozinha em geral, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, bem como das Secretarias Municipais e demais órgãos e unidades administrativas vinculadas.** cujas especificações, preços, quantitativos e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Janduís-RN, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**.
Parágrafo Único: São órgãos e entidades públicas.

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, por meio do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra, ou encaminhadas via e-mail.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e,
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no artigo 1º incisos I e II da lei n° 14.770, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. – Sistema Registro de Preços no Município de Janduís/RN.

Art. 5º O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação; que pode ser encaminhada via e-mail.
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 6° O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da 14.133/21). podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produtos.
I - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, conforme artigo 28 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
II - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, conforme artigo 29 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Art. 7° O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **J2LM SOLUÇÕESINTEGRADAS LTDA**		
CNPJ: **37.253.522/0001-05**	Telefone: **(81) 99954-3955**	Email: **contatoj2lm@gmail.com**
Endereço: **Rua Fausto Justino dos Santos, 247 , Cidade Alta, Caruaru/PE, CEP: 55031-428**		
Representante: **JOSIELSON CARVALHO DA SILVA** - CPF: **058.321.974-88**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
26	0006510 - Frigideira de alumínio nº 30	JS/ROCHA	UNIDADE	36,000000	39,000	1.404,00
30	0038107 - Panela De Pressão Grande Em Alumínio Com Capacidade Para 7 Litros.	real/jr	UNIDADE	39,000000	93,000	3.627,00
31	0006517 - Panela De Pressão Grande Em Alumínio Com Capacidade Para 10 Litros.	real	UNIDADE	52,000000	134,000	6.968,00
74	0006546 - Espremedor de alho, com corpo de alumínio.	DIVERSOS	UNIDADE	23,000000	6,400	147,20

Valor Total: 12.146,20 (**doze mil, cento e quarenta e seis reais e vinte centavos**)

Art. 8º O pagamento deverá ser efetuado em até 60 dias corridos, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a entrega dos produtos, mediante Cheque Nominativo ou por meio do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Janduís/RN. Obedecendo os ditames da Ordem Cronológica – Resolução do TCE-RN.
a) Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista.b) O Órgão Gerenciador reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem em perfeitas condições ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
c) O Órgão Gerenciador poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.
d) Nenhum pagamento será efetuado à Beneficiária da ARP enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =(6/10)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
g) Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
h) O Órgão Gerenciador realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
i) Antes dos pagamentos, o Órgão Gerenciador, fará consultas referentes a inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.
i) A beneficiária da ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos do § 2º do inciso IV do Art 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 9° A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 10º O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 11 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 12 A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados e parcelados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da contratada.

Art. 13 O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
13.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
13.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
13.03. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
13.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1. A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2. O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3. A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4. A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5. O objeto esteja adequado para utilização.
13.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b.
É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
13.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
13.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 14 São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
14.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
14.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 14.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
14.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Janduís/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
14.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
14.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
14.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
14.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
14.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
14.15.A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;

b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".

Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.

Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 15 Consoante a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

Art. 16 Do cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados:

I – Cancelamento do registro do fornecedor, quando:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração semjustificativa razoável;

c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

II – Cancelamento dos preços registrados, quando:

por razão de interesse público;

a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/21, ficam assegurados os direitos da Administração.

Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 17. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 18. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Janduís/RN, (Campo Grande-RN) com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Janduís/RN, 11 de maio de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador da ARP

J2LM Soluçõesintegradas LTDA
CNPJ: 37.253.522/0001-05
JOSIELSON CARVALHO DA SILVA
Beneficiário da ARP

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:1F16EB54

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026– PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ: 08.349.003/0001-47**, com sede na Rua do Sul, 159, Centro, CEP: 59.690-000, Janduís/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES,** portador do CPF: **262.026.974-15** e do RG: **135.086.787-SSP/CE,** residente na Rua João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – **Janduís-RN** – doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e de outro lado a empresa, **JUTEX LTDA,**inscrita no CNPJ: **44.889.648/0001-36**,com sede na R ARCOS, Nº 909, BAIRRO: VERA CRUZ, BELO HORIZONTE/MG, CEP: 30285-100 neste ato representada pelo **Sr. ANDRE HUBMAIER DA SILVA BITTENCOURT**, portador do **CPF: 053.818.036-64**, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026,**com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 003, de 22 de janeiro de 2024 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de utensílios de copa e cozinha em geral, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, bem como das Secretarias Municipais e demais órgãos e unidades administrativas vinculadas.** cujas especificações, preços, quantitativos e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Janduís-RN, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**.
Parágrafo Único: São órgãos e entidades públicas.

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, por meio do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra, ou encaminhadas via e-mail.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e,
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no artigo 1º incisos I e II da lei n° 14.770, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. – Sistema Registro de Preços no Município de Janduís/RN.

Art. 5º O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação; que pode ser encaminhada via e-mail.
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 30 (TRINTA) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 6° O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da 14.133/21). podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produtos.
I - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, conforme artigo 28 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
II - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, conforme artigo 29 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Art. 7° O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **JUTEX LTDA**		
CNPJ: **44.889.648/0001-36**	Telefone: **(31) 99806-3894**	Email: **comercialjutex@gmail.com**
Endereço: **R ARCOS, 909 ., vera cruz, Belo Horizonte/MG, CEP: 30285-100**		
Representante: **ANDRE HUBMAIER DA SILVA BITTENCOURT** - CPF: **053.818.036-64**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
91	0006558 - LENÇOL SEM ELASTICO SOLTEIRÃO 100% ALGODÃO 1,60x2,50m	jutex	UNIDADE	230,000000	29,700	6.831,00

Valor Total: 6.831,00 (**seis mil, oitocentos e trinta e um reais**)

Art. 8º O pagamento deverá ser efetuado em até 60 dias corridos, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a entrega dos produtos, mediante Cheque Nominativo ou por meio do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Janduís/RN. Obedecendo os ditames da Ordem Cronológica – Resolução do TCE-RN.
a) Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista.b) O Órgão Gerenciador reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem em perfeitas condições ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
c) O Órgão Gerenciador poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.
d) Nenhum pagamento será efetuado à Beneficiária da ARP enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =(6/10)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
g) Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
h) O Órgão Gerenciador realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
i) Antes dos pagamentos, o Órgão Gerenciador, fará consultas referentes a inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.
i) A beneficiária da ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos do § 2º do inciso IV do Art 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 9° A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 10º O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 11 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 12 A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados e parcelados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da contratada.

Art. 13 O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
13.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
13.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
13.03. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
13.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1. A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2. O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3. A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4. A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5. O objeto esteja adequado para utilização.
13.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b.
É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
13.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
13.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 14 São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
14.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
14.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a” do subitem 14.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
14.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Janduís/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
14.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
14.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
14.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
14.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
14.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
14.15.A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.
Art. 15 Consoante a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 16 Do cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados:
I – Cancelamento do registro do fornecedor, quando:
a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração semjustificativa razoável;
c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
II – Cancelamento dos preços registrados, quando:
por razão de interesse público;
a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/21, ficam assegurados os direitos da Administração.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 17. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 18. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Janduís/RN, (Campo Grande-RN) com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Janduís/RN, 11 de maio de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador da ARP

Jutex LTDA
CNPJ: 44.889.648/0001-36
ANDRE HUBMAIER DA SILVA BITTENCOURT
Beneficiário da ARP

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:75F56B3A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026– PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ: 08.349.003/0001-47**, com sede na Rua do Sul, 159, Centro, CEP: 59.690-000, Janduís/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES,** portador do CPF: **262.026.974-15** e do RG: **135.086.787-SSP/CE,** residente na Rua João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – **Janduís-RN** – doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e de outro lado a empresa, **OTTO LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA,**inscrita no CNPJ: **01.632.241/0001-16**,com sede na Rua Coronel Antônio Melo, nº 174, Bairro: Centro, Campo Grande/RN, neste ato representada pelo **Sr. Otto Luiz dos Santos Teixeira**, portador do **CPF: 200.799.584-00**, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026,**com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 003, de 22 de janeiro de 2024 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de utensílios de copa e cozinha em geral, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, bem como das Secretarias Municipais e demais órgãos e unidades administrativas vinculadas.** cujas especificações, preços, quantitativos e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Janduís-RN, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**.
Parágrafo Único: São órgãos e entidades públicas.

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, por meio do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra, ou encaminhadas via e-mail.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e,
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no artigo 1º incisos I e II da lei n° 14.770, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. – Sistema Registro de Preços no Município de Janduís/RN.

Art. 5º O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação; que pode ser encaminhada via e-mail.
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 30 (TRINTA) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 6° O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da 14.133/21). podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produtos.
I - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, conforme artigo 28 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
II - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, conforme artigo 29 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Art. 7° O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **OTTO LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA**		
CNPJ: **01.632.241/0001-16**	Telefone: **(84) 3362-2257 – (84) 99708-3986**	Email: **comercial-ottoluiz@hotmail.com**
Endereço: **RUA CORONEL ANTÔNIO MELO, 174, PRÓXIMO AO POSTO DE SAÚDE, CENTRO, CAMPO GRANDE/RN, CEP: 59680-000**		
Representante: **OTTO LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA** - CPF: **200.799.584-00**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
27	0038105 - Garrafão de água – capacidade 20 L (vasilhame)	PLASUTIL	UNIDADE	100,000000	28,800	2.880,00
39	0038112 - Ralador Fatiador, Cortador de Legumes Verdura Plástico	PLASVALE	UNIDADE	23,000000	13,450	309,35
57	0038125 - BANDEIJA DE PAPELÃO RETANGULAR OU REDONDA FUNDO LAMINADO N 50 38X48CM	REGINA	UNIDADE	83,000000	6,000	498,00
58	0038126 - BANDEIJA DE PAPELÃO RETANGULAR OU REDONDA FUNDO LAMINADO N 36 26X36CM	REGINA	UNIDADE	88,000000	5,500	484,00
68	0038134 - PENEIRA EM AÇO INOX 24 CM	YANGZI	UNIDADE	22,000000	14,330	315,26
88	0006550 - Faqueiro inox 24 peças	TAGLIATORI	UNIDADE	22,000000	47,800	1.051,60
92	0038146 - Dispenser para sabonete ou Álcool Gel com reservatório para abastecimento 400ml. Dispenser de alta qualidade e alta resistência ao impacto, o produto se encaixe facilmente em qualquer ambiente, dos mais simples aos mais requintados. Acompanha reservatóri	COZA	UNIDADE	47,000000	24,000	1.128,00
94	0038148 - COLHER DE SILICONE COM CABO PLÁSTICO	INGA	UNIDADE	45,000000	16,500	742,50
95	0038149 - CONCHA SILICONE COM CABO PLÁSTICO	INGA	UNIDADE	45,000000	17,430	784,35
96	0038150 - ESCUMADEIRA SILICONE COM CABO PLÁSTICO	INGA	UNIDADE	45,000000	16,900	760,50
122	0038173 - Taça grande para sobremesa em vidro – confeccionada em vidro transparente, formato amplo, bordas lisas, base estável, capacidade aproximada de 300 a 400 ml, própria para servir sobremesas em geral.	NADIR	UNIDADE	7,000000	14,800	103,60
124	0038175 - Carrinho Para Cargas 150kg De Mão Multiuso Ldi Roda Maciça	METALOSA	UNIDADE	4,000000	350,000	1.400,00
129	0038180 - Caixa Termica Cooler 45 Latas, Grande 30l C/ Alça	MOR	UNIDADE	15,000000	118,000	1.770,00

Valor Total: 12.227,16 (**doze mil, duzentos e vinte e sete reais e dezesseis centavos**)

Art. 8º O pagamento deverá ser efetuado em até 60 dias corridos, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a entrega dos produtos, mediante Cheque Nominativo ou por meio do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Janduís/RN. Obedecendo os ditames da Ordem Cronológica – Resolução do TCE-RN.
a) Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista.b) O Órgão Gerenciador reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem em perfeitas condições ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
c) O Órgão Gerenciador poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.
d) Nenhum pagamento será efetuado à Beneficiária da ARP enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =(6/10)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
g) Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
h) O Órgão Gerenciador realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
i) Antes dos pagamentos, o Órgão Gerenciador, fará consultas referentes a inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.
i) A beneficiária da ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos do § 2º do inciso IV do Art 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 9° A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 10º O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 11 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 12 A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados e parcelados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da contratada.

Art. 13 O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
13.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
13.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
13.03. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
13.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1. A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2. O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3. A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4. A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5. O objeto esteja adequado para utilização.
13.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b.
É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
13.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
13.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 14 São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
14.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
14.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 14.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
14.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Janduís/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
14.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
14.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
14.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
14.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
14.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
14.15.A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.
Art. 15 Consoante a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 16 Do cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados:
I – Cancelamento do registro do fornecedor, quando:
a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração semjustificativa razoável;
c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
II – Cancelamento dos preços registrados, quando:
por razão de interesse público;
a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/21, ficam assegurados os direitos da Administração.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 17. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 18. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Janduís/RN, (Campo Grande-RN) com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Janduís/RN, 11 de maio de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador da ARP

OTTO LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA
CNPJ: 01.632.241/0001-16
OTTO LUIZ DOS SANTOS TEIXEIRA
Beneficiário da ARP

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:09D9F6FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026– PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ: 08.349.003/0001-47**, com sede na Rua do Sul, 159, Centro, CEP: 59.690-000, Janduís/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES,** portador do CPF: **262.026.974-15** e do RG: **135.086.787-SSP/CE,** residente na Rua João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – **Janduís-RN** – doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e de outro lado a empresa, **SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA,**inscrita no CNPJ: **07.665.456/0001-10**,com sede na RUA ANTONIO JOSE DOS SANTOS, Nº 680 – LOJA 01, BAIRRO: CÉU AZUL, BELO HORIZONTE/MG, CEP: 31580-000 neste ato representada pelo **Sr. CARLOS EDUARDO RIBEIRO FERREIRA**, portador do **CPF: 583.171.986-34**, doravante denominado

BENEFICIÁRIO DA ARP, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026,**com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 003, de 22 de janeiro de 2024 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de utensílios de copa e cozinha em geral, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, bem como das Secretarias Municipais e demais órgãos e unidades administrativas vinculadas.** cujas especificações, preços, quantitativos e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Janduís-RN, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**.
Parágrafo Único: São órgãos e entidades públicas.

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, por meio do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra, ou encaminhadas via e-mail.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e,
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no artigo 1º incisos I e II da lei n° 14.770, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. – Sistema Registro de Preços no Município de Janduís/RN.

Art. 5º O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação; que pode ser encaminhada via e-mail.
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 30 (TRINTA) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 6° O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da 14.133/21). podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produtos.
I - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, conforme artigo 28 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
II - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, conforme artigo 29 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Art. 7° O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA**		
CNPJ: **07.665.456/0001-10**	Telefone: **(31) 3213-1871**	Email: **santanacomerciobh@hotmail.com**
Endereço: **RUA ANTONIO JOSE DOS SANTOS, 680 , CÉU AZUL, Belo Horizonte/MG, CEP: 31580-000**		
Representante: **CARLOS EDUARDO RIBEIRO FERREIRA** - CPF: **583.171.986-34**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
34	0006520 - Peneira pequena com cabo plástico 12 cm	MAEE	UNIDADE	21,000000	5,000	105,00
40	0038113 - Saleiro 01 litro com tampa plástico	PLASMONT	UNIDADE	21,000000	5,980	125,58
45	0006535 - Pote Plástico P/mantimentos Café	PLASMONT	UNIDADE	47,000000	5,000	235,00
46	0006536 - Pote Plástico P/mantimentos Açúcar	PLASMONT	UNIDADE	17,000000	5,000	85,00
70	0038136 - COPO DE VIDRO, transparente, vidro canelado, capacidade 300 ml.	NADIR	UNIDADE	215,000000	4,860	1.044,90
73	0038137 - Anel de vedação (borracha) para panela de pressão – 7,0 litros. Material: borracha nitrílica. Garantia contra defeitos de fábrica	GUAMATEC	UNIDADE	121,000000	3,980	481,58
75	0006548 - Tolha de mão para cozinha	INTEXTIL	UNIDADE	107,000000	7,480	800,36
82	0038142 - Cafeteira em alumínio capacidade 2 litros	ASC	UNIDADE	44,000000	62,800	2.763,20
83	0006494 - Colher Grande De Silicone com cabo comprido	ORIGINAL	UNIDADE	32,000000	19,980	639,36
84	0038143 - Anel de vedação (borracha) para panela de pressão – 10,0 litros. Material: borracha nitrílica. Garantia contra defeitos de fábrica	GUAMATEC	UNIDADE	81,000000	7,720	625,32
86	0006545 - Colher de pau com cabo de 30 cm	STOLF	UNIDADE	19,000000	11,880	225,72
98	0038152 - RALADOR DE VERDURAS E LEGUMES EM AÇO INOX	ORIGINAL	UNIDADE	31,000000	15,600	483,60

131	0038182 - Mini processador manual de alimentos 3 lâminas inox - tritura cebola ,alho .frutas , ervas compacto e portátil	ORIGINAL	UNIDADE	5,000000	24,900	124,50

Valor Total: 7.739,12 (**sete mil, setecentos e trinta e nove reais e doze centavos**)

Art. 8º O pagamento deverá ser efetuado em até 60 dias corridos, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a entrega dos produtos, mediante Cheque Nominativo ou por meio do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Janduís/RN. Obedecendo os ditames da Ordem Cronológica – Resolução do TCE-RN.
a) Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista.b) O Órgão Gerenciador reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem em perfeitas condições ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
c) O Órgão Gerenciador poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.
d) Nenhum pagamento será efetuado à Beneficiária da ARP enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =(6/10)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
g) Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
h) O Órgão Gerenciador realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
i) Antes dos pagamentos, o Órgão Gerenciador, fará consultas referentes a inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.
i) A beneficiária da ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos do § 2º do inciso IV do Art 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 9° A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 10º O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 11 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 12 A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados e parcelados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da contratada.

Art. 13 O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
13.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
13.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
13.03. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
13.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1. A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2. O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3. A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4. A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5. O objeto esteja adequado para utilização.
13.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b.
É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
13.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:

a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
13.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 14 São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
14.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
14.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 14.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
14.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Janduís/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
14.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
14.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
14.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
14.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
14.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
14.15.A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.
Art. 15 Consoante a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 16 Do cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados:
I – Cancelamento do registro do fornecedor, quando:
a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração semjustificativa razoável;
c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
II – Cancelamento dos preços registrados, quando:

por razão de interesse público;
a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/21, ficam assegurados os direitos da Administração.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 17. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 18. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Janduís/RN, (Campo Grande-RN) com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Janduís/RN, 11 de maio de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador da ARP

SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA
CNPJ: 07.665.456/0001-10
CARLOS EDUARDO RIBEIRO FERREIRA
Beneficiário da ARP

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:989A1B72

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026– PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ: 08.349.003/0001-47**, com sede na Rua do Sul, 159, Centro, CEP: 59.690-000, Janduís/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES,** portador do CPF: **262.026.974-15** e do RG: **135.086.787-SSP/CE,** residente na Rua João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – **Janduís-RN** – doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e de outro lado a empresa, **BQS DISTRIBUIDORA LTDA,**inscrita no CNPJ: **33.613.876/0001-62**,com sede na ROD BR 423, Nº S/N - LOT PLANALTO DO QUILOMBO QUADRA08 LOTE 03, BAIRRO: DOM THIAGO POSTMA, GARANHUNS/PE, CEP: 55.293-000 neste ato representada pelo **Sr. SILVANDRO DIEGO DE ALBUQUERQUE FERREIRA**, portador do **CPF: 071.955.624-41**, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026,**com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 003, de 22 de janeiro de 2024 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de utensílios de copa e cozinha em geral, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, bem como das Secretarias Municipais e demais órgãos e unidades administrativas vinculadas.** cujas especificações, preços, quantitativos e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Janduís-RN, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**.
Parágrafo Único: São órgãos e entidades públicas.

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, por meio do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra, ou encaminhadas via e-mail.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e,
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no artigo 1º incisos I e II da lei n° 14.770, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. – Sistema Registro de Preços no Município de Janduís/RN.

Art. 5º O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação; que pode ser encaminhada via e-mail.
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 30 (TRINTA) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 6° O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da 14.133/21). podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produtos.
I - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, conforme artigo 28 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
II - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, conforme artigo 29 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Art. 7° O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **BQS DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **33.613.876/0001-62**	Telefone: **(87) 98836-3267**	Email: **BQSDISTRIBUIDORA@HOTMAIL.COM**
Endereço: **ROD BR 423, Nº S/N - LOT PLANALTO DO QUILOMBO QUADRA08 LOTE 03, BAIRRO: DOM THIAGO POSTMA, GARANHUNS/PE, CEP: 55.293-00**		
Representante: **SILVANDRO DIEGO DE ALBUQUERQUE FERREIRA** - CPF: **071.955.624-41**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
42	0038114 - Jogos de Mantimentos 5 peças em plástico capacidades: 5,50, 3,40, 1,75, 1,09 e 0,65 Litros	PLASÚTIL	UNIDADE	42,000000	36,970	1.552,74
43	0038115 - Tigelas plásticas com tampa 1,5 litros	PLASÚTIL	UNIDADE	54,000000	7,960	429,84
47	0038117 - XICARA PARA CAFÉ (sem pires) em vidro temperado, acabamento liso, na cor branca	NADIR	UNIDADE	225,000000	6,370	1.433,25
53	0038121 - Embalagem p/ tortas e bolo media /Tampa transparente bx / fundo bco	RIZZO	UNIDADE	57,000000	4,850	276,45
56	0038124 - FRASCO C/ TAMPA 200 ML PARA IORGUTE , MATERIAL POLIETILENO	PLASÚTIL	UNIDADE	31,000000	5,710	177,01
93	0038147 - Caixa Plástica Hortifruti Multiuso	MERCONPLAS	UNIDADE	43,000000	68,430	2.942,49
107	0006487 - Garrafa Térmica p/ suco e agua 12 litros com torneira e pés (250x250x500mm)	SOPRANO	UNIDADE	28,000000	185,520	5.194,56
111	0038162 - Conjunto 12 Peças - 6 Xícaras Porcelana 90ml Com 6 Pires	SCHIMDT	Conjunto	31,000000	46,980	1.456,38
116	0038167 - Panela de Buffet Elétrica Panela de buffet elétrica em aço inox – tipo rechaud, reforçada, com cuba GN 1/1 removível, capacidade aproximada de 10 litros, resistência elétrica blindada, termostato regulável, tensão 127/220V, com tampa articulada e pés anti	TRAMONTINA	UNIDADE	15,000000	533,360	8.000,40
117	0038168 - Cuba para Buffet Cuba gastronômica em aço inox – padrão GN 1/1, profundidade 150 mm, capacidade aproximada de 8 litros, cantos arredondados, própria para buffet, banho-maria e serviços de alimentação.	TRAMONTINA	UNIDADE	15,000000	384,820	5.772,30
121	0038172 - Porta talheres em vidro – confeccionado em vidro transparente, formato cilíndrico ou retangular, estrutura reforçada, bordas lisas, próprio para organização e acondicionamento de talheres em mesas, buffets e serviços de alimentação.	NADIR	UNIDADE	12,000000	54,830	657,96
125	0038176 - pallet plástico leve 100x120 cm para armazanamento preto	PROPLAST	UNIDADE	2,000000	344,210	688,42
126	0038177 - KIT de caixa plastica organizadora grande contendo 1 unidade de cada cor, 5 unidades total sendo: azul, verde,branca ,amarela e vermelha dimensoes 55cmx36,5LX 31 A centimetros	SANREMO	Kit	45,000000	131,450	5.915,25

Valor Total: 34.497,05 (**trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais e cinco centavos**)

Art. 8º O pagamento deverá ser efetuado em até 60 dias corridos, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a entrega dos produtos, mediante Cheque Nominativo ou por meio do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Janduís/RN. Obedecendo os ditames da Ordem Cronológica – Resolução do TCE-RN.
a) Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista.b) O Órgão Gerenciador reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem em perfeitas condições ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
c) O Órgão Gerenciador poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.
d) Nenhum pagamento será efetuado à Beneficiária da ARP enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =(6/10)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

g) Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
h) O Órgão Gerenciador realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
i) Antes dos pagamentos, o Órgão Gerenciador, fará consultas referentes a inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.
i) A beneficiária da ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos do § 2º do inciso IV do Art 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 9° A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 10º O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 11 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 12 A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados e parcelados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da contratada.

Art. 13 O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
13.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
13.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
13.03. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
13.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1. A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2. O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3. A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4. A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5. O objeto esteja adequado para utilização.
13.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b.
É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
13.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
13.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 14 São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
14.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
14.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 14.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
14.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Janduís/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
14.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

14.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
14.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
14.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
14.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
14.15.A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.
Art. 15 Consoante a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 16 Do cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados:
I – Cancelamento do registro do fornecedor, quando:
a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração semjustificativa razoável;
c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
II – Cancelamento dos preços registrados, quando:
por razão de interesse público;
a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/21, ficam assegurados os direitos da Administração.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.
Art. 17. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 18. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Janduís/RN, (Campo Grande-RN) com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Janduís/RN, 11 de maio de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador da ARP

BQS Distribuidora LTDA
CNPJ: 33.613.876/0001-62
SILVANDRO DIEGO DE ALBUQUERQUE FERREIRA
Beneficiário da ARP

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:EE2081E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026– PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ: 08.349.003/0001-47**, com sede na Rua do Sul, 159, Centro, CEP: 59.690-000, Janduís/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES,** portador do CPF: **262.026.974-15** e do RG: **135.086.787-SSP/CE,** residente na Rua João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – **Janduís-RN** – doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e de outro lado a empresa, **WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA,**inscrita no CNPJ: **24.334.764/0001-81**,com sede na Avenida Ary Barroso, Nº 125, Bairro: Serenata, Timóteo/MG, Cep: 35180-442, neste ato representada pelo **Sr. WALITON LAGES NOGUEIRA**, portador do **CPF: 109.297.426-13**, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026,**com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 003, de 22 de janeiro de 2024 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de utensílios de copa e cozinha em geral, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, bem como das Secretarias Municipais e demais órgãos e unidades administrativas vinculadas.** cujas especificações, preços, quantitativos e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Janduís-RN, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**.
Parágrafo Único: São órgãos e entidades públicas.

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, por meio do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra, ou encaminhadas via e-mail.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e,
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no artigo 1º incisos I e II da lei n° 14.770, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. – Sistema Registro de Preços no Município de Janduís/RN.

Art. 5º O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação; que pode ser encaminhada via e-mail.
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 6° O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da 14.133/21). podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produtos.
I - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, conforme artigo 28 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
II - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, conforme artigo 29 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

Art. 7° O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA**		
CNPJ: **24.334.764/0001-81**	Telefone: **(31) 99086-0122**	Email: **wlnogueiradistribuidora@hotmail.com**
Endereço: **Avenida Ary Barroso, 125 ., Serenata, Timóteo/MG, CEP: 35180-442**		
Representante: **WALITON LAGES NOGUEIRA** - CPF: **109.297.426-13**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
17	0038097 - Colher de sopa confeccionada em inox resistente, sem emendas.	GOLDEN INOX	UNIDADE	580,000000	1,650	957,00
18	0038098 - Concha Grande n°15 em alumínio	GOLDEN INOX	UNIDADE	29,000000	17,870	518,23
23	0038102 - Escumadeira em alumínio Grande- reforçado com diâmetro de 16cm, pegador em alumínio, 54 cm de cumprimento.	GOLDEN INOX	UNIDADE	18,000000	18,770	337,86
109	0038090 - Prato Fundo Plástico polipropileno grosso de alta durabilidade resistente merenda escolar capacidade 700ml.	GOLDEN INOX	UNIDADE	1650,000000	2,130	3.514,50
127	0038178 - jogo Aço inox 12 garfo mesa churrasco	GOLDEN INOX	Kit	20,000000	19,870	397,40
128	0038179 - kit 12 facas em aço inox para jantares	GOLDEN INOX	Kit	20,000000	21,870	437,40

Valor Total: 6.162,39 (**seis mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e nove centavos**)

Art. 8º O pagamento deverá ser efetuado em até 60 dias corridos, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a entrega dos produtos, mediante Cheque Nominativo ou por meio do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Janduís/RN. Obedecendo os ditames da Ordem Cronológica – Resolução do TCE-RN.
a) Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista.b) O Órgão Gerenciador reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem em perfeitas condições ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
c) O Órgão Gerenciador poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.
d) Nenhum pagamento será efetuado à Beneficiária da ARP enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =(6/10)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
g) Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.
h) O Órgão Gerenciador realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
i) Antes dos pagamentos, o Órgão Gerenciador, fará consultas referentes a inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.
i) A beneficiária da ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos do § 2º do inciso IV do Art 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 9° A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 10º O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 11 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 12 A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados e parcelados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da contratada.

Art. 13 O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
13.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
13.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
13.03. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
13.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1. A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2. O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;

a.3. A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4. A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5. O objeto esteja adequado para utilização.
13.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b.
É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
13.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
13.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 14 São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
14.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
14.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 14.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
14.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Janduís/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
14.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
14.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
14.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
14.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
14.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
14.15.A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.

Art. 15 Consoante a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 16 Do cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados:
I – Cancelamento do registro do fornecedor, quando:
a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração semjustificativa razoável;
c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
II – Cancelamento dos preços registrados, quando:
por razão de interesse público;
a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/21, ficam assegurados os direitos da Administração.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 17. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 18. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Janduís/RN, (Campo Grande-RN) com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Janduís/RN, 11 de maio de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador da ARP

WL Nogueira Distribuidora LTDA
CNPJ: 24.334.764/0001-81
WALITON LAGES NOGUEIRA
Beneficiário da ARP

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:EAB2D051

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1111/2026– PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS-RN.

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ: 08.349.003/0001-47**, com sede na Rua do Sul, 159, Centro, CEP: 59.690-000, Janduís/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Sr. **ELVÉCIO GURGEL DE SALES,** portador do CPF: **262.026.974-15** e do RG: **135.086.787-SSP/CE,** residente na Rua João Pinheiro de Almeida, 54, São Bento – **Janduís-RN** – doravante denominada **GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** e de outro lado a empresa, **CENTER COMERCIAL FORMIGA LTDA,**inscrita no CNPJ: **19.752.596/0001-04**,com sede na Rua Antônio Miguel Duarte, Nº 95 – LOJA 101 Bairro: Bancários, João Pessoa/PB, CEP: 58.051-125 neste ato representada pelo **Sr. OSMANDO ALVES FORMIGA**, portador do **CPF: 151.229.214-15**, doravante denominado **BENEFICIÁRIO DA ARP**, **RESOLVEM REGISTRAR OS PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026,**com integral observância da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto nº 003, de 22 de janeiro de 2024 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

Art. 1º A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o **registro de preços à eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de utensílios de copa e cozinha em geral, destinados a atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Janduís/RN, bem como das Secretarias Municipais e demais órgãos e unidades administrativas vinculadas.** cujas especificações, preços, quantitativos e fornecedores foram previamente definidos através do procedimento licitatório supracitado.

Art. 2º Integra apresente ARP, a Prefeitura Municipal de Janduís-RN, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES**.
Parágrafo Único: São órgãos e entidades públicas.

Art. 3º O ÓRGÃO GERENCIADOR, por meio do Setor de Compras, tem as seguintes obrigações:
a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
b) convocar o particular via fax ou telefone, para retirada da ordem de compra, ou encaminhadas via e-mail.
c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços; e,
f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente ARP.

Art. 4º DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no artigo 1º incisos I e II da lei n° 14.770, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023. – Sistema Registro de Preços no Município de Janduís/RN.

Art. 5º O FORNECEDOR obriga-se a:
a) Retirar a respectiva Ordem de Compra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da convocação; que pode ser encaminhada via e-mail.
b) O Prazo de entrega do objeto licitado é de no máximo 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Compra que será emitida pela Prefeitura ou Secretaria Municipal envolvida na contratação. Não havendo indicação expressa será considerado como o prazo de entrega o mencionado neste subitem.
c) Os fornecimentos deverão ser iniciados a partir do recebimento da ordem de compra, obedecendo as especificações que constam no termo de referência;
d) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR e FISCAL DE CONTRATO** referente às condições firmadas na presente ARP;
e) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
f) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;
g) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;
h) pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos fornecimentos executados, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;
i) manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
j) Obedecer as especificações previstas no termo de referência do edital.

Art. 6° O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (art. 84 da 14.133/21). podendo o fornecedor solicitar, a qualquer tempo, a desobrigação de fornecer os produtos.
I - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, conforme artigo 28 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
II - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, conforme artigo 29 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Art. 7° O preço, a quantidade e as especificações registradas nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Fornecedor: **CENTER COMERCIAL FORMIGA LTDA ME**		
CNPJ: **19.752.596/0001-04**	Telefone: **: (83) 8862-4942 / 9947-8203 / 3507-1935**	Email: **formigacenter@gmail.com**
Endereço: **RUA ANTÔNIO MIGUEL DUARTE, 95 LOJA, BANCÁRIOS, JOÃO PESSOA/PB, CEP: 58051-125**		
Representante: **OSMANDO ALVES FORMIGA** - CPF: **151.229.214-15**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
90	0038145 - LENÇOL COM ELASTICO SOLTEIRÃO 100% ALGODÃO 0,88m x 1,88m x 30cm	PRÓPRIA	UNIDADE	230,000000	39,900	9.177,00

Valor Total: 9.177,00 (**nove mil, cento e setenta e sete reais**)

Art. 8º O pagamento deverá ser efetuado em até 60 dias corridos, após a apresentação da nota fiscal para liquidação e pagamento da despesa, sendo a vista, após a entrega dos produtos, mediante Cheque Nominativo ou por meio do Gerenciador Financeiro pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Janduís/RN. Obedecendo os ditames da Ordem Cronológica – Resolução do TCE-RN.
a) Para efeito de cada pagamento, a Nota fiscal/fatura deverá estar acompanhados das Certidões de regularidade, junto ao, FGTS, Fazenda Federal **(DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, RECEITA FEDERAL E INSS – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS)**, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal e de regularidade junto à dívida ativa do Estado e trabalhista.b) O Órgão Gerenciador reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os produtos não estiverem em perfeitas condições ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.
c) O Órgão Gerenciador poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.
d) Nenhum pagamento será efetuado à Beneficiária da ARP enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração dos preços, ou de compensação financeira por atraso de pagamento.
e) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =(6/10)	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%.

f) A compensação financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.
g) Deverá ser apresentada prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com redação conferida pela Lei n° 12.440, de 07 de julho de 2011.

h) O Órgão Gerenciador realizará a qualquer momento, inclusive antes do pagamento, consulta referente a inexistência de débitos trabalhistas, a qual pode ser efetuada mediante consulta ao sítio www.tst.jus.br bem como consulta ao Sistema de Cadastramento de Unificado de Fornecedores - SICAF e ao Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN.
i) Antes dos pagamentos, o Órgão Gerenciador, fará consultas referentes a inexistência de débitos trabalhistas junto ao sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho.
i) A beneficiária da ARP não poderá se abster de cumprir o contrato eventualmente firmado alegando falta de pagamento nos termos do § 2º do inciso IV do Art 137 da Lei nº 14.133/21, quando o referido atraso não for superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 9° A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga os órgãos a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, a preferência, em igualdade de condições.

Art. 10º O preço, o quantitativo, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também suas possíveis alterações, serão publicados, em forma de extrato, em imprensa oficial.
Parágrafo único. Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, na imprensa oficial do **ÓRGÃO GERENCIADOR** (www.diariomunicipal.com.br/femurn).

Art. 11 A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Art. 12 A entrega dos itens desta Ata de Registro de Preços obedecerá às seguintes condições:
a) Deverão ser fornecidos os produtos de acordo com as necessidades da Administração Municipal, sendo materializada a necessidade, quando da emissão da ordem de compra, nos quantitativos desejados e parcelados;
b) As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da contratada.

Art. 13 O recebimento e aceitação dos itens registrados nesta ARP seguirão as seguintes condições:
13.01. O recebimento do produto deverá ser efetuado pelo servidor ou comissão responsável pela aceitação do objeto desta licitação.
13.02. Não serão aceitos produtos em desconformidade com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta.
13.03. Por ocasião da entrega, o fornecedor deverá colher a data, a hora, o nome, o cargo, a matrícula e assinatura do servidor ou membro da comissão do órgão gerenciador responsável pelo recebimento.
13.04. Entregue o objeto desta licitação, a Prefeitura deverá recebê-lo:
a) Por servidor ou comissão responsável, desde que:
a.1. A quantidade esteja em conformidade com a solicitação efetuada;
a.2. O prazo de garantia/validade esteja conforme o termo de referência e a proposta;
a.3. A embalagem esteja inviolada e de forma a permitir o adequado acondicionamento;
a.4. A especificação esteja em conformidade com a proposta da licitante vencedora;
a.5. O objeto esteja adequado para utilização.
13.05. O atesto da nota fiscal referente ao objeto fornecido apenas será realizado após o seu recebimento definitivo e a entrega das Certidões relacionadas no art. 7º, b.
É importante, ainda:
a) observar, atentamente, o preenchimento das notas fiscais, objetivando evitar a emissão de ERRATAS, as quais não podem alterar campos fiscais. Como as notas fiscais eletrônicas tem prazo de correção curto, caso haja erros nos preenchimentos, poderão existir situações que precisarão de cancelamento da nota fiscal.
13.06. Constatada irregularidades no registro de preço, esta Seção Prefeitura poderá:
a) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízos das penalidades cabíveis.
b) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
13.07. Nas hipóteses previstas na alínea anterior, a contratada terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da notificação, para cumprir a determinação exarada pela Administração.

Art. 14 São sanções passíveis de aplicação aos licitantes participantes desta ARP, sem prejuízo de outras sanções previstas em legislação pertinente, da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem:
14.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não prejudiquem o andamento das atividades normais da contratante;
14.2. Multa de:
a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor mensal do contrato em caso de atraso no fornecimento dos produtos, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nesta hipótese, inexecução parcial total da obrigação assumida;
b) 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a" do subitem 14.2, caracterizando inexecução parcial da obrigação assumida;
c) 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;
c1) O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após a aplicação da penalidade prevista na alínea "b" deste subitem, configurará inexecução total do contrato;
d) 1% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, quando da entrega da mesma;
14.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Janduís/RN, por prazo de até 02 (dois) anos;
14.4. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n° 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n° 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n° 2.218/2011 e n° 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
14.5. Impedimento de licitar e contratar com o Munícipio e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

14.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
14.7. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
14.8. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
14.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.
14.10.A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
14.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
14.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
14.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
14.14. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
14.15.A Administração poderá ainda, aplicar à licitante vencedora, quaisquer outras penalidades previstas em lei ou no edital e em seus anexos;
Parágrafo Primeiro – O fornecedor estará sujeito às sanções do item anterior nas seguintes hipóteses:
a) Não apresentação de situação regular, no ato da assinatura e no decorrer do contrato, bem como a recusa de assinar o Contrato ou documento equivalente no prazo determinado nesta ARP: aplicação das sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sucessivamente;
b) Descumprimento dos prazos, inclusive os de fornecimento, e condições previstas nesta ARP, bem como o descumprimento das determinações da Administração: aplicação das sanções previstas na alínea "b" e "c". Caso a situação perdure pelo prazo superior a 30 (trinta) dias, ensejará a aplicação das sanções previstas na alínea "d".
Parágrafo Segundo – Em caso de ocorrência de inadimplemento de termos da presente ARP não contemplado nas hipóteses anteriores, a Administração procederá à apuração do dano para aplicação da sanção apropriada ao caso concreto, observado o princípio da proporcionalidade.
Parágrafo Terceiro – Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, em relação a um dos eventos arrolados no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.
Parágrafo Quarto – A sanção de suspensão temporária de licitar e contratar com a Administração poderá ser aplicada à licitante juntamente com a multa.
Parágrafo Quinto – As penalidades fixadas nesta cláusula serão aplicadas através de Processo Administrativo, no qual serão assegurados à empresa o contraditório e a ampla defesa.
Art. 15 Consoante a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
Art. 16 Do cancelamento do registro do fornecedor e dos preços registrados:
I – Cancelamento do registro do fornecedor, quando:
a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração semjustificativa razoável;
c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27; ou
d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
II – Cancelamento dos preços registrados, quando:
por razão de interesse público;
a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.
Parágrafo Primeiro – Na ocorrência de rescisão administrativa, nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/21, ficam assegurados os direitos da Administração.
Parágrafo Segundo – O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal.

Art. 17. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com os termos das Leis nº. 14.133/21 e alterações posteriores, Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023 e Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 ou legislação vigente à época do fato ocorrido.

Art. 18. Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o Foro da Comarca de Janduís/RN, (Campo Grande-RN) com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Janduís/RN, 11 de maio de 2026

Prefeitura Municipal de Janduís-RN
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador da ARP

Center Comercial Formiga LTDA ME
CNPJ: 19.752.596/0001-04
OSMANDO ALVES FORMIGA
Beneficiário da ARP

Publicado por:
Jose Michael Fernandes Matias
Código Identificador:8C1E0886

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE ANGICOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE JULGAMENTO DE CREDENCIAMENTO CHAMADA PÚBLICA – Nº 002/2026

Processo administrativo nº 280/2025

O município de Jardim de Angicos/RN, através do Agente de Contratação torna público o resultado de julgamento do certame licitatório **CHAMADA PÚBLICA – Nº 002/2026**, cujo objeto visa **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A COMPOSIÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR JUNTO A AGRICULTORES ENQUADRADOS NO PROGRAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR (PNAE), CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, VISANDO ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ENSINO DE JARDIM DE ANGICOS/RN.** O setor de licitações, recolheu os envelopes dos presentes, abriu a habilitação, rubricou toda documentação. Foi dada a análise da documentação, os participantes credenciados, foram considerados habilitados, por atenderem o Edital. Em seguida foram abertos os projetos de vendas, onde foi obtido o seguinte resultado com itens e quantidades apresentadas:

GRUPO DE MULHERES INFORMAL: Composto por IELMA DANTAS GOMES LISBOA, portador(a) do CPF nº XXX.817.974-XX, foram declaradas credenciadas nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
1	MAMÃO, TIPO FORMOSA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO DE TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 10,62
2	ABACAXI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 1,4KG A 1,5KG.	125	KG	R$ 11,42
3	BANANA, TIPO PACOVAN APRESENTAÇÃO EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	175	KG	R$ 9,29
4	MELANCIA, REDONDA, BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA FIRME E INTACTA, GRAÚDA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	200	KG	R$ 10,48
5	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 9,06
6	MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	75	KG	R$ 9,95
7	COENTRO HORTALIÇAS DE COR VERDE, CLASSIFICADA COMO VERDURA FRESCA, ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADE DE MATERIAIS TERROSOS APROXIMADAMENTE 130 GRAMAS	100	MOL	R$ 4,52
8	GOIABA, VERMELHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SER BEM DESENVOLVIDA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO DE TRANSPORTE.	125	KG	R$ 9,57
9	MELÃO PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADA PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	100	KG	R$ 10,17
10	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	75	KG	R$ 12,41
11	BATATA INGLESA, LISA, DE PRIMEIRA E BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, GRAÚDAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS (RACHADURAS E CORTES) ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 13,99
12	JERIMUM DE LEITE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTO DE ENFERMIDADES COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	50	KG	R$ 8,72
13	LARANJA, TIPO PÊRA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	125	KG	R$ 10,10
14	LIMÃO, TIPO TAITI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 16,30
15	MARACUJÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	125	KG	R$ 17,18
16	PIMENTÃO VERDE, EXTRA A, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (PERFURAÇÕES E CORTES). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	25	KG	R$ 12,63
17	TOMATE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 11,80

GRUPO DE MULHERES INFORMAL: Composto por LENICE RAYANE DE LIMA OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº XXX.500.844-78, foram declaradas credenciadas nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
1	MAMÃO, TIPO FORMOSA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO DE TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 10,62
2	ABACAXI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 1,4KG A 1,5KG.	125	KG	R$ 11,42
3	BANANA, TIPO PACOVAN APRESENTAÇÃO EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	175	KG	R$ 9,29
4	MELANCIA, REDONDA, BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA FIRME E INTACTA, GRAÚDA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	200	KG	R$ 10,48
5	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 9,06
6	MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	75	KG	R$ 9,95
7	COENTRO HORTALIÇAS DE COR VERDE, CLASSIFICADA COMO VERDURA FRESCA, ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADE DE MATERIAIS TERROSOS APROXIMADAMENTE 130 GRAMAS	100	MOL	R$ 4,52
8	GOIABA, VERMELHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SER BEM DESENVOLVIDA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO DE TRANSPORTE.	125	KG	R$ 9,57
9	MELÃO PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADA PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	100	KG	R$ 10,17
10	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	75	KG	R$ 12,41
11	BATATA INGLESA, LISA, DE PRIMEIRA E BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, GRAÚDAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS (RACHADURAS E CORTES) ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 13,99
12	JERIMUM DE LEITE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTO DE ENFERMIDADES COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	50	KG	R$ 8,72
13	LARANJA, TIPO PÊRA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	125	KG	R$ 10,10
14	LIMÃO, TIPO TAITI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 16,30
15	MARACUJÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	125	KG	R$ 17,18
16	PIMENTÃO VERDE, EXTRA A, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (PERFURAÇÕES E CORTES). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	25	KG	R$ 12,63
17	TOMATE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 11,80

GRUPO DE MULHERES INFORMAL: Composto por IRENEIDE DANTAS GOMES, portador(a) do CPF nº XXX.841.594-86, foram declaradas credenciadas nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
1	MAMÃO, TIPO FORMOSA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO DE TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 10,62
2	ABACAXI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 1,4KG A 1,5KG.	125	KG	R$ 11,42
3	BANANA, TIPO PACOVAN APRESENTAÇÃO EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	175	KG	R$ 9,29
4	MELANCIA, REDONDA, BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA FIRME E INTACTA, GRAÚDA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	200	KG	R$ 10,48
5	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 9,06
6	MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O	75	KG	R$ 9,95

	CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.			
7	COENTRO HORTALIÇAS DE COR VERDE, CLASSIFICADA COMO VERDURA FRESCA, ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADE DE MATERIAIS TERROSOS APROXIMADAMENTE 130 GRAMAS	100	MOL	R$ 4,52
8	GOIABA, VERMELHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SER BEM DESENVOLVIDA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO DE TRANSPORTE.	125	KG	R$ 9,57
9	MELÃO PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADA PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	100	KG	R$ 10,17
10	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	75	KG	R$ 12,41
11	BATATA INGLESA, LISA, DE PRIMEIRA E BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, GRAÚDAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS (RACHADURAS E CORTES) ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 13,99
12	JERIMUM DE LEITE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTO DE ENFERMIDADES COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	50	KG	R$ 8,72
13	LARANJA, TIPO PÊRA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	125	KG	R$ 10,10
14	LIMÃO, TIPO TAITI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 16,30
15	MARACUJÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	125	KG	R$ 17,18
16	PIMENTÃO VERDE, EXTRA A, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (PERFURAÇÕES E CORTES). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	25	KG	R$ 12,63
17	TOMATE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 11,80

GRUPO DE MULHERES INFORMAL: Composto por ISLAINE DANTAS GOMES DA SILVA, portador(a) do CPF nº XXX.780.104-71, foram declaradas credenciadas nos itens conforme planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	VALOR UNIT.
1	MAMÃO, TIPO FORMOSA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO DE TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	100	KG	R$ 10,62
2	ABACAXI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. UNIDADES COM APROXIMADAMENTE 1,4KG A 1,5KG.	125	KG	R$ 11,42
3	BANANA, TIPO PACOVAN APRESENTAÇÃO EM PENCAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	175	KG	R$ 9,29
4	MELANCIA, REDONDA, BEM DESENVOLVIDA E MADURA COM POLPA FIRME E INTACTA, GRAÚDA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.	200	KG	R$ 10,48
5	BATATA DOCE, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA, SEM RAMA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM, RACHADURAS E CORTES, DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 9,06
6	MACAXEIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO, TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	75	KG	R$ 9,95
7	COENTRO HORTALIÇAS DE COR VERDE, CLASSIFICADA COMO VERDURA FRESCA, ASPECTO E SABOR PRÓPRIO, ISENTA DE SINAIS DE APODRECIMENTO, SUJIDADE DE MATERIAIS TERROSOS APROXIMADAMENTE 130 GRAMAS	100	MOL	R$ 4,52
8	GOIABA, VERMELHA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO, COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SER BEM DESENVOLVIDA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO DE TRANSPORTE.	125	KG	R$ 9,57
9	MELÃO PRIMEIRA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADA PARA O CONSUMO. AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS.	100	KG	R$ 10,17
10	CENOURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DE MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	75	KG	R$ 12,41
11	BATATA INGLESA, LISA, DE PRIMEIRA E BOA QUALIDADE, FIRME E INTACTA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, GRAÚDAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS (RACHADURAS E CORTES) ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 13,99
12	JERIMUM DE LEITE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, CHEIRO, ASPECTO E SABOR PRÓPRIOS, TAMANHO UNIFORME, ISENTO DE ENFERMIDADES COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL TERROSO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS.	50	KG	R$ 8,72
13	LARANJA, TIPO PÊRA, FRESCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	125	KG	R$ 10,10
14	LIMÃO, TIPO TAITI, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, POLPA FIRME E INTACTA, LIVRE DE RESÍDUOS	50	KG	R$ 16,30

	DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.			
15	MARACUJÁ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO E MADURO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, COM POLPA FIRME E INTACTA, SEM DANOS FÍSICOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	125	KG	R$ 17,18
16	PIMENTÃO VERDE, EXTRA A, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA (PERFURAÇÕES E CORTES). ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	25	KG	R$ 12,63
17	TOMATE, MADURO, DE BOA QUALIDADE, GRAÚDO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ISENTO DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRES DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM TRANSPARENTE ATÓXICA, COM ETIQUETA DE PESAGEM.	50	KG	R$ 11,80

Informamos que os(as) agricultores(as) individuais Sra. LUCIANA BRITO DE CARVALHO SANTOS, portadora do CPF nº XXX.226.894-XX, e Sr. LUCIANO CÂNDIDO DA SILVA, portador do CPF nº XXX.020.134-XX, não foram contemplados nos respectivos itens, em razão da aplicação do critério de prioridade destinado ao grupo de mulheres, conforme disposto na Lei nº 15.226/2025 e consolidado pela Resolução nº 4/2026, considerando o item 9.1 do edital, fica aberto o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recurso administrativo, ou seja, até 16h00min do dia 15 de maio de 2026, podendo ser protocolado via e-mail: setordelicitacaopmja@gmail.com.

De acordo com a Lei Federal 11.947/2009 e na resolução nº 04/2015 – FNDE, com a legislação específica do PNAE, RESOLUÇÃO Nº 21, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021 e legislação complementar.
Jardim de Angicos/RN, em 12 de maio de 2026.

AÉCIO DORNELLES FERNANDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Aécio Dornelles Fernandes
Código Identificador:67593756

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 508.001/2026

1. Descrição da necessidade ou objeto (obrigatório):

1.1. A presente demanda tem por objeto a contratação de inscrições para participação da Diretoria do JARDIMPREV, bem como dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos, no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV, a realizar-se nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2026, no Centro de Convenções de Natal/RN, promovido pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM. A participação no referido evento visa proporcionar capacitação, atualização técnica e aperfeiçoamento profissional dos dirigentes e conselheiros do RPPS municipal, mediante acesso a palestras, painéis e debates voltados à gestão previdenciária, investimentos, governança, controle, certificação institucional, legislação aplicada aos RPPS e demais temas correlatos à administração previdenciária pública.

2. Alinhamento com Planejamento:

2.1. Previsão no Plano de Contratação Anual: ( ) SIM (x) NÃO*

*Justificativa: Ainda que o Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – JARDIMPREV não tenha elaborado o **Plano de Contratações Anual (PCA)** para o exercício vigente, a presente contratação mostra-se plenamente compatível com as necessidades administrativas e institucionais da gestão previdenciária municipal. A omissão formal do instrumento de planejamento anual não afasta a essencialidade pretendida, especialmente por se tratar de ação voltada à capacitação continuada dos dirigentes, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos do RPPS, cuja atualização técnica é indispensável ao adequado desempenho das atribuições relacionadas à governança, fiscalização, gestão de investimentos e regularidade previdenciária do instituto. A participação no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV permitirá o acesso a conteúdos técnicos especializados, debates e orientações atualizadas acerca da legislação previdenciária, investimentos, sustentabilidade atuarial, controle interno e demais temas diretamente relacionados à administração dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. Dessa forma, a contratação encontra respaldo na conveniência e oportunidade administrativas, bem como no interesse público envolvido na qualificação técnica dos agentes responsáveis pela condução do JARDIMPREV, contribuindo para o fortalecimento institucional, aprimoramento dos processos decisórios e observância das exigências normativas aplicáveis aos RPPS.

3. Requisitos da Contratação:

3.1. A contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

3.1.1. Ser pessoa jurídica regularmente constituída;

3.1.2. Comprovar experiência na promoção de congressos, seminários e eventos voltados à gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS;

3.1.3. Possuir regularidade fiscal e trabalhista;

3.1.4. Disponibilizar programação técnica compatível com as necessidades institucionais do RPPS;

3.1.5. Disponibilizar certificados de participação aos inscritos;

3.1.6. Garantir estrutura física e organizacional adequada à realização do evento;

3.1.7. Cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD no tratamento das informações dos participantes.

3.2. A contratada deverá:

3.2.1. Efetivar as inscrições dos participantes indicados pelo JARDIMPREV;

3.2.2. Disponibilizar acesso à programação oficial do evento;

3.2.3. Fornecer materiais, conteúdos e suporte necessários à participação no congresso;

3.2.4. Emitir certificados de participação aos inscritos que atenderem aos requisitos do evento.

4. Estimativa de Quantidades:

4.1. Estimativa realizada com base na licitação anterior: ( ) SIM (x) NÃO

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quant.
1	Inscrição no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV.	Inscrição	15

5. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha:

5.1. Foi verificado no mercado mais de uma forma de atendimento da necessidade: (x) SIM* ( ) NÃO

*Justificar: Em observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da busca pela melhor solução para o atendimento do interesse público, conforme preconiza a Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com vistas à identificação, análise e comparação da(s) alternativa(s) disponível(is) para suprir a necessidade do Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – JARDIMPREV, no que diz respeito a capacitação, atualização técnica e aperfeiçoamento profissional dos dirigentes e conselheiros do RPPS municipal, mediante acesso a palestras, painéis e debates voltados à gestão previdenciária, investimentos, governança, controle, certificação institucional, legislação aplicada aos RPPS e demais temas correlatos à administração previdenciária pública.
5.2. Foram analisadas diferentes formas de atendimento da necessidade, tais como: **(1)** participação em cursos isolados; **(2)** capacitações remotas; **(3)** treinamentos internos; **(4)** e congressos promovidos por outras instituições, cujas características, limitações e adequação à necessidade institucional encontram-se sintetizadas na tabela abaixo:

Alternativa(s):	Análise da Alternativa:
Cursos isolados:	Embora sejam alternativa para capacitação pontual, não oferecem a amplitude temática necessária para a formação integrada dos agentes do RPPS, que demanda conhecimentos interdisciplinares (investimentos, governança, atuária, controle interno, compliance) em um mesmo evento. Além disso, a pulverização da capacitação em múltiplos cursos implicaria custo administrativo superior e perda de sinergia entre os participantes.
Capacitações remotas:	Conquanto sejam válidas para atualizações específicas, não proporcionam o intercâmbio presencial de experiências com outros RPPS, a participação em painéis simultâneos e o networking institucional, elementos essenciais para a troca de boas práticas e a construção de soluções colaborativas entre gestores previdenciários de todo o País.
Treinamentos internos:	Restritos ao conhecimento já disponível no âmbito do instituto, não suprem a necessidade de atualização quanto a inovações normativas, jurisprudenciais e de mercado que são apresentadas por especialistas de renome nacional nos congressos da ABIPEM.
Congressos promovidos por outras instituições:	Embora existam eventos promovidos por outras associações, o Congresso Nacional da ABIPEM, promovido pela principal entidade representativa dos RPPS estaduais e municipais brasileiros, é o único que congrega, simultaneamente, a abrangência temática, a capilaridade institucional e o reconhecimento técnico necessários para atender, de forma integrada, às necessidades de capacitação da Diretoria, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos do JARDIMPREV.

5.3. Diante da análise comparativa realizada, verificou-se que nenhuma das alternativas relacionadas no item 5.2 é capaz de atender, de forma isolada ou combinada, ao conjunto de necessidades de capacitação do JARDIMPREV com o mesmo nível de abrangência, profundidade técnica e alinhamento institucional proporcionado pelo 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV. A inviabilidade técnico-operacional das demais soluções decorre da impossibilidade de replicar, por meio delas, a programação multitemática, a interlocução com especialistas e órgãos reguladores, e a certificação conjunta dos agentes que o evento da ABIPEM oferece de forma concentrada.

5.4. A solução escolhida mostra-se adequada, necessária e proporcional para atender à necessidade do instituto, na medida em que: **(1)** é a única que contempla, em um mesmo evento, todas as temáticas exigidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022 para a capacitação continuada de dirigentes, conselheiros e membros do Comitê de Investimentos; **(2)** permite a participação simultânea de todos os agentes, uniformizando entendimentos e alinhando a tomada de decisão estratégica.

5.5. A empresa a ser contratada é a **ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS – ABIPEM**, inscrita no **CNPJ n° 29.184.280/0001-17**, entidade nacionalmente reconhecida pela atuação na capacitação e fortalecimento institucional dos RPPS.

5.6. Características e capacidade técnica da empresa a ser escolhida (elencar):

5.6.1. A empresa deverá ter características e capacidade técnica em conformidade com o disposto no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar – ETP.

5.6.2. Ainda, no que tange a este tópico, a contratação ocorrerá mediante Inexigibilidade de Licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, considerando tratar-se de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal promovido por instituição específica e detentora da organização exclusiva do evento. Ademais, fora detectado que contratações similares ao objeto foram realizadas através de Contratações Diretas, conforme consultas realizadas junto ao Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – FEMURN, em vários municípios/institutos, de acordo com o disposto na tabela abaixo:

Contratante:	Link(s) para verificação das Contratações Similares:
Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – RN	A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador **47904F80** no site: https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de São Paulo do Potengi – RN	A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador **AEF5B59C** no site: https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – RN	A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador **64647B15** no site: https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/

6. Descrição da Solução como um todo:

6.1. A solução consiste na efetivação de 15 (quinze) inscrições para participação da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV.

6.2. O evento abordará temas relevantes à gestão dos RPPS, incluindo: **(1)** governança previdenciária; **(2)** investimentos; **(3)** certificação profissional; **(4)** controle interno; **(5)** sustentabilidade atuarial; **(6)** gestão de riscos; **(7)** legislação previdenciária; **(8)** regularidade dos RPPS; **(9)** e inteligência artificial aplicada à gestão previdenciária.

6.3. A participação dos dirigentes e conselheiros contribuirá para o fortalecimento institucional, a melhoria dos processos decisórios, atualização normativa, aperfeiçoamento da governança e qualificação técnica dos agentes responsáveis pela gestão previdenciária.

6.4. Eis as principais vantagens e desvantagens da solução apresentada:

Vantagens da Solução:	
Capacitação técnica especializada dos dirigentes e conselheiros:	**I.** A participação no congresso possibilitará aprofundamento dos conhecimentos técnicos relacionados à gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, abrangendo temas como governança previdenciária, investimentos, controle interno, legislação previdenciária, sustentabilidade atuarial e certificação profissional, contribuindo diretamente para o aprimoramento da atuação dos dirigentes e conselheiros do JARDIMPREV.
Atualização normativa e institucional:	**II.** O evento proporcionará atualização acerca das alterações legislativas, normativas e regulamentares aplicáveis aos RPPS, permitindo que os participantes acompanhem as mudanças promovidas pelos órgãos de controle e supervisão, especialmente pelo Ministério da Previdência Social, auxiliando na adequação das práticas administrativas e previdenciárias do Instituto.
Fortalecimento da governança previdenciária:	**III.** A capacitação dos membros da Diretoria, Conselhos e Comitê de Investimentos contribuirá para o fortalecimento dos mecanismos de governança, controle, fiscalização e tomada de decisões estratégicas, promovendo maior segurança técnica e administrativa na condução das atividades do RPPS.
Intercâmbio de experiências e boas práticas:	**IV.** A participação no congresso permitirá a troca de experiências com gestores, conselheiros, especialistas e representantes de outros RPPS do país, possibilitando acesso a boas práticas administrativas, soluções inovadoras e estratégias eficientes aplicáveis à realidade do JARDIMPREV.
Atendimento às exigências de qualificação técnica:	**V.** A participação no evento contribui para o atendimento das exigências de qualificação técnica e aperfeiçoamento contínuo previstas na Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos aplicáveis aos responsáveis pela gestão e governança dos RPPS, fortalecendo a conformidade institucional do Instituto.

Desvantagens da Solução:	
Custo financeiro da participação:	**I.** A efetivação das inscrições implica dispêndio financeiro por parte da Administração, incluindo despesas relacionadas à participação no evento, as quais devem observar disponibilidade orçamentária e financeira do JARDIMPREV.
Necessidade de afastamento temporário das atividades administrativas:	**II.** Durante a realização do congresso, os participantes necessitarão dedicar-se integralmente às atividades do evento, podendo ocasionar redução momentânea da força de trabalho disponível no âmbito administrativo do Instituto.
Dependência da aplicação prática do conhecimento adquirido:	**III.** Os benefícios decorrentes da capacitação dependem do efetivo aproveitamento e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos pelos participantes nas atividades desenvolvidas no âmbito do RPPS.
Possibilidade de conteúdos com abordagem ampla ou genérica:	**IV.** Determinados temas abordados no congresso poderão possuir caráter mais abrangente, exigindo adaptação das discussões e soluções apresentadas à realidade específica do JARDIMPREV e às particularidades do RPPS municipal.

6.5. Ciclo de Vida do Objeto (Serviço):

6.5.1. O ciclo de vida deste serviço, desde a sua concepção até a sua finalização e aproveitamento dos resultados, pode ser dividido em fases, que são:

Etapa:	**Descrição:**
1	**Planejamento da contratação:** Identificação da necessidade de capacitação e atualização técnica da Diretoria e dos Conselheiros do JARDIMPREV, bem como análise da adequação do evento às necessidades institucionais do RPPS.
2	**Formalização da contratação:** Realização dos procedimentos administrativos necessários à contratação e efetivação das inscrições junto à ABIPEM, mediante emissão da correspondente Nota de Empenho.
3	**Execução do objeto:** Participação dos inscritos no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV, com acesso às palestras, painéis e demais atividades técnicas relacionadas à gestão dos RPPS.
4	**Aplicação dos conhecimentos adquiridos:** Utilização prática dos conhecimentos obtidos no evento no âmbito da gestão, governança, fiscalização e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelo JARDIMPREV.
5	**Comprovação da capacitação:** Emissão e apresentação dos certificados de participação, para fins de comprovação da capacitação e atendimento às exigências de qualificação técnica aplicáveis aos RPPS.
6	**Encerramento do objeto:** Finalização da execução contratual com a juntada da documentação comprobatória aos autos do processo administrativo e adoção das providências relativas à liquidação e pagamento da despesa.

7. Estimativa de Valor (obrigatório):

7.1. A estimativa do valor da contratação é de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

7.2. A estimativa foi realizada através de consulta ao mercado: (x) SIM* ( ) NÃO

*Justificativa: O valor estimado da contratação foi obtido mediante consulta aos valores oficiais disponibilizados pela Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais – ABIPEM para RPPS associados, sendo o valor unitário de R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais) por inscrição, conforme tabela oficial do 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV. Ademais, visando atender ao disposto no art. 22, § 1º, da Resolução JARDIMPREV nº 003/2025, foram apensados aos autos **recibos** e documentos comprobatórios referentes ao pagamento de inscrições em eventos anteriores promovidos pela própria ABIPEM, os quais demonstram a compatibilidade do valor atualmente praticado com os preços cobrados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza. Dessa forma, a justificativa de preços encontra respaldo na comprovação dos valores praticados pela própria entidade promotora em eventos correlatos, observando-se o disposto no art. 22, § 1º, da Resolução JARDIMPREV nº 003/2025, segundo o qual, nos casos de inexigibilidade, a justificativa de preços poderá ser realizada mediante apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes, públicos ou privados, contratos, empenhos, extratos contratuais e documentos equivalentes, ou por outro meio idôneo devidamente justificado, de acordo com o disposto na tabela abaixo:

Fornecedor/Prestador:	**Evento/Data**	**Contratante:**	**Valor Unitário:**

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS – ABIPEM, inscrita no CNPJ n° 29.184.280/0001-17.	57° Congresso Nacional da ABIPEM, realizado em Belém/PA, nos dias 26 a 28 de junho de 2024.	Instituto de Previdência do Município de Jardim do Seridó – RN	R$ 1.000,00
	58° Congresso Nacional da ABIPEM, realizado em Foz do Iguaçu/PR, nos dias 25 a 27 de junho de 2025.	Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Natal – RN	R$ 1.140,00
	8° Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS, realizado em Florianópolis/SC, nos dias 04 a 06 de março de 2026.	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Jucurutu – RN	R$ 1.235,00

7.3. A estimativa foi realizada com base nos valores liquidados na licitação anterior: ( ) SIM (x) NÃO*

*Justificativa: O JARDIMPREV é filiado à ABIPEM, possuindo direito ao valor diferenciado destinado aos RPPS associados, conforme certificado de filiação válido até 09/02/2027.

8. Justificativa para o Parcelamento ou não (obrigatório):

8.1. Adoção do Sistema de Registro de Preço: ( ) SIM (x) NÃO

8.2. Adoção do Critério de Adjudicação por Lote: ( ) SIM* (x) NÃO

*Justificar: O parcelamento da contratação não se mostra viável, tendo em vista que o objeto consiste em inscrições para participação em evento único, organizado e executado exclusivamente pela ABIPEM, não sendo possível a divisão da solução sem prejuízo da padronização e da finalidade da contratação.

9. Resultado Pretendido:

9.1. Capacitação técnica dos dirigentes e conselheiros do RPPS;

9.2. Fortalecimento da governança previdenciária;

9.3. Atualização normativa e técnica dos participantes;

9.4. Melhoria dos processos decisórios relacionados à gestão previdenciária; e,

9.5. Aprimoramento da gestão dos recursos previdenciários e dos mecanismos de controle interno.

10. Providências a serem adotadas:

10.1. Há necessidade da adequação do ambiente para execução contratual/atendimento da necessidade: ( ) SIM* (x) NÃO

*Especificar: Não há necessidade de adequações estruturais por parte da Administração, considerando que o evento será realizado em estrutura disponibilizada pela própria promotora.

11. Contratações Correlatas ou Interdependentes:

11.1. Há contratação correlata ou similar: ( ) SIM* (x) NÃO

*Especificar:

11.2. Há contratação interdependente (deve ser contratada conjuntamente): ( ) SIM* (x) NÃO

*Especificar:

12. Impactos Ambientais:

12.1. Há impacto ambiental para o atendimento da necessidade: ( ) SIM (x) NÃO

13. Posicionamento Conclusivo (viabilidade da contratação) – (obrigatório):

13.1. Há posicionamento favorável a contratação: (x) SIM ( ) NÃO

13.2. Solução apontada (especificar): Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se viável, necessária e adequada ao atendimento do interesse público, consistindo na efetivação de inscrições para participação da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e Comitê de Investimentos no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV. A solução escolhida contribuirá diretamente para o fortalecimento da governança previdenciária, atualização técnica dos agentes públicos envolvidos na gestão do RPPS e aprimoramento das práticas administrativas e de investimentos previdenciários, estando em conformidade com as exigências normativas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

Jardim do Seridó/RN, 08 de maio de 2026.

ANDERSON DA SILVA CHIANCA
Assistente Previdenciário do JARDIMPREV
Mat.: 001

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:E71C287E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 508.001/2026

RECONHEÇO a **INEXIGIBILIDADE** fundamentada no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas atualizações posteriores, ao tempo em que **AUTORIZO** a contratação da empresa **ASSOCIACAO BRASILEIRA DE INSTITUICOES DE PREVIDENCIA ESTADUAIS E MUNICIPAIS-ABIPEM**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.184.280/0001-17, com o valor total de **R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)**, referente às **Inscrições da Diretoria do JARDIMPREV e dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos no 59° Congresso Nacional da ABIPEM e 4° Seminário da ANORPREV, a serem realizados nos dias 10, 11 e 12 de junho de 2026, em Natal/RN**, de acordo com o disposto na tabela abaixo:

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Inscrição no 59º Congresso Nacional da ABIPEM e 4º Seminário da ANORPREV.	Inscrição	15	R$ 1.300,00	R$ 19.500,00
Valor Total: R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).					

Em razão disso, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído, **DETERMINO** que se proceda a publicação em cumprimento ao disposto no art. 72, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021.

Jardim do Seridó/RN, 12 de maio de 2026.

ANDREZA SILVA DOS SANTOS
Diretora Presidente
Portaria nº 493/2025

Publicado por:
Andreza Silva Dos Santos
Código Identificador:5C534FEE

NUCLEO DE PLANEJAMENTO DE LICITAÇÃO
PESQUISA MERCADOLÓGICA

O Município de Jardim do Seridó/RN, através da Secretaria Municipal de Obras, vem por meio deste, convocar todos os interessados para apresentar cotação de preços para valor de referência para uma licitação futura, o objeto: "aquisição gradativas de insumos e materiais para construção, nos termos da tabela abaixo, para suprir as necessidades das secretarias municipais de Jardim do Seridó/RN ".
E-mail para envio das propostas: npl.jardim25@gmail.com
OBJETO: "AQUISIÇÃO GRADATIVAS DE INSUMOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, NOS TERMOS DA TABELA ABAIXO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JARDIM DO SERIDÓ ".
TEMPO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS: 01 (UM) DIA ÚTIL
PESQUISADO: _____
CNPJ:___.____.____/_____-___
ENDEREÇO: _____
CONTATOS: ( )_____-_____. E-MAIL:_____

Item	Descrição	Unid. de Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
•	ARAME FARPADO ROLO COM 500 M	RL	33		
•	ARAME FARPADO ROLO COM 400 M	RL	33		
•	ARAME FARPADO ROLO COM 250 M	RL	13		
•	ARAME GALVANIZADO Nº 16	KG	42		
•	ARAME GALVANIZADO Nº 18	KG	52		
•	ARAME RECOZIDO Nº 18	KG	100		
•	ARRUELA DE PRESSÃO ¼	UND	105		
•	ARRUELA DE PRESSÃO ½	UND	105		
•	ARRUELA DE PRESSÃO 3/8	UND	105		
•	ARRUELA DE PRESSÃO 5/8	UND	105		
•	ARRUELA LISA ¼	UND	205		
•	ARRUELA LISA ½	UND	205		
•	ARRUELA LISA 3/16	UND	105		
•	ARRUELA LISA 3/8	UND	155		
•	ARRUELA LISA 5/16	UND	205		
•	ARRUELA LISA 5/8	UND	105		
•	ARRUELA LISA 7/16	UND	105		
•	ARRUELA LISA 7/8	UND	205		
•	ARRUELA LISA ¾	UND	105		
•	BARRA DE FERRO LISA ½	UND	122		
•	BARRA DE FERRO ROSCADA ¾	UND	42		
•	BARRA DE FERRO ROSCADA 5/8	UND	42		
•	BROCA AÇO RÁPIDO ¼	UND	17		
•	BROCA AÇO RÁPIDO 1/8	UND	17		
•	BROCA AÇO RÁPIDO 3/32	UND	17		
•	BROCA AÇO RÁPIDO 3/8	UND	17		
•	BROCA AÇO RÁPIDO 5/32	UND	17		
•	BROCA AÇO RÁPIDO 7/64	UND	17		
•	BROCA P/ CONCRETO 3/16X 5 MM	UND	17		
•	BROCA P/ CONCRETO 8 MM	UND	17		
•	BROCA PARA CONCRETO ½	UND	17		
•	BROCA PARA CONCRETO 3/8	UND	19		
•	BROCA PARA CONCRETO 3/8 = 10 MM LONGA	UND	17		
•	BROCA PARA CONCRETO 5/16	UND	17		
•	BUCHA DE PARAFUSO Nº 10	UND	350		
•	BUCHA DE PARAFUSO Nº 8	UND	325		
•	BUCHA DE PARAFUSO Nº12	UND	340		

•	BUCHA FIXDURA Nº 08	UND	150		
•	BUCHA FIXDURA Nº 10	UND	250		
•	BUCHA P/ PARAFUSO Nº 07	UND	350		
•	CABO DE AÇO 1 POLEGADA POLIDO	M	50		
•	CABO DE AÇO 3/8 POLIDO	M	50		
•	CABO DE AÇO 5/8 POLIDO	M	50		
•	CADEADO 20 MM	UND	50		
•	CADEADO 25 MM	UND	37		
•	CADEADO 30 MM	UND	30		
•	CADEADO 35 MM	UND	47		
•	CADEADO 40 MM	UND	27		
•	CADEADO 45 MM	UND	27		
•	CANO GALVANIZADO 1" X 2.25 MM	M	150		
•	CANO PATENTE 1" X 2.0 MM	M	225		
•	CANO PATENTE 2" X 2.0 MM	M	225		
•	CANO PATENTE 3" X 2.0 MM	M	125		
•	CANTONEIRA DE FERRO ½ X 1/8	KG	202		
•	CANTONEIRA DE FERRO 1 1/2 X3/16	KG	202		
•	CANTONEIRA DE FERRO 1 X 1/8	KG	152		
•	CANTONEIRA DE FERRO 1.1/2 X ¼	KG	152		
•	CANTONEIRA DE FERRO 1/ 4X1	KG	152		
•	CANTONEIRA DE FERRO 1X1 /4	KG	152		
•	CANTONEIRA DE FERRO 2X3/16	KG	152		
•	CANTONEIRA DE FERRO EM U 2X1 . 1/2 X 1/8	KG	102		
•	CHAPA DE FERRO 1/8 C/ 6 METROS	UND	10		
•	CHAPA DE FERRO Nº 14 C/ 6 METROS	UND	10		
•	CHAPA DE FERRO Nº 16	UND	10		
•	CHAPA DE FERRO Nº 18 2X1	UND	10		
•	CORRENTE GALVANIZADA 1/2	KG	105		
•	ESTICADOR P/ CABO DE AÇO 1 POLEGADA	UND	20		
•	ESTICADOR P/ CABO DE AÇO 3/8	UND	25		
•	ESTICADOR P/ CABO DE AÇO 5/8	UND	20		
•	FERRO BARRA CHATA ¾ X 1/8	KG	100		
•	FERRO BARRA CHATA 1.1/2X1/4MT = 1.90 C/ 6 METROS	UND	20		
•	FERRO BARRA CHATA 1.1/2X5/16MT = 2.38	KG	100		
•	FERRO BARRA CHATA 1/2 X 3/16	KG	100		
•	FERRO BARRA CHATA 1X1/8	KG	75		
•	FERRO BARRA CHATA 2 X 1/4	KG	75		
•	FERRO BARRA CHATA 2X 5/16 MT = 3.17	KG	75		
•	FERRO BARRA CHATA 2X1/8	KG	85		
•	FERRO BARRA CHATA1 X 1/4	KG	100		
•	FERRO BARRA QUADRADA ½	KG	100		
•	FERRO BARRA QUADRADA 3/8	KG	75		
•	FERRO BARRA QUADRADA 5/16	KG	100		
•	FERRO BARRA QUADRADA 5/8	KG	500		
•	FERRO C.A 25½	KG	100		
•	FERRO C.A 60 4.2	UND	80		
•	FERRO CA 25 1/2 LISO	KG	750		
•	FERRO CA 25 1/4 LISO	KG	750		
•	FERRO CA 25 3/8 LISO	KG	750		
•	FERRO CA 50 1/4 VERGALHÃO	UND	500		
•	FERRO CA 50 3/8 VERGALHÃO	UND	750		
•	FERRO CA 50 5/16	UND	100		
•	FERRO CA 50 5/8 VERGALHÃO	UND	400		
•	FERRO CA 50½ VERGALHÃO	UND	400		
•	FERROLHO CADEADO 700X4	UND	30		
•	FERROLHO PARA CADEADO 600 X4	UND	30		
•	FERROLHO PARA CADEADO 600 X5	UND	30		
•	GRAMPO PARA MURO	KG	100		
•	METALON 20X20 CHAPA 20	M	400		
•	METALON 50X30 CHAPA 20	M	400		
•	NIPEL FERRO 1/2"	UND	5		
•	PARAFUSO DE FENDA 2,8 X 30	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 3,5 X 12 MM	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 3,5 X 14 MM	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 3,5 X 20	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 3,5 X 25	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 3,8 X 50 7X2	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 3.2 X 16 5X5/8	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 4,5 X 25	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 4,5 X 30 9X1. ¼	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 4,5 X 55 9X2. 1/4	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 4,8 X 50	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 5,0 X 50 MM	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 5,5 X 30	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 5.5 X 75	UND	100		
•	PARAFUSO DE FENDA 6,10 X 40	UND	100		
•	PARAFUSO FRANCÊS ¼ X 2.¼ COM PORCA	UND	100		
•	PARAFUSO FRANCÊS ¼ X 4.½ COM PORCA	UND	150		
•	PARAFUSO FRANCÊS ¼ X1.½ COM PORCA	UND	150		
•	PARAFUSO FRANCÊS ½ X 2 COM PORCA	UND	160		
•	PARAFUSO FRANCÊS ½ X 3 COM PORCA	UND	150		
•	PARAFUSO FRANCÊS 3/8 X 1½ COM PORCA	UND	180		
•	PARAFUSO FRANCÊS 3/8 X 2.½ COM PORCA	UND	150		
•	PARAFUSO FRANCÊS 5/16 X 1½ COM PORCA	UND	150		
•	PARAFUSO FRANCÊS 5/16 X 5 COM PORCA	UND	170		
•	PARAFUSO FRANCÊS 5/16 X 6.½ COM PORCA	UND	200		
•	PARAFUSO FRANCÊS 5/16 X 7 COM PORCA	UND	150		
•	PARAFUSO FRANCÊS¼ X 3.½ COM PORCA	UND	150		

•	PARAFUSO FRANCÊS5/16 X 2 COM PORCA	UND	160		
•	PARAFUSO MÁQUINA ¼ X 1 ½	UND	150		
•	PARAFUSO MÁQUINA ¼ X 2 COM PORCA	UND	150		
•	PARAFUSO MÁQUINA 3/16 X 1 C/ PORCA	UND	150		
•	PARAFUSO PARA ARADO ½ X 2	UND	150		
•	PARAFUSO SEXTAVADO ¼ X ¾	UND	250		
•	PARAFUSO SEXTAVADO ¼ X 2 COM PORCA	UND	250		
•	PARAFUSO SEXTAVADO ½ X 1. ½ COM PORCA	UND	250		
•	PARAFUSO SEXTAVADO ½ X 2 COM PORCA	UND	250		
•	PARAFUSO SEXTAVADO ½ X 3. ½ COM PORCA	UND	250		
•	PARAFUSO SEXTAVADO ¾ X 4	UND	250		
•	PARAFUSO SEXTAVADO 3/8 X 75	UND	100		
•	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16 X 2	UND	100		
•	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16 X 4. ½ COM PORCA	UND	100		
•	PARAFUSO SEXTAVADO 5/8 X 2	UND	120		
•	PARAFUSO SEXTAVADO 7/16 X 1.1/2	UND	130		
•	PARAFUSO SEXTAVADO 7/16 X 2	UND	120		
•	PARAFUSO SEXTAVADO C/P ¼ X 1	UND	100		
•	PARAFUSO SEXTAVADO R/S ¼ X 65 COM PORCA	UND	100		
•	PARAFUSO SEXTAVADO R/S 1/4 X 60	UND	100		
•	PORCA SEXTAVADO 5/16	UND	100		
•	PREGO ¾ X 17	KG	25		
•	PREGO 2X10	KG	25		
•	PREGO 3X8	KG	25		
•	PREGO DE 1.¼ X 14	KG	25		
•	PREGO DE 1X15	KG	25		
•	PREGO DE 2.1/2 X 10	KG	25		
•	PREGO DE 2.1/2 X 12	KG	25		
•	PREGO DE 3.1/2 X 8	KG	25		
•	PREGO 1.1/4 X 15	KG	25		
•	REBITES 1/8 X 1"	UND	200		
•	REBITES ALUMINIO 4.0X25MM	UND	200		
•	AREIA FINA	M³	992		
•	AREIA GROSSA	M³	992		
•	ADESIVO PLÁSTICO (BISNAGA) 75G	UND	205		
•	ADESIVO PVA 1 KG HIDRO (COLA BRANCA)	UND	33		
•	ALAVANCA REDONDA DE 1 POLEGADA 1,5M	UND	20		
•	ALICATE DE BICO MEIA CANA FINO 6ª LINHA	UND	23		
•	ALICATE BOMBA D'ÁGUA 10"	UND	8		
•	ALICATE DE CORTE 8"	UND	23		
•	ALICATE DE PRESSÃO, 10 POL COM BICORETO – MEDIDA TOTAL: 10" (224MM); ABERTURA MÁXIMA DA BOCA: 85MM; TIPO DE MORDENTE: ENDURECIDOS; MATERIAL: AÇO CROMO VANÁDIO; MATERIAL DO CABO: AÇO CROMO VANÁDIO; ACABAMENTO: POLIDO	UND	6		
•	ALICATE UNIVERSAL 8``, PROFISSIONAL, PRODUZIDO EM AÇO CROMO VANÁDIO, CABO ISOLADO ANATÔMICO E ANTIDERRAPANTE, COM ABAS DE PROTEÇÃO.	UND	23		
•	ANTI FERRUGEM 300 ML (DESENGRIPANTE)	UND	30		
•	ARGAMASSA AC2 SACO COM 20 KG	UND	700		
•	ARGAMASSA AC3 SACO COM 20 KG	UND	200		
•	BALDE PLÁSTICO 10 LITROS	UND	110		
•	BANDEJA GRANDE PARA PINTURA 2,7 LTS	UND	50		
•	BISNAGA PARA PINTURA DE 50 GRAMAS (SOLICITAÇÃO DAS CORES NO ATO DA COMPRA)	UND	160		
•	BOEIRA DE CIMENTO DE 1 MT	UND	50		
•	BOEIRA DE CIMENTO DE 60 CM	UND	50		
•	BRITA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL - GRANULOMETRIA DIVERSA	M³	2950		
•	BROCHA PARA CAIAÇÃO 800/2	UND	42		
•	CABO DE CHIBANCA (TAMANHOS NO ATO DA COMPRA)	UND	50		
•	CABO DE ENXADA, TAMANHO 1,50 M	UND	50		
•	CAL VIRGEM – LATA E/OU EMBALAGEM COM 20 KG	UND	790		
•	CANALETA PVC BRANCA ADESIVA 20X10X2000MM	UND	300		
•	CARRO DE MÃO COM CAÇAMBA EXTRA FORTE COM ROLAMENTO COMPLETO ACOMPANHANDO O PNEU	UND	30		
•	CARRO DE MÃO DE AÇO INOXIDÁVEL COMPLETO ACOMPANHADO O PNEU	UND	10		
•	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO DE MADEIRA (TAMANHO NO ATO DA COMPRA)	UND	22		
•	CERÂMICA (PISO) 45 X 45 PI 05	M²	750		
•	CERÂMICA PISO 45 X 45 PI 04	M²	750		
•	CERÂMICA PISO 46 X 46 PI 04	M²	2000		
•	CHAVE DE BOCA 18/19	UND	10		
•	CHAVE DE BOCA 20/22	UND	10		
•	CHAVE DE BOCA 24/27	UND	10		
•	CHAVE DE BOCA MEIA 9/16	UND	10		
•	CHAVE DE FENDA 1/4X6	UND	10		
•	CHAVE DE FENDA 1/4X6 ESTRELA	UND	10		
•	CHAVE DE FENDA 1/4X8	UND	10		
•	CHAVE DE FENDA 3/16X3	UND	10		
•	CHAVE DE FENDA 3/16X4 ESTRELA	UND	10		
•	CHAVE DE FRESADA 1/2X9/19	UND	10		
•	CHAVE DE FRESADA 14X15	UND	10		
•	CHAVE DE FRESADA 16X17	UND	10		
•	CHAVE DE FRESADA 18X19	UND	10		
•	CHAVE DE FRESADA 9X16	UND	10		
•	CHAVE DE REGULAR 10 POLEGADAS	UND	5		
•	CHAVE DE REGULAR 8 POLEGADAS	UND	5		
•	CHIBANCA CABO DE MADEIRA, PICARETA FORJADA EM AÇO CARBONO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE, TAMANHO DO CABO: 90 CM DIMENSÕES GERAIS: - (COMP. X LARG. X ALT.): 905 X 378 X 98 MM	UND	20		
•	COBOGÓ 40 X 40 DE CIMENTO	UND	30		
•	COBOGÓ 50 X 50 DE CIMENTO	UND	40		
•	COLA DE CANO PVC – BISNAGA COM 75G	UND	105		
•	COLA DUREPOX X 100GR	UND	25		
•	COLA SUPER BONDER 5 GR	UND	45		
•	COLHER PARA PEDREIRO 10"	UND	30		
•	COLHER PARA PEDREIRO 9"	UND	15		

•	CONE LARANJA E BRANCO C/ 50 CM (DESVIO)	UND	50		
•	CORDA DE SEDA Nº 10	KG	29		
•	CORDA DE SEDA Nº 8	KG	19		
•	CORDA DE SEDA Nº12	KG	38		
•	CORDA TRANÇADA DE SEDA 2,5 MM	KG	33		
•	DESEMPENADEIRA MADEIRA TAMANHOS DIFERENTES	UND	20		
•	DESEMPENADEIRA PVC 12X25 COM CORRUGADA	UND	40		
•	DILUENTE (TINNER) – EMBALAGEM DE 1 LITRO	UND	40		
•	DISCO DIAMANTADO 4 TUBOS PRO SECO	UND	80		
•	ENFORCA GATO 2,5 MM	UND	760		
•	ENFORCA GATO 4 MM	UND	760		
•	ENXADA BRUTA 3”	UND	60		
•	ESCADA COGUMELOS EXTENSIVA 6 METROS	UND	11		
•	ESCADA DE ALUMINIO EXTENSIVA PROFISSIONAL COM 7 DEGRAUS E 2 POSIÇÕES	UND	25		
•	ESCADA DE FIBRA EXTENSIVA 7,2 METROS	UND	5		
•	ESCADA EXTENSÍVEL ALUMÍNIO 8,50 METROS COM ATÉ 30 DEGRAUS	UND	28		
•	ESPÁTULA 08 CM	UND	50		
•	ESPÁTULA 10 CM	UND	50		
•	ESPONJA PEDREIRO	UND	100		
•	EXTENSOR P/ROLO DE PINTURAS 3 M	UND	10		
•	FACÃO – LÂMINA COM MAIOR DURABILIDADE DO FIO DEVIDO AO TRATAMENTO TÉRMICO, ACABAMENTO LIXADO, COM UM REVESTIMENTO EM VERNIZ, QUE LHE CONFERE UMA MAIOR RESISTÊNCIA, CABO DE POLIPROPILENO COM MAIS RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. 380 MMX46MMX21MM	UND	30		
•	FITA ISOLANTE 10 M	RL	100		
•	FITA ISOLANTE 20 M	RL	112		
•	FITA ISOLANTE DE ALTA FUSÃO – ROLO DE 19 MMX20 METROS	RL	30		
•	FITA VEDA ROSCA 18 MM 25 M	UND	310		
•	FITA ZEBRADA DE SINALIZAÇÃO SEM ADESIVO, COR AMARELA E PRETA, ROLO DE FITA EM POLIETILENO PIGMENTADO IMPRESSO, 70 MM X 200 METROS	RL	30		
•	FOICE	UND	40		
•	FURADEIRA DE IMPACTO 3/8, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE, COM MANDRIL DE 10MM, REVERSÃO DE ROTAÇÃO, TRAVA DE GATILHO, DIFERENTES DIÂMETROS DE PERFURAÇÃO, ACOMPANHANDO MALETA.	UND	10		
•	FURADEIRA PROFISSIONAL COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 900W, ROTAÇÃO MÍNIMA ENTRE 645 – 1.400 R.P.M., IMPACTO POR MINUTO 10.320-22.900, MÁX PERFURAÇÃO EM CONCRETO 30/20MM, MÁX. PERFURAÇÃO EM MADEIRA 50/30MM. PERFURAÇÃO EM AÇO 16/10 MM.	UND	10		
•	GESSO EM PÓ SACO COM 40 KG	UND	200		
•	LAVANDERIA DE MARMORE 1.00 M	UND	65		
•	LIMA	UND	30		
•	LIQUIDO P/ BRILHO HIDRO 1 LT	UND	100		
•	LIXA DA ÁGUA Nº 80	UND	100		
•	LIXA DA ÁGUA Nº 360	UND	100		
•	LIXA DE MADEIRA Nº 100	UND	100		
•	LIXA DE MADEIRA Nº 120	UND	100		
•	LIXA DE MADEIRA Nº 60	UND	100		
•	LIXA DE MADEIRA Nº 80	UND	100		
•	LIXADEIRA ESMERILHADEIRA ANGULAR – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS 4.1/2 POTÊNCIA NOMINAL ABSORVIDA: 850W, N° DE ROTAÇÕES EM VAZIO: 11.000 R.P.M., DIÂMETRO DO DISCO: 115MM	UND	8		
•	LONA PLASTICA AZUL 5X3	UND	20		
•	LONA PLÁSTICO 3 X 4 M	UND	20		
•	LONA PLÁSTICO 4 X 4 M	UND	10		
•	LONA PLÁSTICO 6 x 4 M	UND	20		
•	LUVA DE COURO CURTO	PAR	400		
•	LUVA DE COURO LONGO	PAR	400		
•	LUVA PANO PIGMENTADA	PAR	800		
•	MAQUÍNA DE SOLDA 220v/250 AMPERES	UND	2		
•	MAQUITA PROFISSIONAL COM POTENCIA DE 900 W	UND	2		
•	MARRETA DE 2 KG	UND	20		
•	MARTELO 21 MM	UND	20		
•	MASCARA DESCARTÁVEL PARA POEIRA	UND	300		
•	MASSA CORRIDA GALÃO C/ 18 LTS	UND	225		
•	NERVURA P/ LAJE 1,5 M	UND	140		
•	NERVURA P/ LAJE 3,5 M	UND	190		
•	NÍVEL ALUMINIO 120 CM	UND	6		
•	PÁ DE BICO COM CABO	UND	60		
•	PÁ QUADRADA COM CABO	UND	60		
•	PEDRA DE PARALELEPIPEDO EM PEDRA CALCÁRIA	MIL	50		
•	PICARETA – LÂMINA COM TAMANHO 5	UND	40		
•	PLAINA ELETRICA PROFISSIONAL 650W 17000 RPM 127V	UND	4		
•	PÓ DE PEDRA	M³	50		
•	PRUMO DE PEDREIRO	UND	20		
•	REBITADOR	UND	10		
•	REGUA PARA PEDREIRO EM ALUMÍNIO COM 2 METROS	UND	50		
•	REJUNTE PARA CERÂMICA COM 1 KG	UND	215		
•	ROLO DE ESPUMA 09 CM	UND	70		
•	ROLO DE ESPUMA 15 CM	UND	60		
•	ROLO DE ESPUMA 23 CM	UND	50		
•	ROLO DE LÃ COM CABO Nº 15	UND	60		
•	ROLO DE LÃ Nº 23	UND	50		
•	ROLO DE LÃ Nº 9	UND	65		
•	SELADOR ACRÍLICO PARA ALVENARIA 15 LTS	UND	65		
•	SERROTE PROFISSIONAL 22`` CABO EM MADEIRA TRATADA E/OU PLÁSTICO, LÂMINA DE AÇO, DENTES TRAVADOS E POLIDO.	UND	10		
•	SOLVENTE AGUARRÁS DE 900 ML	UND	80		
•	SULFATO DE ALUMINIO PAC C/ 2 KG	PAC	100		
•	SUPER CAL – EMBALAGEM COM 5 KG	UND	300		
•	TAMBOR PLÁSTICO AZUL DE 100 LITROS	UND	400		
•	TAMBOR PLÁSTICO AZUL DE 200 LITROS	UND	600		
•	TELA MOSQUETEIRA AJUSTÁVEL PARA JANELA	MT	100		
•	TELA PLÁSTICA PRETA PARA VIVEIROS	M	500		
•	TELA PLÁSTICA VERDE DE 1,20	M	500		
•	TELA PLÁSTICA VERDE DE 1,50	M	500		
•	TELHA CERÂMICA DE 1ª	MIL	60		

•	TELHA FIBRA CIMENTO 1,83 X 1,10	UND	400		
•	TELHA FIBRA CIMENTO 2,44 X 0,50	UND	75		
•	TELHA PARA CAPOTE FIBRA CIMENTO (CUMEIRA UNIVERSAL PARA TELHA ONDULADA DE FIBRO CIMENTO E= 6MM A 210 MM)	UND	180		
•	TIJOLO 8 FUROS 9X19X19	MIL	115		
•	TIJOLO COMUM (MACIÇO SEM FUROS)	MIL	40		
•	TINTA ACRÍLICA COM 3.6 LITROS – (SOLICITAÇÃO DE CORES NO ATO DA COMPRA)	UND	80		
•	TINTA EM PÓ EM CORES VARIADAS SACO COM 2 KG	UND	100		
•	TINTA ESMALTE SINTÉTICO GALÃO COM 3,6 LITROS - (SOLICITAÇÃO DE CORES NO ATO DA COMPRA)	UND	185		
•	TINTA LÁTEX 3,6 LITROS - (SOLICITAÇÃO DE CORES NO ATO DA COMPRA)	UND	50		
•	TINTA LAVÁVEL ACRÍLICA 18 LITROS - (SOLICITAÇÃO DE CORES NO ATO DA COMPRA)	UND	340		
•	TINTA LAVÁVEL LÁTEX 18 LITROS - (SOLICITAÇÃO DE CORES NO ATO DA COMPRA)	UND	280		
•	TINTA SPRAY DE 350 ML - (SOLICITAÇÃO DE CORES NO ATO DA COMPRA)	UND	200		
•	TRENA 30 M	UND	5		
•	TRENA 5 M	UND	50		
•	TRINCHA 2 ½"	UND	50		
•	TRINCHA ½"	UND	50		
•	TRINCHA ¾"	UND	50		
•	TRINCHA 1"	UND	50		
•	TRINCHA 2"	UND	100		
•	TRINCHA 3"	UND	120		
•	VASSOURÃO DE LIMPEZA URBANA	UND	100		
•	VASSOURÃO PET 40 CM COM CABO	UND	110		
•	VERNIZ 1 LT	UND	40		
•	ZARCÃO PARA FERRO (GALÃO COM 3,6 LITROS)	GALÃO	20		
•	CHAPA DE ZINCO GALVANIZADA 2M X 0,65MM	UND	150		
•	ZINCO CHAPA COM 70 CM	UND	150		

Cidade/Estado, data.

_____

Carimbo e assinatura do representante da empresa

Publicado por:
Reno Sebastião Araújo de Medeiros
Código Identificador:27E0A9D1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal de Jundiá

Prefeitura Municipal de Jundiá

Registro de Preços Eletrônico - 006/2026

Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - CÂMERA PROFISSIONAL DIGITAL COM SENSOR FULL-FRAME DE 30,4 MEGAPIXELS – GRAVAÇÃO DE VÍDEOS EM 4K A 60FPS; SISTEMA DE FOCO AUTOMÁTICO HÍBRIDO COM 1053 PONTOS DE DETECÇÃO; ESTABILIZAÇÃO DE IMAGEM NO CORPO (IBIS); TELA LCD ARTICULADA DE 3,2 POLEGADAS COM 1.620.000 PONTOS; CONECTIVIDADE WI-FI, BLUETOOTH, HDMI E USB 3.0; SUPORTE A CARTÕES SD/SDHC/SDXC (UHS-II); ENTRADA PARA MICROFONE EXTERNO E SAÍDA DE FONE DE OUVIDO; ÁUDIO EM QUALIDADE 24-BIT; COMPATÍVEL COM WINDOWS, MAC OS E LINUX; ESTRUTURA RESISTENTE À POEIRA E UMIDADE; CORPO EM LIGA DE MAGNÉSIO, PESO APROXIMADO DE 900G. ACOMPANHA LENTE PROFISSIONAL 24-70MM F/2.8 – LENTE ZOOM DE ALTA PERFORMANCE COM ABERTURA CONSTANTE DE F/2.8; COMPATÍVEL COM SENSOR FULL-FRAME; CONTROLE DE FOCO MANUAL E AUTOMÁTICO; ELEMENTOS DE VIDRO DE BAIXA DISPERSÃO (ED) PARA MAIOR NITIDEZ; REVESTIMENTO ANTIREFLEXO; MONTAGEM RESISTENTE A INTEMPÉRIES (COM VEDAÇÃO CONTRA POEIRA E UMIDADE); INDICADA PARA FOTOGRAFIA GERAL, RETRATOS, EVENTOS, PAISAGENS E VÍDEO. ACESSÓRIOS INCLUSOS: TAMPA DE LENTE, PARASOL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR, ALÇA, MANUAL EM PORTUGUÊS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES - Valor Referência: R$ 25.946,37

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MARCOS JULIANO DA SILVA (12.633.952/0001-21)	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA	CANON EOS 5D MARK IV	CANON EOS 5D MARK IV	1	18.700,00

Item: 0002 - CÂMERA PROFISSIONAL DIGITAL HÍBRIDA (FOTO E VÍDEO EM 4K) – SENSOR DO TIPO CMOS APS-C OU FULL FRAME; RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 24 MEGAPIXELS PARA FOTOGRAFIA; GRAVAÇÃO DE VÍDEO EM RESOLUÇÃO 4K (3840X2160) A 24FPS OU 30FPS COM SAÍDA LIMPA VIA HDMI; CONTROLE MANUAL DE EXPOSIÇÃO, FOCO, BRANCO E ÁUDIO; SISTEMA DE FOCO AUTOMÁTICO COM MÍNIMO DE 45 PONTOS OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE; TELA LCD ARTICULADA E TÁTIL; ENTRADA PARA MICROFONE EXTERNO (P2 3,5MM); SAÍDA PARA FONES DE OUVIDO; CONEXÃO HDMI E USB; CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH; COMPATIBILIDADE COM CARTÕES SD/SDHC/SDXC CLASSE 10 OU SUPERIOR; ACOMPANHA LENTE PADRÃO 18-135MM OU 18-55MM COM AUTOFOCO; BATERIA RECARREGÁVEL COM CARREGADOR; TAMPA DE LENTE, ALÇA, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 17.256,37

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
KASA KOMPLETA COMERCIO E SERVICOS LTDA (04.932.770/0001-23)	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA	R10 + 18-45mm	CANON	1	8.600,00

Item: 0003 - COMPUTADOR COMPLETO DE 10ª GERAÇÃO EM DIANTE; 3.7GHZ; 2 NÚCLEOS E 4 THREADS; 8GB DE MEMÓRIA RAM DDR4; SSD 480GB. PLACA MÃE ONBOARD COM VÍDEO; SOM E REDE. WINDOWS 11 LICENÇA DIGITAL. MOUSE E TECLADO USB. MONITOR DE NO MÍNIMO 19 POLEGADAS; RESOLUÇÃO 1366 PX X 768 PX; M 100V/240V; HDMI E VGA. COM GARANTIA DE 1 ANO. ESTABILIZADOR 500VA, ENTRADA 220, SAÍDA 110/115. - Valor Referência: R$ 3.552,63

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Sandro Vilmar Pires Me (09.253.952/0001-91)	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA	DT02	DEUTEL	69	161.805,00

Item: 0005 - HACK DE CHÃO PARA SERVIDORES 44U PADRÃO 19" – ESTRUTURA EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO; PADRÃO INTERNACIONAL EIA-310D; COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS DE REDE, SERVIDORES RACKMOUNT E ACESSÓRIOS 19"; ALTURA PADRÃO DE 44U; POSSUI PORTAS FRONTAL E TRASEIRA COM FECHADURA; PAINÉIS LATERAIS REMOVÍVEIS; BASE COM RODÍZIOS E NIVELADORES; SISTEMA DE VENTILAÇÃO NATURAL E SUPORTE PARA INSTALAÇÃO DE VENTOINHAS; PINTURA EPÓXI-PÓ TEXTURIZADA NA COR PRETA; INCLUI BARRAS VERTICAIS AJUSTÁVEIS E KIT DE PARAFUSOS. IDEAL PARA AMBIENTES DE TI, SALAS TÉCNICAS E DATA CENTERS. - Valor Referência: R$ 4.033,79

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA	44U 19	BIHOUSE	5	19.160,50

Item: 0006 - MICROFONE DE LAPELA SEM FIO COMPACTO – MODELO COMBO PARA SMARTPHONES, CÂMERAS E COMPUTADORES - MICROFONE DE LAPELA SEM FIO DIGITAL DO TIPO COMBO, COMPOSTO POR DOIS TRANSMISSORES E UM RECEPTOR COMPATÍVEL COM SMARTPHONES (ANDROID E IOS), CÂMERAS DSLR/MIRRORLESS E COMPUTADORES. SISTEMA DE TRANSMISSÃO SEM FIO DIGITAL COM ALCANCE OPERACIONAL MÍNIMO DE 300 METROS (EM LINHA RETA, SEM OBSTÁCULOS), COM TRANSMISSÃO DE ÁUDIO ESTÁVEL E DE BAIXA LATÊNCIA. MICROFONES COM PADRÃO DE CAPTAÇÃO OMNIDIRECIONAL, SENSIBILIDADE DE APROXIMADAMENTE - 37DB, FAIXA DE FREQUÊNCIA ENTRE 20HZ E 20KHZ, RELAÇÃO SINAL/RUÍDO ? 80DB E TAXA DE AMOSTRAGEM DE 48KHZ/24BITS. UNIDADES TRANSMISSORAS COM CLIP PARA FIXAÇÃO EM ROUPAS E DESIGN COMPACTO E LEVE. RECEPTOR COM CONEXÃO MODULAR OU COM CABOS ADAPTADORES INCLUSOS PARA USB-C (ANDROID), LIGHTNING (IPHONE) E P2 (TRS/TRRS PARA CÂMERAS). INCLUI CASE DE CARREGAMENTO (ESTOJO COM BATERIA INTERNA) COM CAPACIDADE PARA RECARREGAR COMPLETAMENTE OS MICROFONES PELO MENOS DUAS VEZES. AUTONOMIA MÍNIMA DOS MICROFONES: 6 HORAS DE USO CONTÍNUO. SUPORTE A MONITORAMENTO EM TEMPO REAL VIA SAÍDA DE ÁUDIO. ACOMPANHA: 2 TRANSMISSORES COM MICROFONE EMBUTIDO, 1 RECEPTOR COMPATÍVEL COM CÂMERAS E SMARTPHONES, ESTOJO DE CARREGAMENTO, ESPUMAS ANTIPUFF, ADAPTADORES USB-C E LIGHTNING, CABO P2 (TRS E TRRS), BOLSA DE TRANSPORTE, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 3.303,47

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS	Lark M2 Combo	Hollyland	1	1.100,00

(46.010.439/0001- 04)	ANTONIO DE SOUZA				

Item: 0007 - NOTEBOOK COM TELA 15,6: PROCESSADOR: PROCESSADOR INTEL® CORE™ I5- 11300H DE 11? GERAÇÃO (3,10 GHZ ATÉ 4,40 GHZ), SISTEMA OPERACIONAL, WINDOWS. TELA: 15,6" FHD (1920 X 1080), WVA, ANTIRREFLEXO, 250 NITS, 60 HZ, MEMÓRIA: 8 GB (1X8 GB) SO-DIMM DDR4 3200MHZ, ARMAZENAMENTO: 512 GB SSD ALTO FALANTE: ALTO FALANTES (2X 1.5W) NAHIMIC AUDIO CARREGADOR: 135W TIPO SLIM PLACA DE VÍDEO: NVIDIA® GEFORCE® GTX1650 4 GB GDDR6. PORTAS: 2XUSB 3.2 GEN 1, 1XUSB-C 3.2 GEN 1, 1XHDMI 2.0, 1XETHERNET (RJ-45), 1XCOMBO JACK MICROFONE/HEADSET (3.5MM), 1XCONECTOR DE ENERGIA BATERIA: 3 CÉLULAS 45 WH OUTROS: CÂMERA HD (720P) COM PRIVACIDADE TECLADO: TECLADO RETROILUMINADO BRANCO (PADRÃO BRASIL), TECLADO NUMÉRICO, DISPOSITIVO APONTADOR: TOUCHPAD CONECTIVIDADE: WI-FI 6 11AX (2X2) & BLUETOOTH® 5.1. - Valor Referência: R$ 5.334,38

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MARCOS JULIANO DA SILVA (12.633.952/0001-21)	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA	LENOVO 82MG0009BR	LENOVO 82MG0009BR	46	245.364,00

Item: 0008 - ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL AUTÔNOMO - ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL AUTÔNOMO (STANDALONE), COM PROCESSADOR OTIMIZADO PARA EXPERIÊNCIAS DE REALIDADE VIRTUAL E MISTA, MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 8 GB E ARMAZENAMENTO INTERNO DE 128 GB OU SUPERIOR. DEVE POSSUIR TELAS DE ALTA RESOLUÇÃO COM NO MÍNIMO 2064 X 2208 PIXELS POR OLHO, TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 90HZ OU SUPERIOR, E CAMPO DE VISÃO MÍNIMO DE 100º. COMPATÍVEL COM APLICATIVOS DE REALIDADE MISTA (PASS-THROUGH COLORIDO), COM CONTROLE MANUAL E CORPORAL EM AMBIENTES IMERSIVOS. ACOMPANHA 2 CONTROLADORES COM RASTREAMENTO DE MOVIMENTO, FEEDBACK HÁPTICO E BOTÕES MULTIFUNCIONAIS. CONECTIVIDADE WI-FI 6 OU SUPERIOR, BLUETOOTH 5.2 E PORTA USB-C. COMPATÍVEL COM APLICATIVOS EDUCACIONAIS, DE TREINAMENTO, DESIGN, JOGOS, SIMULAÇÕES 3D E OUTROS USOS INSTITUCIONAIS. SISTEMA OPERACIONAL OTIMIZADO PARA USO AUTÔNOMO, COM INTERFACE MULTIUSUÁRIO E SUPORTE A LOJA DE APLICATIVOS DE REALIDADE VIRTUAL. DESIGN ERGONÔMICO COM ALÇAS AJUSTÁVEIS, SUPORTE PARA USUÁRIOS COM ÓCULOS DE GRAU, CARREGADOR, CABO USB-C, ESPAÇADOR, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 4.158,06

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
KASA KOMPLETA COMERCIO E SERVICOS LTDA (04.932.770/0001-23)	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA	QUEST 3	META	2	6.100,00

Item: 0009 - SERVIDOR COM: PROCESSADOR E3-1220 V5 DE 3GHZ, CACHE DE 8M, 4C/4T, TURBO(80W), SEM SISTEMA OPERACIONAL, SEM RAID COM SATA INCORPORADO, MEMORIA DE 16GB/DDRA UDIMM,2133 MT/S, ECC, BCC, DISCO RÍGIDO (HD) 1 TB 7 2K RPM SATA 3GBPS 3,5IN CABLED HAND DRIVE, ENERGIA PSU CABEADA DE 290 W, 4 HDDS DE 3,5 COM FIO, COMPARTIMENTOS DE UNIDADE 4 HDDS DE 3,5 COM FIO, SLOT 1X8PCIE 3,0 (CONECTORES X 16), 1X4 PCIE 3,0 (CONECTORES X 8), 1X4 PCIE 3,0 (CONECTORES X 8), 1X1 PCIE 3,0 (CONECTOR X1), COMUNICAÇÃO DOIS LIMS DE 1 GBE, ACESSO A DISPOSITIVO 8 ENTRADAS USB, NO TOTAL: ENTRADAS USB TRASEIRAS:2 X USB 3,0 E 4 X USB 2,0; ENTRADAS USB FRONTAIS: 1 X UBS 2.0 E 1 X UBS 3,0. - Valor Referência: R$ 19.379,50

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
Teczap Comércio e Distribuição Ltda (08.619.872/0001-44)	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA	A PRÓPRIA	A PRÓPRIA	2	30.000,00

Item: 0010 - TABLET 10 POLEGADAS: MEMÓRIA RAM: 6 GB, TAMANHO DA TELA 10 ", CAPACIDADE: 128 GB MEMÓRIA RAM: 6 GB, CAPACIDADE: 128 GB TIPOS DE LEITORES DE CARTÕES DE MEMÓRIA: MICRO-SD CAPACIDADE MÁXIMA DE MEMÓRIA SUPORTADA: 1TB TIPO DE RESOLUÇÃO DO VÍDEO: 4K COM FLASH: NÃO SENSORES: ACELERÔMETRO BATERIA: CAPACIDADE DA BATERIA 8 MAH COM REDE MÓVEL: SIM CONECTIVIDADE: BLUETOOTH VERSÃO DE BLUETOOTH: BLUETOOTH V5.3 É DUAL SIM: SIM COM GPS: SIM TAMANHO DA TELA: "10 " COM DESBLOQUEIO FACIAL: SIM NOME DO SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID VERSÃO DO SISTEMA OPERACIONAL: 14 OU SUPERIOR ACESSÓRIOS INCLUÍDOS: CAPA, TECLADO PROCESSADORE: EXYNOS 8(OITO) NÚCLEOS. - Valor Referência: R$ 3.368,56

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA (46.010.439/0001- 04)	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA	SAMSUNG GALAXY TAB S10 LITE	SAMSUNG	23	63.917,00

Item: 0011 - TABLET PROFISSIONAL COM TELA MÍNIMA DE 11 POLEGADAS E CANETA DIGITAL – TABLET COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE DO TIPO SUPER AMOLED OU LCD COM TAMANHO MÍNIMO DE 11 POLEGADAS E RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 2560 X 1600 PIXELS; PROCESSADOR OCTA-CORE COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2.8 GHZ; MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 8 GB; ARMAZENAMENTO INTERNO MÍNIMO DE 256 GB, EXPANSÍVEL POR CARTÃO MICROSD; SISTEMA OPERACIONAL BASEADO EM ANDROID VERSÃO 13 OU SUPERIOR; CONECTIVIDADE WI-FI 802.11 A/B/G/N/AC/AX (WI-FI 6), BLUETOOTH 5.2, USB TIPO C E ESPELHAMENTO DE TELA SEM FIO; CÂMERA TRASEIRA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 13 MP E FRONTAL DE 8 MP; GRAVAÇÃO DE VÍDEO EM 4K A 30 FPS; AUTONOMIA MÍNIMA DE BATERIA DE 10 HORAS DE USO CONTÍNUO; ACOMPANHA CANETA DIGITAL (STYLUS) COM SENSIBILIDADE À PRESSÃO E BAIXA LATÊNCIA; CONSTRUÇÃO EM MATERIAL METÁLICO OU POLÍMERO REFORÇADO; PESO MÁXIMO DE 520 GRAMAS. DEVE INCLUIR CARREGADOR ORIGINAL, CABO DE DADOS, CANETA DIGITAL, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 3.648,25

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
NILDO FREITAS DANTAS (01.034.997/0001-63)	Adjudicado em: 12/05/2026 - 08:13:48 - Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA	MediaTek Dimensity 6300	Lenovo	1	2.600,00

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Autoridade Competente

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:52842CFF

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de Jundiá

Prefeitura Municipal de Jundiá

Registro de Preços Eletrônico - 006/2026

Resultado da Homologação

0001 - CÂMERA PROFISSIONAL DIGITAL COM SENSOR FULL-FRAME DE 30,4 MEGAPIXELS – GRAVAÇÃO DE VÍDEOS EM 4K A 60FPS; SISTEMA DE FOCO AUTOMÁTICO HÍBRIDO COM 1053 PONTOS DE DETECÇÃO; ESTABILIZAÇÃO DE IMAGEM NO CORPO (IBIS); TELA LCD ARTICULADA DE 3,2 POLEGADAS COM 1.620.000 PONTOS; CONECTIVIDADE WI-FI, BLUETOOTH, HDMI E USB 3.0; SUPORTE A CARTÕES SD/SDHC/SDXC (UHS-II); ENTRADA PARA MICROFONE EXTERNO E SAÍDA DE FONE DE OUVIDO; ÁUDIO EM QUALIDADE 24-BIT; COMPATÍVEL COM WINDOWS, MAC OS E LINUX; ESTRUTURA RESISTENTE À POEIRA E UMIDADE; CORPO EM LIGA DE MAGNÉSIO, PESO APROXIMADO DE 900G. ACOMPANHA LENTE PROFISSIONAL 24-70MM F/2.8 – LENTE ZOOM DE ALTA PERFORMANCE COM ABERTURA CONSTANTE DE F/2.8; COMPATÍVEL COM SENSOR FULL-FRAME; CONTROLE DE FOCO MANUAL E AUTOMÁTICO; ELEMENTOS DE VIDRO DE BAIXA DISPERSÃO (ED) PARA MAIOR NITIDEZ; REVESTIMENTO ANTIREFLEXO; MONTAGEM RESISTENTE A INTEMPÉRIES (COM VEDAÇÃO CONTRA POEIRA E UMIDADE); INDICADA PARA FOTOGRAFIA GERAL, RETRATOS, EVENTOS, PAISAGENS E VÍDEO. ACESSÓRIOS INCLUSOS: TAMPA DE LENTE, PARASOL, BATERIA RECARREGÁVEL, CARREGADOR, ALÇA, MANUAL EM PORTUGUÊS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES - CANON EOS 5D MARK IV - Valor Referência: 25.946,37

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MARCOS JULIANO DA SILVA	18.700,00	18.700,00	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

0002 - CÂMERA PROFISSIONAL DIGITAL HÍBRIDA (FOTO E VÍDEO EM 4K) – SENSOR DO TIPO CMOS APS-C OU FULL FRAME; RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 24 MEGAPIXELS PARA FOTOGRAFIA; GRAVAÇÃO DE VÍDEO EM RESOLUÇÃO 4K (3840X2160) A 24FPS OU 30FPS COM SAÍDA LIMPA VIA HDMI; CONTROLE MANUAL DE EXPOSIÇÃO, FOCO, BRANCO E ÁUDIO; SISTEMA DE FOCO AUTOMÁTICO COM MÍNIMO DE 45 PONTOS OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE; TELA LCD ARTICULADA E TÁTIL; ENTRADA PARA MICROFONE EXTERNO (P2 3,5MM); SAÍDA PARA FONES DE OUVIDO; CONEXÃO HDMI E USB; CONECTIVIDADE WI-FI E BLUETOOTH; COMPATIBILIDADE COM CARTÕES SD/SDHC/SDXC CLASSE 10 OU SUPERIOR; ACOMPANHA LENTE PADRÃO 18-135MM OU 18-55MM COM AUTOFOCO; BATERIA RECARREGÁVEL COM CARREGADOR; TAMPA DE LENTE, ALÇA, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - R10 + 18-45mm - Valor Referência: 17.256,37

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
KASA KOMPLETA COMERCIO E SERVICOS LTDA	8.600,00	8.600,00	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

0003 - COMPUTADOR COMPLETO DE 10ª GERAÇÃO EM DIANTE; 3.7GHZ; 2 NÚCLEOS E 4 THREADS; 8GB DE MEMÓRIA RAM DDR4; SSD 480GB. PLACA MÃE ONBOARD COM VÍDEO; SOM E REDE. WINDOWS 11 LICENÇA DIGITAL. MOUSE E TECLADO USB. MONITOR DE NO MÍNIMO 19 POLEGADAS; RESOLUÇÃO 1366 PX X 768 PX; M 100V/240V; HDMI E VGA. COM GARANTIA DE 1 ANO. ESTABILIZADOR 500VA, ENTRADA 220, SAÍDA 110/115. - DT02 - Valor Referência: 3.552,63

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
Sandro Vilmar Pires Me	2.345,00	161.805,00	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

0005 - HACK DE CHÃO PARA SERVIDORES 44U PADRÃO 19" – ESTRUTURA EM AÇO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO; PADRÃO INTERNACIONAL EIA-310D; COMPATÍVEL COM EQUIPAMENTOS DE REDE, SERVIDORES RACKMOUNT E ACESSÓRIOS 19"; ALTURA PADRÃO DE 44U; POSSUI PORTAS FRONTAL E TRASEIRA COM FECHADURA; PAINÉIS LATERAIS REMOVÍVEIS; BASE COM RODÍZIOS E NIVELADORES; SISTEMA DE VENTILAÇÃO NATURAL E SUPORTE PARA INSTALAÇÃO DE VENTOINHAS; PINTURA EPÓXI-PÓ TEXTURIZADA NA COR PRETA; INCLUI BARRAS VERTICAIS AJUSTÁVEIS E KIT DE PARAFUSOS. IDEAL PARA AMBIENTES DE TI, SALAS TÉCNICAS E DATA CENTERS. - 44U 19 - Valor Referência: 4.033,79

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	3.832,10	19.160,50	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

0006 - MICROFONE DE LAPELA SEM FIO COMPACTO – MODELO COMBO PARA SMARTPHONES, CÂMERAS E COMPUTADORES - MICROFONE DE LAPELA SEM FIO DIGITAL DO TIPO COMBO, COMPOSTO POR DOIS TRANSMISSORES E UM RECEPTOR COMPATÍVEL COM SMARTPHONES (ANDROID E IOS), CÂMERAS DSLR/MIRRORLESS E COMPUTADORES. SISTEMA DE TRANSMISSÃO SEM FIO DIGITAL COM ALCANCE OPERACIONAL MÍNIMO DE 300 METROS (EM LINHA RETA, SEM OBSTÁCULOS), COM TRANSMISSÃO DE ÁUDIO ESTÁVEL E DE BAIXA LATÊNCIA. MICROFONES COM PADRÃO DE CAPTAÇÃO OMNIDIRECIONAL, SENSIBILIDADE DE APROXIMADAMENTE - 37DB, FAIXA DE FREQUÊNCIA ENTRE 20HZ E 20KHZ, RELAÇÃO SINAL/RUÍDO ? 80DB E TAXA DE AMOSTRAGEM DE 48KHZ/24BITS. UNIDADES TRANSMISSORAS COM CLIP PARA FIXAÇÃO EM ROUPAS E DESIGN COMPACTO E LEVE. RECEPTOR COM CONEXÃO MODULAR OU COM CABOS ADAPTADORES INCLUSOS PARA USB-C (ANDROID), LIGHTNING (IPHONE) E P2 (TRS/TRRS PARA CÂMERAS). INCLUI CASE DE CARREGAMENTO (ESTOJO COM BATERIA

INTERNA) COM CAPACIDADE PARA RECARREGAR COMPLETAMENTE OS MICROFONES PELO MENOS DUAS VEZES. AUTONOMIA MÍNIMA DOS MICROFONES: 6 HORAS DE USO CONTÍNUO. SUPORTE A MONITORAMENTO EM TEMPO REAL VIA SAÍDA DE ÁUDIO. ACOMPANHA: 2 TRANSMISSORES COM MICROFONE EMBUTIDO, 1 RECEPTOR COMPATÍVEL COM CÂMERAS E SMARTPHONES, ESTOJO DE CARREGAMENTO, ESPUMAS ANTIPUFF, ADAPTADORES USB-C E LIGHTNING, CABO P2 (TRS E TRRS), BOLSA DE TRANSPORTE, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Lark M2 Combo - Valor Referência: 3.303,47

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA	1.100,00	1.100,00	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

0007 - NOTEBOOK COM TELA 15,6: PROCESSADOR: PROCESSADOR INTEL® CORE™ I5- 11300H DE 11? GERAÇÃO (3,10 GHZ ATÉ 4,40 GHZ), SISTEMA OPERACIONAL, WINDOWS. TELA: 15,6" FHD (1920 X 1080), WVA, ANTIRREFLEXO, 250 NITS, 60 HZ, MEMÓRIA: 8 GB (1X8 GB) SO-DIMM DDR4 3200MHZ, ARMAZENAMENTO: 512 GB SSD ALTO FALANTE: ALTO FALANTES (2X 1.5W) NAHIMIC AUDIO CARREGADOR: 135W TIPO SLIM PLACA DE VÍDEO: NVIDIA® GEFORCE® GTX1650 4 GB GDDR6, PORTAS: 2XUSB 3.2 GEN 1, 1XUSB-C 3.2 GEN 1, 1XHDMI 2.0, 1XETHERNET (RJ-45), 1XCOMBO JACK MICROFONE/HEADSET (3.5MM), 1XCONECTOR DE ENERGIA BATERIA: 3 CÉLULAS 45 WH OUTROS: CÂMERA HD (720P) COM PRIVACIDADE TECLADO: TECLADO RETROILUMINADO BRANCO (PADRÃO BRASIL), TECLADO NUMÉRICO, DISPOSITIVO APONTADOR: TOUCHPAD CONECTIVIDADE: WI-FI 6 11AX (2X2) & BLUETOOTH® 5.1. - LENOVO 82MG0009BR - Valor Referência: 5.334,38

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MARCOS JULIANO DA SILVA	5.334,00	245.364,00	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

0008 - ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL AUTÔNOMO - ÓCULOS DE REALIDADE VIRTUAL AUTÔNOMO (STANDALONE), COM PROCESSADOR OTIMIZADO PARA EXPERIÊNCIAS DE REALIDADE VIRTUAL E MISTA, MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 8 GB E ARMAZENAMENTO INTERNO DE 128 GB OU SUPERIOR. DEVE POSSUIR TELAS DE ALTA RESOLUÇÃO COM NO MÍNIMO 2064 X 2208 PIXELS POR OLHO, TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 90HZ OU SUPERIOR, E CAMPO DE VISÃO MÍNIMO DE 100º. COMPATÍVEL COM APLICATIVOS DE REALIDADE MISTA (PASS-THROUGH COLORIDO), COM CONTROLE MANUAL E CORPORAL EM AMBIENTES IMERSIVOS. ACOMPANHA 2 CONTROLADORES COM RASTREAMENTO DE MOVIMENTO, FEEDBACK HÁPTICO E BOTÕES MULTIFUNCIONAIS. CONECTIVIDADE WI-FI 6 OU SUPERIOR, BLUETOOTH 5.2 E PORTA USB-C. COMPATÍVEL COM APLICATIVOS EDUCACIONAIS, DE TREINAMENTO, DESIGN, JOGOS, SIMULAÇÕES 3D E OUTROS USOS INSTITUCIONAIS. SISTEMA OPERACIONAL OTIMIZADO PARA USO AUTÔNOMO, COM INTERFACE MULTIUSUÁRIO E SUPORTE A LOJA DE APLICATIVOS DE REALIDADE VIRTUAL. DESIGN ERGONÔMICO COM ALÇAS AJUSTÁVEIS, SUPORTE PARA USUÁRIOS COM ÓCULOS DE GRAU, CARREGADOR, CABO USB-C, ESPAÇADOR, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - QUEST 3 - Valor Referência: 4.158,06

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
KASA KOMPLETA COMERCIO E SERVICOS LTDA	3.050,00	6.100,00	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

0009 - SERVIDOR COM: PROCESSADOR E3-1220 V5 DE 3GHZ, CACHE DE 8M, 4C/4T, TURBO(80W), SEM SISTEMA OPERACIONAL, SEM RAID COM SATA INCORPORADO, MEMORIA DE 16GB/DDRA UDIMM,2133 MT/S, ECC, BCC, DISCO RÍGIDO (HD) 1 TB 7 2K RPM SATA 3GBPS 3,5IN CABLED HAND DRIVE, ENERGIA PSU CABEADA DE 290 W, 4 HDDS DE 3,5 COM FIO, COMPARTIMENTOS DE UNIDADE 4 HDDS DE 3,5 COM FIO, SLOT 1X8PCIE 3,0 (CONECTORES X 16), 1X4 PCIE 3,0 (CONECTORES X 8), 1X4 PCIE 3,0 (CONECTORES X 8), 1X1 PCIE 3,0 (CONECTOR X1), COMUNICAÇÃO DOIS LIMS DE 1 GBE, ACESSO A DISPOSITIVO 8 ENTRADAS USB, NO TOTAL: ENTRADAS USB TRASEIRAS:2 X USB 3,0 E 4 X USB 2,0; ENTRADAS USB FRONTAIS: 1 X UBS 2.0 E 1 X UBS 3,0. - A PRÓPRIA - Valor Referência: 19.379,50

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
Teczap Comércio e Distribuição Ltda	15.000,00	30.000,00	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

0010 - TABLET 10 POLEGADAS: MEMÓRIA RAM: 6 GB, TAMANHO DA TELA 10 ", CAPACIDADE: 128 GB MEMÓRIA RAM: 6 GB, CAPACIDADE: 128 GB TIPOS DE LEITORES DE CARTÕES DE MEMÓRIA: MICRO-SD CAPACIDADE MÁXIMA DE MEMÓRIA SUPORTADA: 1TB TIPO DE RESOLUÇÃO DO VÍDEO: 4K COM FLASH: NÃO SENSORES: ACELERÔMETRO BATERIA: CAPACIDADE DA BATERIA 8 MAH COM REDE MÓVEL: SIM CONECTIVIDADE: BLUETOOTH VERSÃO DE BLUETOOTH: BLUETOOTH V5.3 É DUAL SIM: SIM COM GPS: SIM TAMANHO DA TELA: "10 " COM DESBLOQUEIO FACIAL: SIM NOME DO SISTEMA OPERACIONAL: ANDROID VERSÃO DO SISTEMA OPERACIONAL: 14 OU SUPERIOR ACESSÓRIOS INCLUÍDOS: CAPA, TECLADO PROCESSADORE: EXYNOS 8(OITO) NÚCLEOS. - SAMSUNG GALAXY TAB S10 LITE - Valor Referência: 3.368,56

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
NEOCAM TECNOLOGIA SEGURANCA E SERVICOS LTDA	2.779,00	63.917,00	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

0011 - TABLET PROFISSIONAL COM TELA MÍNIMA DE 11 POLEGADAS E CANETA DIGITAL – TABLET COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE DO TIPO SUPER AMOLED OU LCD COM TAMANHO MÍNIMO DE 11 POLEGADAS E RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 2560 X 1600 PIXELS; PROCESSADOR OCTA-CORE COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 2.8 GHZ; MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 8 GB; ARMAZENAMENTO INTERNO MÍNIMO DE 256 GB, EXPANSÍVEL POR CARTÃO MICROSD; SISTEMA OPERACIONAL BASEADO EM ANDROID VERSÃO 13 OU SUPERIOR; CONECTIVIDADE WI-FI 802.11 A/B/G/N/AC/AX (WI-FI 6), BLUETOOTH 5.2, USB TIPO C E ESPELHAMENTO DE TELA SEM FIO; CÂMERA TRASEIRA COM RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 13 MP E FRONTAL DE 8 MP; GRAVAÇÃO DE VÍDEO EM 4K A 30 FPS; AUTONOMIA MÍNIMA DE BATERIA DE 10 HORAS DE USO CONTÍNUO; ACOMPANHA CANETA DIGITAL (STYLUS) COM SENSIBILIDADE À PRESSÃO E BAIXA LATÊNCIA; CONSTRUÇÃO EM MATERIAL METÁLICO OU POLÍMERO REFORÇADO; PESO MÁXIMO DE 520 GRAMAS. DEVE INCLUIR CARREGADOR ORIGINAL, CABO DE DADOS, CANETA DIGITAL, MANUAL EM PORTUGUÊS E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - MediaTek Dimensity 6300 - Valor Referência: 3.648,25

Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
NILDO FREITAS DANTAS	2.600,00	2.600,00	Homologado em 12/05/2026 08:14:18 Por: CARLOS ANTONIO DE SOUZA

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Autoridade Competente

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:DC252DEA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 71/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 7/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS PARA CONSUMO E SERVIÇOS CORRELATOS DO TIPO BUFFET, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.

Fornecedor: 58.858.328 MARIA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS MEDEIROS		
CNPJ: 58.858.328/0001-23	Telefone: 84996103499	Email:
Endereço: R VEREADOR SEGUNDO GUIMARAES, 148, ANTONIO ACIOLE, Lagoa Nova/RN, CEP: 59390-000		
Representante: MARIA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS MED - CPF: 074.857.094-29		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0053585 - REFEIÇÕES SELF-SERVICE E/OU MARMITEX Nº 8: Fornecimento de refeições prontas para consumo em formato self-service e/ou marmitex nº 8, produzidas nas instalações da empresa contratada, com peso aproximado de 700g, compostas no mínimo por arroz, feijão, 01 (uma) proteína animal podendo ser carne bovina (cozida ou assada), frango, peixe, carne suína, carne caprina ou linguiça, 01 (uma) guarnição composta por massas ou raízes (ex.: macarrão, purê de batata, macaxeira, batata-doce, cuscuz ou similares), 01 (uma) porção de legumes ou salada e 01 complemento podendo ser farofa ou similar, devendo o cardápio apresentar preparações variadas visando garantir qualidade nutricional e boa aceitabilidade. As refeições deverão ser acondicionadas em embalagens apropriadas e transportadas em recipientes térmicos adequados que garantam a manutenção da temperatura mínima de 60°C até o consumo, devendo cada refeição acompanhar garfo descartável, faca descartável e guardanapo. A empresa contratada deverá possuir Alvará Sanitário vigente e atender às normas de higiene e segurança alimentar estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente a RDC nº 216/2004, podendo a Administração solicitar amostra para verificação da conformidade do item.	N/C	UND	5000	17,00	85.000,00
6	0053589 - KIT LANCHE INDIVIDUAL: Fornecimento de kit lanche individual destinado à distribuição em eventos, capacitações, treinamentos e campanhas institucionais, devendo cada kit conter no mínimo 01 (um) sanduíche natural, 01 (um) bolo individual ou biscoito ou salgado assado, 01 (uma) bebida podendo ser suco, bebida láctea ou refrigerante "caçulinha" com volume mínimo de 200 ml e 01 guardanapo. Todos os itens deverão ser acondicionados em embalagem individual lacrada e apropriada para transporte de alimentos, garantindo higiene, qualidade e segurança alimentar até o momento do consumo.	N/C	UND	10000	13,50	135.000,00

Valor Total R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). Prazo de Vigência: 11 de maio de 2026, vigente até 10 de maio de 2027. Data: 11/05/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e 58.858.328 MARIA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS MEDEIROS/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:34D87C2F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 72/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 7/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS PARA CONSUMO E SERVIÇOS CORRELATOS DO TIPO BUFFET, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.

Fornecedor: JARBAS ALBERI DE SOUZA		
CNPJ: 36.268.532/0001-51	Telefone:	Email:
Endereço: SIT SANTA RITA, 231, ZONA RURAL, Lagoa Nova/RN, CEP: 59390-000		
Representante: JARBAS ALBERI DE SOUZA - CPF: 076.395.424-13		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0053584 - REFEIÇÕES SELF-SERVICE E/OU MARMITEX Nº 9: Fornecimento de refeições prontas para consumo em formato self-service e/ou marmitex nº 9, produzidas nas instalações da empresa contratada, com peso aproximado de 900g, compostas no mínimo por arroz, feijão, 01 (uma) proteína animal podendo ser carne bovina (cozida ou assada), frango (coxa, sobrecoxa ou filé), peixe (filé ou posta), carne suína, carne caprina ou linguiça, 01 (uma) guarnição podendo ser massas ou raízes (ex.: macarrão, purê de batata, macaxeira, batata-doce, cuscuz ou similares), 01 (uma) porção de legumes ou salada (ex.: alface, tomate, cenoura, beterraba, repolho ou similares) e 01 complemento podendo ser farofa ou similar, devendo o cardápio apresentar preparações variadas para garantir boa aceitabilidade. As refeições deverão ser acondicionadas em embalagens apropriadas e resistentes e transportadas em recipientes térmicos adequados que garantam a manutenção da temperatura mínima de 60°C até o momento do consumo, devendo cada refeição acompanhar garfo descartável, faca descartável e guardanapo. A empresa contratada deverá possuir Alvará Sanitário vigente e atender às normas de higiene, limpeza e segurança alimentar estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente a RDC nº 216/2004, podendo a Administração solicitar amostra para verificação da conformidade do item.	REFEIÇÕES SELF-SERVICE E/OU MARMITEX Nº	UND	4000	15,40	61.600,00
3	0053586 - CAFÉ DA MANHÃ: Fornecimento de café da manhã pronto para consumo, produzido nas instalações da empresa contratada, destinado ao atendimento de capacitações, treinamentos e eventos institucionais, devendo cada unidade conter no mínimo 02 (dois) itens de carboidratos podendo ser pães, tapiocas, cuscuz, bolos ou similares, 01 (uma) opção de fruta, 01 (um) item de proteína podendo ser queijo, presunto ou ovo, 01 (uma) bebida quente podendo ser café ou café com leite e 01 (uma) bebida fria podendo ser suco natural ou bebida láctea. Os alimentos deverão ser acondicionados em porções individuais e embalagens apropriadas que garantam a higiene, conservação e qualidade até o momento do consumo, sendo transportados em recipientes adequados. A empresa deverá possuir Alvará Sanitário vigente e cumprir todas as normas sanitárias e de segurança alimentar estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente a RDC nº 216/2004.	CAFÉ DA MANHÃ	UND	10000	17,00	170.000,00
4	0053587 - COFFEE BREAK: Fornecimento de coffee break destinado a palestras, capacitações, seminários, conferências e demais eventos institucionais promovidos pela Administração Pública, devendo a composição mínima por pessoa conter 02 (dois) tipos de salgados variados assados ou fritos, 01 (um) mini sanduíche ou sanduíche natural, 01 (um) tipo de bolo simples ou regional, 01 (um) tipo de biscoito ou sequilho e bebidas podendo ser café, suco natural ou refrigerante. Os alimentos deverão ser preparados nas instalações da empresa contratada e entregues no local indicado pela Administração devidamente acondicionados em recipientes apropriados que garantam higiene e conservação, ficando sob responsabilidade da contratada, quando solicitado, o fornecimento de estrutura de apoio necessária ao serviço, incluindo garçons, equipe de apoio de cozinha, utensílios, bandejas, recipientes térmicos, mesas de apoio, copos, pratos, talheres e demais itens de cutelaria necessários ao adequado atendimento do evento. A empresa contratada deverá possuir Alvará Sanitário vigente e cumprir as normas de higiene e segurança alimentar estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente a RDC nº 216/2004.	COFFEE BREAK	UND	7000	26,00	182.000,00
5	0053588 - BRUNCH PARA EVENTOS: Fornecimento de brunch destinado a eventos institucionais realizados no período da manhã ou início da tarde, devendo a composição mínima por pessoa conter 02 (dois) tipos de pães, 02 (dois) acompanhamentos podendo ser queijo, presunto, manteiga ou patê, 01 (um) prato quente podendo ser cuscuz, tapioca, omelete ou similar, 01 (um) tipo de bolo ou torta, 01 (uma) fruta da estação e bebidas podendo ser café, café com leite e suco natural. Todos os itens deverão ser preparados nas instalações da empresa contratada e transportados em recipientes adequados que garantam a conservação, higiene e qualidade dos alimentos até o momento do consumo, ficando sob responsabilidade da contratada, quando solicitado, o fornecimento de garçons, equipe de apoio de cozinha, utensílios, bandejas, recipientes, copos, pratos, talheres e demais itens de cutelaria necessários ao atendimento do evento. A empresa contratada deverá possuir Alvará Sanitário vigente e cumprir as normas de higiene e segurança alimentar estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente a RDC nº 216/2004.	BRUNCH PARA EVENTOS	UND	4000	28,50	114.000,00
7	0053590 - COQUETEL PARA EVENTOS INSTITUCIONAIS: Fornecimento de serviço de coquetel destinado a solenidades, inaugurações, e eventos institucionais promovidos pela Administração Pública, devendo a composição mínima por pessoa conter 05 (cinco) tipos de salgados variados, 01 (um) mini sanduíche, 01 (um) tipo de doce e 01 (uma) sobremesa simples ou bolo, acompanhado de bebidas podendo ser suco natural, refrigerante e água mineral. Todos os alimentos deverão ser preparados nas instalações da empresa contratada e transportados em recipientes adequados que garantam higiene e qualidade, ficando sob responsabilidade da contratada, quando solicitado, o fornecimento de garçons, equipe de apoio de cozinha, utensílios, bandejas, recipientes térmicos, mesas de apoio, copos, pratos, talheres e demais itens de cutelaria necessários ao adequado atendimento do evento. A empresa contratada deverá possuir Alvará Sanitário vigente e cumprir as normas de higiene e segurança alimentar estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente a RDC nº 216/2004.	COQUETEL PARA EVENTOS INSTITUCIONAIS	UND	2000	47,00	94.000,00

Valor Total R$ 621.600,00 (seiscentos e vinte e um mil e seiscentos reais). Prazo de Vigência: 11 de maio de 2026, vigente até 10 de maio de 2027. Data: 11/05/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e JARBAS ALBERI DE SOUZA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:DBEAD27D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.144/2026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.144/2026 – GP, Lagoa Nova/RN, 11 de maio de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 715.136,81 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 715.136,81 (setecentos e quinze mil, cento e trinta e seis reais e oitenta e um centavos) destinados a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**715.136,81**
06.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**400.000,00**
	2009 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA				**400.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	400.000,00
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**315.136,81**
	2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				**31.080,45**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	30.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	1.080,45
	2038 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS - ECD				**284.056,36**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	214.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	70.056,36
Anexo II (Redução)					**715.136,81**
04.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE					**35.000,00**
	2041 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE				**35.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	15.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
05.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**119.000,00**
	2006 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				**16.000,00**
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	15000000	0001	16.000,00
	2026 DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	1014 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA OS SERVIÇOS GERAIS ADMINISTRATIVOS				**33.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	33.000,00
	2213 MANUTENÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO				**10.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
	2216 MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS				**40.000,00**
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2217 MANUTENÇÃO DO ARQUIVO MUNICIPAL				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
09.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**35.000,00**
	1082 IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE COZINHAS COMUNITÁRIAS				**35.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	35.000,00
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**315.136,81**
	2032 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA				**20.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	10.000,00
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**137.256,36**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	256,36
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	5.000,00
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15001002	0001	15.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	107.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	10.000,00
	2037 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL - PSB				**1.080,45**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	1.080,45
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**96.800,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	96.800,00
	1040 AMPLIAÇÃO E REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL GARIBALDE ALVES FILHO				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	20.000,00
	2061 MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	10.000,00
	2113 CONCESSÃO DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR A ENFERMEIROS, TÉCNICOS E AUX. DE ENFERMAGEM				**30.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	30.000,00
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**211.000,00**
	2039 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. URBANOS				**211.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	211.000,00

Publicado por:
Jakeline Andresa da Silva
Código Identificador:E6E5A925

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 022/2026 – SMADMRH

Portaria nº 022/2026 – SMADMRH Lagoa Nova/RN,12 de maio de 2026.

"CONCEDE FÉRIAS AOS FUNCIONÁRIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN".

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, dispostas pela Lei Municipal nº 759/2022 e a Lei Complementar nº 002/2007.
R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias aos funcionários do Município de Lagoa Nova/RN, de acordo com a Lei complementar nº 002/2007 de 18 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal de Lagoa Nova/RN. Segue tabela abaixo o (a) servidor (a) que que irão gozar férias no período de junho de 2026.

MAT.	NOME	LOTAÇÃO	PERIODO AQUISITIVO	CARGO	PERIODO DE GOZO
Nº 2135	Jose Waltercio Silva de Carvalho	SMAS	2025/2026	ORIENTADOR SOCIAL	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 2062	Anderson Luis da Silva	SMS	2025/2026	AGENTE DE ENDEMIAS	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 125	Francisca de Cássia Victor Barbosa da Silva	SMS	2025/2026	TEC. DE ENFERMAGEM	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 655	Adival Soares da Silva	SMS	2025/2026	ACS	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 637	Jeová Inácio da Cruz Campelo	SMS	2025/2026	ACS	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 730	Francisco Maciel Alves de Medeiros	SMS	2024/2025	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	01.06.2026 a 15.06.2026
Nº 744	Daiana Pereira de Souza	SMS	2025/2026	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	08.06.2026 a 27.06.2026
Nº 649	Rose Marie dos Santos	SMS	2025/2026	ACS	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 659	Adriana da Conceição Simões	SMS	2024/2025	ACS	22.06.2026 a 21.07.2026
Nº 1337	Francisca Iselda Pereira de Macêdo	SMTDE	2025/2026	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO	1º PERÍODO: 09.06.2026 a 23.06.2026 2º PERÍODO: 21.12.2026 a 04.01.2027
Nº 467-1	José Adriano da Silva	SMOSMU	2025/2026	ASG	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 866	José Francisco Rodrigues da Silva	SME	2025	AGENTE ADMINISTRATIVO	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 463	Maria Do Socorro Ferreira de Medeiros	SMS	2025/2026	ASG	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 138	Maria Veronica da Silva	SMS	2023/2024	AUX. DE ENFERMAGEM	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 318	Denis Araújo Zambon De Mendonça	SMS	2025/2026	BIOQUÍMICO	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 1431	Daianna de Medeiros Dantas	SMS	2025/2026	ACS	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 373	João Batista de Araújo	SMAAP	2025/2026	ASG	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 958	Maria Aparecidada Silva	SMS	2025/2026	ASG	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 2356	Simone de Oliveira Melo	SMAS	2025/2026	ORIENTADORA SOCIAL	09.06.2026 a 08.07.2026
Nº 3446	Iranilde Evaristo da Costa	SMAS	2024/2025	CONSELHEIRA TUTELAR	01.06.2026 a 30.06.2026
Nº 469	Sandra Maria da Silva Luis	SME	2025/2026	AGENTE ADMINISTRATIVA	11.06.2026 a 10.07.2026

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Cientifique-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

JOSÉ HEITOR MATIAS
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Anne Caroline Aciole da Costa
Código Identificador:A7379981

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 037/2026 – SMFIN

PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 037/2026 – SMFIN
Lagoa Nova/RN, 11 de maio de 2026.

ALTERA O "QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - QDD" DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o art. 7º, inciso I da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 4.880,84 (quatro mil oitocentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos) constantes no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JAKELINE ANDRESA DA SILVA
Secretária Municipal de Finanças

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.880,84**
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**4.880,84**
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**4.880,84**
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15001002	0001	4.880,84
Anexo II (Redução)					**4.880,84**
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**4.880,84**
	2035 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				**4.880,84**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	4.880,84

Publicado por:
Jakeline Andresa da Silva
Código Identificador:A435C46D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 1712/2026 DE 12 DE MAIO DE 2026

Decreto Nº. 1712/2026 Lucrécia/ RN, 11/05/2026.

Abre crédito adicional ao vigente orçamento da(o) Prefeitura Municipal de Lucrécia, o credito suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para o reforço de dotação (ões) orçamentária (s).

A **Prefeita Municipal de Lucrécia/RN,** Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional Anulação de Despesa no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), mediante suplementação das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, sob as rubricas em anexo:
Art. 2º. Os recursos necessários à execução deste decreto correrão por conta da:
I - Anulação parcial das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente sob as rubricas abaixo especificadas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Lucrécia/RN, 11/05/2026.

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

ANEXO I

RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTARIAS

Suplementação

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
	6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
		2.142 - Estrut. Rede Serv. Media e Alta Complex.		
		1038 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15021002	R$ 100.000,00
Total da Ação:				**R$ 100.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 100.000,00**

Valor total Suplementado: R$ 100.000,00
Redução

	3 - Fundo Municipal de Saúde de Lucrécia			
	6001 - SEC. MUN. DE SAÚDE / FUNDO MUL. DE SAÚDE			
		2.140 - Estrut. Rede Serviços At. Basica Saude		
		1009 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15021002	R$ 80.000,00
		1019 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15021002	R$ 20.000,00
Total da Ação:				**R$ 100.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 100.000,00**

Valor total Reduzido: R$ 100.000,00

ANTONIO WALTER DE ARAUJO
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo da Cunha Tomaz
Código Identificador:3D7F6474

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
EDITAL Nº 001 -2026 - PRÊMIO JUNINO - RESULTADO PROVISÓRIO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
RESULTADO PROVISÓRIO DOS CLASSIFICADOS NA FASE DE SELEÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE MARTINS (RN), por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, TORNA PÚBLICO o **RESULTADO PROVISÓRIO DA FASE DE SELEÇÃO,** nos termos do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026,** cujo regulamento foi elaborado com base na Lei Federal nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei Federal nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).
Notas:
1. Caso o proponente discorde da nota atribuída, disponibilizamos a oportunidade para apresentar uma justificativa sucinta que possa retificar a nota atribuída. Isso deve ser feito enviando formulário de interposição de recursos(ANEXO IX), para o e-mail culturademartins@gmail.com dentro do prazo previsto do ANEXO X, entre os dias 07/05/2026 a 10/05/2026.
2. A interposição de recurso não permite o envio de material complementar, sendo restrita ao pedido de reavaliação do material previamente apresentado.
3. Eventuais dúvidas poderão ser sanadas por meio do e-mail culturademartins@gmail.com ou presencialmente na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Martins 07 de maio de 2026

ALICE BRUNNA LOBATO RIBEIRO TEIXEIRA BARRETO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

COMISSÃO DE ANÁLISE

GENALDO SILVA LIMA –
Parecerista

AMANDA FERREIRA ROCHA ARNAUD –
Parecerista

YASMIM DA COSTA CARVALHO –
Coordenadora

Genaldo Silva Lima: Pesquisador, realizador audiovisual e produtor cultural de Catolé do Rocha – PB. Formado em Direito (UFCG, 2018), é pósgraduando em Gestão e Produção Cultural (UEPB) e mestrando em Administração e Controladoria com ênfase em Gestão Cultural (UFC, 2025). Possui experiência em elaboração, consultoria e execução de projetos culturais. Fundador do coletivo cultural Catolaico, diretor do Centro Estudantil de Cultura Hildebrando Diniz(Catolé do Rocha-PB) e é Conselheiro Estadual de Política Cultural da Paraíba (2024–2026).
Amanda Ferreira da Rocha Arnaud: Produtora cultural, artista visual e agente cultural multidisciplinar de Catolé do Rocha-PB. Formada em Direito (UNIPÊ, 2017) e pós-graduanda em Gestão e Produção Cultural (UEPB), atua na elaboração e gestão de projetos pelas Leis Aldir Blanc, Paulo Gustavo e Rouanet. Com experiência em festivais, shows e oficinas culturais, também desenvolve trabalhos em artes visuais, audiovisual e design.

PREMIAÇÃO QUADRILHA JUNINA ZONA URBANA								
NOME DA PROPOSTA	**CPF/CNPJ**	**COTA**	**NOTA POR CRITÉRIO**					**NOTA**
			CA	CB	CC	CD	CE	
Arraiá da Esperança	012.XXX.XXX-92	Ampla Concorrência	15	15	05	10	-	**45**
PREMIAÇÃO QUADRILHA JUNINA ZONA RURAL								
Cangaceiros da Serra	026.XXX.XXX-39	Pessoa Negra (Preto ou pardo)	10	10	05	-	10	**35**
PREMIAÇÃO GRUPOS DE DANÇA JUNINA								
Associação Artística e Cultural Lampião de Gás	44.XXX.XXX/0001-57	Ampla Concorrência	30	25	10	-	-	**65**
Filhos Desta Terra	706XXX.XXX-80	Ampla Concorrência	15	15	05	-	-	**35**

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:713918AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2026 - SME

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DE DIRETOR(A) E VICE-DIRETOR(A) ESCOLAR DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE NÍSIA FLORESTA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA/RN, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SME), torna pública a realização do Processo Seletivo Simplificado para a escolha de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, para mandato de 03 (três) anos, permitida uma única recondução por igual período, mediante participação em novo processo seletivo, nos termos deste Edital. O presente processo é instituído pelo Decreto nº 033/2026, que altera o Decreto Municipal nº 30, de 09 de setembro de 2022, e o Decreto Municipal nº 31/2023, de 13 de outubro de 2023, e tem como finalidade a habilitação de diretores(as) e vice-diretores(as) escolares da rede municipal de ensino.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 É objeto deste Edital a seleção de pessoal para o provimentos do cargo de Diretor(a) Escolar ou Vice-Diretor(a) das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, de acordo com art. 2º do Decreto Municipal nº 033/2026, 12 de maio de 2026.

1.2 A seleção para o provimento dos cargos de Diretor(a) Escolar e Vice-Diretor(a), a ser realizado por meio de análise de critérios técnicos de mérito e desempenho e com consulta pública à comunidade escolar, para mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução pelo mesmo período mediante novo processo seletivo.

1.3 A seleção para o provimento dos cargos de Diretor(a) Escolar e Vice-Diretor(a) será realizada, em três etapas, a 1ª etapa, por meio de avaliação rigorosa dos critérios técnicos de mérito e desempenho profissional, de caráter classificatório, destinada a aferir a qualificação, a experiência e a capacidade de gestão dos candidatos, a 2ª etapa será a entrega do Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico (PEAP) e arguição, de caráter classificatória e a 3ª etapa, por meio de consulta pública a comunidade escolar, também classificatória, de acordo com os termos estabelecidos neste Edital.

1.4 Constituem critérios de avaliação:

I – Formação em nível superior em Pedagogia ou Licenciatura plena, reconhecida pelo Ministério da Educação;

II – Perfil profissional compatível com a função de gestão escolar, considerando as dimensões político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira e pessoal/relacional;

III – Experiência comprovada em atividades educacionais de natureza administrativa e/ou pedagógica, desenvolvidas na unidade escolar para a qual o candidato concorre, devidamente atestada por órgão colegiado da área da educação, constituído por representantes da comunidade escolar;

IV – Conhecimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

V – Disponibilidade para o exercício da função em regime de dedicação integral;

1.5 A Administração Pública não assumirá o encargo de realizar a permuta ou cedência de candidatos a diretor escolar que mantenham vínculos empregatícios com outros entes federativos, com o propósito de garantir a compatibilidade para a investidura do cargo. Aqueles que não se enquadrarem a essa condição terão suas inscrições impugnadas; e

1.6 Ter disponibilidade legal para assumir a função de gestão escolar;

2. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

2.1 O processo seletivo será composto pelas seguintes etapas:

I – Inscrição;
II – Análise documental;
III – Análise curricular;
IV – Avaliação do Projeto Educacional;
V – Arguição do Projeto;
VI – Consulta pública à comunidade escolar;

2.2 A Comissão Especial será responsável pela condução das etapas até a publicação do resultado final da fase técnica.

2.3 Compete à Secretaria Municipal de Educação a homologação dos resultados.

3. DAS VAGAS E FUNÇÕES

3.1 As inscrições para as chapas aos cargos de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) serão formalizadas mediante o preenchimento da ficha de inscrição, conforme modelo constante no Anexo - I deste Edital.

3.2 Os candidatos habilitados serão selecionados, nos termos deste edital, para o preenchimento de 11 (onze) escolas com chapas compostas por Diretor(a) e Vice-Diretor(a), bem como de 16 (dezesseis) escolas que concorrerão apenas ao cargo de Diretor(a) escolar, conforme disposto na Lei Complementar nº 047/2025, sendo a distribuição realizada da seguinte forma:

NOME DA ESCOLA		FORMAÇÃO DE CHAPAS
1.	Escola Municipal Yaya Paiva Ensino de 1º e 2º Graus	Diretor(a) pedagógico e Diretor(a) administrativo/financeiro
2.	Escola Municipal Alberto de Carvalho Araujo	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
3.	4Escola Municipal Francisca Pereira da Silva	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
4	Escola Municipal Sandoval Ribeiro Dantas	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
5.	Escola Municipal Professora Aurora Costa de Carvalho	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
6.	Escola Municipal Professora Maria Dolores Regina de Macedo Leite	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
7.	Escola Municipal Terezinha da Silva Leite	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
8.	Escola Municipal Maria Mercia de Carvalho	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
9.	Escola Municipal de Pium	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
10.	CMEI Professora Maria Sebastiana da Costa Luz	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
11.	CMEI Maria Palmira de Miranda Galvao Gondim	Diretor(a) e Vice-Diretor(a)
12.	Escola Municipal Francisco Domingos de Souza	Diretor(a)
13.	Escola Municipal Tenente Coronel Juvino Lopes da Silva	Diretor(a)
14.	Escola Municipal Professora Maria Lucia de Macedo Leite	Diretor(a)
15.	Escola Municipal Ana Cardoso Barros	Diretor(a)
16.	Escola Municipal Leonor Maria Bezerra	Diretor(a)
17.	Escola Municipal Maria de Lourdes Ferreira de Carvalho	Diretor(a)
18.	Escola Municipal Professora Joana Maria do Nascimento	Diretor(a)
19.	Ensino Infantil e Fundamental Alegria da Titia	Diretor(a)

20.	CMEI Aprendendo O Abc	Diretor(a)
21.	CMEI Balão Mágico	Diretor(a)
22.	CMEI Mundo da Criança	Diretor(a)
23.	CMEI Peixinho Dourado	Diretor(a)
24.	CMEI Pequeno Principe	Diretor(a)
25.	CMEI Pequeno Aprendiz	Diretor(a)
26.	CMEI Pequeno Golfinho	Diretor(a)
27.	CMEI Conceição Trindade	Diretor(a)

3.3 Experiência comprovada em atividades educacionais de natureza administrativa e/ou pedagógica, desenvolvidas na unidade escolar para a qual o candidato concorre, devidamente atestada por órgão colegiado da área da educação, constituído por representantes da comunidade escolar.

3.4 Não poderá participar do processo de seleção de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, o profissional da educação básica da administração pública direta ou indireta, efetivo ou temporário, sobre o qual incorra processo administrativo disciplinar por descumprimento de dever funcional ou violação de proibições, verificado no seu histórico funcional.

Parágrafo único. A idoneidade do(a) servidor(a) será comprovada mediante declaração emitida pela Secretaria de Administração do Município de Nísia Floresta/RN.

3.5 Os Candidatos participantes da chapa deverão concorrer à vaga de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) para escola que esteja desenvolvendo atividades administrativas e/ou pedagógicas comprovada.

3.6 O servidor que prestar serviços em mais de uma instituição de ensino da rede municipal somente poderá concorrer ao cargo de Diretor(a) ou Vice-Diretor(a) em uma única instituição, devendo, no ato da inscrição, optar expressamente pela unidade escolar na qual pretende concorrer.

3.7 **A jornada de trabalho será em regime integral, conforme legislação municipal vigente.**

4. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

4.1 São atribuições do diretor(a) escolar:
I – Exercer liderança e promover a gestão democrática;
II – Garantir a execução das políticas educacionais;
III – Gerir os recursos financeiros com transparência e responsabilidade;
IV – Cumprir e fazer cumprir a legislação educacional;
V – Assegurar o cumprimento das diretrizes pedagógicas;
VI – Seguir as orientações dos programas federais de financiamento educacional;
VII – Promover a melhoria dos indicadores educacionais da unidade escolar.

4.2 São atribuições do vice-diretor(a) escolar:

I – Auxiliar o(a) Diretor(a) no exercício das funções de gestão administrativa, pedagógica e financeira da unidade escolar;
II – Substituir o(a) Diretor(a) em seus
afastamentos, impedimentos legais e vacâncias, assumindo integralmente suas atribuições;
III – Colaborar na implementação e no acompanhamento das ações previstas no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola;
IV – Participar do planejamento, execução e avaliação das atividades pedagógicas e administrativas da unidade escolar;
V – Contribuir para a organização e o funcionamento da rotina escolar, assegurando o cumprimento das normas institucionais;
VI – Apoiar a gestão na articulação com a comunidade escolar, fortalecendo os mecanismos de participação e gestão democrática;
VII – Acompanhar os indicadores educacionais da unidade escolar, propondo ações para melhoria do desempenho dos estudantes;
VIII – Auxiliar na gestão e aplicação dos recursos financeiros, observando os princípios da legalidade, transparência e eficiência;
IX – Zelar pelo cumprimento da legislação educacional vigente e das orientações da Secretaria Municipal de Educação;
X – Desempenhar outras atribuições correlatas que lhe forem delegadas pelo(a) Diretor(a) ou pela Secretaria Municipal de Educação;

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Educação, dias 18 e 19 de maio de 2026 a partir das 7h às 15h.

5.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e a expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, assim como o Decreto Municipal de nº033/2026, nas quais não poderá alegar desconhecimento.

5.3 Documentação exigida:
5.3.1 Ficha de inscrição, devidamente preenchida **(ANEXO - I)**;
5.3.2 Cópia da carteira de Identidade (RG) e CPF;
5.3.3 Cópia de comprovante de residência;
5.3.4 Cópia do Diploma comprobatória de escolaridade relativa à formação profissional em curso de graduação de nível superior em pedagogia, ou curso de nível superior em licenciatura plena em cursos e instituições comprovadamente reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC);
5.3.5 Cópia de documentação comprobatória para análise curricular (1ª etapa);
5.3.6 **Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico (PEAP),** voltado à melhoria da qualidade da educação na unidade escolar, contendo, obrigatoriamente, justificativa, objetivos, procedimentos metodológicos e resultados esperados, observando os princípios da gestão democrática, bem como a garantia da inclusão e da equidade no processo de ensino e aprendizagem, conforme orientações constantes **no Anexo - II** deste Edital (2ª etapa);

Parágrafo único. Para as unidades escolares em que houver candidatura em chapa Diretor(a) e Vice-Diretor(a), deverá ser apresentado um único PEAP por chapa.

5.3.7 Declaração comprobatória de experiência no exercício no magistério: sala de aula ou gestão administrativo-pedagógica, a ser fornecido pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos e atestada pelo colegiado.

5.3.8 Certidão de regularidade funcional do candidato que não tenha sofrido sanções em processo administrativo disciplinar nos 2 (dois) anos que antecedem este processo seletivo, a ser fornecida pela Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Município;

5.3.9 Portaria de nomeação em cargo efetivo, comissionado ou equivalente;

5.3.10 Declaração de lotação: escola na qual o servidor desenvolve suas funções;

5.3.11 Anexar declaração de disponibilidade de tempo para dedicação exclusiva, conforme disponibilizado no **ANEXO - III** deste Edital.

5.4 Os documentos previstos nos itens 5.3.1 a 5.3.11 deverão ser apresentados individualmente por cada participante, excetuando-se o item 5.3.6, que deverá ser entregue por chapa.

5.5 Será excluído do processo o candidato que fizer declaração falsa ou inexata, por sua inteira responsabilidade, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos neste Edital, incluindo os exigidos para a confirmação da inscrição;

5.6 Após a publicação da homologação ou não das inscrições, a chapa poderá entrar com recurso, conforme **ANEXO - IV** deste Edital;

5.7 Declaração comprobatória que faz parte do quadro funcional da escola que está concorrendo ao cargo.

5.8 A inscrição e a análise documental terão caráter exclusivamente eliminatório, não sendo atribuída pontuação para fins classificatórios.

6. DA ANÁLISE CURRICULAR (PRIMEIRA ETAPA)

6.1 A análise Curricular consiste na verificação da documentação apresentada pelos candidatos no ato da inscrição, conforme **ANEXO - VI**.

6.2 A ausência ou omissão de quaisquer dos requisitos indicados neste edital resultará na inabilitação da chapa nesse processo seletivo.

6.3 Para avaliação do mérito deverá ser apresentado:

6.3.1 Diploma reconhecido pelo MEC, que ateste a Graduação Plena em Pedagogia ou licenciatura em qualquer área em cursos e instituições comprovadamente reconhecidas pelo Ministério da Educação;

6.3.2 Perfil profissional de Gestão ou direção Escolar com base na dimensão política institucional, dimensão pedagógica, dimensão administrativa-financeira, e na dimensão pessoal e relacional contidas na Base Nacional Comum de competências do diretor escolar.

6.3.3 Experiências em atividades administrativas educacionais e/ou pedagógicas.

6.4 A comissão especial dará publicidade aos resultados conforme especificado no cronograma e os interessados poderão recorrer ou suscitar esclarecimentos por meio do formulário **ANEXO V** a este edital: Dos Recursos da análise de currículo;

6.5 Em caso de empate será escolhido o canditado de acordo com item 9.2 deste edital.

Parágrafo único. Para as candidaturas em chapa - Diretor(a) e Vice-Diretor(a), a pontuação final da etapa de Análise Curricular corresponderá à média aritmética das notas obtidas por ambos os candidatos.

6.6 A pontuação máxima nessa etapa será de 100 (cem) pontos,

7. DO PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO – PEAP E ARGUIÇÃO DO PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO (SEGUNDA ETAPA)

7.1 DO PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO – PEAP

7.1.1 O Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico, deverá seguir as orientações e tópicos descritos no **ANEXO II E VII** deste Edital.

7.1.2 A Comissão ficará encarregada de receber a documentação, analisar e avaliar conforme critérios técnicos definidos neste Edital.

7.2 ARGUIÇÃO DO PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO

7.2.1 A arguição do Projeto Educacional terá como objetivo avaliar a capacidade técnica, pedagógica e administrativa do(s) candidato(s) ao cargo de Diretor(a), Vice-Diretor(a) ou Diretor(a) Escolar.

7.2.2 A avaliação do Projeto Educacional considerará, obrigatoriamente, os seguintes critérios:

7.2.3 Conhecimento sobre a legislação educacional vigente, incluindo normas federais, estaduais e municipais aplicáveis à gestão escolar;

7.2.4 Perfil de liderança, capacidade de mediação de conflitos, tomada de decisão e resolução de problemas no contexto da unidade escolar;

7.2.5 Clareza na comunicação, postura ética, responsabilidade profissional e compromisso com a gestão democrática da escola.

7.2.6 Cada chapa disporá de até 10 (dez) minutos para a apresentação do Projeto Educacional.

7.2.7 Após a apresentação, a Comissão Avaliadora, composta de 8 membros da Comissão Central (4 representantes da SME, 02 representantes do CME e 02 representantes do SINTE), terá até 5 (cinco) minutos para realizar a arguição, podendo formular questionamentos relacionados ao Projeto Educacional e aos critérios estabelecidos neste edital.

7.2.8 O descumprimento do tempo máximo estabelecido poderá implicar interrupção da apresentação ou da arguição, a critério da Comissão Avaliadora.

7.2.9 Após a publicação do resultado do PEAP e arguição, a chapa poderá entrar com recurso, conforme **ANEXO - VIII** deste Edital;

7.2.10 A pontuação máxima das etapas do Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico e de sua arguição será de 100 (cem) pontos, cujos critérios e rubricas de avaliação estão definidos no Anexo - VII deste Edital.

8. DA CONSULTA PÚBLICA A COMUNIDADE ESCOLAR PARA ESCOLHA DE DIRETOR(A) E VICE-DIRETOR(A) ESCOLAR (TERCEIRA ETAPA)

8.1 Da natureza da consulta pública

A consulta pública constitui a 3ª etapa do Processo Seletivo Simplificado para provimento das funções de Diretor(a) e Vice-Diretor(a) Escolar, de caráter participativo, envolvendo o segmento da comunidade escolar, conforme os princípios da gestão democrática previstos na Lei nº 14.113/2020 e na Lei nº 9.394/1996

8.2 Entende-se por comunidade escolar, para os efeitos deste Edital:

8.2.1 O conjunto de estudantes a partir de 12 (doze) anos de idade;

8.2.2 O pai ou a mãe ou ainda o responsável pelo aluno, desde que previamente cadastrado, com direito a 01 (um) voto, qualquer que seja o número de filhos matriculados na mesma Unidade de Ensino;

8.2.3 Membros do quadro funcional do magistério, em efetivo exercício, assim entendidos, os professores, pedagogos e os coordenadores, efetivos e contratados;

8.2.4 Demais servidores públicos em efetivo exercício no estabelecimento de ensino, efetivos, contratados e comissionados.

8.3 Cada representante do segmento de pais ou responsáveis terá direito a apenas um voto em cada Unidade Escolar, independentemente do número de estudantes que represente.

8.4 Para o atendimento ao disposto no subitem anterior, o representante do segmento de pais ou responsáveis será escolhido, conforme dispuser o regulamento geral do processo e obedecerá à lista disposnível.

8.5 Ninguém poderá votar mais de uma vez, ainda que represente segmentos diversos ou acumule cargos ou funções.

8.6 O ocupante do quadro do magistério que trabalhe em mais de uma escola, poderá votar nas escolas em que exerça suas atividades.

8.7 Do peso dos segmentos.

Cada segmento terá peso equivalente de 25% (vinte e cinco por cento) na composição do resultado final da consulta pública, distribuídos da seguinte forma:

Professores: 25%
Funcionários: 25%
Pais/Responsáveis: 25%
Estudantes: 25%

8.8 A apuração da consulta pública será realizada por segmento, considerando o percentual de votos válidos obtidos por cada chapa em cada segmento participante.

8.9 Para fins de cálculo, será atribuída a cada segmento a pontuação correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total da consulta pública.

8.10 A pontuação de cada chapa em cada segmento será obtida pela aplicação da seguinte regra:
calcula-se o percentual de votos válidos obtidos pela chapa dentro do segmento;
aplica-se esse percentual sobre o peso do segmento (25 pontos);

8.11 A fórmula para o cálculo de cada segmento será a seguinte:

Pontuação no segmento = (Votos da chapa no segmento/Total de votos válidos do segmento) x 25.

Parágrafo único. Consideram-se votos válidos aqueles devidamente registrados para as chapas habilitados no processo, excluídos os votos em branco, nulos e quaisquer votos que não atendam às regras estabelecidas neste Edital.

8.12 A pontuação final da consulta pública de cada chapa corresponderá à soma dos pontos obtidos em todos os segmentos.

Pontuação no final da consulta pública = pontuação do segmento de professores + pontuação do segmento dos funcionários + pontuação do segmento dos alunos + pontuação do segmento dos pais/responsáveis.

Parágrafo único. Na hipótese de inexistência de votantes em determinado segmento na unidade escolar, ou de inexistência do próprio segmento, a pontuação correspondente será redistribuída proporcionalmente entre os demais segmentos participantes, de modo a preservar o equilíbrio e a proporcionalidade da consulta pública.

8.13 Da forma de votação

8.13.1 A consulta pública será realizada por meio de votação direta, secreta e facultativa ocorrendo de forma presencial, na unidade escolar.

8.14 Da apuração dos votos

8.14.1 A apuração será realizada por uma Comissão Eleitoral Central designada pela Secretaria Municipal de Educação e a comissão escolar, garantindo: transparência do processo; registro em ata; divulgação pública dos resultados por segmento.

9. DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO

9.1 O resultado final será obtido por meio de média ponderada entre todas etapas do processo seletivo, da seguinte forma:

Primeira etapa: Análise Curricular: 40% (quarenta por cento)
Segunda etapa: Projeto Pedagógico, Administrativo e Financeiro + arguição: 30% (trinta por cento)
Terceira etapa: Consulta Pública: 30% (trinta por cento)

Nota Final = (Nota da 1ª Etapa × 0,4) + (Nota da 2ª Etapa × 0,3) + (Nota da 3ª Etapa x 0,3)

9.2 Dos critérios de desempate

Em caso de empate no resultado final, serão adotados os seguintes critérios:

I – Maior tempo de serviço na rede municipal de ensino;
II – Maior pontuação no Projeto Educacional;
III – Maior pontuação na consulta pública.

10. CRONOGRAMA

10.1 As etapas previstas para a execução do processo seletivo serão realizadas nas datas descritas abaixo, podendo sofrer alterações, caso haja necessidade.

ETAPAS	DATA
Publicação da Comissão Eleitoral Central	11/05/2026
Publicação do Edital e decreto	13/05/2026
Período de Inscrição	18 e 19/05/2026
Publicação da Homologação das Inscrições das chapas	20/05/2026
Período de Interposição de Recursos da Homologação das Inscrições das chapas	21/05/2026
Resultado Final da Homologação das Inscrições das chapas	22/05/2026
Publicação do Resultado da Análise Curricular das chapas	29/05/2026
Período de Interposição de Recursos do Resultado da Análise Curricular das chapas	02/06/2026
Resultado da Interposição de Recursos da Análise Curricular	03/06/2026
Calendário de Arguição do PEAP	09 e 10/06/2026
Publicação do Resultado Parcial do Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico e arguição das chapas	12/06/2026
Período de Interposição de Recursos do Resultado do Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico arguição das chapas	16/06/2026
Resultado Final do Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico e arguição das chapas	17/06/2026
Período de divulgação das chapas para promoções visando o eleitorado pretendido	16 e 17/06/2026
Dia da Escolha pela comunidade	18/06/2026
Resultado da Consulta Pública	19/06/2026
Homologação	23/06/2026
Convocação e posse	23/06/2026

10.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao processo Seletivo e observar todos os prazos do edital, pois não haverá recursos para perdas de prazos.

11. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

11.1 Todas as publicações indicadas no cronograma serão realizadas no Diário Oficial do Município, dando a mais ampla divulgação e transparência aos atos do processo.

11.1.1 O presente Edital integra o conjunto de normas municipais de forma complementar, portanto os candidatos devem tomar ciência do Decreto nº 033/2026 de 12 de maio de 2026 e suas atualizações.

11.1.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Central designada pela Secretaria Municipal de Educação para o processo em questão,

11.1.3 O Prefeito Municipal designará o(a) diretor ou diretor(a) ou vice-diretor(a) escolar nos seguintes casos: Para a escola que não tenha havido eleito nenhum candidato para ocupar o cargo. Em caso de afastamento temporário ou definitivo do servidor que ocupa o cargo de diretor ou vice-diretor(a) a qual foi eleito, quando as circunstâncias assim o recomendarem cujo mandato se estenderá até o próximo pleito.

11.1.4 Este edital entrará em vigor na data de sua publicação;

Nísia Floresta/RN, 12 de maio 2026

.

ANEXO – I
FICHA DE INSCRIÇÃO
PARA CHAPA DE DIRETOR(A) E VICE-DIRETOR(A)

INSCRIÇÃO Nº:		
NOME DO CANDIDATO		
DATA DE NASC.:	CPF:	RG / ÓRGÃO EMISSOR:
TELEFONE:	E-MAIL:	
ENDEREÇO (rua, número, bairro e cidade):		

CARGO QUE PRETENDE CONCORRER:
( ) DIRETOR(A) ( ) VICE-DIRETOR(A)
( ) Diretor(a) pedagógico ( ) Diretor(a) administrativo/financeiro

UNIDADE ESCOLAR PARA A QUAL ESTÁ CONCORRENDO A VAGA:
( ) Escola Municipal Yaya Paiva Ensino de 1º e 2º Graus
( ) Escola Municipal Alberto de Carvalho Araujo
( ) Escola Municipal Francisca Pereira da Silva
( ) Escola Municipal Sandoval Ribeiro Dantas
( ) Escola Municipal Professora Aurora Costa de Carvalho
( ) Escola Municipal Professora Maria Dolores Regina de Macedo Leite
( ) Escola Municipal Francisco Domingos de Souza
( ) Escola Municipal Terezinha da Silva Leite
( ) Escola Municipal Maria Mercia de Carvalho
( ) Escola Municipal Tenente Coronel Juvino Lopes da Silva
( ) Escola Municipal Professora Maria Lucia de Macedo Leite
( ) Escola Municipal Ana Cardoso Barros
( ) Escola Municipal de Pium
( ) Escola Municipal Leonor Maria Bezerra
( ) Escola Municipal Maria de Lourdes Ferreira de Carvalho
( ) Escola Municipal Professora Joana Maria do Nascimento
( ) Ensino Infantil e Fundamental Alegria da Titia
( ) CMEI Aprendendo O Abc
( ) CMEI Balão Mágico
( ) CMEI Maria Palmira de Miranda Galvao Gondim
( ) CMEI Mundo da Criança
( ) CMEI Peixinho Dourado
( ) CMEI Pequeno Principe
( ) CMEI Professora Maria Sebastiana da Costa Luz
( ) CMEI Pequeno Aprendiz
( ) CMEI Pequeno Golfinho
( ) CMEI Conceição Trindade

Nísia Floresta, ____ de _____ de _2026____.

_____
ASSINATURA DO CANDIDATO

.

ANEXO - I
FICHA DE INSCRIÇÃO
PARA CHAPA DE DIRETOR(A)

INSCRIÇÃO Nº:		
NOME DO CANDIDATO		
DATA DE NASC.:	CPF:	RG / ÓRGÃO EMISSOR:
TELEFONE:	E-MAIL:	
ENDEREÇO (rua, número, bairro e cidade):		

CARGO QUE PRETENDE CONCORRER:
( ) DIRETOR(A)

UNIDADE ESCOLAR PARA A QUAL ESTÁ CONCORRENDO A VAGA:
( ) Escola Municipal Yaya Paiva Ensino de 1º e 2º Graus
( ) Escola Municipal Alberto de Carvalho Araujo
( ) Escola Municipal Francisca Pereira da Silva
( ) Escola Municipal Sandoval Ribeiro Dantas
( ) Escola Municipal Professora Aurora Costa de Carvalho
( ) Escola Municipal Professora Maria Dolores Regina de Macedo Leite
( ) Escola Municipal Francisco Domingos de Souza
( ) Escola Municipal Terezinha da Silva Leite
( ) Escola Municipal Maria Mercia de Carvalho
( ) Escola Municipal Tenente Coronel Juvino Lopes da Silva
( ) Escola Municipal Professora Maria Lucia de Macedo Leite
( ) Escola Municipal Ana Cardoso Barros
( ) Escola Municipal de Pium
( ) Escola Municipal Leonor Maria Bezerra
( ) Escola Municipal Maria de Lourdes Ferreira de Carvalho
( ) Escola Municipal Professora Joana Maria do Nascimento
( ) Ensino Infantil e Fundamental Alegria da Titia
( ) CMEI Aprendendo O Abc
( ) CMEI Balão Mágico
( ) CMEI Maria Palmira de Miranda Galvao Gondim
( ) CMEI Mundo da Criança
( ) CMEI Peixinho Dourado
( ) CMEI Pequeno Principe
( ) CMEI Professora Maria Sebastiana da Costa Luz
( ) CMEI Pequeno Aprendiz
( ) CMEI Pequeno Golfinho
( ) CMEI Conceição Trindade

Nísia Floresta, ____ de _____ de _2026____.

_____
ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO - II
PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO

Um projeto por chapa - diretor(a) e vice-diretor(a) ou candidatura individual

Informações Gerais:

O Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico deverá ser elaborado em fonte Times New Roman, tamanho 12, com espaçamento entre linhas de 1,5 e alinhamento justificado.

O documento deverá conter, no máximo, 15 (quinze) laudas, contemplando todos os elementos que compõem o Plano.

Para a etapa de apresentação, a utilização de slides será facultativa, podendo o candidato realizar a exposição utilizando apenas o próprio documento do Projeto.

Cada candidato disporá de até 10 (dez) minutos para a apresentação do seu Projeto.

O Projeto Educacional Administrativo e Pedagógico deverá conter:

- Identificação (deve constar na capa)
- Escola origem da vaga;
- O Título do Projeto;
- Nome dos autores e a vaga para qual estão concorrendo.

- Introdução - Apresentação de argumentos sobre as razões ou os motivos e pertinência de desenvolver um trabalho como Gestor(a) ou Vice-Diretor na Escola "X", dando ênfase às atividades administrativas e pedagógicas.

- Objetivos - Apresentar o objetivo geral, assim como, os objetivos específicos no plano de atuação profissional.

- Procedimentos Metodológicos e Técnicos - Identificar que ações pretende desenvolver para alcançar os objetivos que são fundamentais para a realização das dimensões pedagógicas, administrativa e democrática no Plano de Trabalho.

- Resultados Esperados - Descrever o que espera de resultados na atuação enquanto Gestor ou Vice gestot escolar.

ANEXO - III
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE TEMPO
PARA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu,_, inscrito(a) no CPF: _____ RG: _____,declaro que disponho det empoi ntegral, para dedicar-me às atribuições da função de: _____ no(a) Escola _____.

Nísia Floresta, __de _____de_____.

_____
AssinaturadoCandidato

ANEXO - IV
INTREPOSIÇÃO DE RECURSO DA INSCRIÇÃO

Inscrição nº _____
Nome do Candidato: _____
Cargo que pretendente concorrer: Chapa de ( ) Diretor (a) Escolar e Vice-Diretor (a).

Cargo que pretende concorrer: Chapa de ( ) Diretor(a) Escolar.

Unidade Escolar para a qual está concorrendo a vaga: _____

O Recurso deverá ser escrito exclusivamente no espaço abaixo ou digitado, em no máximo uma lauda, a ser anexada ao presente modelo sob pena de não ser conhecido.

ANEXO - V
DOS RECURSOS DA ANÁLISE DO CURRÍCULO

Inscrição nº _____
Nome do Candidato: _____
Cargo que pretendente concorrer: Chapa de ( ) Diretor (a) Escolar e Vice-Diretor (a).

Cargo que pretende concorrer: Chapa de ( ) Diretor(a) Escolar.

Unidade Escolar para a qual está concorrendo a vaga: _____

O Recurso deverá ser escrito exclusivamente no espaço abaixo ou digitado, em no máximo uma lauda, a ser anexada ao presente modelo sob pena de não ser conhecido.

ANEXO - VI **ANÁLISE CURRICULAR: PARA CHAPA (DIRETOR E VICE-DIRETOR)**				
NOME DO(A) DIRETOR(A)				
NOME DO(A) VICE-DIRETOR(A)				
NOME DA INSTITUIÇÃO CONCORRENDO A VAGA:				
COMPROVAÇÃO DE FORMAÇÃO	**TOTAL DE PONTOS DO DIRETOR (A)**	**TOTAL DE PONTOS DO VICE-GESTOR (A)**	**Pontuação DECLARADA (média aritmética de notas do(a) diretor(a) e**	**Pontuação VALIDADA**

			vice-diretor(a)	
O curso de pós-graduação *stricto sensu* **(Doutorado)** na área de Educação reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC, com base nas avaliações da CAPES.	08 pontos	08 pontos		
O curso de pós-graduação *stricto sensu* **(Mestrado)** na área de Educação reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC, com base nas avaliações da CAPES.	07 pontos	07 pontos		
Pós-graduação lato sensu (especialização) com carga horária mínima de 360 horas, em **Gestão Escolar ou áreas afins**: limite máximo de 01 título.	06 pontos	06 pontos		
Pós-graduação lato sensu (especialização) com carga horária mínima de 360 horas, em **na área de educação – Psicopedagogia, Coordenação Pedagógica, Educação Inclusiva, Avaliação Educacional ou áreas afins**: limite máximo de 01 título.	04 pontos	04 pontos		
FORMAÇÃO CONTINUADA Cursos de aperfeiçoamento na área de gestão administrativa ou pedagógica (mínimo 40h cada). Valor unitário 05 pontos, podendo apresentar no máximo 02.	10 pontos	10 pontos		
FORMAÇÃO CONTINUADA Cursos de aperfeiçoamento na área dos programas educacionais do governo federal – PDDE, Controle social, PDDE Equidade (mínimo 15h cada). Valor unitário 05 pontos, podendo apresentar no máximo 02.	10 pontos	10 pontos		
EXPERIÊNCIA EM GESTÃO ESCOLAR Declaração de experiência como Gestor ou Vice-gestor na educação básica pública, **05 (cinco) pontos por ano completo, até o limite de 04 (cinco) anos**.	20 pontos	20 pontos		
EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA Atuação comprovada em docência, coordenação ou supervisão na educação básica pública, **05 (cinco) pontos por ano completo, até o limite de 04 (cinco) anos.**	20 pontos	20 pontos		
PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS Experiência em Conselhos e Comissões no campo da educação, **05 (cinco) pontos por ano completo, até o limite de 02 (dois) anos.**	10 pontos	10 pontos		
PREMIAÇÃO OU RECONHECIMENTO 01 Certificado de mérito profissional na área educacional concedido por instituição pública.	5 pontos	5 pontos		
TOTAL 100 PONTOS				

ANEXO - VI **ANÁLISE CURRICULAR: PARA CHAPA DE DIRETOR(A)**	
NOME DO(A) DIRETOR(A)	
NOME DA INSTITUIÇÃO CONCORRENDO A VAGA:	

COMPROVAÇÃO DE FORMAÇÃO	**TOTAL DE PONTOS DO DIRETOR (A)**	**Pontuação DECLARADA DIRETOR(A)**	**Pontuação VALIDADA**
O curso de pós-graduação *stricto sensu* **(Doutorado)** na área de Educação reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC, com base nas avaliações da CAPES.	08 pontos		
O curso de pós-graduação *stricto sensu* **(Mestrado)** na área de Educação reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC, com base nas avaliações da CAPES.	07 pontos		
Pós-graduação lato sensu (especialização) com carga horária mínima de 360 horas, em **Gestão Escolar ou áreas afins**: limite máximo de 01 título.	06 pontos		
Pós-graduação lato sensu (especialização) com carga horária mínima de 360 horas, em **na área de educação – Psicopedagogia, Coordenação Pedagógica, Educação Inclusiva, Avaliação Educacional ou áreas afins**: limite máximo de 01 título.	04 pontos		
FORMAÇÃO CONTINUADA Cursos de aperfeiçoamento na área de gestão administrativa ou pedagógica (mínimo 40h cada). Valor unitário 05 pontos, podendo apresentar no máximo 02.	10 pontos		
FORMAÇÃO CONTINUADA Cursos de aperfeiçoamento na área dos programas educacionais do governo federal – PDDE, Controle social, PDDE Equidade (mínimo 15h cada). Valor unitário 05 pontos, podendo apresentar no máximo 02.	10 pontos		
EXPERIÊNCIA EM GESTÃO ESCOLAR Declaração de experiência como Gestor ou Vice-gestor na educação básica pública, **05 (cinco) pontos por ano completo, até o limite de 04 (cinco) anos**.	20 pontos		
EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA Atuação comprovada em docência, coordenação ou supervisão na educação básica pública, **05 (cinco) pontos por ano completo, até o limite de 04 (cinco) anos.**	20 pontos		
PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS Experiência em Conselhos e Comissões no campo da educação, **05 (cinco) pontos por ano completo, até o limite de 02 (dois) anos.**	10 pontos		
PREMIAÇÃO OU RECONHECIMENTO 01 Certificado de mérito profissional na área educacional concedido por instituição pública.	5 pontos		
TOTAL 100 PONTOS			

ANEXO - VII **ANÁLISE DO PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO : PARA CHAPA DE DIRETOR(A) E VICE-DIRETOR(A)**	
NOME DO(A) DIRETOR(A)	
NOME DO(A) VICE-DIRETOR(A)	
NOME DA INSTITUIÇÃO CONCORRENDO A VAGA:	

ANÁLISE DO PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO

A avaliação do projeto apresentado pelo candidato deverá considerar:

- Identificação (deve constar na capa)
- **Escola origem da vaga;**
- **O Título do Projeto;**
- **Nome dos autores e a vaga para qual estão concorrendo.**

1. Introdução - Apresentação de argumentos sobre as razões ou os motivos e pertinência de desenvolver um trabalho como Gestor(a) ou Vice-Diretor na Escola "X", dando ênfase às atividades administrativas e pedagógicas;

2. Objetivos - Apresentar o objetivo geral, assim como, os objetivos específicos no plano de atuação profissional;

3. Procedimentos Metodológicos e Técnicos - Identificar que ações pretende desenvolver para alcançar os objetivos que são fundamentais para a realização das dimensões pedagógicas, administrativa e democrática no Plano de Trabalho.

3.1 Dimensão Pedagógica
• Propostas voltadas à melhoria dos indicadores de aprendizagem;
• Estratégias de acompanhamento pedagógico sistemático;
• Ações para fortalecimento da educação inclusiva;
• Planejamento de formação continuada para professores;
• Projetos de combate à evasão e infrequência.
3.2 Dimensão Administrativa
• Organização da rotina escolar;
• Gestão de pessoas com foco no trabalho colaborativo;
• Planejamento de uso dos recursos financeiros;
• Organização dos espaços físicos e materiais;
• Propostas para promoção do acolhimento e bem-estar dos alunos.
3.3 Dimensão Democrática
• Ações de participação da comunidade escolar;
• Fortalecimento da parceria com as famílias;
• Transparência e comunicação institucional;
• Valorização dos órgãos colegiados.
4. Resultados Esperados - Descrever o que espera de resultados na atuação enquanto Diretor(a) ou Vice-diretor(a) escolar.

ANÁLISE DO PROJETO EDUCACIONAL	TOTAL DE PONTOS	Pontuação DECLARADA	Pontuação VALIDADA	
Clareza e coerência das metas	10 pontos			
Viabilidade das ações	10 pontos			
Alinhamento às diretrizes municipais e BNCC	10 pontos			
Inovação e impacto pedagógico	20 pontos			
TOTAL 50 PONTOS				

ARGUIÇÃO DO PROJETO EDUCACIONAL	TOTAL DE PONTOS	Pontuação DECLARADA	Pontuação VALIDADA
Conhecimento sobre legislação educacional.	10 pontos		
Perfil de liderança e capacidade de resolução de problemas.	20 pontos		
Comunicação, postura ética e responsabilidade.	20 pontos		
TOTAL 50 PONTOS			
TOTAL DE PONTUAÇÃO DA ETAPA			

ANEXO - VII ANÁLISE DO PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO : PARA CHAPA DE DIRETOR(A)	
NOME DO(A) DIRETOR(A)	
NOME DA INSTITUIÇÃO CONCORRENDO A VAGA:	

ANÁLISE DO PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO

A avaliação do projeto apresentado pelo candidato deverá considerar:
Identificação (deve constar na capa)
Escola origem da vaga;
O Título do Projeto;
Nome dos autores e a vaga para qual estão concorrendo.
1. Introdução - Apresentação de argumentos sobre as razões ou os motivos e pertinência de desenvolver um trabalho como Gestor(a) ou Vice-Diretor na Escola "X", dando ênfase às atividades administrativas e pedagógicas;

2. Objetivos - Apresentar o objetivo geral, assim como, os objetivos específicos no plano de atuação profissional;

3. Procedimentos Metodológicos e Técnicos - Identificar que ações pretende desenvolver para alcançar os objetivos que são fundamentais para a realização das dimensões pedagógicas, administrativa e democrática no Plano de Trabalho.
3.1 Dimensão Pedagógica
• Propostas voltadas à melhoria dos indicadores de aprendizagem;
• Estratégias de acompanhamento pedagógico sistemático;
• Ações para fortalecimento da educação inclusiva;
• Planejamento de formação continuada para professores;
• Projetos de combate à evasão e infrequência.
3.2 Dimensão Administrativa
• Organização da rotina escolar;
• Gestão de pessoas com foco no trabalho colaborativo;
• Planejamento de uso dos recursos financeiros;
• Organização dos espaços físicos e materiais;
• Propostas para promoção do acolhimento e bem-estar dos alunos.
3.3 Dimensão Democrática
• Ações de participação da comunidade escolar;
• Fortalecimento da parceria com as famílias;
• Transparência e comunicação institucional;
• Valorização dos órgãos colegiados.
4. Resultados Esperados - Descrever o que espera de resultados na atuação enquanto Diretor(a) ou Vice-diretor(a) escolar.

ANÁLISE DO PROJETO EDUCACIONAL	TOTAL DE PONTOS	Pontuação DECLARADA	Pontuação VALIDADA	
Clareza e coerência das metas	10 pontos			
Viabilidade das ações	10 pontos			

Alinhamento às diretrizes municipais e BNCC	10 pontos		
Inovação e impacto pedagógico	20 pontos		
TOTAL 50 PONTOS			

ARGUIÇÃO DO PROJETO EDUCACIONAL	**TOTAL DE PONTOS**	**Pontuação DECLARADA**	**Pontuação VALIDADA**
Conhecimento sobre legislação educacional.	10 pontos		
Perfil de liderança e capacidade de resolução de problemas.	20 pontos		
Comunicação, postura ética e responsabilidade.	20 pontos		
TOTAL 50 PONTOS			
TOTAL DE PONTUAÇÃO DA ETAPA			

ANEXO - VIII
INTREPOSIÇÃO DE RECURSO DO PROJETO EDUCACIONAL ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO (PEAP) E ARGUIÇÃO

Inscrição nº _____
Nome do Candidato: _____
Cargo que pretendente concorrer: Chapa de ( ) Diretor (a) Escolar e Vice-Diretor (a).

Cargo que pretende concorrer: Chapa de ( ) Diretor(a) Escolar.

Unidade Escolar para a qual está concorrendo a vaga: _____

O Recurso deverá ser escrito exclusivamente no espaço abaixo ou digitado, em no máximo uma lauda, a ser anexada ao presente modelo sob pena de não ser conhecido.

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:CB321F9C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 07202601

EXTRATO DE CONTRATO 07202601
Processo INEX 07202601Nº07202601

CONTRATO Nº.....:07202601
ORIGEM.....:Nº INEX 07202601
CONTRATANTE.....:MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO
CONTRATADA(O).....:COMPANHIA CULTURAL CIRANDUIS
OBJETO.....: contratação de empresa Serviços de produção, roteiro, montagem e apresentação gratuita do espetáculo "Auto de Santo Antônio dos Pobres 2026", por meio da Política Nacional Aldir de Fomento à Cultura, através da Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro/RN
ANEXO DO CONTRATO 07202601 DA LICITAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	PREÇO	TOTAL
3043	Serviços de produção, roteiro, montagem e apresentação gratuita do espetáculo "Auto de Santo Antônio dos Pobres 2026", por meio da Política Nacional Aldir de Fomento à Cultura, através da Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro/RN		UN	1,00	18.400,0000	18.400,00
					Total	18.400,00

VALOR TOTAL.....:R$ 18.400,00(Dezoito Mil e Quatrocentos Reais)
PROGRAMA DE TRABALHO.....: Unidade 02006 SEC. MUN. DE EDUCACÃO E CULTURA, Projeto 2075 APOIO AO FOMENTO CULTURAL - LEI ALDIR BLANC , Elemento 3390310000 Premiacoes culturais, artisticas, cientificas, desportivas e outras, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal, Unidade 02006 SEC. MUN. DE EDUCACÃO E CULTURA, Projeto 2075 APOIO AO FOMENTO CULTURAL - LEI ALDIR BLANC , Elemento 3390310000 Premiacoes culturais, artisticas, cientificas, desportivas e outras, Fonte 17190000 , Esfera Fiscal, Unidade 02006 SEC. MUN. DE EDUCACÃO E CULTURA, Projeto 2075 APOIO AO FOMENTO CULTURAL - LEI ALDIR BLANC , Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 17190000 , Esfera Fiscal, , no valor de R$18.400,00
VIGÊNCIA.....:12/05/2026 a 31/12/2026
DATA DA ASSINATURA.....:12/05/2026
ASSINARAM.....:LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO, CPF: 011.###.###-14, pelo contratante e pelo(a) contratado(a) Priscila Rayane Batista de Melo, COMPANHIA CULTURAL CIRANDUIS, 04.061.386/0001-00

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:0D43AAF2

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 20260110

EXTRATO DE CONTRATO 20260110
Processo DISP 20260110Nº20260110

CONTRATO Nº.....:20260110
ORIGEM.....:Nº DISP 20260110
CONTRATANTE.....:MUNICIPIO DE RAFAEL GODEIRO
CONTRATADA(O).....:J M DOS SANTOS PROMOCOES E EVENTOS

OBJETO.....: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de estruturas para realização de eventos para todas as secretarias desse município

ANEXO DO CONTRATO 20260110 DA LICITAÇÃO

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QUANT.	PREÇO	TOTAL
3037	Aluguel de Tendas 3x3		DIARI	10,00	200,0000	2.000,00
3038	Aluguel de 8 Tendas 4x4		DIARI	10,00	2.000,0000	20.000,00
3039	Aluguel de 6 Tendas 5x5		DIARI	10,00	1.800,0000	18.000,00
3040	Aluguel de Tendas 6x6		DIARI	10,00	400,0000	4.000,00
3041	Aluguel de 100 Metro de barra de contenção		DIARI	6,00	1.100,0000	6.600,00
3042	Aluguel de Conjunto de mesa com cadeiras		DIARI	10,00	1.100,0000	11.000,00
					Total	61.600,00

VALOR TOTAL.....:R$ 61.600,00(Sessenta e Um Mil e Seiscentos Reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Unidade 02015 SEC. MUN. DE ADMINISTRACÃO E GESTÃO, Projeto 2003 MANUT. DAS ATIV DA SEC. M. DE ADM E GESTÃO, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 15000000 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, Esfera Fiscal, Unidade 02006 SEC. MUN. DE EDUCACÃO E CULTURA, Projeto 2009 MANUT. DAS ATIV. DA SEC. EDUCACÃO, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 15001001 Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos, Esfera Fiscal, Unidade 02009 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, Projeto 2030 MANUTENCÃO DO FMS CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 16000000 CUSTEIO SUS FEDERAL - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde , Esfera Seguridade, Unidade 02009 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, Projeto 2030 MANUTENCÃO DO FMS CONSELHO MUNICIPAL DE SAUDE, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 16003110 CUSTEIO SUS FEDERAL - TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS, Esfera Seguridade, Unidade 02019 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, Projeto 2044 MANUTENCÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE SAUDE, Elemento 3390390000 Outros servicos de terceiros - pessoa juridica, Fonte 15001002 Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos , Esfera Seguridade, , no valor de R$61.600,00

VIGÊNCIA.....:12/05/2026 a 31/12/2026

DATA DA ASSINATURA.....:12/05/2026

ASSINARAM.....:LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO, CPF: 011.###.###-14, pelo contratante e pelo(a) contratado(a) J M DOS SANTOS PROMOCOES E EVENTOS, 27.691.700/0001-26

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:A6B91287

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 017202601

TERMO AUTORIZATIVO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07202601
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2026

A Comissão deContrataçãoda Prefeiturade RAFAEL GODEIRO, consoante autorização do(a) Sr(a).***Ludmila Carlos A. de A Rosado***, na qualidade de ordenador(a) de despesas a contratação da empresa: COMPANHIA CULTURAL CIRANDUIS - 04061386000100 para o objeto supra, que são reconhecidos pelo público local e regional e irão animar a**Apresentação que ocorrerá em praça pública. Os artistas já realizaram diversas apresentações na região com grande aprovação do público local. Os valores da contratação estão compatíveis com os valores de mercado, mediante consulta ao portal de festesjos e notas fiscais apresentadas. Os artistas tem exclusividade com a empresa, que possui CNAE compatível com a contratração em sintese.**

Quanto ao preço da atração estão inclusos todos os custos, quer sejam: com deslocamento; cachês; alimentação; hospedagem; comissão de empresarioe e etc:

Vencedor: COMPANHIA CULTURAL CIRANDUIS							
CNPJ: 04061386000100							
Endereço: RUA VICENTE GURGEL, Nº 122, CENTRO, JANDUIS/RN							
Representante: Priscila Rayane Batista de Melo							
Item	**Código**	**Descrição**	**UNID**	**Marca**	**QUANT**	**Preço**	**Total**
1	**3043**	**Serviços de produção, roteiro, montagem e apresentação gratuita do espetáculo "Auto de Santo Antônio dos Pobres 2026", por meio da Política Nacional Aldir de Fomento à Cultura, através da Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro/RN**	**UN**		**1,00**	**18.400,0000**	**18.400,00**
						Total	18.400,00

Reafirmamos que os valores ofertados com os artistas de mesmo gênero, juntando a esse procedimento segue notas fiscais dos artistas de outros shows realizados pela região.A inexigibilidade de licitação é proveniente do seguinte fato: A contratação dessa apresentação se dar para celebrar uma data de cunho cultural e histórico do município, pois evidencia uma expressão cultural do nosso povo e essa celebração favorece o bem estar social.
Trata-se de processo administrativo, fundamentado no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo objeto é a **contratação de empresa para execução dos Serviços de produção, roteiro, montagem e apresentação gratuita do espetáculo "Auto de Santo Antônio dos Pobres 2026", por meio da Política Nacional Aldir de Fomento à Cultura, através da Prefeitura Municipal de Rafael Godeiro/RN**, com o objetivo de promover o bem estar social. In verbis:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
[...]
II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
[...]

Destaque-se que a lei 14.133/21, estabeleceu em seu **art. 74**, que é inexigivel a licitação sempre que houver inviabilidade de competição, exemplificando algumas hipoteses em seus incisos. No caso em tela, e respeitando o princípio da Eficiência Administrativa, no Planejamento adequado da contratação e na celeridade e racionalização dos procedimentos, a escolha pelo procedimento previsto no Lei 14.133/2021, Art. 74, II, fundamentação adequada ao caso, portanto, não há a possibilidade de se usar um pregão eletrônico para tal.

Com efeito, reconheceu o legislador que a contratação de artistas enseja a inexigibilidade de licitação, haja vista que, sob determinadas condicionantes, torna inviável a competição, pois, arte não é uma ciência, não segue métodos, tampouco objetiva. Pode-se perceber que ela baseia-se em critérios subjetivos e na criatividade unica do interlocutor, "arte é expressão humana". Assim, a Lei reconhece quando: a) trata-se de artistas consagrados pela critica especializada **ou pela opinião pública. b) condicionada a contratação diretamente ou através de empresário exclusivo.**
Quanto ao reconhecimento público o Tribunal de contas do Estado de Minas Gerais decidiu:
Contratação pública – Inexigibilidade – Profissional do setor artístico – Músicos– Consagração pela crítica ou pelo público – Configuração – TCE/MG. "Recurso de Reconsideração. Consagração diante da crítica e do público. (...) entendo que a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos tem fundamento na subjetividade que lhes é imanente e que reside no especialista. A arte não é ciência que objetivamente segue métodos, mas é criatividade expressa na subjetividade do artista. Assim, mesmo havendo outros artistas capazes e habilitados para a realização de eventos da mesma natureza, pode-se ter inexigibilidade de licitação em razão da singularidade da expressão artística. Contudo, a meu sentir, torna-se imprescindível cumprir o requisito de objetividade disposto na Lei de Licitação, para tal contratação, isto é, o artista contratado deve ser consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. Ressalto que não é necessária a consagração pela crítica e pelo público, concomitantemente: um ou outro já é o suficiente. A meu ver, a consagração pela crítica especializada corresponde à aceitação, por especialistas conhecidos, da capacidade e do refinamento do trabalho avaliado. Quanto à consagração da opinião pública, entendo que este requisito baseia-se na sedimentação de uma reputação perante o público local. (...) (TCDF, Processo nº 3211/95, Decisão nº 14881/95)". (TCE/MG, Recurso de Reconsideração, Rel. Conselheira Adriene Andrade, j. em 22.05.2007.)
Destarte, a Lei impõe que a contratação seja realizada diretamente por empresário exclusivo ou com os artistas. Desse modo o legislador, entendeu que terceiros poderiam auferir ganhos desproporcionais às custas dos artistas. No caso específico a empresa: **COMPANHIA CULTURAL CIRANDUIS - 04061386000100 representa a Banda/Artista contratado.**
Assim, nos termos da Lei, vem comunicar a Exmo. Sr (a). ***Ludmila Carlos A. de A Rosado***, Prefeita Municipal, do presente termo de inexigibilidade, para que se proceda de acordo com a devida ratificação.

RAFAEL GODEIRO - RN, 12 de maio de 2026

KELLE PATRICIA FELIPE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:7801556E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA N° 003/2026-SMECDJ

PORTARIA N° 003/2026-SMECDJ Riacho da Cruz/RN, 11 de maio de 2026.

Divulga o Resultado Final, referente a análise da Prestação de Contas dos projetos contemplados com recursos financeiros através do Edital nº 01/2024 – PMRC/SMECDJ - Edital de Chamamento Público para Fomento Cultural, *através da* Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (lei nº 14.399/2022).

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude de Riacho da Cruz/RN, de acordo com as suas atribuições legais atribuídas pela **Portaria Nº 005/2023-PMRC, de 01 de fevereiro de 2023**;
Considerando os termos da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei Nº 14.399/2022)**;
Considerando a execução das etapas previstas no **Edital nº 01/2024 – PMRC/SMECDJ - Edital de Chamamento Público para Fomento Cultural**;

RESOLVE:

Art. 1º - Divulgar o **Resultado Final da análise da Prestação de Contas** às propostas dos projetos contemplados com recursos financeiros através do Edital nº 01/2024 – PMRC/SMECDJ - Edital de Chamamento Público para Fomento Cultural, após envio de diligências documentais.

Art. 2º - Autorizar inclusão de possíveis inadimplentes na Dívida Ativa do Município de Riacho da Cruz/RN, dando ciência ao Ministério Público Federal dentro do prazo para defesa.

Art. 3º - Abrir prazo de 30 dias para apresentação de defesa dos proponentes com projetos inadimplentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Riacho da Cruz/RN, 11 de maio de 2026.

JOSÉ LÁZARO INÁCIO DE MELO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude
CPF: 053.545.024-97 / Matrícula: 120250-2
Portaria nº 005/2023-PMRC

RESULTADO FINAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Edital nº 01/2024 – PMRC/SMECDJ - Edital de Chamamento Público para Fomento Cultural

N°	NOME COMPLETO	SEGMENTO	VALOR RECEBIDO	RESULTADO PARCIAL	DILIGÊNCIA	RESULTADO FINAL
	CARLA VIVIANY LUCENA MEDEIROS	AUDIOVISUAL	R$ 2.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	ANA CLAÚDIA DE PAIVA NOBRE COSTA	ECONOMIA CRIATIVA	R$ 2.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	MONALIZA DANIELLY FERREIRA	ARTESANATO	R$ 2.000,00	Aprovada com Resalvas	Sim	Aprovada
	FRANCISCA BEATRIZ DE PAIVA OLIVEIRA BESSA	ARTESANATO	R$ 2.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	FRANCISCA ITAMARA SOARES RÊGO	DANÇA	R$ 2.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	FRANCISCO AUTEMBERGUE BANDEIRA MONTEIRO	MÚSICA	R$ 2.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	FRANCISCO ALEXSANDRO BANDEIRA	MÚSICA	R$ 2.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	JOSÉ ADAILSON SOARES PINHEIRO	MÚSICA	R$ 2.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	BRENDERSON FERREIRA DA COSTA	ARTES CÊNICAS	R$ 2.000,00	Aprovada com Resalvas	Sim	Aprovada
	CLENILMA MOURA DA SILVA	MÚSICA	R$ 2.000,00	Aprovada	Não	Aprovada

JOSÉ LÁZARO INÁCIO DE MELO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude
CPF: 053.545.024-97 / Matrícula: 120250-2
Portaria nº 005/2023

Publicado por:
Jose Lazaro Inacio de Melo
Código Identificador:8ACF597F

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA N° 004/2026-SMECDJ

PORTARIA N° 004/2026-SMECDJ Riacho da Cruz/RN, 11 de maio de 2026.

Divulga o Resultado Final, referente a análise da Prestação de Contas dos projetos contemplados com recursos financeiros através do Edital nº 02/2024 – PMRC/SMECDJ - Edital de Chamamento Público para Concessão de Subsídio Cultural, *através da* Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei Nº 14.399/2022).

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude de Riacho da Cruz/RN, de acordo com as suas atribuições legais atribuídas pela **Portaria Nº 005/2023-PMRC, de 01 de fevereiro de 2023**;
Considerando os termos da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB (Lei Nº 14.399/2022)**;
Considerando a execução das etapas previstas no **Edital nº 02/2024 – PMRC/SMECDJ - Edital de Chamamento Público para Subsídio Cultural**;

RESOLVE:

Art. 1º - Divulgar o **Resultado Final da análise da Prestação de Contas** às propostas dos projetos contemplados com recursos financeiros através do Edital nº 02/2024 – PMRC/SMECDJ - Edital de Chamamento Público para Subsídio Cultural, após envio de diligências documentais.

Art. 2º - Autorizar inclusão de possíveis inadimplentes na Dívida Ativa do Município de Riacho da Cruz/RN, dando ciência ao Ministério Público Federal dentro do prazo para defesa.

Art. 3º - Abrir prazo de 30 dias para apresentação de defesa dos proponentes com projetos inadimplentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Riacho da Cruz/RN, 11 de maio de 2026.

JOSÉ LÁZARO INÁCIO DE MELO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude
CPF: 053.545.024-97 / Matrícula: 120250-2
Portaria nº 005/2023-PMRC

RESULTADO FINAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Edital nº 02/2024 – PMRC/SMECDJ - Edital de Chamamento Público para Subsídios Cultural

N°	NOME COMPLETO	SEGMENTO	VALOR RECEBIDO	RESULTADO PARCIAL	DILIGÊNCIA	RESULTADO FINAL
	ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	Aprovada com Resalvas	Sim	Aprovada
	BANDA FILARMÔNICA ENCANTO DO SERTÃO	MÚSICA	R$ 1.000,00	Inadimplente	Sim	Reprovada
	GRUPO JUNINO JASMIM E VIOLETA – E.M.C.L	DANÇA	R$ 1.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	BANDA DE PERCUSSÃO DRAGÕES DO ALTO OESTE	MÚSICA	R$ 1.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	ORQUESTRA DE VIOLÕES SÓARTE	MÚSICA	R$ 1.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	GRUPO MEU SERTÃO - CMEI	DANÇA	R$ 1.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	TIA LAÍS E A TURMINHA DA ALEGRIA	ARTES CÊNICAS	R$ 1.000,00	Aprovada	Não	Aprovada
	ORQUESTRA DE FLAUTA DOCE EDUCASONS	MÚSICA	R$ 1.000,00	Aprovada com Resalvas	Sim	Aprovada
	QUADRILHA PAIXÃO JUNINA	DANÇA	R$ 1.000,00	Aprovada	Sim	Aprovada
	CONEXÃO AFRO	EXPRESSÕES (ARTÍSTICO CULTURAIS)	R$ 1.000,00	Aprovada	Não	Aprovada

JOSÉ LÁZARO INÁCIO DE MELO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude
CPF: 053.545.024-97 / Matrícula: 120250-2
Portaria nº 005/2023

Publicado por:
Jose Lazaro Inacio de Melo
Código Identificador:B09B9BA0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - CORREÇÃO DA DATA DE EMISSÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 004/2026

O **MUNICÍPIO DE RIO DO FOGO/RN,** com Sede à Avenida XVII de setembro, s/n, centro, Rio do Fogo/RN, inscrito no CNPJ sob n° 01.612.393/0001-57, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade 001.480.648-SSP/RN e inscrito no CPF 000.659.704-11, residente e domiciliado na Fazenda Esperança, 04, distrito de Canto Grande, Rio do Fogo/RN, CEP : 59.578-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 004/2026, processo administrativo n.º 38/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a AQUISIÇÃO DE TRATOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AQUICULTURA DO MUNICIPIO DE RIO DO FOGO-RN, do Termo de Referência, anexo do edital do Pregão Eletrônico nº xxx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: DAFONTE VEÍCULOS, TRATORES, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA		
CNPJ: 02.830.307/0001-45	**TELEFONE: (84) 3318-6923**	**E-MAIL: ruth@dafonte.com.br**
ENDEREÇO: Av. Industrial Dehuel Vieira Diniz, 29, BR 304, KM 4, bairro Santa Júlia, Mossoró/RN – CEP 59.623-300		
Representante Legal : Guilherme de Almeida da Fonte- CPF sob o nº 040.305.004-98		

Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNIDADE	MARCA	VR. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	TRATOR TRAÇÃO4X4, COMMOTORAPARTIR DE 3CILINDROS COMINJEÇÃO MECÂNICA OU ELETRÔNICA, A PARTIR DE 89 CV DE POTÊNCIA, CABINADO OU PLATAFORMADO, CAPACIDADE DE LEVANTE HIDRAÚLICO PARA IMPLEMENTOS DE 2.350 KG, COM VAZÃO HIDRAÚLICA A PARTIR DE 40 (L/MIN), PAINEL COMPLETO (DIGITAL OU ANALÓGICO), COM INFORMAÇÕES EMTEMPOREALSOBREO FUNCIONAMENTO DOTRATOR. TRANSMISSÃO DE MARCHASAPARTIRDE8 FRENTE + 4RÉ.	01	UND	VALTRA/ AGCO	260.000,00	260.000,00

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
10. CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio do Fogo/RN, 23 de abril de 2026.

Assinaturas:MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA -Cédula de identidade Nº 001.480.648-SSP/RN -CPF 000.659.704-11 -Representante legal do CONTRATANTE;DAFONTE VEÍCULOS, TRATORES, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA -02.830.307/0001-45.**GUILHERME DE ALMEIDA DA FONTE -CPF 040.305.004-98 -**Representante legal da CONTRATADA .
* REPUBLICADO POR INCORREÇÃO ; CORREÇÃO DA DATA DE EMISSÃO DA ATA.

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:0F4B5EA0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20260046 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

A Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN, com sede na Praça Miguel de Moura, nº 110, Centro, na cidade de Ruy Barbosa/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.078.958/0001-07, neste ato representada pelo Prefeito Constitucional, Senhor Raniere Moura Barbosa, portador(a) do CPF nº 073.467.034-64, residente no(a) Rua Vereador Manoel Inácio, nº 27A, Centro - Ruy Barbosa/RN - CEP: 59.420-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2026, processo administrativo n.º 18030002/26, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos especializados de medicina integrativa na área de Pediatria, com disponibilização de ferramentas de coleta, tratamento e armazenamento de dados e suporte de Business Intelligence (BI), visando atender aos pacientes da rede municipal de saúde do município de Ruy Barbosa/RN**, conforme Termo de Referência, anexo do Pregão Eletrônico n.º 02/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA: PEDVIDA SOLUCOES EM SAUDE LTDA
CNPJ: 53.870.550/0001-28
ENDEREÇO: Rua Cândida Araújo Dantas, nº 30, Novo Juremal - São Paulo do Potengi/RN - CEP: 59.460-000
REPRESENTANTE: Shekson Antonio Ribeiro Carvalho, CPF nº 904.099.904-00
TEL.: (84) 99121-7767
E-MAIL: contato@pedvida.com

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Serviços especializados de consulta e acompanhamento médico de medicina integrativa na especialidade de Pediatria, com profissional devidamente registrado no CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DA REGIÃO, compreendendo: - 02 (dois) atendimentos presenciais por mês, com o mínimo de 15 (quinze) consultas por dia, totalizando 30 (trinta) atendimentos mensais. Os atendimentos incluem consultas, avaliações e exames clínicos em crianças, além de 01 (uma) reunião mensal de consultoria entre o médico especialista e a equipe da Atenção Básica para alinhamento de demandas e planejamento de estratégias em saúde para o público infantil do município. - Disponibilização de ferramenta web integrada para acompanhamento dos dados de atendimentos da medicina integrativa e levantamento situacional das informações gerais do público pediátrico do município, que possibilite a tomada de decisões e o acompanhamento dos indicadores em tempo real.	Mês	24	13.150,00	315.600,00
02	Consulta médica especializada em Pediatria através de profissional com RQE	Consulta	300	350,00	105.000,00
03	Implantação do sistema com parametrização e treinamento da equipe	Serviço	01	15.000,00	15.000,00

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)
3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/RN.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)
4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, será renovado o quantitativo originalmente registrado.
5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, vedada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS
11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e assinada pelas partes.

Ruy Barbosa/RN, 12 de maio de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA/RN
CNPJ nº 08.078.958/0001-07
Órgão Gerenciador

PEDVIDA SOLUCOES EM SAUDE LTDA
CNPJ nº 53.870.550/0001-28
Fornecedor Registrado

Publicado por:
Felipe Renan Fernandes
Código Identificador:3F512CA8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO EXTRAS - ENFERMAGEM - Nº0012/2026 - HCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

HOSPITAL DR. CLOVIS AVELINO
PORTARIA DE AUXILIO DESLOCAMENTO EXTRAS Nº 0012/2026-HCA

Santana do Matos/RN, 09 de maio de 2026

A Direção Administrativa do Hospital Dr. Clovis Avelino, no exercício das atribuições que lhe são conferidas
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.082/2025, que dispõe sobre o auxílio deslocamento dos técnicos e auxiliares de enfermagem em exercício no Hospital Dr. Clovis Avelino no Município de Santana do Matos/RN
RESOLVE:
Art. 1º - Publicar as alterações ocorridas no Auxilio Deslocamento durante o mês de abril/2026.
Art. 2º - Essas alterações devem ser inseridas no contra cheque de cada técnico e auxiliar de enfermagem no mês maio/2026
Art. 3º - esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

NOME DO PROFISSIONAL	MATRICULA	Nº DE AUXILIO EXTRAS	ATESTADO	TOTAL DE AUXILIO
BRUNA NICOLE L. SILVA	2166	01	---	01
TEONIA COSTA	136	07	---	07
EUDA PORFIRIO DE A. ANSELMO	170	06	---	06
JOSELENA DE BRITO MOURA	200	04	---	04
JOSEILZON FERREIRA DE LIMA	344	03	---	03
RAÉDNA MABEL DE C. C. DE ARAUJO	2201	02	---	02
FRANCISCA ZULEIDE O. BRAGA	146	02	---	02
ELIEUMA FELIX DE SOUZA	362	01	---	01
JOSÉ CAMARGO SILVA COSTA	2610	03	---	03
ANA PAULA F. DE PAIVA	3368	01	---	01
RAISSA GABRIELLY DA S. ASSUNÇÃO	---	01	---	01

PUBLICA-SE, REGISTE-SE, CUMPRA-SE

GLEICE BATISTA CAVALCANTE
Diretora Adm. de Unidade Hospitalar Portaria Sob o Nº. 292/2025

Publicado por:
Maria Luciara Pereira Severo
Código Identificador:560116A0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇO

O Município de Santana do Seridó através da Prefeitura Municipal, solicita de empresas interessadas e do ramo de PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES, O ENVIO DE COTAÇÃO DE PREÇOS de acordo com a planilha para o objeto abaixo descrito. As cotações deverão ser elaboradas em papel timbrado, datadas e assinadas pelo representante da empresa interessada, e enviadas digitalizadas no prazo máximo de até (05) cinco dias úteis, a partir da data desta publicação para o e-mail: cotacoes.santanadoserido@outlook.com, ou entregues presencialmente em horário 07h e 30min às 13h e 30min na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Zezé Aprígio, 173, centro, Santana do Seridó/RN, Cep: 59.350-000. Informações 84 98630-8818.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VL.UNT	VL. TOTAL
1	PNEU NACIONAL 265/70/R16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
2	PNEU NACIONAL 255/70R16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
3	PNEU NACIONAL 175/70R14. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	52	UNIDADE	R$ -	R$ -
4	PNEU NACIONAL 215/75 R-17,5 – Radial s/ câmara. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	18	UNIDADE	R$ -	R$ -
5	PNEU NACIONAL 205/60 R 16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	20	UNIDADE	R$ -	R$ -
6	CAMARA DE AR NACIONAL 900/20. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
7	PNEU NACIONAL 900/20 – DIRECIONAL. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
8	PROTETOR NACIONAL 900/20. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
9	PNEU NACIONAL 750/16 - COMUM COM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	38	UNIDADE	R$ -	R$ -
10	CAMARA DE AR NACIONAL 750/16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	54	UNIDADE	R$ -	R$ -
11	PNEU NACIONAL 185/65 R 14. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	16	UNIDADE	R$ -	R$ -
12	PNEU NACIONAL 9090 R16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
13	PNEU NACIONAL 90110 R17. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
14	PNEU NACIONAL 9090 R 19 MC. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da	1	UNIDADE	R$ -	R$ -

	ABNT.				
15	PNEU NACIONAL 11090 R 17. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	1	UNIDADE	R$ -	R$ -
16	PNEU NACIONAL 275/75 R15. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
17	PNEU NACIONAL 225/75 R16 C. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
18	PNEU NACIONAL 185/65 R15. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	16	UNIDADE	R$ -	R$ -
19	PNEU NACIONAL 225/65 R16 C. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
20	PNEU NACIONAL 275/80/22,5- RADIAL SEM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
21	PNEU NACIONAL 275/80/22,5 - DIRECIONAL SEM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	26	UNIDADE	R$ -	R$ -
22	PROTETOR NACIONAL 1000/20. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
23	CÂMARA DE AR NACIONAL 1000/20. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	24	UNIDADE	R$ -	R$ -
24	PNEU NACIONAL 1000/20- COMUM COM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	26	UNIDADE	R$ -	R$ -
25	PNEU NACIONAL 17.5/R 25 XHA - COMUM SEM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
26	PNEU NACIONAL 12.5/80 - COMUM COM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
27	PNEU NACIONAL 19.5/24 - COMUM SEM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
28	PNEU NACIONAL 14.00/24 - RADIAL 12 LONAS. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
29	PNEU NACIONAL 18.4/34 - COMUM 12 LONAS. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	8	UNIDADE	R$ -	R$ -
30	PNEU NACIONAL 1300/24 - COMUM COM CÂMARA. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
31	CAMARA DE AR NACIONAL 14.9/24. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
32	CAMARA DE AR NACIONAL 18.4/34. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	6	UNIDADE	R$ -	R$ -
33	PNEU NACIONAL 215/80 R16. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
34	PNEU NACIONAL 14.9/24 – COMUM. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, não recauchutado, não remoldado, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	2	UNIDADE	R$ -	R$ -
35	PROTETOR NACIONAL 14.9/24. Especificação: o produto deverá ser de primeira linha, novo de fábrica, com certificação do inmetro, atendendo as normas da ABNT.	4	UNIDADE	R$ -	R$ -
				TOTAL	R$ -

Santana do Seridó/RN, 12 de maio de 2026.

VITÓRIA RÉGIA DE LIMA
Equipe De Apoio

Publicado por:
Vitoria Regia de Lima
Código Identificador:F84A8174

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 01/2026 – PMSS/SEMEC EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

EDITAL Nº 01/2026 – PMSS/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022), CICLO 2.

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA

A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a apoiar projetos apresentados pelos agentes culturais do município de Santana do Seridó/RN.
Deste modo, a Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, tornam público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Lei nº 14.903/2023 (Marco Regulatório do

Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

1 - OBJETO DO EDITAL

1.1 – O objetivo deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas diversas categorias como artes cênicas, circo, música, cultura popular, folguedos, dança, capoeira, artesanato, eventos culturais, economia criativa, culinária cultural, cultura negra, cultura cigana, audiovisual e demais linguagens culturais que

possam ser identificadas no cadastro cultural do município visando incentivar as diversas formas de manifestações culturais do município de Santana do Seridó/RN.

1.2 - Cada proponente poderá realizar apenas 01 (uma) inscrição.

1.3 – Quando houver duas inscrições pelo mesmo proponente, será considerada a data da última inscrição.

1.4 – Este edital seguirá orientado com o seguinte cronograma**:**

CRONOGRAMA GERAL		
01	Lançamento do edital	12 de maio de 2026
02	Inscrições da proposta	13 de maio a 05 de junho de 2026
03	Análise do mérito cultural e aplicação de pontuações extras	08 a 22 de junho de 2026
04	Divulgação do resultado provisório	23 de junho de 2026
05	Recurso à fase de mérito cultural	24 a 26 de junho de 2026
06	Análise de recursos pela comissão	27 de junho a 02 de julho de 2026
07	Divulgação final da fase de mérito	03 de julho de 2026
08	Habilitação de documentos e aferição de políticas afirmativas	06 a 13 de julho de 2026
09	Resultado provisório da habilitação	14 de julho de 2026
10	Recebimento de recursos	15 a 17 de julho de 2026
11	Análise de recursos pela comissão	20 a 23 de julho de 2026
12	Divulgação do resultado final	24 de julho de 2026
13	Informes de contas e Assinatura do Termo de Execução Cultural	27 a 31 de julho de 2026
14	Realização de pagamentos	03 a 31 de agosto de 2026

2. DOS RECURSOS DISPONÍVEIS E DA DESTINAÇÃO

2.1 – O presente edital é no valor total de R$ 30.000,00 (trinta mil) reais para fomento cultural destinado a agentes culturais, distribuídos da seguinte forma:

CATEGORIA	**QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA**	**COTAS PARA PESSOAS PRETAS OU PARDAS**	**COTAS PARA PESSOAS ÍNDIGENAS**	**COTAS PARA PCD**	**QNTD TOTAL DE VAGAS**	**VALOR POR PROJETO**
Categorias diversas	5	3	1	1	10	3.000,00

2.2 – A despesa correrá à conta de Dotação Orçamentária, Conforme Lei n° 0681/2025, de 23 de outubro de 2025, Lei Orçamentária Anual 2026, Natureza de Despesa: 339031 – Premiações culturais, artísticas, cientificas, desportivas e outras.

2.3 - Sobre o valor total repassado pelo município ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios, por não configurar como uma prestação de serviços.

2.4 – Os recursos destinados aos contemplados seguirá ordem de assinatura do Termo de Execução Cultural, sem necessidade de aguardar ordem cronológica de pagamentos.

2.5 – Havendo orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado, caso haja saldo de recursos da PNAB oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas poderão ser ampliadas.

3. DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

3.1 – O apoio financeiro será orientado as seguintes características:

a) Projeto de fomento: Refere-se ao apoio concedido para agentes culturais, configurando como pessoas físicas, empresas culturais, associações culturais, coletivos culturais com reconhecida atuação no setor artístico cultural, para desenvolvimento de ações em âmbito municipal.

b) Ações culturais: As propostas culturais devem incluir formação, pesquisa, apoio a montagem de espetáculos, mostras, festival, edição de livro, feira cultural, aquisição de material de insumo, venda de produtos, economia solidária, economia criativa da cultura e tantos outros existentes.

3.2 – Os agentes culturais que submeterem proposta de projetos deverão comprovar atuação em atividades artísticos culturais há no mínimo 12 (doze) meses, antes da inscrição, através de fotos, links, matérias, prints, portfólio cultural e documentos oficiais legíveis.

3.3 – Ausência de comprovações de atuação artístico-cultural, desenvolvimento da economia criativa, economia solidária, desclassifica o proponente na etapa de habilitação.

4 - QUEM PODE PARTICIPAR

4.1 – Agentes culturais que residem e domiciliam no município de Santana do Seridó/RN, há pelo menos 12 (doze) meses, a contar da data de inscrição, com 18 (dezoito) anos completos.

4.2 – Proponentes que comprovam domicílio no município, poderão se inscrever e só serão contemplados se houver sobra de vagas e comprovar ação cultural continuada na cidade.

4.3 – Agente cultural é a pessoa jurídica, pessoa física ou grupo de pessoas responsável por criar, produzir e promover manifestações culturais, artistas, músicos, escritores, cineastas, dançarinos, artesãos, curadores, produtores culturais, gestores de espaços culturais, entre outros.

4.4 – O agente cultural pode ser:

I - Pessoa física;

II - Pessoa jurídica com fins lucrativos e sem fins lucrativos;

III – Coletivo cultural, grupo sem CNPJ representado por pessoa física.

IV – Na hipótese de agentes culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica, será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, devendo ser utilizado o modelo constante no Anexo II.

V – Não será permitido inscrição de MEI ou Empresário Individual, quando a pessoa física responsável efetuar inscrição, devendo fazer opção por apenas uma representação.

4.5 – Os coletivos culturais deverão informar o número mínimo de 05 (cinco) integrantes, seguido de assinaturas e informes de documentos.
4.6 – O proponente não pode exercer apenas funções administrativas no âmbito do projeto e deve exercer necessariamente a função de criação, direção, produção, coordenação, gestão artística ou outra função de destaque com capacidade de decisão no projeto, sob pena de desclassificação imediata da proposta.

5 - QUEM NÃO PODE PARTICIPAR

5.1 – Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:
I - Tenham participado diretamente da etapa de elaboração do edital, da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
II - Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
III - sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).
IV – Agente cultural com prestação de contas pendentes da Lei Paulo Gustavo, Política Nacional Aldir Blanc – Ciclo 1, com sanções em vigência.
V – Não comprovar ações culturais continuadas ou domicílio no município, atendendo vedações do item 4.1.
5.2 - O agente cultural que integrar o Conselho Municipal de Política Cultural somente ficará impossibilitado de concorrer neste Edital quando se enquadrar nas vedações previstas no item 5.1.
5.3 **–** A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital, o que não inviabiliza a sua participação neste edital.
5.4 – É terminantemente proibido apresentação de projetos intermediados por terceiros ou por procuração.

6 - ETAPAS DO EDITAL

6.1 – Este edital é composto pelas seguintes etapas:
I - Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais;
II - Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos;
III - Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação;
IV - Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais contemplados serão convocados para efetuarem a abertura de conta específica e assinar o Termo de Execução Cultural.

7. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO
7.1 - As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo estipulando no item 1.4, podendo ser prorrogado por decisão do gestor municipal.
7.2 - O proponente deve encaminhar a documentação física endereçado ao Departamento de Cultura e Juventude, localizado no Espaço Cultural Moisés Sátiro da Silva, à Avenida Zezé Aprígio, 314, Centro, CEP 59.350-000, Santana do Seridó /RN, no horário deexpediente de segunda-feira a sexta-feira, das 07:30h às 13:30h, respeitado o cronograma de inscrições do edital.
7.3 – A inscrição se dará ainda por meio eletrônico com propostas enviadas para o e-mail espacocultura2021@gmail.com contendo todos os documentos assinados, em arquivo *PDF*, até às 23h59min, do último dia de inscrição.
7.4 – Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado, sob pena de não serem avaliadas pela equipe de pareceristas.
7.5 – O proponente deve entregar as propostas por meio de formulário oficial fornecido pelo município em formatos editais, sob pena de desclassificação, em caso de entrega diferente.

8 – DOCUMENTOS DE INSCRIÇÃO
8.1 **–** Documentos de inscrição a ser enviado:
a) Formulário de inscrição que constitui o Plano de Trabalho (Anexo I);
b) Declaração de que representa um coletivo cultural, quando for o caso (Anexo II)
c) Declaração de residência, quando não tiver comprovação em nome no propoente (Anexo III).
d) Autodeclaração para Políticas Afirmativas, quando for concorrer as contas e/ou solicitar pontuações extras (Anexo IV)
e) Portifólio do proponente (documento contendo fotos, materiais, prints, links, páginas que comprovem a atuação cultural);
f) Mini currículo da equipe de trabalho.8.2 – A equipe de cada projeto deverá ser exclusiva, vedado a participação cumulativa em outras propostas, permitida uma única participação por equipe, onde o agente não for proponente.
8.3 - O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
8.4 - A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

9 – ANÁLISE DE MÉRITO E SELEÇÃO DE PROJETOS

9.1 – A análise de mérito e seleção dos projetos culturais será realizado por uma Comissão de Avaliação e Seleção constituída pelo município, com portaria publicada no Diário Oficial, com prazo de pelo menos 10 (dez) dias antes da avaliação.
9.2 – Os membros da Comissão de Avaliação e Seleção ficam impedidos de participar da apreciação de projetos e iniciativas que estiverem em processo de avaliação nos quais:
a) Tenham interesse direto na matéria;
b) Tenham participado como colaborador na elaboração do projeto ou tenham participado da instituição proponente nos últimos 12 meses, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
c) Estejam litigando judicial ou administrativamente com o proponente, ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
9.3 – O membro da Comissão de Avaliação e Seleção que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, por meio de documento oficial, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.9.4 – Para esta seleção serão considerados os seguintes critérios de pontuação estabelecidos:

Identificação do critério	Descrição	Pontuação
A	**Qualidade do Projeto - Descrição, objetivos e metas** - A análise deverá considerar, para fins de avaliação, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	**1 a 10**

B	**Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município** – A análise deverá considerar a contribuição para o enriquecimento e potencialização da cultura local nos aspectos sociais, artísticos e culturais.	**1 a 10**
C	**Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto** - Analisar se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica e geográfica, bem como, formação de equipe de trabalho.	**1 a 10**
D	**Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução nas metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto** - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada, para fins de avaliação, a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	**1 a 10**
E	**Coerência do Plano de Divulgação no Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto** - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	**1 a 10**
F	**Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas** - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros da ficha técnica).	**1 a 10**
G	**Trajetória cultural** – Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base no currículo e comprovações enviadas juntamente com a proposta para análise. - Aplicar 5 pontos para proponente com até 5 anos de comprovações; - Aplicar 15 pontos para proponente entre 6 a 10 anos de comprovações; - Aplicar 20 pontos para proponente entre 11 a 25 anos de comprovações; - Aplicar 25 pontos para proponentes acima de 26 anos de comprovações.	**5 a 25**
TOTAL DE PONTUAÇÃO..... 85		

9.5 – O proponente que não atingir o ponto de corte equivalente à nota mínima de 50 (cinquenta) pontos, na avaliação de mérito, será desclassificado.
9.6 – A nota da Comissão de Avaliação e Seleção será aplicada de forma coletiva, sendo vedado nota individual.
9.7 – Em caso de empate na nota final serão selecionados os projetos com melhor pontuação, de acordo com os seguintes critérios:
a. maior pontuação no item A;
b. maior pontuação no item B;
c. maior pontuação no item G.

9.8 - Persistindo o empate, o Comissão de Avaliação e Seleção estabelecerá o desempate, por maioria absoluta.
9.9 – A Comissão de Avaliação e Seleção indicará uma lista de suplentes que atingirem o ponto de corte. Caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, os mesmos poderão ser contemplados posteriormente, de acordo com a pontuação em ordem decrescente.
9.10 – A relação dos pré-selecionados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN (www.pmsantanadoserido.rn.gov.br).
9.11 – Contra a decisão na fase de mérito cultural, caberá recurso destinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do e-mail espacocultura2021@gmail.com dentro do prazo estipulado no cronograma (anexo V).
9.12 – Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
9.13 – Após o julgamento dos recursos, o resultado da análise de mérito cultural será divulgado no Diário Oficial ou no site da Prefeitura de Santana do Seridó/RN (www.pmsantanadoserido.rn.gov.br).
9.14 – A decisão da comissão de avaliação é soberana, não cabendo recurso após o resultado final.

10 - PONTUAÇÕES EXTRAS
10.1 **–** Pontuações extras podem ser adicionadas para os seguintes grupos afirmativos:
a) pessoas negras (pretas ou pardas);
b) mulheres (cis ou trans/travestis) e pessoas dissidentes de gênero;
c) pessoas de povos e comunidades tradicionais (indígenas, ciganos, quilombolas, povos de terreiro de matriz afro-ameríndia, comunidades de povos das águas e nômades – artistas circenses e parquistas);
d) pessoas LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, não binárias, queer/questionando, intersexo, assexuais, pansexuais, andrógine, gênero fluido ou outra variabilidade);
e) pessoas com deficiência;
f) pessoas idosas;
g) projetos realizados na zona rural por agentes culturais residentes na zona rural do município.

10.2. As pontuações extras podem ser cumulativas e serão aplicadas de acordo com os seguintes critérios:
a) proponentes que atendam a um ou dois critérios do item 10.1 receberão um acréscimo de 05 (cinco) pontos em sua nota;

b) proponentes que atendam a três ou quatro critérios do item 10.1 receberão um acréscimo de 10 (dez) pontos em sua nota; e
c) proponentes que atendam a cinco ou mais critérios do item 10.1 receberão um acréscimo de 15 (quinze) pontos em sua nota.
10.3. As pontuações extras terão um limite máximo de 15 (quinze) pontos por inscrição e serão somadas à nota obtida na análise de mérito cultural.
10.4. Para solicitar as pontuações extras, o agente cultural responsável pela inscrição deve se autodeclarar, usando a Autodeclaração para Políticas Afirmativas, anexo IV.
10.5. No caso de Coletivos/Grupos culturais e empresas culturais, apenas o representante será considerado para atribuição das pontuações extras e para associações culturais, a maioria de integrantes que compõem a direção.
10.6. Só serão considerados para pontuações extras os critérios que tiverem sido mencionados na autodeclaração.
10.7. Caso o projeto seja selecionado na etapa de análise de mérito, os proponentes deverão enviar, na etapa de habilitação, cartas substanciais (Anexo VI)
10.8. As pontuações extras serão retiradas na etapa de habilitação, caso o agente cultural não seja reconhecido pela comissão organizadora deste Edital, por meio da análise dos documentos comprobatórios.
10.9. No caso de haver denúncia e/ou constatação de declaração falsa para concorrer às cotas e pontuações extras, será instaurado procedimento para a sua verificação e, apurada a falsidade, a inscrição será desclassificada, além de aplicação de outras sanções administrativas e civis cabíveis, bem como penais previstas no Art. 299 do Código Penal.
10.10. Na hipótese de denúncia e/ou constatação de declaração falsa após o recebimento do apoio financeiro, o proponente deverá devolver o montante recebido, estando sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis.

11- DA HABILITAÇÃO
11.1 – Na etapa de habilitação será avaliado o preenchimento de todos os anexos obrigatórios, e o atendimento às condições previstas nos itens 12 e 13.
11.2 – Os procedimentos necessários à etapa de habilitação serão realizados pela equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou designada pelo Chefe do Executivo.

10.3 - A lista de habilitados e inabilitados será publicada no Diário Oficial e no site da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN (www.pmsantanadoserido.rn.gov.br).
11.4 – Caberá recurso na fase de habilitação, por meio de documento destinado a Departamento de Cultura e Juventude através do e-mail espacocultura2021@gmail.com dentro do prazo previsto neste edital, (anexo VI).

12 – HABILITAÇÃO PARA PROPONENTE PESSOA JURÍDICA:
a. Cópia atualizada do cartão do CNPJ;
b. Cópia atualizada do contrato social para empresas ou estatuto para Organizações da Sociedade Civil e suas alterações;

c. Cópia da ata de última eleição que deu poderes ao representante legal, quando se tratar de Organização da Sociedade Civil;
d. Cópia do RG e CPF representante legal da pessoa jurídica;
e. Comprovante de residência (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do representante legal e quando for em nome de terceiro assinar Declaração de Residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
f. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
g. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estadual;
h. Certidão de Débitos Municipal;
i. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
j. Certidão de Regularidade Fiscal da Caixa Econômica Federal.
k. Carta substanciada para cota de pessoa negra ou parda, indígena (ANEXO V) ou documento comprobatório para PCD como laudo, comprovante de BPC.

13 – PESSOA FÍSICA, RESPONSÁVEL POR COLETIVO CULTURAL:
a. Documentos pessoais do representante, CPF e RG;
b. Comprovante de residência do representante (contas, faturas ou boletos expedidos nos últimos 90 dias) em nome do requerente e quando for em nome de terceiro assinar Declaração de residência, conforme anexo III, incluindo o comprovante;
c. Certidão Negativa de Débito Municipal;
d. Certidão Negativa Conjunta de Débitos Estaduais;
e. Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos e Contribuições Federais.
f. Carta substanciada para cota de pessoa negra ou parda, indígena (ANEXO V) ou documento comprobatório para PCD como laudo, comprovante de BPC.

14 - POLÍTICAS AFIRMATIVAS
14.1 – O presente Edital, por meio do sistema de cotas e pontuação extra, assegura mecanismos de estímulo à participação e ao protagonismo de grupos afirmativos.
14.2 - Grupos afirmativos são grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e socioeconômica, sendo integrados nas políticas afirmativas da Política Nacional Aldir Blanc, com o objetivo de promover a inclusão social, cultural e econômica dessas populações historicamente privadas de acesso a oportunidades.

15 - CATEGORIA DE COTAS
15.1 - Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a) O total de 25%, para pessoas negras – (pretas e pardas);
b) O total de 10% para pessoas indígenas;
c) O total de 5%, para PCD;
15.2 – A quantidade de cota destinada está descrita no item 2.1.
15.3 – Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher autodeclaração.

15.4 – A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.
15.5 - Considera-se pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

16 - CONCORRÊNCIA CONCOMITANTE
16.1 - Os agentes culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja, concorrerão ao mesmo tempo, nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
16.2 – Os agentes culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.
16.3 – Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

17 – REMANEJAMENTO DAS COTAS
17.1 – No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas, dentro do limite de porcentagem.
17.2 – Caso não haja agentes culturais inscritos em outra categoria de cotas ou o limite de porcentagem seja atingido, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, beneficiando os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

18 - APLICAÇÃO DAS COTAS PARA PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS
18.1 - As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - Pessoas jurídicas em que 50% mais um da direção sejam são pessoas pretas ou pardas;
II - Pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas pretas ou pardas

19 – ACESSIBILIDADE

19.1 – Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e/ou comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto,

nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:
I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - No aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
19.2 – Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.
19.3 – Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade.
19.4 - Quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

20 - REMANEJAMENTO DOS RECURSOS
20.1 – O remanejamento de recurso poderá ser destinado para atendimento de suplentes de outro edital, lançamento de novo edital ou ações que fortaleçam as políticas culturais do município, assegurado os princípios da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, cumprimento o Plano de Aplicação de Recursos

20.2 – A decisão sobre o remanejamento de recursos fica a critério do órgão gestor responsável pela aplicação de recursos.

21 - ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DE RECURSOS
21.1 – O proponente contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo estipulado de forma presencial ou em caso de impedimento, deverá ser assinado pelo sistema gov. ou outro formato previsto em Lei.
21.2 – O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo proponente selecionado neste Edital e pela Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN e a Secretaria Municipal de Educação e Cultural contendo as obrigações dos assinantes do Termo.
21.3 – Durante a assinatura do Termo de Execução Cultural, o proponente receberá os recursos em conta bancária informada especificamente, em qualquer banco, para o recebimento dos recursos deste Edital, em parcela única, dentro do cronograma estipulado neste edital.
21.4 – A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do proponente.
21.5 – Será observado a validade das certidões negativas, devendo o proponente estar em dia com sua regularidade fiscal até a fase de pagamento.
21.6 – O proponente deve assinar o Termo de Execução Cultural, dentro do prazo, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.
21.7 – Todos os projetos deverão ser executados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de recebimento dos recursos, podendo ser prorrogado por 60 (sessenta) dias, através de ofício direcionado ao órgão gestor.
21.8 – A prorrogação de prazos para execução de projetos culturais, deverá ser autorizada pelo órgão gestor, sob justificativa do proponente.

22 – DAS OBRIGAÇÕES
22.1 – Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Política Nacional Aldir Blanc, Ministério da Cultura e Governo Federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura.
22.2 – O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.
22.3 – As aplicações de marcas estão sujeitas a análise, conforme Lei 9.507/1997 que versa sobre o período eleitoral brasileiro.

23 – MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS
23.1 – Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como prestação de informação à administração pública, observarão a Lei 14.903/2024 (Marco Regulatório de Fomento à Cultura), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas as exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.
23.2 – O proponente deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 30 (trinta) dias, após o fim da vigência estipulada no Termo de Execução Cultural.
23.3 – A ausência da prestação poderá implicar nas seguintes sanções:
I - Advertência;
II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no Termo de Execução Cultural;
III – Devolução de recursos corrigidos;
IV - Suspensão temporária de participação em processo de seleção pública e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

24 – DISPOSIÇÕES FINAIS
24.1 – O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos contemplados, devendo ficar atentos às publicações no Diário Oficial, canais oficiais de comunicação e no site da Prefeitura de Santana do Seridó (www.pmasantanadoserido.rn.gov.br).
24.2 – O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site (www.pmasantanadoserido.gov.br) e podem ser solicitados pelo e-mail espacocultura2021@gmail.com canal utilizado para dúvidas e demais informações.
24.3 – Os casos omissos neste Edital serão decididos pela Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/RN e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

24.4 – Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.
24.5 – O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Prefeitura de Santana do Seridó/Secretaria Municipal de Educação e Cultura de qualquer responsabilidade civil ou penal.
24.6 - Este edital não inviabiliza que o proponente obtenha outros recursos junto à iniciativa pública ou privada.
24.7 – O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até o prazo para assinatura do Termo de Execução Cultural.

24.8 – Compõem este Edital os seguintes anexos:
a. Anexo I - Formulário de Inscrição e Plano de Trabalho;
b. Anexo II – Declaração para coletivo sem CNPJ;
c. Anexo III – Declaração de residência;
d. Anexo IV – Autodeclaração para Políticas Afirmativas;
e. Anexo V – Formulário de recurso
f. Anexo VI – Modelo de carta substanciada
g. Anexo VII – Termo de Execução Cultural;
h. Anexo VIII – Relatório de Execução do Objeto.

Santana do Seridó/RN, 12 de maio de 2026.

Tatiana Fátima Ferreira de Araújo Prefeita Municipal

Claudia Cabral dos Santos Secretária Municipal de Educação e Cultura

EDITAL Nº 01/2026 – PMSS/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL ANEXO I - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. DEFINIÇÃO DO AGENTE CULTURAL:
( ) Pessoa Física ( ) Pessoa Jurídica

2 – PREENCHIMENTO PARA PESSOA FÍSICA*:*
(Se for um proponente Pessoa Jurídica, preencha a partir do Item 4)
2.1 - Nome Completo:
2.2 - Nome artístico ou nome social (se houver):
2.3 - CPF:
2.4 - RG:
2.5 - Data de nascimento:
2.6 - E-mail:
2.7 - Telefone:
2.8 - Endereço completo:
2.9 - CEP:
2.10 - Cidade:
2.11 - Estado:

3 – RESUMO DA TRAJETÓRIA CULTURAL DO PROPONENTE:
(Escreva aqui um resumo do seu currículo destacando as principais atuações culturais realizadas. Encaminhar comprovações em anexo)

3.1 - Pertence a alguma comunidade tradicional?
( ) Não pertenço a comunidade tradicional ( ) Comunidades Extrativistas
( ) Comunidades Ribeirinhas ( ) Comunidades Rurais
( ) Indígenas
( ) Povos Ciganos
( ) Pescadores(as) Artesanais ( ) Povos de Terreiro
( ) Quilombolas

( ) Outra comunidade tradicional, indicar qual

3.2 - Gênero:
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Pessoa Não Binária ( ) Não informar

3.3 – Orientação sexual:
( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Assexual ( ) Bissexual ( ) Pansexual ( ) Não informar

3.4 - Raça, cor ou etnia:
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Amarela

3.5 - Você é uma Pessoa com Deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

3.5.1 - Caso tenha marcado "sim", qual tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual ( ) Outro tipo, indicar qual

3.6 - É pessoa idosa, com 60 anos ou mais?
( ) Sim ( ) Não

3.7 - Qual o seu grau de escolaridade?
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico Completo
( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação Completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

3.8 - Você é beneficiário de algum programa social?
( ) Não ( ) Bolsa família ( ) Benefício de Prestação Continuada ( ) Outro, indicar qual

3.9 – Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não

3.9.1 - Se a resposta for sim. Qual?
( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência
(Se for concorrer as cotas de pessoas negra ou pessoa indígena, deverá preencher o anexo IV).

3.10 - Qual a sua principal função/profissão no campo artístico e cultural?
( ) Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.
( ) Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) artístico(a)-cultural e afins. ( ) Curador(a), Programador(a) e afins.
( ) Produtor(a)
( ) Gestor(a)
( ) Técnico(a)
( ) Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.
( ) Outro(a)s

3.11 - Você está representando um coletivo (sem CNPJ)?
( ) Não ( ) Sim

3.11.1 - Caso tenha respondido "sim":
a) - Nome do coletivo:
b) - Ano de Criação:
c) - Quantas pessoas fazem parte do coletivo?
d) – Descreva um resumo da trajetória cultural do coletivo.

4 – PARA PESSOA JURÍDICA
4.1 - Razão Social:
4.2 - Nome fantasia:
4.3 - CNPJ:
4.4 - Endereço da sede:
4.5 - Cidade:
4.6 - Estado:
4.7 - Número de representantes legais:
4.8 - Nome do representante legal:
4.9 - CPF do representante legal:
4.10 - E-mail do representante legal:

4.11 - Telefone do representante legal:

5 – Gênero do representante legal
( ) Mulher cisgênero ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher Transgênero ( ) Homem Transgênero ( ) Não Binária ( ) Não informar

6 – Orientação sexual do representante legal:
( ) Heterossexual ( ) Homossexual ( ) Assexual ( ) Bissexual ( ) Pansexual ( ) Não informar

7 - Raça/cor/etnia do representante legal
( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena

8 - Representante legal é pessoa com deficiência - PCD?
( ) Sim ( ) Não

9.1 - Caso tenha marcado "sim" qual o tipo de deficiência?
( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual ( ) Outra, indicar qual

10 - É pessoa idosa, com 60 anos ou mais?
( ) Sim ( ) Não

11 - Escolaridade do representante legal
( ) Não tenho Educação Formal
( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Fundamental Completo
( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo
( ) Curso Técnico completo

( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Ensino Superior Completo
( ) Pós Graduação completo
( ) Pós-Graduação Incompleto

3.9 – Vai concorrer às cotas ?
( ) Sim ( ) Não

3.9.1 - Se a resposta for sim. Qual?
( ) Pessoa negra ( ) Pessoa indígena ( ) Pessoa com deficiência
(Se for concorrer as cotas de pessoas negra ou pessoa indígena, deverá preencher o anexo IV).

12. DADOS DO PROJETO
a) – Nome do Projeto:
b) – Escolha a linguagem artística a que vai concorrer: (Informar se seu projeto é na linguagem de artes cênicas, música, audiovisual, artesanato ou outro).

c) Descrição do projeto (Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto. Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.)

d) – Objetivos do projeto (Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três e cinco objetivos.)

e) – Metas (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

f) – Perfil do público a ser atingido pelo projeto (Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto. Perguntas orientadoras: Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosas? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?)

g) - Sua ação cultural é voltada prioritariamente para algum destes perfis de público?
( ) Pessoas vítimas de violência
( ) Pessoas em situação de pobreza
( ) Pessoas em situação de rua (moradores de rua)

( ) Pessoas em situação de restrição e privação de liberdade (população carcerária) ( ) Pessoas com deficiência
( ) Pessoas em sofrimento físico e/ou psíquico ( ) Mulheres
( ) LGBTQIAPN+
( ) Povos e comunidades tradicionais ( ) Negros e/ou negras
( ) Ciganos
( ) Indígenas
( ) Não é voltada especificamente para um perfil, é aberta para todos ( ) Outros, indicar qual

h) Medidas de acessibilidade empregadas no projeto
(Marque qual medida ou quais medidas de acessibilidade serão implementadas ou estarão disponíveis para a participação de Pessoas com deficiência - PCD´s, tais como, intérprete de libras, audiodescrição, entre outras medidas de acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos e mobilidade reduzida, conforme Instrução Normativa MINC nº 10/2023)

13 - Acessibilidade arquitetônica:
( ) rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas; ( ) piso tátil;
( ) rampas;
( ) elevadores adequados para pessoas com deficiência; ( ) corrimãos e guarda-corpos;
( ) banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência; ( ) vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
( ) assentos para pessoas obesas; ( ) iluminação adequada;
( ) Outra

14 – Acessibilidade comunicacional:
( ) a Língua Brasileira de Sinais - Libras;

( ) o sistema Braille;
( ) o sistema de sinalização ou comunicação tátil; ( ) a audiodescrição;
( ) as legendas;
( ) a linguagem simples;
( ) textos adaptados para leitores de tela; e
( ) Outra

15 - Acessibilidade atitudinal:
( ) capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;
( ) contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;
( ) formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
( ) outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

16 – Local onde o projeto será executado (Informe os espaços culturais e outros ambientes, além de municípios e Estados onde a sua proposta será realizada)

17 – Previsão do período de execução do projeto
Data de início:
Data final:

18 - Equipe que vai compor o seu projeto
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional/empresa	Função no projeto	CPF/CNPJ	Mini currículo
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	(Insira uma breve descrição da trajetória da pessoa que será contratada)

19 – Cronograma de Execução
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto.

Atividade	Descrição	Início	Fim
Ex: Comunicação	Divulgação do projeto nos veículos de imprensa	11/8/2024	11/10/2024
Ex. Apresentação de espetáculo	Agenda de espetáculos gratuitos a comunidade	12/08/2024	31/12/2024
Ex. Prestação de contas	Entrega de relatório de execução do objeto	01/01/2025	30/01/2025

20 - Estratégia de divulgação
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais, site, blog.

21 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas.

Item	Descrição do item	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ex.: Fotógrafo	Serviço	1	R$1.100,00	R$1.100,00
2	Ex.: Produtor	Serviço	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00

22 - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES
Caso queira, junte documentos que auxiliam na análise do seu projeto e da sua equipe técnica, tais como currículos e portfólios, entre outros documentos que achar necessário.

Santana do Seridó/RN, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX
Proponente

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO NOME DO COLETIVO CULTURAL: DATA DE FUNDAÇÃO: DADOS DO REPRESENTANTE:

NOME			
CPF		CELULAR	
ENDEREÇO			
E-MAIL			

As pessoas abaixo listadas, integrantes do grupo artístico [NOME DO GRUPO OU COLETIVO], elegem a pessoa indicada, acima qualificada, como único representante neste edital, conferindo-lhe poderes para cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura do Termo de Execução Cultural, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital.
Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF	ASSINATURA

Santana do Seridó/RN, de de 2026.

Nome do Representante Assinatura

ANEXO III DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
(Lei Nº. 7.115/83)
(Apenas para Pessoa Física)

Eu documento de identidade órgão exp. CPF
nacionalidade naturalidade telefone (DDD e n°) celular e-mail na falta de documentos para comprovação de residência, DECLARO, para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no município de há anos, e atualmente no endereço

Declaro ainda estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"
"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

Observação: Esta declaração deve estar acompanhada, obrigatoriamente, do comprovante de residência correspondente ao endereço acima mencionado, mesmo sendo de terceiro.

Santana do Seridó/RN, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX
Proponente

ANEXO IV - AUTODECLARAÇÃO PARA POLÍTICAS AFIRMATIVAS
(Para os agentes culturais concorrentes às cotas e pontuações extras)
Eu, -, sob o RG de n.º , CPF de n.º
, **DECLARO**, para fins de participação no **EDITAL DE CHAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL N.º 01/2026**, que sou pessoa:
( ) NEGRA (PRETA OU PARDA);
( ) MULHER (CISGÊNERO OU TRANS/TRAVESTI); ( ) DISSIDENTE DE GÊNERO;
( ) INDÍGENA;
( ) QUILOMBOLA; ( ) CIGANA;
( ) DE TERREIRO DE MATRIZ AFRO-AMERÍNDIA; ( ) DOS POVOS DAS ÁGUAS;
( ) CIRCENSE;
( ) PARQUISTA;
( ) LGBTQIAPN+;
( ) COM DEFICIÊNCIA; ( ) IDOSA;
( ) QUE SOU MORADOR DA ZONA RURAL E MEU PROJETO SERÁ REALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO.
1 - Vai concorrer as cotas? ( ) sim ( ) não.
2 - Deseja concorrer as categorias de contas para:
( ) Pessoa negra ou parda
( ) Pessoa com Deficiência
3 – Solicito pontuações extras para

Estou ciente de que, se for comprovada falsidade desta declaração, estarei sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis, bem como a classificação será tornada sem efeito, o que implicará o cancelamento da opção para as cotas ou pontuações extras direcionadas às políticas afirmativas.
Esta declaração tem validade apenas para o processo seletivo acima indicado. Santana do Seridó/RN, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX
Proponente

ANEXO V
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO DA ETAPA DE SELEÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF/CNPJ:
CATEGORIA:

RECURSO:

À Secretaria Municipal de Educação e Cultura,
Com base na **Etapa de Seleção/etapa de habilitação** *(informar se o recurso é para a fase de seleção ou de habilitação)* do Edital 01/2026 – Fomento a Execução de Ações Culturais, venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção/habilitação, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:

.

Santana do Seridó/RN, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX
Proponente

EDITAL Nº 01/2026 – PMSS/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL ANEXO VI - CARTA SUBSTANCIADA
Eu, , CPF
nº, RG nº , DECLARO que os seguintes motivos justificam minha autodeclaração étnico-racial:

(O agente cultural deve apresentar aqui sua história, explicando porque se considera pessoa negra ou parda).

Santana do Seridó/RN, de de 2026.

XXXXXXXXXXXXXX
Proponente

EDITAL Nº 01/2026 – PMSS/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VII
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº XXX/2026, TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL nº 01/2026 – *EDITAL DE FOMENTO A EXCUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS*, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ, CNPJ.: 08.088.247/0001-
13, com endereço à Rua Av. Zezé Aprígio, nº 173, Centro, CEP.: 59350-000, na cidade de SANTANA DO SERIDÓ/RN, neste ato representado pela Sra. TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO, e o Senhor(a) AGENTE CULTURAL, [NOME DO(A) AGENTE
CULTURAL CONTEMPLADO], portador(a) do RG nº [INDICAR Nº DO RG], expedida em [INDICAR ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF nº [INDICAR Nº DO CPF], residente e
domiciliado(a) à Rua , nº , Bairro: , CEP.: , Cidade
/RN, telefone (84) 9999 9999, e-mail: exemplo@exemplo.com , resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata a alínea "a", inciso I do art. 4º da Lei 14.903/2024, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DA LEI 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DE FOMENTO À CULTURA).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural , contemplado no conforme processo de seleção pública pelo Edital 01/2026 – Edital de Fomento cultural a Execução de Ações Culturais.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ X.XX,XX (xxxxxxxxxxxxxxx).
4.2. Serão transferidos à conta do(a) AGENTE CULTURAL, específica para movimentação de recurso no [NOME DO BANCO], Agência [INDICAR AGÊNCIA], Conta Corrente nº [INDICAR CONTA], para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações da Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/Secretaria Municipal de Educação e Cultura:
I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;
II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 dias após a vigência do termo de execução cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Prefeitura Municipal de Santana do Seridó/Secretaria Municipal de Educação e Cultura a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;
XI) encaminhar os documentos do novo dirigente, bem como nova ata de eleição ou termo de posse, em caso de falecimento ou substituição de dirigente da entidade cultural, caso seja agente cultural pessoa jurídica.

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 – O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da categoria de prestação de informações em relatório de execução do objeto.
7.2 – A prestação de informações em relatório de execução do objeto comprovará que foram alcançados os resultados da ação cultural, por meio dos seguintes procedimentos:
I - Apresentação de relatório de execução do objeto pelo beneficiário no prazo estabelecido pelo ente federativo no regulamento ou no instrumento de seleção; e

II - Análise do relatório de execução do objeto por agente público designado.
7.2.1 – O relatório de prestação de informações sobre o cumprimento do objeto deverá:
I - Comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - Conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - Ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

IV – Conter os extratos bancários de todos os pagamentos efetuados em favor do projeto contemplado.
7.2.2 – O agente público competente elaborará parecer técnico de análise do relatório de execução do objeto e poderá adotar os seguintes procedimentos, de acordo com o caso concreto:
I - Encaminhar o processo à autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações, caso conclua que houve o cumprimento integral do objeto; ou
II - Recomendar que seja solicitada a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes.
7.2.3 – Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;
II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou
III - aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.
7.3 – O relatório de execução financeira será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações em relatório de execução do objeto, somente nas seguintes hipóteses: I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos no item 7.2; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.3.1 - O prazo para apresentação do relatório de execução financeira será de, no mínimo, trinta dias, contado do recebimento da notificação.

7.4 – O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:
I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou
II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.
7.5 – Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 – Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 - Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.
7.5.4 – O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 – A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 – A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - Alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 – Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 – As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 – A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 – Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.
9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - Extinto por decurso de prazo;
II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 - Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 - Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 - Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES
11.1 – Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.
11.2 - A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.
11.3 - A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.
11.4 – Em caso de reprovação de prestação de contas, o agente cultural ficará 5 anos sem participar de editais públicos ou contratar com o município.

12. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
12.1 – O monitoramento será feito pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio de comissão administrativa específica, onde poderá ser solicitado relatórios bimestrais sobre o andamento da aplicação de recursos.
12.2 – O Conselho Municipal de Política Cultura será o órgão nato de acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos aplicado.

13. VIGÊNCIA
13.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 180 dias, podendo ser prorrogado por 60 dias.

14. PUBLICAÇÃO
14.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município de Santana do Seridó/RN.

15. FORO
15.1 Fica eleito o Foro de para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Santana do Seridó/RN, de de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

XXXXXXXXXXX
Agente Cultural

EDITAL Nº 01/2026 – PMSS/SEMEC
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA FOMENTO CULTURAL

ANEXO VIII
RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. 1. DADOS DO PROJETO
Nome do projeto:
Nome do agente cultural proponente:
Nº do Termo de Execução Cultural:
Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:
Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO
2.1. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?
( ) Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
( ) Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações. ( ) Uma parte das ações planejadas não foi feita.
( ) As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.2. Descreva as ações desenvolvidas
Descreva as ações desenvolvidas, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

3. INFORME SOBRE AS METAS DO PROJETO
( ) Metas integralmente cumprida.

( ) Metas parcialmente cumpridas (SE HOUVER) ( ) Metas não cumpridas (se houver). Justifique

4. PRODUTOS GERADOS
4.1. A execução do projeto gerou algum produto?

( ) Sim ( ) Não

4.2. Quais produtos culturais foram gerados? (Pode marcar mais de uma opção). ( ) Publicação
( ) Livro
( ) Catálogo ( ) Formação ( ) Vídeo
( ) Documentário ( ) Filme
( ) Relatório de pesquisa ( ) Produção musical
( ) Palestra
( ) Artesanato
( ) Equipamento ( ) Espetáculo
( ) Show musical ( ) Site
( ) Música
( ) Outros:

4.3. Se houve produtos gerados, como ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?
( ) Instagram ( ) Site
( ) Facebook ( ) YouTube ( ) Site
( ) Local fixo de acesso público
( ) Foram gerados bens intangíveis.

5. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?
(Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto)

5.1 Pensando nos resultados finais gerados pelo projeto, você considera que ele…
(Você pode marcar mais de uma opção).
( ) Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
( ) Desenvolveu estudos, pesquisas e análises sobre o contexto de atuação. ( ) Colaborou para manter as atividades culturais coletivas.
( ) Fortaleceu a identidade cultural regional.
( ) Promoveu as práticas culturais no espaço em que foi desenvolvido.
( ) Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais. ( ) Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
( ) Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

6. PÚBLICO ALCANÇADO:
Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

7. EQUIPE DO PROJETO:
7.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?
7.2 Se Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto, indique quem saiu e quem entrou?

Nome do profissional	Função	CPF.	Equipe inicial	Equipe final?
Ex.: João Silva	Cineasta	123456789101	Sim.	Não
Ex. José Bento	Oficineiro	952133211011	Não	Sim

8. LOCAIS DE REALIZAÇÃO
8.1 De que forma aconteceram as ações e atividades do projeto?
( )1. Fixas, sempre no mesmo local. ( )2. Itinerantes, em diferentes locais.
( )3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

8.2 Em que localização do município o projeto aconteceu?

Ex. 1 - Zona Rural, comunidade Céu Azul Ex. 2 – Zona Periférica, rua da Cajarana Ex. 3 – Zona Urbana, Praça da Matriz

8.3 Informe aonde o projeto foi realizado? (pode marcar mais de uma opção) ( )Equipamento cultural público municipal.
( )Equipamento cultural público estadual. ( )Espaço cultural independente.
( )Escola.
( )Praça.
( )Rua.
( )Parque. ( )Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO
Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. TÓPICOS ADICIONAIS
Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

9. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como lista de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, folders, materiais de divulgação do projeto, extrato bancário, notas fiscais, recibos, entre outros.

Santana do Seridó/RN, de de 2026.

Nome completo e assinatura do responsável

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:E9114B30

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. º 013/2026

O MUNICÍPIO DE SÃO FERNANDO/RN, CNPJ 08.096.612/0001-31, com sede na Rua Capitão João Florêncio, n.º 45, Centro, neste ato representado pelo senhor GENILSON MEDEIROS MAIA, Prefeito Municipal, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 012/2026, publicada na forma da Lei processo administrativo n.º 2026.04.0065, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal n.º 037/2021 alterado pelo Decreto Municipal nº 127/2022.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de construção com intuito de suprir as necessidades da administração pública municipal de São Fernando/RN.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta(s) são as que seguem na tabelas abaixo desta ata:

DENISE FERNANDES DE ARAUJO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 11.265.647/0001-61 - Endereço: R CAPITAO JOSE INACIO - CEP: 59327000 - UF: RN - Município: São Fernando/RN						
Código	**Produto**	**Modelo**	**Marca/Fabricante**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
0002	BOTA EM BORRACHA, CANO MÉDIO BRANCA NUMERAÇÃO DIVERSA	CRIVAL	CRIVAL	50 UN	R$ 39,00	R$ 1.950,00
0004	BUCHA 08 NYLON PAREDE MACIÇA	KRONA	KRONA	100 UN	R$ 0,25	R$ 25,00
0005	CABO ELÉTRICO PP 2X2X5MM	SIL	SIL	500 M	R$ 6,30	R$ 3.150,00
0006	CAIXA DESCARGA CONTROLADA 9 LITROS	GRANPLAST	GRANPLAST	100 UN	R$ 25,60	R$ 2.560,00
0008	JANELA 2 FOLHAS 80X80 ALUMÍNIO/VIDRO	QUALITY	QUALITY	60 UN	R$ 118,40	R$ 7.104,00
0009	LÂMPADA A VAPOR METÁLICO 400WAST	OUROLUX	OUROLUX	200 UN	R$ 62,00	R$ 12.400,00
0012	PÁ DE BICO COM CABO DE MADEIRA	MAX METALURGICA	MAX METALURGICA	30 UN	R$ 25,00	R$ 750,00
0013	LUVAS PARA PROTECAO (LUVA DE COURO, LUVA DE RASPA, LUVA DE PANO	THOMPSON	THOMPSON	50 UN	R$ 7,00	R$ 350,00
0014	PIA DE MAR SINTETICO DE 1,20 X 0,50 EXTRA BG	AJAPLAST	AJAPLAST	6 UN	R$ 116,90	R$ 701,40
0015	TINTA ACRILICA DE 3,6L E 15L	HIPERCOR	HIPERCOR	100 GAL	R$ 69,00	R$ 6.900,00
0016	MASSA CORRIDA 25KG	SBRAS	SBRAS	100 BD	R$ 38,90	R$ 3.890,00
0018	TINTA ÓLEO ESMALTE 3,6 LT	EUCATEX	EUCATEX	100 GAL	R$ 68,00	R$ 6.800,00
0019	CABO P/ENXADA	TENACE	TENACE	80 UN	R$ 12,50	R$ 1.000,00
0020	DISCO DE CORTE 7" E 4.5"	STARRETT	STARRETT	15 UN	R$ 57,60	R$ 864,00
0022	DISCO DE CORTE DIAMANTADO 125MM	TRUST	TRUST	15 UN	R$ 24,00	R$ 360,00
0023	MADEIRITE 11MM	JARDINENSE	JARDINENSE	50 UN	R$ 88,60	R$ 4.430,00
0025	ADESIVO PLÁSTICO 175G COM PINCEL	PULVITEC	PULVITEC	40 UN	R$ 10,00	R$ 400,00
0026	ALAVANCA AÇO 1X1, 5M	MAX METALURGICA	MAX METALURGICA	25 UN	R$ 177,00	R$ 4.425,00
0027	ALICATE UNIVERSAL N° 8	WESTERN	WESTERN	30 UN	R$ 17,80	R$ 534,00
0028	ANCINHO CURTO LEVE 16D S/ CABO	MAX METALURGICA	MAX METALURGICA	50 UN	R$ 17,51	R$ 875,50
0030	ARAME GALVANIZAO BITOLA 16	GSP	GSP	80 KG	R$ 16,80	R$ 1.344,00
0032	ARMÁRIO PARA BANHEIRO 38X32 PLÁSTICO BR	DUDA	DUDA	50 UN	R$ 45,00	R$ 2.250,00
0033	ARREBITES 4.8X16 EM ALUMÍNIO	WURTH	WURTH	80 KG	R$ 0,49	R$ 39,20
0035	BARRA REDONDA 1/2"	TRUST	TRUST	80 UN	R$ 68,00	R$ 5.440,00
0036	BOBINA ZINCADA CHAPA 26X800MM	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	80 UN	R$ 23,60	R$ 1.888,00
0039	BROCA PARA AÇO 5/16	WAVES	WAVES	50 UN	R$ 3,90	R$ 195,00
0046	CABO FLEXÍVEL 4MM	COBRECOM	COBRECOM	500 M	R$ 3,10	R$ 1.550,00
0047	CABO FLEXÍVEL 6MM	COBRECOM	COBRECOM	500 M	R$ 4,42	R$ 2.210,00
0048	CANTONEIRA TIPO L 1"X1/4", PESO 13,170K X 6,00M	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	50 M	R$ 149,00	R$ 7.450,00
0049	CANTONEIRA TIPO L 1"X3,16" ,PESO 9,770K X 6,00M	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	50 UN	R$ 114,00	R$ 5.700,00
0050	CANTONEIRA TIPO U 2" CHAPA 14	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	50 UN	R$ 112,00	R$ 5.600,00
0051	CARRO DE MÃO ESTRA FORTE 70L	TRAMONTINA	TRAMONTINA	15 UN	R$ 204,00	R$ 3.060,00
0053	CERÂMICA 46X46 EXTRA PEI 5	CERBRAS	CERBRAS	400 M	R$ 24,00	R$ 9.600,00
0054	CIMENTO COLA INTERNO ACII SACO COM 20KG	MEGA COLA	MEGA COLA	200 UN	R$ 11,50	R$ 2.300,00
0055	CIMENTO COLA INTERNO ACIII SACO COM 20KG	MEGA COLA	MEGA COLA	200 UN	R$ 22,60	R$ 4.520,00
0056	CONJUNTO MEDIDOR MONOFÁSICO COSERN COM VISOR VIDRO	TAF	TAF	50 UN	R$ 41,70	R$ 2.085,00
0057	FERRO CA 16.0 5/8 VARA COM 12M	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	40 UN	R$ 163,00	R$ 6.520,00
0059	LÂMPADA BRANCA 400WAST VAPOR SÓDIO	SORTE LUZ	SORTE LUZ	200 UN	R$ 48,00	R$ 9.600,00
0060	TELHA ONDULADA 2,44 X 0,50 FIBROSE	BRASILIT	BRASILIT	200 UN	R$ 26,00	R$ 5.200,00
0061	TUBO METALON CH N.° 18 20X20 VARA COM 6M	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	200 UN	R$ 87,00	R$ 17.400,00

0062	TUBO PRETO CH N.° 14 1" INDUSTRIAL	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	100 UN	R$ 125,00	R$ 12.500,00
0063	TUBO PVC PARA ESGOTO 200MM	FORTLEVE	FORTLEVE	100 M	R$ 57,70	R$ 5.770,00
0064	TUBO LISO ESGOTO PVC JE 150MM	ASPERBRAS	ASPERBRAS	300 UN	R$ 17,39	R$ 5.217,00
0065	TUBO CORRUGADO ESGOSTO PVC JE 100M	ASPERBRAS	ASPERBRAS	400 M	R$ 16,95	R$ 6.780,00
0066	TUBO PVC PARA ESGOTO 40MM	ASPERBRAS	ASPERBRAS	500 M	R$ 2,25	R$ 1.125,00
0068	TUBO ESGOTO PVC 75MM	ASPERBRAS	ASPERBRAS	500 M	R$ 7,90	R$ 3.950,00
0069	ZINCO CHAPA N.° 28 1,20M	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	100 KG	R$ 17,00	R$ 1.700,00
0070	FORRO PVC FRISADO 200X8X4000MM	NOVAFORMA	NOVAFORMA	500 M²	R$ 23,46	R$ 11.730,00
0071	BARROTE DE MADEIRA 3X2 DA ESPÉCIE ANGELIM VERMELHO, RETILÍNEO, SEM NÓ,FALHAS E/OU LASCAS E DEVIDAMENTE RESSECADO EM PROCESSO NATURAL	ANGELIN	ANGELIN	100 M	R$ 21,50	R$ 2.150,00
0072	MADEIRITE 12MM 2,2X1,10MT PLASTIFICADO	KDK	KDK	25 UN	R$ 184,00	R$ 4.600,00
0073	JANELA DE MADEIRA 1X0,80, SEM NÓ, FALHAS E/OU LASCAS E DEVIDAMENTE RESSECADA EM PROCESSO NATURAL.	KDK	KDK	15 UN	R$ 398,00	R$ 5.970,00
0074	PORTA DE MADEIRA MISTA ALMOFADA COM DIMENSÕES 2,10X0,80, SEM NÓ, FALHAS E/OU LASCAS E DEVIDAMENTE RESSECADA EM PROCESSO NATURAL	KDK	KDK	25 M²	R$ 398,00	R$ 9.950,00
0075	CAIXA D`ÁGUA EM FIBRA DE VIDRO FABRICADA COM TECNOLOGIA DE PONTA, A BASE DE RESINA DE POLIÉSTER, FIBRA DE VIDRO E GELCOAT. GARANTINDO RESISTÊNCIA E DURABILIDADE E DEIXANDO O PRODUTO FINAL LIVRE DE ODORES E TOTALMENTE IMUNE AO ACÚMULO DE FUNGOS. COM CAPACIDADEDE PARA ARMAZENAR 3.000 LITROS	FORTLEVE	FORTLEVE	10 UN	R$ 1.900,00	R$ 19.000,00
0076	TUBO PVC PARA ÁGUA 32	ASPERBRAS	ASPERBRAS	500 M	R$ 6,60	R$ 3.300,00
0077	TUBO PVC PARA ÁGUA 100MM	ASPERBRAS	ASPERBRAS	500 M	R$ 11,60	R$ 5.800,00
0078	VASSOURÃO DE GARY	MAX METALURGIC A	MAX METALURGICA	50 UN	R$ 25,00	R$ 1.250,00
0079	PNEU PARA CARRO DE MAO COM CÂMARA	FAMASTIL	FAMASTIL	50 UN	R$ 32,41	R$ 1.620,50
0080	PREGO CAB POL 2.1/2 X 10	BELGO	BELGO	80 KG	R$ 13,50	R$ 1.080,00
0081	FIO DE CORTE QUADRADO 3.0 MM	EQUIPESCA	EQUIPESCA	50 RL	R$ 324,90	R$ 16.245,00
0082	FIO TORCIDO 2X 2.50	REIS FLEX	REIS FLEX	500 M	R$ 5,50	R$ 2.750,00
0083	MANGUEIRA TUBULAR FLEXIVEL PVC KM 3`` AZU	UNIFORTE	UNIFORTE	60 M	R$ 19,50	R$ 1.170,00
0084	REGISTRO ESFERA BORB. SOLD. MARROM 40 MM	SOCELPLAST	SOCELPLAST	24 UN	R$ 15,30	R$ 367,20
0085	TINTA ESMALTE DE 700ML (CORES DIVERSAS)	IQUINE	IQUINE	100 GAL	R$ 29,00	R$ 2.900,00
0086	PORTA DE MADEIRA 2,10 X 0,90	CLM	CLM	20 UN	R$ 380,50	R$ 7.610,00
0087	PORTA LISA LAMINADA 90	KDK	KDK	20 UN	R$ 137,90	R$ 2.758,00
0090	TUBO METALON CH N° 18 30X20	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	80 M	R$ 109,90	R$ 8.792,00
0091	TUBO METALON CH N° 18 30X30	AÇO CEARENSE	AÇO CEARENSE	80 M	R$ 98,40	R$ 7.872,00
0092	ZARCÃO 3,6 LT	GIROCOR	GIROCOR	20 GAL	R$ 74,90	R$ 1.498,00
0093	ROLDANA "U" 2 "1/2" (COM OU SEM SUPORTE)	AURORENSE	AURORENSE	70 UN	R$ 58,50	R$ 4.095,00
0095	ROLDANA "U" 4 (COM OU SEM SUPORTE)	POLETTO	POLETTO	40 UN	R$ 63,90	R$ 2.556,00
0096	"FURADEIRA DE IMPACTO, 220V MOTOR 750W, POTENCIA:750W, ROTAÇÃO: 0- 3.250, MANDRIL: 1/2"" - 13 MM (COM	BLACK DECK	BLAC DECK	2 UN	R$ 302,70	R$ 605,40
	CHAVE), 1 EMPUNHADEIRA AUXILIAR, 1 CHAVE DE MANDRIL, 1 LIMITADOR DE PROFUNDIDADE COM MALETA CONTEND					
0097	COLHER DE PEDREIRO N° 08	ATLAS	ATLAS	22 UN	R$ 18,90	R$ 415,80
0098	COLHER DE PEDREIRO N° 09	MOMFORT	MOMFORT	22 UN	R$ 17,00	R$ 374,00
0099	CORTADOR DE PISO 75CM	CORTAG	CORTAG	5 UN	R$ 235,90	R$ 1.179,50
0101	DESEMPENADEIRA LISA DE MADEIRA 15 X 25 CM	THOMPSON	THOMPSON	12 UN	R$ 19,00	R$ 228,00
0102	MADEIRITE 13MM	KDK	KDK	50 UN	R$ 125,00	R$ 6.250,00
0103	PIA INOX 1. 80 MT COM 2 CUBAS	BRANOX	BRANOX	2 UN	R$ 647,00	R$ 1.294,00
0104	SANITÁRIO + CX ACOPLADA	LUZARTE	LUZARTE	15 UN	R$ 409,00	R$ 6.135,00
0105	FURADEIRA 1/2	BLACK DECKER	BLACK DECKER	5 UN	R$ 208,00	R$ 1.040,00
0106	FURADEIRA 3/8	RAYCO	RAYCO	5 UN	R$ 175,00	R$ 875,00
0107	MARTELETE 800W	MENEGOTTI	MENEGOTTI	5 UN	R$ 440,00	R$ 2.200,00
0110	CORDA 10MM	ATLANT CORDAS	ATLANT CORDAS	500 M	R$ 2,40	R$ 1.200,00
0111	CORDA 12MM	ATLANT CORDAS	ATLANT CORDAS	400 M	R$ 2,40	R$ 960,00
0112	CORDA 14MM	ATLANT CORDAS	ATLANT CORDAS	300 M	R$ 2,75	R$ 825,00
0113	MANGUEIRA CRISTAL 1/2	PLASTMAN	PLASTMAN	300 M	R$ 2,80	R$ 840,00
0114	MANGUEIRA TRANÇADA DUPLA CAMADA 1/2	PLASTMAN	PLASTMAN	200 M	R$ 3,50	R$ 700,00
0115	MANGUEIRA CRISTAL DE NÍVEL	PLASTMAN	PLASTMAN	400 M	R$ 1,65	R$ 660,00
0116	MANGOTE AZUL 1''	PLASTMAR	PLASTMAR	100 M	R$ 21,75	R$ 2.175,00
0117	MANGOTE 2''	PLASTMAR	PLASTMAR	100 M	R$ 30,20	R$ 3.020,00
0118	MANGOTE 3''	PLASTMAR	PLASTMAR	100 M	R$ 69,90	R$ 6.990,00
0119	FECHADURA BÁSICA EXTERNA	SOPRANO	SOPRANO	20 UN	R$ 41,80	R$ 836,00
0120	FECHADURA BÁSICA INTERNA	SOPRANO	SOPRANO	20 UN	R$ 34,00	R$ 680,00
0121	FECHADURA BÁSICA BANHEIRO	SOPRANO	SOPRANO	20 UN	R$ 50,00	R$ 1.000,00
0124	DISCO FLAP 4" LIXAS GRÃO 40 A 120	TRUST	TRUST	100 UN	R$ 4,65	R$ 465,00
0125	DISCO DE CORTE DIAMANTADO	TRUST	TRUST	50 UN	R$ 27,00	R$ 1.350,00
0129	SERRA CIRCULAR MADEIRA 72D	CORTAG	CORTAG	100 UN	R$ 16,60	R$ 1.660,00
0130	SERRA CIRCULAR MADEIRA 24D	TRUST	TRUST	100 UN	R$ 14,00	R$ 1.400,00
0131	TORNEIRA SIMPLES INOX PARA COZINHA PAREDE	INJET PLAST	INJET PLAST	20 UN	R$ 92,32	R$ 1.846,40
0134	TORNEIRA INOX PARA JARDIM 1/2 E 3/4	BOGNAR	BOGNAR	20 UN	R$ 39,90	R$ 798,00
0135	TORNEIRA INOX ALAVANCA 1/2 E 3/4	BOGNAR	BOGNAR	20 UN	R$ 31,04	R$ 620,80
0136	TORNEIRA INOX PARA BEBEDOURO 1/2 E 3/4	HERC	HERC	20 UN	R$ 48,00	R$ 840,00
0137	BOMBA PERIFÉRICA 1/2 CV	FOXLUX	FOXLUX	5 UN	R$ 134,90	R$ 700,00
0138	BOMBA PERIFÉRICA 1CV	FOXLUX	FOXLUX	5 UN	R$ 299,90	R$ 1.499,50
0139	TUBO ESGOTO 100MM COM 6MT	ASPERBRAS	ASPERBRAS	100 M	R$ 10,90	R$ 1.090,00
0140	TUBO SOLDÁVEL 20MM COM 6MT	ASPERBRAS	ASPERBRAS	500 M	R$ 5,19	R$ 2.595,00
0142	TUBO SOLDÁVEL 32MM COM 6MT	ASPERBRAS	ASPERBRAS	500 M	R$ 7,40	R$ 3.700,00
0143	ADESIVO PVC 175G COM PINCEL	PULVITEC	PULVITEC	20 UN	R$ 10,09	R$ 201,80
0147	PERFIL TRAPEZOIDAL GALVALUMI 043MM	DA CASA	DA CASA	20 M	R$ 54,80	R$ 1.096,00

0148	LAJE TRELIÇADA COM BLOCOS	DA CASA	DA CASA	200 M	R$ 61,40	R$ 12.280,00
0149	PARAFUSO SEXTAVADO DE AÇO 8.8 20X100X2,5	WURTH	WURTH	100 UN	R$ 22,90	R$ 2.290,00
0150	PARAFUSO SEXTAVADO DE AÇO 8.8 20X120X2,5	WURTH	WURTH	100 UN	R$ 26,20	R$ 2.620,00
0151	PARAFUSO SEXTAVADO DE AÇO 8.8 20X150X2,5	WURTH	WURTH	100 UN	R$ 37,70	R$ 3.770,00
0154	CADEADO LATÃO 40MM	PADO	PADO	20 UN	R$ 28,50	R$ 570,00
0155	CADEADO LATÃO 50MM	PADO	PADO	20 UN	R$ 40,00	R$ 800,00
0156	ABRAÇADEIRA DE NYLON 7,8X540 PACOTE COM 100UND	WURTH	WURTH	10 UN	R$ 248,90	R$ 2.489,00
0158	ABRAÇADEIRA DE NYLON 4,8X360 PACOTE COM 100UND	THOMPSON	THOMPSON	30 UN	R$ 20,80	R$ 624,00
Valor Total					**R$ 401.408,50**	

DINIZ E BARRETO CONSTRUCAO LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 11.599.663/0001-90 - Endereço: R JOSE ADELINO DE MEDEIROS - CEP: 59300000 - UF: RN - Município: Caicó/RN

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	ANEL DE VEDAÇÃO COM GUIA PARA VASO SANITÁRIO	BLUKIT	BLUKIT	80 UN	R$ 5,00	R$ 400,00
0003	BROCA PARA AÇO 13/64	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	50 UN	R$ 2,00	R$ 100,00
0007	CIMENTO COLA EXTERNO ACII SACO COM 20KG	MEGA COLA	MEGA COLA	300 UN	R$ 13,00	R$ 3.900,00
0011	TUBO PVC PARA ÁGUA 25MM	ASPERBRAS	ASPERBRAS	500 M	R$ 2,83	R$ 1.415,00
0021	DISCO DE CORTE DIAMANTADO 110MM	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	14 UN	R$ 5,50	R$ 77,00
0034	BASE PARA RELÉ FIXO	MECTRONIC	MECTRONIC	60 UN	R$ 10,00	R$ 600,00
0037	BROCA PARA AÇO 1/16	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	30 UN	R$ 2,00	R$ 60,00
0040	BROCA PARA CONCRETO 10MM	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	50 UN	R$ 5,40	R$ 270,00
0041	BROCA PARA CONCRETO 12X150MM	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	50 UN	R$ 5,30	R$ 265,00
0042	BROCA PARA CONCRETO 6MM	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	50 UN	R$ 3,50	R$ 175,00
0043	BUCHA REDONDO SOLDÁVEL CURTA 25X20	KRONA	KRONA	100 UN	R$ 0,40	R$ 40,00
0052	CARRO DE MÃO PNEU/CAM/BAL 3,25 PT	MAESTRO	MAESTRO	30 UN	R$ 145,00	R$ 4.350,00
0067	TUBO ESGOTO PVC 50MM	ASPERBRAS	ASPERBRAS	500 M	R$ 7,00	R$ 3.500,00
0100	DESEMPENADEIRA DE AÇO LISA COM CABO DE MADEIRA 255MM X 120 MM	CORTAG	CORTAG	16 UN	R$ 15,00	R$ 240,00
0108	CORDA 8MM	FORCE	FORCE	500 M	R$ 1,15	R$ 575,00
0109	CORDA 6MM	FORCE	FORCE	500 M	R$ 1,30	R$ 650,00
0122	DISCO DE CORTE INOX 4''	TRUST	TRUST	200 UN	R$ 1,90	R$ 380,00
0123	DISCO DE CORTE INOX 7''	TRUST	TRUST	100 UN	R$ 4,90	R$ 490,00
0126	DISCO DE CORTE DIAMANTADO TURBO	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	100 UN	R$ 9,00	R$ 900,00
0127	DISCO DE CORTE DIAMANTADO CONTÍNUO	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	100 UN	R$ 8,00	R$ 800,00
0128	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	100 UN	R$ 8,50	R$ 850,00
0132	TORNEIRA SIMPLES INOX PARA COZINHA BANCADA	TALITA	TALITA	20 UN	R$ 85,00	R$ 1.700,00
0133	TORNEIRA INOX SIMPLES PARA BANHEIRO BANCADA	TALITA	TALITA	20 UN	R$ 50,37	R$ 1.007,40
0141	TUBO SOLDÁVEL 25MM COM 6MT	ASPERBRAS	ASPERBRAS	500 M	R$ 3,03	R$ 1.515,00
0152	FITA ISOLANTE 20MT	CORTAG	CORTAG	50 M	R$ 5,00	R$ 250,00
0157	ABRAÇADEIRA DE NYLON 3,5X200 PACOTE COM 100UND	MAX FERRAGENS	MAX FERRAGENS	20 UN	R$ 8,99	R$ 179,80
Valor Total					**R$ 24.689,20**	

JOSE FLAVIO CARDOSO DA SILVA 06513866405 | Tipo: MEI - LC123: Sim - Documento 46.623.543/0001-66 - Endereço: Rua Vereador Vicente Alves - CEP: 59390000 - UF: RN - Município: Lagoa Nova/RN

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0010	TUBO PVC PARA ÁGUA 20MM	TUBOZAN	TUBOZAN	500 M	R$ 2,20	R$ 1.100,00
0017	TINTA ACRÍLICA 18 L	RESINE+	RESINE+	100 L	R$ 99,00	R$ 9.900,00
0029	ARAME FARPADO 500M	GSP	GSP	50 UN	R$ 329,95	R$ 16.497,50
0031	ARCO DE SER REGULÁVEL 12"	FERTAK	FERTAK	20 UN	R$ 23,80	R$ 476,00
0038	BROCA PARA AÇO 3/8	FERTAK	FERTAK	50 UN	R$ 5,10	R$ 255,00
0044	BUCHA REDONDO SOLDÁVEL CURTA 40X32	PLASTUBOS	PLASTUBOS	100 UN	R$ 1,89	R$ 189,00
0045	CABO ELÉTRICO MULTIFLENADO 3X1X1CM	CORPEFIO	CORPEFIO	200 M	R$ 14,49	R$ 2.898,00
0058	LÂMPADA LED 60WAST	OUROLUX	OUROLUX	200 UN	R$ 39,29	R$ 7.858,00
0088	TINTA LÁTEX 3,6 LT	IQUINE	IQUINE	200 GAL	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0089	CABO P/PICARETA	ROMANI	ROMANI	80 UN	R$ 15,49	R$ 1.239,20
0144	ADESIVO PVC 75G	POLYTUBES	POLYTUBES	20 UN	R$ 5,89	R$ 117,80
0145	ADESIVO PVC 17G	POLYTUBES	POLYTUBES	20 UN	R$ 1,65	R$ 33,00
0146	TORNEIRA PARA JARDIM 1/2 PRETA	DHON	DHON	50 UN	R$ 4,19	R$ 209,50
0153	CADEADO LATÃO 30MM	STAM	STAM	20 UN	R$ 18,49	R$ 369,80
Valor Total					**R$ 51.142,80**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **Município de São Fernando/RN**.
3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.
Dos limites para as adesões
4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Da renovação de quantitativos
4.10 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
4.11 Poderá ser realizada a renovação de todos os itens/ lotes e seus quantitativos, nos termos do artigo 84 da Lei Federal 14.133/2021 (Parecer n° 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU).
4.11.1 A renovação que trata o item, só poderá ser realizada desde que:
4.11.1.1 Seja comprovado o preço vantajoso;
4.11.1.2 Seja renovado dentro do prazo de sua vigência.
Vedação a acréscimo de quantitativos
4.12 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.10 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.10.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.10.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
5.11 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.11.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.12 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.13 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.13.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
5.13.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.13.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.13.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.13.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.14 O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.15 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.16 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.13.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.16.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.16.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.17 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.18 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.18.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.19 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.20 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.16, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.21 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
5.21.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.21.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.22 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.10 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.10.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.10.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.10.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.10.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.10.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.10 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.10.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.10.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.10.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.10.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.11 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.11.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.11.2 Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.10, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.11.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.11.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.13, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.11.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.11 e no item 7.11.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.11.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.10 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.11 O remanejamento somente poderá ser feito:
8.11.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.11.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.12 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.13 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.14 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.15 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.16 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.12, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.10 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.10.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.10.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.10.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.10.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.10.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.11 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.10 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.12 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.13 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.13.1 Por razão de interesse público;
9.13.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.13.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27 § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.10 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.10.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.11 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.12 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.10 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Fernando/RN, 12 de Maio de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

DENISE FERNANDES DE ARAUJO LTDA
CNPJ N. º 11.265.647/0001-61

DINIZ E BARRETO CONSTRUCAO LTDA
CNPJ N. º 11.599.663/0001-90

JOSE FLAVIO CARDOSO DA SILVA 06513866405
CNPJ N. º 46.623.543/0001-66

Publicado por:
Mateus Calista da Silva
Código Identificador:518BADE1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
RESULTADO PRELIMINAR – EDITAL 03/2026 – ALDIR BLANC 2 - MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN.

PESSOA FÍSICA E COLETIVO SEM CNPJ
CATEGORIA: MÚSICA
COTA – PARDO/NEGRO

ORDEM	NOME DO PROPONENTE	CPF	NOME DO PROJETO	VALOR	NOTA	SITUAÇÃO
01	Márcio Pequeno da Costa Júnior -	***751764**	Raízes e Ritmo na Comunidade	R$ 2.000,00	75	CLASSIFICADO

CATEGORIA: MÚSICA

ORDEM	NOME DO PROPONENTE	CPF	NOME DO PROJETO	VALOR	NOTA	SITUAÇÃO
01	Paulo José do Nascimento da Silva	***914544**	Cultura e Música na Comunidade	R$ 2.000,00	70	CLASSIFICADO

CATEGORIA: ARTESANATO – REPRESENTANTE DO COLETIVO SEM CNPJ

ORDEM	NOME DO PROPONENTE	CPF	NOME DO PROJETO	VALOR	NOTA	SITUAÇÃO
01	Daniella Rodrigues Veras	***911714**	Encanto Coletivo	R$ 8.000,00	85	CLASSIFICADO

CATEGORIA: ARTES VISUAIS

ORDEM	NOME DO PROPONENTE	CPF	NOME DO PROJETO	VALOR	NOTA	SITUAÇÃO
01	Lucas de Moura Marques	***263794**	Tampinhas que viram artes - Mosaico Nordestino	R$ 5.893,00	71	CLASSIFICADO

CATEGORIA: DANÇA

ORDEM	NOME DO PROPONENTE	CPF	NOME DO PROJETO	VALOR	NOTA	SITUAÇÃO
01	Jhemison Souza do Nascimento	***391564**	Dance com Jhey Souza	R$ 5.000,00	71	CLASSIFICADO

São José de Mipibu/RN, 12 de maio de 2026.

MARIANA VERAS DANTAS ARTIOLLI RUSSO
Secretaria Municipal de Cultura

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:BE2D3D0B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 064/2026 - GP

São José do Campestre/RN, 12 de maio de 2026.

Dispõe sobre a nomeação de candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público Unificado do Município de São José do Campestre/RN (Edital nº 001/2025) e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE**, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, assim como pela Lei Municipal nº 433, de 10.03.1997 (Regime Jurídico Único).

CONSIDERANDO a criação de cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública Municipal através da Lei Municipal nº 1.023, de 22 de julho de 2025;

CONSIDERANDO a homologação parcial do resultado definitivo do Concurso Público Unificado (Edital nº 001/2025), ocorrida por meio do Decreto nº 08, de 08 de abril de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) em 09 de abril de 2026;

CONSIDERANDO que o provimento obedece à rigorosa ordem de classificação, respeitando-se as reservas legais para candidatos PPIQ (30%) e Pessoas com Deficiência (5%), nos termos do Art. 3º do referido Decreto de Homologação;

CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos de investidura previstos no Art. 7º da Lei Municipal nº 443/97, incluindo a aptidão física e mental atestada por inspeção médica oficial;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam NOMEADOS, em caráter efetivo, para exercerem cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São José do Campestre/RN, os candidatos relacionados no **Anexo Único** desta Portaria, aprovados no Concurso Público Unificado regido pelo Edital nº 001/2025, homologado parcialmente pelo Decreto Municipal nº 08, de 08 de abril de 2026.

Parágrafo único - A nomeação de que trata o caput observa a ordem de classificação dos candidatos constante das listas de resultado definitivo publicadas em 31 de março de 2026, em conformidade com o Decreto Municipal nº 08/2026 e com o Edital nº 001/2025.

Art. 2º - A investidura nos cargos públicos decorrente desta nomeação efetivar-se-á com a posse, que será formalizada mediante assinatura do respectivo Termo de Posse perante a autoridade competente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado, nos termos do art. 13 da Lei Municipal nº 443/1997.

Art. 3º - O servidor nomeado e empossado deverá entrar em exercício no respectivo órgão ou unidade de lotação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da posse, sob pena de exoneração de ofício, nos termos do art. 16, § 1º, c/c art. 34, parágrafo único, alínea "b", da Lei Municipal nº 443/1997.

Parágrafo único - O início do exercício será registrado nos assentamentos funcionais do servidor, nos termos do art. 17 da Lei Municipal nº 443/1997.

Art. 4º - A lotação inicial dos servidores nomeados dar-se-á nas Secretarias/Unidades indicadas no Anexo Único desta Portaria, competindo aos respectivos titulares definir o local preciso de exercício e a distribuição das atribuições inerentes ao cargo, observada a legislação vigente e o edital do concurso.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, vinculadas às unidades orçamentárias responsáveis pelos cargos providos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de maio de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Campestre/RN.

ERIBALDO LIMA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE CANDIDATOS NOMEADOS

NOME DO CANDIDATO	CARGO	CLASS.	CARGA HORÁRIA	SETOR DE LOTAÇÃO
IARA MARIA DE PAIVA ROCHA	PSICÓLOGA	2º - AMPLA CONCORRÊNCIA	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ALLAN IGOR FERREIRA DANTAS	CIRURGIÃO DENTISTA	6º - VAGA PPIQ (LEI MUN. 1.023/2025)	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CARLOS ANDRE DE LIMA	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	2º - AMPLA CONCORRÊNCIA	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JOSINALVA DA SILVA CRUZ NASCIMENTO	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	9º - VAGA PPIQ (LEI MUN. 1.023/2025)	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ELOISE DE LOURDES CASSIMIRO FERNANDES	ENFERMEIRA	12º - VAGA PPIQ (LEI MUN. 1.023/2025)	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JOSE ELIAS DO NASCIMENTO	ASSISTENTE SOCIAL	1º - AMPLA CONCORRÊNCIA	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JESSICA CARVALHO E SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	3º - VAGA PPIQ (LEI MUN. 1.023/2025)	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FRANKLENE ALBINO DE MEDEIROS	PROFESSOR(A) SÉRIES INICIAIS	7° - AMPLA CONCORRÊNCIA	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:956350F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 065/2026 - GP

São José do Campestre/RN, 12 de maio de 2026.

Dispõe sobre a nomeação de candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público Unificado do Município de São José do Campestre/RN (Edital nº 001/2025) e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE**, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, assim como pela Lei Municipal nº 433, de 10.03.1997 (Regime Jurídico Único).

CONSIDERANDO a criação de cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública Municipal através da Lei Municipal nº 1.023, de 22 de julho de 2025;

CONSIDERANDO a homologação parcial do resultado definitivo do Concurso Público Unificado (Edital nº 001/2025), ocorrida por meio do Decreto nº 08, de 08 de abril de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios (FEMURN) em 09 de abril de 2026;

CONSIDERANDO que o provimento obedece à rigorosa ordem de classificação, respeitando-se as reservas legais para candidatos PPIQ (30%) e Pessoas com Deficiência (5%), nos termos do Art. 3º do referido Decreto de Homologação;

CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos de investidura previstos no Art. 7º da Lei Municipal nº 443/97, incluindo a aptidão física e mental atestada por inspeção médica oficial;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam NOMEADOS, em caráter efetivo, para exercerem cargos de provimento efetivo integrantes do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São José do Campestre/RN, os candidatos relacionados no **Anexo Único** desta Portaria, aprovados no Concurso Público Unificado regido pelo Edital nº 001/2025, homologado parcialmente pelo Decreto Municipal nº 08, de 08 de abril de 2026.

Parágrafo único - A nomeação de que trata o caput observa a ordem de classificação dos candidatos constante das listas de resultado definitivo publicadas em 31 de março de 2026, em conformidade com o Decreto Municipal nº 08/2026 e com o Edital nº 001/2025.

Art. 2º - A investidura nos cargos públicos decorrente desta nomeação efetivar-se-á com a posse, que será formalizada mediante assinatura do respectivo Termo de Posse perante a autoridade competente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, prorrogável uma única vez por igual período, a requerimento do interessado, nos termos do art. 13 da Lei Municipal nº 443/1997.

Art. 3º - O servidor nomeado e empossado deverá entrar em exercício no respectivo órgão ou unidade de lotação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da posse, sob pena de exoneração de ofício, nos termos do art. 16, § 1º, c/c art. 34, parágrafo único, alínea "b", da Lei Municipal nº 443/1997.

Parágrafo único - O início do exercício será registrado nos assentamentos funcionais do servidor, nos termos do art. 17 da Lei Municipal nº 443/1997.

Art. 4º - A lotação inicial dos servidores nomeados dar-se-á nas Secretarias/Unidades indicadas no Anexo Único desta Portaria, competindo aos respectivos titulares definir o local preciso de exercício e a distribuição das atribuições inerentes ao cargo, observada a legislação vigente e o edital do concurso.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, vinculadas às unidades orçamentárias responsáveis pelos cargos providos.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 11 de maio de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Campestre/RN.

ERIBALDO LIMA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
RELAÇÃO DE CANDIDATOS NOMEADOS

NOME DO CANDIDATO	CARGO	CLASS.	CARGA HORÁRIA	SETOR DE LOTAÇÃO
PEDRO FELIPE MARTINS OLIVEIRA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1° - AMPLA CONCORRÊNCIA	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CINTYA CALYNE ALVES DE MELO PEREIRA	PROFESSOR(A) ENSINO INFANTIL	2° - AMPLA CONCORRÊNCIA	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
JOEL CLEITON MAIA DE LIMA	PROFESSOR(A) ENSINO INFANTIL	5° - VAGA PCD (CF, ART. 37, VII)	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ALINE PEDRO DE MOURA	PROFESSOR(A) SÉRIES INICIAIS	3° - PPIQ (LEI MUN. 1.023/2025)	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
LARISSA DE LIMA FELIPE	PROFESSOR(A) SÉRIES INICIAIS	4° - AMPLA CONCORRÊNCIA	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GECIANY RAMOS BATISTA DO NASCIMENTO	PROFESSOR(A) LÍNGUA PORTUGUESA	1° - AMPLA CONCORRÊNCIA	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARIA IVANEIDE ALVES	ASSISTENTE SOCAIL	2° - AMPLA CONCORRÊNCIA	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ROMEIKA CARLA FERREIRA DE SENA	ENFERMEIRA	7° - AMPLA CONCORRÊNCIA	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VILTON KESSIO FERREIRA DE BRITO	ENFERMEIRO	13° - AMPLA CONCORRÊNCIA	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
JOÃO ANTÔNIO SANTOS MORAIS	CIRURGIÃO DENTISTA	3° - PPIQ (LEI MUN. 1.023/2025)	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
THATIANA SHIRLEY COSTA DE MOURA FILGUEIRA	FONOAUDIÓLOGA	1° - AMPLA CONCORRÊNCIA	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MARIA CLARA PEIXOTO MARINHEIRO	FISIOTERAPEUTA	1° - AMPLA CONCORRÊNCIA	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HÊNIA MARQUES DE OLIVEIRA	FISIOTERAPEUTA	2° - AMPLA CONCORRÊNCIA	30H	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
MARGARIDA MARIA SOBRAL PEREIRA	PSICÓLOGA	1° - PPIQ (LEI MUN. 1.023/2025)	40H	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicado por:
Jean Carlos Bernardo Silva
Código Identificador:8FBE84B8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 001, DE 12 DE MAIO DE 2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE SÃO VICENTE/RN

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 12 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação, em caráter preliminar, de Projetos de Instituições Públicas Municipais que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA do município de São Vicente/RN, em conformidade com o Edital de Chamamento Público 001/2026 – CMDCA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de São Vicente/RN, em sessão ordinária realizada no dia 12 de maio de 2026, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 538/2015 e suas Leis complementares nº 702/2022 e nº 798/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projetos descritos a seguir, que serão financiados pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA do município de São Vicente/RN no valor de R$ 6.000,00, na forma do Edital de Chamamento Público nº 001/2026 – CMDCA, tendo sido considerada a sua viabilidade após análise dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com os critérios do Item 5 do Edital, por ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROJETO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	PONTUAÇÃO	ANÁLISE
1º	"Empreendendo o Futuro: capacitando novos líderes"	Escola Estadual Aristófanes Fernandes	10	Selecionado
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo que o desenvolvimento do projeto apresenta uma proposta de continuidade ao incentivo dos jovens ao mercado de trabalho, visando também a adaptação do espaço de modo que promova a inclusão educacional e o aprendizado para os alunos com necessidades educacionais específicas.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, atendendo aos eixos 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4 e 4.5.5 do Edital 001/2026 - CMDCA		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO PROJETO	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	PONTUAÇÃO	ANÁLISE
2º	"Entre páginas e sentidos: Biblioteca como espaço de escuta, expressão e cuidado emocional"	Biblioteca Municipal Maria Antônia do Santíssimo	10	Selecionado
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo o desenvolvimento da proposta complementar às políticas públicas municipais de saúde, educação, assistência social e cultura.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, atendendo aos eixos 4.5.1, 4.5.2, e 4.5.4 do Edital 001/2025 - CMDCA		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
3º	"Esporte na escola: movimento que transforma"	E. M. Inácio Félix de Melo	10	Selecionado
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo a proposta apresentada considerada de grande relevância pelo contexto rural em que as crianças e adolescentes estão inseridos com poucas oportunidades a práticas esportivas.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, atendendo aos eixos 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3 e 4.5.4 do Edital 001/2026 - CMDCA		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
4º	"Corrida para o futuro: adolescentes em movimento"	Centro de Referência da Assistência Social - CRAS	10	Selecionado
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, demonstrando projeção de utilização contínua dos recursos para anos subsequentes, sendo a proposta bem fundamentada através de referenciais teóricos e indicadores.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, atendendo aos eixos 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4 e 4.5.5 do Edital 001/2026 – CMDCA.		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
5º	"Xadrez que encanta: pensar, criar e transformar"	E. E. Joaquim Adelino de Medeiros	9,0	Selecionado
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo a proposta apresentada considerada inovadora no desenvolvimento de raciocínio lógico e ampliação de oportunidades através do xadrez.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	1,0 O Projeto não atingiu nota máxima neste item, atendendo somente aos eixos 4.5.2 e 4.5.3 do Edital 001/2026 – CMDCA.		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**

6º	"Vôlei para todos"	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	9,0	Selecionado

JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)		
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo o desenvolvimento da proposta no sentido de dar continuidade à prática esportiva do vôlei que tem tido uma adesão considerável por parte das crianças e adolescentes, propondo então a ampliação do público.
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	1,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, atendendo somente os eixos 4.5.2 e 4.5.3 do Edital 001/2026 – CMDCA.
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.

CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
7º	"Cores e Vozes – arte e expressão na comunidade"	Museu Histórico de São Vicente	9,0	Selecionado

JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)		
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo a proposta apresentada considerada inovadora no sentido de valorizar a expressão artística e motivar os jovens à essa prática ainda pouco comum em nosso município.
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	1,0 O Projeto atingiu somente o eixo 4.5.2 do Edital 001/2026 – CMDCA.
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.

Art. 2º Deliberar pelo repasse de recursos do FIA no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) para cada uma das 07 (sete) entidades descritas no Art. 1º estando classificadas conforme os critérios do Edital 001/2026 – CMDCA.

Art. 3º Considerar APTAS as instituições acima mencionadas, cuja documentação apresentada foi analisada e considerada regular pelos membros deste Conselho.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Vicente/RN, 12 de maio de 2026.

CILLANE MAYARA DE MEDEIROS LOPES FURTADO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:21B2366B

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20250160

Processo Administrativo n° 048/2025
Adesão nº 001/2025

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN E A EMPRESA LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, CNPJ-MF, Nº 08.308.470/0001-29, denominado daqui por diante de CONTRATANTE, representado neste ato pelo(a) Sr.(a) JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS, Prefeita, residente na RUA SENADOR AGENOR NUNES DE MARIA, CENTRO-SÃO VICENTE/RN, portador do CPF nº 031.XXX.XXX-XX, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado de agora em diante denominada CONTRATADO e do outro lado a empresa LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 40.351.078/0001-75 sediado(a) na .Rua Maria Elita de Farias, 09 Casa 09, NOVA PARNAMIRIM, Parnamirim-RN, CEP 59151-250, Tel. (84) 2030-6766, e-mail: lumiartcomercioeservicos@hotmail.com, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) pelo Sr. VALDEMARIO PINHEIRO DE ARAUJO, residente na RUA Doutor Pedro II de Araújo, 1460, Apto nº 202, Capim Macio, Natal-RN, CEP: 59.151-250, portador do(a) CPF 011.XXX.XXX-XX, tendo em vista o que consta no processo epigrafado e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **20250160** por mais 12 (Doze) meses, a partir de **11/04/2026** até **11/04/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme especificações dos serviços a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ABRAÇADEIRA AJUSTAVEL AÇO DE 1,20 PARA POSTES CIRCULARES DE 36CM	UNIDADE	75	R$ 40,00	R$ 3.000,00
2	ABRAÇADEIRA DE NYLON BRANCA DE 80CM DE COMPRIMENTO	UNIDADE	250	R$ 2,50	R$ 625,00
3	ABRAÇADEIRA NYLON 2,5X200MM	UNIDADE	1000	R$ 0,12	R$ 120,00
4	ABRAÇADEIRA NYLON 4,8X200MM	UNIDADE	250	R$ 0,18	R$ 45,00
5	ALÇA P/ CABO 16MM	UNIDADE	750	R$ 3,00	R$ 2.250,00
6	ARAME AÇO GALVANIZADO-18	ROLO	25	R$ 30,00	R$ 750,00
7	ARRUELA	UNIDADE	750	R$ 2,25	R$ 1.687,50
8	BASE GIRATÓRIA	UNIDADE	600	R$ 6,50	R$ 3.900,00
9	BENGALA 32MM	UNIDADE	10	R$ 15,00	R$ 150,00
10	BENGALA 50MM	UNIDADE	10	R$ 20,00	R$ 200,00
11	BOCAL E-27 RABICHO	UNIDADE	300	R$ 3,00	R$ 900,00
12	BOCAL PLAFON	UNIDADE	300	R$ 6,00	R$ 1.800,00
13	BOTA TIPO ELÉTRICA	UNIDADE	10	R$ 75,00	R$ 750,00
14	BRAÇO P/LUMINÁRIA COM (2X0,040) M	UNIDADE	150	R$ 150,00	R$ 22.500,00
15	BRAÇO P/ LUMINÁRIA (2X0,50) M	UNIDADE	150	R$ 165,00	R$ 24.750,00
16	BRAÇO RETO	UNIDADE	600	R$ 24,00	R$ 14.400,00
17	CABO FLEXÍVEL 10MM2	METRO	250	R$ 8,00	R$ 2.000,00
18	CABO FLEXÍVEL 16MM2	METRO	200	R$ 13,00	R$ 2.600,00
19	ALICATES	UNIDADE	5	R$ 39,00	R$ 195,00
20	CABO FLEXÍVEL 6MM2 750V	METRO	1000	R$ 4,95	R$ 4.950,00
21	CABO MULTIPLEXADO 16MM (MONOFÁSICO)	METRO	3000	R$ 5,50	R$ 16.500,00
22	CABO PP 2X2,5MM PR 750V	METRO	750	R$ 5,50	R$ 4.125,00
23	CABO PP 2X4MM	METRO	300	R$ 9,00	R$ 2.700,00
24	CABO PP 2X6MM 750V	METRO	200	R$ 11,00	R$ 2.200,00
25	CABO PP 3X10MM 750V	METRO	100	R$ 23,00	R$ 2.300,00
26	CABO PP 3X2,5(ANTICHAMAS)	METRO	400	R$ 6,50	R$ 2.600,00
27	CABO PP 3X4,0(ANTICHAMAS)	METRO	300	R$ 11,00	R$ 3.300,00
28	CABO PP 3X6MM 750V	METRO	150	R$ 13,00	R$ 1.950,00
29	CABO PP 4X2,5MM 750V	METRO	200	R$ 9,00	R$ 1.800,00
30	CAIXA DE MEDIDOR COM LENTE(FRIFÁSICO)	UNIDADE	10	R$ 369,00	R$ 3.690,00
31	POSTE CONCRETO 12X9 METROS CIRCULAR	UNIDADE	5	R$ 1.550,00	R$ 7.750,00
32	CAIXA PADRÃO COSERN PARA MEDIDOR+CX DISJ MONOFÁSICO	UNIDADE	25	R$ 75,00	R$ 1.875,00
33	CAIXA PADRÃO COSERN PARA MEDIDOR + CX DISJ TRIFÁSICO	METRO	25	R$ 170,00	R$ 4.250,00
34	QUADRO DE EMBUTIR 36 DISJUNTOR	UNIDADE	10	R$ 77,50	R$ 775,00
35	CANDUITE FLEXÍVEL DN 25MM	METRO	250	R$ 2,00	R$ 500,00
36	CANELETA COM 2,0 M SIST.X	UNIDADE	100	R$ 7,50	R$ 750,00
37	CAPACETE PVC	UNIDADE	10	R$ 80,00	R$ 800,00
38	CHAVE DE ILUMINAÇÃO 2X60	UNIDADE	30	R$ 449,00	R$ 13.470,00
39	CHAVE DE PARTIDA MAGNÉTICA BOTOEIRA TENSÃO: 380VCA TRIFÁSICA	UNIDADE	5	R$ 259,00	R$ 1.295,00
40	CINTO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA	UNIDADE	5	R$ 349,00	R$ 1.745,00
41	CINTO PARA FERRAMENTAS DE ELETRICISTA	UNIDADE	5	R$ 349,00	R$ 1.745,00
42	CONECTOR PERFURANTE 10/90 MULTIPLEXADO	UNIDADE	500	R$ 8,00	R$ 4.000,00
43	CONECTOR PERFURANTE P/16MM	UNIDADE	450	R$ 8,00	R$ 3.600,00
44	CORTINA 200 LEDS PISCA OU FIXA 4MT X 2,2 MT BRANCA FRIA 220V	UNIDADE	100	R$ 94,00	R$ 9.400,00
45	CURVA ELETRODUTO PB25 MM	UNIDADE	10	R$ 2,00	R$ 20,00
46	CURVA ELETRODUTO PB32MM	UNIDADE	100	R$ 4,00	R$ 400,00
47	CURVA ELETRODUTO PB50 MM	UNIDADE	100	R$ 6,00	R$ 600,00
48	CX MONOFÁSICA P/DISJUNTOR	UNIDADE	15	R$ 75,00	R$ 1.125,00
49	DISJUNTOR MONO 25A	UNIDADE	30	R$ 9,00	R$ 270,00
50	DISJUNTOR MONO 40A	UNIDADE	30	R$ 9,00	R$ 270,00
51	DISJUNTOR MONO 50A	UNIDADE	30	R$ 9,00	R$ 270,00
52	DISJUNTOR 25A TRIFÁSICO	UNIDADE	30	R$ 40,00	R$ 1.200,00
53	DISJUNTOR 32A TRIFÁSICO	UNIDADE	30	R$ 40,00	R$ 1.200,00
54	DISJUNTOR 63A TRIFÁSICO	UNIDADE	30	R$ 40,00	R$ 1.200,00
55	DISJUNTOR 80A TRIFÁSICO	UNIDADE	30	R$ 125,00	R$ 3.750,00
56	DISJUNTOR 32A TRIPOLAR	UNIDADE	30	R$ 40,00	R$ 1.200,00
57	DISJUNTOR 40A TRIPOLAR	UNIDADE	30	R$ 40,00	R$ 1.200,00
58	DISJUNTOR 50A TRIPOLAR	UNIDADE	30	R$ 40,00	R$ 1.200,00
59	DISJUNTOR 16A UNIPOLAR	UNIDADE	30	R$ 9,00	R$ 270,00
60	DISJUNTOR 20A UNIPOLAR	UNIDADE	30	R$ 9,00	R$ 270,00
61	DISJUNTOR 32A UNIPOLAR	UNIDADE	30	R$ 9,00	R$ 270,00
62	DISJUNTOR 50A UNIPOLAR	UNIDADE	30	R$ 9,00	R$ 270,00
63	ELETRODUTOR FLEXÍVEL CORRUGADO 25MM	METRO	150	R$ 2,00	R$ 300,00
64	ELETRODUTOR SOLDÁVEL 25 MM, 3MTS	UNIDADE	75	R$ 7,00	R$ 525,00
65	ELETRODUTOR SOLDÁVEL 32MM, 3 MTS	UNIDADE	75	R$ 10,00	R$ 750,00
66	ELETRODUTO SOLDÁVEL 50 MM, 3MTS	UNIDADE	75	R$ 20,00	R$ 1.500,00
67	ESCADA ARTICULADA MULTIFUNCIONAL 4X3 EM ALUMÍNIO 12 DEGRAUS	UNIDADE	2	R$ 950,00	R$ 1.900,00
68	ESCADA DE FIBRA COM 4,0M	UNIDADE	3	R$ 1.650,00	R$ 4.950,00
69	ESCADA DE FIBRA COM 7,20M	UNIDADE	3	R$ 2.250,00	R$ 6.750,00
70	ESCADA TELESCOPIA MULTIFUNCIONAL ALUMÍNIO 16 DEGRAUS 5 METROS	UNIDADE	2	R$ 1.900,00	R$ 3.800,00
71	FIO DE 1,5MM	METRO	750	R$ 1,70	R$ 1.275,00
72	FIO DE 2,5MM	METRO	1500	R$ 2,40	R$ 3.600,00
73	FIO DE 4,0MM	METRO	750	R$ 3,70	R$ 2.775,00
74	FIO DE 6,0MM	METRO	400	R$ 6,00	R$ 2.400,00
75	FITA ISOLANTE 19X10 ALTA FUSÃO	UNIDADE	75	R$ 28,00	R$ 2.100,00
76	FITA ISOLANTE DE 20M	UNIDADE	150	R$ 6,00	R$ 900,00
77	HASTE ATERRAMENTO HC-558 ½ X1,200MM	UNIDADE	20	R$ 16,00	R$ 320,00
78	HASTE ATERRAMENTO HC-558 ½ X1,500MM	UNIDADE	20	R$ 18,00	R$ 360,00
79	REFLETOR LED 50W BR 6500K	UNIDADE	75	R$ 35,00	R$ 2.625,00
80	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO SIMPLES 4X2	UNIDADE	100	R$ 6,50	R$ 650,00

81	INTERRUPTOR DE 2 SEÇÕES SIMPLES	UNIDADE	100	R$ 9,00	R$ 900,00
82	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO SOBREPOR 4X2	UNIDADE	100	R$ 8,00	R$ 800,00
83	INTERRUPTOR 2 SSIMPLES 4X2	UNIDADE	150	R$ 9,00	R$ 1.350,00
84	INTERRUPTOR 3 SEÇÕES SIMPLES 4X2	UNIDADE	100	R$ 12,50	R$ 1.250,00
85	INTERRUPTOR 3 SEÇÕES SOBREPOR 4X2	UNIDADE	100	R$ 12,50	R$ 1.250,00
86	LÂMPADA BULBO LED 20W 6500K E-27 1 ANO DE GARANTIA NA CAIXA DO PRODUTO	UNIDADE	500	R$ 8,00	R$ 4.000,00
87	LÂMPADA BULBO LED 40W 6500K E27 1 ANO DE GARANTIA NA CAIXA DO PRODUTO	UNIDADE	1500	R$ 19,00	R$ 28.500,00
88	LED BULBO HP E27 6500K 75W BIVOLT 6375LM	UNIDADE	150	R$ 90,00	R$ 13.500,00
89	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA 30 LEDS	UNIDADE	100	R$ 22,00	R$ 2.200,00
90	REFLETOR DE LED 800W 6500K	UNIDADE	10	R$ 650,00	R$ 6.500,00
91	SENSOR DE PRESENÇA 4X2 EMBUTIR	UNIDADE	15	R$ 52,00	R$ 780,00
92	LUMINÁRIA DE LED 60W LUMINÁRIA LED ABERTA 60W PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VOLTAGEM:100V A 220V BIVOLT, FLUXO LUMINOSO LED IGUAL OU SUPERIOR A 4900 LUMENS, FATOR DE POTÊNCIA (FP): 0,92 IRC: 80, FLUXO RADIANTE:15.491W, ÍNDICE DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: CLASSE A, TEMPERATURA DE OPER:-15°C A 40°C, FREQUÊNCIA: 50/60HZ, PROTEÇÃO: IP66, CORRENTE: 0.284, GARANTIA 2 ANOS (APRESENTA CATÁLOGO DO PRODUTO E DOCUMENTO COMPROVANDO A GARANTIA MÍNIMA EXIGIDA)	UNIDADE	250	R$ 145,00	R$ 36.250,00
93	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED METRÓPOLE MODELO LP5100B DE 100W T DE COR: 5000K FLUXO LUMINOSO 14.000 LUMES, FATOR DE POTÊNCIA 0,98, ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP 66 GARANTIA 5 ANOS VIDA ÚTIL 50.000 HORAS ÂNGULO DE ABERTURA 70X140 FORMATO RETANGULAR	UNIDADE	300	R$ 395,00	R$ 118.500,00
94	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED METRÓPOLE MODELO LP5150B DE 150W T DE COR: 5000K FLUXO LUMINOSO 21.000 LUMES, FATOR DE POTÊNCIA 0,98, ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP 66 GARANTIA 5 ANOS VIDA ÚTIL 50.000 HORAS ÂNGULO DE ABERTURA 70X140 FORMATO RETANGULAR	UNIDADE	300	R$ 545,00	R$ 163.500,00
95	LUMINÁRIA PÚBLICA DE LED METRÓPOLE MODELO LP550B DE 50W T DE COR: 5000K FLUXO LUMINOSO 7.000 LUMES, FATOR DE POTÊNCIA 0,98, ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP 66 GARANTIA 5 ANOS VIDA ÚTIL 50.000 HORAS ÂNGULO DE ABERTURA 70X140 FORMATO RETANGULAR	UNIDADE	400	R$ 295,00	R$ 118.000,00
96	LUMINARIA PUBLICA DE LED METROPOLE MODELO LP5200B DE 2000W T DE COR: 5000K FLUXO LUMINOSA 26.000 LUMES	UNIDADE	250	R$ 615,00	R$ 153.750,00
97	LUMINARIA TIPO PETALA ALUM	UNIDADE	25	R$ 350,00	R$ 8.750,00
98	LUVA DE COBERTURA COM PUNHO E AJUSTE	UNIDADE	6	R$ 80,00	R$ 480,00
99	LUVAS ISOLANTES DE BAIXA TENSÃO	UNIDADE	6	R$ 325,00	R$ 1.950,00
100	MANGUEIRAS LUMINOSA C/ LED 2F 220 AZUL	METRO	1500	R$ 8,00	R$ 12.000,00
101	MANGUEIRA LUMINISA C/LED 2F 220 BRANCA	METRO	2500	R$ 8,00	R$ 20.000,00
102	MANGUEIRA LUMINOSA C/LED 2F 220 VERDE	METRO	1500	R$ 8,00	R$ 12.000,00
103	MANGUEIRA LUMINOSA C/LED 2F 220 VERMELHA	METRO	1500	R$ 8,00	R$ 12.000,00
104	OCULOS DE SEGURANÇA LENTE INCOLOR	UNIDADE	10	R$ 22,00	R$ 220,00
105	OLHAL PARA PARAFUSO 16MM2	UNIDADE	200	R$ 22,00	R$ 4.400,00
106	PARAFUSO COM PORCA QUADRADA 350X16MM P/A	UNIDADE	200	R$ 20,00	R$ 4.000,00
107	PARAFUSO DE 16/200	UNIDADE	300	R$ 14,00	R$ 4.200,00
108	PARAFUSO DE 16/250	UNIDADE	300	R$ 15,00	R$ 4.500,00
109	PARAFUSO DE 16/300	UNIDADE	250	R$ 19,00	R$ 4.750,00
110	PARAFUSO DE 16/400	UNIDADE	150	R$ 24,00	R$ 3.600,00
111	PISCA PISCA DE NATAL COM 100 LAMPADAS LED, AZUL, 10M, 220V	UNIDADE	300	R$ 16,00	R$ 4.800,00
112	PISCA PISCA DE NATAL COM 100 LAMPADAS LED BRANCA, 10M, 220V	UNIDADE	300	R$ 16,00	R$ 4.800,00
113	PISCA PISCA DE NATAL COM 100 LAMPADAS LED, VERMELHA, 10M, 220V	UNIDADE	300	R$ 16,00	R$ 4.800,00
114	PORCA OLHAL 16MM	UNIDADE	200	R$ 21,00	R$ 4.200,00
115	QUADRO DISTBEM 12/16 DISJ BR C/BARRA	UNIDADE	2	R$ 350,00	R$ 700,00
116	REFLETOR DE LED 500W 5500K NO MINIMO 2 ANOS DE GARANTIA	UNIDADE	50	R$ 399,00	R$ 19.950,00
117	REFLETOR DE LED 200W 5500K NO MINIMO 1 ANO DE GARANTIA	UNIDADE	50	R$ 125,00	R$ 6.250,00
118	REFLETOR LED 100W BIVOLT 5500K NO MINIMO 1 ANO DE GARANTIA	UNIDADE	75	R$ 70,00	R$ 5.250,00
119	REFLETOR LED 400W 5500K NO MINIMO 1 ANO DE GARANTIA	UNIDADE	25	R$ 259,00	R$ 6.475,00
120	RELE FOTO CEDULA 1000W NF	UNIDADE	2000	R$ 19,00	R$ 38.000,00
121	POSTE FERRO 12X12	UNIDADE	25	R$ 1.351,00	R$ 33.775,00
122	SUPORTE PARA 2 LUMINARIAS PETALAS 20CM 114	UNIDADE	10	R$ 200,00	R$ 2.000,00
123	SUPORTE PARA 3 LUMINARIAS PETALAS 20CM 114	UNIDADE	10	R$ 289,00	R$ 2.890,00
124	SUPORTE PARA 4 LUMINARIAS PETALAS 20CM	UNIDADE	10	R$ 349,00	R$ 3.490,00
125	TALABARTE DE SEGURANÇA SIMPLES	UNIDADE	3	R$ 250,00	R$ 750,00
126	TOMADA 2P+T – 10A	UNIDADE	100	R$ 7,00	R$ 700,00
127	TOMADA 2P+T 20A	UNIDADE	50	R$ 7,00	R$ 350,00
128	TOMADA 2P+T CUPLA 10A	UNIDADE	50	R$ 8,00	R$ 400,00
129	TELHA FIBRALIT	UNIDADE	15	R$ 150,00	R$ 2.250,00
130	BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO	UNIDADE	1100	R$ 7,00	R$ 7.700,00
131	CONECTOR PERFURANTE 16MM	UNIDADE	850	R$ 8,00	R$ 6.800,00
132	CONECTOR CPD95	UNIDADE	850	R$ 12,50	R$ 10.625,00
133	LAMPADA 50W DE LED	UNIDADE	1000	R$ 25,00	R$ 25.000,00
134	LAMPADA 65W DE LED	UNIDADE	500	R$ 55,75	R$ 27.875,00
135	CAIXA MONOFASICA COM LENTE	UNIDADE	50	R$ 213,00	R$ 10.650,00

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O valor total da contratação é de **R$ 1.207.517,50 (um milhão, duzentos e sete mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos).**

2.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE OU DA REPACTUAÇÃO

3.1. A CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer reajuste referente a parcelas pretéritas sobre as quais não tenha formulado efetivo e tempestivo pedido de reajuste até a data anterior à implementação da prorrogação contratual

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício aprovado pela Lei nº 827/2025, dispostos na dotação a seguir discriminada: Programa: 15.452.0009.1.022 – Manutenção melhoramento e/ou ampliação da rede de iluminação pública e COSIP, Elemento de Despesas: 33.90.30.00 – Material de Consumo, Subelemento de Despesas: 33.90.39.99 – Outros Materiais de Consumo, Fonte: 175100000 – Recursos da contribuição para o custeio do Serviço de Iluminação Pública

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO
6.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

SÃO VICENTE - RN, 09 DE ABRIL DE 2026

MUNICIPIO DE SÃO VICENTE
CNPJ(MF) 08.308.470/0001-29
Contratante

LUMIART COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ 40.351.078/0001-75
Contratado(a)

Fiscal do Contrato:

EMERSON GUSTAVO ALVES GALVÃO
CPF: 016.693.884-10
Mat. 1109

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:3094C718

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 009/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte
Municipio de Serra Negra do Norte
Registro de Preços Eletrônico - 009/2026
Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - APARELHO TELEFÔNICO FIXO E SEM FIO, PROCEDÊNCIA NACIONAL, COM DISTÂNCIA MÍNIMA FORA DA BASE DE 300 METROS, DURAÇÃO MÍNIMA DO FONE FORA DA BASE DE 12 HORAS, COM TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS, VIVA-VOZ, LOCALIZADOR DO MONOFONE, ALIMENTAÇÃO 220V E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES - Valor Referência: R$ 257,38

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	TS 3110	INTELBRAS	5	1.284,80

Item: 0002 - AR CONDICIONADOR SPLIT 12.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 819W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 2.866,33

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS (21.062.777/0001-50)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	AGRATO - 12K	AGRATO - 12K	30	58.950,00

Item: 0003 - AR CONDICIONADOR SPLIT 18.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1750W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 3.947,74

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
VITOR DIOGO WENDLING (23.588.621/0001-33)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	PHILCO PAC18FB	PHILCO PAC18FB	30	80.097,00

Item: 0004 - AR CONDICIONADOR SPLIT 24.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 2318W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 5.552,80

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS (21.062.777/0001-50)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	EOS - 24K	EOS - 24K	20	65.500,00

Item: 0005 - AR CONDICIONADOR SPLIT 30.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 2318W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 5.963,87

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
VITOR DIOGO WENDLING (23.588.621/0001-33)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	PHILCO PAC30FC	PHILCO PAC30FC	10	44.999,90

Item: 0006 - AR CONDICIONADOR SPLIT 36.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 2318W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 7.720,75

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
VITOR DIOGO WENDLING (23.588.621/0001-33)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	PHILCO PAC36000IQFM 15	PHILCO PAC36000IQFM 15	10	64.599,90

Item: 0007 - AR CONDICIONADOR SPLIT 9.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 819W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 2.339,75

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS (21.062.777/0001-50)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	AGRATTO - 9K	AGRATTO - 9K	30	54.750,00

Item: 0008 - ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1400W, COM BOCAL PARA PISO, BOCAL PARA CANTOS E FRESTAS, 2 TUBOS PROLONGADORES PLÁSTICOS COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. - Valor Referência: R$ 523,25

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	GTW 10	WAP	10	4.709,30

Item: 0009 - BALANÇA DE COZINHA DIGITAL, PROCEDÊNCIA NACIONAL, COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 10KG, PRECISÃO ELETRÔNICA DE 1G A 10KG, ESCALA DE 1G, VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO LCD, C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 44,30

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	BALANÇA DE COZINHA DIGITAL 10KG	VONDER	15	659,25

Item: 0011 - BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL, CAPACIDADE MÍNIMA PARA ATÉ 5KG, ESCALA DE 5G, PRECISÃO 1/3000, ENTRADA A/C 110/220 (BIVOLT), DISPLAY DIGITAL C/ LUZ DE NO MÍNIMO 5 DÍGITOS. - Valor Referência: R$ 35,55

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL 5 KG	CLINK	5	174,80

Item: 0012 - BATEDEIRA PLANETARIA COM FUNÇÃO MULTIVELOCIDADE, PROCEDÊNCIA NACIONAL, NA COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 300W, ALIMENTAÇÃO DE 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 309,91

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	BP-03-W	MONDIAL	10	2.999,60

Item: 0013 - BATEDEIRA PLANETARIA COM FUNÇÃO MULTIVELOCIDADE, PROCEDÊNCI A NACIONAL, CAPACIDADE 5L, POTÊNCIA MÍNIMA DE 700W, ALIMENTAÇÃO DE 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 611,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	BP-03-B	MONDIAL	10	5.499,00

Item: 0014 - BEBEDOURO DE COLUNA COM 2 TORNEIRS REFRIGERADO POR COMPRESSOR, GÁS UTILIZADO R134A (ECOLOGICO) ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 1.140,61

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA (20.481.118/0001-96)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	MASTER CGA	LIBELL	18	12.149,82

Item: 0015 - BEBEDOURO INDUSTRIAL: GABINETE EM AÇO INOX 430 PROTEGIDO COM PVC,COM 02TORNEIRAS RESERVATÓRIO FABRICADO EM POLIETILENO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS DE ÁGUA GELADA, ISOLAMENTO EPS, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, APARADOR/CUBA EM AÇO INOX 430, TORNEIRAS TIPO/MODELO PRESSÃO, GÁS UTILIZADO R134A (ECOLOGICO), TEMPERATURA COM CONTROLE ATRÁVES DE TERMOSTATO COM REGULAGEM, PÉS REGULÁVEIS EM INOX, QUE POSSA ATENDER UM FLUXO EM MÉDIA DE ATÉ 400 PESSOAS C/ ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 3.737,10

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA (20.481.118/0001-96)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	E100	ECOBLU	6	14.699,94

Item: 0016 - BEBEDOURO INDUSTRIAL: GABINETE EM AÇO INOX 430 PROTEGIDO COM PVC,COM 04 TORNEIRAS RESERVATÓRIO FABRICADO EM POLIETILENO, CAPACIDADE PARA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA, ISOLAMENTO EPS, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, APARADOR/CUBA EM AÇO INOX 430, TORNEIRAS TIPO/MODELO PRESSÃO, GÁS UTILIZADO R134A (ECOLOGICO), TEMPERATURA COM CONTROLE ATRÁVES DE TERMOSTATO COM REGULAGEM, PÉS REGULÁVEIS EM INOX, QUE POSSA ATENDER UM FLUXO EM MÉDIA DE ATÉ 400 PESSOAS C/ ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 4.288,33

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA (20.481.118/0001-96)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	E200	ECOBLU	6	18.119,94

Item: 0017 - BEBEDOURO DE MESA COM 2 TORNEIRAS REFRIGERADO POR COMPRESSOR, GÁS UTILIZADO R1 3 4 A (ECOLOGICO) ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 1.017,25

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS (21.062.777/0001-50)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	ESMALTEC - EGM30	ESMALTEC - EGM30	8	5.056,00

Item: 0018 - CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA, TIPO DE CAFÉ EM CAPSULA 220V, CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM NO MÍNIMO 800ML, SUPORTE DE XÍCARAS, GARANTIA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 385,24

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA	TRÊS CORAÇÕES	10	3.467,20

Item: 0019 - CAFETEIRA ELÉTRICA, PROCEDÊNCIA NACIONAL, COM JARRA DE VIDRO E CAPACIADE DE 1.5L/20 XÍCARAS DE 75ML, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000W, ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 549,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA (37.653.978/0001-62)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	C32X	MONDIAL	9	3.060,00

Item: 0020 - CAIXA ACÚSTICA - CAIXA ACÚSTICA, POTÊNCIA: 400 W, TAMANHO ALTO-FALANTE: 15 POL, LARGURA: 370 MM, ALTURA: 590 MM, PROFUNDIDADE: 380 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MULTIUSO, P10 (MIC), P10(LINE), USB, AUXILIAR, TIPO: AMPLIFICADA, COM ALIMENTAÇÃO 220V E/OU BIVOLT, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 1.880,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA (37.653.978/0001-62)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	CM400	MONDIAL	8	7.560,00

Item: 0021 - CAIXA DE SOM BLUETOOTH: CONECTIVIDADE: BLUETOOTH 5.1, Proteção IPX4 Á PROVA DE RESPINGOS; POTÊNCIA: 800W RMS, CONEXÕES RCA L/R, PORTA USB, ENTRADA AUXILIAR DE 3,5 MM, MICROFONE/GUITARRA/VIOLÃO COM CONTROLE DE VOLUME, COMPOSIÇÃO MÍNIMA: 2 WOOFERS + 2 TWEETERS, TAMANHO DO WOOFER 216MM (8 POLEGADAS), FORMATO DE MÍDIA TRANSMISSÍVEIS VIA BT E USB, REQUISITOS DO SISTEMA ANDROID, IOS E WINDOWS PHONE, SENSIBILIDADE: > 80 DBA, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 35HZ – 20KHZ, COM 1 ANO DE GARANTIA (MARCA SUGERIDA: JBL) - Valor Referência: R$ 2.346,31

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
RORIZ COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA (08.979.527/0001-11)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	ENERGY BOX	SUMAY	5	9.224,15

Item: 0022 - CAIXA DE SOM - CONECTIVIDADE: BLUETOOTH, POTÊNCIA MÍNIMA: 500 W MULTIUSO, COM ALIMENTAÇÃO 220V E/OU BIVOLT, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 1.458,69

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA (37.653.978/0001-62)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	CM550	MONDIAL	10	8.500,00

Item: 0023 - ESPREMEDOR DE FRUTAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 LITRO, JARRA REMOVÍVEL, PENEIRA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 70W, ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 281,39

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	E-10	MONDIAL	8	2.026,00

Item: 0024 - EXTENSÃO ELÉTRICA 10 METROS 10A CABO PP - Valor Referência: R$ 39,52

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	EXTENSÃO ELÉTRICA 10 METROS	MULTILASER	10	395,20

Item: 0025 - EXTENSÃO ELÉTRICA 20 METROS 10A CABO PP - Valor Referência: R$ 110,08

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	EXTENSÃO ELÉTRICA 20 METROS	MULTILASER	10	1.100,80

Item: 0026 - EXTENSÃO ELÉTRICA 5 METROS 10A CABO PP - Valor Referência: R$ 40,38

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	EXTENSÃO ELÉTRICA 5 METROS	MULTILASER	10	403,80

Item: 0027 - FOGÃO DE PISO 4 BOCAS NA COR BRANCA, Á GÁS E ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, CAPACIDADE DO FORNO 47L OU SUPERIOR, COM TRAVA DE SEGURANÇA, COM PAINEL APROVADO PELO INMETRO E SEOL PROCEL, ALIMENTAÇÃO 220V, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 1.011,75

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS (21.062.777/0001-50)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	BRASLAR - NEW SIRIUS PLUS 4BC	BRASLAR - NEW SIRIUS PLUS 4BC	6	4.993,62

Item: 0028 - FOGÃO DE PISO 6 BOCAS NA COR BRANCA, Á GÁS E ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, CAPACIDADE DO FORNO 94L OU SUPERIOR, COM TRAVA DE SEGURANÇA, COM PAINEL APROVADO PELO INMETRO E SEOL PROCEL, ALIMENTAÇÃO 220V, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 2.396,73

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA (37.653.978/0001-62)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	STARNEW	ITATIAIA	6	12.900,00

Item: 0029 - FOGÃO INDUSTRIAL COURAÇADO 4 BOCAS COM FORNO COM 2 GRADES E CAPACIDADE DE 103 LTS, ESTRUTURA DE CANT ONEIRAS DE AÇO, EASY CLEAN NA MESA, COM ESMALTE ANTIADERENTE QUE FACILITA A LIMPEZA, COM DIMENSÕES ((LXAXP)- CM 90X81X90, COM 4 QUEIMADORES GRANDES E 2 PEQUENOS A GÁS, BANDEIJA COLETORA DE

RESÍDUOS, SEM PRIORIDADE DE COR E COM GARANTIA. - Valor Referência: R$ 2.679,75

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	BR4BF	VENÂNCIO	6	14.399,70

Item: 0030 - FOGÃO INDUSTRIAL COURAÇADO 6 BOCAS COM FORNO COM 2 GRADES E CAPACIDADE DE 103 LTS, ESTRUTURA DE CANTONEIRAS DE AÇO, EASY CLEAN NA MESA, COM ESMALTE ANTIADERENTE QUE FACILITA A LIMPEZA, COM DIMENSÕES ((LXAXP)- CM 150X81X90, COM 6 QUEIMADORES GRANDES E 3 PEQUENOS A GÁS, BANDEIJA COLETORA DE RESÍDUOS, SEM PRIORIDADE DE COR E COM GARANTIA. - Valor Referência: R$ 5.066,50

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	BR6BF	VENÂNCIO	6	20.991,00

Item: 0031 - FORNO DE MICRO-ONDAS COM CAPACIDADE DE 31L, POTÊNCIA MÍNIMA DE 820W, COR BRANCA, COM: TIMER, DISPLAY DIGITAL, RELÓGIO, LUZ INTERNA, PRATO GIRATÓRIO, TEMPORIZADOR, COM ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 634,16

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	MEF41	ELECTROLUX	15	8.564,55

Item: 0032 - FORNO ELÉTRICO DE BANCADA CAP MÍNIMA 52L 220 V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES - Valor Referência: R$ 567,97

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	BFE55P	BRITÂNIA	10	5.648,50

Item: 0033 - FREEZER HORIZONTAL DE 1 PORTA COM CAPACIDADE DE 305L, COM FECHADURA, NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 2.633,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA (20.481.118/0001-96)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	HI330	ELECTROLUX	6	14.034,00

Item: 0034 - FREEZER HORIZONTAL DE 2 PORTAS COM CAPACIDADE DE 385L, COM FECHADURAS, NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 4.490,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MUNDIAL REFRIGERACAO EIRELI (27.390.535/0001-72)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	MIDEA 418L MDRC564FZD013	MIDEA 418L MDRC564FZD013	6	17.863,38

Item: 0035 - FREEZER HORIZONTAL DE 2 PORTAS COM CAPACIDADE DE 513L, COM FECHADURAS NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 5.999,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA (20.481.118/0001-96)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	CHB53	CONSUL	6	24.767,94

Item: 0036 - FREEZER VERTICAL COM CAPACIDADE DE 246L, COM GRADES REMOVÍVEIS E DISPOSITIVO DE CONGELAMENTO RÁPIDO FRONTAL NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 2.716,67

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	FREEZER VERTICAL 246L	ESMALTEC	6	16.299,90

Item: 0037 - FRIGOBAR 120 LITROS, LINHA BRANCA COM UMA PORTA, 220 VOLTS, SELO PROCEL DE CONSUMO "A", GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES - Valor Referência: R$ 1.816,33

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
W PERSOA COMERCIO E CONSULTORIA UNIPESSOAL LTDA (43.589.114/0001-21)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	MDRD181FGD013	MIDEA	6	6.755,04

Item: 0038 - LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, TIPO DE MOTOR UNIVERSAL, PROCEDÊNCIA NACIONAL, PRESSÃO MÁXIMA DE NO MÍNIMO 1500IB, VAZÃO MÍNIMA DE 300L/H, CARRINHO DE TRANSPORTE, ALÇA PARA TRANSPORTE, APLICADOR DE DETERGENTE INTEGRADO, TIPOS DE BICOS: VARIO JATO OU LEQUE, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1650W, PISTOLA DE ÁGUA COM MANGUEIRA DE NO MÍNIMO 3 METROS, FLEXÍVEL E ANTIBRASIVA, ALIMENTAÇÃO DE 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 1.486,15

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	WASH 2350	WAP	2	2.675,08

Item: 0039 - LAVADORA DE ROUPAS COM TIPO DE ABERTURA DA TAMPA SUPERIOR, CAPACIDADE DE ROUPA SECA E/OU MOLHADA 15KG, ROTAÇÃO DO MOTOR MÍNIMA DE 750 RPM, COM FUNÇÃO DE CENTRIFUGAÇÃO, NÍVEL AUTOMÁTICO DA ÁGUA, NÍVEIS DE FILTRAGEM, NA COR BRANCA COM ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 2.510,91

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA (20.481.118/0001-96)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	WAVE AGITATOR	MIDEA	2	4.399,30

Item: 0040 - LAVADOURA DE ROUPAS SEMI-AUTOMÁTICA, COM ABERTURA DE TAMPA TIPO SUPERIOR, CAPACIDADE DE ROUPA SECA E/OU MOLHADA DE 9KG, PAINEL MANUAL, COM ELIMINADOR DE FIAPOS, ALIMENTAÇÃO DE 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 999,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA (37.653.978/0001-62)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	LX1022PT	SUGGAR	2	1.420,00

Item: 0041 - LIQUIDIFICADOR COM 3 VELOCIDADES, JARRA COM CAPACIDADE DE 2 LITROS OU SUPERIOR, POTÊNCIA MÍNIMA DE 350W, ALIMENTAÇÃO 220V, APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 324,30

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA (37.653.978/0001-62)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	L99FB	MONDIAL	15	2.700,00

Item: 0042 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM 1 VELOCIDADE, CORPO INOX, COM CAPACIDADE DE 2 LITROS OU SUPERIOR, POTÊNCIA MÍNIMA DE 340W, ALIMENTAÇÃO 220V, APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 599,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS (21.062.777/0001-50)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	VITHORY - 02L	VITHORY - 02L	10	4.820,00

Item: 0043 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM BAIXA ROTAÇÃO, CAPACIDADE DE 4L, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000 W 1/2CV 220W, APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES - Valor Referência: R$ 917,17

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS (21.062.777/0001-50)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	EVITRA-04L	EVITRA-04L	10	5.310,00

Item: 0044 - MICROFONE DUPLO DE MÃO, SEM FIO, RECARREGÁVEL COM DISTÂNCIA OPERACIONAL DE NO MÍNIMO ATÉ 40M, 220V, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES - Valor Referência: R$ 673,83

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
RORIZ COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA (08.979.527/0001-11)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	MXD4 BT58	MXT	8	3.588,00

Item: 0045 - MICROFONE FACIAL SEM FIO DUPLO RECARREGÁVEL COM DISTÂNCIA OPERACIONAL DE NO MÍNIMO ATÉ 40M - 220V, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES - Valor Referência: R$ 1.112,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
RORIZ COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA (08.979.527/0001-11)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	KT-02H	KSR	6	3.774,90

Item: 0046 - REFRIGERADOR 2 PORTAS, FROST FREE COM CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO MÍNIMO 350 LITROS, NA COR BRANCA, COM: GRADES REMOVÍVEIS, PRATELEIRAS NA PORTA, ILUMINAÇÃO INTERNA, SELO PROCEL, COMPARTIMENTOS EXTRA FRIO, GAVETA, PORTA OVOS, PÉS NIVELADORES, CONTROLE DE TEMPERATURA, CONGELADOR, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 3.799,00

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
W PERSOA COMERCIO E CONSULTORIA UNIPESSOAL LTDA (43.589.114/0001-21)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	MDRT533EVD012	MIDEA	10	31.092,60

Item: 0047 - REFRIGERADOR 2 PORTAS, FROST FREE COM CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO MÍNIMO 400 LITROS, NA COR BRANCA, COM: GRADES REMOVÍVEIS, PRATELEIRAS NA PORTA, ILUMINAÇÃO INTERNA, SELO PROCEL, COMPARTIMENTOS EXTRA FRIO, GAVETA, PORTA OVOS, PÉS NIVELADORES, CONTROLE DE TEMPERATURA, CONGELADOR, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 4.235,57

Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
MUNDIAL REFRIGERACAO EIRELI (27.390.535/0001-72)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	MIDEA 425L MDRT572EVD013	MIDEA 425L MDRT572EVD013	10	36.899,90

Item: 0048 - SANDUICHEIRA TIPO GRILL PARA TODOS OS TIPOS DE PÃES, COM CAPACIDADE PARA 2 PÃES, SUPERFÍCIE ANTIADERENTE, INDICADOR LUMINOSO LIGA/DESLIGA, POTENCIA MÍNIMA DE 600W, ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 103,17					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	S-12	MONDIAL	10	999,50
Item: 0049 - SMART TV 43" - 4K - WI-FI - BLUETOOTH - HDR - MÍNIMO 3 HDMI 1 USB; FORMATO DA TELA; WIDESCREEN; SISTEMA DE SOM DOLBY DIGITAL PLUS; BIVOLT, COM GARANTIA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 2.218,56					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	43S5135/78G	AOC	25	47.498,75
Item: 0050 - SMART TV 50" - 4K - WI-FI - BLUETOOTH - HDR - MÍNIMO 3 HDMI 1 USB; FORMATO DA TELA; WIDESCREEN; SISTEMA DE SOM DOLBY DIGITAL PLUS; BIVOLT, COM GARANTIA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 2.536,66					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	50U6305/78G	AOC	10	22.829,90
Item: 0051 - SMART TV 65" - 4K - WI-FI - BLUETOOTH - HDR - MÍNIMO 3 HDMI 1 USB; FORMATO DA TELA; WIDESCREEN; SISTEMA DE SOM DOLBY DIGITAL PLUS; BIVOLT, COM GARANTIA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 4.453,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	65AU801C0SA	LG	10	40.083,80
Item: 0052 - TERMÔMETRO CULINÁRIO DIGITAL, ESCACA EM GRAUS CELSIUS DE -50° C A +300° C, VISOR EM CRISTAL LÍQUIDO LCD, C/ GARANTIRA MÍNIMA DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 21,02					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	TERMÔMETRO CULINÁRIO DIGITAL	CLINK	5	105,10
Item: 0053 - VENTILADOR DE MESA DE 50CM COM 3 VELOCIDADES, COM INCLINAÇÃO, COM NO MÍNIMO 3 HÉLICES, COM ÁREA DE VENTILAÇÃO (M²) 20M², COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 55W, ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - Valor Referência: R$ 299,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	NEW PREMIUM	VENTISOL	7	1.888,46
Item: 0054 - VENTILADOR DE PAREDE 60 CMS, COM NO MÍNIMO 3 HÉLICES, TIPO DE VELOCIDADE CONTÍNUO, ÁREA DE VENTILAÇÃO (M²) 40M², QUE POSSUA INCLINAÇÃO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140W, COM ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12MESES. - Valor Referência: R$ 434,36					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	NEW PREMIUM	VENTISOL	30	10.800,00
Item: 0055 - VENTILADOR TIPO COLUNA 60 CMS, COM NO MÍNIMO 3 HÉLICES, COM GRADE EM AÇO PINTADO COM TRATAMENTO ANTI FERRUGEM, ÁREA DE VENTILAÇÃO (M²) 40M², QUE POSSUA INCLINAÇÃO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140W, COM ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12MESES. - Valor Referência: R$ 504,60					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA (53.571.459/0001-01)	Adjudicado em: 11/05/2026 - 11:07:40 - Por: Acácio Sânzio de Brito	NEW PREMIUM	VENTISOL	30	10.800,00

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Autoridade Competente

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:6FB5D5E3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACOES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE MUNICIPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE REGISTRO DE PREÇOS ELETRÔNICO - 009/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte			
Municipio de Serra Negra do Norte			
Registro de Preços Eletrônico - 009/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - APARELHO TELEFÔNICO FIXO E SEM FIO, PROCEDÊNCIA NACIONAL, COM DISTÂNCIA MÍNIMA FORA DA BASE DE 300 METROS, DURAÇÃO MÍNIMA DO FONE FORA DA BASE DE 12 HORAS, COM TRANSFERÊNCIA DE CHAMADAS, VIVA- VOZ, LOCALIZADOR DO MONOFONE, ALIMENTAÇÃO 220V E GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES - TS 3110 - Valor Referência: 257,38			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	256,96	1.284,80	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0002 - AR CONDICIONADOR SPLIT 12.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 819W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - AGRATO - 12K - Valor Referência: 2.866,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS	1.965,00	58.950,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0003 - AR CONDICIONADOR SPLIT 18.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1750W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - PHILCO PAC18FB - Valor Referência: 3.947,74			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
VITOR DIOGO WENDLING	2.669,90	80.097,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0004 - AR CONDICIONADOR SPLIT 24.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 2318W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - EOS - 24K - Valor Referência: 5.552,80			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS	3.275,00	65.500,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0005 - AR CONDICIONADOR SPLIT 30.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 2318W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - PHILCO PAC30FC - Valor Referência: 5.963,87			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
VITOR DIOGO WENDLING	4.499,99	44.999,90	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0006 - AR CONDICIONADOR SPLIT 36.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 2318W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - PHILCO PAC36000IQFM15 - Valor Referência: 7.720,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
VITOR DIOGO WENDLING	6.459,99	64.599,90	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0007 - AR CONDICIONADOR SPLIT 9.000 BTUS CLASSE A, PROCEDÊNCIA NACIONAL, FRIO, COM: SELO PROCEL, TIME, BAIXO RUÍDO, PAINEL ELETRÔNICO, CONTROLE DE TEMPERATURA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 819W, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - AGRATTO - 9K - Valor Referência: 2.339,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS	1.825,00	54.750,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0008 - ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1400W, COM BOCAL PARA PISO, BOCAL PARA CANTOS E FRESTAS, 2 TUBOS PROLONGADORES PLÁSTICOS COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. - GTW 10 - Valor Referência: 523,25			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	470,93	4.709,30	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0009 - BALANÇA DE COZINHA DIGITAL, PROCEDÊNCIA NACIONAL, COM CAPACIDADE MÁXIMA DE 10KG, PRECISÃO ELETRÔNICA DE 1G A 10KG, ESCALA DE 1G, VISOR DE CRISTAL LÍQUIDO LCD, C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - BALANÇA DE COZINHA DIGITAL 10KG - Valor Referência: 44,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	43,95	659,25	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0011 - BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL, CAPACIDADE MÍNIMA PARA ATÉ 5KG, ESCALA DE 5G, PRECISÃO 1/3000, ENTRADA A/C 110/220 (BIVOLT), DISPLAY DIGITAL C/ LUZ DE NO MÍNIMO 5 DÍGITOS. - BALANÇA ELETRÔNICA DIGITAL 5 KG - Valor Referência: 35,55			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	34,96	174,80	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0012 - BATEDEIRA PLANETARIA COM FUNÇÃO MULTIVELOCIDADE, PROCEDÊNCIA NACIONAL, NA COR BRANCA, POTÊNCIA MÍNIMA DE 300W, ALIMENTAÇÃO DE 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - BP-03-W - Valor Referência: 309,91			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	299,96	2.999,60	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0013 - BATEDEIRA PLANETARIA COM FUNÇÃO MULTIVELOCIDADE, PROCEDÊNCI A NACIONAL, CAPACIDADE 5L, POTÊNCIA MÍNIMA DE 700W, ALIMENTAÇÃO DE 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - BP-03-B - Valor Referência: 611,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	549,90	5.499,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0014 - BEBEDOURO DE COLUNA COM 2 TORNEIRS REFRIGERADO POR COMPRESSOR, GÁS UTILIZADO R134A (ECOLOGICO) ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - MASTER CGA - Valor Referência: 1.140,61			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	674,99	12.149,82	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0015 - BEBEDOURO INDUSTRIAL: GABINETE EM AÇO INOX 430 PROTEGIDO COM PVC,COM 02TORNEIRAS RESERVATÓRIO FABRICADO EM POLIETILENO, CAPACIDADE PARA 100 LITROS DE ÁGUA GELADA, ISOLAMENTO EPS, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, APARADOR/CUBA EM AÇO INOX 430, TORNEIRAS TIPO/MODELO PRESSÃO, GÁS UTILIZADO R134A (ECOLOGICO), TEMPERATURA COM CONTROLE ATRÁVES DE TERMOSTATO COM REGULAGEM, PÉS REGULÁVEIS EM INOX, QUE POSSA ATENDER UM FLUXO EM MÉDIA DE ATÉ 400 PESSOAS C/ ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - E100 - Valor Referência: 3.737,10			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	2.449,99	14.699,94	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0016 - BEBEDOURO INDUSTRIAL: GABINETE EM AÇO INOX 430 PROTEGIDO COM PVC,COM 04 TORNEIRAS RESERVATÓRIO FABRICADO EM POLIETILENO, CAPACIDADE PARA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA, ISOLAMENTO EPS, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, APARADOR/CUBA EM AÇO INOX 430, TORNEIRAS TIPO/MODELO PRESSÃO, GÁS UTILIZADO R134A (ECOLOGICO), TEMPERATURA COM CONTROLE ATRÁVES DE TERMOSTATO COM REGULAGEM, PÉS REGULÁVEIS EM INOX, QUE POSSA ATENDER UM FLUXO EM MÉDIA DE ATÉ 400 PESSOAS C/ ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - E200 - Valor Referência: 4.288,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	3.019,99	18.119,94	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0017 - BEBEDOURO DE MESA COM 2 TORNEIRAS REFRIGERADO POR COMPRESSOR, GÁS UTILIZADO R1 3 4 A (ECOLOGICO) ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - ESMALTEC - EGM30 - Valor Referência: 1.017,25			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS	632,00	5.056,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0018 - CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA, TIPO DE CAFÉ EM CAPSULA 220V, CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM NO MÍNIMO 800ML, SUPORTE DE XÍCARAS, GARANTIA DE 12 MESES. - CAFETEIRA ELÉTRICA AUTOMÁTICA - Valor Referência: 385,24			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	346,72	3.467,20	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0019 - CAFETEIRA ELÉTRICA, PROCEDÊNCIA NACIONAL, COM JARRA DE VIDRO E CAPACIADE DE 1.5L/20 XÍCARAS DE 75ML, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000W, ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - C32X - Valor Referência: 549,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA	340,00	3.060,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0020 - CAIXA ACÚSTICA - CAIXA ACÚSTICA, POTÊNCIA: 400 W, TAMANHO ALTO-FALANTE: 15 POL, LARGURA: 370 MM, ALTURA: 590 MM, PROFUNDIDADE: 380 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MULTIUSO, P10 (MIC), P10(LINE), USB, AUXILIAR, TIPO: AMPLIFICADA, COM ALIMENTAÇÃO 220V E/OU BIVOLT, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - CM400 - Valor Referência: 1.880,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA	945,00	7.560,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0021 - CAIXA DE SOM BLUETOOTH: CONECTIVIDADE: BLUETOOTH 5.1, Proteção IPX4 Á PROVA DE RESPINGOS; POTÊNCIA: 800W RMS, CONEXÕES RCA L/R, PORTA USB, ENTRADA AUXILIAR DE 3,5 MM, MICROFONE/GUITARRA/VIOLÃO COM CONTROLE DE VOLUME, COMPOSIÇÃO MÍNIMA: 2 WOOFERS + 2 TWEETERS, TAMANHO DO WOOFER 216MM (8 POLEGADAS), FORMATO DE MÍDIA TRANSMISSÍVEIS VIA BT E USB, REQUISITOS DO SISTEMA ANDROID, IOS E WINDOWS PHONE, SENSIBILIDADE: > 80 DBA, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 35HZ – 20KHZ, COM 1 ANO DE GARANTIA (MARCA SUGERIDA: JBL) - ENERGY BOX - Valor Referência: 2.346,31			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
RORIZ COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	1.844,83	9.224,15	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0022 - CAIXA DE SOM - CONECTIVIDADE: BLUETOOTH, POTÊNCIA MÍNIMA: 500 W MULTIUSO, COM ALIMENTAÇÃO 220V E/OU BIVOLT, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - CM550 - Valor Referência: 1.458,69			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA	850,00	8.500,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0023 - ESPREMEDOR DE FRUTAS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1 LITRO, JARRA REMOVÍVEL, PENEIRA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 70W, ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - E-10 - Valor Referência: 281,39			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	253,25	2.026,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0024 - EXTENSÃO ELÉTRICA 10 METROS 10A CABO PP - EXTENSÃO ELÉTRICA 10 METROS - Valor Referência: 39,52			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	39,52	395,20	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0025 - EXTENSÃO ELÉTRICA 20 METROS 10A CABO PP - EXTENSÃO ELÉTRICA 20 METROS - Valor Referência: 110,08			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	110,08	1.100,80	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0026 - EXTENSÃO ELÉTRICA 5 METROS 10A CABO PP - EXTENSÃO ELÉTRICA 5 METROS - Valor Referência: 40,38			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	40,38	403,80	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0027 - FOGÃO DE PISO 4 BOCAS NA COR BRANCA, Á GÁS E ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, CAPACIDADE DO FORNO 47L OU SUPERIOR, COM TRAVA DE SEGURANÇA, COM PAINEL APROVADO PELO INMETRO E SEOL PROCEL, ALIMENTAÇÃO 220V, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - BRASLAR - NEW SIRIUS PLUS 4BC - Valor Referência: 1.011,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS	832,27	4.993,62	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0028 - FOGÃO DE PISO 6 BOCAS NA COR BRANCA, Á GÁS E ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, CAPACIDADE DO FORNO 94L OU SUPERIOR, COM TRAVA DE SEGURANÇA, COM PAINEL APROVADO PELO INMETRO E SEOL PROCEL, ALIMENTAÇÃO 220V, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - STARNEW - Valor Referência: 2.396,73			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA	2.150,00	12.900,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0029 - FOGÃO INDUSTRIAL COURAÇADO 4 BOCAS COM FORNO COM 2 GRADES E CAPACIDADE DE 103 LTS, ESTRUTURA DE CANT ONEIRAS DE AÇO, EASY CLEAN NA MESA, COM ESMALTE ANTIADERENTE QUE FACILITA A LIMPEZA, COM DIMENSÕES ((LXAXP)- CM 90X81X90, COM 4 QUEIMADORES GRANDES E 2 PEQUENOS A GÁS, BANDEIJA COLETORA DE RESÍDUOS, SEM PRIORIDADE DE COR E COM GARANTIA. - BR4BF - Valor Referência: 2.679,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	2.399,95	14.399,70	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0030 - FOGÃO INDUSTRIAL COURAÇADO 6 BOCAS COM FORNO COM 2 GRADES E CAPACIDADE DE 103 LTS, ESTRUTURA DE CANTONEIRAS DE AÇO, EASY CLEAN NA MESA, COM ESMALTE ANTIADERENTE QUE FACILITA A LIMPEZA, COM DIMENSÕES ((LXAXP)- CM 150X81X90, COM 6 QUEIMADORES GRANDES E 3 PEQUENOS A GÁS, BANDEIJA COLETORA DE RESÍDUOS, SEM PRIORIDADE DE COR E COM GARANTIA. - BR6BF - Valor Referência: 5.066,50			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	3.498,50	20.991,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0031 - FORNO DE MICRO-ONDAS COM CAPACIDADE DE 31L, POTÊNCIA MÍNIMA DE 820W, COR BRANCA, COM: TIMER, DISPLAY DIGITAL, RELÓGIO, LUZ INTERNA, PRATO GIRATÓRIO, TEMPORIZADOR, COM ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - MEF41 - Valor Referência: 634,16			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	570,97	8.564,55	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0032 - FORNO ELÉTRICO DE BANCADA CAP MÍNIMA 52L 220 V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES - BFE55P - Valor Referência: 567,97			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	564,85	5.648,50	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito

0033 - FREEZER HORIZONTAL DE 1 PORTA COM CAPACIDADE DE 305L, COM FECHADURA, NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - HI330 - Valor Referência: 2.633,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	2.339,00	14.034,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0034 - FREEZER HORIZONTAL DE 2 PORTAS COM CAPACIDADE DE 385L, COM FECHADURAS, NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - MIDEA 418L MDRC564FZD013 - Valor Referência: 4.490,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MUNDIAL REFRIGERACAO EIRELI	2.977,23	17.863,38	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0035 - FREEZER HORIZONTAL DE 2 PORTAS COM CAPACIDADE DE 513L, COM FECHADURAS NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - CHB53 - Valor Referência: 5.999,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	4.127,99	24.767,94	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0036 - FREEZER VERTICAL COM CAPACIDADE DE 246L, COM GRADES REMOVÍVEIS E DISPOSITIVO DE CONGELAMENTO RÁPIDO FRONTAL NA COR BRANCA, ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - FREEZER VERTICAL 246L - Valor Referência: 2.716,67			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	2.716,65	16.299,90	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0037 - FRIGOBAR 120 LITROS, LINHA BRANCA COM UMA PORTA, 220 VOLTS, SELO PROCEL DE CONSUMO "A", GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES - MDRD181FGD013 - Valor Referência: 1.816,33			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
W PERSOA COMERCIO E CONSULTORIA UNIPESSOAL LTDA	1.125,84	6.755,04	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0038 - LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, TIPO DE MOTOR UNIVERSAL, PROCEDÊNCIA NACIONAL, PRESSÃO MÁXIMA DE NO MÍNIMO 1500IB, VAZÃO MÍNIMA DE 300L/H, CARRINHO DE TRANSPORTE, ALÇA PARA TRANSPORTE, APLICADOR DE DETERGENTE INTEGRADO, TIPOS DE BICOS: VARIO JATO OU LEQUE, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1650W, PISTOLA DE ÁGUA COM MANGUEIRA DE NO MÍNIMO 3 METROS, FLEXÍVEL E ANTIBRASIVA, ALIMENTAÇÃO DE 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - WASH 2350 - Valor Referência: 1.486,15			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	1.337,54	2.675,08	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0039 - LAVADORA DE ROUPAS COM TIPO DE ABERTURA DA TAMPA SUPERIOR, CAPACIDADE DE ROUPA SECA E/OU MOLHADA 15KG, ROTAÇÃO DO MOTOR MÍNIMA DE 750 RPM, COM FUNÇÃO DE CENTRIFUGAÇÃO, NÍVEL AUTOMÁTICO DA ÁGUA, NÍVEIS DE FILTRAGEM, NA COR BRANCA COM ALIMENTAÇÃO 220V E APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - WAVE AGITATOR - Valor Referência: 2.510,91			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	2.199,65	4.399,30	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0040 - LAVADOURA DE ROUPAS SEMI-AUTOMÁTICA, COM ABERTURA DE TAMPA TIPO SUPERIOR, CAPACIDADE DE ROUPA SECA E/OU MOLHADA DE 9KG, PAINEL MANUAL, COM ELIMINADOR DE FIAPOS, ALIMENTAÇÃO DE 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - LX1022PT - Valor Referência: 999,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA	710,00	1.420,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0041 - LIQUIDIFICADOR COM 3 VELOCIDADES, JARRA COM CAPACIDADE DE 2 LITROS OU SUPERIOR, POTÊNCIA MÍNIMA DE 350W, ALIMENTAÇÃO 220V, APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - L99FB - Valor Referência: 324,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MGH COMERCIO E SERVICOS LTDA	180,00	2.700,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0042 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM 1 VELOCIDADE, CORPO INOX, COM CAPACIDADE DE 2 LITROS OU SUPERIOR, POTÊNCIA MÍNIMA DE 340W, ALIMENTAÇÃO 220V, APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - VITHORY - 02L - Valor Referência: 599,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS	482,00	4.820,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0043 - LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL COM BAIXA ROTAÇÃO, CAPACIDADE DE 4L, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000 W 1/2CV 220W, APROVADO PELO INMETRO, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES - EVITRA-04L - Valor Referência: 917,17			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MEIRE KARLA DE AZEVEDO ARAUJO DUTRA DANTAS	531,00	5.310,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0044 - MICROFONE DUPLO DE MÃO, SEM FIO, RECARREGÁVEL COM DISTÂNCIA OPERACIONAL DE NO MÍNIMO ATÉ 40M, 220V, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES - MXD4 BT58 - Valor Referência: 673,83			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
RORIZ COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	448,50	3.588,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0045 - MICROFONE FACIAL SEM FIO DUPLO RECARREGÁVEL COM DISTÂNCIA OPERACIONAL DE NO MÍNIMO ATÉ 40M - 220V, C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES - KT-02H - Valor Referência: 1.112,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
RORIZ COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	629,15	3.774,90	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0046 - REFRIGERADOR 2 PORTAS, FROST FREE COM CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO MÍNIMO 350 LITROS, NA COR BRANCA, COM: GRADES REMOVÍVEIS, PRATELEIRAS NA PORTA, ILUMINAÇÃO INTERNA, SELO PROCEL, COMPARTIMENTOS EXTRA FRIO, GAVETA, PORTA OVOS, PÉS NIVELADORES, CONTROLE DE TEMPERATURA, CONGELADOR, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - MDRT533EVD012 - Valor Referência: 3.799,00			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
W PERSOA COMERCIO E CONSULTORIA UNIPESSOAL LTDA	3.109,26	31.092,60	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0047 - REFRIGERADOR 2 PORTAS, FROST FREE COM CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO MÍNIMO 400 LITROS, NA COR BRANCA, COM: GRADES REMOVÍVEIS, PRATELEIRAS NA PORTA, ILUMINAÇÃO INTERNA, SELO PROCEL, COMPARTIMENTOS EXTRA FRIO, GAVETA, PORTA OVOS, PÉS NIVELADORES, CONTROLE DE TEMPERATURA, CONGELADOR, ALIMENTAÇÃO 220V E COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - MIDEA 425L MDRT572EVD013 - Valor Referência: 4.235,57			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
MUNDIAL REFRIGERACAO EIRELI	3.689,99	36.899,90	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0048 - SANDUICHEIRA TIPO GRILL PARA TODOS OS TIPOS DE PÃES, COM CAPACIDADE PARA 2 PÃES, SUPERFÍCIE ANTIADERENTE, INDICADOR LUMINOSO LIGA/DESLIGA, POTENCIA MÍNIMA DE 600W, ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. - S-12 - Valor Referência: 103,17			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	99,95	999,50	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0049 - SMART TV 43" - 4K - WI-FI - BLUETOOTH - HDR - MÍNIMO 3 HDMI 1 USB; FORMATO DA TELA; WIDESCREEN; SISTEMA DE SOM DOLBY DIGITAL PLUS; BIVOLT, COM GARANTIA DE 12 MESES. - 43S5135/78G - Valor Referência: 2.218,56			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	1.899,95	47.498,75	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0050 - SMART TV 50" - 4K - WI-FI - BLUETOOTH - HDR - MÍNIMO 3 HDMI 1 USB; FORMATO DA TELA; WIDESCREEN; SISTEMA DE SOM DOLBY DIGITAL PLUS; BIVOLT, COM GARANTIA DE 12 MESES. - 50U6305/78G - Valor Referência: 2.536,66			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	2.282,99	22.829,90	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0051 - SMART TV 65" - 4K - WI-FI - BLUETOOTH - HDR - MÍNIMO 3 HDMI 1 USB; FORMATO DA TELA; WIDESCREEN; SISTEMA DE SOM DOLBY DIGITAL PLUS; BIVOLT, COM GARANTIA DE 12 MESES. - 65AU801C0SA - Valor Referência: 4.453,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	4.008,38	40.083,80	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0052 - TERMÔMETRO CULINÁRIO DIGITAL, ESCACA EM GRAUS CELSIUS DE -50° C A +300° C, VISOR EM CRISTAL LÍQUIDO LCD, C/ GARANTIRA MÍNIMA DE 12 MESES. - TERMÔMETRO CULINÁRIO DIGITAL - Valor Referência: 21,02			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	21,02	105,10	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0053 - VENTILADOR DE MESA DE 50CM COM 3 VELOCIDADES, COM INCLINAÇÃO, COM NO MÍNIMO 3 HÉLICES, COM ÁREA DE VENTILAÇÃO (M²) 20M², COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 55W, ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA NO MÍNIMO DE 12 MESES. - NEW PREMIUM - Valor Referência: 299,75			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	269,78	1.888,46	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0054 - VENTILADOR DE PAREDE 60 CMS, COM NO MÍNIMO 3 HÉLICES, TIPO DE VELOCIDADE CONTÍNUO, ÁREA DE VENTILAÇÃO (M²) 40M², QUE POSSUA INCLINAÇÃO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140W, COM ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12MESES. - NEW PREMIUM - Valor Referência: 434,36			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	360,00	10.800,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
0055 - VENTILADOR TIPO COLUNA 60 CMS, COM NO MÍNIMO 3 HÉLICES, COM GRADE EM AÇO PINTADO COM TRATAMENTO ANTI FERRUGEM, ÁREA DE VENTILAÇÃO (M²) 40M², QUE POSSUA INCLINAÇÃO, POTÊNCIA MÍNIMA DE 140W, COM ALIMENTAÇÃO 220V E C/ GARANTIA MÍNIMA DE 12MESES. - NEW PREMIUM - Valor Referência: 504,60			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA	360,00	10.800,00	Homologado em 11/05/2026 11:07:56 Por: Acácio Sânzio de Brito
ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO			
Autoridade Competente			

Publicado por:
Yan Souza Lopes
Código Identificador:478480EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026PE - OBJETO: Formação de ata de registro de preço para possível aquisição de combustível da secretaria de obras e urbanismo de Severiano Melo/RN. REGISTRADOR: Prefeitura de Severiano Melo inscrita no CNPJ 08.358.046/0001-99. EMPRESA (S) CONTRATADA (S): GILDO ALVES DE CARVALHO (04.993.854/0001-77)
POSTO PINTO PETROLEO LTDA (04.905.677/0001-20)
- Valor total de R$ 2.843.370,00;

Fornecedor vencedor	Item	Código	Material/Serviço	Unid. Medida	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
POSTO PINTO PETROLEO LTDA	1	120	DIESEL COMUM	LT	165.000	6,78	1.118.700,00
POSTO PINTO PETROLEO LTDA	2	119	DIESEL S-10	LT	115.000	7,20	828.000,00
GILDO ALVES DE CARVALHO	3	118	GASOLINA COMUM	LT	123.000	7,29	896.670,00

DATA DE ASSINATURA: 12/05/2026; VALIDADE: 12 MESES.

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:5C3C42DA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2025-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026

Processo Administrativo nº 20260326/2025
OBJETO: Aquisição de mochilas escolares, estojos escolares e bolsas escolares, a serem distribuídos gratuitamente aos alunos regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino, para utilização no ano letivo..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **MARIA DE FATIMA ARAÚJO SILVA**		
CNPJ: **11.886.312/0001-60**	Telefone: **(84) 3214-4489**	Email:
Endereço: **RUA: DOS COLIBRIS , 20 , CONJUNTO: ALAMEDA POTIGUAR, SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN, CEP: 59290-000**		
Representante: **Maria de Fátima Araújo Silva** - CPF: **652.681.724-68**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0031769 - Estojo para lápis - medindo 24cm x 8cm de altura, fabricada em 100% poliéster, revestido de policloreto de vinila, cor a definir, fechamento com ziper e logomarca em silk.	MF	UNIDADE	1500,000000	9,000	13.500,00

Importa a presente em R$ **13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.
VIGÊNCIA: **11 de maio de 2027**. TANGARÁ/RN, **11 de maio de 2026**.
ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **MARIA DE FATIMA ARAÚJO SILVA**. CNPJ Nº **11.886.312/0001-60** Maria de Fátima Araújo Silva CPF de número **652.681.724-68** cargo **EMPRESARIA** – Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:8A6799A3

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026

Processo Administrativo nº 20260326/2025
OBJETO: Aquisição de mochilas escolares, estojos escolares e bolsas escolares, a serem distribuídos gratuitamente aos alunos regularmente matriculados na rede pública municipal de ensino, para utilização no ano letivo..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **LF5 COMERCIO, INDUSTRIA E CONSTRUCOES LTDA**		
CNPJ: **54.257.139/0002-25**	Telefone: **8432316857**	Email:
Endereço: **TRAV. MANOEL PACHECO DE OLIVEIRA, 0., SOL NASCENTE, Serrolândia/BA, CEP: 44710-000**		
Representante: **JANDARIO PEREIRA LIMA** - CPF: **029.697.055-75**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0031767 - MOCHILA INFANTIL - medindo 36cm de altura x 27cm de largura fabricada em 100% poliéster, revestido de policloreto de vinila, cor a definir. Na parte interna amplo compartimento, na parte externa bolso frontal com fechamento em zíper, alça de mão, alça de costas, detalhes em pu, fechamento em zíper. No Bolso Frontal deverá ter Logomarca de Tangará.	PROPRIA	UNIDADE	1500,000000	36,700	55.050,00
2	0031768 - Bolsa carteiro - fabricado em lona 600, cor a definir, medindo 37cm de altura x 32cm de largura, tampa externa com bolso de ziper, acabamento em couro, fechamento principal com ziper, alça longa regulável em cadarço de 40mm e logomarca em silk 1 cor.	PROPRIA	UNIDADE	250,000000	39,900	9.975,00

Importa a presente em R$ **65.025,00 (sessenta e cinco mil e vinte e cinco reais)**.
VIGÊNCIA: **11 de maio de 2027**. TANGARÁ/RN, **11 de maio de 2026**.
ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **LF5 COMERCIO, INDUSTRIA E CONSTRUCOES LTDA**. CNPJ Nº **54.257.139/0002-25** JANDARIO PEREIRA LIMA CPF de número **029.697.055-75** cargo **Representante** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:3B288E0E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026
O MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL/RN, através da **Comissão Permanente de Licitação**, torna público o resultado do **Pregão Eletrônico Nº 07/2026,** conforme descrito: objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO CLÍNICA DESTINADOS À ESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE E EQUIPES DE MEDIA COMPLEXIDADE, DO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL/RN**, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.. Empresa(s) Vencedora(s):

Vencedor(es): **JM COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI**					
CNPJ: **26.690.173/0001-72**				Email: **jm.licitacao2017@gmail.com**	Telefone: **84 - 3302-6473**
Endereço: **AV INTERVENTOR MARIO CAMARA , 2661 , NOSSA SENHORA DE NAZARE , NATAL /RN, CEP: 59062-600**					
Representante: **TONIO FERNANDO SILVEIRA MARIZ** - RG:					
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)
00002	ESTETOSCÓPIO INFANTIL	PREMIUM	UND	50,000000	22,00
00004	Esfigmomanômetro Aneróide Adulto	PREMIUM	UND	300,000000	79,99
00005	Esfigmomanômetro Aneróide infantil	PREMIUM	UND	100,000000	79,54
00007	Esfigmomanômetro digital de braço	GTECH	UND	100,000000	127,85
00008	TERMÔMETRO INFRA VERMELHO DIGITAL	TERMON	UND	200,000000	88,91
00009	Termômetro clínico digital	MULTILASER	UND	300,000000	14,59
00012	Oxímetro de pulso para adulto	MEDLEVENSOHN	UND	200,000000	70,61
00014	Lanterna clinica	BIOLAND	UND	50,000000	38,80
00018	Balança de bioimpedância tetrapolar profissional	BALMAK MY FIT	UND	10,000000	298,31
00021	Estadiômetro vertical fixo de parede com fita de medição de 0 a 220 cm	BALMAK	UND	50,000000	120,00
00022	kit de avaliação (esfigmomanômetro + termômetro digital + Oxímetro + estetoscópio)	PREMIUM	UND	100,000000	250,00

Vencedor(es): **YOU CARE SOLUCOES HOSPITALARES LTDA**					
CNPJ: **56.066.880/0001-53**				Email:	Telefone: **41998404848**
Endereço: **R JOSE DE ALENCAR, 79 APT UNIDADE 03, VARGEM GRANDE, Pinhais/PR, CEP: 83321-230**					
Representante: **RENATA FELIPE RAMALHO** - RG:					
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)
00006	Esfigmomanômetro Aneróide Obeso	PREMIUM/ WENZHOU KANGJU MED. INST. CO. L	UND	100,000000	110,00
00013	Oxímetro de pulso para infantil	G-TECH/JOYTECH HEALTHCARE CO. - CHINA, R	UND	70,000000	174,90
00015	OTOSCÓPIO COM LÂMPADA LED C/ 5 ESPECULOS	MIKATOS/ MIKATOS IND., COM., SERV. E IMP	UND	100,000000	179,99

Vencedor(es): **Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI**					
CNPJ: **34.680.592/0001-51**				Email:	Telefone: **41998404848**
Endereço: **Rua Graça Aranha, 875 Barracão: 01, Sala B, Vargem Grande, Pinhais/PR, CEP: 83507-000**					
Representante: **José Felipe Belotto Pelozzo** - RG:					
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)
00001	ESTETOSCÓPIO ADULTO DUPLO EM AÇO INOXIDÁVEL.	KINDCARE/ WENZHOU DONG. MED. INSTR. CO.,	UND	200,000000	65,00
00016	OFTALMOSCÓPIO COM ILUMINAÇÃO	DOCTOR DEVICES/ DOCTOR DEVICES - PAQUIST	UND	50,000000	540,00

Vencedor(es): **Medpej equipamentos medicos ltda**					
CNPJ: **03.155.958/0001-40**				Email:	Telefone: **43996071818**
Endereço: **Rua Campinas, 2248 , Vila Elisa, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14075-070**					
Representante: **Wagner Aparecido Rocha** - RG:					
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)
00003	DETECTOR FETAL PORTÁTIL (SONAR)	JUMPER	UND	50,000000	217,95

Sala da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do MUNICIPIO DE TIBAU DO SUL/RN, em, 24 de março de 2026.

A COMISSÃO.

*REPUBICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Ítala Maiara Marinho de Mederos
Código Identificador:6FE0CC4D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 29/2025

DECRETO Nº 29/2025

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 1.449.158,12, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Upanema/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 1.449.158,12 (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e doze centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Upanema/RN, 12 de maio de 2026

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.449.158,12**
05 .001 SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO					**850.000,00**
	1008 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO				**800.000,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	800.000,00
	1009 PAGAMENTO DOS COMPROMISSOS PACTUADOS COM INSS, FGTS, PASEP E OUTROS				**50.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	50.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					**105.662,23**
	1016 PERFURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POÇOS TUBULARES E CATA VENTOS				**21.312,20**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	21.312,20
	1021 PREPARO DE TERRA DE PROPRIEDADES RURAIS				**84.350,03**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	84.350,03
08 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					**40.000,00**
	2049 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	40.000,00
08 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA					**2.000,00**
	2088 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**2.000,00**
		4.4.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	2.000,00
09 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**237.695,89**
	2099 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA				**19.076,22**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	19.076,22
	2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE				**48.738,97**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	48.738,97
	2130 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - APS				**169.880,70**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	169.880,70
10 .001 SEC. MUN. TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO					**213.800,00**
	2064 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA				**213.800,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	213.800,00
Anexo II (Redução)					**1.449.158,12**
02 .001 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**84.350,03**
	2140 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				**84.350,03**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17040000	0001	84.350,03
05 .001 SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO					**850.000,00**
	2010 PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP				**196.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	196.000,00
	1009 PAGAMENTO DOS COMPROMISSOS PACTUADOS COM INSS, FGTS, PASEP E OUTROS				**319.000,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	126.000,00
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	193.000,00
	2011 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO				**335.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	200.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	135.000,00
06 .001 SEC. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					**21.312,20**
	1027 AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS				**21.312,20**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	21.312,20
08 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					**40.000,00**
	2058 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO				**40.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	40.000,00
08 .002 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA					**2.000,00**
	2088 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDEB 30%				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	2.000,00
09 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**237.695,89**
	2096 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA - ESF				**19.076,22**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	19.076,22
	2103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE				**48.738,97**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	48.738,97
	2104 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC				**169.880,70**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	169.880,70
10 .001 SEC. MUN. TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO					**213.800,00**
	2062 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO				**213.800,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	113.800,00

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:97FC11D9

CHEFIA DE GABINETE
LEI COMPLEMENTAR N. 012 DE 15 DE ABRIL DE 2026.

LEI COMPLEMENTAR N. 012 DE 15 DE ABRIL DE 2026.

Altera a Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de Dezembro de 2022 (Código Tributário Municipal), e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, RENAN MENDONÇA FERNANDES, Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 006, de 19 de dezembro de 2022 – Código Tributário do Município de Upanema, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5°. (...)
(...)
III - (...)
(...)
b) para o custeio dos serviços de iluminação e de segurança pública – COSISP.
(...)
Art. 66. (...)
I – nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação – SFH:
a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre a parcela do valor do imóvel efetivamente financiada no âmbito do SFH;
b) 2% (dois por cento) sobre a parcela do valor da transmissão que exceder o montante efetivamente financiado no âmbito do SFH;
II – 3% (três por cento) nas demais transmissões a título oneroso.
(...)
Art. 88. (...)
(...)
III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 e 14.14 da lista anexa;
(...)
Art. 90. (...)
(...)
§ 3°. (...)
(...)
II - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa a esta Lei Complementar, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;
(...)
Art. 102. No caso dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviço, excluem-se da base de cálculo do ISS apenas o fornecimento de mercadorias produzidas pelo próprio prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços e quando sujeitas ao ICMS.
(...)
CAPÍTULO II
DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO E DE SEGURANÇA PÚBLICA – COSISP
Seção I
Do Fato Gerador e da Incidência
Art. 312. Constitui fato gerador da COSISP a fruição, direta ou indireta, dos serviços de iluminação pública e de segurança pública consistente em sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, no território do Município.
§ 1°. A COSISP custeará despesas com:
I - a prestação e a universalização dos serviços de iluminação de vias, logradouros, praças e demais bens públicos;
II - serviços de monitoramento, segurança e preservação de logradouros públicos;
III - demais atividades correlatas.
§ 2°. Para os fins do disposto neste artigo, consideram-se incluídas as seguintes despesas:
I - custeio, aquisição, instalação, operação, gestão, desenvolvimento de projetos, expansão, manutenção, modernização e melhoria dos serviços de iluminação pública, inclusive eventuais custos com enterramento de linhas de energia e aperfeiçoamento na infraestrutura urbana para adaptação de novas tecnologias ao sistema de iluminação pública, em qualquer área do território municipal; e
II - custeio, aquisição, instalação, operação, gestão, desenvolvimento de projetos, expansão, manutenção, modernização e melhoria dos serviços de monitoramento, segurança e preservação de logradouros públicos, incluindo os ativos necessários à implementação, ao funcionamento e à integração de sistemas de gestão de monitoramento pela Administração Pública, em qualquer área do território municipal;
III - realização de obras em logradouros públicos, conservação de construções públicas ou de interesse público, instalação e manutenção de mobiliário urbano e bens públicos, sempre que destinados à viabilidade, ao suporte, à operacionalização, à preservação ou à otimização de equipamentos de iluminação pública ou de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, e demais serviços previstos neste artigo.

IV - medidas para prevenção de acidentes e asseguramento da continuidade e da universalidade dos serviços de iluminação e de monitoramento, segurança e preservação de logradouros públicos, inclusive o monitoramento, a manutenção e a poda de vegetação urbana.
Art. 313. A incidência da COSISP independe:
I – do local de instalação dos equipamentos públicos e das luminárias, podendo situar-se no centro ou em qualquer dos lados, direito ou esquerdo, das vias e logradouros do Município;
II – da forma de distribuição das luminárias nas praças, logradouros ou quaisquer bens públicos;
III - da localização do imóvel no Município.
(...)
Art. 315 São isentos da COSISP:
(...)
Art. 316. A COSISP será cobrada mensalmente por classe e faixa de consumo da seguinte forma:
(...)
Art. 317. Em se tratando de imóvel, edificado ou não edificado, sem ligação regular de energia elétrica, será cobrada COSISP em valor fixo anual, obtido em função da área do terreno do imóvel, de acordo com os seguintes parâmetros:
(...)
Parágrafo Único. Considera-se ocorrido o fato gerador da COSISP, nos casos elencados no caput deste artigo, em 1º de janeiro do ano a que corresponda o lançamento.
Art. 318. A COSISP será cobrada na forma abaixo:
(...)
§ 1º. Os valores da COSISP cobrados na fatura de energia elétrica e não pagos no vencimento serão devidamente atualizados pelos mesmos índices aplicados aos débitos de energia elétrica, acrescidos de multa e juros moratórios, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, ressalvados os casos de cobrança pelo Município, quando terão o seu valor atualizado anualmente com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA - E), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescidos de multa, juros moratórios e honorários advocatícios, nos termos da legislação tributária municipal.
§ 2º. Quando o lançamento e a arrecadação da COSISP se fizerem junto com o IPTU, poderá o Executivo, por meio de Decreto, autorizar seu pagamento em parcelas mensais, nas mesmas condições estabelecidas para o IPTU.
§ 3º. Os recursos da COSISP arrecadados junto com o IPTU deverão ser depositados nas respectivas destinações desta contribuição.
§ 4º. O recolhimento em atraso da COSISP cobrada junto com o IPTU ensejará acréscimo de correção monetária, com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que por lei municipal vier a substituí-lo, acrescidos de multa, juros moratórios e honorários advocatícios, nos termos da legislação municipal.
§ 5º. A COSISP cobrada mensalmente, na forma do inciso I do caput deste artigo, deverá ter seus valores homologados pelo Fisco Municipal, quando do recolhimento pela empresa distribuidora de energia elétrica.
(...)
Art. 320. Fica atribuída responsabilidade tributária à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no Município, ou congênere, que deverá cobrar a COSISP na fatura de consumo de energia elétrica e recolher, até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente à arrecadação, a integralidade do valor do tributo arrecadado:
§ 1º. A falta de repasse ou o repasse a menor da COSISP pelo responsável tributário, no prazo previsto no caput, antes de iniciado o procedimento fiscal, implicará:
I – (...)
II – (...)
III – (...)
§ 2º. (...)
§ 3º. Quando deixar de cobrar a COSISP na fatura de energia elétrica, fica o responsável tributário obrigado a depositar, nas respectivas destinações, o valor da contribuição, com as multas e demais acréscimos devidos pelo contribuinte até aquela data, em conformidade com a legislação, acrescido dos encargos previstos no § 1º, deste artigo.
§ 4º. Independentemente das medidas administrativas e judiciais cabíveis, e sem prejuízo do disposto nos §§ 1º a 3º, deste artigo, exceto em relação à multa moratória prevista no inciso III, do § 1º, deste artigo, a partir do início do procedimento fiscal, será aplicável ao responsável tributário multa de ofício sobre o valor da COSISP não depositada, nos seguintes percentuais:
I – (...)
II - (...)
§ 5º. O responsável tributário não responderá pela ausência de pagamento da COSISP por parte do contribuinte, ressalvado o disposto no presente artigo, em especial nos §§ 1º a 4º.
§ 6º. Em caso de pagamento em atraso da fatura de consumo de energia elétrica, a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, ou congênere, deverá aplicar, sobre o valor devido a título de COSISP, os acréscimos previstos no § 1º, do art. 318, desta Lei Complementar.
§ 7º. A falta de pagamento da COSISP incluída na fatura mensal autoriza a repetição da cobrança pela concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, ou congênere, na forma adotada por ela para cobrança da tarifa de energia elétrica.
§ 8º. Na hipótese de adimplemento parcial da fatura de energia elétrica, a imputação do respectivo pagamento deve se dar primeiro no débito da COSISP.
§ 9º. A responsabilidade prevista neste artigo também se aplica quando a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, ou congênere, deixar de cobrar a COSIP na fatura de energia elétrica, excetuando-se os casos autorizados na legislação.
§ 10. Na hipótese prevista no § 3º, deste artigo, não subsistirá o débito do contribuinte da COSISP em face do Município no que se refere ao correspondente valor efetivamente depositado pela concessionária nas destinações referidas, sem prejuízo do direito de a concessionária cobrá-lo do contribuinte de forma regressiva.
§ 11. (...)
Art. 321. A empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica no Município, responsável pelo recolhimento da COSISP, deverá declarar mensalmente, à Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, até o dia 17 (dezessete) do mês subsequente ao de referência de consumo, por meio eletrônico, os seguintes relatórios:
I – (...)
II – (...)
III – (...)
IV – (...)
§ 1º. (...)
§ 2º. (...)

§ 3º. (...)
§ 4º. (...)
Art. 322. Os descumprimentos às normas relativas à COSISP constituem infrações e sujeitam o infrator a multa, consoante as seguintes hipóteses:
I – (...)
a) (...)
b) enviar relatórios com dados inexatos, incompletos ou com omissões de elementos indispensáveis à apuração do valor da COSISP devida.
II – multa de R$ 300 UFR por embaraço à ação fiscal ou sonegação de documentos indispensáveis à apuração do valor da COSISP devida.
(...)
Art. 324. O Município de poderá manter acordo de arrecadação ou contrato com empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, ou congênere, disciplinando a forma de cobrança e o repasse dos recursos arrecadados relativos à COSISP, bem como remuneração decorrente dos custos com arrecadação e cobrança da COSISP, respeitadas disposições contidas neste Código e na forma que dispuser o regulamento.
§ 1º. (...)
§ 2º. A empresa prestadora do serviço público de distribuição de energia elétrica fica sujeita à apresentação de quaisquer informações ou declarações referentes à COSISP requeridas pelo Município.
Art. 325. A COSISP integrará a base de cálculo de repasse de duodécimo mensal ao Poder Legislativo Municipal, desde que observe os requisitos, cumulativamente, de observância ao percentual de gastos previstos no art. 29-A da Constituição Federal e do limite de valor estabelecido pela dotação orçamentária destinada à Câmara Municipal de Upanema.

Art. 2º. Ficam acrescidos os seguintes dispositivos à Lei Complementar nº 006, de 19 de dezembro de 2022 – Código Tributário do Município de Upanema:

Art. 15. (...)
(...)
§6º. O Poder Executivo poderá regulamentar, por decreto, os procedimentos e critérios complementares para a atualização da base de cálculo do IPTU, respeitados os limites estabelecidos nesta Lei Complementar e conforme previsto no inciso II do §1º do art. 156 da Constituição Federal.
§7º. A atualização da base de cálculo de que trata este artigo não constitui majoração de tributo para os fins do disposto no art. 150, inciso I, da Constituição Federal.
Art. 100. (...)
I – (...)
a) (...)
b) (...)
c) (...);
d) (...).
e) todas as atividades materiais de execução de obras de construção, reforma, ampliação ou instalação de equipamentos, mesmo quando envolvem etapas preparatórias ou complementares
f) instalação e montagem de centrais telefônicas, sistema de refrigeração, elevadores, produtos, peças e equipamentos incorporados à obra;
II – (...)
a) (...)
b) (...)
c) instalação e ligações de água, energia elétrica, de proteção catódica, de comunicação, de vapor, de ar comprimido, sistema de condução e exaustão de gases e de combustão, inclusive dos equipamentos relacionados com esses serviços.
III – (...)
a) (...)
b) (...)
c) atividades intelectuais ou técnicas de concepção, projeto, acompanhamento, fiscalização ou gestão da obra, ainda que dissociadas da execução material.
(...)
Art. 193 (...)
I (...)
(...)
i) Taxa de Fiscalização do Uso e Ocupação do Solo para Torres e Antenas de Transmissão e Recepção de Dados e Voz –TFUTA
j) Taxa de Análise e Expedição de Certidão de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo – TAUOS
II (...)
(...)
Art. 207-A. (...)
Parágrafo único. O valor máximo previsto no caput será de 6.000 (seis mil) UFMU, por exercício e por inscrição municipal, exclusivamente para o estabelecimento licenciado para a extração de areia, cascalho, seixo, saibro, argila e brita destinados à construção civil, vedada a aplicação desse valor às atividades de extração de minérios metálicos, de rochas ornamentais, de minerais estratégicos, bem como às atividades relativas a petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.
(...)

Seção X
Da Taxa de Análise e Expedição de Certidão de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo – TAUOS

Art. 208-G. A Taxa de Análise e Expedição de Certidão de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo – TAUOS, será cobrada em razão do exercício do poder de polícia urbanística municipal, compreendendo a análise do requerimento, a instrução do processo administrativo, as diligências técnicas, quando necessárias, e a expedição do respectivo ato.
Art. 208-H. Constitui fato gerador da TAUOS a prática, pelo Município, dos atos de análise e controle do uso e ocupação do solo e a expedição da Certidão de Conformidade, inclusive para fins de instrução de processos de licenciamento ambiental perante órgão estadual ou federal.
Art. 208-I. É sujeito passivo o requerente, pessoa física ou jurídica, que protocole pedido de expedição da Certidão de Conformidade.
Art. 208-J. A TAUOS será devida no momento do protocolo do requerimento, como condição de processamento.

Art. 208-K. Os valores da TAUOS serão fixados conforme classes de complexidade e impacto do empreendimento ou atividade e, quando aplicável, conforme porte territorial, nos termos do Anexo XVIII, podendo a administração enquadrar o pedido na classe correspondente mediante despacho motivado.
§ 1º. O enquadramento nas respectivas classes obedecerá às seguintes diretrizes:
I - Classe I: atividades de baixo impacto urbanístico, sem necessidade de diligências complexas;
II - Classe II: atividades com necessidade de análise técnica intermediária ou compatibilização de parâmetros urbanísticos;
III - Classe III: empreendimentos com maior complexidade, grande porte, potencial de conflitos urbanísticos ou necessidade de múltiplas diligências.
§ 2º. Quando houver necessidade de vistoria urbanística, formalmente determinada no processo, será devida a taxa especificada conforme o Anexo XVIII.
§ 3º. Na hipótese de reanálise decorrente de alteração substancial do projeto ou atividade por iniciativa do requerente, após a primeira análise, será devida a taxa especificada conforme o Anexo XVIII.
Art. 208-L. Ficam isentos do pagamento da TAUOS:
I – órgãos e entidades da Administração Pública Direta do Município;
II – processos de interesse público municipal declarados por ato do Chefe do Poder Executivo, devidamente motivado;
III – outros casos previstos em lei específica.
Art. 208-M. A Certidão de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo, exigida para fins de urbanização, parcelamento, edificação ou instalação de atividades, será emitida com validade vinculada ao prazo de validade da licença ambiental principal exigida para o mesmo empreendimento, quando esta for condicionante à atividade urbanística pretendida.
§ 1º. Para os fins deste artigo, entende-se por licença ambiental principal aquela que, conforme normativos federais, estaduais ou distritais, disciplina o exercício da atividade ou operação do empreendimento, tais como Licença de Operação (LO), Licença de Instalação (LI) ou outra equivalente.
§ 2º. Quando não houver licença ambiental principal emitida ou exigível, a Certidão de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo terá validade de até 2 (dois) anos, contados da data de sua expedição.
§ 3º. A validade da certidão será automaticamente coincidente com o prazo remanescente da licença ambiental principal, contabilizado da data de sua emissão ou renovação, não podendo exceder o prazo originalmente fixado pelo órgão ambiental competente.
§ 4º. A revalidação da certidão poderá ser requerida pelo interessado quando houver prorrogação da licença ambiental principal, mediante apresentação de comprovante hábil de prorrogação ou renovação emitido pelo respectivo órgão ambiental.
§ 5º. O não cumprimento dos prazos legais de revalidação da certidão implicará a sua caducidade, vedada a continuidade de efeitos urbanísticos sem a devida renovação.
Art. 208-N. A Taxa de Análise e Expedição de Certidão de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo será devida nas hipóteses de:
I – emissão inicial da certidão;
II – revalidação da certidão em razão de prorrogação da licença ambiental principal;
III – reemissão por substituição decorrente de alteração de projeto, perímetro ou condicionantes legais.

Art. 3º. Os Anexos V, VI, VII e XIII da Lei Complementar nº 006, de 19 de dezembro de 2022 – Código Tributário do Município de Upanema, passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO V – Define a lista de serviços para efeito de incidência do ISS

LISTA DE SERVIÇOS
1 – Serviços de informática e congêneres.
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.
1.02 – Programação.
1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.
1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei no 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.
4.01 – Medicina e biomedicina.
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios econgêneres.
4.04 – Instrumentação cirúrgica.
4.05 – Acupuntura.
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.
4.07 – Serviços farmacêuticos.
4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.
4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.
4.12 – Odontologia.
4.13 –Ortóptica.
4.14 – Próteses sob encomenda.
4.15 – Psicanálise.
4.16 – Psicologia.
4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.
4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológicas e congêneres.
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.
5 – Serviços de medicina e assistência veterinárias e congêneres.
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.
5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congênere.
5.08 –Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.
6.05 – Centros de emagrecimento, **SPA** e congêneres.
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.
7 – Serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplenagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.
7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.
7.08 – Calafetação.
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.
7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.
7.16 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.
7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.
8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.
9 – Serviços relativos à hospedagem, turismo, viagens e congêneres.
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.
9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.
10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.
10.06 – Agenciamento marítimo.
10.07 – Agenciamento de notícias.
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
10.10 – Distribuição de bens de terceiros.
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.
11.02 –Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.
11.05 – Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.
12.01 – Espetáculos teatrais.
12.02 – Exibições cinematográficas.
12.03 – Espetáculos circenses.
12.04 – Programas de auditório.
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.
12.06 – Boates**,** taxi-dancing e congêneres.
12.07 – Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.10 – Corridas e competições de animais.
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.
12.12 – Execução de música.
12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.
13 – Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.
13.05 –Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.02 – Assistência técnica.
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.
14.07 – Colocação de molduras e congêneres.
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.
14.10 – Tinturaria e lavanderia.
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.
14.12 – Funilaria e lanternagem.
14.13 – Carpintaria e serralheria.
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.
15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestados de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.
15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.
15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.
15.09 – Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.
15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.
15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.
15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.
16.01 Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.
16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal
17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.
17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.
17.08 – Franquia (franchising).
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.
17.13 – Leilão e congêneres.
17.14– Advocacia.
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
17.16 – Auditoria.
17.17 – Análise de Organização e Métodos.
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.
17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.
17.21 – Estatística.
17.22 – Cobrança em geral.
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.
17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita)
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferro portuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.
20.01 – Serviços portuários, ferro portuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.
22 – Serviços de exploração de rodovia.
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de tarifa ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.
25 - Serviços funerários.
25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.
25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos
25.03 – Planos ou convênio funerários.
25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.
26 – Serviços de coleta remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriere congêneres.
26.01 – Serviço de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courriere congêneres.
27 – Serviços de assistência social.
27.01 – Serviços de assistência social.
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.
29 – Serviços de biblioteconomia.
29.01 – Serviços de biblioteconomia.
30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.
32 – Serviços de desenhos técnicos.
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.
36 – Serviços de meteorologia.
36.01 – Serviços de meteorologia.
37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.
38 – Serviços de museologia.
38.01 – Serviços de museologia.
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.
40.01 - Obras de arte sob encomenda.

ANEXO VI – Define os valores do ISS para profissionais autônomos e sociedades de profissionais

ITEM	TIPO DE PROFISSIONAL/SOCIEDADES	VALOR EM UFMU/MÊS
1.	Profissionais Autônomos	
1.1	Nível Superior	50,00
1.2	Nível Médio	25,00
1.3	Outros	10,00
2.	Sociedades de profissionais (por profissional)	
2.1	Nível Superior	50,00
2.2	Nível Médio	25,00
2.3	Outros	10,00

ANEXO VII – Define os valores da Taxa de Licença e Fiscalização para funcionamento

TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO – TLFF		
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**VALOR EM UFMU/ANO**
1.	Expedição de licença de fiscalização e funcionamento de pessoa jurídica ou de pessoa física, quando for o caso.	
1.1	Estabelecimentos industrial, produtor, comercial e prestador de serviços, inclusive pessoa física que desenvolve essas atividades, exceto estabelecimentos com atividades de extração e distribuição de petróleo e gás natural, extração, atividade de minério e atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura, na forma da lei, por classe de área (m²), por ano ou fração:	
1.1.1	Até 30,00 m2	50,00
1.1.2	Acima de 30,00 m² até 60,00 m²	75,00
1.1.3	Acima de 60,00 m² até 120,00 m²	100,00
1.1.4	Acima de 120,00 m² até 200,00 m²	134,00
1.1.5	Acima de 200,00 m² até 260,00 m²	176,00
1.1.6	Acima de 260,00 m² até 400,00 m²	234,00
1.1.7	Acima de 400,00 m² até 550,00 m²	309,00
1.1.8	Acima de 550,00 m² até 700,00 m²	435,00
1.1.9	Acima de 700,00 m² até 1.000,00 m²	552,00
1.1.10	Acima de 1.000,00 m² até 1.200,00 m²	669,00
1.1.11	Acima de 1.200,00 m² até 1.500,00 m²	931,00
1.1.12	Acima de 1.500,00 m² até 1.800,00 m²	1.003,00
1.1.13	Acima de 1.800,00 m² até 2.000,00 m²	1.171,00
1.1.14	Acima de 2.000,00 m² até 3.000,00 m²	1.546,00
1.1.15	Acima de 3.000,00 m² até 4.000,00 m²	2.067,00
1.1.16	Acima de 4.000,00 m² até 5.000,00 m²	2.589,00
1.1.17	Acima de 5.000,00 m² até 6.000,00 m²	3.111,00
1.1.18	Acima de 6.000,00 m² até 7.000,00 m²	3.632,00
1.1.19	Acima de 7.000,00 m² até 8.000,00 m²	4.154,00
1.1.20	Acima de 8.000,00 m² até 9.000,00 m²	4.675,00
1.1.21	Acima de 9.000,00 m² até 10.000,00 m²	5.197,00
1.1.22	Acima de 10.000,00 m² até 12.000,00 m²	5.718,00
1.1.23	Acima de 12.000,00 m² até 15.000,00 m²	6.240,00
1.1.24	Acima de 15.000,00 m²	7.283,00
1.2	Estabelecimentos com atividade de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, por classe de área (m²), por ano ou fração:	
1.2.1	Até 10 há	294,00
1.2.2	Acima de 10 ha até 20 há	588,00
1.2.3	Acima de 20 ha até 50 há	1.765,00
1.2.4	Acima de 50 ha até 100 há	2.941,00
1.2.5	Acima de 100 ha até 500 há	4.706,00
1.2.6	Acima de 500 há	7.059,00
1.3	Estabelecimento com atividades de exploração, produção, processamento, transporte ou distribuição de petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos, sobre a área utilizada por metro quadrado (m²).	1,00
1.4	Estabelecimento com atividade extração de minério, exceto com atividades de exploração, produção, processamento, transporte ou distribuição de petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos ou licenciado para a extração de areia, cascalho, seixo, saibro, argila e brita destinados à construção civil, sobre a área utilizada por metro quadrado (m²). sobre a área utilizada por metro quadrado	0,85
1.5	Estabelecimento licenciado para a extração de areia, cascalho, seixo, saibro, argila e brita destinados à construção civil, sobre a área utilizada por metro quadrado (m²).	0,50
1.6	Subestação de energia elétrica	
1.6.1	Porte I – Pequena - até 4.000 m² (Instalações de menor dimensão, normalmente subestações de distribuição urbana ou periférica, com área menor ou igual a 5.000 m²)	1.500,00
1.6.2	Porte II – Média – acima de 4.000 até 14.000 m² (Subestações de maior porte que demandam mais área de instalação, operação ou segurança, mas que não alcançam as dimensões de grandes módulos de transmissão)	2.000,00
1.6.3	Porte III – Grande – acima de 14.000 m² (Unidades de grande porte, envolvendo maiores extensões de área física, com potencial impacto urbano e operacional significativo)	3.000,00
1.7	Casas lotéricas, independente da área	400,00
1.8	Estabelecimentos Bancários de Crédito Financeiro e Investimentos, independente da área	2.800,00
1.9	Correspondentes bancário independente da área	400,00
1.10	Profissionais liberais e autônomos, por ano ou fração:	
1.10.1	a) nível superior	83,00
1.10.2	b) técnico profissional de nível médio	33,00
1.10.3	c) permissionários de serviços de taxi	50,00
1.10.4	d) permissionários de serviço de moto taxi	25,00
1.10.5	e) artífices e outras categorias não enquadradas de "a" a “d”	10,00

ANEXO XIII – Define os valores da Taxa de licença e fiscalização para ocupação do solo nos logradouros públicos

TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS -TLFOSP		
ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**VALOR EM UFMU**
1.	Exercício do comércio eventual ou ambulante, por unidade e/ou dia, mês e/ou m2 e/ou logradouro público	
1.1	Autorizações diversas para ambulante por dia	0,65
1.2	Autorização para comércio ambulante sem utilização de veículos automotores por unidade/dia	5,50
1.3	Autorização para comércio e/ou serviços ambulante com utilização de veículos automotores por unidade/dia	1,00
2.	Licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos, por período, dia ou fração e/ou m2	
2.1	Circos, parques de diversões por período/m2	
2.1.1	até 15 dias	1,50
2.1.2	acima de 15 e até 30 dias	3,00
2.1.3	Acima de 30 dias	6,00
2.2	Feiras de amostra, exposições ou similares, por dia ou fração	
2.2.1	Até 20m2	25,00
2.2.2	acima de 20 e até 50m2	45,00
2.2.3	Acima de 50m2	65,00
2.3	Espaço ocupado fixos, nas vias e logradouros públicos, por pessoa física ou jurídica, em locais designados pela Prefeitura, por mês	
2.3.1	Até 10m2	25,00
2.3.2	Acima de 10 e até 20m2	65,00
2.3.3	Acima de 20m2	90,00
3.	Festejos, eventos culturais, artísticos, esportivos e similares por dia ou fração	
3.1	Trailers, barracas metálicas, barracas de lanche ou similares, por m2/dia ou fração	
3.1.1	Até 5m2	18,00
3.1.2	Acima de 5 e até 10m2	35,00
3.1.3	Acima de 10 m2	50,00

3.2	Bancas de revistas, livros, jornais ou similares, por m2/dia ou fração	
3.2.1	Até 5m2	18,00
3.2.2	acima de 5 e até 10m2	35,00
3.2.3	Acima de 10m2	50,00
3.3	Outras ocupações de áreas não especificadas anteriormente	
3.3.1	Até 5m2	18,00
3.3.2	acima de 5 e até 10m2	35,00
3.3.3	Acima de 10m2	50,00
4.	FoodTruck (veículo automotor adaptado para produzir e servir refeições nas ruas) por dia em logradouro público	80,00
4.1	até 10 dias	120,00
4.2	acima de 10 e até 20 dias	170,00
4.3	Acima de 20 dias	250,00

Art. 4º. Fica acrescido o Anexo XVIII à Lei Complementar nº 006, de 19 de dezembro de 2022 – Código Tributário do Município de Upanema, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XVIII – Define os valores da Taxa de Análise e Expedição de Certidão e Conformidade de Uso e Ocupação do Solo

TAXA DE ANÁLISE E EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE CONFORMIDADE DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO - TAUOS'		
CLASSE	**DISCRIMINAÇÃO**	**VALOR EM UFMU**
I	baixo impacto ou baixa complexidade	250,00
II	médio impacto ou média complexidade	600,00
III	alto impacto ou alta complexidade/grande porte econômico ou territorial	1.000,00
VISTORIA URBANÍSTICA	quando formalmente determinada no processo	250,00
REANÁLISE	alteração substancial após 1ª análise – 50% do valor da classe aplicável	
ADICIONAL POR PORTE TERRITORIAL	área do terreno acima de 10.000 m² – 0,50 UFCD por m² excedente, limitado a 500,00 UFCD	

Art. 5º. Ficam revogados os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 10, 11, do art. 102 da Lei Complementar nº 006, de 19 de dezembro de 2022 – Código Tributário do Município de Upanema.

Art. 6º. Os atuais §8º e §9º do art. 102 da Lei Complementar nº 006, de 19 de dezembro de 2022 – Código Tributário do Município de Upanema, passam a ser renumerados como §1º e §2º do mesmo dispositivo.

Art. 7°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Upanema (RN), 15 de Abril de 2026, 73° Aniversário de Emancipação Política.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:ED9C002C

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 232/2025

PORTARIA Nº 232/2025

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE Upanema/RN/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.
RESOLVE
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 188.599,05 (cento e oitenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinco centavos) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Upanema/RN, 12 de maio de 2026

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**188.599,05**
02 .001 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**100,00**
	2140 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				**100,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	100,00
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO					**12.000,00**
	2141 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	10.000,00
	2144 CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA				**2.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.000,00
05 .001 SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO					**1.000,00**
	2011 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO				**1.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	1.000,00
08 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					**19.160,08**
	2015 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO				**5.000,00**

		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	5.000,00
	2059 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2134 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE				**2.500,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15500000	0001	2.500,00
	2156 FUNCIONAMENTO DA ACADEMIA MUNICIPAL DE MUSCULAÇÃO CARLOS GREGÓRIO DE MELO				**1.660,08**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.660,08
09 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**156.338,97**
	2104 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC				**155.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	50.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	105.000,00
	2130 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - APS				**1.338,97**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	1.338,97
Anexo II (Redução)					**188.599,05**
02 .001 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**100,00**
	2140 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO				**100,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100,00
03 .001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO					**12.000,00**
	2141 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO				**10.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
	2144 CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
05 .001 SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO					**1.000,00**
	2011 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO				**1.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
08 .001 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO					**19.160,08**
	2015 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO				**5.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
	2059 FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR				**10.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
	2134 FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO - QSE				**2.500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	2.500,00
	2156 FUNCIONAMENTO DA ACADEMIA MUNICIPAL DE MUSCULAÇÃO CARLOS GREGÓRIO DE MELO				**1.660,08**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.660,08
09 .002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**156.338,97**
	2104 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC				**155.000,00**
		3.3.50.85 CONTRATO DE GESTÃO	16000000	0001	150.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	5.000,00
	2130 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - APS				**1.338,97**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16000000	0001	1.338,97

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:F31DD7A6

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2025

TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VÁRZEA E A EMPRESA ANTONIONY FERNANDES DE ARAUJO- CNPJ 13.830.976/0001-33.

O **Município de Várzea/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59185-000, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal**, senhor **Getúlio Luciano Ribeiro**, inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado da avença a Empresa ANTONIONY FERNANDES DE ARAUJO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 13.830.976/0001-33, com sede na R PRESIDENTE JOSE BENTO, Nº 830, ALECRIM, NATAL/RN, neste ato, representada pelo Sr. ANTONIONY FERNANDES DE ARAÚJO, inscrito no CPF n° 012.140.904-00, brasileiro, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista, o que consta no Processo Licitatório de Dispensa de Licitação nº 063/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº **057/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais **12 (doze) meses**, a partir da data **16/05/2026 até 16/05/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, conforme descrito na Cláusula 4º (Quarta) o valor de R$ 60.865,00 (Sessenta mil, oitocentos e sessenta e cinco reais). Conforme especificado e quantitativos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUNT	R$ VALOR UNIT.	R$ VALOR TOTAL
01	Serviço de manutenção preventiva em Tensiômetro	UND	30	R$79,00	R$2.370,00
02	Serviço de manutenção preventiva em Otoscópios	UND	15	R$65,00	R$975,00
03	Serviço de manutenção preventiva em Homogeneizador	UND	4	R$270,00	R$1.080,00
04	Serviço de manutenção preventiva em Foco auxiliar portátil.	UND	10	R$380,00	R$3.800,00
05	Serviço de manutenção preventiva em Nebulizador portátil	UND	15	R$180,00	R$2.700,00
06	Serviço de manutenção preventiva em Sugador portátil	UND	14	R$520,00	R$7.280,00
07	Serviço de manutenção preventiva em Autoclave 12 litros	UND	8	R$750,00	R$6.000,00
08	Serviço de manutenção preventiva em Detector Fetal (sonar)	UND	17	R$290,00	R$4.930,00
09	Serviço de manutenção preventiva em Banho Maria para laboratório	UND	6	R$430,00	R$2.580,00
10	Serviço de manutenção preventiva em Micro centrífuga	UND	6	R$810,00	R$4.860,00

11	Serviço de manutenção preventiva em Macro centrífuga	UND	6	R$810,00	R$4.860,00
12	Serviço de manutenção preventiva em Microscópio	UND	5	R$510,00	R$2.550,00
13	Serviço de manutenção preventiva em Analisador Bioquímico	UND	4	R$1.900,00	R$7.600,00
14	Serviço de manutenção preventiva em Ultra som para fisioterapia	UND	8	R$680,00	R$5.440,00
15	Serviço de manutenção preventiva em aparelho Fes/Tens para fisioterapia	UND	8	R$480,00	R$3.840,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. Os recursos necessários ao objeto do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do ano de exercício 2026, nas dotações abaixo discriminada:
UNIDADE: 09.001 - FUNDO MUN. DE SAÚDE
PROJETO ATIVIDADE: 20100 - MANUT. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
22140 - MANUT.DA AT. PRIMÁRIA -ESF
22150 - MANUT.DA AT. PRIMÁRIA -PSB
FONTE DE RECURSO: 16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE,
15001002- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
CLÁUSULA QUARTA – PRODUÇÃO DOS EFEITOS
4.1. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.
CLÁUSULA QUINTA –RATIFICAÇÃO
5.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
CLÁUSULA SEXTA –PUBLICAÇÃO
6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

Várzea/RN, 11 de maio de 2026.

Município de Várzea/RN
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Contratante - Representante Legal.

ANTONIONY FERNANDES DE ARAUJO
Representante Legal
Antoniony Fernandes de Araujo –
CNPJ 13.830.976/0001-33
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:

_____
NOME:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:D99D6C1E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 058/2025

TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA DOS EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN, QUE ENTRE SI, CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VÁRZEA E A EMPRESA 60.087.413 LEIDIANE DAYANE DO NASCIMENTO ALEXANDRE.

O **Município de Várzea/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59185-000, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal**, senhor **Getúlio Luciano Ribeiro**, inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado da avença a Empresa 60.087.413 LEIDIANE DAYANE DO NASCIMENTO ALEXANDRE, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 60.087.413/0001-87, com sede na **R AEROPORTO DE JACAREPAGUA, Nº 120, EMAUS, PARNAMIRIM/RN,** neste ato, representada pelo Srª. LEIDIANE DAYANE DO NASCIMENTO ALEXANDRE, inscrita no CPF n° 101.070.754-07, brasileira, doravante denominada **CONTRATADA,** tendo em vista, o que consta no Processo Licitatório de Dispensa de Licitação nº 064/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº **058/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais **12 (doze) meses**, a partir da data **15/05/2026 até 15/05/2027**, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021
CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO
2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela execução do objeto deste Contrato, conforme descrito na Cláusula 4º (Quarta) o valor de R$ 61.180,00(Sessenta e um mil, cento e oitenta reais). Conforme especificado e quantitativos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUNT	R$ VALOR UNIT.	R$ VALOR TOTAL
01	Serviço de manutenção preventiva em Gabinete Odontológico	UND	20	R$980,00	R$19.600,00

02	Serviço de manutenção preventiva em Bomba à vácuo odontológico	UND	6	R$790,00	R$4.740,00
03	Serviço de manutenção preventiva em Autoclave 21 litros	UND	6	R$990,00	R$5.940,00
04	Serviço de manutenção preventiva em Seladora	UND	6	R$240,00	R$1.440,00
05	Serviço de manutenção preventiva em Fotopolimerizador.	UND	5	R$410,00	R$2.050,00
06	Serviço de manutenção preventiva em Amalgamador	UND	5	R$510,00	R$2.550,00
07	Serviço de manutenção preventiva em Caneta de Alta Rotação Odontológica	UND	10	R$390,00	R$3.900,00
08	Serviço de manutenção preventiva em Caneta de Baixa Rotação Odontológica	UND	10	R$320,00	R$3.200,00
09	Serviço de manutenção preventiva em Micro Motor Odontológico	UND	10	R$390,00	R$3.900,00
10	Serviço de manutenção preventiva em compressor odontológico ate 30 litros	UND	6	R$730,00	R$4.380,00
11	Serviço de manutenção preventiva em Raio-X Odontológico sem a Ampola	UND	3	R$1.600,00	R$4.800,00
12	Serviço de manutenção preventiva em Ultra som Odontológico	UND	6	R$780,00	R$4.680,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
3.1. Os recursos necessários ao objeto do presente Termo Aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2026, nas dotações abaixo discriminada:
UNIDADE: 09.001 - FUNDO MUN. DE SAÚDE

PROJETO ATIVIDADE: 20100 - MANUT. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
22140 - MANUT.DA AT. PRIMÁRIA -ESF
22150 - MANUT.DA AT. PRIMÁRIA -PSB

FONTE DE RECURSO: 16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
15001002- RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
CLÁUSULA QUARTA – PRODUÇÃO DOS EFEITOS
4.1. O presente termo aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.
CLÁUSULA QUINTA –RATIFICAÇÃO
5.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
CLÁUSULA SEXTA –PUBLICAÇÃO
6.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.
Várzea/RN, 12 de maio de 2026.

Município de Várzea/RN
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Contratante - Representante Legal.

LEIDIANE DAYANE DO NASCIMENTO ALEXANDRE
Representante Legal
60.087.413 Leidiane Dayane do Nascimento Alexandre
Contratada

Testemunhas:
_____
Nome:
_____
Nome:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:CA1CBA45

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA - 6/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO					
Prefeitura Municipal de Florânia					
Prefeitura Municipal de Florânia					
Dispensa Eletrônica - 6/2026					
Resultado da Adjudicação					
Item: 0001 - 0014444 - Banheira plastica infantil anatomica fabricada em material polipropileno atoxico, com cantos arredondados, local apropriado para colocar sabonete e esponja, valvula em pvc com lacre para escoamento de agua, capacidade minima de 25 litros, peso suportado ate 20 kg. - Valor Referência: R$ 27,94					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014444 - Banheira plastica infantil ana	ADOLETTA	100,0000	2.400,00
Item: 0003 - 0014446 - Conjunto de bolsa contendo: Bolsa grande, confeccionada em plastico, acolchoada, tamanho g com alca, medida minima de 0,30m de altura x 0,40m de largura com estampa infantil, com ziper e bolsos nas laterais. Bolsa pequena, confeccionada em plastico, acolchoada, tamanho "p" com alca, medida minima de 0,20m de altura x 0,30m de largura com estampa infantil, com ziper e bolsos laterais. - Valor Referência: R$ 74,30					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014446 - Conjunto de bolsa contendo: Bo	PEDRINHO BABY	100,0000	5.000,00
Item: 0004 - 0014447 - Creme para assaduras, brotoejas e irritacoes para uso dermatologico e pediatrico, bisnaga com 45g. - Valor Referência: R$ 21,57					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014447 - Creme para assaduras, brotoeja	BIOMATIKA	200,0000	2.400,00
Item: 0005 - 0014448 - Cueiro para bebe em tecido flanelado e antialergico, medindo em media 0,50 x 0,80m. - Valor Referência: R$ 16,20					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014448 - Cueiro para bebe em tecido fla	PEDRINHO BABY	200,0000	3.000,00
Item: 0007 - 0014450 - Conjunto com 3 camisetas (estilo regata) + 3 calcas, malha 100% algodao. Tamanho p e m. - Valor Referência: R$ 11,87					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014450 - Conjunto com 3 camisetas (esti	PEDRINHO BABY	200,0000	2.200,00
Item: 0008 - 0014451 - Kit contendo uma escova cerdas macias e um pente especial para bebe. - Valor Referência: R$ 11,95					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014451 - Kit contendo uma escova cerdas	CEFISA	100,0000	1.090,00
Item: 0009 - 0014452 - Kit 03 mamadeiras: 01 mamadeira 80ml - livre de BPA, 01 mamadeira de 150ml - livre de BPA, 01 mamadeira de 240ml - livre de BPA, para crianca de 0 a 06 meses, produzidas com material policarbonato com bicos de silicone ortodontico, atoxica, podendo ser esterilizada ate 150 C sem deformar, gargalo higienico, sem abas cortantes, com selo de aprovacao do INMETRO. - Valor Referência: R$ 24,74					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014452 - Kit 03 mamadeiras: 01 mamadeir	MAMITA	100,0000	2.400,00
Item: 0010 - 0014453 - Par de meias recem-nascido. Meias para bebe material 70% algodao, 26% poliester, 2% elastano, 2% elastodeno. Tamanho de 0 ao 15, com estampas Cor: branco. - Valor Referência: R$ 4,93					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014453 - Par de meias vinny recem-nascido. Me		200,0000	780,00
Item: 0011 - 0014454 - Lavanda infantil para criancas, 100ml; acao refrescante. - Valor Referência: R$ 11,73					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014454 - Lavanda infantil para criancas	biomatika	200,0000	2.000,00
Item: 0012 - 0014455 - Manta Tamanho 70cm x 70cm; composicao 100% algodao antialergico - Valor Referência: R$ 23,55					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014455 - Manta Tamanho 70cm x 70cm; com	CELIA BORDADOS	200,0000	4.600,00
Item: 0013 - 0014456 - Sabonete liquido para bebe 500ml, alto poder de glicerina, formula, forma hipoalergica, sem alcool, e de PH balanceado, dermatologicamente testado. - Valor Referência: R$ 22,12					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014456 - Sabonete liquido para bebe 500	biomatika	200,0000	3.600,00
Item: 0014 - 0014457 - Shampoo para bebe 100 ml, nao irritante aos olhos, de PH balanceado, dermatologicamente testado. - Valor Referência: R$ 8,79					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014457 - Shampoo para bebe 100 ml, nao	biomatika	200,0000	1.600,00
Item: 0015 - 0014458 - Toalha de banho infantil com capuz e forro fralda. Tamanho 70cm x 70cm. 100% algodao. - Valor Referência: R$ 15,63					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014458 - Toalha de banho infantil com c	PEDRINHO BABY	200,0000	2.800,00
Item: 0016 - 0014459 - Lenco umedecido, proprio para recem-nascidos, embalagem com no minimo 48 unidades. - Valor Referência: R$ 10,83					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014459 - Lenco umedecido, proprio para	COTTON	200,0000	1.200,00
Item: 0017 - 0014460 - Hastes flexiveis com pontas de algodao, propria para uso recem-nascidos, caixa com no minimo 60 unidades. - Valor Referência: R$ 3,54					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014460 - Hastes flexiveis com pontas de	COTTON	200,0000	560,00
Item: 0018 - 0014461 - Body branco bebe, unissex manga curta, 100% algodao. - Valor Referência: R$ 20,87					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014461 - Body branco bebe, unissex mang	PEDRINHO BABY	200,0000	3.000,00
Item: 0019 - 0014462 - Kit berco 3 pecas - Valor Referência: R$ 49,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014462 - Kit berco 3 pecas	PEDRINHO BABY	100,0000	3.500,00
Item: 0020 - 0014526 - Caixa com 3 toalhas pinte e borde, 100% algodao, medidas 1,20m x 0,70m, com barrado de 15cm para pintar e bordar. - Valor Referência: R$ 23,22					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
M DE L M BEZERRA COMERCIO (49.695.571/0001-87)	Adjudicado em: 07/05/2026 - 10:35:17 - Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros	0014526 - Caixa com 3 toalhas pinte e bo	geraçaõ baby	80,0000	1.840,00
SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS					
Autoridade Competente					

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:A8278163

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA - 6/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Prefeitura Municipal de Florânia			
Dispensa Eletrônica - 6/2026			
Resultado da Homologação			
0001 - 0014444 - Banheira plastica infantil anatomica fabricada em material polipropileno atoxico, com cantos arredondados, local apropriado para colocar sabonete e esponja, valvula em pvc com lacre para escoamento de agua, capacidade minima de 25 litros, peso suportado ate 20 kg. - 0014444 - Banheira plastica infantil ana - Valor Referência: 27,94			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	24,00	2.400,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0003 - 0014446 - Conjunto de bolsa contendo: Bolsa grande, confeccionada em plastico, acolchoada, tamanho g com alca, medida minima de 0,30m de altura x 0,40m de largura com estampa infantil, com ziper e bolsos nas laterais. Bolsa pequena, confeccionada em plastico, acolchoada, tamanho "p" com alca, medida minima de 0,20m de altura x 0,30m de largura com estampa infantil, com ziper e bolsos laterais. - 0014446 - Conjunto de bolsa contendo: Bo - Valor Referência: 74,30			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	50,00	5.000,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0004 - 0014447 - Creme para assaduras, brotoejas e irritacoes para uso dermatologico e pediatrico, bisnaga com 45g. - 0014447 - Creme para assaduras, brotoeja - Valor Referência: 21,57			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	12,00	2.400,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0005 - 0014448 - Cueiro para bebe em tecido flanelado e antialergico, medindo em media 0,50 x 0,80m. - 0014448 - Cueiro para bebe em tecido fla - Valor Referência: 16,20			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação

M DE L M BEZERRA COMERCIO	15,00	3.000,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0007 - 0014450 - Conjunto com 3 camisetas (estilo regata) + 3 calcas, malha 100% algodao. Tamanho p e m. - 0014450 - Conjunto com 3 camisetas (esti - Valor Referência: 11,87			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	11,00	2.200,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0008 - 0014451 - Kit contendo uma escova cerdas macias e um pente especial para bebe. - 0014451 - Kit contendo uma escova cerdas - Valor Referência: 11,95			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	10,90	1.090,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0009 - 0014452 - Kit 03 mamadeiras: 01 mamadeira 80ml - livre de BPA, 01 mamadeira de 150ml - livre de BPA, 01 mamadeira de 240ml - livre de BPA, para crianca de 0 a 06 meses, produzidas com material policarbonato com bicos de silicone ortodontico, atoxica, podendo ser esterilizada ate 150 C sem deformar, gargalo higienico, sem abas cortantes, com selo de aprovacao do INMETRO. - 0014452 - Kit 03 mamadeiras: 01 mamadeir - Valor Referência: 24,74			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	24,00	2.400,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0010 - 0014453 - Par de meias recem-nascido. Meias para bebe material 70% algodao, 26% poliester, 2% elastano, 2% elastodeno. Tamanho de 0 ao 15, com estampas Cor: branco. - 0014453 - Par de meias recem-nascido. Me - Valor Referência: 4,93			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	3,90	780,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0011 - 0014454 - Lavanda infantil para criancas, 100ml; acao refrescante. - 0014454 - Lavanda infantil para criancas - Valor Referência: 11,73			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	10,00	2.000,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0012 - 0014455 - Manta Tamanho 70cm x 70cm; composicao 100% algodao antialergico - 0014455 - Manta Tamanho 70cm x 70cm; com - Valor Referência: 23,55			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	23,00	4.600,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0013 - 0014456 - Sabonete liquido para bebe 500ml, alto poder de glicerina, formula, forma hipoalergica, sem alcool, e de PH balanceado, dermatologicamente testado. - 0014456 - Sabonete liquido para bebe 500 - Valor Referência: 22,12			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	18,00	3.600,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0014 - 0014457 - Shampoo para bebe 100 ml, nao irritante aos olhos, de PH balanceado, dermatologicamente testado. - 0014457 - Shampoo para bebe 100 ml, nao - Valor Referência: 8,79			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	8,00	1.600,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0015 - 0014458 - Toalha de banho infantil com capuz e forro fralda. Tamanho 70cm x 70cm. 100% algodao. - 0014458 - Toalha de banho infantil com c - Valor Referência: 15,63			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	14,00	2.800,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0016 - 0014459 - Lenco umedecido, proprio para recem-nascidos, embalagem com no minimo 48 unidades. - 0014459 - Lenco umedecido, proprio para - Valor Referência: 10,83			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	6,00	1.200,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0017 - 0014460 - Hastes flexiveis com pontas de algodao, propria para uso recem-nascidos, caixa com no minimo 60 unidades. - 0014460 - Hastes flexiveis com pontas de - Valor Referência: 3,54			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	2,80	560,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0018 - 0014461 - Body branco bebe, unissex manga curta, 100% algodao. - 0014461 - Body branco bebe, unissex mang - Valor Referência: 20,87			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	15,00	3.000,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0019 - 0014462 - Kit berco 3 pecas - 0014462 - Kit berco 3 pecas - Valor Referência: 49,80			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	35,00	3.500,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros
0020 - 0014526 - Caixa com 3 toalhas pinte e borde, 100% algodao, medidas 1,20m x 0,70m, com barrado de 15cm para pintar e bordar. - 0014526 - Caixa com 3 toalhas pinte e bo - Valor Referência: 23,22			
Fornecedor	Valor Final	Valor Total	Situação
M DE L M BEZERRA COMERCIO	23,00	1.840,00	Homologado em 12/05/2026 07:30:47 Por: Saint Clay Alcântara Silva de Medeiros

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Autoridade Competente

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:AA15D373

